



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA

ALAN CHRISTIAN DE SOUZA SANTOS

O SENADOR MILITAR – PODER, SOCIABILIDADE E ESCRITA
DE SI NA TRAJETÓRIA PARLAMENTAR DE LAURO SODRÉ
(1897-1930)



Belém
2020

ALAN CHRISTIAN DE SOUZA SANTOS

O SENADOR MILITAR – PODER, SOCIABILIDADE E ESCRITA
DE SI NA TRAJETÓRIA PARLAMENTAR DE LAURO SODRÉ
(PARÁ, 1897-1930)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para obtenção do título de doutor em História Social da Amazônia. Orientador: Professor Dr. William Gaia Farias (UFPA/PPHIST).

Belém
2020

ALAN CHRISTIAN DE SOUZA SANTOS

O SENADOR MILITAR – PODER, SOCIABILIDADE E ESCRITA
DE SI NA TRAJETÓRIA PARLAMENTAR DE LAURO SODRÉ
(PARÁ, 1897-1930)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para obtenção do título de doutor em História Social da Amazônia. Orientador: Professor Dr. William Gaia Farias (PPHIST/UFPA).

Banca Examinadora:

Professor Doutor William Gaia Farias (PPHIST/UFPA)

Professor Doutor Pere Petit Penarrocha (Avaliador interno - PPHIST/UFPA)

Professor Doutor Daniel Souza Barroso (Avaliador externo – UFPA/EA)

Professora Doutora Sueny Diana Oliveira de Souza (Avaliadora externa – UFPA/Ananindeua)

Professor Doutor Thiago Broni de Mesquita (Avaliador externo – UFPA/EA)

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

S237s Santos, Alan Christian de Souza.

O senador militar : poder, sociabilidade e escrita de si na trajetória parlamentar de Lauro Sodré (1897-1930) / Alan Christian de Souza Santos. — 2020.
536 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. William Gaia Farias
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-
Graduação em História, Belém, 2020.

1. Lauro Sodré. 2. Primeira República. 3. Campo político.
4. Sociabilidade. 5. Escrita de si. I. Título.

CDD 981.05

Gritamos que queremos moldar um futuro melhor, mas não é verdade. O futuro nada mais é do que um vazio indiferente que não interessa a ninguém, mas o passado é cheio de vida e seu rosto irrita, revolta, fere, a ponto de quisermos destruí-lo ou pintá-lo de novo. Só quisermos ser mestres do futuro para quisermos mudar o passado. Lutamos para ter acesso aos laboratórios onde se pode retocar as fotos e reescrever as biografias e a História.
(Milan Kundera)

Aos meus pais,
Que souberam dar a mim a oportunidade que não tiveram.
Às minhas irmãs,
Que batalham contra mil dragões todos os dias.
À Brena,
Que me atura com ternura e bravura.
À Elise,
Que sonhou e me animou ao ponto final.

AGRADECIMENTOS

Existem diversos capítulos da história desta tese que não irão aparecer nas próximas páginas, mas que motivam as presentes linhas.

Quero começar agradecendo ao meu orientador, professor Dr. William Gaia Farias, que com seu bom ânimo e jeito amigo não me deixou desistir nas várias vezes que tentei. Devo muito a você, Gaia. Desde a graduação. Agradecer é pouco, mas é o que consigo fazer neste instante. Então, muito obrigado por tudo!

E estendo esses agradecimentos também a Sueny Diana, que constantemente me estendeu a mão e a sua boa vontade em ajudar. Quanta gentileza, Sueny!

Deixo o meu muito obrigado aos professores do *PPHIST*, sempre muito compromissados em travar bons combates pela *História*! Um dia, quando crescer, quero ser como vocês.

Aos colegas que ingressaram junto comigo no programa agradeço o compartilhamento de dúvidas e anseios. Em especial, aos queridos João Nei e Maurila que teceram comigo reflexões sobre a grafia de vida.

Agradeço também o incentivo que recebi dos colegas e amigos do *IFPA* com quem dividi de alguma forma esta jornada. Lamento apenas a ausência do Ederson... que me faz uma falta tremenda!

Aos companheiros do Grupo de Pesquisa Militares, Política e Fronteiras na Amazônia gostaria de deixar aqui os mais lisonjeiros elogios pelo convívio respeitoso, companheiro e estimulante do ponto de vista acadêmico e social.

Apesar da maioria, devo admitir que sem o suporte e acolhida dos meus pais e irmãs seria tudo não apenas mais difícil, porém praticamente inviável. A verdade é que teria que agradecê-los por muitas coisas, sobretudo, por cuidarem tão bem de minha filha nos instantes em que não pude fazer. Então, deixo aqui registrada de forma genérica, porém genuína, a gratidão e o amor que nutro por vocês.

Também preciso agradecer muito ao Vitor Etrusco e a Vanda Viveiros de Castro que foram de uma gentileza ímpar na verdadeira “caça” por documentos que foi empreendida para a confecção deste trabalho. E não duvido que a Vanda terminaria a tese bem mais rápido do que eu, tamanho o seu envolvimento e empenho em “incomodar” os familiares em busca das “coisas antigas” que são o tesouro dos historiadores. Valeu mesmo, Vitor! E muito, muito obrigado, Vanda!

À turma mais querida de Marabá, Leide, Taiully, Liza e Tomorrow, agradeço por me receberem tão bem em sua casa (vejam, não usei o terno da discórdia). Fui motivo de piada várias vezes, é verdade, mas sei que sempre torceram para que a “etapa tese” fosse concluída com sucesso (Liza um pouco mais, Tomorrow um pouco menos). Nada mais justo então do que dividir o momento com vocês e dizer o meu mais sincero muito obrigado.

Aos amigos “republicanos históricos”, Admarino, Diego, Tiago e Raí, agradeço pelos cafés, risos, referências bibliográficas e encontros épicos. Estar com vocês é sempre um revigorar de forças.

Tereza, minha amiga querida, estive sempre por perto, encorajando para o trabalho e compartilhando das alegrias e tristezas da vida. Só posso lhe agradecer e dizer que seguiremos juntos! E ficaremos de pé.

A Babi, que também atende por Bárbara Palha, não apenas incentivou, como mostrou como fazer uma tese no “apagar das luzes”. E que tese a dela, diga-se de passagem! Você segue sendo uma inspiração, minha amiga.

A Daniella Moura, parceira de República e de viagens laborais pelos rincões do Pará, me deu um suporte precioso em um daqueles momentos complicados da vida... Sigo sendo grato, Dani. Obrigado.

Agradeço ainda a Marilene Guerreiro e ao Caio Vinicius que me auxiliaram em alguns momentos com a coleta de material.

E, por fim, o agradecimento mais que especial vai para Brena e Elise que se alegraram e sofreram mais diretamente comigo ao longo de todos esses anos. Brena foi responsável por minha inscrição no PPHIST e pela irritante mania de me achar capaz de tudo. Elise cresceu com um pai dividido entre ela, os livros e vários outros afazeres. Queria ter feito deste processo uma sinfonia mais harmoniosa e afinada para vocês. Mas, não deu. O único alento é que está acabando, prometo! E quando acabar estaremos juntos para comemorar ao nosso estilo, atrapalhado e afetuoso. Obrigado pela paciência. Amo vocês!

RESUMO

A proposta deste trabalho é analisar a trajetória política de Lauro Sodré (1858-1944), um republicano histórico e militar paraense, conhecido pela intelectualidade e pelos posicionamentos radicais, que passou quase três décadas com assento cativo no Legislativo nacional (1897-1916 e 1921-1930). Apesar de tamanha longevidade e da colocação privilegiada nos espaços de poder, a historiografia dedicou pouca atenção para a atuação parlamentar do chamado senador militar. Neste sentido, a tese que ora apresento busca se colocar no campo da história política e contribuir para a renovação dos estudos dedicados à Primeira República. A ideia é compreender o perfil de atuação senatorial de Lauro Sodré, os principais temas com os quais esteve vinculado, como conseguiu migrar do campo político paraense para o da capital federal e as tensões inerentes ao seu exercício de poder. Para tanto, utilizo os conceitos de *campo*, *capital*, *habitus*, *representação política* e *poder simbólico* tais quais enunciados pelo sociólogo Pierre Bourdieu. Acredito que estes instrumentos analíticos favoreçam a compreensão tanto das regularidades e conflitos do mundo político, como dos aspectos relacionais de Sodré com quem legitimava o seu poder. Do ponto de vista documental, o trabalho foi constituído principalmente da análise, problematização e cruzamento de informações recolhidas dos *Anais do Senado Federal*, de grupo de jornais do Rio de Janeiro e Belém e da coleção de cartas pessoais do senador militar. O primeiro tipo documental aponta para o exercício do poder institucional, o segundo para a mediação entre políticos e sociedade feita pela imprensa e a terceira para as operações de escrita de si que Lauro Sodré utilizava. Há, na realidade, uma diversidade maior de fontes, mas estas são as principais. Em torno delas estruturei o trabalho em três capítulos. Os dois primeiros são mais voltados para a atuação política institucional e tendem a apontar o contraditório lugar que Sodré ocupou frente ao jogo das hegemonias oligárquicas. O último capítulo procura dar conta da atuação do senador fora dos espaços oficiais de poder, onde, a meu ver, principalmente por meio da sociabilidade, mas não apenas, ele arregimentava as suas bases de sustentação política entre civis e militares, e, neste caso, fundamentalmente por meio do Clube Militar, da maçonaria e do Grêmio Paraense. Desse modo, a presente narrativa oferece uma interpretação acerca deste personagem e daquilo que ele reunia em torno de si.

Palavras-Chave: Lauro Sodré; Primeira República; campo político; sociabilidade; escrita de si.

ABSTRACT

The purpose of this work is to analyze the political trajectory of Lauro Sodré (1858-1944), a historical and military republican from Pará, known for his intellectuality and radical positions, who spent almost three decades with a captive seat in the national legislature (1897-1916 and 1921 -1930). Despite such longevity and the privileged position in the spaces of power, historiography paid little attention to the parliamentary role of the so-called military senator. In this sense, the thesis presented here seeks to place itself in the field of political history and contribute to the renewal of studies dedicated to the First Republic. The idea is to understand Lauro Sodré's senatorial performance profile, the main themes with which he was linked, how he managed to migrate from the political field of Pará to that of the federal capital and the tensions inherent in his exercise of power. For this, I use the concepts of field, capital, habitus, political representation and symbolic power as stated by the sociologist Pierre Bourdieu. I believe that this analytical instrument favors the understanding both of the regularities and conflicts of the political world, as well as of the relational aspects of Sodré with whom he legitimized his power. From a documentary point of view, the work consisted mainly of the analysis, problematization and crossing of information collected from the Annals of the Federal Senate, from a group of newspapers in Rio de Janeiro and Belém and from the collection of personal letters from the military senator. The first documentary type points to the exercise of power itself, the second to mediation by the press and the third to the writing operations of self that Lauro Sodré used. In reality, there is a greater diversity of sources, but these are the main ones. Around them, I structured the work in three chapters. The first two are more focused on institutional political action and tend to point out the contradictory place that Sodré occupied in the face of the game of oligarchic hegemonies. The last chapter seeks to give an account of the senator's performance outside the official spaces of power, where, in my view, mainly through sociability, but not only, he regimented his bases of political support between civilians and military, and in this case mainly through the Military Club, Freemasonry and Grêmio Paraense. In this way, the present narrative offers an interpretation about this character and what he gathered around him.

Keywords: Lauro Sodré; First Republic; political field; sociability; self-writing.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Realizações da administração de Lauro Sodré (1891-1897).....	51
Tabela 2 - Receitas do governo Lauro Sodré (1891-1897)	53
Tabela 3 - Participações de Lauro Sodré no Senado Federal (1897-1898) – 1º Mandato	62
Tabela 4 - Participações de Lauro Sodré no Senado Federal (1903-1904) – 2º Mandato	93
Tabela 5 - Participações de Lauro Sodré no Senado Federal (1906-1909) – 2º Mandato	105
Tabela 6 - Trabalhos da Comissão de Marinha e Guerra - 1907 – 2º Mandato	107
Tabela 7 - Participações de Lauro Sodré no Senado Federal (1910-1911) – 2º Mandato	109
Tabela 8 – Viagens de Lauro Sodré ao Pará após ter sido eleito senador em 1897	154
Tabela 9 - Participações de Lauro Sodré no Senado em (1912-1917) – 3º Mandato.....	193
Tabela 10 - Diminuição da arrecadação com exportação no Pará (1901-1918).....	228
Tabela 11 - Arrecadação total do tesouro estadual (1901-1918).....	230
Tabela 12 - Representação política federal e estadual paraense, 1921.....	236
Tabela 13 - Emendas apresentadas por Lauro Sodré em 1921.....	239
Tabela 14 - Participações de Lauro Sodré no Senado em (1923-1924) – 4º Mandato.....	245
Tabela 15 - Participações de Lauro Sodré no Senado em (1925-1926) – 4º Mandato.....	248
Tabela 16 - Governadores do Pará (1913-1930)	253
Tabela 17 - Senadores Federais do Pará (1912-1930).....	254
Tabela 18 - Remetentes e destinatários da Coleção Particular de Lauro Sodré	276
Tabela 19 - Comunicação de Lauro Sodré e Luiz Barreiros (1902-1933)	285
Tabela 20 - Principais ações do Grêmio Paraense (1897-1930).....	465
Tabela 21 - O associativismo regionalista na capital da República (1925).....	475

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Retrato de Lauro Sodré em homenagem do P.R.P.....	47
Imagem 2 - Compromisso Constitucional, 1891, tela de Aurélio de Figueiredo	49
Imagem 3 - Aspecto de Lauro Sodré após deixar o governo do Pará	60
Imagem 4 - Campanha presidencial de Lauro Sodré na imprensa paraense, 1898	72
Imagem 5 - O P.R.F. e as eleições de fevereiro de 1903.....	83
Imagem 6 - Carta de Floriano Peixoto a Lauro Sodré, em 1895.....	127
Imagem 7 - Lauro Sodré, na capa da Revista Ilustrada, 1897.....	150
Imagem 8 - Lauro Sodré, na capa da Revista Don Quixote, 1897	150
Imagem 9 - O Correio da Manhã e a campanha pró-Lauro na Presidência da República, 1905	165
Imagem 10 - Lauro Sodré em discurso da Festa da Bandeira	165
Imagem 11 - Cartão da Liga Feminina Lauro Sodré	179
Imagem 12 - O ataque ao prédio da Província do Pará e a destruição da casa de Antônio Lemos, 1912	182
Imagem 13 - Galhardete da Liga Feminina Lauro Sodré	188
Imagem 14 – Inglês de Souza e a campanha pró-Lauro para Presidência da República, 1913	197
Imagem 15 - Antonio Joaquim da Silva Rosado, aspecto de tela de autoria desconhecida...	201
Imagem 16 - A posse de Lauro Sodré no Governo do Pará, 1917	207
Imagem 17 - Lauro Sodré lendo sua mensagem de governo, 1917.....	208
Imagem 18 - Lauro Sodré e parte de sua equipe de governo, 1917	219
Imagem 19 - Sessão inaugural do Instituto Histórico e Geográfico do Pará.....	222
Imagem 20 - Retrato de Cypriano	227
Imagem 21 - O palacete do governador.....	227
Imagem 22 - Lauro Sodré com militares punidos pela participação no Clube 24 de Fevereiro	264
Imagem 23 - Retrato de Luiz Barreiros	284
Imagem 24 - Souza Castro, Paes de Carvalho e Lauro Sodré na Av. Rio Branco (RJ)	295
Imagem 25 - Fotografia enviada por Lauro Sodré à Luiz Barreiros	295
Imagem 26 - Primeira carta de Lauro Sodré a Luiz Barreiros, 1902.....	297
Imagem 27 - Lauro Sodré no seu gabinete de trabalho	361
Imagem 28 - “Lauro Sodré no Senado”, capa de <i>O Malho</i>	369
Imagem 29 - “Como eles pensavam que seria..”/“Como eles cantavam”	372
Imagem 30 - Lauro Sodré, preso, retratado a bordo do encouraçado Deodoro.....	373
Imagem 31 - “Primeiro dia do Conselho de Guerra”, charge da revista <i>O Malho</i>	375
Imagem 32 - “O grande anistiado”, revista <i>O Malho</i>	376
Imagem 33 - Capa da revista <i>O Malho</i> tratando da revisão constitucional.....	377
Imagem 34 - “A República e a medicina legal – os pareceres das sumidades”.....	378
Imagem 35 - “Senador Lauro Sodré, coronel de filosofia”, capa da revista <i>Careta</i>	379
Imagem 36 - Lauro Sodré – coronel de filosofia 2.....	380
Imagem 37 - “Coisas do Pará”	382
Imagem 38 - “Pela honra do Pará”	382
Imagem 39 - “A tragédia paraense”, charge da revista <i>O Malho</i>	383
Imagem 40 - “O Pará redimido”, charge da revista <i>O Malho</i>	384
Imagem 41 - “O Pará “entre les deux””, charge da revista <i>O Malho</i>	386
Imagem 42 - “No Pará: candidatura espantinho”, charge de <i>O Malho</i>	387
Imagem 43 - “O herói do Pará”	389
Imagem 44 - “Varredela e desinfecção no Pará”.....	389
Imagem 45 - As sete maravilhas da política no Rio de Janeiro.....	390
Imagem 46 - Inauguração do novo prédio do Clube Militar, 1910	399
Imagem 47 - Registro da posse de Lauro Sodré como grão-mestre em 1910.....	432

Imagem 48 - Retrato de Lauro Sodré na Loja Firmeza e Humanidade.....	446
Imagem 49 - Anúncio do <i>Grêmio Paraense</i> em Belém, 1903	452
Imagem 50 - Lauro Sodré discursa no Grêmio Paraense, 1913	457
Imagem 51 - Lauro Sodré e Inglês de Souza após sessão do Conselho Militar, 1905	468
Imagem 52 - Grêmio Paraense e o centenário da adesão do Pará à Independência	473
Imagem 53 - Comemoração do governo de Dionísio Bentes no Grêmio Paraense	478
Imagem 54 - Baile do Grêmio Paraense no Clube de Regatas Botafogo, 1935	480
Imagem 55 - Aspecto da espada de ouro dedicada a Lauro Sodré, 1905	486
Imagem 56 - Aspecto do <i>Teatro Lírico</i> em cerimônia dedicada a Lauro Sodré, 1905	486
Imagem 57 - Centro Humanitário Lauro Sodré, RJ, 1906.....	488
Imagem 58 - Lauro Sodré e Edmundo Bittencourt, 1909.....	489
Imagem 59 - Sátira da Revista <i>Fon-Fon!</i> - 1907.....	490
Imagem 60 - “O Sr. Tenente Coronel Lauro Sodré, senador pelo Distrito Federal”	495
Imagem 61: “Aspectos cariocas” – Lauro Sodré e família.....	496
Imagem 62 - Lauro Sodré discursa em homenagem ao general Mena Barreto.....	498
Imagem 63 - Lauro Sodré embarcando para o estado do Pará, 1911	499
Imagem 64 - Recepção de Lauro Sodré em Belém, 1911	500
Imagem 65 - Recepção de Lauro Sodré 1912.....	501
Imagem 66 - Solenidade de recepção a Lauro Sodré, 1916	502

LISTA DE ABREVIATURAS

Maçon:. – Maçonaria

Pranc:. – Prancha

Loj:. – Loja

Val:. – Vale

Or:. – Oriente

Un:. - Unido

Maç:. – Maçônico

Ord:. – Ordem

FF:. da V:. – Filantropos da verdade

GOB – Grande Oriente do Brasil

APL – Academia Paraense de Letras

IHGP – Instituto Histórico e Geográfico do Pará

PRP – Partido Republicano Paraense

PRF – Partido Republicano Federal

PRC – Partido Republicano Conservador

PRDF – Partido Republicano do Distrito Federal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 – DO PARÁ AO DISTRITO FEDERAL: LAURO SODRÉ, UM SENADOR MILITAR	34
1.1 – A trajetória de Lauro Sodré até o Senado Federal.....	35
1.2 – As pautas de um senador presidenciável: questões militares e questões de fronteira .	60
1.3 – Desafiando oligarquias: a eleição e atuação de Lauro Sodré pelo Distrito Federal	79
1.4 – Jacobino, revolucionário ou golpista?	112
1.5 – O senador, a imprensa e a sociedade	141
1.5.1 - Entre Belém e Rio de Janeiro e vice-versa.....	149
CAPÍTULO 2 – O LAURISMO NO PODER: TENSÕES E CONCILIAÇÕES EM TORNO DA FIGURA DE LAURO SODRÉ	170
2.1 – <i>Lauristas, lemistas e coelhistas</i> : a política paraense e a política das salvaçãoes	171
2.2 – “Puro como Lauro” – A conquista do Estado paraense.....	192
2.3 – Quando a oposição virou situação: um “governo inconstitucional”	214
2.4 – Questões de pauta: subvenções ao Pará, anistia e revisão constitucional	235
2.5 – O <i>laurismo</i> entre a “velha” e a “nova” República	252
2.5.1 - O Clube 24 de Fevereiro: Lauro Sodré contra a “República Nova”	259
2.5.2 - 1934: o último combate político.....	266
CAPÍTULO 3 – ESCRITA DE SI E SOCIABILIDADE: AS MUITAS FACES DE LAURO SODRÉ	273
3.1 – A correspondência de Lauro Sodré e Luiz Barreiros	278
3.2 – A produção intelectual de Lauro Sodré	313
3.2.1 - As principais obras e a autorrepresentação de Sodré	315
3.2.2 - O testamento filosófico de Lauro Sodré.....	354
3.2.3 - A biblioteca particular de Lauro Sodré	358
3.3 – Lauro Sodré e o Pará no periodismo carioca	365
3.4 – Clube Militar, Maçonaria e Grêmio Paraense: os espaços de sociabilidade de um senador da República.....	391
3.4.1 - O republicano histórico no Clube Militar	392
3.4.2 - Lauro Sodré e a Maçonaria	403
3.4.3 - O Pará no Rio de Janeiro: a fundação do Grêmio Paraense.....	451
3.5 – “Um homem de Plutarco” ou a idealização de Lauro Sodré	481
CONCLUSÃO - O lugar de Lauro Sodré na memória e na História.....	509
REFERÊNCIAS.....	517
ANEXOS.....	533

INTRODUÇÃO

- Olhem, estão vendo essa medalha? De quem é este retrato?
 - De Carlos Gomes, respondemos.
 - Este outro é o de Lauro Sodré, continuou ele, exibindo o outro lado da medalha de sua corrente de relógio, - são os dois “homes” que eu mais preso e admiro. Sou amigo do Lauro, não por política; sou amigo dele porque é um caráter nobre e honrado. Conheci-o desde pequenino... carreguei-o ao colo! Muita vez o vi trepar nas cadeiras de casa e fazer discurso que me deixava de queixo caído! Que menino inteligente, meu Deus Nosso Senhor! Ele desde pequenino já mostrava o que “haverá” de ser!... Deste outro, de Carlos Gomes, gosto porque era “músico” e amigo do Pará, escolhendo a nossa terra para morrer... Mas... estou dando a língua e a ceia à nossa espera. Vamos, tomem mais um “golhe”¹.

Através da prática de seu ofício, dizia Michel de Certeau, o historiador mantém uma enigmática relação com a sociedade presente e com a morte, pois, na medida em que escreve para falar sobre elementos ausentes e fatos já acontecidos, estabelece comunicação com aqueles que estão inseridos no mesmo tempo e lugar social que ele. Assim, o recurso da narrativa serve tanto para inumar os mortos, introduzindo a morte no discurso, quanto para estabelecer um lugar para os vivos, situando-os em relação ao seu passado. O morto, também possível de ser pensado como o “outro”, aquele que nos escapa, torna-se então a figura objetiva de uma troca entre vivos².

Lauro Sodré é o morto do qual desejo me ocupar no decorrer deste estudo. Ele é o elemento ausente e ao mesmo tempo presente. Ausente, porque viveu em outra época e ela, assim como ele, já se foi. Presente, porque existem muitos *lugares de memória* ligados ao seu nome³. E, não raro, esses *lugares* ajudam a criar a sensação de que ele está próximo, quando na realidade, não está. Daí a minha opção por começar esta narrativa situando-o historicamente e questionando a familiaridade reinante que existe em relação à sua figura.

Lauro Sodré iniciou sua vida pública na década de 1880 e só saiu definitivamente dela em 1934. Conheceu a escravidão, a campanha abolicionista, participou ativamente do movimento republicano e da implantação do novo regime, teve cargos no Executivo estadual e no Legislativo federal, se envolveu em insurreições e ainda acompanhou de perto as lutas pela redemocratização do país quando da ditadura *varguista*. A sensação é a de que viveu muito e de que tomou parte de inúmeros processos históricos. Falar sobre ele não é tarefa das mais tranquilas.

¹ AZEVEDO, Eustachio. *Livro de nugas: Letras e farras*. Belém: [s/n], 1924, p.44-45.

² CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p.55 e 106.

³ NORA, Pierre. “Entre memória e história a problemática dos lugares”. *Projeto História*, nº10, 1993.

Deste modo, é importante ressaltar de imediato que não tive a pretensão de dar conta de toda a vida de Lauro Sodré. Minha proposta aqui é a de considerar mais especificamente um período de sua trajetória que vai de 1897 a 1930, quando ele construiu para si uma sólida carreira senatorial. Neste sentido, se recuo ou avanço no tempo para além do proposto é apenas para situar o leitor e, principalmente, para analisar aquilo que dele se falou ao longo dos anos. Mais do que um elemento de composição, essa abordagem me parece válida para confrontar memórias e ao mesmo tempo buscar o dinamismo das ações que Sodré teve dentro e fora do Senado Federal, evitando assim o risco da *ilusão biográfica*⁴.

E, sobre isso, outra ressalva. Apesar de perceber como salutar a relação entre história e biografia e de ter me servido de diversos autores que estudam o assunto para pensar o aspecto individual presente neste trabalho, não busquei necessariamente fazer um trabalho biográfico – embora saiba que dele também não tenha escapado. Minha preocupação aqui foi a de pensar Lauro Sodré como um sujeito posicionado no campo político, ora do Pará, ora do Rio de Janeiro. E, como tal, capaz de realizar movimentos que causavam repercussões sociais.

A partir disso é possível perceber que a matriz teórica que sigo aqui é tributária das contribuições do sociólogo Pierre Bourdieu. Deste autor empresto os conceitos de *poder simbólico*, *campo*, *capital*, *habitus* e *representação política* que aparecerão ao longo dos três capítulos que constituem esta tese. Pela importância central no trabalho, gostaria de fazer breves comentários sobre estes conceitos para indicar como eles operam uma interseção entre o campo biográfico e o político, onde situo o meu estudo.

Como sublinhou Louis Pinto, a sociologia da cultura proposta por Bourdieu pode ser concebida como uma maneira de praticar a história social das formas simbólicas na medida em que alerta enquanto método para a necessidade de se observar os contextos que engendram os discursos⁵.

Neste sentido, o *poder simbólico* é um poder de construção de realidade que estabelece uma ordem gnosiológica, isto é, um sentido imediato para o mundo social na medida em que torna possível a concordância entre as inteligências. Este poder, quase mágico, como diz o autor, de fazer ver e crer, capaz de confirmar ou de transformar a visão de mundo e,

⁴ Isto é, o perigo de se acreditar que uma história de vida cabe em si mesma e conta a si mesma, de modo ordenado, coeso e cronológico. Cf.: BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

⁵ PINTO, Louis. *Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social*. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p.7.

consequentemente, a ação sobre o mundo, se define a partir das relações que os sujeitos executam no interior de um dado *campo* social⁶.

O *campo*, portanto, vem a ser o lugar ou região onde as relações sociais acontecem a partir do *capital* simbólico (social, econômico, cultural, político, prestígio, etc.) que cada indivíduo possui. Em suma, quanto maior o *capital*, maior o grau de posicionamento dentro do *campo*. Consequentemente, os campos sociais, quaisquer que sejam eles, mas no caso deste trabalho, principalmente o campo político, se tornam um lugar relacional de trocas, acordos, concorrências, disputas e conflitos⁷.

Na teoria bourdieusiana o *habitus* funciona como um princípio de autonomia frente às estruturas sociais. Representa a capacidade que cada indivíduo tem de operar sobre as regras consensuais e, ao mesmo tempo, ir além delas, criando, inventando e produzindo formas de distinção no interior dos espaços sociais. O *habitus* é a forma como cada um se apropria do conhecimento e das características do grupo⁸.

Considerando o campo político da Primeira República, por exemplo, a partir da colocação senatorial, não é difícil perceber que essa função política se legitima, a princípio, a partir do conjunto de atribuições legais que a institui e orienta. Porém, ao mesmo tempo em que os dispositivos regimentais cumprem o seu papel, os agentes políticos adotam condutas diferenciadas em seus respectivos exercícios de poder. Tornando a casa parlamentar um rico espaço de manifestação de contrariedades e conflitos. Pensar como Lauro Sodré se portou e movimentou no Senado Federal e como a sua conduta repercutiu na capital federal e no Pará é o objetivo central deste trabalho.

Assim, ainda que o enfoque seja sobre a trajetória de um dos mais expressivos políticos paraenses, há na análise uma preocupação que não é apenas biográfica e sim relacional, preocupada em pensar o funcionamento do campo político como um todo.

Por fim, o conceito de *representação política* enunciado por Bourdieu chama atenção para o elemento simbólico que existe no ato de representar. Ora, apenas representa-se politicamente alguém porque existe uma crença prévia de que se pode representar. E quem primeiro acredita que pode ser creditado é o próprio político. Como diz o sociólogo, “o homem político retira a sua força política da confiança que um grupo põe nele”⁹. Dessa forma, o capital político, diferente de alguns outros, precisa de um trabalho constante tanto

⁶ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p.14

⁷ Id. p.69.

⁸ Id. p.61.

⁹ Id. p.187-188.

para acumular crédito como para evitar descrédito. Buscar entender como Lauro Sodré conseguiu operar tal economia simbólica, ao ponto de ser reputado pelo mestre Chico, da crônica de Eustachio de Azevedo que abre esta seção, como popular, nobre de caráter, intelectual e grande orador¹⁰, é uma das preocupações fundantes do trabalho que vou apresentar a seguir.

Outros autores já seguiram perspectiva semelhante. Américo Freire, Carlos Sarmiento e Marly Motta, por exemplo, fizeram isso em um pequeno estudo dedicado ao campo político carioca a partir dos mesmos conceitos de Bourdieu e da análise de três trajetórias individuais da política carioca a fim de identificar os referenciais da cultura política do Rio de Janeiro em uma perspectiva diacrônica. Esses autores concluíram que a observação do campo de poder implica na compreensão precisa dos agentes, das suas estratégias e espaços de atuação¹¹.

A proximidade da história com os estudos políticos e biográficos até pouco tempo não era muito bem aceita pela impressão equivocada de que eram estudos consagrados aos grandes nomes e personagens.

A crítica realizada pela historiografia francesa aos paradigmas positivistas e historicistas do início do século XX colaborou significativamente para o desenvolvimento da produção historiográfica. No entanto, houve uma insistência desproporcional na caracterização da história política como abordagem imóvel e incapaz de renovações. Geralmente apresentada como “factual, subjetivista, psicologizante, idealista”, a história política parecia reunir ao entorno de si todos os defeitos que o movimento dos *Annales* se interessava em combater¹².

De maneira que, por um longo período apenas as dimensões estruturais de longa duração foram consideradas capazes de recuperar a dinâmica social em suas rupturas e continuidades. Diante da preponderância dos estudos de natureza econômico-social entre os

¹⁰ Sobre a medalha do personagem mestre Chico convém sublinhar que, simbolicamente, Lauro Sodré e Carlos Gomes estiveram mesmo interligados em vida. O maestro foi convidado pelo governador Sodré para assumir a direção do Conservatório de Música da capital paraense, em 1896. Mas já estava muito doente e faleceu logo em seguida. O historiador Geraldo Mártires Coelho interpretou as exéquias mandadas realizar por Lauro Sodré à memória de Carlos Gomes. Ele assinala que, por ser positivista, Lauro Sodré “inclinava-se para uma religião cívica mediadora das relações entre a sociedade dos vivos e a legião dos grandes mortos da humanidade”. C.f.: COELHO, Geraldo Mártires. *O brilho da supernova: a morte bela de Carlos Gomes*. Rio de Janeiro: Agir, 1995, p.104.

¹¹ FREIRE, Américo; SARMENTO, Carlos Eduardo. “Três faces da cidade: um estudo sobre a institucionalização e a dinâmica do campo político carioca (1889-1969)”. *Revista de História*, Vol.13, N° 24, 1999.

¹² RÉMOND, René. “Introdução” e “Por uma história do tempo presente”. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2° Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p.9 e 18.

historiadores, difundiu-se a impressão de que a “história política, rica em acontecimentos e apresentada por meio de uma narrativa linear, deveria ser sepultada de uma vez por todas”¹³.

O gênero biográfico parecia sofrer do mesmo mal da história política e, em muitos momentos, estar a serviço dela. A ideia predominante era que a biografia servia apenas para contar os feitos dos sujeitos notáveis, ignorando, por tabela, as “multidões combatentes, laboriosas, sofredoras”¹⁴.

Philippe Levilain esclarece que a renovação do gênero biográfico ocorrida nas últimas décadas do século passado está associada à renovação da história política, à crise do marxismo e à libertação de uma história quantitativa e serial que havia subjugado a factual. Nesse cenário, o gênero biográfico teria encontrado condições de reassumir uma função entre o particular e o coletivo, entre o desígnio pessoal e as forças convergentes ou concorrentes. Este processo, segundo Levilain, incluiria ainda a renovação do individualismo, que quer seja sociológico, jurídico, ético ou metodológico, “remete sempre a dois dados: o reconhecimento da liberdade de escolha do homem; o confronto entre a sociedade e o indivíduo na fixação dos valores”¹⁵.

A partir da chamada virada cultural¹⁶, da década de 1960, diversos autores da história têm se dedicado a demonstrar as confluências e validades em relação aos estudos biográficos e políticos¹⁷. Essa renovação da perspectiva historiográfica se tornou possível a partir das demandas sociais e das relações de troca estabelecidas entre os pesquisadores de diversas áreas das ciências sociais.

Mudou o modo de se pensar os sujeitos históricos e a própria relação que eles estabelecem com o seu meio. “Os indivíduos não podem mais ser enquadrados em esquemas conceituais definidos e em marcos teóricos pré-estabelecidos”, posto que os “vários aspectos

¹³ AVELAR, Alexandre de Sá. “A biografia como escrita da história: possibilidades, limites e tensões”. *Dimensões*, vol. 24, 2010, p.158.

¹⁴ RÉMOND, René. *Op. Cit.*, p.17.

¹⁵ LEVILAIN, Philippe. “Os protagonistas: da biografia”. In: RÉMOND, René. *Op. Cit.*, p.162, 165 e 167.

¹⁶ Sobre história cultura, Cf.: BURKE, Peter. *O que é história cultural?* 2ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

¹⁷ Para fazer referência a alguns destes trabalhos, C.f.: BORGES, Vavy Pacheco. “Grandezas e misérias da biografia”. In: PINSKY, Carla B. (org.) *Fontes históricas*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 203-233; DARNTON, Robert. “Os esqueletos no armário; como os historiadores brincam de ser Deus”. In: *Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para ao século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p.179-200; LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. *Op. Cit.*, 2002. p.167-182; SCHMIDT, Benito Bisso. “História e biografia”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 187-205; HEINZ, Flávio Madureira. “O historiador e as elites – à guisa de introdução”. In: HEINZ, Flávio Madureira (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.8-10.

de uma vida não são suscetíveis a uma narração linear, não se esgotam numa única representação, na ideia de uma identidade”¹⁸.

Assim, mesmo quando se pensa um indivíduo colocado em um grupo de elite, como é o caso de Lauro Sodré, é possível, pelo elemento relacional, observá-lo em interação com outros segmentos da sociedade.

A partir disso, convém fazer algumas observações sobre os trabalhos biográficos já lançados sobre Lauro Sodré. Em primeiro lugar, não são muitos. Em segundo, foram basicamente escritos por intelectuais que tiveram algum grau de proximidade com Lauro Sodré. Em terceiro lugar, os historiadores acadêmicos têm se valido em grande medida dos trabalhos memorialistas e, conseqüentemente, tomado Lauro Sodré em uma perspectiva quase imóvel, sem possibilidade de renovação.

De maneira geral, predominam os breves perfis biográficos publicados de forma independente ou geralmente elaborados para coletâneas de personalidades. O que, de forma imediata, faz pensar sobre as intenções e limitações desses trabalhos.

Enquadra-se nesta perspectiva a obra intitulada *Traços biográficos do Dr. Lauro Sodré*¹⁹. Opúsculo de 1917, de autoria desconhecida e extremamente apologético. Parte generosa da publicação é destinada à transcrição do primeiro manifesto do *Clube Republicano do Pará*, de autoria de Lauro Sodré. Mas, ainda assim, ao que tudo indica, o trabalho serviu de referência para outros autores ao propor um esquema narrativo cronológico e que acaba por eleger aqueles que seriam os momentos mais importantes da vida de Sodré. Essa proposição, ao passar do tempo, seria ora repetida, ora acrescentada. Todavia, não necessariamente abandonada.

O roteiro adotado na narrativa é o seguinte: nascimento, relações familiares, residência, primeiras letras, inserção na imprensa, formação na Escola Militar, contato com Benjamin Constant, adoção do positivismo, participação na propaganda republicana, secretariado das pastas de Benjamin (já no novo regime), Congresso Constituinte, primeiro Governo no Pará, queda de Lemos e retorno ao Pará em 1917.

Em 1938, o desembargador Henrique Jorge Hurley, ligado a Lauro Sodré desde o período governamental de 1917, publicou *Noções de história do Brasil e do Pará*, onde fez constar um breve perfil biográfico de Lauro Sodré escrito originalmente no ano anterior para a

¹⁸ AVELAR, Alexandre de Sá. Op. Cit., 2010, p.162.

¹⁹ *TRAÇOS biográficos do Dr. Lauro Sodré*. Belém: Typ. Delta, 1917, p.2.

*Folha do Norte*²⁰. Nele, Lauro Sodré é lembrado como “grande estadista”, “símbolo de bondade”, “maior de todos” e “cidadão mais querido” dos paraenses.

A produção de Henrique Jorge Hurley insere-se em uma perspectiva elogiosa. Tendo o autor admiração prévia pelo biografado, o que faz é sintetizar a vida de Lauro Sodré no sentido de demonstrar a sua excepcionalidade. As poucas problematizações que faz, são para abonar ou justificar as condutas que já haviam sido questionadas de Lauro Sodré. No entanto, abre canal de comunicação com o próprio biografado, inserindo em seu texto uma carta de Sodré, o que acaba implicando na reprodução de uma peça autobiográfica que pode e deve ser analisada como fonte de pesquisa.

Em 1948 Mecenas Rocha, outro *laurista* confesso, lançou *Entre os vivos e os mortos*, uma obra de perfis biográficos tidos pelo autor como informativos, por isso breves, produzidos com a intenção de realçar o mérito dos artistas e intelectuais que se notabilizaram pelas ações e produções em favor da humanidade e da pátria. Nele, Lauro Sodré é lembrado fundamentalmente como político, ou melhor, como “individualidade política perfeitamente moldada nos seus princípios democráticos”, que jamais teria desvirtuado “as normas de seu austero viver impoluto”²¹.

Dois filhos de Lauro Sodré também produziram perfis biográficos sobre o pai. Primeiramente, o oficial da Marinha Benjamin Sodré que, em maio de 1955, discursou sobre a trajetória de vida do pai por ocasião da incorporação do navio “Lauro Sodré” ao *Serviço de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará* (SNAPP). A conferência, intitulada *Lauro Sodré – vida, caráter e sentimento a serviço de um povo*, seria publicada em formato de livro no ano seguinte²².

Benjamin Sodré deixa claro na introdução do opúsculo que considerava o pai “um santo”. Muito embora tenha advertido que não desejava falar do pai, mas do cidadão Lauro Sodré, o efeito prático se mostrou pouco efetivo, o que dá contornos extremamente laudatórios para sua reflexão.

Ainda assim, levando em conta os limites de um texto criado para ser enunciado em forma de discurso oral, o trabalho de Benjamin Sodré tem os seus méritos dentro do conjunto de produções biográficas sobre Lauro Sodré. Se não chega a romper totalmente com a estrutura narrativa delineada na obra de 1917 e abriga algumas inconsistências de datas,

²⁰ HURLEY, Henrique Jorge. *Noções de história do Brasil e do Pará*. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1938, p.569-573.

²¹ ROCHA, Mecenas. *Entre os vivos e os mortos*. Belém: [S.n.], 1948, p.45.

²² SODRÉ, Benjamin. *Lauro Sodré: vida, caráter e sentimento a serviço de um povo*. Rio de Janeiro: [s/n], 1956.

apresenta também maior riqueza de detalhes e alonga a consideração até 1946, ano da morte de Sodré. O que torna Benjamin Sodré o primeiro autor a tentar dar conta de toda a existência de Lauro, do nascimento à morte, ao estilo do que Pierre Bourdieu chamaria de a ilusão biográfica.

Benjamin consegue sistematizar e abordar pontos chaves da trajetória política do pai, mas sem se preocupar com profundidade de argumentação ou comprovação documental. É uma narrativa livre e memorialística. Sua maior preocupação é a de construir para o seu pai a imagem de homem público sem defeitos, contradições e erros. Ele termina o seu texto fazendo referência ao jornalista Austregésilo de Atayde que teria afirmado ser possível contar a história da República a partir da história de Lauro Sodré.

Em 1970, seria a vez de Emmanuel Sodré se posicionar sobre a trajetória do pai através do livro *Lauro Sodré na história da República*²³. Provavelmente, este seja o registro mais bem elaborado entre as biografias de Lauro Sodré, mas que, conscientemente ou não, tem o cuidado de preservar a mesma imagem de homem-modelo que o irmão Benjamin tinha erguido, talvez, sem a pretensão de apresentá-lo como uma santidade imaculada.

Curiosamente, Emmanuel Sodré inicia seu texto exatamente do ponto em que Benjamin Sodré havia encerrado o seu: o discurso do jornalista Austregésilo Atayde. Pode ser uma mera coincidência ou significar que, assim como Benjamin, Emmanuel acreditasse na relação direta entre Lauro e a República. Ou ainda que quisesse indicar que havia mais para ser dito a respeito do pai, escolhendo para tanto retornar simbolicamente de onde o irmão havia parado em 1956.

No prólogo do livro, Emmanuel Sodré afirmou não ter pretendido escrever uma história da República, referente a qual acreditava já existir excelentes trabalhos, mas “fixar os episódios mais marcantes nos quais figurou a personalidade de Lauro Sodré”. A intenção, afirma ele, existia desde o falecimento do pai, mas só naquelas circunstâncias, após “fidelíssimo exame de todas as facetas”, teria conseguido levar a ideia adiante, o que acabara se mostrando propício, pois acontecimentos ocorridos há poucas décadas, segundo ele, já surgiam “deturpados na divulgação que lhes promoveram alguns cronistas apressados, ou de pérfida má fé”²⁴.

Emmanuel não cita nomes, mas indica com isso que a memória de Lauro Sodré estava sendo deslocada para um lugar que ele não considerava correto, o que o levava a assumir o

²³ SODRÉ, Emmanuel. *Lauro Sodré na história da República*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1970.

²⁴ Id. Ibid. p.9.

compromisso de restituir “a verdade dos fatos”. Diferentemente de Benjamin Sodré, Emmanuel faz questão de se colocar na narrativa, ora participando de episódios da vida do pai, ora invocando a sua condição de testemunha ocular e de depoente da história, o que acaba concernindo uma forte entonação memorialista à sua publicação, apesar da preocupação documental que demonstrou ter.

O Lauro Sodré apresentado por Emmanuel é menos inquestionável do que o de Benjamin. Nele cabe alguma margem ao controverso. Apesar de sempre tentar contextualizar ou justificar as condutas de Lauro, Emmanuel lida melhor com o contraditório. Retrata o pai como alguém generoso, porém áspero em certas situações. Dizia que tinha que ser assim para que conseguisse construir projetos em comum com os amigos e saber enfrentar as correntes políticas contrárias, fosse no Pará ou no Distrito Federal.

Ainda que brevemente, Emmanuel fala de tramas políticas construídas nos bastidores, das fraudes e arranjos eleitorais, da proximidade do pai com Floriano Peixoto, da sua luta pela revisão constitucional, da participação na revolta militar de 1904, da proximidade do pai com círculos operários, da participação na maçonaria, dentre outras coisas. É o primeiro dos autores a montar um perfil da participação do pai no Senado Federal, afirmando que os discursos dele “refletiam a agitada vida da primeira República” e sistematiza as ocasiões em que Lauro Sodré ocupou a tribuna, destacando que a experiência como orador do Clube Republicano na década de 1880 muito o auxiliara quando se fez presente no Parlamento.

Os temas por ele mais tratados em seus discursos, pareceres e votos eram a vigorosa defesa do regime democrático e federativo; as restrições a impor à decretação e ao uso do estado de sítio, o absoluto respeito às imunidades parlamentares; a plena autonomia dos municípios, especialmente o do antigo Distrito Federal; a liberdade de imprensa, de modo a pô-la a coberto das arbitrariedades do poder; o amplo recurso à anistia, por ser a medida mais adequada à necessária pacificação dos espíritos; o reconhecimento, em favor dos Estados, da independência política e econômica, nos verdadeiros moldes do sistema federativo; o inflexível combate à deturpação das normas republicanas, como sejam a fraude eleitoral e a implacável perseguição dos adversários indefesos; e a revisão constitucional, nos pontos que indicava, e frisava: não compreendo esse feiticismo cego e estúpido por uma Constituição que não vigora em parte alguma, nem no meu estado natal, onde em pleno dia o punhal do sicário rasga a carne dos adversários do governo atual²⁵.

A sistematização de Emmanuel conta 38 participações na tribuna em aproximadamente 30 anos de vida parlamentar de Lauro Sodré. Sem critérios muito objetivos, deixa de levar em consideração alguns anos dessa trajetória, de modo que o número de

²⁵ SODRÉ, Emmanuel. Op. Cit. 1970, p.101.

participações se mostra significativamente maior. Ele listou os temas que lhe pareceram mais importantes, porém não explicou a abordagem, nem falou sobre os possíveis desdobramentos das falas do pai. A intenção era mesmo mostrar que Lauro tivera uma longa e, sobretudo, “valiosa atividade na vida parlamentar”. Mas, ainda assim, é preciso reconhecer que nenhum outro autor se propôs a analisar estes elementos.

Do ponto de vista documental, o trabalho de Emmanuel também se destaca. Ele é o primeiro dos biógrafos de Lauro Sodré a explicitar com alguma clareza e objetividade as fontes que utilizava. Em seu texto aparecem depoimentos seus e de terceiros, cartas escritas e recebidas por Lauro Sodré, relatórios de governo, livros escritos e lidos pelo pai. Dessa maneira, manejando um conjunto maior de fontes e referências bibliográficas, seus resultados se tornaram mais expressivos. Ainda que, no final das contas, o Lauro Sodré de Emmanuel pudesse hesitar, mas também não cometesse erros. Prevalecendo assim uma visão elogiosa da figura do político paraense.

No mesmo ano de lançamento do trabalho de Emmanuel, isto é, em 1970, Ricardo Borges publicou a primeira edição de seu *Vultos notáveis do Pará*, uma coletânea de perfis biográficos de sujeitos considerados extraordinários ao longo da história paraense²⁶. Até hoje esta é uma das obras mais consultadas por pesquisadores interessados em colher informações sobre estadistas, religiosos e intelectuais que se destacaram ao longo dos séculos XIX e XX no Pará. Tendo, portanto, uma relevância considerável na difusão da imagem de Lauro Sodré.

Assim como todos os outros biógrafos mencionados até aqui, Ricardo Borges também conheceu e foi contemporâneo de Lauro Sodré por algum período. Embora fosse baiano de nascimento, Borges construiu sua carreira no Pará. Como jornalista colaborou primeiramente no periódico *A Província do Pará*, vindo a se filiar no Partido Republicano Paraense e depois no Partido Republicano Conservador, que àquela altura passava a abrigar os antigos seguidores da política de Antônio Lemos, já expulso de Belém. Posteriormente, com as mudanças no ambiente político, se aproximou de Cypriano Santos e colaborou também na *Folha do Norte*, órgão reconhecidamente favorável à Lauro Sodré. Esses ingredientes, menos associados ao senador militar, ajudam a entender por que as apreciações de Borges acabaram sendo mais críticas em relação a ele.

Em *Vultos notáveis do Pará*, pela primeira vez o velho republicano seria biografado por alguém que originalmente não estivera desde sempre ligado ao seu grupo político ou eixo familiar.

²⁶ BORGES, Ricardo. *Vultos notáveis do Pará*. 2º Ed. Belém: CEJUP, 1986.

No capítulo destinado a Lauro Sodré, Ricardo Borges sintetiza as informações apresentadas pelos biógrafos anteriores ao político paraense, ajustando e modificando apenas pequenos detalhes. Por exemplo, nele Lauro Sodré aparece como caçula de cinco irmãos e a propriedade da família é localizada na Arcipreste Manoel Teodoro. No mais, o Lauro Sodré apresentado é o mesmo sujeito inteligente que se torna militar dos outros relatos. Tal como os outros biógrafos, Ricardo Borges segue em perspectiva cronológica destacando sua formação positivista, a condição de propagandista da causa republicana e a série de participações políticas que viria a ter quando da instalação do novo regime.

O que é genuinamente novo em Ricardo Borges são as ponderações e explicações sobre estes marcos biográficos e o indicativo de que existiam opiniões distintas e contraditórias sobre Lauro Sodré. Desse modo, ao mesmo tempo em que o velho republicano aparece como alguém de feitio evangelizador e extremamente popular, considerado mesmo um verdadeiro “ídolo dos paraenses”, Borges faz questão de salientar que ele nunca fora unanimidade e que durante toda a vida pública tivera quem lhe fizesse oposição²⁷.

Ele indica, por exemplo, que a *Folha do Norte* teria se encarregado de manter a imagem de Lauro Sodré viva entre os paraenses e que sua segunda passagem pelo governo do Pará, cercada de expectativas, acabou sendo marcada por um padecimento generalizado da administração pública e, mesmo assim, conseguiu sair aclamado e mais uma vez eleito senador da República pelo seu estado natal.

Ricardo Borges termina suas considerações biográficas destacando exatamente essas contradições que imputavam a Lauro Sodré tantos elogios exagerados quanto verdadeiras injustiças. Ao seu entender ainda era cedo para qualquer tipo de julgamento. Mas, a despeito da “voragem das paixões partidárias irreconciliáveis”, dizia que pessoalmente Lauro Sodré havia sido cordial, harmonizador, bondoso e sereno. Com seu aspecto “oriental e sisudo”, inspirava simpatia²⁸.

Na década seguinte, o autor lançou outro trabalho direcionado para a temática da Primeira República e voltou a tecer comentários sobre Lauro Sodré, reforçando as críticas e ambiguidades em torno do político paraense²⁹.

Também na década de 1980, Octávio Meira lançou o seu *A Primeira República no Pará: desde o crepúsculo da Monarquia até o golpe de estado de 1891*. A obra, que pretendia apresentar o histórico da ideia republicana no Pará, reservou espaço para um ligeiro perfil

²⁷ *Id. Ibid.* p.207.

²⁸ *Id. Ibid.* p.211-212.

²⁹ BORGES, Ricardo. O Pará Republicano: 1824-1929. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1983.

biográfico de Lauro Sodré. De forma muito semelhante ao que fizera Borges, Meira repete as informações biográficas mais conhecidas de Lauro e investe na crítica destas informações. Em sua observação, Sodré teria sido um apóstolo das novas ideias republicanas no Brasil, mas em compensação teria fracassado nas duas vezes em que tivera oportunidade de dirigir o Pará. Isso porque, segundo Meira, lhe faltariam “as qualidades intrínsecas que devem ter aqueles que dirigem a coisa pública”, “a solução necessária para cada caso com oportunidade, tomando a si todas as responsabilidades”³⁰. Neste sentido, o autor se destaca por também rejeitar a imagem de um persona quase perfeito e intocável.

Por fim, nesta pequena miríade de biógrafos, é preciso considerar também as apreciações do jornalista e pesquisador Carlos Rocque. Mais conhecido por escrever a biografia de Antônio Lemos, Rocque também investiu na elaboração dos traços biográficos de Lauro Sodré. Em um pequeno e quase desconhecido texto elaborado para a série “Grandes personagens da história do Pará”, patrocinada pelo Governo do Estado em 1984, Rocque fez uma espécie de revisão do que já havia sido escrito sobre Lauro Sodré e, na medida em que sistematizava as informações para o grande público, deixou registrado seu modo de perceber o velho republicano³¹.

O primeiro aspecto que chama atenção em *Lauro Sodré, o estadista* é o potencial iconográfico dele. Ainda que não problematize muito bem as fontes visuais, Carlos Rocque, de longe, é o autor que mais procurou se valer de fotografias e obras artísticas como recurso narrativo. São 22 imagens ao longo de uma produção de apenas 20 páginas.

Em termos de proposta, sua abordagem não é exatamente inovadora. Segue o mesmo percurso capitaneado pelos biógrafos que lhe antecederam e sintetiza a vida de Lauro Sodré da seguinte maneira:

Republicano histórico, general do Exército, governador do Pará duas vezes, senador federal pelo Pará em quatro legislaturas, senador pelo Rio em uma, líder da revolta contra a vacina obrigatória em 1904, positivista convicto, candidato das oposições à Presidência da República em 1898 (quando perdeu para Campos Sales), seu reinado na política do Pará teve duas fases: no início do período republicano (até 1897 quando foi desbancado por Lemos) e depois da queda de Enéas Martins (a partir de 1917, quando pela segunda vez assumiu o Governo), sendo que esta fase prolongou-se até a revolução de 1930³².

³⁰ MEIRA, Octávio. *A Primeira República no Pará: desde o crepúsculo da Monarquia até o golpe de Estado de 1891*. Belém: Falangola, 1981, p.71-72.

³¹ ROCQUE, Carlos. “Lauro Sodré, o estadista”. In: *Diário Oficial do Estado do Pará*. Coleção grandes personagens da história do Pará. Ano I, N° 03. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1984.

³² *Id. Ibid.* p.42.

Carlos Rocque levanta uma questão importante: como Lauro Sodré, com todo o seu prestígio nacional, acabou perdendo espaço para Antônio Lemos? Para ele, a questão girava em torno de ocupação de espaço. Ao se deslocar para o Rio de Janeiro a fim de representar o Pará no Senado Federal, Lauro Sodré teria deixado de dar assistência às suas bases políticas, confiando apenas no peso seu nome e preferindo se envolver nas questões da política nacional. Diante deste “vazio”, o *lemismo* encontrara condições favoráveis para florescer e o *laurismo* apenas não cessara de existir por conta da atuação dos correligionários de Lauro e, principalmente, da *Folha do Norte*.

Carlos Rocque destaca algumas participações de Lauro Sodré na política do Distrito Federal, com grande destaque para os acontecimentos em torno da *Revolta da Vacina*, que, segundo ele, teria sido ocasionada na realidade pelo descontentamento dos militares com os sucessivos governos civis. Afirma que os oficiais positivistas eram favoráveis a um “regime de força” que salvaguardassem os “princípios republicanos”. Eles teriam usado a vacina obrigatória como pretexto para insuflar às massas. Eram militares saudosos dos tempos de Floriano Peixoto e “Lauro Sodré, no Senado, era o porta-voz dos insatisfeitos”³³.

De modo geral, é possível perceber que os trabalhos de gênero biográfico sobre Lauro Sodré variaram basicamente quanto ao formato e abordagem. No primeiro caso, o tipo de produção mais comum foi uma elaboração de perfil biográfico destinado a integrar coletâneas de caráter enciclopédico ou obras que visavam dar conta do processo histórico da Primeira República.

Nas coletâneas, Lauro Sodré aparece associado a outros nomes considerados importantes do passado. São textos informativos, mas que também vendem a ilusão de em poucas páginas contar toda a vida dos personagens previamente selecionados e retratados em termos de feitos e realizações.

Nos textos de caráter histórico, o perfil de Lauro Sodré aparece como ferramenta instrutiva ao leitor. Ele não é o objeto do estudo, mas uma peça que ajuda a entender a razão de ser das tramas e eventos sociais. Não raro, esse tipo de produção gira em torno dos mesmos pontos descritos nas biografias.

Quanto à abordagem, os autores seguiram duas linhas interpretativas: uma fundamentalmente elogiosa e outra incipientemente crítica. Na primeira, Lauro Sodré aparece como homem público exemplar, dotado de habilidades únicas e constantemente interessado no bem comum. Na segunda, mostra-se ambicioso, com projetos particulares de cunho

³³ *Id. Ibid.* p.47.

duvidoso e tão estrategista quanto qualquer outro político. Em ambos os casos, porém, o biografado parece pouco dinâmico, preso à linhas interpretativas muito mais ligadas às opiniões de seus autores do que à vestígios documentais deixados pelo velho republicano paraense.

Os autores mais críticos souberam duvidar da imagem impoluta de Lauro Sodré, mas não conseguiram articular isso através de crítica documental. Confiaram demais nas memórias produzidas por eles mesmos ou por outros sujeitos que os antecederam. De modo que, embora tenham sintetizado e ressaltado os pontos principais da trajetória política de Lauro Sodré, não os aprofundaram e deixaram de perceber uma série de questionamentos e problematizações possíveis, principalmente no que diz respeito às particularidades e regularidades da sua carreira senatorial, tema elucidado neste trabalho.

Ressalta-se que essas informações são importantes não para desmerecer o trabalho que estes intelectuais realizaram, mas para que se compreenda o tipo de história política ou biográfica que acabaram por erigir. Todos estes autores e obras serão considerados neste estudo, mas de uma perspectiva crítica, a fim de que se possa avançar um pouco mais no debate.

A partir de meados da década de 1980 esses estudos foram se tornando escassos e perdendo espaço para as produções dos historiadores acadêmicos que, animados pelo novo momento de produção intelectual no campo das ciências humanas, iniciaram um processo de renovação das pesquisas historiográficas com influência da história social³⁴. Mas, poucos foram os trabalhos elaborados com o objetivo de analisar especificamente a trajetória de Lauro Sodré. Em consequência disso, ele acabou ganhando uma imagem cristalizada, quase imóvel em termos de renovação historiográfica.

Na historiografia paraense Lauro Sodré costuma aparecer associado a temas mais amplos e não como objeto de pesquisa. Neste caso, costuma ser lembrado em função da campanha republicana ou do período de consolidação do regime. Quando é citado, são os perfis biográficos elaborados pelos intelectuais e memorialistas não acadêmicos que são tomados como base de informação.

Apesar disso, é importante ressaltar que vários estudos lançados a partir do século XXI têm indicado boas possibilidades de renovação historiográficas, algumas delas colocadas

³⁴ Cf.: BURKE, Peter. *História e teoria social*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

inclusive no campo político e ou biográfico³⁵. O que me faz pensar que talvez possa me associar a estes trabalhos a partir do estudo da trajetória senatorial de Lauro Sodré.

O nome de Lauro Sodré despontou para mim como possibilidade investigativa ainda no período em que realizei o mestrado no Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, da UFPA, entre 2009 e 2011. Na ocasião, realizei um estudo sobre a maçonaria paraense no século XIX a partir da identificação nominal de um conjunto de 905 maçons entre o período de 1872 e 1892, organizados em função da filiação, nacionalidade, ocupação e relação com a política dirigente ou com a imprensa. O objetivo era, primeiramente, o de dar visibilidade a sujeitos que faziam parte de uma associação que se pretendia secreta e, ao mesmo tempo, compreendê-los a partir de seus posicionamentos socioeconômicos. Depois disso, o enfoque do trabalho recaiu sobre a formação de um pequeno grupo que criou as bases e dirigiu o jornalismo maçônico na capital paraense. Em meio a esses tantos nomes, o de Lauro Sodré parecia ser apenas mais um.

Tendo sido iniciado na maçonaria em Belém, no ano de 1888, na *Loja Harmonia*, Lauro Sodré não foi um dos membros mais ativos nesse momento e nem se aproximou do grupo que desde os eventos da *Questão Religiosa* administrava a instituição e direcionava sua atuação na imprensa. Ou seja, mesmo tendo fortes posições anticlericais provenientes do seu envolvimento com o positivismo e de se envolver em inúmeras polêmicas com o bispo do Pará, D. Macedo Costa, Lauro Sodré parecia distante dos “irmãos” mais atuantes no campo maçônico. Mas, a partir de 1904 esse mesmo Lauro Sodré se tornou o grão-mestre do Grande Oriente do Brasil, ou seja, o principal dirigente maçônico do país. A aparente discrepância de uma cena para outra me deixou bastante intrigado.

³⁵ Dentre estes estudos de renovação da historiografia paraense no período republicano seria possível citar: AMARAL, Alexandre Souza. *Vamos à vacina? Doenças, saúde e práticas médico-sanitárias em Belém (1904-1911)*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará, 2006; COELHO, Alan Watrin. *A ciência do governar: positivismo, evolucionismo e natureza em Lauro Sodré*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará, 2006; COELHO, Geraldo Mártires. *No coração do povo: o monumento à República em Belém 1891-1897*. Belém: Paka-Tatu, 2002; COIMBRA, Adriana. *A cidade como narrativa: Francisco Bolonha e o papel da arquitetura e da engenharia no processo de modernização da cidade de Belém – 1897-1938*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2014; CUNHA, Marly Solange Carvalho da. *“Matutos” ou “astutos”? Oligarquia e coronelismo no Pará republicano (1897-1909)*. Dissertação (História Social da Amazônia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade federal do Pará, 2008; FARIAS, William Gaia. *A construção da República no Pará (1886-1897)*. Belém: Editora Açai, 2016; FERREIRA, Tiago B. *A interiorização da República: o jogo político no Salgado Paraense durante a Primeira República (1889-1903)*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará. Belém, 2015; MOURA, Daniella de Almeida. *A República paraense em festa (1890-1911)*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará, 2008. Belém, SARGES, Maria de Nazaré. *Memórias do velho intendente: Antônio Lemos (1969-1973)*. Belém: Paka-tatu, 2002.

De forma que, a intenção inicial era estudar o grão-mestrado de Lauro Sodré e entender o que isso havia representado para a maçonaria paraense. Esse plano foi abandonado logo de início ao se perceber que no mesmo período Lauro Sodré havia sido tantas outras coisas e que, provavelmente, seria um erro querer pensá-lo em função apenas do pertencimento a maçonaria ou a qualquer outro grupo social.

Decidi então estudá-lo em função de sua trajetória de senador da República por entender que, estrategicamente, essa era uma colocação social que pressupunha exatamente a construção de articulações de toda espécie. Assim, teria condições de analisar o seu perfil parlamentar e, ao mesmo tempo, atentar para as relações que ele estabelecia fora da Câmara Alta, inclusive, com a maçonaria.

O desafio desta opção acabou sendo a amplitude do tema e o próprio recorte cronológico adotado (1897-1930): precisei investigar oficialmente um período de cerca de 30 anos, mas extraoficialmente o recorte subiu, pela necessidade de se recuar no tempo para poder entender e saber explicar quem era Lauro Sodré, afinal. Ainda assim, acredito que essa foi a escolha mais acertada, não por qualquer pretensão de totalidade, mas por ela reconhecer que um mesmo indivíduo pode ser muitas coisas ao mesmo tempo e ao longo do tempo. Percepção esta que evita a apreensão da realidade e do sujeito como elemento estático e que, espero, poderá me ajudar a demonstrar a possibilidade de se pensar Lauro Sodré para além de sua condição de republicano histórico e positivista aguerrido, visões que ainda imperam na historiografia.

O trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro busco considerar mais diretamente os dois primeiros mandatos senatoriais de Lauro Sodré, um pelo Pará (1897-1902), outro pelo Rio de Janeiro (1903-1911), estabelecendo considerações sobre o perfil parlamentar que ele construiu, as principais pautas com as quais se vinculou e os conflitos que vivenciou dentro e fora do Senado Federal.

O segundo capítulo também segue uma perspectiva mais próxima do campo político. Nele abordo os dois últimos mandatos senatoriais de Sodré, 1912-1916 e 1921-1930, e as interseções da política federal com a estadual. Tento demonstrar como os *lauristas* conseguiram sair da condição de minoria política e conquistar a hegemonia estadual nesse período, bem como o que isso significou para a carreira política de Lauro Sodré.

O terceiro capítulo trata de questões mais diversificadas que circundaram a trajetória de Lauro Sodré. Neste caso, a noção de poder é ampliada para além do campo político institucional e passa a dizer respeito ao poder simbólico conquistado de maneira mais ampla através de práticas escritas, estéticas e de sociabilidade.

Quero demonstrar com estes capítulos que Lauro Sodré conseguiu transitar entre o campo político do Pará para o do Rio de Janeiro e flutuar entre a política federal para a estadual e vice-versa, mas não sem percalços, conflitos e tensões. Também tentarei indicar que a colocação política acabou sendo para Lauro Sodré um lugar de exercício da intelectualidade e de vazão a ímpetus salvacionistas.

Do ponto de vista documental, o trabalho foi constituído mais diretamente a partir da análise e cruzamento de informações dos *Anais do Senado Federal*³⁶, 3 jornais paraenses (*A Província do Pará, Folha do Norte e Estado do Pará*), 3 jornais cariocas (*Jornal do Commercio, O Paiz, Correio da Manhã*), 4 revistas ilustradas (*A Semana, O Malho, Fon-Fon!, Careta*), a *Coleção Particular de Lauro Sodré, Coleção Particular Luiz Barreiros*, a produção intelectual de Lauro Sodré e algumas obras raras.

Os materiais foram selecionados, analisados e ou reunidos nas seguintes instituições: Biblioteca Pública Arthur Vianna, Arquivo Histórico do Exército, Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, Fundação Casa de Rui Barbosa, Museu Casa de Benjamin Constant e Museu da República. Em domínio eletrônico consultei materiais da Hemeroteca Digital, da Biblioteca Nacional, e no sítio da Fundação Casa de Rui Barbosa e do Senado Federal.

Além dos acervos institucionais, é preciso ressaltar que na ânsia de encontrar novos conjuntos documentais procurei identificar e empreender contatos com descendentes de Lauro Sodré em Belém e no Rio de Janeiro. A partir disso tive oportunidade de conhecer familiares e consultar 6 acervos pessoais, sendo eles os de: Dora Sodré, Heloisa Keller, Sonia Etrusco, Vanda Viveiros de Castro, Maria Viveiros de Castro e Carmen Viveiros de Castro.

Dentre outras coisas, nestes acervos foi possível encontrar objetos raríssimos, como um inventário elaborado pelo pai de Lauro Sodré em 1868, recortes de jornais, anotações, cartas, telegramas, livros e grande quantitativo de fotos. Todo o material e as conversas estabelecidas se revelaram muito importantes para uma melhor compreensão do sujeito histórico que estava querendo retratar. Nem tudo, obviamente, aparecerá aqui neste trabalho, pois não cabe, mas parte significativa desse material foi doado para o Centro de Memória da Amazônia (UFPA) e para o Museu do Tribunal de Justiça do Pará, que funciona no antigo prédio do Instituto Lauro Sodré. O que talvez possa ser pensado como uma contribuição indireta da pesquisa.

³⁶ É importante ressaltar que trabalhei com a versão digital dos documentos disponibilizados no sítio do Senado Federal. Nesta coleção estão ausentes os volumes do período de 1927-1930. De forma geral, os *Anais do Senado* apresentam uma documentação serial fundada na ideia da reprodução e arquivamento por meio de transcrição dos discursos, debates e votações ocorridos nas sessões anuais da Câmara Alta do poder Legislativo Republicano.

Também estabeleci contato com Sarah Aguiar, descendente de Silva Rosado, um *ex-laurista* e, posteriormente adversário político de Sodré no Pará, que gentilmente compartilhou a reprodução de uma tela em que ele foi retratado e um livro escrito por Rosado que muito contribuíram para a construção do segundo capítulo do trabalho.

Ao longo do estudo pretendo responder aos seguintes questionamentos: quais eram as estratégias políticas de Lauro Sodré? O que significava viver no Rio de Janeiro e representar o Pará? Como entender sua inserção na política carioca? Qual o seu perfil enquanto parlamentar? O que dizia sobre si mesmo? Como era retratado? O que fazia fora do Senado Federal? Como se relacionava com os círculos de poder do período da Primeira República?

Não prometo revoluções historiográficas, mas garanto que as respostas destas perguntas irão indicar mais objetivamente algumas das tramas republicanas costuradas via Rio de Janeiro-Belém.

Agora vamos à narrativa.

CAPÍTULO 1 – DO PARÁ AO DISTRITO FEDERAL: LAURO SODRÉ, UM SENADOR MILITAR

Em fevereiro de 1897, Lauro Sodré concluiu seu mandato de governador do Pará. Catedrático da Escola Militar que era, no mês seguinte embarcou para o Rio de Janeiro a fim de se reapresentar ao Exército. Nesse período, o major Antonio Baena, eleito vice-governador do Pará, renunciou seu assento no Senado Federal e, após eleição suplementar realizada em junho do mesmo ano, Lauro Sodré assumiu o seu lugar, juntando-se assim a Justo Chermont e Manoel Barata na representação paraense da Câmara Alta. Começaria aí a trajetória senatorial de um dos políticos mais controversos da Primeira República (1889-1930).

A proposta deste capítulo é analisar os dois primeiros mandatos de Lauro Sodré no Senado Federal, Pará (1897-1902) e Distrito Federal (1903-1911), buscando compreender seu perfil de atuação, os principais temas com os quais buscou se vincular e as tensões inerentes ao seu exercício de poder. No correr da narrativa valido e questiono pontos da biografia de Sodré, bem como relativizo e proponho percepções historiográficas relacionadas à sua trajetória.

Para desenvolver a reflexão procurei ter em mente os conceitos de *campo*, *habitus*, *capital simbólico* e *representação política* formulados por Pierre Bourdieu, por entender que tal instrumental teórico ajuda na compreensão das regularidades do processo político, seus conflitos internos, jogos de aparência e as interações com o restante da sociedade¹.

Como base documental utilizei mais diretamente a coleção dos *Anais do Senado Federal*, os jornais de época previamente selecionados para a pesquisa, algumas iconografias representativas dos processos históricos relatados e os assentamentos funcionais de Lauro Sodré no Exército.

A partir disso quero demonstrar que através da contraditória identidade de senador militar, Lauro Sodré conseguiu arregimentar uma fiel base política civil-militar que lhe

¹ Bourdieu sugere, por exemplo, que a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção), isto é, que legitima as distinções compelindo todas as culturas, tornadas subculturas, a se definirem pela distância em relação à cultura dominante. Neste caso, pensando o período republicano, seria possível afirmar que a cultura política forjada no processo de consolidação do novo regime ao mesmo tempo em que buscou aproximar o povo dos símbolos e instituições republicanas soube garantir a colocação e perpetuação de uma determinada elite no poder. C.f.: BOURDIEU, Pierre. Op. Cit. 2002, p.11.

garantiu o trânsito entre dois campos políticos distintos e condições para desafiar o sistema oligárquico então vigente.

1.1 – A trajetória de Lauro Sodré até o Senado Federal

Lauro Nina Sodré e Silva nasceu em Belém, na manhã de 17 de outubro de 1858. Filho de Antônio Fernando Sodré e Silva e Ana Check Nina Sodré e Silva, era o mais novo dos 5 filhos do casal. A rocinha onde a família residia, chamada nos livros antigos de *Tentativa*, situava-se na antiga rua Cruz das Almas, bairro da Cidade Velha, no trecho entre o antigo gasômetro até as proximidades do Arsenal da Marinha².

Aos 2 anos, Lauro Sodré ficou órfão de mãe e viveu por certo período com a avó materna, Maria Check, em uma residência nas proximidades do Largo do Quartel. Maria Check também era avó de Samuel Wallace Mac-Dowell, figura que exerceria alguma influência sobre as predileções do jovem Lauro³.

Seu pai, Antônio Fernando, apontado como funcionário da municipalidade, contraiu novas núpcias com Hilária Paiva, professora no *Colégio do Amparo*, tendo com ela mais quatro filhos. A família seria devotadamente católica e, durante a juventude, Lauro Sodré teria sido “muito chegado à igreja”, onde ajudava nas missas aos domingos⁴.

Os relatos biográficos elaborados sobre Lauro Sodré, inclusive aqueles produzidos por seus filhos, nada dizem de muito consistente sobre as condições materiais da família ou mesmo a respeito de sua passagem pelo ensino primário. Contudo, neste último caso, alguns indícios sugerem que foi neste período que ele começou a se notabilizar em Belém.

² De modo geral, os autores biógrafos descrevem a casa dos Sodré e Silva como ampla e antiga, com um pomar nos fundos e mais além uma região de mata, onde Lauro costumava brincar quando criança. Quanto ao logradouro preciso, existe certa discordância. Enquanto a maioria dos autores indica a Rua Cruz das Almas, Ernesto Cruz afirma que o endereço correto seria na Arcipreste Manoel Teodoro e Emmanuel Sodré fala na Estrada da Queimada. Ver: TRAÇOS biográficos do Dr. Lauro Sodré. *Op. Cit.*, p.32. *Ibid.* p.3; SODRÉ, Benjamin. *Op. Cit.*, 1956, *passim*. SODRÉ, Emmanuel. *Op. Cit.*, 1970. Cf.: CRUZ, Ernesto. “A casa onde nasceu Lauro Sodré”. In: *A Província do Pará*. Belém, 02 de novembro de 1958, p.1.

³ Em termos do que estabelece atualmente a legislação brasileira, seriam parentes em quarto grau. Acerca dessa relação, as biografias e perfis biográficos de Lauro Sodré apontam o seguinte: a avó materna de Lauro Sodré, Maria Check, casou-se duas vezes. No primeiro enlace, com Samuel Wallace Mac-Dowell (I), comerciante escocês, tivera Samuel Wallace Mac-Dowell (II) que estabeleceu residência em Pernambuco e se casou com Maria Vicência Clara de Sá. O casal deu origem à Samuel Wallace Mac-Dowell (III), que viria a ser renomado jurista e membro do Conselho de Estado do imperador D. Pedro II. Ainda criança, Samuel Wallace Mac-Dowell (III) ficou órfão dos pais e foi levado ao Pará para ser criado pela avó paterna. Após o falecimento do primeiro marido, Maria Check casou-se com Raimundo Veríssimo Nina. Da nova união nasceu a mãe de Lauro Sodré, Ana Check.

⁴ SODRÉ, Benjamin. *Op. Cit.*, 1956, *passim*.

A edição de 23 de dezembro de 1868 do *Jornal do Pará* guarda informações a respeito do exame final prestado por Lauro Sodré, aos 10 anos de idade, quando ainda era aluno da escola pública do 1º distrito da capital, então comandada pelo professor Mathias José dos Santos⁵.

Os regulamentos da época permitiam que toda pessoa acima de 21 anos, de comprovada idoneidade moral, se candidatasse ao cargo professoral. Conforme indicou Vitor Nery, era “permitido a qualquer pessoa, em qualquer localidade da província, abrir escolas de instrução primária”, desde que comprovasse junto ao governo a aptidão para o ensino por meio de exame de suficiência. As escolas públicas eram providas por meio de concursos públicos ou interinamente pelo aproveitamento de profissionais que atuavam em instituições particulares⁶.

Os espaços escolares de ensino primário costumavam ser precários, muito em função da ausência de recursos do governo. Dessa forma, parte significativa das responsabilidades materiais acabava ficando a encargo dos professores. O regulamento do ensino primário de 1860, por exemplo, estabelecia que os professores eram obrigados a alugar, às suas custas, casas em condições de receber o maior número possível de alunos. O estado oferecia, em contrapartida, gratificações pecuniárias conforme a localização dos espaços. Por outro lado, cobrava também dos profissionais a obtenção dos materiais considerados indispensáveis ao ensino, como bancos, cadeiras ou mesas para escrita, cadeira e mesa de professor, quadro, papel, penas, tinta, lápis e compêndios para serem distribuídos aos alunos mais pobres⁷.

É provável que a classe regida pelo professor Mathias José dos Santos se encontrasse dentro desta realidade. Dele, pouco se sabe, apenas que tinha como primeiro ofício o posto de alferes da Guarda Nacional no 2º Batalhão de Infantaria e adquirira o direito a vitaliciedade na atuação professoral. Entre 1868 e 1869, lecionou na rua dos Cavaleiros⁸, hoje Dr. Malcher, um logradouro próximo à Cruz das Almas, onde residia a família Sodré e Silva.

Os exames finais dos alunos das escolas primárias eram aplicados entre os meses de novembro e dezembro. Nesta ocasião, os educandos declarados aptos pelos professores eram avaliados publicamente por uma banca formada pelo delegado de instrução pública e mais três

⁵ *JORNAL DO PARÁ*. Belém, 23 de dezembro de 1868, p.2.

⁶ NERY, Vitor Sousa Cunha. *Instrução pública primária na província do Pará na segunda metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade do Estado do Pará, Belém, 2013, p.48.

⁷ *GAZETA OFFICIAL*. Belém, 27 de abril de 1860, pp.1-4.

⁸ *ALMANACH* administrativo, mercantil, industrial e noticioso da Província do Pará. Ano II. Belém, Carlos Seidl & C.^a, 1869, p.65.

professores nomeados. Em caso de bom desempenho, os alunos recebiam atestado de aprovação expedido pelo diretor de instrução pública e pelos demais avaliadores, o que permitia a continuidade dos estudos⁹.

Foi neste contexto que Lauro Sodré se apresentou ao exame que marcou sua passagem ao ensino secundário. A nota do *Jornal do Pará* relata que 62 alunos compareceram e 17 faltaram ao exame do dia 05 de dezembro de 1868. Dentre os presentes, Sodré figurou como um dos educandos de 4º classe plenamente aprovados pela banca avaliadora. Além disso, foi um dos 4 alunos que recebeu voto de distinção e, dentre estes, o que mais se destacara, recebendo por isso o prêmio de honra daquele ano.

Durante o ensino secundário, Lauro Sodré continuou sendo mencionado com distinção nas notas relativas à instrução pública divulgadas na imprensa paraense. Foi sucessivamente aprovado com destaque nas disciplinas de Língua Portuguesa, Inglês, Francês, Latim, Álgebra, Aritmética, Geometria, História, Retórica e Gramática Filosófica. O que levou o comissário especial do governo, Francisco da Silva Castro, a afirmar que não poderia terminar o seu relatório dos exames gerais de 1875 sem fazer menção especial aos nomes de Lauro Sodré e Raymundo Cyriaco Alves da Cunha, os únicos aprovados plenamente e com distinção nos exames daquele ano. Alves da Cunha se destacara no exame de Latim, enquanto Sodré se sobressaiu em Gramática Filosófica, Latim e Álgebra. De tal forma que o comissário se viu na incumbência de chamar a atenção do governo do estado para o talento do jovem Lauro Sodré e prever para ele um futuro promissor:

Aquele aluno, se cultivar com esmero o seu engenho, e não desperdiçar os dotes de espírito que Deus por sua onipotência o quis favorecer, chegará certamente um dia a ser nas ciências exatas, não direi já uma águia, mas pelo menos uma admirável notabilidade. São nele assaz pronunciadas as disposições frenológicas para tais estudos. As duas bossas dos *números* ou das *matemáticas*, e a outra da *individualidade* estão no seu crânio bastante salientes, para que se possa admitir aquela profecia¹⁰.

O fundamento pseudocientífico adotado por Castro deve ser questionado, mas, de um jeito ou de outro, sua “profecia” reforça a ideia enunciada por alguns autores – e por mestre Chico – de que Lauro Sodré foi reputado como talento intelectual desde muito novo.

⁹ NERY, Vitor Sousa Cunha. *Instrução pública primária na província do Pará na segunda metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade do Estado do Pará, Belém, 2013, pp.55-56.

¹⁰ JORNAL DO PARÁ. Belém, 09 de janeiro de 1876, p.2.

No Liceu Paraense, além de Alves da Cunha, Lauro Sodré foi contemporâneo de nomes como Serzedello Correa, Ignácio Moura e Veiga Cabral¹¹. E ali começou, de fato, a ser talhado para a vida pública, pois, como observou Maria França, o Liceu Paraense não era uma instituição acessível a todos e tinha como principal tarefa a formação do quadro de pessoal a ser absorvido pela burocracia estadual, haja vista o fato da província não contar com cursos superiores¹².

Neste sentido, conforme indicou José Murilo de Carvalho, é importante perceber que a formação educacional no século XIX servia como treinamento e homogeneização ideológica para implantação de modelos políticos que se pretendiam dominantes e, ao mesmo tempo, para redução de conflitos intra-elites na medida em que instituía o compromisso de uma modernização conservadora¹³.

Ainda no Liceu Paraense Lauro Sodré começou a assumir um papel de liderança entre os jovens de tendência liberal de Belém e a fazer as suas primeiras contribuições na imprensa paraense por meio do jornal literário e estudantil *A Esperança*¹⁴. Essa postura intelectual e os laços de sociabilidade política que começou a fazer a partir daí fariam dele um dos expoentes da geração intelectual paraense de 1870 ao lado de José Veríssimo¹⁵.

Em suma, a geração de 1870 no Brasil alimentou o sonho de progresso material e humano a partir da valorização da cultura europeia, projetada como instrumento de salvação do atraso brasileiro. As palavras de ordem dessa “geração modernista”, de acordo com o consagrado estudo de Nicolau Sevcenko, giravam em torno da superação do atraso que o regime imperial representava e da defesa das grandes reformas redentoras representadas pela

¹¹ TRAÇOS biográficos do Dr. Lauro Sodré. Op. Cit. p.4.

¹² FRANÇA, Maria do P. S. G. S. A. *Raízes históricas do ensino secundário público na província do Grão-Pará: O Liceu Paraense (1840-1889)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1997, p.151.

¹³ CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem/teatro de sombras: a elite política imperial*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.35.

¹⁴ A referência a este jornal é feita nas duas obras de Ricardo Borges consideradas neste trabalho. Belém teve pelo menos três publicações com este título durante a década de 1870. A primeira delas, ainda em 1870, teria sido um pequeno semanário de duas colunas. A segunda, de 1874, um jornal literário impresso na Tipografia do Futuro, a mesma tipografia que rodara o jornal maçônico *O Pelicano* (1872) e mais adiante se encarregaria de lançar *A Província do Pará* (1876). A terceira folha, de 1876, foi o 149º o periódico a surgir na capital do Pará. C.f., respectivamente: BELLIDO, Remijio de. *Catálogo dos jornais paraenses (1822-1908)*. Pará: Imprensa Oficial, 1908, p.53; PARÁ, Biblioteca Pública do. *Jornais paraoaras: catálogo*. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo, 1985, p.71; ROCQUE, Carlos. *Grande enciclopédia da Amazônia*. V. III. Belém: Amazônia editoria LTDA, p.649. Considerando a ausência de apontamentos mais significativos, mas também as memórias produzidas pelo próprio Lauro Sodré que indicou, em dado momento de sua produção autobiográfica, a ser mencionada ainda nesta seção, ter escrito poesias para a imprensa de Belém na década de 1870, presumo que a tal folha tenha mesmo sido a de 1874.

¹⁵ MORAES, F. T. *José Veríssimo (1857-1916), intelectual amazônico: Geração 1870 e a educação no Grão-Pará (1877-1891)*. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018, p.131.

abolição, república e democracia¹⁶. O que deu origem a toda sorte de homens de letras e, no caso de Sodré, de militares, engajados política e socialmente.

Ao mesmo tempo em que concluía o ensino secundarista, Sodré experimentou período de intensa proximidade de seu “primo irmão”, como costumava dizer, o advogado Samuel Wallace Mac-Dowell, ainda membro do Partido Liberal. O futuro deputado provincial, deputado geral ministro e conselheiro do imperador, era 15 anos mais velho que Sodré e foi uma de suas primeiras influências intelectuais. Lauro Sodré chegou a auxiliar Mac-Dowell no escritório de advocacia e a colaborar no jornal de sua propriedade, *A Regeneração*¹⁷. Não por acaso, o jovem estudante passou a mostrar grande interesse pelos estudos jurídicos.

De acordo com o filho, Benjamin Sodré, os principais divertimentos do jovem Lauro neste momento giravam em torno de simular juris, “onde, em geral, figurava como advogado, discursando e debatendo com ênfase” e de realizar eleições, “às vezes em casa, envolvendo nas campanhas eleitorais, agitadas, as irmãs e os escravos da família”¹⁸. Em uma colocação que muito faz lembrar a crônica sobre o mestre Chico, de Eustachio de Azevedo.

Entretanto, não tendo recursos para ingressar em uma das faculdades de Direito existentes na época, ao concluir o curso de Humanidades do Liceu Paraense, em 1876, Lauro Sodré optou por assentar praça no 4º Batalhão de Artilharia a Pé, no Pará, rumo ao Batalhão de Engenheiros, no Rio de Janeiro, a fim de dar continuidade nos estudos na famosa Escola Militar do Brasil, localizada no entorno da Praia Vermelha¹⁹.

Ao menos, essa é a versão mais contada quanto ao seu ingresso no Exército. Gostaria, no entanto, de sinalizar para uma outra motivação, talvez, complementar a esta de ordem material. É possível que elementos de ordem familiar tenham também pesado na escolha de Lauro Sodré. Afinal, seu avô materno, Raimundo Veríssimo Nina, havia sido capitão do Exército. O que indica, minimamente, que o elemento militar não era assim tão estranho ao

¹⁶ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e a criação cultural na Primeira República*. 2º Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, pp.96-97.

¹⁷ HURLEY, Henrique Jorge. p.573.

¹⁸ *Id. loc. cit.*

¹⁹ A observação biográfica está de acordo com o estudo de José Murilo de Carvalho sobre a formação da elite intelectual brasileira no XIX. Segundo o autor, as pessoas com menores recursos completavam a formação secundária nos seminários religiosos, para uma carreira eclesiástica, na Escola Militar, para carreira no Exército, ou ainda na Escola Politécnica e a Escola de Minas para formação técnica. Devendo-se observar que, se o ensino secundário já contava como mecanismo de distinção e formação do corpo burocrático do Estado, a educação superior constituía-se no principal elemento de unificação ideológica da elite imperial, por três motivos destacados: 1) quase toda a elite possuía estudos superiores, o que dá ensejo a famosa metáfora da “ilha de letrados num mar de analfabetos”; 2) os cursos superiores brasileiros se concentravam na formação jurídica e formavam um núcleo homogêneo em termos de conhecimentos e habilidades; 3) a oferta de cursos na área jurídica se restringia a 2 capitais, Recife (antes de 1854, Olinda) e São Paulo. Considerando-se os cursos de medicina essa oferta ampliava-se para 4 capitais. C.f.: CARVALHO, José Murilo. *Op. Cit.*, 2007, pp.65-74.

contexto familiar. Além disso, o filho Benjamin Sodré, sugere em seu relato que Lauro foi fortemente impactado pela *Guerra do Paraguai* na medida em que acompanhou de perto, dos 7 aos 12 anos, as “comoventes partidas de tropas e voluntários, de conhecidos e amigos de seu pai, entre os quais estava o seu futuro sogro”, Antônio do Ó de Almeida, também militar e vizinho da família.

Esse ponto me parece interessante, pois, embora não diminua a tese de que Lauro Sodré ingressou no Exército mais por uma questão de conveniência, faz pensar que de alguma maneira ele construiu na juventude uma identificação com as Forças Armadas. Afinal, por conveniência ou não, a formação militar acabou sendo um dos traços distintivos de sua atuação política.

A partida de Lauro Sodré para o Rio de Janeiro foi assunto na imprensa paraense. O jornal *O Liberal do Pará* destacou que o “jovem e inteligente paraense” havia embarcado para a corte no dia 17 de novembro a fim de se matricular na academia militar. A nota indica a relativa popularidade que Lauro Sodré alcançara em Belém ao ressaltar que, na qualidade de “aluno distinto”, “estimado de seus lentes e de seus colegas”, tivera um embarque concorrido por mais de sessenta pessoas. E, reforçando o caráter prodigioso do estudante, o periódico encerra sua mensagem desejando que Sodré conseguisse chegar ao lugar ao qual estava destinado²⁰.

De modo que, além das suas próprias expectativas, Lauro Sodré parecia carregar consigo as expectativas daqueles que de alguma forma acompanhavam a sua curta trajetória e já lhe reputavam como jovem promissor. Entre a “profecia” do comissário de governo e o “destino” apregoado pela folha paraense, Sodré chegou na Escola Militar disposto a continuar repetindo o bom desempenho acadêmico que tivera no Pará.

A colocação no meio militar, contudo, implicava em um processo de constituição de um *habitus* institucional específico, marcado por conteúdos, símbolos e práticas através das quais os militares passavam a se reconhecer, orientar e se relacionar entre si e com o restante da sociedade.

Neste caso, o estudo de Celso Castro sobre o grupo de oficiais militares que se mostrou mais participativo no processo de implantação da República fornece boas bases para

²⁰ O LIBERAL DO PARÁ. Belém, 21 de novembro de 1876, p.1.

compreensão dos elementos culturais que permeavam aquilo que o autor chama de socialização profissional dos militares²¹.

Em linhas gerais, essa socialização profissional ou adoção do *habitus* institucional, passava diretamente pelo convívio intenso e prolongado no “Tabernáculo da Ciência”, como a Escola Militar era chamada pelos estudantes que viviam em regime de internato e compartilhavam de atividades, lazeres e grêmios estudantis. Outro traço relevante desse “espírito de corpo” era a ênfase na separação do mundo civil. A própria referência a ideia de um tabernáculo sugere a ideia de que nem todos tinham condições de estar ali, vivenciando a rigidez da disciplina militar e assimilando os conhecimentos científicos que a instituição tinha para a oferecer. Essa supervalorização do mérito e a predominância da mentalidade cientificista formaram, segundo Castro, a base da chamada “mocidade militar” que se mostraria influente na implantação da República²².

A partir das informações dos assentamentos funcionais de Lauro Sodré, guardados pelo Arquivo Histórico do Exército, e de outras informações de época, é possível conhecer minimamente o seu percurso nesta etapa formativa.

Lauro Sodré se apresentou ao Batalhão de Engenheiros, no Rio de Janeiro, em 06 de dezembro de 1876 e no início do ano seguinte, mais precisamente no dia 02 de janeiro, obteve autorização para se matricular na escola preparatória²³.

O Decreto 5.529, de 17 de janeiro de 1874, que regulamentava as atividades das escolas militares naquele momento, estabelecia como primeira etapa da formação de oficial o ingresso na escola preparatória, anexa à escola militar. Essa fase era destinada ao ensino das doutrinas militares introdutórias e da instrução prática elementar das diferentes armas exigidas para os cursos militares. Funcionava em regime de internato e podia durar até 3 anos. Seu programa de ensino compreendia gramática portuguesa, línguas francesa e inglesa, história, geografia, aritmética, álgebra elementar, geometria, trigonometria plana, desenho linear, geometria prática, administração de companhia e de corpos, ginástica, esgrima e natação²⁴.

²¹ CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Edição digital. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2013.

²² CASTRO, Celso. Op. Cit. 2013, pp.22-30.

²³ Id. Ibid. p.31.

²⁴ BRASIL. Decreto-lei nº 5.529, 17 de janeiro de 1874. Regulamento para as escolas do Exército. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5529-17-janeiro-1874-550076-publicacaooriginal-65706-pe.html#:~:text=Approva%20o%20Regulamento%20para%20as%20Escolas%20do%20Exercito.&text=1%C2%BA%20A%20instruc%C3%A7%C3%A3o%20militar%20theorica,preparatoria%20e%20na%20escola%20militar>. Acesso em: 26/05/2019.

O estudante paraense precisou de apenas um ano para concluir o curso preparatório. Foi aprovado em todas as disciplinas do programa e recebeu distinção nas ciências matemáticas. Em 16 de janeiro de 1878 foi matriculado do curso superior da Escola Militar²⁵.

De acordo com o regulamento, o curso superior tinha duração de 5 anos e fornecia o ensino considerado indispensável aos oficiais das três armas do Exército, dos corpos de estado maior da 1º e 2º classe e aos engenheiros militares. Por isso, o seu programa de ensino era bem mais extenso e aprofundado em relação ao da escola preparatória, abrangendo disciplinas como cálculo diferencial e integral, física experimental, química inorgânica, geologia, botânica, topografia, ótica, tática, estratégia e história militar, astronomia, economia política, direito internacional aplicado às relações de guerra, desenho de fortificação e desenho geográfico, dentre outras.

Os alunos plenamente aprovados nos 2 primeiros anos de formação eram considerados concluintes do curso de cavalaria e infantaria, os aprovados nas matérias dos 3 anos eram considerados concluintes do curso de artilharia, os plenamente aprovados no 4º ano eram reconhecidos com o curso de estado maior 1º classe e, finalmente, os aprovados nas doutrinas dos 5 anos da escola militar, habilitados em desenho e instrução prática, eram considerados detentores do curso de engenharia militar. A estes o regulamento ainda previa a concessão do grau de bacharel em matemáticas e ciências físicas em caso de comprovação de habilitação em latim, filosofia e retórica²⁶.

Durante os anos de 1878 e 1879, Lauro Sodré realizou o curso de infantaria e cavalaria, sendo seguidamente aprovado com distinções. De tal forma que, pela ordem do dia de número 1.486, de 13 de dezembro de 1879, foi nomeado alferes-aluno²⁷. Condição esta exclusiva aos alunos que conseguiam se destacar nos anos iniciais de Escola Militar, representando além da distinção pelo desempenho escolar, um substancial aumento nos vencimentos e o reforço dos valores meritocráticos do meio militar²⁸.

No Pará, as notícias de seu desempenho continuavam circulando e rendendo ao seu pai, Antonio Fernando Sodré e Silva, as congratulações pelo sucesso que o filho ia também obtendo no Rio de Janeiro²⁹. Enquanto isso, o jovem Lauro Sodré conhecia a doutrina

²⁵ MINISTÉRIO DA DEFESA. “Pasta funcional de Lauro Sodré”. In: *Arquivo Histórico do Exército*. Pasta II.23.60.

²⁶ Id. Ibid.

²⁷ BRASIL, Exército. Índice das ordens do dia da repartição de ajudante general no ano de 1879. Rio de Janeiro. Typographia Nacional, 1880, p.553.

²⁸ CASTRO, Celso. Op. Cit., 2013, p.31.

²⁹ C.f.: O LIBERAL DO PARÁ. Belém, 13 de dezembro de 1871, p.1; A CONSTITUIÇÃO. Belém, 27 de dezembro de 1879, p.1.

filosófica que mudaria substancialmente sua forma de compreender o mundo. Ele ajudou a fundar o Clube Acadêmico Positivista e, ainda em 1878, passou a colaborar com artigos e, em seguida, com a edição da *Revista da Sociedade Phenix Litterária*, uma publicação atrelada à mocidade militar do Rio de Janeiro e onde constam as suas primeiras incursões escritas sobre o positivismo³⁰.

De modo geral, estes artigos assinalam a predominância do ensino teórico na Escola Militar e a preferência que parte significativa dos jovens oficiais ainda em formação manifestava pelos assuntos intelectuais em detrimento da própria profissionalização militar³¹.

Além disso, para o caso de Lauro Sodré, mais especificamente, representavam também a sua rejeição ao catolicismo, a enunciação da lei dos três estados de Augusto Comte, o combate ao pensamento teológico e metafísico, a proposição de leis naturais e imutáveis para explicar os fenômenos sociais, a defesa irrestrita da ciência e da razão e o tom polemista que ele sustentaria por longos anos.

A filosofia positivista deu a Lauro Sodré nova perspectiva teórica e o fôlego discursivo através do qual ele passou a interpretar os acontecimentos sociais, a carreira militar e o cenário político brasileiro. Não há como saber ao certo o impacto que a adoção de tal credo filosófico ocasionou em seu seio familiar, sabidamente católico. Mas, ele claramente marca um processo de independência pessoal e de ruptura de Lauro Sodré em relação às tradições e ao pensamento político-religioso predominante na sociedade brasileira.

Neste sentido, em uma das séries de artigos que fez publicar na revista, travando debate com um interlocutor defensor da doutrina católica, Sodré se posicionou nos seguintes termos:

E, meu colega, o pior de todos os métodos de argumentação é sem dúvida esse de bradar *urbi et orbe* que são crenças recebidas de nossos pais e de nossos avós. Seria a lei do *status quo*, a negação de todo o progresso. O próprio Cristo, que eu e vós tanto admiramos, rompeu com todas as tradições do passado; atacou a rotina e lutou com os elementos de que ela dispõe. [...]
E, por mais que digais, é patente a decadência da instituição cristã, é visível e é próxima a sua total ruína.
Não há negar. Vós próprio o confessais em vosso artigo, porque apesar de cristão extremado, que corre em defesa de suas crenças aludidas, não vos achais com coragem bastante para defender o conjunto dos dogmas do cristianismo.
E é por isto que continuo a garantir-vos que o Cristianismo agoniza³².

³⁰ A *Revista da Sociedade Phenix Litterária* circulou no Rio de Janeiro entre os anos de 1878 e 1879. Era uma publicação mensal, impressa na Typographia do Imperial Instituto Artístico e que reunia em seu corpo editorial estudantes da Escola Militar como Rodolpho Gustavo da Paixão, Urbano Duarte de Oliveira, Dantas Barreto, Felipe Schimidt, dentre outros, além do próprio Lauro Sodré.

³¹ CASTRO, Celso. Op. Cit., 2013, p.37.

É de pleno conhecimento historiográfico que o contato de Lauro Sodré com o Benjamin Constant na Escola Militar ajudou a solidificar a base de pensamento cientificista e positivista do jovem paraense. Não se tratando, neste último caso, de um positivismo ortodoxo, como ele mais de uma vez faria questão de ressaltar em suas produções textuais, ainda que estivesse comprometido com as teses centrais da doutrina de Comte. Na sua perspectiva filosófica, apreendida do renomado professor militar, cabia espaço para a reflexão individual e para a crítica aos exageros da ortodoxia³³.

Em 1880, Lauro Sodré iniciou o 3º ano da formação superior e novamente com distinção concluiu o curso de artilharia. No ano seguinte foi promovido ao posto de 2º tenente e autorizado a iniciar o 4º ano da formação de oficial³⁴. Contudo, uma carta de Samuel Wallace Mac-Dowell acabou alterando o andamento das atividades de Lauro Sodré em 1881.

A missiva do renomado advogado e publicista tinha o intuito de comunicar o falecimento de Francisco Sodré, irmão do jovem oficial paraense. Além disso, em trecho da carta, mais tarde divulgada por um dos filhos de Lauro, Mac-Dowell também chamava atenção para o estado de saúde de Antonio Fernando: “Teu pai está paraplégico do lado esquerdo, fala com enorme dificuldade, mas eu espero que vá melhorando. [...] sobretudo se conseguir, como desejo, que ele e a família retirem-se daquela mortífera habitação”³⁵. Seu falecimento, no entanto, ocorreria ainda naquele ano. A delicada situação familiar fez com que o 2º tenente solicitasse o trancamento da matrícula na Escola Militar e a permissão para se dirigir a Belém, ficando neste período agregado ao 4º Batalhão de Artilharia³⁶.

Na capital paraense o jovem oficial não tratou apenas das questões de sua família, encontrando ocasião de atuar como avaliador dos exames gerais do Liceu Paraense³⁷ e, principalmente, de sustentar intensa querela jornalística com o clero paraense, dando início a

³² SODRÉ, Lauro. “O século XIX”. In: *Revista da Sociedade Phenix Literária*. Ano I, N. 6. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, junho de 1878, p.129.

³³ Durante toda a sua trajetória pública Lauro Sodré se guiou pela orientação positivista de Benjamin Constant. Neste sentido, importa ressaltar que o seu mentor na Escola Militar e no início do regime republicano tinha uma compreensão pessoal e eclética do positivismo, mantendo-se distante da ortodoxia por diferentes práticas como a vinculação com associações mutualistas e com o próprio Estado. Em 1885, rompeu com o Centro Positivista Brasileiro em função de discordâncias acerca da liberdade de pensamento. Além disso, sustentava mais o tipo pacifista do que o tipo militarista. Era contrário ao predomínio da força na política e sonhava com o fim dos exércitos. C.f.: LEMOS, Renato. *Benjamin Constant: vida e história*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, pp.225-257; CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, pp.40-48.

³⁴ MINISTÉRIO DA DEFESA. “Pasta funcional de Lauro Sodré”. In: *Arquivo Histórico do Exército*. Pasta II.23.60.

³⁵ SODRÉ, Emmanuel. Op. Cit. 1970, p.14.

³⁶ MINISTÉRIO DA DEFESA. “Pasta funcional de Lauro Sodré”. In: *Arquivo Histórico do Exército*. Pasta II.23.60.

³⁷ O LIBERAL DO PARÁ. Belém, 13 de julho de 1881, p.2.

um período de intensa atividade na imprensa de Belém, que apenas se acentuaria quando da implantação do regime republicano.

O conflito com a folha religiosa *A Boa Nova* nasceu dos artigos que Lauro Sodré fez publicar no jornal *A Província do Pará* com elucubrações filosóficas muito semelhantes àquelas que ele fizera na *Phenix Literária* e naquele momento divulgava na *Revista do Club Acadêmico da Escola Militar* no Rio de Janeiro³⁸. No Pará, contudo, o jovem discípulo de Augusto Comte e Benjamin Constant acabou encontrando um clero ainda aquecido pelas circunstâncias da Questão Religiosa e sob o comando de um dos seus principais personagens, o bispo Dom Macedo Costa, destacado representante da ala ultramontana da Igreja Católica no Brasil. O resultado deste choque de visões de mundo produziu inúmeras tentativas públicas de racionalização e refutação da fé cristã, de um lado, e de desmoralização e demonização do pensamento científico, de outro.

De acordo com Alan Coelho, a defesa irrestrita que Lauro Sodré fazia do cientificismo e, sobretudo, do positivismo, como única doutrina capaz de explicar com consistência e coerência a realidade, repercutiu bastante entre os setores letrados da capital paraense, gerando descontentamento no clero. Com isso, *A Boa Nova* tratou de investir contra a nomeação que o 2º tenente do Exército havia obtido para lecionar História no Liceu Paraense, alegando não ser possível tolerar como professor e guia da mocidade alguém que se dedicava ao alarde do ateísmo e do materialismo³⁹.

Com isso, Lauro Sodré teve a nomeação cancelada e retornou ao Rio de Janeiro para continuar a formação de oficial. A breve passagem pela capital paraense serviu, no entanto, para mostrar suas credenciais positivistas e indicar que a sua intelectualidade, antes tão livremente elogiada, poderia agora se voltar contra determinados setores da sociedade e da imprensa.

A ordem do dia 1.678 do Comando da Escola Militar, de 15 de março de 1882, deu conta da sua matrícula nas aulas do 4º ano do curso superior⁴⁰. Atestando assim o retardamento que sua formação de oficial sofrera diante do deslocamento ao Pará. Não fossem as intempéries familiares, aquele deveria ser o ano de conclusão do curso superior de Lauro

³⁸ A *Revista do Club Acadêmico da Escola Militar* tinha perfil semelhante ao da *Phenix Literária*. Era uma publicação mensal, impressa nas tipografias Litteraria e Polytechnica e que circulou no Rio de Janeiro entre 1881 a 1883. Entre seus colaboradores estavam nomes como Rodolpho Pau Brazil, Jayme Benevolo, José Eulálio da Silva Oliveira, Felipe Schimidt, Thomaz Cavalcanti, dentre outros, além do próprio Lauro Sodré.

³⁹ COELHO, Alan Watrin. Op. Cit., 2006, p.46.

⁴⁰ BRASIL, Exército. *Índice das ordens do dia da repartição de ajudante general no ano de 1882*. Rio de Janeiro. Typographia Nacional, 1883, p.159.

Sodré. Mas, diante da impossibilidade, o paraense soube retomar os estudos e dar prosseguimento ao notável desempenho acadêmico. Ainda em 1882 foi plenamente aprovado no curso de estado maior 1º classe e, em 1883, aos 25 anos de idade, foi declarado concluinte do curso de engenharia militar⁴¹.

Entre janeiro e outubro de 1884, Lauro Sodré ficou à disposição do Ministério do Império a fim de praticar seus conhecimentos de engenharia no Imperial Observatório Astronômico. Em novembro foi promovido ao posto de 1º tenente e classificado no 4º Batalhão de Artilharia a Pé⁴².

De volta ao Pará, em um momento de recrudescimento da campanha abolicionista e republicana, Lauro Sodré foi paulatinamente ligando o seu nome aos movimentos de contestação política, sobretudo em favor da República. Manoel Barata, um de seus contemporâneos na crítica ao regime imperial, o reputou como um dos responsáveis pela elaboração dos estatutos do Clube Republicano do Pará, criado em 11 de abril de 1886, um dos redatores do jornal *A República*, lançado também em 1886, e, por conseguinte, um dos organizadores do Partido Republicano do Pará⁴³. Já Octávio Meira o distinguiu como alguém de “inteligência vivíssima”, o “mais capaz de todos os republicanos históricos do Pará” e, por isso mesmo, o “verdadeiro apóstolo das ideias novas”⁴⁴.

A fundação do Clube Republicano do Pará deu início a uma campanha sistemática de divulgação da ideia republicana na sociedade paraense. O historiador William Gaia Farias relata, neste sentido, que a primeira reunião da agremiação foi presidida pelo bacharel Benvindo Gurgel do Amaral e secretariada por Barjona de Miranda e Lauro Sodré. Entre os participantes, de número impreciso, estiveram militares, médicos, advogados, professores e comerciantes de diversos setores. Neste encontro deu-se a composição do primeiro diretório do clube, composto por José Paes de Carvalho, na presidência, Gentil Bittencourt, na vice-presidência, Justo Chermont, na 1º secretaria, Barjona de Miranda, como 2º secretário, José Rodrigues Duarte Bastos na tesouraria. O número de signatários da sessão foi de 75 pessoas⁴⁵.

Na terceira reunião do Clube Republicano ocorreu a deliberação pela criação de um jornal para divulgação da causa republicana. Assim, em 1 de setembro de 1886, entrava na

⁴¹ MINISTÉRIO DA DEFESA. “Pasta funcional de Lauro Sodré”. In: *Arquivo Histórico do Exército*. Pasta II.23.60.

⁴² MINISTÉRIO DA DEFESA. “Pasta funcional de Lauro Sodré”. In: *Arquivo Histórico do Exército*. Pasta II.23.60.

⁴³ BARATA, Manoel. *Formação histórica do Pará*. Belém: UFPA, 1973, p.344-349.

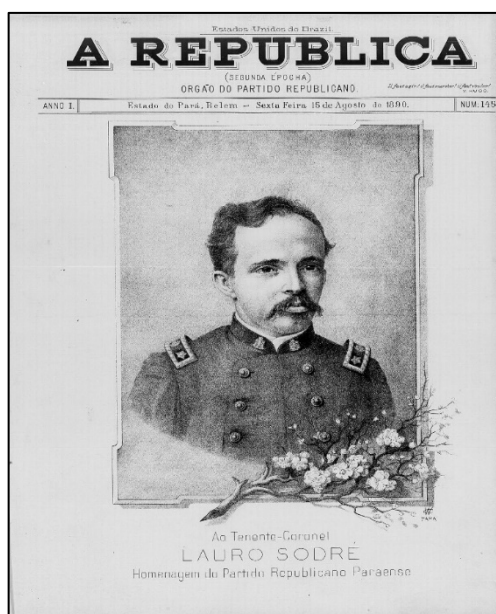
⁴⁴ MEIRA, Octávio. Op. Cit., 1981, p.72.

⁴⁵ FARIAS, William Gaia. Op. Cit., 2016, p.20-21.

arena jornalística da capital paraense o *A República*, jornal partidário, de publicação diária e de orientação científicista. Em sua primeira fase de circulação, de 1886 a 15 de maio de 1887, alcançou o total de 185 exemplares. Era impresso na tipografia da própria agremiação e tinha como principais redatores Lauro Sodré, Justo Chermont, Henrique Santa Rosa e Manoel Barata. Era editado em quatro páginas e cinco colunas. Apesar da preferência pelos assuntos políticos, o jornal também dava espaço para publicações diversificadas como obituários, movimento do porto e propagandas comerciais. Contava com baixo orçamento e limitações gráficas, o que impedia o uso de iconografias e ocasionou o fechamento da oficina em 1887⁴⁶.

A segunda fase iniciada a partir de fevereiro de 1890, após a proclamação da República e a transformação do Clube em Partido Republicano do Pará, o periódico republicano manteve a diretriz redacional, porém foi reorganizado do ponto de vista gráfico, ganhando maior expressividade. Neste sentido, William Farias observou que Lauro Sodré e Serzedello Corrêa, os dois jovens paraenses da Escola Militar, homenageados nas páginas de *A República* pela contribuição à causa vitoriosa, foram costumeiramente retratados de farda, possivelmente como forma de chamar atenção para o papel do Exército na Proclamação da República e de desfrutar do capital político obtido pelos militares naquele momento (*Imagem 1*)⁴⁷.

Imagem 1 - Retrato de Lauro Sodré em homenagem do P.R.P



Fonte: *A República*. Belém, 15 de agosto de 1890. Capa.

⁴⁶ FARIAS, William Gaia. Op. Cit., 2016, p.22-27.

⁴⁷ Id. Ibid. pp.28-32.

William Farias ressalta ainda que os dirigentes do Clube Republicano, transformado em partido, tinham pouca ou nenhuma participação nos negócios da política monárquica. Eram jovens intelectuais em sintonia com as mudanças que se processavam nos grandes centros urbanos e que comungavam de uma mistura heterogênea de ideias consideradas científicas. Nesse amálgama havia espaço para a ideologia do progresso, tão comum àquela época, mas também para o evolucionismo, o positivismo e o darwinismo social. De modo que, esses articulistas políticos, transmutados em redatores, não representavam interesses de grupos políticos tradicionais, conseguindo se notabilizar por meio das ações que realizavam na própria agremiação republicana. Foi este grupo de propagandistas que com a Proclamação da República e a sua devida Aclamação no Pará, em 16 de novembro, tomou a dianteira nos negócios políticos do estado, legitimando-se como republicanos históricos em contraposição aos que acabaram aderindo ao novo regime⁴⁸.

A chegada do regime republicano significou para Lauro Sodré alguma coisa de ascensão social. Entre 1889 e 1891, ele foi promovido à capitão e logo em seguida chegou ao posto de major, se tornou professor catedrático da Escola Militar, secretário de Benjamin Constant no Ministério da Guerra e depois no Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, nomeado lente substituto na Escola Superior de Guerra. Em seguida, foi escolhido como deputado da Assembleia Constituinte pelo seu estado. Foi neste momento que, simbolicamente, ele obteve permissão do Comando Maior do Exército para retirar o “Nina” e o “Silva” do nome, passando a assinar tão somente como Lauro Sodré.

Além do major Sodré, a representação paraense na Constituinte de 1890 contava com José Paes de Carvalho (médico), Manuel Cardoso Barata (advogado) e Antônio Nicolau Monteiro Baena (militar), como senadores, Arthur Índio do Brasil (oficial da Armada), Inocêncio Serzedello Correia (oficial do Exército), Raimundo Nina Ribeiro (engenheiro civil), José Ferreira Cantão (médico), Pedro Leite Chermont (médico), José Ferreira da Matta Bacelar (médico), enquanto deputados.

Na assembleia, Lauro Sodré foi escolhido o representante paraense na Comissão dos 21 deputados constituintes encarregados de redigir a nova carta magna da nação, tornando-se responsável por seis emendas incorporadas à redação final do documento. Sendo elas: competência exclusiva dos estados para decretar impostos [art.8, inciso 4º], distribuição da taxa de selos entre a União e os Estados [art.9, inciso 1º], autonomia dos Estados [art.63],

⁴⁸ FARIAS, William Gaia. Op. Cit, 2016, p.28-29.

domínio destes sobre os próprios nacionais que não fossem necessários aos serviços da União [art.64], autonomia dos municípios [art.68], único caso de aposentadoria por invalidez ao serviço da nação [art.75]⁴⁹.

Na famosa tela produzida por Aurélio de Figueiredo, em 1896, para eternizar o ato de juramento constitucional de 1891, é possível vê-lo representado no lado inferior esquerdo da obra, entre congressistas já grisalhos, como se estivesse retribuindo o olhar de quem lhe observa (*Imagem 2*). A pintura de Figueiredo, obviamente, é uma tentativa de se legitimar uma dada narrativa do evento, operando recursos estilísticos, técnicos, discursivos e memoriais. Longe de contar o que realmente aconteceu, oferece uma interpretação e, neste caso, uma interpretação espetacular, de evidente conotação política e que se propunha a marcar o imaginário republicano⁵⁰.

Imagem 2 - Compromisso Constitucional, 1891, tela de Aurélio de Figueiredo



Fonte: MUSEU DA REPÚBLICA. Disponível em: <http://museudarepublica.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/12/galeria-3.jpg>. Acesso em: 12/06/2018.

Para além de ter sido pintado como foi, importa o próprio fato de estar ali, na representação e invenção da memória republicana, em trajes civis, em meio ao seletivo grupo de políticos e militares responsáveis pela elaboração da carta magna brasileira, em um dia 24 de fevereiro, data que ele revisitaria em diversos momentos de sua vida. A tela de Figueiredo

⁴⁹ SODRÉ, Emmanuel. Op. Cit., 1970, p.51.

⁵⁰ CHAGAS, Mário. *República em documento: Série documentos museológicos n°2 – Compromisso Constitucional*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2018, p.22.

assinala, simbolicamente, a transição de Lauro Sodré do meio militar para o político e o protagonismo nacional que ele seria capaz de reivindicar em outros momentos de sua trajetória pública.

Em meio a esta rápida ascensão político-militar, em 1891, quando contava com 33 anos, foi eleito indiretamente para o posto de primeiro governador constitucional do Pará. Não há como esgotar aqui o que foi esta experiência. Mas, convém sublinhar o que alguns autores já disseram a respeito para que se pense o estadista que Sodré começou a se mostrar ser.

Benjamin Sodré classificou este período como de “grandes realizações” para o estado e de intensa doação do pai.

Seu escrúpulo como administrador era tão acentuado que despesas que deveriam caber ao Estado, tais como carro para condução do Governador, jantares ou recepções oferecidas a personalidades de destaque em sua passagem por Belém, eram feitas à sua própria custa, onerando assim seus parcos vencimentos de governador. E, por isso mesmo, saiu do governo tão pobre, numa época em que o Estado nadava em abundância, que foi obrigado a aceitar a oferta de alguns amigos para saldar suas dívidas pessoais, contraídas durante a sua administração por exigência imprescindível do decoro representativo, e, ainda mais, para custear sua viagem para o Rio, num modesto navio do *Loide*⁵¹.

A perspectiva de um governo assentado em rígidos princípios morais e econômicos de Benjamin Sodré encontra eco no depoimento de Albuquerque Mendonça, diretor da secretaria de governo de Lauro Sodré, que, em uma série de artigos originalmente escritos para o jornal *A Província do Pará* em fevereiro de 1897 e depois reunidos no livro *Administração do Dr. Lauro Sodré*⁵², traçou aquelas que seriam as principais contribuições do governo do republicano histórico paraense.

O ex-secretário acreditava que nenhum estado da União tivera organização tão perfeita, normal e produtiva no regime republicano quanto o Pará. Após assumir o cargo em 24 de junho de 1891, Lauro Sodré teria se dedicado a reorganizar o estado aos moldes republicanos.

A partir desta premissa Albuquerque Mendonça passa a descrever e comentar as principais realizações de seu ex-chefe. Embora seu relato seja extremamente laudatório, como também o é a fala de Benjamin Sodré, penso que sua descrição seja útil aqui enquanto prospecto da administração de Lauro Sodré. Neste sentido, para facilitar a visualização, sistematizei as suas informações na *Tabela 1*.

⁵¹ SODRÉ, Benjamin. Op. Cit., 1956., p.16.

⁵² MENDONÇA, Albuquerque. *Administração do Dr. Lauro Sodré*. Pará: Typ. do Diário Oficial, 1897.

Para fins de organização dos dados classifiquei as ações descritas por Albuquerque Mendonça em 3 categorias: instrução, cultura e serviços. Sendo a primeira mais ligada ao campo educacional, a segunda aos empreendimentos intelectuais, científicos e artísticos apoiados pelo governo e a terceira mais voltada para o funcionamento da administração pública. Como em alguns casos um mesmo dado poderia ser alocado em mais de uma coluna, procurei considerar a finalidade mais direta da ação empreendida pelo governo para fazer a distribuição.

Tabela 1 - Realizações da administração de Lauro Sodré (1891-1897)⁵³

INSTRUÇÃO	CULTURA	SERVIÇOS
<u>Criação do Liceu Benjamin Constant</u>	Compra de prédio e readequação da Biblioteca Pública	Encampação da Companhia de Águas
Criação do Orphelinato Paraense	Estabelecimento do Arquivo Público junto à Biblioteca	Reforma do Palácio de Governo
Reforma do ensino (primário, secundário e profissional)	Compra de chácara para ampliação e readequação do Museu Paraense	Reparos em instituições públicas
Criação de Escolas agrícolas	Contratação do maestro Carlos Gomes	<u>Construção da Penitenciária</u>
Reformas e ampliação de vaga nos estabelecimentos educacionais já existentes	Contratação do naturalista Emilio Augusto Goeldi	Instalação do serviço de imigração e colonização
Criação de instituições secundaristas nos interiores	Contratação de Henri Coudreau para explorar o Tapajós, Xingu, Tocantins e Araguaia	Instalação do Laboratório de análises químicas
Contratação de professores franceses de pintura e desenho	Reforma do Teatro da Paz	Reforma e reorganização das polícias Civil e Militar
Concessão de subsídios para estudantes realizarem cursos fora do país	Apoio à criação da Academia de Belas Artes	Ampliação da Estrada de Ferro de Bragança
Construção do novo Instituto de Educandos	Apoio ao Conservatório de Música	-
Construção do novo Colégio do Amparo	Contratação de Domenico de Angelis	-

Fonte: MENDONÇA, Albuquerque. *Administração do Dr. Lauro Sodré*. Pará: Typ. do Diário Oficial, 1897 (Adaptado).

⁵³ O que está sublinhado foi iniciado, mas não terminado no governo de Lauro Sodré.

O que se pode perceber a partir destes dados é que a administração de Lauro Sodré manifestou uma preocupação muito grande com os campos da instrução e da cultura. No primeiro caso promovendo reformas estruturais, reformas nos regulamentos educacionais, interiorização do ensino secundarista e o incentivo do ensino profissional. E, no segundo, reformando ou modernizando espaços científico-culturais a partir da contratação e orientação de profissionais quase sempre estrangeiros. No que diz respeito aos serviços, merece destaque o incentivo que o governo tentou dar a prática da agricultura como forma de colonização do território paraense, tendo, inclusive, estruturado um serviço de contratação e hospedagem de imigrantes.

De modo que, terminado o governo, na percepção do ex-secretário de Lauro Sodré, o Pará seria um estado organizado sob a inspiração e os ditames de uma larga orientação política e social. Sendo ele o primeiro governador constitucional do período republicano, não poderia se orgulhar de ter terminado a execução de todos os serviços administrativos dos quais necessitava o estado. Porém, a base da obra do engrandecimento moral e material do Pará estaria realizada.

Não há dúvidas de que o retrospecto histórico do governo de Lauro Sodré elaborado por Albuquerque Mendonça lhe seja extremamente favorável. Não existem tensões em seu relato. Tudo, como ele diz, parece perfeitamente alinhado. Cada aspecto delineado por Mendonça poderia e deveria ser analisado de maneira mais pormenorizada e crítica. Não sendo este o propósito aqui, cabem algumas observações gerais.

Não se deve perder de vistas que o governo de Lauro Sodré se deu em momento extremamente vantajoso ao estado do ponto de vista financeiro. O lucro advindo da produção e exportação do látex deu ensejo a um relativo processo de desenvolvimento econômico expresso pela construção de obras, projetos de urbanização, formação de novas elites e adoção de hábitos culturais que se pretendiam sofisticados e modernos⁵⁴.

O próprio Mendonça atestou indiretamente este dado ao elogiar a capacidade de Lauro Sodré administrar o erário. As cifras apresentadas por ele (*Tabela 2*) indicam que a arrecadação do governo cresceu regularmente entre 1891 e 1896, o que era interpretado pelo ex-secretário como a prova evidente do progresso alcançado pela administração “esforçada e honesta” de Lauro Sodré.

⁵⁴ SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: Riquezas produzindo a belle-époque (1870-1912)*. 2ª ed. Belém: Paka-Tatu, 2002, p.53.

Tabela 2 - Receitas do governo Lauro Sodré (1891-1897)

ANO	VALORES
1891	5.938:154\$318
1892	8.557:488\$590
1893	9.584:793\$180
1894	10.191:899\$959
1895	11.808:958\$270
1º semestre do exercício 1896/1897	8.240:366\$309

Fonte: *A Província do Pará*. Belém, 12 de fevereiro de 1897, p.1 (adaptado).

Contudo, conforme apontou Maria de Nazaré Sarges, o governo de Sodré estava situado exatamente no período de maior crescimento econômico da região, que ocorreu entre 1870 e 1910⁵⁵. Assim, o aumento da arrecadação pouco ou nada tinha a ver com a gestão do governador ou com as reformas que ele promoveu. Muito pelo contrário, o mais provável é que ele tenha se beneficiado disso para promover as reformas, aquisições e contratações que constam na análise de Mendonça (*Tabela 1*).

Não obstante, é preciso considerar também que, embora tenha sido o primeiro governador constitucional, Lauro Sodré não foi exatamente o primeiro a dirigir o Pará republicano e iniciar a adaptação do estado ao novo regime. Após a aclamação da República, em 16 de novembro 1889, o estado foi dirigido inicialmente por uma Junta Governativa e posteriormente por Justo Chermont.

Foi o governador provisório, inclusive, que deu fôlego à criação de um monumento à República no Pará, sob alegação da necessidade de perpetuar e firmar as novas instituições no coração do povo. A iniciativa, que resultaria na elaboração de conjunto arquitetônico espelhado na *Marriane* e outros símbolos da cultura francesa, contribuiu para a formação de um imaginário republicano até então inexistente para a maior parte da população de Belém⁵⁶.

Apesar de ter ficado apenas cerca de um ano à frente do governo, Chermont iniciou reformas no campo da Instrução Pública e iniciou obras como a do Asilo de Alienados. Quando foi nomeado Ministro do Exterior do governo de Deodoro da Fonseca, em 22 de janeiro de 1891, passou o governo ao seu vice, o advogado Gentil Augusto de Moraes

⁵⁵ SARGES, Maria de Nazaré. Op. Cit., 2002, p.76.

⁵⁶ COELHO, Geraldo Mártires. Op. Cit., 2002, *passim*.

Bittencourt, que meses depois seria substituído pelo capitão-tenente da Armada Duarte Huet Bacelar Pinto Guedes⁵⁷.

Nesse período, próximo da abertura do Congresso Constituinte estadual, estouraram as revoltas do *Capim* e de *11 de junho*, suscitando memórias da Cabanagem e ameaçando a ordem do novo regime, processos que sinalizam para as tensões existentes entre os republicanos históricos e os democratas, os grupos que disputavam a legitimidade do poder ao longo da primeira década republicana no Pará⁵⁸.

A chegada do republicano histórico Lauro Sodré ao governo deve ser pensada, portanto, em meio aos embates relacionados à consolidação do novo regime. Assim, seu esforço de remodelação do estado, apesar dos traços distintivos e particulares, também pode ser pensado como processo de continuidade do governo provisório. Expresso, por exemplo, no apego aos símbolos e à cultura francesa, que fez o governador Sodré contratar diversos artistas e profissionais para prestarem serviços nas instituições estaduais.

Neste sentido, Felipe Moraes, que investigou mais detalhadamente os pressupostos das reformas educacionais promovidas na gestão de Lauro Sodré, destacou a vinculação de sua concepção político-educacional com aquela proposta anteriormente na administração de Justo Chermont⁵⁹, reiterando a ideia da continuidade do projeto republicano e não corroborando a perspectiva apregoada por Albuquerque Mendonça de que tudo havia sido criado por Lauro Sodré.

Apesar disso, é inegável que a preocupação com a formação “cívica e científica” do povo tenha se intensificado no Pará entre 1891 e 1897. Apoiado em Émile Littré e Auguste Comte, Lauro Sodré defendia que a instrução pública era um dos principais deveres do Estado para assegurar o regime democrático. Daí, as transformações e adequações que procurou fazer nas instituições de ensino e pesquisa paraense⁶⁰. Com destaque para o *Liceu Benjamin Constant*, uma instituição voltada ao ensino das artes e ofícios das classes populares, as escolas agrícolas e os externatos que ele criou em Santarém, Cametá, Alenquer, Bragança, Óbidos e Vigia a fim de descentralizar o ensino secundário da capital.

De forma geral, a preocupação em combater o analfabetismo, em ampliar o ensino público, em oferecer o ensino profissional, em melhorar a formação de professores, em

⁵⁷ BORGES, Ricardo. Op. Cit, 1983, pp.51-53.

⁵⁸ FARIAS, William Gaia. Op. Cit., 2016, p.257-284.

⁵⁹ MORAES, Felipe Tavares de. *A educação no primeiro governo de Lauro Sodré (1886-1897): os sentidos de uma concepção político-educacional republicana*. Dissertação (Mestrado em Educação). Instituto de Ciências da Educação. Universidade Federal do Pará, 2011.

⁶⁰ FARIAS, William Gaia. Op. Cit., 2016, p.90.

oferecer espaços de cultura e difundir o pensamento científico parece ter sido a principal marca do governo Lauro Sodré. Na medida em que este conjunto de ações reforçava o projeto de secularização da sociedade e alimentava o sonho positivista de uma população mais evoluída e civilizada, eles comunicavam diretamente com o *habitus* que Sodré havia apreendido na Escola Militar. *Habitus* este que continuaria lhe acompanhando após a saída do governo paraense.

Em relação ao cenário nacional, Lauro Sodré alcançou grande projeção ao se opor ao fechamento do Congresso Nacional promovido por Deodoro da Fonseca, em 1891, garantindo que ele e o Pará ficariam ao lado da Constituição⁶¹. Atitude que lhe rendeu destaque nacional e prestígio junto a Floriano Peixoto, tornando-se um dos poucos governadores a continuar no cargo quando o marechal de ferro assumiu o poder.

Contudo, diferentemente do que apontara o ex-secretário de Sodré, Albuquerque Mendonça, o estudioso Ricardo Borges ressaltou que nem tudo foi tão acertado em seu período governamental. Borges criticou principalmente a reforma do judiciário e as obras inacabadas deixadas por Sodré⁶². Ele, que era um magistrado, observou que a imprensa de oposição havia classificado a gestão de Sodré como perdulária e intolerante, supostamente envolvida com inúmeros casos de empastelamento e incêndio de oficinas tipográficas⁶³.

Situações estas que os correligionários de Lauro Sodré lhe eximiam de responsabilidade, vendo apenas as virtudes de um administrador que recebia visitas oficiais à custa dos seus subsídios e que tivera de contrair empréstimo para retornar à capital do país⁶⁴. O que lhe reputou a fama de político simples e honesto.

Lauro Sodré deixou o governo em meio a inúmeras manifestações de regozijo na imprensa e banquetes oferecidos, dentre outros, pelo regimento militar, por Paes de Carvalho, o novo governador eleito, e pelo diretório do clube republicano. A *Sociedade Recreativa Guarani* lhe entregou espada de honra e concedeu o título honorífico de “benemérito republicano e paraense”. No dizer da *Folha do Norte*, Lauro Sodré entrou no governo aclamado e saiu dele como verdadeiro patrimônio dos paraenses⁶⁵.

⁶¹ VIANNA, Arthur. *Pontos de história do Brasil e do Pará*. Belém: Editores/Pinto Barbosa & C^a, 1900, p.124-125.

⁶² A crítica do autor é feita a partir das obras *História do Tribunal de Justiça do Pará e Escorço biográfico dos desembargadores, 1874-1963*, de Raul da Costa Braga, e *Elementos para a História da Magistratura Paraense*, de Silvio Hall de Moura. Ver: BORGES, Ricardo. Op. Cit., 1983, pp.62-63.

⁶³ Nesse ponto, o autor cita os casos de O Democrata, Diário do Grão Pará, Correio Paraense, Tribuna Operária e do próprio Diário de Notícias. Ver: BORGES, Ricardo. Op. Cit., 1983, pp.62-63.

⁶⁴ Id. Ibid. pp.89-90.

⁶⁵ FOLHA DO NORTE. Belém, 31 de janeiro de 1897, p.1.

O militar paraense partiu para o Rio de Janeiro no dia 27 de fevereiro de 1897. Antes, porém, teve embarque bastante concorrido. Saindo do palácio governamental no início da tarde em companhia de Paes de Carvalho e do vice-governador, Antonio Baena, uma compacta multidão o acompanhou até o cais ao som de fanfarras militares. Participaram das cerimônias de despedida quase a totalidade do Congresso Estadual, os deputados federais que se encontravam em Belém, Serzedello Correa, Enéas Martins, Teotônio de Brito, Pedro Chermont e Carlos Marcelino da Silva, autoridades federais, estaduais e municipais, representantes do comércio, da imprensa e do magistério, além dos populares, estimados pela *Folha do Norte* em 18.000.

A bordo do *São Salvador*, onde seguiu o benemérito moço, houve uma confusão indescritível. Todo mundo queria ver o eminente paraense, glória e orgulho imperecível de sua terra, dizer-lhe um adeus, apertar-lhe as mãos, que ele a todos estendia, afetuoso e cavalheiro, rosto emocionado, feição altamente simpática, a ver-se assim querido e sagrado por toda uma população que o cobre de benção inolvidáveis⁶⁶.

Chegou ao Rio de Janeiro no dia 13 de março e foi novamente recebido com honras. De acordo com o *Jornal do Comércio*, o senador Manoel Barata foi quem organizou junto ao Presidente da República, Prudente de Moraes, o cerimonial de recebimento do ex-governador do Pará. O evento contou com *landau* presidencial e lanchas do Ministério da Marinha. Sodré foi recepcionado no Arsenal da Marinha pelo coronel Luiz Mendes de Moraes, chefe da casa militar da presidência, por políticos, representantes da imprensa, da Escola Superior de Guerra, da Faculdade Livre de Direito, uma comissão de estudantes paraenses e populares. Fizeram-se representar ainda os ministros da Guerra e da Marinha. O paraense foi acompanhado em procissão até o Largo da Carioca, de onde tomou assento no carro que lhe conduziu até a sua residência em Botafogo.

São justas todas as homenagens prestadas ao Dr. Lauro Sodré, cuja firmeza de caráter, inquebrantável energia e amor à República todos reconhecem e aplaudem tão justas as demonstrações de apreço ao ex-governador do estado do Pará, que governando com a maior justiça e moderação, e tratando com decidido empenho de tudo quanto podia concorrer para seu progresso, conseguiu leva-lo a posição digna dos maiores aplausos e da admiração de todos os que acompanharam a sua progressiva e patriótica administração⁶⁷.

⁶⁶ FOLHA DO NORTE. Belém, 28 de fevereiro de 1897, p.2.

⁶⁷ JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 14 de março de 1897, p.2.

Aproximando as celebrações e destaques da imprensa paraense e fluminense, é possível ter uma noção do prestígio com o qual Sodré se reinstalou na capital da República. Ainda em março, em companhia do mesmo senador Barata, Sodré conferenciou duas vezes com o general Dionísio Cerqueira, ministro das relações exteriores, acerca dos limites do Brasil com a Guiana Francesa e outras duas vezes, sozinho, com o Presidente da República e o Ministro da Fazenda, Bernardino de Campos. Ou seja, mesmo antes de ser eleito oficialmente para o Senado Federal, Sodré começou a cumprir agenda política, o que indica que a sua colocação no *Palácio Conde dos Arcos*, como representante paraense no Congresso Nacional na vaga deixada por Antonio Baena, eleito vice-governador do Pará, já estava de algum modo acertada nos bastidores do poder. De qualquer forma, em maio o seu nome foi anunciado oficialmente⁶⁸ e em junho ocorreu o sufrágio que o elegeu senador federal⁶⁹.

Até o retorno de Lauro Sodré ao Rio de Janeiro, os jornais paraenses *Folha do Norte* e *A Província do Pará* compartilharam dos mesmos elogios à sua figura, mantendo relação amistosa entre si. Da mesma forma que até esse instante o ex-governador e Antônio Lemos, figura que começava a se tornar central na política paraense, coexistiram em um mesmo bloco político.

Todavia, o posicionamento de Lauro Sodré na política federal coincidiu com o instante de reorganização do sistema oligárquico. Com a divisão do *Partido Republicano Federal* (PRF), antigos aliados históricos de Sodré, como Justo Chermont, mantiveram-se ao lado do presidente Prudente de Moraes. Agrupados no *Partido Republicano Paraense* (PRP), esses políticos ficaram sob a liderança de Antonio Lemos, senador estadual e intendente de Belém, que logrou bastante sucesso ao estabelecer alianças com as elites locais do Pará e os setores que dominavam a vida política brasileira. Lauro Sodré, por sua vez, ao ficar ao lado de Francisco Glicério (SP) no PRF, assume o lugar da oposição política.

Conforme indicou William Farias, essa é a gênese dos dois grandes grupos políticos, *lauristas* e *lemistas*, que durante a virada do século XIX para o XX iriam disputar ferrenhamente o controle político do estado do Pará⁷⁰. O primeiro, como já indicado, no campo da oposição política. O segundo, alinhado ao presidente e, posteriormente, ao instável jogo da política dos estados⁷¹.

⁶⁸ FOLHA DO NORTE. Belém, 14 de maio de 1897, p.2.

⁶⁹ FOLHA DO NORTE. Belém, 22 de junho de 1897, p.1.

⁷⁰ FARIAS, William Gaia. Op. Cit. 2016, pp.251 e 264.

⁷¹ Sobre a política dos estados, invenção de Campos Sales a fim de valorizar e fortalecer o poder Executivo frente ao Legislativo, garantindo maior governabilidade, acompanho a reflexão de Cláudia Viscardi, para quem as mudanças regimentais operadas por Sales não se mostraram tão longevas e, por conseguinte, não conseguiram

O discurso feito por Sodré na cerimônia cívica dedicada à memória de Floriano Peixoto, em junho de 1897, ajudou a sedimentar a separação dos grupos políticos paraenses. Após se reportar à Canudos e ao suposto perigo da restauração imperial no Brasil, Sodré afirmou preferir a anarquia ao restabelecimento do regime monárquico. Esta colocação teve ampla repercussão nacional e foi considerada por muitos um preceito do *jacobinismo*.

Não seria a única vez que Lauro Sodré seria chamado assim, o que fará com que o termo seja retomado em outros momentos desse estudo. A princípio, porém, convém sublinhar que em seu clássico estudo sobre o assunto, Suely Queiroz ressaltou que o aniversário da morte de Floriano Peixoto era o ponto de encontro dos jacobinos, isto é, daqueles que mantinham posição radical em relação aos assuntos da República, crítica contumaz aos monarquistas restauradores e dificuldade em lidar com a chegada de Prudente de Moraes ao poder. Nesta ocasião, o marechal era tomado como herói e o presidente civil da República tornado a sua antítese. De acordo com autora, Lauro Sodré era um dos que participavam da cerimônia e costumava envenenar o cenário político com referências desairosas aos jacobinos franceses e ao terror que haviam espalhado supostamente para salvarem a França⁷².

No Pará, o grupo político liderado por Antônio Lemos e Justo Chermont, formado por antigos companheiros de Sodré, foi o principal responsável pela construção e propagação da imagem jacobina do ex-governador na imprensa, sobretudo, através do jornal *A Província do Pará*, agora em oposição a Lauro Sodré. A partir dele, o PRF passou também a ser acusado de jacobinismo em contraposição ao caráter pacífico e conservador do *Partido Republicano*

resolver definitivamente as tensões e instabilidades próprias dos processos políticos republicanos no Parlamento. Antes, porém, cumpriram o papel de direcionar parte significativa desses conflitos para fora do Congresso, isto é, para o âmbito estadual. C.f.: VISCARDI, Cláudia. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. 2ª Edição. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p.36.

⁷² A autora explica ainda que os termos “jacobino” e “jacobinismo” foram empregados desde o início do regime republicano em proximidade a expressão “revolucionários de 89” e geralmente em favor de práticas de intervenção no poder. Com o governo de Floriano Peixoto e, sobretudo, com a revolta da Armada os termos se popularizaram fazendo contraposição radical aos monarquistas restauradores e expressando um nacionalismo exacerbado. Ao vencer o conflito, Floriano passou a ser cultuado como o herói que impediu o esfacelamento das instituições. Consequentemente, os jacobinos mostraram-se descontentes com a passagem do poder para as mãos de Prudente de Moraes. A morte de Floriano agrava o cenário. O termo florianista passa a ser utilizado como sinônimo de jacobino. Em termos de pensamento e discurso, os jacobinos eram simpáticos ao militarismo, ao autoritarismo e achavam que a República vivia em perigo e se candidatavam para salvá-la. Os termos continuaram usuais até o fim do mandato do primeiro presidente civil. QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República: jacobinismo: ideologia e ação (1893-1897)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, pp.18-94.

Paraense (PRP)⁷³. Ao ponto de Serzedello Corrêa escrever artigo nas páginas da *Folha do Norte* para tentar refutar as acusações lançadas tanto contra o partido como ao “tolerante e ordeiro” Lauro Sodré, nas suas palavras, incapaz de fomentar a desordem⁷⁴.

Em setembro do mesmo ano, o grupo apoiador de Lauro Sodré, divulgou manifesto defendendo sua ação política junto ao general Francisco Glicério (SP) e conclamando o apoio dos diretórios municipais⁷⁵. Assinaram o texto Cypriano Santos, Firmo Braga, Martins Pinheiro, Diogo Holanda Lima, Antonio Marçal, Antonio Joaquim da Silva Rosado, Beraglitto Pinheiro, Antonio Firmino da Silva Lavareda, Rodolpho Lacerda, Octávio Pires, Sabino Henrique da Luz, Joaquim Theodoro Bentes, Abraham Israel, José Ciríaco Gurjão, Antonio do Ó d’Almeida, Francisco da Silva Miranda, Guilherme Leonidas de Mello, Ludgero D’Almeida Salazar, Eládio d’Amorim Lima, José Barbosa Rodrigues e Enéas Martins, este último proprietário da *Folha do Norte*⁷⁶.

Nomes que formam, portanto, o elemento original e organizador do grupo *laurista*. Devendo-se acrescentar apenas o de Serzedello Corrêa, militar e assim como Sodré um personagem com colocação no campo político carioca. Com o passar do tempo o grupo sofreria modificações em torno do movimento de saída e entrada de integrantes, mas a base seria mantida por muito tempo.

A primeira comissão executiva do PRF no Pará, após a cisão nacional, ficou constituída por Lauro Sodré, Manoel Barata, Teotônio de Brito, Serzedello Corrêa, Cypriano Santos, Holanda Lima, Firmo Braga e Martins Pinheiro⁷⁷. Esse grupo foi fundamental na construção da arquitetura de poder que possibilitou a Lauro Sodré encontrar condições de atuar efetivamente em duas esferas do *campo político*⁷⁸: a federal e a estadual.

No Senado Federal, mesmo sem a sonhada formação em Direito, Lauro Sodré encontrou oportunidade de desenvolver uma atuação ligada ao universo das leis e dos assuntos jurídicos. Exercitou-a contrabalanceando com a sua identidade militar, suas

⁷³ Marly Cunha demonstrou que esses grupos passaram a disputar o legado histórico do Partido Republicano do Pará, fundado logo após a instalação do regime, e, por tabela a adesão das comissões municipais dos interiores do estado. C.f.: CUNHA, Marly. “*Astutos ou matutos*”. Op. Cit., 2008, p.25.

⁷⁴ FOLHA DO NORTE. Belém, 15 de julho de 1897, p.1.

⁷⁵ FOLHA DO NORTE. Belém, 01 de setembro de 1897, p.2.

⁷⁶ Em 1900, ao deixar o Pará, Enéas Martins transmitiu a direção da *Folha do Norte* à Cypriano Santos e Paulo Maranhão e, em 1913, ao ser eleito governador do estado, transferiu definitivamente a propriedade do jornal aos antigos diretores. Ver: BORGES, Ricardo. Op. Cit., 1983, p.84.

⁷⁷ FOLHA DO NORTE. Belém, 18 de setembro de 1897, p.2.

⁷⁸ Quando emprego o termo *campo*, tenho em mente a reflexão elaborada por Pierre Bourdieu acerca do funcionamento do universo social. Neste sentido, o campo seria um espaço de produção de relações sociais, onde os agentes envolvidos se distinguem tanto pelo *capital* que possuem como quanto pela posição ocupada nesse mesmo campo, em um intenso e contínuo processo de tensões e disputas. Cf.: BOURDIEU, Pierre. Op. Cit., 2002.

convicções filosóficas e um indisfarçado gosto pelo poder. Considerando a aptidão que tinha para os discursos, é possível afirmar que foi definitivamente um homem do Poder Legislativo. Surgia o senador militar.

1.2 – As pautas de um senador presidenciável: questões militares e questões de fronteira

A Constituição de 1891 estabelecia que o Poder Legislativo seria exercido pelo Congresso Nacional a partir da composição da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Para ser deputado ou senador era necessário estar na posse dos direitos civis, alistado como eleitor e ser escolhido pela população dos estados ou Distrito Federal por meio de sufrágio direto. Além disso, o acesso à Câmara Alta era franqueado somente aos homens acima de 35 anos de idade⁷⁹.

Imagem 3 - Aspecto de Lauro Sodré após deixar o governo do Pará



Fonte: Arquivo Pessoal Carmen Viveiros de Castro.

⁷⁹ BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Rio de Janeiro, 1891. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm. Acesso em 10/05/2016.

Em 25 de agosto de 1897, aos 39 anos, Lauro Sodré foi recebido por uma comissão formada por Pinheiro Machado (RS), Gomes de Castro (MA) e Manoel Barata (PA) no famoso *Palácio Conde dos Arcos*, também chamado de *Palácio do Congresso*, onde funcionava o Senado Federal. Prestou o compromisso constitucional e se tornou oficialmente representante do Pará na casa parlamentar. Conforme a regra, os mandatos senatoriais eram de 9 anos e renovavam-se pelo terço trienal. No entanto, como Sodré fora eleito em substituição a Antonio Baena, teve ao seu dispor apenas o tempo que restava ao então ex-senador, isto é, 6 anos aproximadamente.

Gilberto Freyre lembra que ser senador da República no Brasil do final do século XIX e início do XX era uma das situações sociais e políticas de maior destaque, perdendo apenas para a posição de presidente e vice-presidente da República, e, talvez, dos ministros de Estado e do ministro do Supremo Tribunal Federal, por conta de sua respeitabilidade⁸⁰.

Desta forma, é possível afirmar que ao assumir a vaga no Senado Lauro Sodré conseguiu posicionar-se entre os representantes da elite política nacional, aqui pensada como o conjunto de pessoas que detinham posições formais de poder no Executivo e Legislativo federal⁸¹. A partir disso, dispôs de poder, influência e privilégios inerentes ao seu cargo e inacessíveis ao restante da população⁸² e, na medida em que representava o Pará, tentou direcionar isso também para o âmbito estadual.

⁸⁰ FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*. 1º edição digital. São Paulo: Global, 2013. p.40.

⁸¹ A orientação para definir elite política a partir do critério de posição vem de outros trabalhos dedicados a pensar o mesmo tema ou período. Destaco que José Murilo de Carvalho indicou que as elites políticas nacionais se distinguem das massas, bem como de outros grupos de elite em função do poder que exercitavam e dos mecanismos que perpetravam para continuarem em posições de mando. C.f: CARVALHO, José Murilo. Op. Cit., 2007; Cláudia Viscardi contestou a validade do pacto do café com leite e a própria estabilidade governamental da Primeira República tomando as representações do Congresso Nacional como os seus estados-atores a fim de apontar os conflitos existentes em torno dos jogos de poder. C.f: VISCARDI, Cláudia. Op. Cit., 2012; Marieta Ferreira buscou abordar as transformações ocorridas e o processo de fragmentação das elites políticas do estado do Rio de Janeiro na Primeira República, investigando os mandatários do poder, os partidos políticos e a interação destes com os demais grupos sociais. C.f.: FERREIRA, Marieta de M. *A República na velha província: oligarquias e crise no estado do Rio de Janeiro (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Fundo Ed., 1989; Surama Pinto ressaltou em seu estudo sobre os jogos políticos no Rio de Janeiro (capital) durante a Primeira República que as elites políticas cariocas eram formadas por prefeitos, deputados federais e senadores que haviam feito parte da representação do Distrito Federal, independente de terem ou não nascido na cidade. C.f.: PINTO, Surama Conde Sá. *Só para iniciados... o jogo político na antiga capital federal*. Rio de Janeiro: Mauad X/Faperj, 2011; Christian Lynch indicou que o conceito de representação política se coloca no hiato entre o povo e o poder, isto é, entre os que são representados e aqueles que ocupam os postos de poder. C.f.: LYNCH, Christian Edward Cyril. *Da monarquia à oligarquia: história institucional e pensamento político brasileiro (1822-1930)*. São Paulo: Alameda, 2014.

⁸² Estou me valendo aqui da reflexão de Flávio Heinz, para quem a noção de elite representa uma forma de estudar os grupos sociais de indivíduos com posições-chave em uma dada sociedade e que dispõem desses elementos citados como forma de distinção. O autor afirma ainda que o estudo das elites seria uma forma de observação dos grupos sociais, da diversidade, das relações e trajetórias existentes no mundo social. C.f.: HEINZ, Flávio M. "Introdução". In: HEINZ, Flávio Madureira (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.8.

A partir da análise dos *Anais do Senado* no período relativo a 1897 e 1902 foi possível identificar 33 participações diretas e ou indiretas de Lauro Sodré em sessões da Câmara Alta, todas sistematizadas na *Tabela 3*⁸³. O quadro amostral deixa de considerar os apartes, isto é, as pequenas intervenções e ponderações de Sodré em discursos ou debates colocados por terceiros e leva em conta apenas os temas ou proposições que foram oferecidos diretamente por ele. Apesar de não ser um retrato fiel da realidade, o quadro me parece ser um instrumento seguro para entender a quem Sodré buscava representar com o seu mandato, quais os temas que privilegiava no debate e como as suas ideias eram exercitadas na tribuna⁸⁴.

Tabela 3 - Participações de Lauro Sodré no Senado Federal (1897-1898) – 1º Mandato

DATA	MODALIDADE	ASSUNTO
10/09/1897	Projeto	Acúmulo de vencimentos de funcionários federais
17/09/1897	Discurso	Força de terras/Exército
27/09/1897	Requerimento	Força de terras/Exército
16/05/1898	Discurso	Eleição Presidencial e Questão do Amapá
01/07/1898	Requerimento	Fechamento do Clube Militar/Exército
05/08/1898	Projeto	Exposição Nacional referente ao 4º Centenário do Descobrimento do Brasil
11/08/1898	Requerimento	Crédito Especial ao Ministro das Relações Exteriores e Questão do Amapá
12/08/1898	Projeto	Dispositivos legais acerca do Vice-Presidente da República
11/10/1898	Ofício	Comunica afastamento
01/06/1899	Ofício	Comunica afastamento
06/07/1899	Projeto	Asilo dos Inválidos da Pátria/Exército
08/07/1899	Emenda	Promoção de alferes/Exército
15/07/1899	Emenda	Forças de terra/Exército

⁸³ Quando me refiro à participação direta tenho em mente os momentos em que Lauro Sodré usou à tribuna parlamentar para apresentar ideias e proposições para serem apreciadas pela mesa diretora e ou plenário. As participações indiretas, nesse caso, dizem respeito aos ofícios e telegramas que ele remeteu sem necessariamente estar presente na sessão. Ainda assim, a ideia de participação aqui evocada não está atrelada necessariamente à frequência do parlamentar nas sessões do ano legislativo e tão pouco considera os trabalhos realizados por meio das comissões parlamentares, mistas ou permanentes.

⁸⁴ Quando afirmo que a *Tabela 3* e, conseqüentemente, todas as demais tabelas apresentadas neste trabalho não são um retrato fiel da realidade parlamentar, quero indicar o que tantos outros historiadores já indicaram, isto é, que as fontes históricas são limitadas e impõe limites às nossas narrativas. Neste sentido, é necessário pensar que os *Anais do Senado Federal* representam um esforço de síntese, produzido a partir de um trabalho de seleção, recorte, edição, melhoramento de temas, pessoas e situações vivenciadas dentro do parlamento, mas que em hipótese alguma significam a captura real, total, precisa de todas as circunstâncias e palavras engendradas entre os senadores. Estando, portanto, suscetível a erros e alterações propositais. Algo que o próprio Lauro Sodré indicou ao reclamar em plenário do serviço taquigráfico da casa, que em edição do *Diário do Congresso* atribuíra-lhe palavras que não seriam suas. C.f.: ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901, v.1, p.315. Sendo assim, importante compreender que os dados arrolados servem como amostragem e é plausível imaginar que as participações de Sodré tenham sido bem mais intensas do que ora aqui consigo demonstrar.

19/07/1899	Emenda	Forças de terra/Exército
20/07/1899	Discurso	Funcionários da Alfandega de Santos
20/07/1899	Emenda	Taxa de selos nos estados
01/09/1899	Discurso	Promoção de alferes/Exército
20/09/1899	Discurso	Perdão de dívidas de soldado morto em serviço/Exército
22/09/1899	Ofício	Comunica afastamento
31/07/1900	Requerimento	Voto de pesar
01/09/1900	Projeto	Inatividade para oficiais do Exército
05/09/1900	Requerimento	Questão do Acre/Exército
21/10/1900	Ofício	Comunica afastamento
04/12/1900	Telegrama	Questão do Amapá
04/06/1901	Requerimento	Reforma do ensino secundário
14/06/1901	Discurso	Retifica fala sobre a reforma do ensino
06/07/1901	Discurso	Situação política no Pará
12/07/1901	Discurso	Situação política no Pará
03/10/1901	Discurso	Questão do Acre
07/10/1901	Projeto	Montepio para funcionários civis
18/07/1902	Emenda	Projeto de reforma eleitoral
07/08/1902	Discurso	Forças de terra/Exército
12/08/1902	Discurso	Número de alunos na Escola Militar

Fonte: ANAIS DO SENADO FEDERAL (Adaptado).

De acordo com a *Tabela 3* é possível perceber que os dois primeiros anos de atuação de Lauro Sodré no Senado foram relativamente discretos. Foram identificadas apenas 3 participações em 1897 e 6 em 1898. Das 9 referências, 3 tratavam de questões militares, 2 de questões de fronteiras e as demais pautas se mostravam diversificadas. Em 1899, Lauro Sodré foi mais ativo na tribuna. Alguns elementos começam a se repetir e indicar um certo padrão. Das 10 referências, 6 estavam diretamente ligadas aos assuntos militares, mostrando uma predileção do senador por tais assuntos. As demais matérias diziam respeito a afastamentos do senador e questões administrativas da União. Entre 1900 e 1902, os temas atrelados ao Exército continuam em pauta na agenda de Sodré, que, por outro lado, mostra uma maior preocupação com as fronteiras do Brasil com a Guiana Francesa e a Bolívia. Em pelo menos 3 ocasiões Sodré se dirigiu ao Senado para tratar de tais assuntos e em outras duas 2 ocasiões se reportou diretamente à situação política do estado que representava.

De modo geral, durante o seu primeiro mandato enquanto senador, Lauro Sodré mais falou do que propôs. Foram 11 discursos, 6 requerimentos, 6 projetos, 5 emendas, 4 ofícios e 1 telegrama enviado do Pará em congratulação ao Senado pelas ações do Barão do Rio Branco. O número de discursos pode ser ainda maior se consideradas as falas introdutórias das proposições que ele submetia ao Senado, do qual se afastou em pelo menos 4 ocasiões. Geralmente para viajar ao Pará. O ato discursivo, embora premente na atuação parlamentar,

não deve ser visto com tanta naturalidade. Espera-se que todos os parlamentares falem, mas nem todos efetivamente falam. E, quando falam, não falam do mesmo modo, operando os mesmos referenciais ou interesses. Neste sentido, falar mais do que propor sinaliza ponto importante. O convencimento pessoal de que Sodré acreditava ter algo a dizer para influir nos rumos do regime republicano. Não raro, tentava demonstrar a fundamentação de suas colocações fazendo referências a autores do campo da Sociologia e do Direito, nacionais e, sobretudo, estrangeiros.

O número de discursos presentes na *Tabela 3* bate com o sugerido por Emmanuel Sodré em relação ao mesmo período, mas não com a indicação das datas. O filho de Lauro Sodré indica sessões em que o senador paraense ocupou a tribuna não exatamente para expressar pontos de vista, mas para propor leis ou emendas. Se consideradas, elas elevariam os discursos de Lauro Sodré para o número de 20⁸⁵. Além disso, Emmanuel Sodré, único autor a fazer ligeiras considerações sobre a trajetória senatorial do pai no espaço de tempo de 1897 a 1930, deixa de observar os tipos de matéria apresentados no senado, considerando tudo como discurso⁸⁶.

Em 1901, Lauro Sodré foi nomeado no meio do ano parlamentar para substituir o senador Porciuncula (RJ) na *Comissão de Finanças*. Essa foi a sua primeira experiência em uma comissão permanente do Senado. No ano de 1902, Lauro Sodré concorreu a uma vaga na *Comissão de Constituição, Poderes e Diplomacia*, na *Comissão de Finanças*, na *Comissão de Marinha e Guerra* e na *Comissão de Instrução Pública*, mas não foi eleito para nenhuma delas. Próximo ao final do ano parlamentar, no entanto, foi novamente indicado em substituição para a *Comissão de Marinha e Guerra*. Estas participações pontuais não renderam a Sodré muito destaque. Diferentemente do que ocorreria no seu segundo mandato, quando a participação em comissões permanentes deu novo sentido a sua atuação senatorial.

Os *Anais do Senado* não indicam que Lauro Sodré, Justo Chermont e Manoel Barata, os representantes paraenses na Câmara Alta, tenham atuado em conjunto. Entre 1897 e 1902, não foram identificadas proposições assinadas ou defendidas pelos três senadores. Constam,

⁸⁵ SODRÉ, Emmanuel. Op. Cit., 1970, p.100.

⁸⁶ Por “discurso”, deve-se entender a argumentação temática que não resultava em proposição específica, caracterizando-se mais por manifestação de opinião ou posicionamento pessoal do senador frente à determinado assunto; o “projeto de lei”, como o nome sugere, era a proposição apresentada pelo senador visando a criação de normativa legal, podendo ser redigida individual ou coletivamente; a “emenda” era a sugestão de adequação ou modificação feita em relação a algum “projeto de lei”; o “requerimento” era uma solicitação pontual que o senador fazia em relação ao Congresso Nacional ou mesmo aos poderes executivo e ou judiciário; o “ofício” tratava de comunicação eventual do senador aos seus pares; o “telegrama” era utilizado em caso da necessidade de comunicar ao Senado durante viagem.

quando muito, referências de apoio de um discretíssimo senador Barata a Sodré e o registro das discordâncias deste último com Chermont. Discordavam e disputavam em plenário a legitimidade histórica do movimento republicano paraense para os seus respectivos partidos. De modo que, na maior parte do tempo a bancada paraense encontrava-se tensionada e com seus agentes atuando de modo independente.

Na realidade, é importante destacar que nos estudos dedicados à compreensão do funcionamento do Parlamento na Primeira República, a bancada paraense não ocupava posição de maior destaque no Congresso Nacional. Em relação a domínio e influência das representações estaduais nas duas casas legislativas, costuma-se tradicionalmente seguir a hierarquia de três grandes grupos. O primeiro, formado por Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, seria comandado pelas oligarquias dominantes e marcado pela união interna de suas elites e ampla representatividade no Parlamento. No segundo, com Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia, figuravam os estados médios e com alguma influência mais destacada no jogo político nacional. O terceiro grupo, onde estaria o Pará, englobava todos os demais estados considerados pequenos e mais suscetíveis a intervenções do poder federal⁸⁷.

Tal cenário, somado às divisões da política paraense e a alguns traços da personalidade do senador militar, fariam com que Lauro Sodré sustentasse na maior parte do tempo um posicionamento particular e independente em sua trajetória senatorial, comportamento este que apenas sofreria alteração quando o seu grupo chegou ao poder no Pará, em 1917.

A tribuna do Senado Federal oferecia para Sodré um novo espaço para o exercício da intelectualidade e da cultura “bacharelesca” mediante a qual havia sido formado na Escola Militar⁸⁸. Além disso, comunicava também com o gosto que ele parecia nutrir desde a juventude pelo ato de discursar.

Neste sentido, Luiz Barreiros, um dos *lauristas* mais devotos e que irá aparecer muitas outras vezes neste trabalho, publicou um opúsculo em 1928, em Belém, intitulado *Os nossos oradores* no qual pretendia listar os principais intelectuais paraenses que se destacavam também na arte de falar em público. Para ele, as bases de uma boa elocução oratória passavam pela capacidade de se exprimir intelectualmente com ideias e formas adequadas, devendo-se prezar igualmente pelo porte físico, empostação da voz e dicção⁸⁹.

⁸⁷ VISCARDI, Cláudia. Op. Cit., 2012, p.31-33, 52.

⁸⁸ Celso Castro defende que a formação militar no final do século XIX se assemelhava a dos bacharéis em direito. Indicando, inclusive, que o título de “bacharel em matemáticas e ciências físicas” concedido na Escola Militar era uma forma de equiparação aos acadêmicos civis. C.f.: CASTRO, Celso. Op. Cit., 2013, p.41.

⁸⁹ BARREIROS, Luiz. *Os nossos oradores*. Belém: [s.n.], 1928, p.1.

Neste campo, Lauro Sodré, o primeiro nome do qual o autor se ocupou, é apresentado como “grande orador, notável publicista, filósofo emérito e estadista consagrado”. Barreiros se mostra impressionado com a habilidade do senador militar em fazer discursos de improviso, combinando a firmeza dos conceitos à elegância da forma, algo que ele considerava raríssimo no tocante às técnicas de oratória. Assim, em sua observação, “quer na praça pública, quer no recinto das assembleias políticas, como na tribuna parlamentar do Congresso Federal”, as palavras do ex-governador do Pará chamavam atenção em razão da erudição, cultura, eloquência e fervor patriótico. De modo que, Barreiros finaliza o seu texto afirmando que Lauro Sodré era um “grande sugestionador das multidões”⁹⁰.

Há de se descontar, como falei, a devoção de Barreiros por Sodré, contudo, nenhuma das fontes pesquisadas questiona esse lugar de bom orador em que o senador militar soube se colocar. No máximo, como irei demonstrar, alguns gracejos das revistas ilustradas cariocas sobre o tamanho enfadonho dos seus discursos ou pelo tom “choroso” de patriota que assumia.

Ainda sobre o assunto, Emmanuel Sodré afirmou que a experiência de Lauro como orador do *Clube Republicano do Pará* o auxiliara nos debates do Congresso Constituinte de 1891 e no exercício dos mandatos senatoriais⁹¹.

Por esta via, o primeiro discurso de Lauro Sodré na casa parlamentar ocorreu na sessão de 17 de setembro de 1897 quando era apreciado o projeto de lei acerca da fixação de forças de terra (Exército) para o ano seguinte. Matéria que, de acordo com a Constituição, tinha de ser pautada todos os anos a partir de proposição da Câmara dos Deputados. Ao longo do tempo, esse se tornaria um dos assuntos de predileção do representante paraense.

Nesta primeira ocasião, no entanto, o debate serviu para que Lauro Sodré se apresentasse aos seus pares. Falou enquanto militar e representante de sua classe. Mas, também como positivista. Defendeu o Exército como tradição de glória, honra e uma “garantia para a República”. Criticou os que condenavam a presença de militares no campo político e lembrou da atuação do Exército na Proclamação da República.

Ao tratar do assunto em discussão, preciso dizer que pertenço a uma escola filosófica, que ensina os princípios da moderna ciência social, que proclama a existência de uma lei natural regendo os fenômenos da evolução social, os fenômenos da atividade, lei que determina a passagem necessária do regime teológico-militar para o regime pacífico-industrial. Eu acredito nessa lei do

⁹⁰ Id. Ibid. pp.10-11.

⁹¹ SODRÉ, Emmanuel. Op. Cit., 1970, p.100.

progresso humano que assegura a evolução dos povos policiados levando-os da guerra para a paz, fazendo-nos antever um período em que o direito, ao serviço da diplomacia, resolverá as pendências internacionais, porá termo às dissenções entre povos. Acredito que essa evolução se há de operar; acredito na eficácia dessa lei social; mas acredito também que na época em que vivemos, no período que vamos atravessando, condenar a existência do exército, de forças regulares organizadas, é fugir à realidade, é fechar os olhos à verdade como ela se nos está mostrando; é deixar o terreno da vida prática para colocar-se no mundo das teorias, porque infelizmente ainda não somos chegados ao regime, sob o qual viverá à humanidade em futuros dias, feita realidade a aspiração pacífica de todos⁹².

É bastante significativo que o primeiro posicionamento de Sodré no Senado tenha sido para autoafirmar sua ligação e identidade militar. Sodré era um senador militar. Nele, a formação da caserna era traço distintivo e orientava muitas de suas práticas e pautas. Sodré defendia o protagonismo dos militares na política e, sempre que podia, oferecia aos que lhe ouviam ou liam a memória elogiosa da participação militar na “revolução de 89”. Contudo, essa primeira fala serve também como indicativo de que o ideário positivista era seguido por ele com certas ressalvas. Como o próprio Sodré havia indicado em *Crenças e Opiniões*, não era ele um positivista ortodoxo⁹³.

Por isso, contrariando os preceitos se sua principal matriz de pensamento, Sodré defendia a existência dos exércitos permanentes. Em sua opinião, eles seriam a garantia da ordem e das instituições diante do período de agitações e lutas pelos quais passava o Brasil. Daí a sua indignação diante das acusações de que o Exército consumia muitos recursos da União. O senador paraense dizia que os críticos desconheciam os “serviços reais do Exército”, assentados na missão patriótica e generosa da classe militar para com a pátria. De modo que, seria papel do estado republicano cuidar da reorganização do Exército, da mesma forma que intencionava cuidar das finanças e do ensino público.

Mesmo votando a favor da matéria, Sodré enfatizou ainda mais claramente sua crítica ao Estado ao se reportar aos episódios de *Canudos*, quando tropas formadas por soldados sem preparo haviam sido reunidas de última hora, sem instrução, treinamento e formação moral para a tarefa. Um Exército votado ao abandono, mas que, apesar disso, dizia o senador, morria “no campo da honra e do dever” enquanto a República se desvanecia diante dos conchavos e interesses particulares que a cisão do *Partido Republicano Federal* ajudara a pulverizar⁹⁴.

⁹² ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1897, L.3, p.115.

⁹³ SODRÉ, Lauro. *Crenças e opiniões*. Belém, Typ. Do Diário Oficial, 1896, p.IX.

⁹⁴ Id.

As proposições de Lauro Sodré causaram a reação de outro senador paraense. Justo Chermont reclamou que o colega de bancada deveria ter se limitado ao tema da reorganização do Exército e que se equivocara ao falar sobre política partidária, acabando por fazer discurso apaixonado criticando de maneira velada o Presidente da República. A quem a oposição, da qual Sodré fazia parte, fazia questão de desmerecer em favor do general Glicério⁹⁵.

O embate parlamentar sustentado entre Lauro Sodré e Justo Chermont indica que a carreira senatorial não necessariamente afastava ou isolava seus agentes dos assuntos da política estadual, como afirmara Benjamin Sodré⁹⁶. Ao contrário disto, reforça o entrelaçamento existente entre os jogos de poder nacionais e estaduais.

Estar ausente do estado não implicava necessariamente ficar alheio às disputas políticas estaduais. De modo que, a tensão entre os senadores paraenses era fruto a um só tempo, da cisão do PRF, evento de proporção nacional, e da reorganização político partidária operada no estado. Assim, o descontentamento de Chermont com Sodré pode ser pensado para além do projeto de fixação de forças de terra então em discussão e como parte do processo de disputa por legitimidade e capacidade de influenciar e dirigir o cenário político paraense.

Dias depois, Sodré telegrafou a Cypriano Santos elogiando as deliberações tomadas no Congresso do Partido Federal Paraense, já estabelecido sem os elementos abrigados na legenda rival, o PRP. Na mensagem, o senador paraense enaltecia a atitude patriótica daqueles que haviam demonstrado, segundo ele, saber guardar a honrosa tradição republicana da terra paraense⁹⁷. Ambas as legendas se apresentavam como continuação do partido republicano fundado nos primeiros tempos do regime.

No início de outubro começaram a circular notícias de que o nome de Lauro Sodré estava sendo cotado para integrar a chapa do PRF ao pleito presidencial. A princípio, a expectativa era que ele fosse escolhido candidato à vice-presidência para acompanhar ou Quintino Bocaiuva ou Júlio de Castilhos, cotados como presidenciáveis. No entanto, na convenção do partido, Sodré também recebeu votos para concorrer à presidência. Nos bastidores, comentava-se que Pinheiro Machado apoiava Júlio de Castilhos, enquanto Glicério não identificava no governador do Rio Grande do Sul um nome apropriado por conta de seu radicalismo e tão pouco tinha apreço pela candidatura de Quintino Bocaiuva, manobrando em

⁹⁵ Id. Ibid. p.161.

⁹⁶ O autor afirma que afirma que a cisão do Partido Republicano impusera à Lauro Sodré e aos seus amigos “um longo período de ostracismo político”. Ver: SODRÉ, Benjamin. Op. Cit., 1956, p.18.

⁹⁷ FOLHA DO NORTE. Belém, 23 de setembro de 1897, p.1.

favor de Sodré. Após dois escrutínios, o nome do paraense foi escolhido para concorrer à presidência da República na eleição de 1898. Para a vice-presidência foi lançado o nome do senador mineiro Fernando Lobo.

A notícia da candidatura de Lauro Sodré à presidência da República causou grande entusiasmo entre seus correligionários no Pará. Em edição de 08 de outubro, a *Folha do Norte* comentou o assunto destacando que a sua redação fora tomada por inúmeras pessoas interessadas em saber mais detalhes da escolha do ex-governador paraense ao posto presidenciável. Manifestações populares foram registradas nas ruas centrais da capital.

O governador do estado, Paes de Carvalho, que até então tentara se manter neutro e imparcial em relação aos assuntos partidários de sua terra, discursou da janela do palácio governamental para grande número de pessoas, saudou a candidatura de Sodré como promessa de “dias felizes” para a nação, congratulando-se com todos os paraenses e enaltecendo a figura e os feitos de Sodré. Após esse momento, Enéas Martins comandou comício e procissão pública em comemoração à candidatura de Sodré, a caravana passou pelo largo de Santana, rua senador Manoel Barata, praça da independência até estacionar em frente ao escritório da *Folha do Norte*⁹⁸.

Chegar à presidência da República, segundo Ricardo Borges, foi a maior pretensão da vida pública de Lauro Sodré⁹⁹. Desde 1894 o seu nome era lembrado nos pleitos¹⁰⁰. Contudo, a candidatura de 1898 coincidiu com triste acontecimento da vida privada do político paraense, o falecimento de sua filha Dora. Em função do episódio, Sodré sequer participou da convenção do partido, posto ter se refugiado com a família em Friburgo. Ao saber da resolução do partido em relação às eleições vindouras, escreveu carta a Glicério solicitando que a sua candidatura não fosse levada a cabo. Na missiva divulgada na imprensa dizia aceitar a vice-presidência, caso Quintino Bocaiuva fosse o candidato à presidência pelo partido¹⁰¹.

Enquanto isso, a *Folha do Norte* iniciava verdadeira campanha de convencimento de que a candidatura do paraense não seria obra de partido político, mas uma questão de consciência nacional, tornando-se cada vez mais importante na construção de uma imagem pública extremamente elogiosa à figura de Lauro Sodré.

⁹⁸ FOLHA DO NORTE. Belém, 08 de outubro de 1897, p.2.

⁹⁹ BORGES, Ricardo. Op. Cit. 1983, p.103.

¹⁰⁰ Os jornais da época indicam que Lauro Sodré, embora não fosse candidato oficial de nenhum partido, recebeu votos em 1894 para o posto de vice-presidente da República. O mesmo ocorrendo em 1902, para a presidência da República.

¹⁰¹ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1897, pp.2-3.

O que foi Lauro Sodré como governo, dizem-no bem alto as manifestações públicas e ruidosas que lhe foram tributadas ao apear-se do poder; dizem-no bem alto a recepção que teve no Rio de Janeiro e, ultimamente, a escolha que fizeram do seu nome para disputar o cargo de Chefe da Nação. [...] Como cidadão, nós todos o conhecemos: modesto em demasia; caráter puro e diamantino, alma aberta aos mais nobres sentimentos e, aos grandes ideais; talento de primeira ordem e servido por erudição pouco vulgar, espírito bem equilibrado e superiormente orientado – eis, em síntese, o que constitui a grande e simpática individualidade de Lauro Sodré. Brasileiro, é ele hoje uma das glórias de sua pátria; paraense, soube elevar bem alto o nome de sua terra, constituindo com Paes de Carvalho e Serzedello Corrêa o triângulo de luz que, irradiando por toda a vastíssima região banhada pelo Amazonas, será o guia seguro da grande Pátria Paraense, na senda do progresso e da civilização¹⁰².

A fala enaltece a administração de Sodré no Pará e o prestígio inegável com o qual chegara ao Rio de Janeiro e em rápido espaço de tempo o fizera ingressar no Senado Federal e se projetar como opção no pleito presidencial, capaz de desbandar figuras também de grande prestígio, como o eram Quintino Bocaiúva e Júlio de Castilhos. Ressalta ainda o papel relevante de Serzedello Corrêa e mantém postura bastante amistosa em relação ao governador do estado, que a partir do pleito de 1898 iria cada vez mais abandonar a pretensa posição de neutralidade e se radicar definitivamente no PRP.

Contudo, mais do que enaltecer, era necessário convencer. Neste sentido, considerando que 17 de outubro, dia em que foi veiculada a matéria acima, era a data de aniversário de Lauro Sodré, a *Folha do Norte* lançou mão de extensa programação festiva dedicada ao senador paraense. Começava assim uma tradição que se repetiria por longos anos e ajudaria a manter em destaque o nome de Sodré no Pará.

Naquele ano, contanto com apoiadores diversos, os festejos incluíam o toque de alvorada na madrugada e ao meio dia nos batalhões do Exército; saudação da banda de música dos bombeiros ao governador e à *Folha do Norte*, onde se reuniram os “amigos e admiradores do benemérito paraense” a fim de distribuir esmolas aos necessitados e retratos do homenageado; visita da comissão executiva do PRF ao *Orphelinato Paraense* e ao *Instituto Lauro Sodré*, e, por fim, envio de telegrama coletivo de congratulações ao senador paraense.

A ação, apresentada como homenagem, possuía evidente conotação política. Recomendar Sodré nos quartéis e na imprensa, promover o assistencialismo no exato dia de seu natalício e no exato lugar onde se distribuíam retratos dele, visitar instituições erguidas em sua administração e reunir o maior número de pessoas possíveis para telegrafar ao político

¹⁰² FOLHA DO NORTE. Belém, 17 de outubro de 1897, p.1.

sediado na capital federal, tudo era essencialmente político e servia para a campanha presidencial.

Em 5 de novembro houve um atentado à pessoa do presidente Prudente de Moraes. O acontecimento agitou o fim do seu mandato e os rumos da eleição, dando possibilidade de decretação do estado de sítio e de medidas violentas de repressão aos opositores¹⁰³.

Em pronunciamento feito no Senado ainda em novembro e reproduzido na *Folha do Norte* em janeiro de 1898¹⁰⁴, Sodré declarou na tribuna do Senado que ele próprio não lançara candidatura e, usando frase que se tornaria usual em sua retórica, complementou afirmando que nunca havia solicitado “o voto de quem quer que fosse”, não indo “bater à porta de nenhum eleitor, para mendigar o seu sufrágio”. De forma que, segundo ele, sua candidatura presidencial não era movida por desejo pessoal, mas sim pelo interesse do partido. Neste sentido, dizia ser um crítico dos erros que a República ia adotando e um defensor da organização dos partidos políticos. Com isso, buscava refutar as acusações de que seria ele um “pregoeiro de desordens” e, ao mesmo tempo, saudava a dissensão do antigo Partido Republicano como oportunidade para o surgimento de novos “organismos com programas e ideias”, tal qual seria o PRF¹⁰⁵.

Durante todo o mês de janeiro, a *Folha do Norte* publicou uma série de artigos intitulada “Lauro Sodré e o programa Campos Sales” em que comparava discursos e propostas dos dois candidatos, tentando demonstrar que Sodré em nada perdia ao candidato *prudentista*, sendo-lhe, na realidade, ainda superior, pelos méritos pessoais que o paraense carregava e apenas os mais desleais seriam capazes de negar (*Imagem 4*).

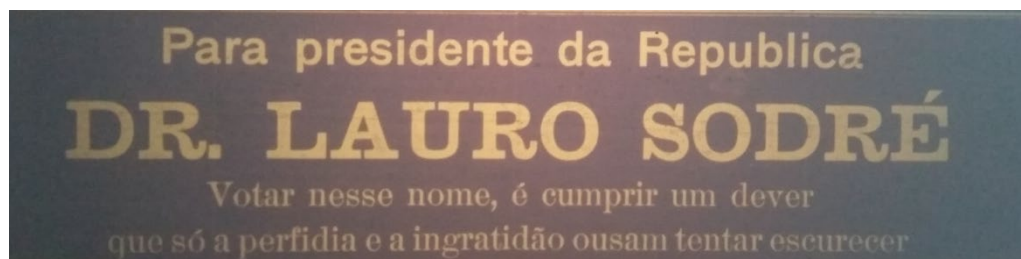
Em contrapartida, o cenário delineado pela imprensa carioca indicava que Lauro Sodré e Fernando Lobo não teriam a menor possibilidade de vencer a eleição, haja vista a articulação governista e a fragilidade das bases eleitorais do PRF nas unidades federativas. Além disto, Júlio de Castilhos, que não aceitara ser preterido por Sodré, recomendou ao *Partido Republicano Rio-Grandense* a não participação no pleito e, conseqüentemente, o não sufrágio de Lauro Sodré, desafiando a liderança de Francisco Glicério e enfraquecendo ainda mais o PRF. De modo que era esperado um baixo percentual de votos para a chapa dos republicanos federais.

¹⁰³ SODRÉ, Emmanuel. Op. Cit., 1970, p.78.

¹⁰⁴ A coleção dos *Anais do Senado Federal* é incompleta no referido ano.

¹⁰⁵ FOLHA DO NORTE. Belém, 07 de janeiro de 1898, p.1.

Imagem 4 - Campanha presidencial de Lauro Sodré na imprensa paraense, 1898



Fonte: FOLHA DO NORTE, Belém. 01 de março de 1898.

O resultado da eleição foi amplamente favorável a Campos Salles e Rosa e Silva. Tendo em vista os vícios do sistema eleitoral da época¹⁰⁶, de fato, era muito difícil que a chapa Sodré-Lobo pudesse sair com a vitória. De qualquer maneira, se de um lado a participação de Sodré no pleito acabou por provocar retaliações ao seu grupo político no Pará¹⁰⁷, de outro, do ponto de vista meramente pessoal, serviu para reforçar o seu protagonismo no cenário político nacional.

Após as eleições, Sodré falou sobre o assunto no Senado. Voltou a repetir que ele próprio não se candidatara ao pleito de 01 de março, que amigos o colocaram em tal lugar. Mas, nesse caso em especial, a continuidade de sua candidatura havia lhe sido de um profundo incômodo moral, posto que pessoalmente defendia o nome de outro chefe republicano. De modo que, nada teria feito para pleitear a eleição. Ainda assim, dizia-se grato aos telegramas recebidos do Pará indicando a vitória na sua terra natal. Ponto este questionado e desacreditado por Justo Chermont. Lauro Sodré seguiu dizendo que não discutia se o seu nome fora ou não o mais votado, mas que não pleiteou a eleição. Dizia ter consciência do valor do diploma que o colocara na cadeira senatorial.

¹⁰⁶ Neste sentido, Christian Lynch cita uma crítica do tenentista Juarez Távora de 1928 sobre o processo eleitoral da qual é possível deduzir-se que: “a manipulação dos resultados ocorria em três fases do procedimento eleitoral: o alistamento, levado a cabo pelos juizes; a contagem dos votos, efetuada pela mesa seccional; e a verificação dos poderes, de que se encarregava o poder legislativo”. No primeiro caso, os juizes costumavam facilitar a expedição de títulos eleitorais para os correligionários do governo, para dificultar a formação do eleitorado de oposição. No segundo, os mesários forjavam votos a bico de pena ou simplesmente sumiam com os sufrágios dirigidos à oposição. No terceiro, as comissões de reconhecimento de poderes das casas legislativas se encarregavam de sentenciar os candidatos vitoriosos, conforme o interesse do governo. A partir disso, Lynch observa: “A grande questão do sistema republicano, pois, não era a fraude em si mesma, ou a exclusão popular, que era calculada, mas a representação das minorias, isto é, das oligarquias excluídas do poder nos planos estadual e federal, que poderiam se revoltar e constituir agentes de desordem”. LYNCH, Christian Edward Cyril. Op. Cit., 2014, pp.118-120.

¹⁰⁷ SODRÉ, Emmanuel. Op. Cit., 1970, p.71.

Fui para aqui mandado para defender os interesses da República ao lado dos interesses do estado que me elegeu; neste posto hei de ficar, correspondendo à confiança dos meus amigos, a fim de cooperar na grande obra da regeneração moral da República, que é a nossa tarefa de hoje; e para que, na tomada de contas, que o Congresso há de fazer, seja por completo desagradada a Constituição e dignificada a República¹⁰⁸.

Resignando-se ao posto senatorial, mas sem abandonar o interesse pela política estadual, Lauro Sodré teve uma atuação destacada em duas frentes: os assuntos militares e a discussão em relação aos limites do Brasil com a Guiana Francesa e a Bolívia.

As discussões anuais sobre a fixação das forças de terra criaram momentos oportunos para que Lauro Sodré reclamasse sobre as condições da vida na caserna e cobrasse melhorias do Poder Executivo para oficiais e praças do Exército. Na esteira desses debates, Sodré evidenciou a noção de representação que fazia de seu mandato. Taxado desde muito cedo de “senador militar”, defendeu-se dizendo que não era representante de sua classe antes de ser representante da União e do seu estado. Defendia-se, mas não negava¹⁰⁹. Acontecimentos como a Guerra do Paraguai, Guerra de Canudos e mesmos os conflitos nas fronteiras do norte eram utilizados por ele como recursos de convencimento para sustentar a tese de que o Estado precisava cuidar melhor das forças armadas.

Neste sentido, uma das falas mais significativas de Sodré sobre tais assuntos se deu na sessão de 07 de agosto de 1902, quando o senador paraense fez crítica contundente ao governo.

Primeiro, alegando que a lei de forças era anualmente descumprida por parte do Executivo na medida em que não se empenhava em aumentar os quantitativos militares estabelecidos pelo Legislativo, mesmo com verba aprovada para tanto; segundo, condenando o projeto elaborado pelo Ministro da Guerra de reorganização do Exército. Neste último caso, Sodré dizia se tratar de uma reforma fantasmagórica.

Para exemplificar o seu ponto de vista, o senador se reportou ao Pará, organizado militarmente com três batalhões, um de artilharia (4ºB) e dois de infantaria (15ºB e 36ºB).

Pois bem, tão reduzido é o pessoal desses corpos que as vezes, reunidos todos três, mal podem dar uma guarda de honra. A última que ali vi, em marcha nas ruas de Belém, fazia pena vê-la; ao todo, pouco mais de 100 praças, as quais a falta de

¹⁰⁸ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1898, L.1, p.49.

¹⁰⁹ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1899, L.3 p.183.

exercício vai tirando a segurança e o garbo nas marchas, tendo à frente uns três cornetas e uma banda de música de pouco mais de dez figuras¹¹⁰.

A reorganização militar então proposta previa a concentração das tropas do 1º distrito (Amazonas, Pará, Maranhão e Piauí) na cidade de Óbidos (PA). Ao que Sodré, indagava: “Concentração, srs. Senadores! Mas concentração de que? De que corpos? Que é que esses resíduos de batalhões vão fazer nesse campo de concentração? Que feitio de instrução S. Ex. vai lograr dar-lhes? Como poderão tê-la?”. O 4º Batalhão de artilharia, segundo ele, possuía de armamento uma bateria Krupp providenciada ainda por Floriano Peixoto. Antes disso usava os antigos canhões La Hitte.

Além disso, havia outro problema na percepção de Sodré. Embora rendesse elogios à cidade do baixo Amazonas, Óbidos seria uma escolha malfeita do ponto de vista da pronta mobilização das tropas. No Pará não havia ponto melhor do que sua capital e seus arredores para o posicionamento dos efetivos militares. Lamentava que a ideia de afastar o Exército da política pudesse resultar em ações tão desastrosas.

Portanto, com este pessoal, com este material, que é que dessa concentração vai resultar? Que espera disso o nobre Ministro da Guerra? Fará esse corpo em Óbidos os exercícios que não pode fazer em Belém? Lucrará com a mudança a instrução militar? Lucrará a disciplina? Como e por quê?

O Sr. Ministro acaba de ordenar o embarque do 4º de artilharia para Óbidos, cidade a cujo clima já fiz lisonjeiras referencias, mas que é exposta, como todas do Estado do Pará, aos ardores violentos do sol equatorial, exposta também a invernadas que não tem igual, a dias seguidos de grandes aguaceiros.

É em uma cidade assim que o nobre Ministro da Guerra manda que se estabeleçam os corpos do exército; mas onde? Em barracas, Sr. Presidente, porque quartéis não há! Como improvisá-lo? E as tão faladas vilas militares ficam em projeto¹¹¹.

Por fim, o senador paraense dizia que era na paz que as guerras se aparelhavam e os exércitos se organizavam. Se não quisesse se tomar a lição da Guerra do Paraguai, bastava, segundo ele, considerar Canudos, que mais uma vez atestou a impossibilidade de meios e modos para se agir com eficácia e prontidão. Em tom profético, Sodré termina seu discurso advertindo que ou se fazia algo a respeito da situação do Exército ou poderia rebentar um cenário de instabilidade.

Na sessão seguinte, Benedito Leite (MA) deu resposta ao discurso de Lauro Sodré e criticou o fato do parlamentar, enquanto militar, não analisar minuciosamente os negócios de

¹¹⁰ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1902, L.2, p.59.

¹¹¹ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1902, L.2, p.64.

guerra, que tendo apontado erros do Ministro da pasta, não apontasse também soluções. O relator do projeto na Comissão de Marinha e Guerra, senador Pires Ferreira (PI), também respondeu a Lauro Sodré em tom de crítica, dizendo que o senador paraense, após tantas censuras ao projeto não havia apresentado nenhuma emenda¹¹². Tais ponderações indicam que a fala de Sodré valia mais como protesto e denúncia do que como ação propositiva de criação de leis.

Considerando a *Tabela 3*, contudo, é possível perceber que nem sempre Lauro Sodré usou a tribuna como espaço de denúncia, tendo apresentado também requerimentos, projetos e emendas que versavam sobre questões militares. Das 33 participações listadas no quadro amostral, pelo menos 13 delas estão diretamente relacionadas a assuntos da caserna. Dessas 13 colocações, 5 foram emitidas no bojo das discussões das forças de terra. Nas demais situações, Lauro Sodré apresentou propostas que passavam sempre pela necessidade de maior investimento na estruturação das forças armadas, tratando também da promoção e inatividade de oficiais, dos direitos do *Club Militar* frente ao estado de sítio e dos regulamentos da Escola Militar.

Atuava, portanto, como legítimo representante dos militares no Senado, sempre atento às possibilidades de garantir recursos e prover melhoramentos à instituição que o formara e, além disso, defendendo o direito e sugerindo a necessidade de militares participarem da vida política nacional.

Outra pauta expressiva do senador paraense – mais pela importância do tema do que pela frequência com que foi abordada – foi a questão dos limites do Brasil com a Guiana Francesa e, posteriormente, com a Bolívia. Entre 1897 e 1902 foram identificadas 5 ocasiões em que Lauro Sodré colocou o assunto em discussão no Senado Federal. Considerar algumas dessas intervenções é importante para entender a linha de pensamento do ex-governador do Pará sobre o assunto.

Na sessão de 16 de maio de 1898, Lauro Sodré lançou um protesto solene em nome do povo paraense contra o tratado de 10 de abril de 1897 que levou a chamada *Questão do Amapá* ao arbitramento internacional. Para ele, a assinatura do termo fora um “cochilo da diplomacia brasileira” e uma “vitória fácil da diplomacia francesa” que desrespeitava a opinião pública de seu estado e importaria na perda de parte do território nacional¹¹³.

¹¹² ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro 1902, L.2, p.106.

¹¹³ Durante a sua fala Lauro Sodré citou moções contrárias ao tratado franco-brasileiro de lideranças políticas dos municípios de Belém, Cametá, Chaves, Melgaço, Portel, Santarém, São Sebastião da Boa Vista, Vila do Amapá, Afuá, Guamá, Maracanã, Curalinho e Cachoeira. Além destes, utilizou trechos do jornal *A Província do Pará*,

Um posicionamento bem distinto daquele que ele havia esboçado quando ainda era governador do estado do Pará. Na mensagem que dirigiu ao Congresso Legislativo estadual em 1896, Sodré falou dos conflitos na fronteira da chamada “Guiana Brasileira” argumentando que a posse legal da área contestada cabia ao Brasil, “porque sempre brasileiros andaram desde remotas idades percorrendo por todo esse território”. Mas, ao contrário do que disse no Senado, declarou que o governo federal não merecia “senão aplausos pelo critério, patriotismo e energia com que tem posto empenho em levar a seu termo essa pendência, que conta mais de século de vida” e que confiava “na solução do arbitramento, que dá hoje o melhor atestado do grau de civilização dos povos”¹¹⁴. A mudança repentina de posição, provavelmente, estava relacionada com o reposicionamento de Lauro Sodré no campo político federal e seu lugar de oposição.

Em agosto de 1898, em discussão sobre abertura de crédito especial para custeio da comissão encarregada de defender os interesses nacionais na questão de limites com a Guiana Francesa, Sodré, apoiado em autores como o geógrafo francês Elisée Réclus e no jurista alemão R. Von Lhering, insistiu no direito de propriedade do Brasil sobre o território em disputa. Segundo ele, os arquivos da comarca de Macapá poderiam facilmente provar que o contestado havia sido ocupado por brasileiros. Ao passo que se dizia convencido da inexistência de documentos da parte francesa.

[...] não tenho outro remédio, declaro ao Senado, se não dizer, protestando uma vez mais contra esse erro, que votarei contra a concessão deste crédito, pois não vejo outra forma mais significativa, mais eloquente de expressar o meu protesto do que esta: negar ao Governo da República, com o meu voto, singular embora, a faculdade de executar um tratado, que considero vexatório para a República¹¹⁵.

A fala de Lauro Sodré foi contestada por Pires Ferreira (PI) e Severino Vieira (BA). Os senadores alegaram, dentre outras coisas, que ao invés de discutir o crédito, Lauro Sodré quisera discutir o tratado de arbitramento, que já não poderia mais ser posto em debate.

Além disso, discordavam do senador paraense no que dizia respeito à acusação lançada ao governo brasileiro de ter feito concessões aos franceses. Para eles, o tratado teria sido assinado em perfeita igualdade. De maneira que o crédito especial votado era somente

periódico partidário do presidente da República, e excerto de mensagem de governo de Paes de Carvalho. Tudo para demonstrar a insatisfação da opinião pública paraense com a assinatura do termo.

¹¹⁴ PARÁ, Congresso Legislativo do. *Mensagem dirigida pelo sr. Governador Dr. Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará em sua reunião em 1º de fevereiro de 1896*. Belém: Typ. Diário Oficial, 1896, p.63.

¹¹⁵ Id. Ibid. 1898, p.77.

para as despesas de representação do Brasil junto ao árbitro e ao custeio dos trabalhos a cargo da comissão encarregada. Por fim, posta em votação, a abertura de crédito foi aprovada.

Dias depois, na sessão de 05 de setembro, foi a vez dos limites com a Bolívia entrarem no radar de Lauro Sodré. Na ocasião, ele denunciou a presença de forças do exército boliviano em território de fronteira ocupado por brasileiros, cobrou explicações do governo em relação aos acontecimentos e alegou que o relatório do Ministro do Exterior interpretava de modo equivocado o traçado da linha que ia do Madeira às nascentes do Javari. Por conta disso, alegava que brasileiros, pejorativamente chamados de “bandidos do Acre”, estariam sendo vítimas de violências e arrastados para uma questão litigante¹¹⁶.

A raiz do conflito, em sua percepção, emanava do protocolo de 19 de fevereiro de 1895, que reabriu as negociações diplomáticas com a Bolívia acerca da demarcação do Madeira-Javari em função dos negócios da borracha. Assim, em sua visão, era necessário fazer com que as negociações voltassem ao ponto anterior a esta data.

Para embasar suas colocações, Sodré citou os escritos de padre Manoel Ayres de Casal, *Chorographia Brazilica*, de 1817, Ignácio Accioly de Cerqueira, *Chorographia Paraense*, de 1833, os apontamentos do viajante francês Francis Castelnau, que esteve na Amazônia entre 1846 e 1847, dentre outros. Sua interpretação para a questão era aquela apresentada por seu conterrâneo e amigo Serzedello Corrêa, segundo o qual a fronteira Brasil-Bolívia, entre o Madeira e o Javari, seguia da margem esquerda do Madeira pelo paralelo de 10°, 20' sul e desta latitude por uma reta ao norte (meridiano) a buscar a origem principal do Javari¹¹⁷.

Lauro Sodré sustentava a existência de literaturas e documentos suficientes para que o governo brasileiro abandonasse a disposição de entregar à Bolívia um território que lhe pertencia por direito, devendo, portanto, de modo contrário ao que fazia o Ministro das Relações Exteriores, reconhecer definitivamente que o território do Acre estava em litígio e recorrer ao expediente do arbitramento para formação de consenso com a Bolívia.

Nessa discussão, mais uma vez o pensamento positivista de Lauro Sodré na ciência e no progresso divide espaço com o seu senso prático de político. Mesmo professando crença na lei da evolução do regime militarista para o industrial e na passagem do regime teológico-militar para o científico industrial, ainda assim dizia não se iludir e recomendar que as tropas brasileiras ficassem em prontidão, pois a ciência também lhe mostrava, a partir da história,

¹¹⁶ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1900, L3. p.32.

¹¹⁷ Id. 1900, L3. p.32.

que assim como a teologia não fora eliminada das consciências, tão pouco as guerras da vida das nações e povos. De modo que, as soluções pacíficas para as tensões internacionais ainda pareciam ser uma aspiração longe de sua realização prática e geral¹¹⁸.

Muito embora se sentisse atraído pelo mundo filosófico e de aspirações liberais, Sodré advertia ao Senado que, diante da febre industrial, com ampla ambição por novos mercados, era necessário que o governo não perdesse de vista que naquele momento “fortalecem-se e aparelham-se todos os povos, e que, pode-se dizer, a guerra lavra em todos os continentes”. De maneira que, insistia ele, o Brasil precisava ser uma nação forte entre as nações americanas, sem se “fazer de cordeiro no meio de lobos”¹¹⁹.

A discussão apresentada por Sodré provocou longo debate no Senado. Durante várias sessões a Questão do Acre ficou em pauta. Vicente Machado (PR), o primeiro a comentar o assunto, negou o seu voto ao requerimento apresentado pelo senador paraense. Dizia ser assunto delicado, de ordem internacional, que deveria ser discutido e resolvido secretamente no âmbito do Congresso Nacional.

Em seguida, Ramiro Barcelos (RS) também afirmou que, se dependesse dele, teria evitado que a discussão fosse colocada no Senado, posto a possibilidade de criar embaraços no acordo Brasil-Bolívia. Mas, ainda assim, votava a favor do pedido de Sodré por não ver nele nada além de um pedido de informações. Rui Barbosa (BA) também se mostrou favorável. Em sua fala, pontuou já ter tratado do assunto em colunas da imprensa, haja vista o desinteresse do Congresso Nacional pela matéria. Concordava com Sodré no tocante a ocupação do território, pois a região sempre fora portuguesa e brasileira. Admitindo, conforme Sodré, que a atuação do governo brasileiro dava superioridade ao governo boliviano¹²⁰.

No dia 21 de setembro, Sodré voltou ao assunto para pontuar que os poderes da República haviam de trabalhar em regime de colaboração e que era lícito ao Senado se colocar na discussão de questões internacionais e negociação de tratados, fala esta novamente apoiada por Rui Barbosa. “A questão, Sr. Presidente, não é de palmo, mas o é de légua de território”, dizia ele¹²¹.

A última fala registrada no primeiro mandato senatorial de Sodré sobre a *Questão do Acre* foi em 03 de outubro de 1901 e referia-se a pedido de pensão da viúva de um integrante

¹¹⁸ Id. 1900, L3. p.32.

¹¹⁹ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1900, L3. p.32.

¹²⁰ Id. 1900, L.3 p.56.

¹²¹ Id. 1900, L.3 p.226.

da Comissão de Limites do Javary, morto na região de fronteira após contrair malária e beribéri. Além de solicitar a “atenção patriótica” dos senadores, Sodré cobrou uma maior assistência do governo brasileiro aos profissionais que se dedicavam aos estudos das áreas limítrofes nacionais¹²².

A partir da *Tabela 3*, é possível observar que em 1902 o número de participações de Lauro Sodré na tribuna caiu sensivelmente. Este seria o seu último ano de mandato enquanto representante do Pará no Senado Federal. Durante esse primeiro período em que esteve no *Palácio do Congresso*, Sodré assumiu a identidade de senador militar, defendeu preferencialmente temas ligados ao Exército e soube se conectar a assuntos do momento, como a questão das fronteiras com a Guiana Francesa e com a Bolívia.

Em poucos momentos se reportou diretamente a política paraense. Quando o fez, manifestou crítica contundente a Antonio Lemos e, sobretudo, a Augusto Montenegro. Tratou ainda de pautas cívicas, como a da exposição do 4º centenário do “descobrimento do Brasil” e protestou mais de uma vez contra o estado de sítio. Pensava a sua representatividade senatorial em sentido hierárquico: União, Pará, Exército. Mas, não raro, todos esses elementos se misturavam em seus discursos e práticas.

A derrota para Campos Salles no pleito presidencial de 1898 e o início da chamada política dos estados ou dos governadores, bem como o domínio *lemista* e os vícios do processo eleitoral republicano, ajudaram a sepultar momentaneamente o lugar de Lauro Sodré na política estadual. Isolado politicamente, os jornais davam como certo de que não conseguiria se reeleger.

1.3 – Desafiando oligarquias: a eleição e atuação de Lauro Sodré pelo Distrito Federal

Terminado o primeiro mandato senatorial, Lauro Sodré se viu impossibilitado de se reeleger pelo Pará em função da política dos estados cimentada por Campos Salles.

O presidente que derrotou o senador militar no pleito de 1898 procurou evitar as experiências que haviam marcado o governo de Prudente de Moraes em torno da cisão do Partido Republicano Federal entre republicanos (*gliceristas*) e concentrados (*prudentistas*), do

¹²² Id. 1901, L.3 p.245.

fracionamento do Congresso a partir do movimento e dos interesses das bancadas regionais, da indisposição frente as forças armadas e das lutas oligárquicas nos estados¹²³.

Dessa forma, a fim de garantir a governabilidade administrativa, Salles buscou garantir maior autonomia para o Executivo Federal frente ao Parlamento através do apoio direto das elites políticas estaduais. A intenção era deixar os conflitos regionais no próprio âmbito estadual, permitindo ao presidente ocupar-se mais diretamente dos assuntos administrativos. Como observou Viscardi, a “despolitização do Estado Nacional seria contraposta à politização dos estados-atores, resguardando-se o poder soberano e autônomo do Catete”¹²⁴.

A solução encontrada por Salles foi operar duas modificações no Regimento Interno da Câmara. A primeira consistiu na alteração do critério de escolha do presidente da casa, garantindo continuidade a quem já estava no poder na legislatura finda e, conseqüentemente, melhores condições para formação da comissão de verificação de poderes, responsável por validar em última instância os eleitos para o Legislativo Federal. Com isso, o situacionismo estadual passava a formar maioria no Congresso e o Executivo Federal garantia a diminuição de conflitos. A segunda mudança, que se revelaria mais duradoura e permanente do que a primeira, definiu que o diploma dos deputados eleitos passaria a ser a ata de apuração da eleição, assinada pela maioria da comissão apuradora, que era de âmbito local. Essa medida retirou a responsabilidade do Congresso ter que se posicionar sobre os casos de duplicatas de ata, mantendo a tensão e disputa no âmbito estadual¹²⁵.

Curiosamente, os deuses ou diabos do Congresso quiseram que a medida do governo fosse apresentada na Câmara dos Deputados pelo líder da maioria, o deputado paraense Augusto Montenegro¹²⁶. Representante da ala situacionista do Pará, Montenegro foi também o indicado de Antônio Lemos ao Governo do Pará em 1901, desbancando Justo Chermont que acabara de ser alijado do PRP e acolhido no PRF de Lauro Sodré. De acordo com Maria de Nazaré Sarges, a vitória de Montenegro serviu para coroar o prestígio e a força de Antonio

¹²³ RESENDE, Maria E. L de. “O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 6º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p.112.

¹²⁴ VISCARDI, Cláudia. Op. Cit., 2012, p.35.

¹²⁵ Id. Ibid. p.36.

¹²⁶ LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. 3º Ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2015, p.176.

Lemos no cenário político paraense¹²⁷ e, por tabela, pode-se dizer, assinalar a incapacidade dos *lauristas* se fazerem prevalecer nos pleitos eleitorais.

Nesse jogo de hegemonias e compressão das minorias representativas garantidas em lei, o Senado Federal, como observou Christian Lynch, se constituiu em um foro de representação “diplomática” das oligarquias, na medida em que os eleitos cumpriam um papel de “embaixadores dos estados”, responsáveis pela mediação dos interesses locais com a política nacional¹²⁸.

O próprio Lauro Sodré, ainda como representante paraense na Câmara Alta, comentou a influência de Campos Salles nos negócios políticos republicanos. Na sessão de 12 de julho de 1901, ele afirmou que dentre os méritos atribuídos ao então presidente da República estava o de ter completado a obra de desmanche e dissolução dos partidos políticos em via de organização no país. Sodré dizia não saber se era possível considerar esses serviços como úteis, pois a existência de partidos políticos lhe parecia essencial e necessária, uma condição para garantir o funcionamento exato da Constituição e das leis. A política de contubérnios e conchavos, acrescentava ele, inaugurada pelo presidente da República era pouco digna e anárquica. Faltava no Brasil uma lei eleitoral capaz de erradicar as interferências dos Poderes Públicos nos alistamentos e apurações eleitorais. Essa realidade fazia com que nunca pudessem vingar os esforços das minorias e oposições. Dizia confiar na intenção do povo brasileiro. Mas, ressaltava que as brechas da lei eram tantas que permitiam a existência das chamadas “eleições fantásticas”¹²⁹.

Nesse cenário, Lauro Sodré posicionou-se como oposição. Um senador militar na era dos governos civis republicanos, não afeito ao pacto dos governadores e que clamava por mudanças não apenas nas eleições, mas na política externa, na instrução pública, nos negócios militares. Tinha no Pará reduto fiel, mas incapaz de lhe garantir vitória em pleitos viciados como os da Primeira República. Conseguindo, no entanto, vitória eleitoral ainda mais improvável na capital da República.

A eleição de Sodré pelo Distrito Federal representa uma brecha no sistema oligárquico e na própria ideia da representação “diplomática” de que falei anteriormente. Sem dúvida, uma exceção à regra, mas ainda assim um indicativo de que o sistema não era impenetrável e

¹²⁷ SARGES, Maria de Nazaré. *Memórias do velho intendente: Antônio Lemos (1969-1973)*. Belém: Paka-tatu, 2002, p.64.

¹²⁸ LYNCH, Christian Edward Cyril. Op. Cit., p.120.

¹²⁹ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1901, L.2 p.145-150.

tão pouco plenamente rotinizado, como sugeriu Lessa¹³⁰. De qualquer modo, para compreender o sentido desta eleição se faz necessário considerar alguns elementos constitutivos do campo político carioca.

Com a chegada do regime republicano a cidade do Rio de Janeiro se constituiu em uma unidade político-administrativa singular, como sublinhou Américo Freire. Palco de alguns dos principais acontecimentos políticos do país, campo de atuação privilegiada dos jacobinos, dos monarquistas restauradores, do oposicionismo e das intervenções mais diretas do Governo Federal, a capital da República elegia representantes tanto para o Congresso Nacional como para a Câmara Municipal. Por outro lado, o prefeito e o chefe de polícia eram indicados pelo presidente da República e chancelados pelo Senado Federal¹³¹. Essa situação ambígua, que acabou por extinguir os vínculos políticos entre a capital e o estado do Rio de Janeiro, não impediu a formação de partidos políticos locais¹³².

Durante a primeira década republicana o PRF de Glicério foi o partido mais forte no Rio de Janeiro. Internamente, se dividia em três grandes alas. Havia os *gliceristas*, representados por Tomas Delfino, os *jacobinos*, como Alcindo Guanabara e Irineu Machado, e um grupo representativo de áreas rurais da cidade conhecido como Triângulo, cuja principal liderança era Augusto de Vasconcelos. Além dos segmentos federalistas, existiam ainda os monarquistas e os democratas disputando a representação política na cidade.

A cisão do PRF e o atentado contra o presidente Prudente de Moraes alteraram esse espectro político, abrindo espaço para novas legendas como o Partido Republicano Carioca (PRC), de orientação *prudentista* e responsável pelo apoio a eleição de Campos Salles. Na sequência, Barata Ribeiro organizou o Partido Republicano do Distrito Federal (PRDF), que acabou atraindo os principais nomes do PRF e sepultando definitivamente a influência de

¹³⁰ Na visão deste historiador, Campos Salles inaugurou entre 1898 e 1902 o início da rotinização do regime republicano, um pacto de ordem política que, dentre outras coisas, teria tornado o eleitorado rotinizado e contido pelas estruturas de poder local que evitavam quaisquer expressões de diversidade. C.f.: LESSA, Renato. Op. Cit., *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. 3º Ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2015, pp.165-192.

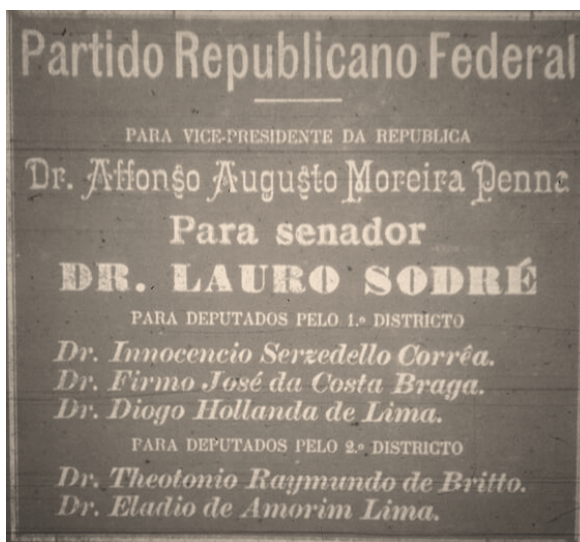
¹³¹ FREIRE, Américo. “Campos Sales e a República Carioca”. *Locus: revista de história, Juiz de Fora*, vol.2, nº 1, 1996, p.10.

¹³² Américo Freire tem um outro trabalho em que analisa mais diretamente as concepções consideradas para a criação do Distrito Federal, bem como os regulamentos criados para a capital da República desde a implementação do regime republicano, assinalando as tensões em torno das intervenções do Governo Federal e as reivindicações por maior autonomia para a cidade do Rio de Janeiro. C.f.: FREIRE, Américo. *Uma capital para a República: poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada para o século XX*. 2º Ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2015; essa discussão sobre autonomia também aparece no capítulo “O Rio de Janeiro e a República” do clássico estudo de José Murilo de Carvalho. C.f.: CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1987.

Francisco Glicério na capital da República¹³³. Não à toa, o PRDF foi o único partido a formar oficialmente chapa para concorrer às eleições de 1903.

Ainda que superado no Pará pelo domínio político de Antônio Lemos e Augusto Montenegro, Lauro Sodré foi lançado como candidato ao Senado Federal pelo PRF do Pará (*Imagem 5*). Ou seja, na ausência de legislação eleitoral mais rigorosa, concorreu às eleições de 1903 tanto pelo Rio de Janeiro como pelo seu estado natal.

Imagem 5 - O P.R.F. e as eleições de fevereiro de 1903



Fonte: *Folha do Norte*. Belém, 11 de fevereiro de 1903, p.2.

Na véspera da eleição, a *Folha do Norte* tentou pela última vez angariar votos para sufragar Lauro Sodré, apresentando-o como “uma legenda sagrada da democracia”. O periódico falava no dever de eleger o “apóstolo da República” pelo Pará.

Lauro Sodré deve sentar-se no Senado da República eleito pela sua terra. É uma honra para nós o espontâneo movimento que se está operando no Distrito Federal para fazê-lo eleger, mas será a nossa suprema vergonha se a ata falsa conseguir, pela fraude, violar a reta expressão da vontade dos paraenses, que não podem ter outra escolha e demonstrar a sua preferência senão pelo filho glorioso que tanto lustre, honra e brilho tem dado à sua terra, pela austeridade das suas virtudes, pela pureza e honestidade digna da sua vida, pelo valor da sua contribuição patriótica na obra de moralização do regime que adotamos¹³⁴.

¹³³ FREIRE, Américo. Op. Cit., 1996, p.11-20.

¹³⁴ FOLHA DO NORTE. Belém, 17 de fevereiro de 1903, p.2

Não ignorando o que se passava no Rio de Janeiro, a folha paraense defendia que Sodré deveria ser eleito ao Senado Federal por seu estado natural. Não concebia ou não queria reconhecer a possibilidade de Paes de Carvalho, candidato do PRP, chamado pelo jornal de “apóstata”, pudesse sagrar-se vencedor no pleito.

Enquanto isso, no Rio de Janeiro, o *Jornal do Comércio* deu espaço na edição de 13 de março a um libelo em defesa de Lauro Sodré assinado por inúmeros paraenses radicados no Rio de Janeiro, dentre eles, Bruno Lobo, Camerino Rocha, Jayme Aben-Athar e Marcionillo Lessa. O texto colocava Sodré ao lado de figuras como Benjamin Constant, Floriano Peixoto e Tiradentes e criticava os planos de seus adversários paraenses de impedirem a população de votar livremente no candidato para o qual supostamente se achavam “voltados todos os olhares”¹³⁵.

Datado de 11 de fevereiro daquele ano e publicado na seção “a pedido”, o texto destacava o apoio do Exército e dos estudantes das escolas superiores a Lauro Sodré e visava apoiar a candidatura de Sodré pelo Pará. Nada propunha com relação a eleição de Sodré pelo Distrito Federal.

No dia 17, outra publicação no “a pedido”, mantinha cautela em relação a possibilidade de eleição pelo Rio de Janeiro. O texto, sem autoria, reconhecia que Sodré era um homem de talento, porém dizia que apenas isso não bastava, como não bastava sua apregoada honestidade e tão pouco o fato de ter sido discípulo de Benjamin Constant, chamado “o homem da espada-vingem” enquanto militar e “livro em branco” como sábio. Ter sido governador não o distinguiria tanto, posto que governador por governador Paes de Carvalho também haveria sido. De modo que, faltava ainda Lauro Sodré apresentar o seu real programa. “S. Ex. tem por si o futuro, mas se o futuro se deduz do passado, S. Ex. será sempre um grande estadista incubado, o que de forma alguma desejamos”, dizia o texto que terminava defendendo a candidatura “solidificada em 40 anos de serviços prestados a nação” de Andrade Figueira¹³⁶.

Realizado o pleito em 18 de março, as primeiras apurações indicavam a derrota de Lauro Sodré na maioria das seções do Pará. No Rio de Janeiro, o *Correio da Manhã* celebrou sua vitória, o *Jornal do Comércio* deu novamente espaço a publicação assinada por Monte Branco que defendia a vitória de Andrade Figueira e considerava Sodré como “elemento estranho” na política fluminense, apenas capaz de vencer pelo recurso da fraude, das atas

¹³⁵ JORNAL DO COMMERCIO. Rio De Janeiro, 13 de março de 1903, p.3.

¹³⁶ JORNAL DO COMMERCIO. Rio De Janeiro, 17 de março de 1903, p.3.

falsas e dos votos a bico de pena. Garantindo que o tenente-coronel teria então bela oportunidade para mostrar ao povo da capital federal sua apregoada fama de probo, admitindo a derrota¹³⁷.

O mesmo Monte Branco voltou a questionar a eleição de Lauro Sodré, em tom bem mais hostil. Após chamar o senador paraense de “caboclinho do Norte”, o articulista afirmou compreender que ele não quisesse voltar para os rincões do Acre, porém alegava que ele poderia ser mais efetivo no Rio de Janeiro ocupando o seu posto no Exército. Sobre a eleição em si, recomendava cautela em relação aos votos do 2º distrito, considerada a “base de operações” de Sodré¹³⁸.

Concorrendo contra Lopes Trovão (PRDF) e Andrade Figueira (monarquista), Lauro Sodré viu a Junta Apuradora considerar eleito o primeiro candidato. Essa diplomação, no entanto, acabou questionada no Senado, a quem cabia, de fato, o reconhecimento.

Na sessão de 22 de junho a *Comissão de Constituição, Poderes e Diplomacia*, formada por Sigismundo Gonçalves (PE), o relator, Antonio Azeredo (MT) e Ferreira Chaves (RN) emitiu parecer sobre o assunto. Observando os documentos apresentados pelas partes envolvidas, a comissão informou ter chegado ao entendimento de que cada um dos candidatos pretendia enorme redução dos votos atribuídos aos seus concorrentes, sob alegação de fraudes eleitorais. De maneira que, após identificar o percentual de votos que poderiam ser considerados irregulares, considerava válido o seguinte resultado: Lauro Sodré: 3.469; Andrade Figueira 3.107; Lopes Trovão: 3.081. Desta forma, contrariando a Junta Apuradora, concluía que Lauro Sodré havia sido eleito senador pelo Distrito Federal¹³⁹.

Mas, como entender este resultado? Por que, afinal, Lauro Sodré, um candidato de oposição ao governo, apontado como jacobino, não foi “degolado” pela Comissão de Verificação?

Basicamente, é o mesmo questionamento colocado por Américo Freire em um dos poucos estudos historiográficos elaborados fora do Pará que tratam especificamente de Lauro Sodré. Freire buscou entender como um político paraense, em uma campanha meteórica de uma semana, conseguiu se eleger para o Senado Federal como representante da capital do

¹³⁷ JORNAL DO COMMERCIO. Rio De Janeiro, 20 de março de 1903, p.2.

¹³⁸ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 22 de março de 1903, p.4.

¹³⁹ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1903, L.1, p.162.

país, rompendo o bloqueio dos principais grupos políticos cariocas e obrigando-os a conviverem com as suas “proposições insurrecionais”¹⁴⁰.

Em sua resposta, o historiador procura considerar a trajetória de Sodré enquanto positivista e político, sinalizando para sua popularidade junto a Floriano Peixoto e suas incursões ao jacobinismo. Por outro lado, pondera que o político paraense possuía “um senso de oportunidade” que o fazia se equilibrar entre a defesa da doutrina de Comte e o liberalismo predominante no Brasil. A partir disso, ele teria conseguido se manter como uma força política importante em um quadro político marcado pela instabilidade. Não abandona a defesa radical da República, mas consegue transitar e ser bem aceito entre civis e militares, o que teria facilitado a sua penetração no campo político carioca¹⁴¹.

Seria preciso considerar ainda que a candidatura de Lauro Sodré havia sido lançada na imprensa no início de 1902 através das páginas do *Correio da Manhã*, um jornal que arregimentava dissidentes monarquistas e republicanos. Neste caso, o editorial de Edmundo Bittencourt encontrou forte apelo na juventude militar. De forma que, a eleição do senador militar pelo Rio de Janeiro “poderia significar a criação de uma alternativa real de poder sob a liderança do novo senador pelo Distrito Federal”, na medida em que ganhava nova visibilidade uma articulação que envolvia forças políticas civis e militares¹⁴².

Para além disso, aponta ainda Freire, seria possível considerar a possibilidade de que forças ligadas ao Governo Federal tivessem apoiado Lauro Sodré indiretamente por motivos diversos como, por exemplo, não permitir a eleição do monarquista Andrade Figueira ou mesmo não se indispor com os militares que Lauro Sodré parecia representar¹⁴³.

Não tenho grandes objeções as proposições de Américo Freire, as quais, por sinal, muito contribuíram para a tessitura deste estudo. Apenas acho que ele explora pouco a questão da articulação civil-militar que deu sustentação para Lauro Sodré no campo político carioca, deixando espaços para complementações.

Por conseguinte, quero ressaltar alguns pontos do trabalho de Surama Sá Pinto sobre o jogo político na capital da República que podem ajudar a compreender a questão da colocação de Sodré no campo carioca.

Em primeiro lugar, a autora destacou que o Rio de Janeiro era o único município brasileiro com direito a representação no Congresso Nacional. Para o caso do Senado, a

¹⁴⁰ FREIRE, Américo. “Entre a insurreição e a institucionalização: Lauro Sodré e a República Carioca”. *Texto CPDOC*. N° 26. Rio de Janeiro: FGV, 1997, p.2.

¹⁴¹ FREIRE, Américo. Op. Cit., 1997, p.11.

¹⁴² Id. Ibid. p.21.

¹⁴³ FREIRE, Américo. Op. Cit., 1997, pp.23-24.

representação era equivalente à dos demais estados, em número de 3. Para a Câmara dos Deputados o município ficava em uma posição intermediária, com 10 representantes, número que era superior à da bancada paraense, que contava com 7 representantes¹⁴⁴.

Dos 37 deputados e senadores arrolados pela autora em estudo prosopográfico para o período de 1909 a 1922, 14 haviam nascido na cidade do Rio de Janeiro e 8 no estado fluminense, o que assinala uma certa capacidade de absorção do campo político carioca em relação a políticos de fora do estado. A maioria desses políticos *outsiders* eram da região Nordeste, 6, e apenas 1 do Norte, que seria o próprio Lauro Sodré. Segundo a autora, essa era uma característica política que estava em consonância com as dinâmicas da cidade naquele momento, que recebia muitos migrantes no início do século XX¹⁴⁵.

Além disso, apesar de inicialmente estranhos ao campo carioca, esses políticos mantinham afinidades identitárias com os representantes fluminenses, principalmente em termos de formação e profissão. Curso superior era exigência e os bacharéis em direito continuavam tendo maior representatividade entre o grupo político dirigente. Depois deles vinham os médicos e os engenheiros civis e militares. Em geral, esses profissionais da política haviam sido formados nas mesmas instituições no Brasil, o que emprestava ao grupo certo caráter de homogeneidade¹⁴⁶. Sodré situa-se neste panorama em função de sua colocação na Escola Militar e da formação em engenheiro.

Surama Pinto sugere ainda que parte significativa dos deputados e senadores não naturais do Rio de Janeiro haviam anteriormente estudado na cidade e, a partir disso, se fixado na capital da República para exercer atividade profissional. A partir disso, passavam por um processo de socialização que se estendia por espaços como a rua do Ouvidor, os cafés da cidade, teatros, livrarias, clubes e associações culturais e profissionais¹⁴⁷.

Sendo justamente esta a minha hipótese para o caso de Lauro Sodré. Apesar de todos os seus mandatos eletivos e discursos “apaixonados” pelo Pará, penso que ele tenha optado mesmo por viver no Rio de Janeiro. Não encontrei confissões neste sentido. Mas, a relação com a capital da República começou a ser estreitada com a formação na Escola Militar na década de 1870 e se consolidou com o advento republicano mediante a sua nomeação para atuar na mesma instituição enquanto professor catedrático. A partir deste momento, Sodré

¹⁴⁴ PINTO, Surama C. S. Op. Cit., 2011, p.35.

¹⁴⁵ PINTO, Surama C. S. Op. Cit., 2011, pp.38-42.

¹⁴⁶ Id. Ibid, pp.46-47.

¹⁴⁷ Id. Ibid. p.54.

poderia ficar sem assento no Congresso Nacional, mas o seu lugar já não seria o Pará e sim a capital da República.

Dessa forma, enraizando-se ainda mais, o senador militar estabeleceu vínculos de sociabilidade importante no seu novo espaço urbano. Vínculos estes que não estavam completamente desvinculados do mundo político e, no meu entender, se constituíam em bases de apoio para as ações empreendidas por Sodré entre o âmbito federal e o estadual. Estes espaços eram o *Clube Militar*, o *Grande Oriente do Brasil* (maçonaria) e o *Grêmio Paraense*, os quais serão analisados em outra parte deste estudo.

Por conseguinte, é preciso observar que a atuação política de Lauro Sodré não ficava restrita ao Parlamento em si. As articulações que viabilizavam o seu poder simbólico, não raro, se davam fora do âmbito institucional e, conseqüentemente, nos espaços da cidade do Rio de Janeiro, estivesse ou não representando o Distrito Federal. O que, em certo sentido, reduz o caráter “estranho” ou *outsider* de Sodré na política carioca.

Após o reconhecimento de Sodré pela Comissão de Verificação, o senador Barata Riberio, representante do Distrito Federal na casa e representante da parte interessada de Lopes Trovão, protestou veementemente contra o parecer da comissão, alegando que o documento era profundamente ofensivo em seu teor constitucional e tendencioso para a parte de Sodré. Em sua alegação, questionou a existência de bases eleitorais no Rio de Janeiro capazes de sufragar o nome do paraense, indagando “onde poderia encontrar o Dr. Lauro Sodré neste distrito pontos de apoio, elementos de resistência para sua candidatura? Onde descobre a história os atos de sua tradição em favor desta terra?”¹⁴⁸.

O resultado preliminar da Junta Apuradora, o questionamento feito ao Senado, os posicionamentos lançados na imprensa antes e depois do resultado final das eleições e o próprio trabalho da Comissão de Verificação assinalam que a eleição de Lauro Sodré no Distrito Federal não se deu sem embates e questionamentos de legitimidade, como o do agora companheiro de bancada e logo em seguida de combate à vacinação obrigatória, Barata Ribeiro.

Ao conhecer a candidatura de Sodré, Barata Ribeiro afirmou ter ficado convencido de que a eleição não seria tranquila e se empenhado em convencer o político paraense de retirar o seu nome do pleito. Não conseguindo encontrá-lo, posto o paraense ter se afastado da capital para tratamento de saúde, Ribeiro teria se dirigido ao dono do jornal *O Paiz*, Pedro Godinho, também favorável a Sodré, numa tentativa de chegar até ao candidato. Mas, não lograra êxito

¹⁴⁸ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1903, L1, p.234.

no convencimento. Dias depois Sodré divulgou a sua carta manifesto, tornando-se responsável, segundo ele, pelos distúrbios que se prometiam na capital. Pois, alegava não ser possível que o militar paraense ignorasse o tom agressivo dos propagandistas da sua candidatura, nem que a “sua intervenção extra política” no Distrito Federal” se constituía em “uma provocação aos brios do eleitorado”. Sua conclusão é significativa: as declarações virulentas de ameaça de sublevação das escolas militares haviam intimidado o Senado e garantido a eleição de Sodré na capital da República. Se continuasse assim, dizia o senador carioca, Lauro Sodré logo seria alçado ao posto de Presidente da República no próximo pleito¹⁴⁹.

Digo que a fala é significativa, pois ela aponta para a relação existente entre o processo eleitoral de 1903 e o levante militar conduzido pelo político paraense em 1904. Comentarei mais diretamente este assunto no próximo tópico, mas convém ressaltar aqui que a previsão de Barata Ribeiro, em certo sentido, se cumpriu rápida e parcialmente com o apoio do mesmo grupo civil-militar que bancara a sua continuidade na Câmara Alta.

Para Barata Ribeiro, Lauro Sodré era estranho politicamente ao Distrito Federal e, por isso, não poderia ter se feito eleger sem o recurso da fraude e da violência. Tratava-se, em sua visão, de uma ação nefasta para desorganizar e desmoralizar as forças políticas do distrito como centro de atividade partidária. O senador falava na perspectiva de quem conhecia o funcionamento do sistema político republicano e reivindicava sua continuidade que se expressaria mais corretamente na reeleição de Lopes Trovão. Ao reivindicar a questão partidária e considerar a eleição de Lauro Sodré fraca e inexpressiva, o senador do Distrito Federal aponta exatamente uma “falha” desse sistema que naquele momento reconhecia como vitorioso um candidato alheio ao campo político carioca.

Em outro trabalho, Américo Freire se referiu mais diretamente a esta questão, sugerindo que a eleição de Sodré havia se dado “em um conjunto de circunstâncias de natureza política” que passavam pelo apoio do *Correio da Manhã* e da juventude militar, mas também encontrava eco no voto espontâneo, isto é, não diretamente recomendado pelos partidos, um fenômeno não muito comum para o período, e pelo próprio interesse político-institucional do PRDF na capital¹⁵⁰.

Neste último caso o autor aponta que a agremiação liderada por Barata Ribeiro continuou soberana na representação do Rio, tendo conseguido fazer 6 das 7 vagas postas em

¹⁴⁹ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1903, L1, p.236.

¹⁵⁰ FREIRE, Américo. Op. Cit. 2015, pp.159-160.

concorrência. Apenas a candidatura independente de Sodré, considerado pelos jovens militares o sucessor de Benjamin Constant, separava o partido da dominação completa na bancada do Congresso. O PRDF, naquele instante, não se colocava como agremiação política radical, isto é, apesar de questionar a vitória de Sodré, não manifestava qualquer inclinação a contestar o jogo de hegemonias administrado pelo presidente da República, preferindo prezar pela ocupação e manutenção dos postos de poder¹⁵¹. Diferentemente de Sodré, que se tornava o representante das camadas sociais mais descontentes.

Thomas Delfino, o outro representante do Distrito Federal no Senado, manifestou postura distinta a de Barata Ribeiro e bem mais pragmática. A despeito das eleições serem em sua percepção cada vez mais viciadas, afirmara que o trabalho da Comissão de Verificação de Poderes seria suficiente para indicar que os candidatos mais votados teriam sido Andrade Figueira e Lauro Sodré. Assim, tendo em vista o caráter monarquista do primeiro e a força com que surgiu o segundo, era preferível mesmo que Sodré ficasse com a vaga. Delfino lembrou a tradição republicana de Sodré e o fato dele ter sido um dos organizadores do regime na capital da República, enquanto auxiliar do Governo Provisório. “Professor e guia da mocidade, trabalhador tenaz do Congresso, orador brilhante, é um nome popular no Brasil, o do candidato à Presidência da República, em competição com Campos Salles”. Sua candidatura teria sido bem recebida pelos republicanos, pelo povo, mocidade, operários, literatos e jornalistas, atraindo intensões eleitorais sinceras. Na ausência de partidos políticos organizados, Sodré teria conseguido atrair influências locais e grande número de votos independentes. E dizia:

Na capital sempre, em eleições gerais, será possível a vitória de um candidato sobre os partidos, sobretudo em certas circunstâncias, se for um nome verdadeiramente nacional. Eis como se explica a votação espontânea, extraordinária, sob o impulso irresistível da opinião, em poucos dias, em algumas horas, do Dr. Lauro Sodré. O senado reconhecendo-o, reconhece na verdade que a votação republicana coroou um ilustre cidadão sobre quem repousam grandes esperanças das instituições e da Pátria¹⁵².

A fala de Delfino reforça tanto a ideia “das circunstâncias” de Freire como a existência de um cálculo político em torno dos candidatos ao posto senatorial. Esse cálculo não deixava de levar em conta o potencial risco ao Governo Federal e considerava ainda a

¹⁵¹ FREIRE, Américo. Op. Cit., 2015, p.160-161.

¹⁵² ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro 1903, L1, p.297.

representatividade de cada nome na sociedade carioca. Neste cálculo, entre prós e contras, Lauro Sodré pareceu ser o nome mais indicado.

Colocando-se na política carioca como “elemento estranho” aos grupos tradicionais, mas, ao mesmo tempo como nome de força e prestígio nacional, Lauro Sodré conseguiu abrir um novo campo de atuação política no bem demarcado sistema oligárquico carioca.

De qualquer modo, em 06 de julho de 1903 Lauro Sodré foi recebido no *Palácio Conde dos Arcos* por uma comissão formada por Justo Chermont (PA), Benedito Leite (MA) e Belfort Vieira (MA), introduzido ao recinto para formalidades regimentais e contraiu o compromisso constitucional, tomando assento no parlamento como senador do Distrito Federal¹⁵³.

A *Folha do Norte* que, em um primeiro momento, insistiu na eleição de Lauro Sodré pelo Pará, mudou de tom ao constatar a impossibilidade de elegê-lo pelo estado e passou a apoiar o movimento acontecido na capital da República. O jornal republicou tanto o editorial lançado por Edmundo Bittencourt no *Correio da Manhã*¹⁵⁴, como a carta política divulgada por Lauro Sodré¹⁵⁵. Além disso, deu ampla divulgação ao pleito e ao processo de reconhecimento no Senado.

O reconhecimento da eleição de Lauro Sodré pelo Distrito Federal provocou manifestações entusiásticas na capital paraense. Correligionários políticos fizeram procissão comemorativa ao som de girandolas de foguetes. A *Folha do Norte* estimou a presença de mais de 2.000 pessoas em frente a sua redação¹⁵⁶. Telegramas recebidos davam conta dos festejos realizados pelos “amigos de Lauro Sodré” no Rio de Janeiro. Foi divulgado, neste sentido, que em visita à Escola Preparatória e de Tática do Realengo, o recém reconhecido senador do Distrito Federal fora recebido sob pétalas de rosas pelos alunos da instituição¹⁵⁷.

Um ano depois, rememorando da tribuna do Senado os episódios de sua eleição, Lauro Sodré afirmou que no pleito de 1903 houve o senador diplomado, o contestante e o reconhecido. Tendo ele figurado na última posição e, como gostava de dizer, sem pedir votos para ninguém. Destacou a conduta do amigo Inglês de Souza¹⁵⁸ enquanto seu representante na

¹⁵³ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1903, L1, p.364.

¹⁵⁴ FOLHA DO NORTE. Belém, 04 de março de 1903, p.1.

¹⁵⁵ FOLHA DO NORTE. Belém, 07 de março de 1903, p.1.

¹⁵⁶ FOLHA DO NORTE. Belém, 03 de julho de 1903, p.1.

¹⁵⁷ FOLHA DO NORTE. Belém, 05 de junho de 1903, p.2.

¹⁵⁸ “Nascido na cidade de Óbidos, em 1853 e falecido no Rio de Janeiro, em 1920, formou-se na capital bandeirante tendo exercido os cargos de presidente dos Estados de Sergipe e Espírito Santo e de diretor da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. A morte o surpreendeu representando o seu estado natal como deputado à Câmara Federal./Era prosador e publicista notável, deixando para atestar sua capacidade como romancista,

querela do reconhecimento e afirmou que a candidatura havia sido “fato excepcional e extraordinário” em sua vida pública. Sobre o fato de não ter sido inicialmente reconhecido pela Junta Apuradora, Sodré mostrou pragmatismo ao declarar não ser um rasgador de diploma, embora também não tivesse fetichismo em relação ao documento. Lembrando neste sentido que no ano anterior, quando de sua participação na *Comissão de Poderes*, reconheceu a validade da argumentação do contestante de diploma em relação à eleição senatorial da Bahia¹⁵⁹.

A despeito da atuação senatorial de Lauro Sodré pelo Distrito Federal, Américo Freire classificou o mandato do paraense como discreto. Segundo ele, nos seis primeiros meses de mandato Sodré teria feito oito pronunciamentos. Dois sobre problemas de estados do norte do país, três sobre questões militares e três sobre questões diversas. Em nenhum momento, teria entrado em contato com os temas que mobilizavam os demais parlamentares cariocas naquela conjuntura, mais preocupados com o adiamento das eleições municipais e a reorganização política do Distrito Federal. O que indicaria, por um lado, que as questões políticas locais não faziam parte de suas preocupações e, de outro, que ele se manteve distante durante todo o seu mandato dos grupos políticos que lutavam pelo poder na cidade do Rio de Janeiro¹⁶⁰.

Gravitando em torno de outros interesses, Lauro Sodré teria se notabilizado por fazer oposição ao governo de Rodrigues Alves, defender a revisão constitucional, denunciar a imoralidade do sistema eleitoral, combater as reeleições e a política dos governadores e a defesa de algumas minorias políticas. Ao mesmo tempo, defendia também o direito à insurreição política e o princípio do “destruir para edificar”¹⁶¹.

A fim de testar estas proposições e compreender se a colocação de Lauro Sodré em um novo campo político resultou em atuação diferenciada daquela apresentada pelo senador em sua representação pelo Pará, sistematizei suas participações no Senado Federal no período de 1903 a 1911 em três tabelas diferentes (4, 5 e 7). A primeira compreendendo os dois primeiros anos de mandato até sua prisão na época da *Revolta da Vacina*, a segunda levando em conta o período pós-anistia e indicando nova forma de articulação no Senado, a terceira

conteur e jurisconsulto, obras de valor: “O Missionário”, “O Coronel Sangrado”, romances: “Contos Amazônicos”, “Títulos ao Portador”, monografia jurídica, etc. Pertencia ao grupo dos naturalistas, e seus contos e romances relembram quase todos a terra paraense, a sua história, usos e costumes possuindo o sabor das coisas regionais, que os valorizam, pela verdade dos cenários e fidelidade das descrições. Residindo por longos anos no Rio, era mais um escritor fluminense, do que mesmo paraense, e ocupava com brilho uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, como um dos seus membros”. C.F.: AZEVEDO, J. Eustachio de. *Literatura paraense*. 3ed. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/Secretaria de Estado da Cultura, 1990, p.64.

¹⁵⁹ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1924, L.1, p.683-732.

¹⁶⁰ FREIRE, Américo. Op. Cit., 2015, p.28.

¹⁶¹ FREIRE, Américo. Op. Cit., 2015, pp.28-29.

considerando os dois últimos anos de mandato, quando Sodré voltou a gravitar com mais energia em torno do campo político paraense.

Conforme mostra a *Tabela 4*, é possível observar que os dois primeiros anos de mandato pelo Distrito Federal foram bem mais intensos em termos de participação na tribuna do que haviam sido os dois primeiros de atuação pelo Pará (*Tabela 3*). Enquanto entre 1897 e 1898 Sodré se dirigiu 9 vezes ao plenário do Senado, entre 1903 e 1904 esse número chegou a 19. Em 1903 foram 10 participações com pelo menos 8 exposições orais manifestadas em discursos, projetos, emendas e uma moção. Os assuntos tratados podem ser agrupados de forma muito parecida aquela a sugestão de Américo Freire: temas militares (5), seca no Norte (2) e parte diversificada (3). Já em 1904, Sodré discursou 5 vezes, fez 2 declarações de voto, apresentou 1 projeto e fez uma 1 petição. Entre as 9 referências, chama atenção a recorrência do tema da Vacinação obrigatória (4) e a ausência de temas militares. Algo bastante incomum em sua trajetória parlamentar.

Tabela 4 - Participações de Lauro Sodré no Senado Federal (1903-1904) – 2º Mandato

DATA	MODALIDADE	ASSUNTO
08/09/1903	Moção	Santos Dumont
12/09/1903	Projeto	Seca no Norte
17/09/1903	Projeto	Indenização à viúva de Floriano Peixoto
17/09/1903	Projeto	Seca no Norte
21/09/1903	Discurso	Clube Militar e Reforma compulsória
23/09/1903	Discurso	Indenização à viúva de Floriano Peixoto
25/10/1903	Emenda	Orçamento do Ministério da Guerra
26/11/1903	Emenda	Patentes militares
26/12/1903	Emenda	Reorganização dos Serviços de Higiene da União
28/12/1903	Discurso	Sobre parecer da Comissão de Finanças
18/05/1904	Discurso	Seca no Norte
07/07/1904	Projeto	Desapropriação de prédio
07/07/1904	Declaração de voto	Vacinação Obrigatória
15/07/1904	Petição	Vacinação Obrigatória
16/07/1904	Discurso	Vacinação Obrigatória
21/07/1904	Declaração de voto	Vacinação Obrigatória
10/08/1904	Discurso	Licença de Samuel Macdowell
01/09/1904	Discurso	Reforma Eleitoral
09/11/1904	Discurso	Defesa pessoal e situação política da República

Fonte: ANAIS DO SENADO FEDERAL (Adaptado).

Em sua primeira fala no Senado após o reconhecimento, comentando requerimento de Barata Ribeiro sobre congratulações devidas a Santos Dumont, Sodré manteve viva a tensão

no novo campo político fazendo questão de ressaltar que ocupava na casa lugar que o voto livre e espontâneo de seus concidadãos e correligionários lhe concedera. Em seguida apresentou proposta de menção que fez com que o requerimento de Ribeiro ficasse prejudicado¹⁶².

Sobre o distanciamento de Sodré em relação aos demais políticos da bancada carioca, convém destacar um elemento distintivo da personalidade e da carreira política do senador militar. Apesar de reputado como chefe de partido político local, Lauro Sodré cuidava pouco das articulações partidárias, entregues em Belém ao proprietário do jornal *Folha do Norte*, Cypriano Santos. Agia mais como o representante “diplomático”, que encaminhava demandas e tentava salvaguardar os propósitos partidários, do que exatamente como o oligarca que tudo aceitava negociar para perpetuar a dominação da legenda, que até então inexistia no Pará. Era um homem de partido, mas que não colocava os interesses partidários acima dos seus. Entre os princípios liberais que defendia, acima de todos, estava o do direito à liberdade de consciência. E, como militar e positivista, acreditava no discurso meritocrático¹⁶³ embutido na formação intelectual. Pensava-se acima das convenções e coligações políticas. Essa era a gênese da “política elevada” que ele dizia fazer. De forma que, mais do que representar um partido, Lauro Sodré representava a si próprio no Senado Federal, estivesse ele em mandato eletivo pelo Pará ou Distrito Federal.

No posto senatorial pelo Rio de Janeiro, Sodré indicou em alguns momentos que não atuaria na casa apenas como representante da capital federal. Ele dizia não acatar a ideia de que os senadores seriam tão somente “embaixadores” de seus estados, reivindicando para si o direito de, acima de tudo, defender os interesses da República e, com isso, tocar em questões que não estariam necessariamente vinculadas aos locais por onde se elegera.

Dessa forma, por mais de uma vez, ele tratou da questão das secas que assolavam a região Nordeste do Brasil – então chamada genericamente de “Norte”. Na sessão de 12 de setembro de 1903, por exemplo, ao ler telegrama de um grupo de mulheres da cidade de Assú, Rio Grande do Norte, acerca da situação calamitosa da região, Sodré apresentou projeto de lei autorizando o governo a abrir crédito suplementar para acudir aquelas populações. Pontuava

¹⁶² ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1903, L2, p.309.

¹⁶³ Neste ponto é preciso considerar novamente o peso da formação militar. Celso Castro apontou que a geração de Lauro Sodré na Escola Militar assistiu à adoção de regras racionais e burocráticas para o desenvolvimento da carreira militar que implicaram na redução de possibilidades de ascensão por laços de parentesco ou apadrinhamento político. Dessa forma, valorizando mais os vínculos estabelecidos internamente e diminuindo o peso de fatores externos, como origem social e conexões familiares, o Exército acabou por se tornar uma instituição meritocrática e formadora de sujeitos crentes no mérito pessoal para colocação no campo político. Lauro Sodré era um deles. CASTRO, Celso. Op. Cit., 2013, p.19.

que embora não fosse representante eleito de nenhum dos estados, era cidadão de uma região que constantemente acolhia o braço trabalhador daquela gente e, em especial, dos cearenses, de modo que não poderia ensurdecer¹⁶⁴.

A iniciativa de Sodré provocou discussão entre os representantes da região afetada e poucos dias depois o representante do Distrito Federal voltou à tribuna para apresentar projeto elaborado em parceria com Pires Ferreira (PI), Ferreira Chaves (RN), Nogueira Paranaguá (PI), João Cordeiro (CE) e Almeida Barreto (PB) que visava a intervenção da União nos estados afetados pela seca. A proposição, aprovada em plenário e remetida para a Câmara dos Deputados, estabelecia auxílio direto a partir dos fundos do Tesouro Nacional e auxílio indireto, pressupondo a utilização de habitantes da região em obras do governo¹⁶⁵.

Em 1904, Sodré voltou a tratar do assunto, reclamando que o Executivo não dera acolhida à proposição do Senado, deixando o “Norte” padecer enquanto o Sul esbanjava o dinheiro público. O senador do Distrito Federal dizia que se o Governo não podia atender às reclamações do “Norte”, também não poderia ser generoso em banquetes fartos de quem não tinha fome. Citando a seguir inúmeras matérias jornalísticas a fim de mostrar como a “opinião de todo norte da República” enxergava de modo negativo o governo. Desta vez, no entanto, parte dos senadores que no ano anterior haviam apoiado Lauro Sodré saiu em favor do governo, casos de Ferreira Chaves (RN) e Nogueira Paranaguá (PI). Francisco Glicério (SP), por fim, se colocou na questão para afirmar que Sodré não tinha o direito de censurar o governo¹⁶⁶, assinalando o distanciamento entre o antigo líder do PRF nacional e o líder da legenda no Pará.

Entre os temas militares, por duas vezes Lauro Sodré defendeu em 1903 o projeto que autorizava o governo a indenizar a viúva de Floriano Peixoto pela importância que ela havia despendido na construção do mausoléu do cemitério São João Batista, onde haviam sido encerrados os restos do ilustre morto, como forma de cuidar da memória do marechal e ao mesmo tempo auxiliar sua companheira¹⁶⁷. Além disso, no bojo das discussões sobre reforma compulsória para militares, o senador sustentou caloroso debate com Vicente Machado (PR), defendendo o direito do *Clube Militar* de zelar pelos interesses das classes armadas e peticionar junto aos poderes públicos, como outras associações o faziam¹⁶⁸.

¹⁶⁴ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1903, L2, p.365.

¹⁶⁵ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1903, L2, p.396.

¹⁶⁶ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1904, L1, p.42.

¹⁶⁷ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1903, L2, p.395.

¹⁶⁸ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1903, L2, p.413.

Neste campo, contudo, a fala mais recorrente do senador militar era acerca da necessidade de melhoramento das condições materiais do Exército. Sodré, quase como cronista, descreveu aos senadores as precárias condições em que as tropas militares haviam sido mobilizadas e enviadas ao Acre quando do litígio com a Bolívia¹⁶⁹. Naquele momento, segundo ele, os batalhões mobilizados tiveram que receber suprimentos de outros batalhões, alguns foram fundidos, as unidades táticas criadas não tinham treinamento adequado, tudo era desconhecido e improvisado entre soldados e oficiais.

O 4º batalhão, por exemplo, ao receber a ordem de mobilização, estava jogado na cidade de Óbidos, onde não tinha ainda construído o seu quartel; porque, para satisfazer as exigências quase criminosas do Governador do Estado do Pará, foi necessário retirar precipitadamente esse batalhão da capital do meu estado e jogá-lo para a cidade de Óbidos, onde não encontrou nem ao menos um agasalho, um teto protetor em que se devesse abrigar.

Esta é ainda agora lá, a situação dos corpos. Por que assim é, Sr. Presidente? Porque esses batalhões não são batalhões? Por que estes quartéis não são quartéis? Por que estes soldados não são soldados? Por que falta-lhes a preparação essencial, falta-lhes o ensino, falta-lhes, pela convivência e pelo próprio desempenho das funções, que lhes cabem, esses laços de apego, que só podem produzir a boa, a verdadeira disciplina¹⁷⁰.

Diante de tais problemas, Sodré alegava que o orçamento reservado ao Ministério da Guerra não tinha condições de resolver nenhum dos problemas da vida militar. Quando muito serviria para “remendar quartéis”, como o que abrigava o 4º e o 36º batalhões, do Pará, que haviam sido cedidos pelo governo estadual ao intendente de Belém para que nele se instalassem os bombeiros municipais. O cenário delineado fez o senador, pela primeira vez, defender no plenário do Senado a proposta de *revisão constitucional* como forma de garantir que a letra magna fosse respeitada e seguida em todos os estados da federação. Benedito Leite (MA), relator do projeto na Comissão de Finanças, criticou o discurso de Sodré e cobrou que apresentasse emenda ou que dissesse onde era lacunoso e falho. Defendeu o presidente da República e seus secretários e se mostrou contrário à proposta de revisão da Constituição.

Entre o final de 1903 e o ano de 1904 outro tema acabaria despertando interesse e maiores atenções de Sodré, fazendo com que as pautas militares fossem postas de lado. Refiro-me à proposta de reorganização dos serviços da higiene administrativa da União, que pode ser considerada o preâmbulo da discussão feita por Lauro Sodré acerca da *vacinação obrigatória*.

¹⁶⁹ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1903, L2, p.869.

¹⁷⁰ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1903, L2, p.870.

Há uma vasta historiografia dedicada ao estudo da chamada *Revolta da Vacina*, de modo que não me parece ser o caso de recontá-la¹⁷¹. Mais importante aqui é indicar como Lauro Sodré conduziu as suas reivindicações e, a partir disso, como a historiografia o tem pensado.

Posto em debate em 26 de dezembro de 1903, o projeto de reorganização previa que tudo que dissesse respeito à higiene no Distrito Federal passaria a ser atribuição da Diretoria Geral de Saúde Pública, vinculada diretamente ao Poder Executivo da União. Pelo documento, caberia ao governo estabelecer as medidas repressivas necessárias para tornar efetivas a notificação das moléstias infecciosas, a vigilância e polícia sanitária, bem como todas as medidas necessárias para a execução dos regulamentos. Ficava previsto, por exemplo, o direito do governo de aplicar multas de até dois contos de réis ou prender por três meses quem cometesse infração sanitária.

O projeto obteve parecer favorável da Comissão de Saúde Pública que considerou o problema de saneamento da capital da República como uma questão de interesse geral da União, o que justificaria a autorização para o governo promulgar. Lauro Sodré, no entanto, lançou o seu protesto contra o procedimento do Senado que, sem analisar e debater a matéria, mostrava-se conivente com a medida que daria poder ao Executivo para “expedir uma série extensa e longa de regulamentos e de códigos sanitários”, sem que tivesse a função de legislar. Já neste momento Sodré afirmou que este projeto de lei era “a mais perigosa ameaça à liberdade do cidadão” na medida em que concedia ao governo poderes “extraordinários e excepcionais”, permitindo, inclusive, a violação do “santuário do lar” em nome de princípios que ainda eram teses, não fatos¹⁷².

A violação do direito individual, para Sodré, seria a violação dos próprios princípios fundamentais do novo regime. Dessa premissa viriam todos os discursos produzidos por ele

¹⁷¹ Considero mais diretamente os seguintes trabalhos: AMARAL, Alexandre Souza. “Intervalo, Rio de Janeiro e Belém: Lauro Sodré e a Revolta da Vacina”. In: *Vamos à vacina? Doenças, saúde e práticas médico-sanitárias em Belém (1904-1911)*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará, 2006, p.192-214; BENCHIMOL, Jaime. “Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 6º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, pp.231-286; CARVALHO, José Murilo. “Cidadãos ativos: a Revolta da Vacina”. In: Id. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1987, pp.91-139; SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Cosac Naify, 2010; PEREIRA, Leonardo A. de Miranda. *As barricadas da saúde: vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002; QUEIROZ, Eneida Quadros. *Justiça sanitária: cidadãos e judiciário nas reformas urbana e sanitária, Rio de Janeiro (1904-1914)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2008.

¹⁷² ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1903, L3, p.1068.

ao longo do segundo semestre de 1904 quando da discussão do projeto de lei que previa o estabelecimento da vacinação e revacinação obrigatória contra a varíola em todo o território da República, autorizando o governo, dentre outras coisas, a vacinar todos os oficiais e soldados das forças armadas e lançar mão de quaisquer dispositivos legais para fazer cumprir as disposições da lei¹⁷³.

A partir das discussões travadas no Senado Federal, é possível perceber que Sodré colocou-se entre o grupo de senadores que não necessariamente negavam os sucessos da vacinação, mas rejeitavam a obrigatoriedade, encarando-a como imposição do governo e violação de direitos e costumes. Barata Ribeiro (DF), Antonio Azeredo (MT) e Pinheiro Machado (RS) estavam neste grupo. Rui Barbosa (BA), licenciado na época dos debates da lei, posteriormente mostrou concordância com a posição destes representantes políticos. Alguns desses senadores, como o próprio Lauro Sodré, admitiram o uso particular e familiar da vacina, mas, ainda assim, defendiam que vacinar ou não vacinar seria uma questão individual, cabendo ao governo tão somente oferecer os serviços.

Este grupo rivalizou principalmente com Francisco Glicério (SP), os médicos Manoel Duarte (AL), Ramiro Barcellos (RS) e Alfredo Ellis (SP), a favor do saneamento da capital, do recurso profilático da vacina e da aprovação urgente do projeto. Para Barcellos, pior que a infecção da varíola somente o vírus da demagogia, causa da inferioridade da nação¹⁷⁴.

De modo geral, os discursos dos senadores, de ambos os lados, analisavam o assunto pelo prisma jurídico e médico, passando pela busca de entendimento acerca de quais seriam as melhores estratégias para enfrentar os surtos de varíola, como isolamento ou vacinação, bem como pela própria crença e validade dos saberes científicos em uma sociedade ainda profundamente marcada pelos saberes e práticas de cura tradicionais.

Em seu discurso de 16 de julho de 1904, o senador do Distrito Federal argumentou que os contrários à vacinação obrigatória também se apoiavam na ciência e nos dados estatísticos. Fazendo, inclusive, inúmeras citações de trabalhos médicos franceses, a fim de fundamentar seu posicionamento. Não negava os bons resultados dos experimentos com vacinação, mas dizia também não poder ignorar a ineficácia dela em grande número de casos e os inconvenientes que chegava a causar.

Do ponto de vista jurídico, Lauro Sodré admitia que o legislador as vezes precisava decretar medidas que feriam os interesses individuais a fim de assegurar garantias reais e

¹⁷³ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1904, L1, p.396.

¹⁷⁴ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1904, L1, pp.488-514.

efetivas aos interesses coletivos. Mas, negava que tal escopo seria alcançado pela vacinação obrigatória, haja vista sua inconstitucionalidade frente ao desrespeito das individualidades e ao abuso de estabelecer dispositivo exclusivo para os militares em normativa de caráter geral. Com isso, alertava que a “lei vexatória” poderia ocasionar “desastrosos inconvenientes e consequências”, posto o eco que a discussão produzia fora do Congresso, podendo, inclusive, ter sua execução barrada pelo “direito de resistência”¹⁷⁵.

O mesmo senador que parecia indicar o caminho insurrecional como solução para as violações do regime argumentou também em favor da reforma constitucional como possibilidade de solução para a degeneração da República. Na sessão de 01 de setembro, tomando parte da discussão sobre o projeto de reforma eleitoral, Lauro Sodré defendeu a necessidade de uma reforma mais radical e profunda que apenas poderia se dar pela revisão do pacto constitucional de 24 de fevereiro de 1891. Sugerindo então a criação de partido político que pugnassem por esta ideia. Era preciso restabelecer os partidos e superar a política dos governadores de Campos Salles, dizia o representante do Distrito Federal. Sem isso, discussões importantes, como a própria reforma eleitoral acabavam sendo tocadas no Congresso Nacional sem choques e sem contraposições de ideias, o que não seria benéfico para o regime¹⁷⁶.

Em 09 de novembro, Sodré voltou à tribuna. Desta vez, para se defender das acusações que lhe dirigiam na imprensa em virtude de sua participação na *Liga contra a Vacina* ao lado do deputado Alfredo Varela. Esse discurso de Sodré é significativo não apenas por anteceder o levante da Escola Militar, mas também por reunir traços relevantes de sua trajetória no Senado até aquele momento. Nele é possível identificar o senador defensor da classe militar e da insurreição, o opositor ao governo e à política dos governadores, o combatente da vacinação obrigatória e o hábil político de prestígio que começava a ser questionado mais enfaticamente.

Lauro Sodré admitiu o envolvimento na “campanha de resistência” contra a lei da vacinação obrigatória, mas alegou estar sendo alvo de campanha difamatória levada a cabo por folhas cariocas como *Jornal do Commercio* e *O Paiz* visando manchar a sua imagem de homem público. Sodré era acusado, dentre outras coisas, de abandonar um longo passado de serviços à República para se lançar por pura ambição no terreno das aventuras políticas.

¹⁷⁵ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1904, L1, pp.535-548.

¹⁷⁶ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1904, L2, pp.350-355.

O senador esclareceu que havia tomado conhecimento da criação da *Liga* contra a vacina obrigatória por meio dos jornais e desde então decidido participar da associação, que tinha por objetivo “opor embargos e criar embaraços” à execução da lei. Negou, no entanto, ter incentivado a resistência “à bala” como lhe imputavam os jornais, reconhecendo, porém, que ela fora utilizada por terceiros. Da sua parte, Sodré dizia ter apenas defendido princípios que não eram novos e teorias que não foram expostas por ele pela primeira vez, destacando que por mais de uma vez no Senado ele falara sobre o direito de resistência.

Para ele, a República havia se convertido em produto teratológico, sendo um regime da liberdade em que imperavam os tiranos, regime de igualdade em que predominavam os preconceitos e a conversão dos estados em propriedades dinásticas de famílias que exerciam o mando, regime de fraternidade em que o ódio era capaz de matar e encarcerar os governados. Contra este cenário, Sodré dizia se levantar como uma consciência em revolta, alertando que a continuidade dos erros haveria fatalmente de levar o povo à resistência em todos os terrenos, inclusive à bala¹⁷⁷.

Esse pronunciamento, que começou como uma defesa e acabou como uma advertência, foi duramente criticado pelos senadores Francisco Glicério (SP) e Ramiro Barcellos (RS) que protestaram contra a forma pouco lisonjeira com que Lauro Sodré se referiu a lei da vacinação e, sobretudo, estimulou os movimentos insurrecionais.

Nos dias seguintes rebentaram os episódios da *Revolta da Vacina* e da insurreição da Escola Militar. Tendo tomado parte no movimento, Lauro Sodré foi ferido, preso e, com isso, deixou de participar das sessões do Senado Federal durante o restante de 1904 e 1905.

A partir disso, é importante destacar que Lauro Sodré é fundamentalmente lembrado na historiografia carioca em função de sua participação tanto na Revolta da Vacina como na insurreição da Escola Militar da Praia Vermelha, que apesar de estarem relacionadas podem ser pensadas em distinção, postos os indícios de que o levante militar fora planejado com antecedência e à revelia da revolta popular, como tentarei demonstrar no tópico seguinte. A princípio, convém ressaltar que é ponto consensual em todos os autores consultados o entendimento de que Lauro Sodré se portou nos episódios de 1904 como um jacobino-florianista e que tinha intenções evidentemente golpistas¹⁷⁸.

Em síntese, o que esses autores assinalam é aquilo que o próprio Lauro Sodré dizia fazer da tribuna do Senado: atuar como uma “consciência em revolta”, próximo dos

¹⁷⁷ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1904, L3, p.71.

¹⁷⁸ Além dos trabalhos já citados nesta seção sobre o jogo político na capital federal, os processos formativos na Escola Militar e a Revolta da Vacina, me refiro também aos estudos da historiografia paraense.

segmentos populares, visando “salvar” a República de seus vícios, conchavos e interesses particulares. A diferença é que os pesquisadores assinalam algo que Sodré nunca admitiu enquanto político, mas que estava impresso em seus movimentos. Mais do que simplesmente combater a obrigatoriedade da vacina e defender trabalhadores e famílias, ele estava interessado em mobilizar as massas para um desejado enfrentamento com os poderes constituídos em nome da memória da “revolução de 89”. Colocando-se, neste sentido, como bem definiu Américo Freire, entre o institucional e o insurrecional¹⁷⁹.

Seu encarceramento, entretanto, produziu outra discussão importante acerca do funcionamento das instituições republicanas frente a questão das imunidades parlamentares e da judicialização da política.

Os artigos 19 e 20 da Constituição estabeleciam que os deputados e senadores eram invioláveis por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e que eles não poderiam ser presos, nem processados criminalmente sem prévia licença de suas respectivas câmaras, salvo nos casos de flagrância em crime inafiançável¹⁸⁰.

Em 19 de dezembro o Senado recebeu ofício do subchefe do Estado Maior do Exército solicitando licença da Câmara Alta do Congresso Nacional para processar Lauro Sodré, acusado de ser um dos líderes da revolta de 14 de novembro. O documento, remetido à Comissão de Constituição e Justiça, estava acompanhado dos autos do conselho de investigação e de representação de Inglês de Souza contra o pedido do Exército¹⁸¹. Neste momento, no entanto, Sodré já se achava preso, contrariando preceito constitucional, posto não ter sido capturado em flagrante.

Já na sessão seguinte a Comissão de Constituição e Justiça emitiu parecer favorável ao pedido. O documento, assinado por Bernardo Sobrinho (AL), Antonio Azeredo (MT) e Arthur Rios (BA), dizia lamentar a situação em que se encontrava Sodré, mas pontuava que sua responsabilidade havia sido comprovada na insurreição e que o mandato senatorial não eliminava sua qualidade de militar, tanto que recebia o soldo de tenente-coronel em atividade

¹⁷⁹ Em texto mais recente, dedicado ao acompanhamento do itinerário de três personagens históricos através dos quais seria possível compreender a complexidade do campo político na Primeira República brasileira, este autor retorna a Lauro Sodré e se mostra ainda mais enfático em relação a compreensão da conduta do senador paraense. Freire afirma que, em 1904, Lauro Sodré deixou de lado os seus pendores legalistas e a defesa de preceitos liberais para liderar um golpe militar contra o governo do presidente Rodrigues Alves. C.f.: FREIRE, Américo. “Três personagens e a história da Primeira República”. In: VISCARDI, Cláudia M. R.; ALENCAR, José A. de (Orgs.). *A República revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016, p.233.

¹⁸⁰ BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Rio de Janeiro, 1891. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm. Acesso em 10/05/2016.

¹⁸¹ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1904, L3, p.411.

e professor da Escola Militar em disponibilidade cumulativamente com os vencimentos do Senado¹⁸².

Ao discutir a matéria, Rui Barbosa (BA), afirmou ter sido consultado pelo governo a respeito do foro pelo qual deveriam ser processados os militares envolvidos nos acontecimentos de 14 de novembro e recomendado o foro militar. Contudo, a situação de Lauro Sodré lhe parecia distinta, por conta do mandato senatorial. Se reportando então ao caso do almirante Eduardo Wandenkolk, que se apoderara de navio mercante durante revolta da Armada em 1893, Rui Barbosa asseverou ter estudado o tema das imunidades parlamentares naquela ocasião e formulado entendimento de que os membros do Congresso Nacional, ainda quando militares estavam sujeitos ao foro civil. De acordo com sua apreciação, tratando-se de imunidade parlamentar “não há militares ou paisanos; há unicamente representantes da Nação. Paisano ou militar, deputado ou senador, é submetido, em virtude da imunidade parlamentar, ao foro comum”. Sendo este o seu voto sobre o caso em questão¹⁸³.

Em contrapartida, Ramiro Barcellos (RS) afirmou que o Senado deveria ficar firme em sua tarefa de conceder licença ao processo contra Lauro Sodré, lamentando os escrúpulos exagerados de Rui Barbosa. Sua argumentação era mais lógica que jurídica. Dizia ele: “temos um código militar, temos um crime militar, temos um criminoso militar, que é militar em serviço ativo, temos o pedido da autoridade competente para processá-lo e temos os documentos que instruem esse pedido”. De modo que, em sua opinião, não havia a menor necessidade de se gastar tempo discutindo foro ou imunidade¹⁸⁴.

Outros senadores tomaram parte na discussão. Antonio Azeredo (MT) e Francisco Glicério (SP) reafirmaram o parecer da comissão e sustentaram a necessidade do processo contra Lauro Sodré. Gomes de Castro (MA), Justo Chermont (PA) e Manoel Barata (PA) acompanharam Rui Barbosa (BA) e votaram contra a matéria¹⁸⁵.

A discussão em torno do foro adequado para processamento e do alcance das imunidades parlamentares, feito em rápido espaço de tempo no Senado, indica que a decisão de processar Lauro Sodré no tribunal militar era uma questão que passava mais pela vontade do governo de puni-lo, do que exatamente pela consideração da matéria em âmbito legal. O paraense não “degolado” na eleição de 1903 mostrara-se, afinal, mais radical em sua

¹⁸² ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1904, L3, p.464.

¹⁸³ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1904, L3, pp.516-523.

¹⁸⁴ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1904, L3, pp.525-526.

¹⁸⁵ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1904, L3, p.527.

representação pelo Distrito Federal do que o governo poderia prever. Essa era a chance de se reparar o “erro”.

Durante o fim de 1904 e o primeiro semestre de 1905, o governo conduziu os processos de investigação e acusação. Mas, não concluiu todos os casos. Em agosto de 1905, Rui Barbosa apresentou no Senado o projeto de lei que anistiava todas as pessoas, civis ou militares, envolvidas nos acontecimentos relacionados a 14 de novembro de 1904. Na exposição da proposição, o senador baiano afirmou que a anistia era uma medida conciliatória ao governo, posto que não houvesse ainda conseguido apurar todas as responsabilidades e, com isso, maltratava e punia quem poderia ser inocente. Àquela altura, o governo já havia percebido que a apuração de responsabilidades esbarrava no desconhecimento que se tinha quanto à extensão das imunidades parlamentares e na ausência de discriminação da competência de tribunais civis e militares para julgarem os réus, indicando que o Executivo dependia de um trabalho ainda não feito pelo legislador.

Além disso, a prisão de Lauro Sodré sem flagrante e sem a anuência do Senado simbolizava a inconstitucionalidade primária de todo o processo, agravada pelo emprego corriqueiro da incomunicabilidade, que seria a negação de toda a defesa constitucional. De modo que, diante de tantos erros, equívocos, abusos, a anistia lhe parecia o melhor caminho, porque apontava para a pacificação. Não era um acordo entre o poder e a revolta, mas a intervenção da equidade pública e da legalidade suprema¹⁸⁶.

Após tramitação e aprovação em todas as instâncias do Legislativo, o projeto recebeu a sanção presidencial no dia 4 de setembro de 1905. No dia seguinte, já como anistiado, Lauro Sodré recuperou a liberdade e, com isso, o direito de retomar seu assento no Senado Federal. Porém, dado o desgaste de toda a situação, pediu afastamento das atividades parlamentares pelo restante do ano. Na sessão de 03 de outubro, a Comissão de Polícia emitiu parecer favorável ao pedido de licença do senador militar sob alegação de motivo de saúde¹⁸⁷.

Em um interessante trabalho dedicado ao estudo do Judiciário e, sobretudo, do Supremo Tribunal Federal como personagem histórico e político, a historiadora Emília Viotti da Costa se reportou ao caso da insurreição militar de 1904 e seu alto número de detidos e desterrados – 945 e 461, respectivamente. Apesar de Lauro Sodré, a autora destacou que ele havia sido preso mesmo estando em gozo de imunidade parlamentar. Na esteira do processo, os *habeas corpus* impetrados em favor do senador foram negados sob alegação de

¹⁸⁶ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1905, L2, p.92.

¹⁸⁷ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1905, L3, p.206.

que ele havia renunciado à imunidade ao admitir ser preso. E, num quadro mais amplo, observou que com exceção de um caso isolado em 1905, o Supremo Tribunal negou todos os demais recursos relacionados a matéria da Revolta da Vacina, concedendo, portanto, amplo apoio ao governo. Os ministros, em geral, não achavam correta a oposição aos preceitos higiênicos e sanitários. E, com isso, garantiram o poder estatal sobre o cidadão, o bem público sobre o bem privado¹⁸⁸.

Apesar da insurreição de 1904 ter implicado no fechamento da Escola Militar e posto em declínio as ameaças jacobinas, não produziu efeitos diretos sobre o campo político carioca. Nenhum outro parlamentar da bancada do Rio de Janeiro no Congresso se viu em maiores complicações com a polícia e as legendas que existiam continuaram primando pela colocação no espaço institucional¹⁸⁹.

Na proposição de Américo Freire, os episódios da Revolta da Vacina puseram a carreira nacional de Lauro Sodré em progressivo declínio. Segundo este autor, até o término de seu mandato pela capital federal, Sodré continuou se comportando como um político *outsider* até o fim do mandato, mostrando desinteresse pelos assuntos da política local e inclinado às pautas dos militares e dos operários. Isolado no campo político carioca, ele teria investido para recuperar o seu prestígio no Pará¹⁹⁰.

Discordo parcialmente desta conclusão. A meu ver, a simples saída do campo político carioca para o campo político paraense não pode significar em hipótese alguma o declínio da carreira federal do senador. As bancadas senatoriais de Rio de Janeiro e Pará eram exatamente iguais e, embora o número de deputados cariocas fosse relativamente maior do que o de paraenses, na prática as representações seriam equivalentes, inclusive, em termos de estarem sujeitas a intervenções do Governo Federal. De modo que, este declínio teria que se justificar pela perda da base eleitoral. O que, tentarei demonstrar ao longo deste estudo, não aconteceu. A minha hipótese é que Lauro Sodré conseguiu ocupar ao longo de toda a sua trajetória pública um espectro político pavimentado por civis e militares que se sentiam representados por suas ideias científicistas, moralistas e salvacionistas, tanto no Rio de Janeiro quanto no Pará. Não à toa, como será possível verificar, mesmo após a prisão sofrida no final de 1904, Sodré continuou sendo festejado pelos mesmos grupos que lhe apoiavam anteriormente e o seu nome foi levantado outras vezes de forma independente para eleições presidenciais.

¹⁸⁸ COSTA, Emília Viotti da. *O Supremo Tribunal Federal e a construção da cidadania*. 2º Ed. São Paulo: UNESP, 2006, pp.42-46.

¹⁸⁹ FREIRE, Américo. *Op. Cit.*, 1997, p.30.

¹⁹⁰ Id. *Ibid.* p31-32.

Também não estou convencido de que Lauro Sodré tenha perdido prestígio no Pará ao ponto de precisar fazer investimentos para recuperá-lo. Primeiro, porque mesmo na representação carioca ele continuou se reportando aos acontecimentos políticos paraenses e transitando, ainda que indiretamente, do âmbito federal ao estadual. Segundo, porque contava com intensa propaganda no estado feita pelo jornal *Folha do Norte*. De modo que, as questões circunstanciais da política, que haviam levado Lauro Sodré ao campo político carioca, parecem ter conduzido o senador militar de volta ao Pará. Refiro-me, neste caso, a chegada ao poder do militar Hermes da Fonseca, em 1910, que estremeceu o pacto dos governadores e garantiu ao PRF a possibilidade de retomar cargos no executivo e aumentar sua presença no legislativo estadual.

Contudo, para fechar o raciocínio da seção, convém observar mais diretamente alguns dados da atuação senatorial de Sodré após a anistia.

Tabela 5 - Participações de Lauro Sodré no Senado Federal (1906-1909) – 2º Mandato

DATA	MODALIDADE	ASSUNTO
23/04/1906	Discurso	Contestação das eleições do Pará
28/07/1906	Discurso	Lei compulsória de oficiais do Exército
03/09/1906	Discurso	Forças de terra/Exército
24/09/1906	Emenda	Forças de terra/Exército
28/06/1907	Discurso	Concessão de soldo aos voluntários da pátria
06/07/1907	Discurso	Direitos extensivos à oficial do Exército
27/12/1907	Discurso	Apresentação de documento do Centro de Republicanos Conservadores
02/10/1908	Discurso	Projeto relativo à promoção por atos de bravura/Exército
19/11/1908	Moção	Ato do Governo Provisório instituindo a Bandeira como símbolo nacional
22/04/1909	Emenda	Reconhecimento do resultado das eleições
17/12/1909	Discurso	Aumento dos vencimentos dos operários e aprendizes do Arsenal de Marinha
24/12/1909	Discurso	Aumento dos vencimentos dos operários e aprendizes do Arsenal de Marinha
28/12/1909	Discurso	Aumento dos vencimentos dos operários e aprendizes do Arsenal de Marinha

Fonte: ANAIS DO SENADO FEDERAL (Adaptado).

No período pós-anistia o perfil parlamentar de Sodré sofre sutil modificação. Considerando o período de 1906-1909, é possível observar recuo expressivo na participação via tribuna. Ao longo desses 4 anos foram identificadas apenas 13 participações: 4 em 1906, 3 em 1907, 2 em 1908 e 4 em 1909. Lauro Sodré falou menos e quando falou tratou

praticamente de assuntos militares. Do total indicado, pelo menos em 9 ocasiões o senador do Distrito Federal se reportou aos temas da caserna. Quando desviou dessa tônica, foi para falar pontualmente de assuntos relacionados à política paraense ou carioca, mas sem o mesmo ímpeto de radicalidade que o caracterizava antes da prisão.

De modo geral, em suas proposições militares ao longo do período considerado na *Tabela 5*, Lauro Sodré defendeu a regulamentação da lei compulsória para o Exército e a Marinha¹⁹¹; aumento do efetivo militar e dos recursos destinados a pessoal no orçamento do Ministério da Guerra¹⁹²; soldo vitalício para os voluntários da pátria, membros de tribunais militares em campanha e estudantes de medicina que haviam servido no corpo de saúde do Exército durante a Guerra do Paraguai¹⁹³.

O senador foi ainda o grande responsável pela organização da festa da bandeira realizada anualmente por ele e comissão de parlamentares a partir de 1908. O festejo fazia alusão a ato do Governo Provisório republicano que consagrara a bandeira como símbolo da nacionalidade. A ação de Lauro Sodré pode ser pensada em seu componente cívico, como uma festa positivista erguida em torno do culto às grandes datas e personagens, e político, em alusão à um período político idealizado pelo senador como o melhor momento do regime republicano.

Acredito que este período deva ser pensado como de reposicionamento político. Embora menos atuante na tribuna, Lauro Sodré procurou outras formas de continuar ativo na política federal e capaz de influenciar nas questões que mais lhe despertavam interesse. Neste sentido, destaco o maior envolvimento que passou a ter neste momento com as comissões internas do Senado. Embora já tivesse participado ocasionalmente deste tipo de trabalho parlamentar, foi no período pós-anistia que Sodré passou a ser eleito repetidas vezes na qualidade de membro permanente destes grupos de trabalho e não mais em substituição como até então havia ocorrido.

A primeira vez que Lauro Sodré conseguiu ser eleito para uma comissão interna do Senado durante as sessões preparatórias de início do ano legislativo foi em 1904. Após concorrer para as comissões de *Finanças, Marinha e Guerra, Obras Públicas e Empresas Privilegiadas*, viu o seu nome ser sufragado para a *Comissão de Instrução Pública*. No ano seguinte, mesmo estando preso, foi reeleito para a vaga – o que, de algum modo, assinala a

¹⁹¹ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1906, L2, p.183.

¹⁹² ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1906, L2, p.30-44.

¹⁹³ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1907, L.2, p.286.

força de seu capital político no meio parlamentar. Em 1906, ao retomar o assento senatorial foi novamente eleito para a *Comissão de Instrução Pública*.

Não consta que Sodré tenha tido atuação muito destacada no seio desta comissão. Mas, as insistentes ponderações sobre a vida na caserna e a capacidade que tinha de se colocar no jogo político nacional, mesmo após a participação no levante militar de 1904, renderam a ele em 1907 uma vaga na *Comissão de Marinha e Guerra*. Lugar estratégico para alguém conhecido como representante da classe militar. A partir daí, ganha força uma atuação pretensamente mais técnica do senador do Distrito Federal. Agora, não mais um mero defensor dos assuntos militares na tribuna, mas também um dos responsáveis por analisar e relatar as proposições da Câmara dos Deputados ou mesmo do Senado em relação ao desenvolvimento da carreira, dos direitos e obrigações dos militares.

Por esta via, a *Tabela 6* expressa os assuntos tratados no âmbito da *Comissão de Marinha e Guerra* no ano de 1907, indicando os momentos em que Sodré exerceu a relatoria. O principal deles, sem dúvida, foi a análise relativa à proposição de fixação de forças militares, pauta esta que desde o ingresso no Senado havia se tornado um dos seus temas de predileção. O posto na comissão deu a Sodré oportunidade de emitir parecer sobre assuntos como o da matrícula de ex-alunos da Escola Militar, tema com o qual mantinha imediata identificação. Além disso, sinaliza para o fato de que a redução de atividades via tribuna não significou necessariamente um declínio da ação parlamentar, como indicara Américo Freire.

Tabela 6 - Trabalhos da Comissão de Marinha e Guerra - 1907 – 2º Mandato

ANO	ORIGEM	ASSUNTO	ATRIBUIÇÃO DE LAURO SODRÉ	PARECER
1907	Câmara dos Deputados	Comissão e Antiguidade de Posto de Oficial	Relator	Favorável
1907	Câmara dos Deputados	Extensão a oficial de exceção do Art.1º da Lei 981/1903	Membro	Favorável
1907	Parte Interessada	Comissão e Antiguidade de Posto de Oficial	Membro	Favorável
1907	Câmara dos Deputados	Lei de forças de terra para 1908	Relator	Favorável
1907	Câmara dos Deputados	Matrícula de ex-alunos da Escola Militar	Relator	Favorável
1907	Câmara dos Deputados	Emendas à Lei de forças de terra para 1908	Membro	Parcialmente favorável
1907	Senado	Alteração do regulamento das Capitânicas dos Portos	Membro	Contrário

1907	Câmara dos Deputados	Alteração do regulamento dos Institutos Militares de Ensino	Membro	Contrário
1907	Câmara dos Deputados	Retorno ao exército de general reformado	Membro	Contrário
1907	Câmara dos Deputados	Promoção por serviços de guerra	Membro	Parcialmente favorável
1907	Câmara dos Deputados	Equiparação entre alunos da Marinha e do Exército	Membro	Parcialmente favorável
1907	Câmara dos Deputados	Prorrogação de licença de oficial	Membro	Favorável
1907	Ministro da Guerra	Direitos de aspirantes à oficial e alferes aluno	Membro	Favorável
1907	Câmara dos Deputados	Contagem de antiguidade de posto de 2º tenente	Membro	Favorável
1907	Câmara dos Deputados	Remodelação do quadro dos oficiais da Armada	Membro	Favorável
1907	Câmara dos Deputados	Alistamento militar, sorteio militar e reorganização do Exército	Membro	Favorável
1907	Câmara dos Deputados	Pensão às viúvas e aos herdeiros dos oficiais do Exército e da Armada	Membro	Favorável

Fonte: ANAIS DO SENADO FEDERAL (Adaptado).

De 1907 até o fim do mandato pelo Rio de Janeiro – na realidade, até depois disso –, Lauro Sodré foi seguidamente reconduzido ao posto de membro da *Comissão de Marinha e Guerra*. Dessa maneira, é importante observar que a diminuição de pronunciamentos de Sodré na tribuna coincide com o aumento de participações nas comissões internas do Senado, indicando um novo modo experimentado pelo senador do Distrito Federal de influir nos debates parlamentares e a sua capacidade de movimentação no campo político carioca, mesmo que de maneira independente e isolada em relação aos outros membros da bancada.

Lauro Sodré encontrara um novo lugar no mundo senatorial, onde podia exercitar sua preocupação constante com o Exército e a formação de entendimentos técnicos, consubstanciados em leis e autores especializados, capaz de dar fundamento a ações do Legislativo e Executivo. Nesse novo lugar, a exposição na tribuna parece ser menor. E para quem vinha de movimento sedicioso, prisão, anistia, afastamento para tratamento de saúde, a atuação em uma comissão permanente do Senado parece ter se ajustado muito bem. Ficava menos exposto, mas com capacidade de articular e propor ações dentro da casa legislativa. De outro modo, continuava no jogo político e institucional. Talvez com menor aceitação incontestada, mas ainda assim disputando espaços e proposições.

Na *Comissão de Marinha e Guerra*, Lauro Sodré atuou ao lado de nomes como Pires Ferreira (PI), Belfort Vieira (MA), Felipe Schimidt (SC) e, a partir de 1909, do capitão de corveta Arthur Índio do Brasil (PA)¹⁹⁴, velho representante do grupo *lemista* no Congresso Nacional e que tivera sua eleição questionada pelo próprio Sodré durante a leitura do parecer da *Comissão de Verificação de Poderes*¹⁹⁵. O senador do PRP foi também reeleito seguidas vezes para o posto. De modo geral, a composição da comissão se modificava lentamente, sendo comuns as reconduções.

A tensão com o grupo *lemista* também se expressou com a chegada de *Arthur de Souza Lemos* ao Senado Federal. O sobrinho, afilhado e genro do intendente de Belém ficou com a vaga de Paes de Carvalho na eleição de renovação do terço senatorial em 1909 e logo conseguiu vaga na *Comissão de Finanças*, o que o fez travar alguns debates com Lauro Sodré. Como, por exemplo, quando da proposição feita pelo senador militar em dezembro de 1909 de aumento de vencimento dos operários e aprendizes do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro. Alegando garantir os interesses do governo, Lemos, responsável pela relatoria do projeto, afirmou que aguardaria ao próximo ano para emitir parecer sobre a matéria, provocando o descontentamento de Sodré¹⁹⁶. Após o recesso parlamentar e a abertura dos trabalhos em abril de 1910, Sodré reclamou novamente atenção ao projeto e Lemos alegou novamente que não daria parecer por questão de interesse do governo. O senador do Distrito Federal reclamou de inércia e menosprezo dos representantes governistas pela matéria¹⁹⁷.

Tabela 7 - Participações de Lauro Sodré no Senado Federal (1910-1911) – 2º Mandato

19/04/1910	Discurso	Aumento dos vencimentos dos operários e aprendizes do Arsenal de Marinha
22/08/1910	Discurso	Leitura de requerimento endereçado ao Senado por uma associação de marinheiros
01/09/1910	Projeto	Situação dos funcionários dos hospitais São Sebastião e Paula Candido e da Secretaria da Escola Naval
06/09/1910	Projeto	Reorganização da Fábrica de Cartuchos e Artíficos de Guerra
07/10/1910	Requerimento	Publicação de trabalho de Teixeira Mendes sobre a incorporação do operariado na sociedade moderna
28/10/1910	Projeto	Reorganização administrativa da Biblioteca Nacional

¹⁹⁴ Arthur Índio do Brasil e Silva era natural do Rio Grande do Sul, mas ascendeu politicamente no início do regime republicano ocupando cargos públicos no Pará e, a partir daí, sendo escolhido representante do estado na Assembleia Constituinte, Câmara dos Deputados e Senado Federal.

¹⁹⁵ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1906, L.1, p.11.

¹⁹⁶ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1909, L.5, p.392.

¹⁹⁷ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1910, L.1, p.38.

19/11/1910	Moção	Culto da Bandeira Nacional
10/12/1910	Emenda	Estado de sítio e imunidades parlamentares
12/12/1910	Discurso	Reorganização da Fábrica de Cartuchos e Artifícios de Guerra
15/12/1910	Voto de pesar	Falecimento do Deputado Federal Monteiro Lopes (DF)
20/12/1910	Discurso	Mudança de endereço do Observatório Astronômico
21/07/1911	Projeto	Abertura de crédito para funeral de Marciano Botelho de Magalhães
24/11/1911	Emenda	Forças de terra/Exército
05/12/1911	Discurso	Representação do Círculo Operário da União

Fonte: ANAIS DO SENADO FEDERAL (Adaptado).

Entre 1910 e 1911, como expressa a *Tabela 7*, foram identificados 14 registros de participações de Lauro Sodré. 11 deles em 1910. O ano de 1911, último do mandato pelo Distrito Federal, assinala queda na participação via tribuna do Senado, da mesma forma como ocorrera em 1902, último ano do mandato pelo Pará. Dessas 14 participações, temos: 5 discursos, 4 projetos, 2 emendas, 1 requerimento, 1 moção, 1 voto de pesar. Neste período, Sodré continua falando mais do que propondo. Porém, suas colocações foram deixando de ter a longa extensão que antes lhes era característica. Passou a ser mais pontual. Em termos de assunto: 7 matérias tinham relações diretas com os militares, 2 com o operariado e as demais tratavam de temas diversificados. Valendo lembrar que nesse período Sodré continuou ativo na *Comissão de Marinha e Guerra*.

Ao final do mandato pelo Distrito Federal, Lauro Sodré voltou a se aproximar de grupos civis, talvez tentando fortalecer e ou ampliar suas bases eleitorais no Rio de Janeiro. Desta maneira, mandou à mesa do Senado representações de grupos como os da Associação de Marinheiros e Remadores¹⁹⁸ e apresentou projetos ligados, por exemplo, à regularização da situação dos funcionários dos hospitais São Sebastião e Paula Candido¹⁹⁹ e de reorganização da Biblioteca Nacional²⁰⁰. Na maioria dos casos, a questão girava em torno de aporte de recursos ou equiparação de vencimentos à de outras categorias.

Seguindo este escopo, na sessão de 07 de outubro de 1910 o senador cobrou informações acerca de projeto de lei enviado da Câmara dos Deputados e que regulamentava a situação dos operários ligados ao governo federal, recomendando a leitura do trabalho de Teixeira Mendes, do Apostolado Positivista, acerca das classes proletárias²⁰¹.

¹⁹⁸ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1910, L2, p.276.

¹⁹⁹ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1910, L3, p.2.

²⁰⁰ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1910, L4, p.353.

²⁰¹ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1910, L3, p.35, 46 e 54.

Em uma perspectiva geral, considerando-se os dados das *Tabelas 4, 5 e 7*, Sodré alcança o total de 37 participações na tribuna. Um quantitativo não muito superior ao encontrado em sua atuação anterior no “mandato quebrado” que teve pelo Pará (33) e que lhe renderia a média de 4 contribuições por ano parlamentar. Um número não muito expressivo, mas bastante superior ao indicado por Emmanuel Sodré, que reportou apenas 6 discursos ao longo de todos os 9 anos de mandato²⁰².

As participações de Lauro Sodré no Senado enquanto representante do Distrito Federal não necessariamente se distinguem da orientação seguida por ele ao longo do mandato pelo Pará, quando esboçara uma compreensão de representatividade em sentido hierárquico e difuso, querendo defender primeiro os interesses da República, depois os temas locais e por fim os assuntos militares. A diferença é que o Rio de Janeiro foi bem menos prestigiado objetivamente.

Os envolvimento de Sodré com a cidade do Rio de Janeiro foram extremamente pontuais e geralmente ligados a grupos ou categorias específicas através das quais o senador buscava se aproximar da sociedade civil. Assim como ocorrera na representação pelo Pará, Sodré não atuou em conjunto com os demais representantes do Distrito Federal – a aproximação de Barata Ribeiro, em 1904, foi mesmo pontual e apenas no campo das ideias. Até o levante da Escola Militar, Lauro Sodré se colocou na oposição e defendeu abertamente ideias insurrecionais, alimentando o desejo de solucionar os problemas que identificava no regime através de um movimento para derrubar o presidente da República. Após ser preso e anistiado, Sodré continuou defendendo as pautas militares, falando em favor da revisão constitucional, porém de modo mais moderado, sem esboçar o mesmo radicalismo. Não que sua conduta insurrecional tenha terminado.

Américo Freire conclui seu estudo salientando que enquanto Lauro Sodré tinha o interesse de “criar uma alternativa ao bloco político dominante”, os principais grupos políticos cariocas gravitavam em torno da “conquista de um espaço legítimo de atuação política”, que fosse capaz de resistir às intervenções federais no Rio de Janeiro. De modo que não teria sido possível “a menor aproximação” entre Lauro Sodré e a elite política carioca, permanecendo o parlamentar paraense isolado politicamente²⁰³.

Com a chegada de Hermes da Fonseca ao poder, em 1910, Lauro Sodré experimentou um deslocamento do lugar de oposição ao governo e empreendeu negociações com o

²⁰² As referências seriam as seguintes: (1) em 1903, (2) em 1904, (1) em 1906, (1) em 1908, (1) em 1910. Ver: SODRÉ, Emmanuel. Op. Cit., 1970, p.100.

²⁰³ Id. Ibid. p.33.

presidente da República e seus ministros. A questão de ter ou não espaço na política estadual e mesmo federal mantinha relações diretas com a chamada política dos governadores e o modo como cada político se portava em relação aos jogos de poder então celebrados da capital da República para localidade. Como ressaltou, Geraldo Mártires Coelho:

Lauristas e lemistas, na luta pelos espaços do poder e pelo controle do seu exercício reproduziram, no Pará, os mecanismos e os métodos da política oligárquica brasileira, fazendo do Estado uma caixa de ressonâncias dos interesses que, em termos nacionais, procuravam alternar-se no domínio da máquina política da República²⁰⁴.

Em consequência dessa movimentação, em agosto de 1911 Lauro Sodré se afastou do Senado e após quase 10 anos viajou ao Pará, iniciando um processo que resultaria no enfraquecimento dos Lemos e na escalada *laurista* ao poder.

1.4 – Jacobino, revolucionário ou golpista?

O político que rejeitou apoiar o golpe de Estado orquestrado por Deodoro da Fonseca em 1891, jurando defender a democracia e a Constituição²⁰⁵, foi o mesmo que tentou derrubar o presidente Rodrigues Alves em 1904. Como explicar isso? Quem seria exatamente o senador militar: um jacobino, revolucionário ou golpista?

Tendo considerado a trajetória política de Lauro Sodré ao longo de dois mandatos senatoriais (1897-1911), gostaria de discutir mais diretamente neste tópico os conceitos geralmente utilizados para classificá-lo na historiografia.

Embora haja um aparente consenso entre os historiadores sobre a tendência jacobina e golpista que permeava a sua conduta política, acredito ser importante avaliar a aplicabilidade dos termos para uma trajetória política longa como a de Sodré. Da mesma forma, é preciso considerar também o modo como o próprio senador militar se apercebia, isto é, um revolucionário.

²⁰⁴ COELHO, Geraldo Mártires. “Introdução”. In: SODRÉ, Lauro. *Crenças e opiniões*. 2ªEd. Brasília: Senado Federal, 1997, p.V.

²⁰⁵ A atitude, muito elogiada na imprensa nacional, rendeu enorme popularidade à Sodré, uma vez que ele acabara sendo o único governador do país a se posicionar contra o presidente da República e, em virtude disso, o único também a não ser deposto quando da transição para o governo de Floriano Peixoto. C.f.: BORGES, Ricardo. Op. Cit., 1986, p.208.

Para tanto, proponho analisar aqui com mais vagar a trajetória militar de Lauro Sodré e, em seguida, considerar os elementos episódicos e os essenciais de sua participação na insurreição de 14 de novembro de 1904.

Já demonstrei anteriormente que Sodré ingressou na Escola Militar em 1876 e, com distinção, terminou o curso superior no final de 1883, sagrando-se Engenheiro Militar. Neste período transitou pelos postos de soldado, alferes-aluno e 2º tenente. É sabido também de sua conversão ao positivismo e da proximidade que gozava de Benjamin Constant. Estes elementos são mesmo essenciais para compreender sua individualidade na medida em que forneceram bases para diversas de suas ações políticas. Porém, gostaria de enfatizar aqui alguns outros aspectos que compuseram a sua trajetória militar, talvez não muito conhecidos, e que podem ajudar a entender melhor este indivíduo contraditório e enigmático que era Lauro Sodré.

Para estas primeiras considerações, vou me servir basicamente dos assentamentos funcionais do militar Lauro Sodré. Entre janeiro e dezembro de 1878, o aluno recém-ingresso na Escola Militar foi nomeado para exercer o posto de sargenteante, uma função que requeria dele o cumprimento de tarefas e serviços auxiliares ao comandante da companhia²⁰⁶. De certo, um lugar de destaque para quem estava ainda no seu 1º ano de curso superior. A nomeação de alferes-aluno, em 1879, reforçou o prestígio que Lauro Sodré ia obtendo no seio da academia militar.

Apesar disso, sua ficha funcional indica que em pelo menos duas ocasiões ele foi punido com prisão. A primeira, por quatro dias no estado maior, em novembro de 1879, por ter faltado a exercícios militares e trabalhos de guerra. A segunda, por 24 horas, em dezembro de 1880, por ter deixado de cumprir a escala de serviço²⁰⁷. Devendo-se ressaltar que, pelo regulamento de 1874, que regia a formação de Sodré, os alunos da Escola Militar estavam sujeitos a 5 penalidades, aplicadas conforme a gravidade das infrações: repreensão particular, repreensão motivada em ordem da escola, prisão de 1 a 15 dias, exclusão temporária de até 2 anos e exclusão perpétua²⁰⁸. As faltas cometidas pelo jovem paraense foram julgadas

²⁰⁶ CASTRO, Celso. Op. Cit., 2013, p.110.

²⁰⁷ MINISTÉRIO DA DEFESA. “Pasta funcional de Lauro Sodré”. In: *Arquivo Histórico do Exército*. Pasta II.23.60.

²⁰⁸ BRASIL. Decreto-lei nº 5.529, 17 de janeiro de 1874. Regulamento para as escolas do Exército. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5529-17-janeiro-1874-550076-publicacaooriginal-65706-pe.html#:~:text=Approva%20o%20Regulamento%20para%20as%20Escolas%20do%20Exercito.&text=1%C2%BA%20A%20instruc%C3%A7%C3%A3o%20militar%20theorica,preparatoria%20e%20na%20escola%20militar>. Acesso em: 26/05/2019.

moderadas e aplicadas a bem da disciplina. Ainda assim, se comparadas ao elogiável desempenho que Sodré alcançava na parte teórica do curso, elas sugerem alguma dificuldade em relação à instrução prática e ao serviço militar em si.

Em 1881, entre os meses de junho e dezembro, quando se ausentou da Escola Militar para tratar de assuntos familiares em Belém, Lauro Sodré ficou agregado ao 4º Batalhão de Artilharia a Pé, situado no Largo do Quartel, aos arredores da então Praça Saldanha Marinho, hoje Praça da Bandeira. Neste período, o 2º tenente comandou interinamente a 2ª e a 3ª bateria da unidade, exerceu o cargo de agente de batalhão, de ajudante da Diretoria do Arsenal de Guerra e, por fim, assumiu a própria diretoria do Arsenal²⁰⁹.

Após concluir o curso na Escola Militar e ser promovido ao posto de 1º tenente, Lauro Sodré foi novamente classificado no 4º Batalhão que, na época, contava com o modesto efetivo de 26 oficiais e 288 praças²¹⁰. Ali, em 1885, ele comandou interinamente a 4ª bateria e, em seguida, foi nomeado ajudante de ordens do comandante das Armas, o brigadeiro José Clarindo de Queiroz, que, em ordem do dia, lhe dirigiu louvores “pelo zelo e interesse” com que cumpriu essa última função. Também constam nos seus assentamentos o elogio público que o presidente da província, João Lourenço Paes de Souza, lhe dirigiu a 07 de dezembro daquele mesmo ano por ter tomado parte dos exercícios de tiro ao alvo e esgrima de baioneta na inauguração da linha de tiro do batalhão. Ao passo que, em 01 de setembro de 1886, Sodré foi dispensado da função de ajudante de ordens e assumiu o comando da linha de tiro, sendo novamente elogiado pelo comandante em virtude da “dedicação e inteligência” com que executara suas funções²¹¹.

Em meio às atividades militares e de propaganda republicana, Lauro Sodré integrou uma comissão enviada à cidade de Óbidos pelo comandante das armas entre o final de 1886 e início de 1887 para verificar as condições da fortificação militar que havia naquela cidade. Ao se reapresentar no quartel, em 11 de janeiro, reassumiu o posto de encarregado da linha de tiro e, posteriormente, exerceu a função de secretário interino do comando das armas até a data de 04 de fevereiro. Passou alguns meses afastado do serviço por ter contraído beribéri e, no retorno, foi deslocado para o comando interino da 6ª bateria e, logo em seguida, nomeado

²⁰⁹ MINISTÉRIO DA DEFESA. “Pasta funcional de Lauro Sodré”. In: *Arquivo Histórico do Exército*. Pasta II.23.60.

²¹⁰ PARÁ, Governo da Província do. *Relatório que ao exm. Sr. Dr. João Lourenço Paes de Souza, 1º vice-presidente da Província do Grão-Pará, apresentou o exm. Sr. Dr. Carlos Augusto de Carvalho ao passar-lhe a administração*. Pará, Typ. de Francisco da Costa Junior, 1885, p.135.

²¹¹ MINISTÉRIO DA DEFESA. “Pasta funcional de Lauro Sodré”. In: *Arquivo Histórico do Exército*. Pasta II.23.60.

pelo governo da província para auxiliar interinamente o engenheiro encarregado das obras militares na província do Pará, o capitão José Freire Bezerril Fontenelle²¹².

Esta função levou Lauro Sodré novamente a Óbidos para atender solicitação feita pelo comandante da fortificação militar da cidade, o major Antonio Ó de Almeida, antigo vizinho da família Sodré e Silva, que em meados de setembro comunicou ao governo da província o desabamento do armazém utilizado como almoxarifado e a destruição quase completa do material ali guardado²¹³.

Assim, a ordem do dia de número 2.141, de 12 de outubro de 1887, nomeou o 1º tenente Lauro Sodré como o encarregado do orçamento de reparo da fortificação militar de Óbidos. Com passagens pagas pelo Ministério da Defesa, ele retornou à cidade erguida às margens do rio Amazonas para realizar um trabalho técnico e pontual condizente com a sua formação. No entanto, entre o longo deslocamento da capital e os instantes de labor, Lauro Sodré acabou enamorando-se pela filha do comandante do forte, o que o levou a retornar a Óbidos mais uma vez em março de 1888, agora, para se casar com a jovem Theodora do Ó de Almeida²¹⁴.

Após as núpcias, em abril de 1888, Lauro Sodré se reapresentou ao quartel e foi sistematicamente escalado para cumprir funções que ele já havia exercido. Em curto espaço de tempo, comandou a 2º e a 6º bateria do batalhão, foi nomeado ajudante de ordens e secretário interino do comando das armas, encarregado da linha de tiro e fiscal do batalhão. Se, por um lado, o 1º tenente seguia mostrando-se digno de elogios em seus assentamentos funcionais pelo zelo e inteligência com que cumpria suas atividades, por outro, ele não conseguia se firmar no comando regular das funções para as quais era destacado.

Além disso, o oficial começou a ficar marcado pelos medidos de licença para tratamento de saúde e ou resolução de interesses particulares. Considerando apenas o período em que esteve a disposição do 4º Batalhão de Artilharia, em Belém, Lauro Sodré obteve 7 autorizações para se afastar do serviço: 3 meses em 1885 para tratamento de malária (tendo gozado apenas 1), 2 meses em 1886 para tratar de interesses particulares no interior da província (tendo tirado apenas 17 dias), 3 meses de licença para tratar de beribéri e depois mais 1 mês para cuidar de reumatismo muscular em 1887, 3 meses para cuidar de assuntos

²¹² MINISTÉRIO DA DEFESA. “Pasta funcional de Lauro Sodré”. In: *Arquivo Histórico do Exército*. Pasta II.23.60.

²¹³ PARÁ, Governo da Província do. *Mensagem com que o Exm. Sr. Conselheiro Francisco José Cardoso Junior, vice-presidente da província do Pará, abriu a 2ª sessão da 25ª legislatura da Assembléa Provincial em 20 de outubro de 1887*. Pará, Typ. do Diário de Notícias, 1887, p.81.

²¹⁴ C.f. SODRÉ, Emmanuel. Op. Cit., 1970, p.16-17.

particulares em 1888, 05 dias de prorrogação da licença anterior e mais 3 meses para tratamento de saúde com causa não identificada em 1889 (esta última sustada em razão da punição aplicada ao oficial nas vésperas da proclamação da República)²¹⁵.

Não é possível saber ao certo os motivos pessoais que levaram Lauro Sodré a se afastar ocasionalmente do serviço militar, porém, considerando a sua atuação no Clube Republicano do Pará, é plausível que estivessem relacionados com a sua agenda política. Tanto que as últimas licenças referenciadas nos seus assentamentos funcionais, apesar de concedidas, foram mais restritivas e condicionais.

Em de 20 de outubro de 1888, por exemplo, foram lhe concedidos 3 meses de afastamento, 2 com soldo simples e 1 sem vencimento, para tratar de assuntos particulares onde lhe conviesse. Além disso, também obteve autorização para se inscrever no concurso de preenchimento de vaga da cátedra de geografia do Liceu Paraense, “obrigando-se, porém, a pedir demissão do serviço do Exército” em caso de nomeação²¹⁶.

Emmanuel Sodré conta que, por este período, Lauro Sodré cogitava mesmo abandonar o Exército para viver do professorado, função que já exercia de maneira particular para complementar o soldo²¹⁷. O que, se não reforça a tese de inaptidão de Sodré ao serviço militar, ao menos atesta que o 1º tenente guardava as suas insatisfações e descontentamentos em relação ao ofício que exercia²¹⁸.

Ainda assim, Lauro Sodré preferiu continuar no Exército e, em 1889, comandou inúmeras subunidades do 4º Batalhão, com destaque para a 2º bateria que no mês de maio foi destacada para a província do Amazonas a fim de realizar exercícios militares. Exerceu ainda os cargos de agente, fiscal e secretário interino de batalhão, bem como o de diretor da escola regimental e inspetor de música²¹⁹. Fez tudo isso ao mesmo tempo em que intensificava as ações em prol da causa republicana, buscando conscientemente aproximar o universo da caserna ao do meio político. Dizia ser a salvação da sociedade, mas deveria ser também a forma encontrada por ele para resolver os seus conflitos intelectuais e laborais.

²¹⁵ MINISTÉRIO DA DEFESA. “Pasta funcional de Lauro Sodré”. In: *Arquivo Histórico do Exército*. Pasta II.23.60.

²¹⁶ BRASIL, Exército. *Índice das ordens do dia da repartição de ajudante general no ano de 1889*. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1889, p.648

²¹⁷ SODRÉ, Emmanuel. Op. Cit., 1970, p.23.

²¹⁸ Celso Castro indicou que não era incomum aos alunos dos anos iniciais do curso de formação da Escola Militar complementarem o soldo com aulas particulares. Porém, neste caso, Sodré já era um oficial e o soldo parecia continuar não agradando. C.f.: CASTRO, Celso. Op. Cit., 2013, p.34.

²¹⁹ MINISTÉRIO DA DEFESA. “Pasta funcional de Lauro Sodré”. In: *Arquivo Histórico do Exército*. Pasta II.23.60.

E é importante visualizá-lo dentro da caserna, cumprindo funções atribuídas aos oficiais inferiores, ainda que com dúvidas e dilemas, pois o deslocamento que ele sofreu para o campo político com a chegada do regime republicano acabou, de certo modo, inibindo o conhecimento de sua faceta de militar. Faceta esta que foi paulatinamente se confundindo com a de político, na medida em que Lauro Sodré se tornava o próprio soldado-cidadão de que falara o seu professor Benjamin Constant²²⁰.

Contudo, a essa altura, Lauro Sodré já ostentava aquele duplo sentimento de marginalização de que falou Celso Castro, tanto por assistir do Exército a dominação dos bacharéis de direito na ordem monárquica quanto por estar ligado a um grupo de oficiais descontentes com a falta de modernização do próprio Exército²²¹.

Neste sentido, um episódio significativo ocorreu em 27 de junho de 1889, quando Gastão de Orléans, o Conde D'Eu, visitou a capital paraense. De acordo com o que vem sendo contado por diversos autores, o príncipe consorte, que excursionava pela região norte do país, foi recebido com as honras e cerimônias devidas pelas autoridades locais. Lauro Sodré, enquanto oficial do Exército, se viu obrigado a participar da recepção e, apesar disso, soube cumprir formalmente o seu papel de militar.

Ao correr do dia, porém, o Clube Republicano divulgou pelas páginas de *O Gravote* um contundente manifesto contrário à Monarquia, no qual se falava da falta de popularidade do esposo da princesa Isabel e dos eventuais prejuízos que a sociedade brasileira haveria de ter com o possível terceiro reinado. Ao anoitecer, na reunião realizada pelo Clube Republicano, Lauro Sodré teria pronunciado outro violento discurso contra o regime imperial, ao ponto de incomodar o Gabinete Ouro Preto e o Ministério da Guerra. As autoridades imperiais teriam então apurado o caso e responsabilizado Lauro Sodré tanto pelo discurso quanto pelo manifesto. E, como punição, mandado o 1º tenente ao Rio de Janeiro²²².

Na versão contada por Benjamin Sodré, em 1956, e posteriormente referendada por autores como Ernesto Cruz, Ricardo Borges e Emmanuel Sodré, a transferência “urgente e imediata” de Lauro Sodré fora inicialmente expedida para a guarnição de Mato Grosso.

²²⁰ Curiosamente, Renato Lemos aponta que Benjamin Constant sofreu com problemas financeiros e, em muitos momentos, se sentiu insatisfeito diante da impressão de ter estacionado na carreira militar. De acordo com este autor, foram as experiências pessoais negativas, como militar-professor e como cidadão, que levaram o mestre de Lauro Sodré a se identificar com a doutrina do soldado-cidadão. “O soldado cidadão que imaginava era algo mais consistente do que o intransigente defensor de direitos corporativos concebido pelos jornalistas republicanos: era o agente da transição social, guiado pela única ciência que verdadeiramente desvendara o segredo da existência humana”. C.f.: LEMOS, Renato. Op. Cit. 1999, p.303-331

²²¹ CASTRO, Celso. Op. Cit., 2013, p.13.

²²² BORGES, Ricardo. Op. Cit., 1983, p.38; FARIAS, William Gaia. Op. Cit. 2016, p.33.

Naquela época, segundo os autores, um local de punição de oficiais faltosos e indisciplinados. Benjamin Sodré também é o primeiro a indicar, sem referência documental, o que acaba se repetindo nos demais autores, que Lauro Sodré viajou no mesmo pacote que levava Conde D'Eu de volta ao Rio de Janeiro e, além de tudo, recebeu mais demonstrações de solidariedade do que o príncipe consorte nos portos que visitavam durante o trajeto. Da mesma forma, esses autores também concordam que na capital fluminense a ida de Lauro Sodré ao Mato Grosso acabou sendo suspensa por Floriano Peixoto, na época ajudante general do Exército. O oficial superior teria solicitado ao paraense que aguardasse no Rio de Janeiro até novas determinações²²³.

Apesar de simbolizar bem os conflitos pessoais e institucionais administrados por Lauro Sodré em sua prática militar, acredito que este episódio tenha sido superestimado e relatado com alguns equívocos pelos biógrafos do político paraense.

Em primeiro lugar, é preciso relativizar a ideia de uma transferência imediata, pois a ordem para que Lauro Sodré fosse retirado do Pará não foi dada de modo instantâneo. Entre a recepção de Conde D'Eu em Belém e o embarque de Lauro Sodré para a corte decorreram-se 39 dias. Tempo suficiente para que o 1º tenente articulasse, por exemplo, a criação do *Clube Militar do Pará*.

Essa agremiação, fundada em 17 de julho de 1889, sob a direção do próprio Lauro Sodré, dizia ter como objetivo defender os interesses morais e materiais da classe militar no Pará e, a partir dos elementos da hierarquia militar, constituiu a sua diretoria provisória do seguinte modo: capitão Panasco, presidente; 1º tenente Lauro Sodré; secretário; e 1º tenente Rodrigues de Moraes, tesoureiro. A participação na agremiação era franqueada aos militares de terra e mar²²⁴.

A segunda reunião do Clube Militar do Pará, realizada no dia 21 de julho no salão da Sociedade 13 de Maio, aprovou os estatutos da sociedade e definiu o seu diretório oficial, com mandato de 1 ano. A composição, desta vez, não levou em conta critérios hierárquicos, ficando assim constituída: presidente, 1º tenente Lauro Sodré; vice-presidente, capitão de fragata De Lamare; 1º secretário, 1º tenente Rodrigues de Moraes; 2º secretário, capitão

²²³ SODRÉ, Benjamin. Op. Cit., 1956, p.13; CRUZ, Ernesto. *Temas da História do Pará*. Belém: SPVEA, 1960, p.216; BORGES, Ricardo. Op. Cit., 1986., p.206; SODRÉ, Emmanuel. Op. Cit., 1970, p.17; BORGES, Ricardo. Op. Cit., 1983, p.38; FARIAS, William Gaia. Op. Cit. 2016, p.33.

²²⁴ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, 19 de julho de 1889, p.2.

Panasco; Tesoureiro, capitão Drumond. Neste segundo encontro o número de filiados chegou a 30, exclusivamente de oficiais²²⁵.

A julgar pela hostilidade que o governo imperial manifestou quando da criação do Clube Militar do Rio de Janeiro, a agremiação fundada por Lauro Sodré em Belém não deve passar despercebida. Em tese, a existência de uma sociedade disposta a congregar oficiais para além dos muros dos quartéis, liderada por um oficial declaradamente republicano, num contexto de fragilidade das instituições monárquicas, fornecia muito mais razões para despertar a preocupação do governo do que uma crítica categórica como tantas outras já enunciadas por Lauro Sodré ao Império do Brasil.

A transferência do oficial paraense para o Rio de Janeiro enfraqueceu, mas não pôs fim ao Clube Militar do Pará, que continuou ativo pelo menos até o início do período republicano²²⁶. Sua articulação minimamente indica que Lauro Sodré continuou normalmente com suas atividades institucionais e políticas após o episódio da recepção de Conde D’Eu e, sobretudo, que ele estava disposto a investir na aproximação dos estratos militares à sociedade civil paraense.

Em segundo lugar, não existem indícios de que o Gabinete Ouro Preto e tão pouco o Ministério da Guerra tenham movido processos contra Lauro Sodré em virtude de qualquer atitude relacionada ao Conde D’Eu e, tão pouco, que ele tenha sido transferido para o Mato Grosso. O que consta nos assentamentos funcionais do 1º tenente é que no dia 31 de julho o ministro da guerra, marechal Rufino Enéas Gustavo Galvão, o Visconde de Maracaju, concedeu ao militar paraense 3 meses de licença para tratamento de saúde, a começar a contar no dia 01 de agosto. No dia 02, entretanto, o mesmo ministro enviou telegrama ao comandante das armas do Pará mandando cassar a licença e ordenando o envio do oficial para a corte “sem perda de tempo”²²⁷.

A mensagem não fala em Mato Grosso e deixa claro que o embarque de Lauro Sodré era em direção ao Rio de Janeiro. Além disso, o modo abrupto e intempestivo do ministro

²²⁵ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, 23 de julho de 1889, p.2.

²²⁶ Em 1909 foi lançada em Belém a *Revista Militar*, tendo como subtítulo a identificação “Órgão do Club Militar do Pará”. Contudo, em seu primeiro número, informava-se que a associação havia sido fundada em 20 de março de 1909. Não sendo, portanto, o mesmo clube criado por Lauro Sodré em 1889. Além disso, outro detalhe é que este primeiro número da revista trouxe na capa a fotografia do “Coronel Antonio José de Lemos, comandante superior da Guarda Nacional no Pará, aclamado Presidente de Honra Perpétuo em Assembleia Geral de fundação do Club Militar do Pará”. Fato este que se justificava pela presença na associação e na redação da revista do major Antonio Pindobussú Lemos, filho do velho intendente de Belém, e indica certa concorrência entre *lauristas* e *lemistas* até mesmo no segmento militar. Ao menos três exemplares dessa revista podem ser consultados no Setor de Obras Raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna.

²²⁷ MINISTÉRIO DA DEFESA. “Pasta funcional de Lauro Sodré”. In: *Arquivo Histórico do Exército*. Pasta II.23.60.

indica que somente naquele momento é que se deu a decisão de se retirar o 1º tenente do Pará. Devendo-se ressaltar que os documentos oficiais não especificam o motivo para o deslocamento, como também não falam em punição ou transferência. Não que isso invalide a ideia de repreensão, mas retira o elemento de formalidade da ação. Qualquer que fosse o motivo para o embarque de Lauro Sodré, ele não foi dado a conhecer, possivelmente porque não se queria que fosse, uma vez que tal artifício era parte do próprio castigo, um castigo não oficial, uma retaliação.

O próprio Lauro Sodré, ao rememorar o embarque muitos anos depois, contou que saiu de Belém com o destino incerto, sabendo apenas que ia ao Rio de Janeiro para ser punido. De acordo com o seu depoimento, ao chegar à corte o líder republicano Aristides Lobo se ofereceu para recomendá-lo a Floriano Peixoto a fim de que se evitasse pena mais severa. O que acabou não sendo necessário, pois o ajudante de general decidiu por conta própria pela permanência do oficial paraense na corte imperial²²⁸.

Somente no mês de setembro é que Lauro Sodré foi oficialmente lotado no Rio de Janeiro²²⁹. De modo que, é difícil saber ao certo a origem da referência ao Mato Grosso. Como a informação foi dada inicialmente por um dos filhos de Sodré e posteriormente repetida por vários autores, é possível que tenha nascido exatamente no contexto familiar, nas narrativas trocadas entre pai e filho, das recordações do que eventualmente poderia ter sido um dos temores de Lauro Sodré na época em que saiu de Belém. Pode ainda ser fruto de alguma interpretação conjuntural ou dos hábitos militares tão bem conhecidos por Benjamin Sodré, que chegou ao posto de almirante da Marinha. De qualquer forma, é uma informação que carece de materialidade.

Em terceiro lugar, é preciso considerar a possibilidade de Lauro Sodré não ter sido o autor do texto divulgado pelo Clube Republicano ou mesmo dele não ter feito discurso algum na noite do dia 27 de junho. Afinal, a manifestação republicana foi lançada sem indicação de autoria e, até o presente momento, não existem vestígios do suposto pronunciamento de Lauro Sodré na reunião da agremiação republicana, sendo mais uma informação repetida sem precisão documental. Além disso, Lauro Sodré, que sempre foi muito orgulhoso de sua trajetória republicana e por mais de uma vez fez questão de reunir artigos, manifestos e

²²⁸ SODRÉ, Lauro. “Floriano Peixoto”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*. Vol. XII, Período 1939-1951. Belém: [s.n.], 1951.

²²⁹ BRASIL, Exército. Índice das ordens do dia da repartição de ajudante general no ano de 1889. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1890, p.733.

discursos seus em obras lançadas após a proclamação da República, jamais reivindicou a ação que lhe fora imputada.

Ao contrário disso, na visão do próprio Lauro Sodré, a sua saída do 4º Batalhão de Artilharia foi uma punição pelo “conjunto da obra”, isto é, por ter tomado parte nas ações de propaganda republicana, por ter elaborado os dois manifestos do Clube Republicano do Pará e por ter pronunciado discursos contrários ao regime monárquico na celebração da lei de 13 de maio organizada pela Confederação Artística do Pará, em 12 de junho de 1888, e da homenagem póstuma realizada pelos militares paraenses à memória do tenente-coronel Sena Madureira, em 01 de março de 1889²³⁰. Ou seja, em sua percepção, a transferência para o Rio de Janeiro não tinha relações com o episódio de Conde D’Eu e sim com a sua atuação trajetória dentro do movimento republicano paraense.

Linha de raciocínio semelhante seguiam os redatores do jornal *O Liberal do Pará*, ferrenhos opositores dos republicanos, que, ao tratar do embarque do 1º tenente para o Rio de Janeiro, justificaram a ação do governo alegando que Lauro Sodré além de escrever manifestos, fazer conferências públicas contra a monarquia e se aproveitar de sua condição de militar enviado a Óbidos para “constituir ali um clube republicano”, teria reunido militares em clubes “com o fim ostensivo de atacarem as instituições constitucionais”²³¹.

Como é possível perceber, a nota do jornal oficial do Partido Liberal além de nada dizer sobre o episódio de Conde D’Eu, atrela a ida de Lauro Sodré ao Rio de Janeiro às atividades que ele havia executado no correr da propaganda republicana. Entre estas atividades, duas foram colocadas na publicação como uma evidente extrapolação da conduta militar. No primeiro caso, a fundação de uma agremiação republicana em Óbidos, onde contava com o relevante apoio dos Ó de Almeida, no início de 1889, em meio à missão oficial do Exército. No segundo, que parecia ainda mais grave, teria deliberadamente formado um núcleo para conspirar contra o governo imperial e reunir outros militares conspiradores, numa referência direta à criação do Clube Militar do Pará. Na perspectiva liberal, estas ações não seriam condizentes com as funções militares e denotariam o risco que as instituições monárquicas corriam frente a escalada dos militares ao campo político, motivo pelo qual expressavam concordância com a remoção administrativa de Lauro Sodré.

Por fim, há um equívoco quando se afirma que Lauro Sodré viajou na mesma embarcação do príncipe consorte. Os jornais de época atestam que Conde D’Eu retornou ao

²³⁰ SODRÉ, Lauro. Op. Cit., 1951.

²³¹ O LIBERAL DO PARÁ. Belém, 11 de agosto de 1889, p.1.

Rio de Janeiro no dia 25 de julho, enquanto Lauro Sodré foi embarcado na companhia de sua família apenas em 05 de agosto. Por conseguinte, apesar de existirem vestígios das efusivas saudações que o 1º tenente paraense recebeu em sua passagem pelo Ceará, não procede a informação de que elas teriam sido dadas em concorrência com o príncipe Gastão de Orleans.

No Rio de Janeiro, Lauro Sodré foi lotado inicialmente no 1º Batalhão de Artilharia e no mês de outubro nomeado para auxiliar o ensino na Escola Superior de Guerra²³². Assim, ainda que a sua retirada do Pará possa ser pensada como castigo ou forma de desarticulação da propaganda republicana, como tem sido sugerido até aqui pela maioria dos estudiosos, é preciso perceber que ela acabou não sendo exatamente ruim para o 1º tenente. Primeiro, porque lhe permitiu atuar mais próximo ao campo do ensino, um antigo desejo seu. Segundo, porque na corte ele encontrou condições de se associar mais diretamente à Benjamin Constant e de acompanhar de perto a trama do golpe republicano.

Acudindo a esse convite reuniram-se na noite de 11 em uma casa da rua São Cristóvão os oficiais do 7º e 9º regimentos de cavalaria. E puseram em mãos do Dr. Benjamin Constant esse papel assinado por todos, honroso pacto feito em o qual se confessaram unidos e solidários trinta e dois oficiais. Era decisiva e cada vez mais febril a atitude dos alunos das Escolas Militares, dispostos a tudo, e prontos a tudo, sem que lhes doesse o sacrifício da vida, ao lado e sob as ordens do glorioso mestre [...] Em algumas das conferências realizadas nesses dias tumultuosos figurei, obscuro e humilde sempre a seguir, como a sombra ao corpo, o mais sábio dos meus mestres e o mais querido dos meus amigos, e de quem só a morte impiedosa e implacável me separou, ainda continuando a viver sob a ação dos seus elevados sentimentos como se soassem aos meus ouvidos as suas palavras de ensinamentos e de conselhos salutares²³³.

A recordação apaixonada de Sodré, enunciada 40 anos depois do golpe de 15 de novembro, não expressa pesar pelo afastamento sofrido dos republicanos paraenses. Ao contrário, denota orgulho pelo lugar ocupado junto a uma das figuras que ele mais idolatrou em vida. E, ao que parece, Lauro Sodré foi o discípulo de Benjamin Constant que mais se aproximou da caricatura do mestre em termos de carreira e de projeção política, inclusive, usando o Clube Militar para conspirar e tentar tomar o poder em 1904.

Quando a República foi proclamada, Lauro Sodré contava 13 anos de caserna. A maior parte deles vividos na Escola Militar, durante a realização do curso superior. Nos 6 anos em que atuou como 1º tenente e engenheiro militar formado, Sodré ficou lotado no

²³² BRASIL, Exército. Índice das ordens do dia da repartição de ajudante general no ano de 1889. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1890, p.733.

²³³ SODRÉ, Lauro. *A proclamação da República*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1939, p.68.

modesto 4º Batalhão de Artilharia, em Belém. Nesse período, cumpriu diversas funções, colecionou elogios de oficiais superiores, se envolveu na campanha republicana, cogitou deixar o Exército e apontou, com sua prática, para um tipo de militar extremamente interessado nas questões políticas. Dessa forma, a chegada do regime republicano acabou sendo para o oficial paraense um divisor de águas não apenas político, mas pessoal, na medida em que lhe ampliou os espaços de atuação e o capital simbólico.

Em janeiro de 1890, vieram as primeiras mudanças. Por portaria de 04 de janeiro do Ministério da Guerra, comandado por Benjamin Constant, foi concedido a Lauro Nina Sodré e Silva o direito de se chamar somente Lauro Sodré. Em seguida, no dia 07, decreto do Governo Provisório o promoveu ao posto de capitão de estado maior 1º classe pelo critério de prestação de serviços relevantes. À 17, foi autorizado a servir no Ministério da Guerra, conforme solicitação do titular da pasta²³⁴.

Começava aí para Lauro Sodré o processo de deslocamento do campo essencialmente militar para o político institucional. Apesar de neste momento exercer o papel coadjuvante de secretário, é bastante significativo que tal processo tenha se iniciado na pasta direcionada aos assuntos militares, pois, enquanto político, Sodré jamais renunciaria a tal vinculação, mesmo não tendo aparentemente maior apego ao ofício prático da função.

Além de atuar ao lado de Benjamin Constant no Ministério da Guerra e, posteriormente, no da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, Lauro Sodré herdou dele, em fevereiro de 1890, a vaga de professor na Escola Militar. O mesmo decreto que aceitou a desistência do brigadeiro em manter a cátedra na Escola Superior de Guerra, nomeou o capitão paraense como lente catedrático da instituição²³⁵. Em uma dimensão simbólica, era como se o discípulo fosse alçado ao posto de mestre por intermédio de quem até então ocupava este lugar.

A ascensão meteórica de Lauro Sodré no campo militar e político, que naqueles tempos se confundiam, envolveu ainda uma nova promoção, desta vez ao posto de major, pelo

²³⁴ MINISTÉRIO DA DEFESA. “Pasta funcional de Lauro Sodré”. In: *Arquivo Histórico do Exército*. Pasta II.23.60.

²³⁵ Apesar de Lauro Sodré ter entrado no quadro de professores da Escola Militar pela saída de Benjamin Constant, o capitão paraense não ocupou exatamente a mesma cátedra de seu mestre. Benjamin Constant era lente da 1ª cadeira do 1º ano de curso superior. Com a sua desistência, o tenente-coronel José Felix Barbosa de Oliveira, professor da 3ª cadeira do 3º ano, foi remanejado para o seu lugar. E Lauro Sodré foi nomeado para ocupar o lugar deixado pelo tenente-coronel. C.f.: BRASIL, Exército. *Repartição de ajudante general, coleção das ordens do dia*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger, 1890, p.106-107.

critério de merecimento, e o recebimento do grau de doutor em matemáticas e ciências físicas, respectivamente em março e maio de 1890²³⁶.

Curiosamente, no início da década seguinte, as promoções realizadas nos primeiros tempos republicanos se tornaram alvo de questionamentos dentro do próprio Exército. O major Hypolito das Chagas Pereira, por exemplo, professor da Escola Preparatória e de Tática do Rio Pardo, pediu revisão de carreira por ter deixado de ser promovido em janeiro de 1890. Em seu entendimento, isso não teria ocorrido se o Governo Provisório não tivesse resolvido promover diversos oficiais, dentre eles Sodré, pelo critério de serviço relevante²³⁷.

De qualquer maneira, em rápido espaço de tempo a República e a posição ocupada pelos militares na política proporcionaram a Lauro Sodré mais reconhecimento, prestígio, progressões na carreira e a colocação professoral que ele tanto desejava. Não é à toa que esse momento inaugural do novo regime tenha se tornado tópico recorrente nos pronunciamentos senatoriais e nos trabalhos intelectuais que ele veio a produzir. Para além da perspectiva filosófica positivista e da experiência propagandística, a satisfação pessoal animava ainda mais o militar paraense em sua defesa intransigente da República.

A partir de 1891 o major Lauro Sodré foi sistematicamente eleito para o cumprimento de mandatos eletivos e, conseqüentemente, passou a ficar mais tempo fora dos quartéis. Entre 1891 e 1897, por exemplo, ele se afastou para comandar o Governo do Pará. Retornou ao posto de lente catedrático da Escola Superior de Guerra em março e já no mês agosto de 1897 assumiu vaga no Senado Federal. Assim, excetuando-se os breves momentos em que voltou à caserna entre um término de mandato e outro, Lauro Sodré passou a atuar estritamente no campo político. E, como político, tentou resolver o seu distanciamento do cotidiano militar tornando-se um representante deste segmento no Legislativo. O que, passado o momento inicial do regime, de franca dominação militar, passou a inspirar desconfiança.

Como já indiquei anteriormente, pouco antes de se tornar senador pelo Pará, Lauro Sodré despertou a atenção da imprensa ao discursar, em junho de 1897, durante a cerimônia realizada no Cemitério de São João Batista para homenagear a memória de Floriano Peixoto. Na ocasião, ao se reportar a situação política do Brasil, Sodré alegou preferir a anarquia diante

²³⁶ MINISTÉRIO DA DEFESA. “Pasta funcional de Lauro Sodré”. In: *Arquivo Histórico do Exército*. Pasta II.23.60.

²³⁷ BRASIL, Estado Maior do Exército. *Coleção das ordens do dia (1902)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1903, p.52.

da possibilidade de restauração monárquica e, falando sobre sua disposição para lutar pelo regime, afirmou que o *jacobinismo* e o *Terror* haviam salvado a França²³⁸.

Este discurso repercutiu bastante na imprensa nacional. Até onde consegui perceber, foi a primeira vez que Lauro Sodré, enaltecido até então como modelo de estadista e democrata, tanto pela administração que fizera no Pará como pelo episódio relacionado a Deodoro da Fonseca, acabou sob suspeição e chamado de *jacobino*.

Aqui é importante voltar ao trabalho de Suely Queiroz. Essa historiadora demonstrou que o jacobinismo foi um movimento político de composição heterogênea e de orientação militar-positivista bastante intenso nos primeiros tempos republicanos na cidade do Rio de Janeiro e em várias outras capitais do Brasil. Apesar disso, se mostrou um fenômeno datado historicamente: 1891-1897. Nesse período, os radicais da República se organizaram em clubes, associações e jornais e se expressaram principalmente pela crença de que a República vivia em perigo, pelo apoio e culto a Floriano Peixoto, pela defesa do militarismo, da ditadura, de ideais salvacionistas, pelas críticas virulentas lançadas na imprensa, pelos protestos urbanos e demais tensionamentos que culminaram no atentado a Prudente de Moraes, em um episódio que vitimou o ministro da guerra, o marechal Machado Bittencourt. Esse acontecimento deu condições para o presidente civil desarticular o PRF, onde muitos jacobinos estavam abrigados, colocando assim o movimento em declínio. Para Queiroz, continuaram existindo manifestações radicais. Algumas delas contaram com figuras ligadas ao jacobinismo, como o próprio Lauro Sodré. Mas, já não existia um movimento organizado em torno do confronto e nem condições de se resistir a repressão do Estado, agora consolidado nas mãos dos civis²³⁹.

Por conseguinte, José Murilo de Carvalho explica que o *jacobinismo* foi uma das correntes de pensamento que disputavam a definição da natureza do regime republicano logo após a sua instituição no Brasil. De clara inspiração francesa, os chamados *jacobinos* gravitavam em torno da idealização da democracia clássica e da utópica representação direta para todos os cidadãos. Na medida em que eram alijados do poder, os *jacobinos* passaram a acentuar a necessidade de intervenção popular no Estado. Com o tempo, o termo passou a designar o grupo de militares, também chamados de *florianistas*, que apoiavam as ações de Floriano Peixoto e a presença de militares no poder²⁴⁰.

²³⁸ JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 04 de julho de 1897, p.3.

²³⁹ QUEIROZ, Suely Robles Reis de. Op. Cit., 1986, pp.17-80;

²⁴⁰ CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Ao introduzir o relançamento da obra *Crenças & Opiniões*, de Lauro Sodré, republicado pelo Senado Federal, em 1997, o historiador Geraldo Mártires Coelho descreveu o político paraense como um intransigente defensor da República e do papel do Exército na manutenção das instituições do novo regime. O que teria feito dele um dos grandes *jacobinos* brasileiros²⁴¹.

Ora, tendo em vista estas considerações, é necessário observar que Lauro Sodré compartilhava de alguns dos predicados jacobinos e de outros não. De forma geral, os interesses convergiam para o jacobinismo. Mas, faltaram ações mais destacadas durante o período em que o movimento esteve mais ativo. Durante a maior parte desse tempo, Lauro Sodré exerceu a posição de chefe do Executivo paraense. Não existindo indicativos de que tenha se envolvido com nenhum clube ou publicação jacobina durante esta fase. De modo que, os discursos que passou a proferir ao chegar no Rio de Janeiro, em março de 1897, acabam sendo a sua vinculação mais direta com o movimento jacobino organizado, que logo perderia forças.

Antes disso, Sodré era reputado como estadista de visão moderada e legalista. Destacava-se, quando muito, como um *florianista* de primeira água²⁴², isto é, desde sempre um defensor de Floriano Peixoto e entusiasta da participação dos militares na política.

Quero com isso dizer que, assim como acontecia em relação ao positivismo, Lauro Sodré apresentava um comportamento contraditório e heterodoxo em relação ao jacobinismo, tendo ímpetos de moderação e radicalismo em torno da ideia republicana. Essa variação de conduta servia para assegurar os postos de poder e, ao mesmo tempo, mobilizar as suas bases de sustentação política entre civis e militares, moderados e exaltados.

Tomando o discurso de 1897 como a sua primeira declaração jacobina, seria possível dizer que em Lauro Sodré o elemento *florianista*, enquanto pressuposto de defesa da participação militar na vida política, antecedeu o *jacobino*. O primeiro aparecendo ainda na época do Governo do Pará e o segundo quando do seu restabelecimento no Rio de Janeiro.

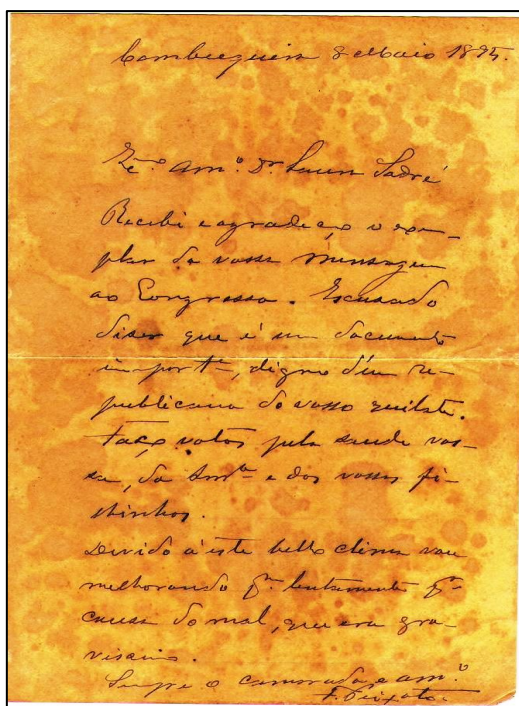
A carta disposta na *imagem 6*, datada de 1895, e salvaguardada em uma coleção de missivas de Lauro Sodré na Biblioteca Pública Arthur Vianna, é um indicativo de que a condição *florianista* do político paraense se expressava não apenas pelo público apoio político, mas igualmente pelos vínculos pessoais estabelecidos com o marechal de ferro. Após a morte de Floriano, Sodré passou a se portar como um dos defensores de sua memória,

²⁴¹ COELHO, Geraldo Mártires. “Introdução”. Op. Cit., 1997, p.III-IV.

²⁴² A expressão é de Américo Freire. C.f.: FREIRE, Américo. Op. Cit., 2016, p.233.

tomando-a como exemplo cívico e republicano. Esta talvez tenha sido a principal via de conexão com os jacobinos.

Imagem 6 - Carta de Floriano Peixoto a Lauro Sodré, em 1895



“[LOCAL] 8 de maio de 1895.

Senº amº Dr. Lauro Sodré

Recebi e agradeço o exemplar da vossa mensagem ao Congresso. Adequado dizer que é um documento importante, digno d’um republicano do vosso quilate.

Faço votos pela saúde vossa, da Amg^a e dos vossos filhinhos.

Devido a este bello clima vou melhorando q. lentamente d. causa do mal, que era gravissimo.

Sempre o camarada e amgº

F. Peixoto”

Fonte: Coleção Particular de Lauro Sodré/CENTUR.

Em setembro de 1897, durante o seu primeiro discurso no Senado, o senador paraense voltou a dividir opiniões. Sustentando posição mais combativa e radical, ele defendeu abertamente o direito à insurreição dentro do regime democrático, afirmando que era natural que os povos oprimidos se rebelassem contra os poderes constituídos. Sodré ressaltou apoiar os governos legítimos e zelar pela observância da lei e da liberdade, mas deixou claro que via a insurreição como uma garantia frente à possibilidade de comprometimento do “futuro da Pátria”²⁴³.

No mesmo discurso, Lauro Sodré se reportou ainda à revolta da Escola Militar de maio daquele ano e combateu a crítica de que a instituição seria foco de insubordinação e anarquia. Para o senador paraense, ser soldado não significava ser desprovido de consciência própria. O “soldado manequim”, instrumento passivo, inconsciente e dócil para com os governantes, seria a própria negação do patriotismo. De acordo com a sua visão, disciplina

²⁴³ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1897, P.117.

apenas poderia significar obediência às leis. Assim, embora Sodré admitisse que os jovens soldados tivessem praticado ato de insubordinação, alegava também que o teriam feito por princípios nobres, elevados e patrióticos. Ponderando ainda que as classes armadas haviam sido decisivas para a implantação do regime republicano exatamente pelo brio de seus soldados²⁴⁴.

O recado parecia claro: Lauro Sodré não apenas defendia o direito de participação política dos militares, como também assegurava a prerrogativa das classes armadas zelarem pelo regime republicano ao ponto de se insubordinarem aos governos considerados como equivocados. Defendendo os alunos das escolas militares, Sodré fazia ainda uma espécie de *lobby* político, atraindo para si e para o seu partido um grupo aparentemente insatisfeito com os rumos da primeira administração civil do período republicano.

Nem mesmo durante a campanha republicana Lauro Sodré fez discursos tão contundentes em termos de proposição insurrecional quanto estes que passara a fazer no Rio de Janeiro.

Ao término de sua fala, Justo Chermont, antigo companheiro de Clube Republicano, pediu a palavra e expressou a sua discordância em relação ao conceito de disciplina militar empregado por seu colega de bancada, bem como do suposto direito à insubordinação. Para o advogado paraense, Sodré parecia querer censurar o governo por punir os alunos da Escola Militar nos termos do próprio regulamento da instituição. Além disso, pontuava não haver “insubordinação atenuável diante da noção exata da disciplina militar, nem que possa obedecer a nobres e elevados estímulos, realizando a compreensão nítida dos deveres patrióticos”²⁴⁵.

Segundo Chermont, não havia razão de se falar em insurreição naqueles dias. A não ser que fosse como meio criminoso para se tomar o poder, ao que ele dizia achar que não era o interesse de Lauro Sodré²⁴⁶.

Em pouco espaço de tempo no Rio de Janeiro, o senador militar atraiu em torno de si a fama de conspirador. O atentado contra o presidente da República apenas aumentou a desconfiança. Como Lauro Sodré integrava o PRF, acabou arrastado para a crise política que se instalou. O general Francisco Glicério (SP) e seu grupo político foram acusados de responsabilidade pela imprensa da época por supostamente defenderem a tomada de poder a

²⁴⁴ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1897, P.117.

²⁴⁵ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1897, p.161.

²⁴⁶ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1897, P. 167.

qualquer custo e difundirem ideias de violência e anarquia. O assassinato do ministro ganhou contornos de crime político e foi associado às teorias subversivas lançadas pela oposição²⁴⁷.

No Pará, os jornais *A Província do Pará* e *Folha do Norte*, que começavam a apartar suas linhas editoriais e seus projetos de poder, repercutiam as notícias enviadas da capital federal sobre os posicionamentos do senador Sodré. A primeira, informando as propostas insurrecionais e o flerte com o *jacobinismo* de Sodré, a segunda tentando oferecer interpretação capaz de resguardar o político perante a opinião pública, garantindo que ele falava no direito de oposição dentro dos limites da lei.

Assim, em outubro de 1897, sob o título “Lauro Sodré e o jacobinismo”, a *Folha do Norte* afirmou que o senador paraense estava sendo atacado pela imprensa *lemista* desde que havia deixado o governo do estado e concorrido à Presidência da República. O jornal falava em verdadeira campanha de “desmoralização” e para refutar as acusações de *jacobinismo* levava a público o discurso de Lauro Sodré sobre o direito de insurreição²⁴⁸.

O próprio Lauro Sodré tratou das acusações de *jacobinismo* no Senado, mas seguiu caminho diferente ao da folha paraense. Durante discussão sobre o projeto de forças de terra, em 06 outubro de 1898, ele falou da desconfiança que havia em relação aos militares e das acusações que lhe dirigiam em função do discurso feito à beira do túmulo de Floriano Peixoto. Chamavam-no *jacobino* e ele alegava ter ciência do significado do termo na história da França e da Inglaterra, mas dizia desconhecer sua aplicação no Brasil. Ainda assim, pontuava que se o termo se aproximasse da denominação histórica, ele admitia ser chamado *jacobino*, “porque este apelido cobriu os evangelizadores dos bons princípios”²⁴⁹.

Assim, ao invés de negar o *jacobinismo* que lhe imputavam, como por precaução fizera a *Folha do Norte*, Lauro Sodré o admitiu publicamente em meio a uma discussão atrelada aos assuntos militares e com referências à memória de Floriano Peixoto. Ou seja, em um momento de dissensão política, o senador paraense assumiu o lugar da oposição intransigente, reivindicando aos seus companheiros de caserna não apenas o protagonismo político, mas fundamentalmente a condição de “salvadores da pátria”.

Enquanto isso, afastado do Exército, porém mantido no quadro de professores vitalícios da instituição, Lauro Sodré foi promovido em dezembro de 1900, pelo critério de

²⁴⁷ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 1897, 14 de novembro de 1897, p.4.

²⁴⁸ FOLHA DO NORTE. Belém, 05 de outubro de 1897, p.1.

²⁴⁹ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1898, L.3, p.24.

antiguidade, à patente de tenente-coronel. Dois anos depois, foi condecorado com a medalha de prata, uma honraria prestada aos oficiais com mais de 20 anos de serviço²⁵⁰.

Em 07 de agosto de 1902, outra fala contundente de Lauro Sodré no Senado. Tratando novamente de assuntos militares e apontando a necessidade de aumento do efetivo do Exército, Sodré argumentou que não investir nas forças armadas significava favorecer as ambições políticas locais e os governos que faziam descreer o futuro da República. Com isso, voltou a defender a via revolucionária como alternativa para combater os desvios do regime, haja vista que as reformas políticas experimentadas nos estados teriam fracassado. Assim, já não seria possível sair da crise momentânea se não fosse ou por uma revolução vinda “de cima” ou por uma revolução que fatalmente haveria de vir de “baixo”²⁵¹.

Mais adiante, após se reportar a episódios da história dos Estados Unidos, da Inglaterra, França e outros países, Sodré tocou em dois aspectos da sua proposição revolucionária que parecem ter relações diretas com os eventos de novembro de 1904. Primeiro, afirmou que nos momentos de crise, quando o silêncio e a submissão parecem ditar a regra, “apenas alguns eminentes espíritos, como se fossem os altos cimos da Humanidade”, seriam capazes de levantar grito de protesto e revolta. Em seguida, atribuiu aos “espíritos superiores” a responsabilidade de animar a multidão contra seus algozes. Ressaltando que, “uma vez desencadeadas as massas”, ninguém poderia detê-las²⁵².

Individualidades “esclarecidas” e “multidões” insatisfeitas, esses eram dois dos componentes do pensamento revolucionário de Lauro Sodré. Sem dúvida, um pensamento formulado a partir de predileções teóricas e filosóficas expressas em torno das famigeradas “leis da história” e da veneração a personalidades históricas como Danton, Cromwell e Georg Washington, a quem considerava “grandes homens” e “ditadores”.

Ouçó falar em ditadura no nosso país. E ainda ontem aqui neste recinto essa ideia era exposta e preconizada como uma medida de salvação pública.

Tive já ensejo de falar nesta tribuna, em nome dos princípios da democracia, que eu professo, contra esses ideais de uma organização política, que **não posso conceber, senão como um regime excepcional, um grande mal, embora às vezes necessário, sempre transitório.**

Senhores, eu tenho medo das ditaduras, porque não são benéficas, senão quando são absolutamente necessárias. Mas, não surgem senão nas épocas em que perigam as vidas das nações, de cujo seio nascem espontaneamente como fatos históricos necessários, inevitáveis e fatais²⁵³.

²⁵⁰ BRASIL, Estado Maior do Exército. *Coleção das ordens do dia (1900)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901, p.432.

²⁵¹ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1902, L.2, p.62.

²⁵² ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1902, L.2, p.71.

²⁵³ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1902, L.2, p.71 (Grifo nosso).

Dando resposta ao discurso de Sodré, Benedito Leite (MA) afirmou já ter ouvido o representante paraense manifestar da própria tribuna do Senado que não aceitava ditaduras, nem mesmo aquelas consideradas científicas. De modo que muito lhe preocupava ver nele agora certa vacilação²⁵⁴.

De fato, em outras participações na tribuna, Sodré já havia criticado e até rejeitado a via ditatorial. Desta vez, no entanto, pôs em evidência sua tolerância ao tipo clássico de ditadura que, segundo Piero Ostellino, é inspirada no expediente criado na Roma republicana para fazer frente a situações emergenciais²⁵⁵. Não obstante, o senador paraense distinguia o modelo ditatorial que concebia como aplicável ao Brasil das chamadas tiranias, tidas como etapa preliminar da história de um povo em que o poder era exercido de forma arbitrária e ilimitada. A ditadura romana, a qual Sodré parecia se inspirar, era um expediente excepcional, temporário, evocado em casos de guerra ou crise interna, e, diferentemente do caso brasileiro, previsto em letra constitucional.

Neste ensejo, considerando a crise da República brasileira e a ditadura como “medida de salvação pública”, o senador paraense destacava que o papel dos “grandes homens”, isto é, dos ditadores, era “salvar as nacionalidades prestes a desaparecerem nos vórtices da anarquia”. De modo que apenas poderiam ser ditadores os “grandes patriotas, os espíritos superiores, os dignos e os capazes”.

A partir destas elaborações e pensando a si próprio como “grande patriota” foi que Lauro Sodré se colocou no debate acerca da *vacinação obrigatória*. Um tema que o fez deixar de lado os assuntos militares no Senado, associar-se fora do parlamento a elementos civis da *Liga Contra a Vacina Obrigatória* e conspirar com seus pares no *Clube Militar* em prol de uma “revolução”.

Neste ponto, um parêntesis, coloco aspas no termo para indicar que do ponto de vista conceitual, toda revolução pressupõe profundas mudanças nos sistemas político, jurídico, social e econômico. Enquanto os golpes de Estado perpetram a substituição de autoridades políticas já pertencentes ao quadro institucional sem nada ou quase nada mudarem nos mecanismos políticos e socioeconômicos²⁵⁶. Foi o que aconteceu no Brasil em 1889, muito

²⁵⁴ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1902, L.2, p.78.

²⁵⁵ OSTELLINO, Piero. “Ditadura”. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 11º Ed. Brasília: UNB, 1998, p.368.

²⁵⁶ SETTEMBRINI, Domenico. “Revolução”. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Op. Cit.*, 1998, p.1121.

embora Lauro Sodré e os demais agentes da tomada de poder pensassem o movimento como revolucionário. Tal concepção revolucionária se mostraria constante em toda a sua trajetória política, o que ajuda a entender o lugar social do qual o senador falava e a própria natureza da relação que estabelecia com setores menos privilegiados. Havia nesse encontro um senso hierárquico, de posições muito bem definidas e inalteráveis.

Na observação de Geraldo Coelho, mesmo dominando a literatura científica do final do século XIX e sendo fortemente influenciado por correntes como *darwinismo*, *transformismo* e *evolucionismo*, Lauro Sodré sustentava um tipo ideal de democracia, mais próximo da ideia de liberdade de pensamento do que do pleno e democrático exercício do poder. Acreditando em um regime intervencionista e salvacionista, cuja realização competia apenas ao cidadão armado, ao soldado cidadão, que ele próprio procurava ser, Lauro Sodré acabara construindo uma noção equivocada de democracia, com viés conservador e pressupondo a importância de uma elite ilustrada sobre as massas²⁵⁷.

Em seu discurso de 16 de julho de 1904, o senador do Distrito Federal abordou a lei de vacinação obrigatória como ameaça às liberdades individuais e enalteceu o espírito liberal e os atos populares de independência e rebeldia contra leis que violavam os direitos do povo²⁵⁸. Mais adiante, em sua última participação no Senado antes da eclosão da revolta da Escola Militar, Sodré mais uma vez defendeu o direito de resistência popular.

Agora, Sr. Presidente, porque esta celeuma, esta tempestade desfeita em torno do nome de um senador da República porque foi comungar lá fora com o povo, com os oprimidos, com os ameaçados, cidadão que é como os seus representantes são, unidos na defesa da mesma causa, ligados como eles na sustentação dos mesmos direitos?

A minha qualidade de Senador não me forra de uma couraça de impenetrabilidade, de desigualdade que me deixe em uma atmosfera que me não permita agir ao lado do povo, quando os recursos legais, como senador, forem esgotados, porque pela minha parte procurei no limite das minhas forças cumprir o meu dever apontando as falhas desta lei, denunciando-a como uma tentativa realmente criminosa contra as garantias fundamentais da Constituição da República²⁵⁹.

Mais uma vez enunciou que a continuidade dos erros do governo colocaria o povo em revolta e protesto, tido por ele como o último recurso possível e que abarcava a resistência em todos os terrenos, inclusive, à bala. Frase que, se não pronunciara durante o comício da *Liga*

²⁵⁷ COELHO, Geraldo. "Introdução". Op. Cit., 1997, p.X e XXVII.

²⁵⁸ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1904, L1, p.535-548.

²⁵⁹ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1904, L3, p.70.

Contra a Vacina Obrigatória, validou da tribuna do Senado, apontando para a via revolucionária.

Senhores! As revoluções não se fazem quando se quer. Elas são fatos sociais, são fatos naturais; rebentam à hora própria, na ocasião oportuna, e então, e só assim é que elas são verdadeiras revoluções, e só assim é que elas despertam para operar o melhoramento, o desenvolvimento e a salvação do povo à beira do abismo que ameaça traga-lo.

Fora disto é a anarquia, a mazorca, a desordem e o meu nome nunca há de ligar-se à atos desta ordem, que, em vez de purificarem a atmosfera, de saneá-la e de operar a sustentação da República, poderiam cavar o seu descrédito, diminuir o seu prestígio e até ocasionar a sua morte²⁶⁰.

Diante o exposto, é possível presumir que, em 1904, o senador do Distrito Federal tentou se colocar na exata condição de “grande patriota”, julgando-se “espírito superior” e capaz de orientar o povo em revolta. Povo este com quem Sodré dizia ser normal um senador tomar parte, mas com quem até então não construía maiores laços. Manifestando, ainda que não tão abertamente, simpatia e tolerância em relação à forma ditatorial de governo em seu estilo clássico. Para ele, a nação estava em crise interna e precisava ser “salva”.

Considerando a sua própria fala sobre revolução “de cima” e “de baixo”, Sodré, apesar de ter flertado com setores da classe operária, parece ter ficado mesmo com a primeira opção, tentando conduzir movimento em que ele próprio, homem público do Legislativo, seria levado ao Executivo a fim de resolver os problemas do país. Daí novamente o acerto de Américo Freire que pensou Lauro Sodré entre o insurrecional e o institucional e de Geraldo Coelho que assinalou o papel destacado que as elites ilustradas tinham sobre as massas no ideário do senador paraense.

A partir disso, Nicolau Sevcenko afirmou que Lauro Sodré tinha claro interesse político quando coordenou a *Liga contra a Vacina Obrigatória*²⁶¹ e José Murilo de Carvalho foi ainda mais incisivo ao ver no paraense um “republicano fanático, *florianista* e permanente conspirador” que enxergava nos militares a defesa das causas populares e democráticas²⁶². De modo que, em 1904, aproveitando-se das agitações provocadas pela vacina obrigatória, ele teria sublevado os cadetes da Escola Militar da Praia Vermelha para dar um golpe de Estado²⁶³.

²⁶⁰ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1904, L3, p.73.

²⁶¹ SEVCENCO, Nicolau. Op. Cit., 2010, p.25.

²⁶² CARVALHO, José Murilo. Op. Cit., 1987, p.49-50.

²⁶³ Id. Ibid. p.127,

Na ausência de dispositivo constitucional que lhe garantisse nomeação, o senador quis apresentar-se ao povo e à classe militar como opção para a via excepcional da ditadura. Não ousou falar abertamente que desejava isso, mas, no campo político, nem tudo precisa ser enunciado e nem tudo que é enunciado condiz com a realidade.

Na retórica, por exemplo, Lauro Sodré dizia nunca ter se lançado candidato aos cargos eletivos que assumiu, o que não significa que não tenha sido. No caso da insurreição militar de 14 de novembro de 1904, dentro e fora do Senado ele apontou caminhos e se mostrou solidário aos clamores e iniciativas dos amigos e correligionários que compartilhavam de sua crença de ser uma solução para a República, sobretudo, os jovens militares que, segundo Leonardo Pereira, pretendiam “tomar o poder e implementar as reformas necessárias à retomada de um projeto de República que havia se perdido” em meio aos primeiros governos civis²⁶⁴. No fim, as formulações teóricas e o prestígio político do qual gozava na capital da República não lhe garantiram tanto assim.

Na noite de 14 de novembro Lauro Sodré partiu de sua casa acompanhado do general Travassos e mais alguns alunos da Escola Militar. Ao chegarem na instituição, iniciou-se a revolta. Travassos intimou o general Alípio Costallat a entregar o comando da Escola e da tropa de alunos. Não houve resistência. Em seguida, deu-se o confronto na rua com as tropas governistas. Travassos e Sodré foram atingidos e os efetivos militares de ambas as partes logo se dispersaram. Travassos, retirado de combate, não resistiu aos ferimentos e morreu dias depois no Hospital do Exército. Lauro Sodré, socorrido pelo alferes Tertuliano Albuquerque Potiguara, foi levado ao médico Alfredo Barcelos e depois passou dias desaparecido.

Na sessão de 16 de novembro de 1904 do Senado foi lida a mensagem do Presidente da República, Rodrigues Alves, acerca da sublevação da Escola Militar ocorrida na capital da República. Segundo a versão oficial do governo, o levante seria parte dos demais tumultos que há dias agitavam o Rio de Janeiro. Na ocasião, o general de brigada Silvestre Travassos tomou o comando da Escola Militar do Brasil em revolta com o objetivo de depor o governo legalmente constituído para instituir a ditadura militar, a ser entregue a Lauro Sodré. O presidente assegurava que a ordem já havia sido estabelecida e dizia esperar que o Congresso auxiliasse o Executivo a apurar as responsabilidades dos parlamentares envolvidos nos eventos, a saber o senador Lauro Sodré e os deputados Alfredo Varella (RS) e o major Barbosa Lima (RS)²⁶⁵.

²⁶⁴ PEREIRA, Leonardo A. de Miranda. Op. Cit., 2002, p.69.

²⁶⁵ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1904, L3, p.104.

Nos relatos produzidos por alguns dos participantes da revolta, no entanto, a agitação popular em torno da vacinação obrigatória não fora um pretexto, antes um entrave à deflagração do golpe militar, que deveria acontecer durante o desfile de 15 de novembro. Com a eclosão dos tumultos, a festividade foi cancelada pelo governo e os revoltosos tiveram que modificar seus planos.

Entre os senadores parece não ter havido dúvidas sobre as intenções de Lauro Sodré desejar tomar o poder. Na discussão sobre a decretação do estado de sítio, Ramiro Barcellos (RS) ponderou que a mocidade militar havia sido iludida por “desordenadas ambições”. Rui Barbosa (BA), contrário a lei da vacina obrigatória e favorável à movimentos populares de resistência, afirmou que o clamor contra a vacina acabou contaminado pelos interesses dos “exploradores das massas”²⁶⁶. Antonio Azeredo (MT), justificando o parecer da *Comissão de Constituição e Diplomacia* que autorizou o Exército a processar Lauro Sodré no foro militar, asseverou que o representante do Distrito Federal, “que, todo mundo sabe, usava poucas vezes da sua farda militar”, teria tentado fazer uma revolução para depor o presidente da República²⁶⁷.

Enquanto isso, Lauro Sodré foi intimado por edital a apresentar-se no Ministério de Guerra, sob pena de deserção. O fez no dia 19 de novembro alegando imunidade parlamentar, mas acabou preso no mesmo dia a bordo do encouraçado *Deodoro* e depois transferido para o *Floriano*. Nos autos do Conselho de Investigação consta que Lauro Sodré foi mesmo indiciado por participação em “movimento subversivo” com participação de alunos da Escola Militar” e por intentar assumir o poder republicano por meio da ditadura militar.

Essa é a versão sustentada por Ricardo Borges, segundo o qual Lauro Sodré tinha a ideia fixa de ser presidente da República e após a derrota para Campos Salles no pleito de 1898 teria se entregado ao “tresvario revolucionário” que resultou no levante de 14 de novembro de 1904²⁶⁸.

No Estado Maior do Exército foram reunidos a farda, o caderno de notas, o quepe, a espada e o talim encontrados na pensão onde residia o alferes Tertuliano Potiguara e que supostamente pertenceriam a Lauro Sodré. Consta ainda que o corpo de delito realizado no acusado atestara dois ferimentos na região frontal provavelmente produzidos por arma de fogo (*mauser* ou *manulicher*), de caráter leve e curável em 15 dias.

²⁶⁶ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1904, L3, p.104-124.

²⁶⁷ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1904, L3, p.523-525.

²⁶⁸ BORGES, Ricardo. Op. Cit., 1983, p.184.

Na primeira reunião do Conselho de Investigação a que compareceu, Lauro Sodré recebeu homenagem dos demais indiciados ali detidos. Eles formaram duas alas e atiraram flores sobre Sodré. Pouco tempo depois, o conselho julgou-se incompetente para julgar o caso do parlamentar, atendendo aos pedidos dos advogados de Sodré, Inglês de Sousa e Heitor Peixoto. Todavia, o Supremo Tribunal Militar revogou a decisão e estabeleceu novo conselho. A defesa alegava que Sodré não estava sendo processado pelo crime de conspiração, mas sim pelo delito militar de desobediência e insubordinação, ao qual não poderia responder por contar com imunidade parlamentar. Como indicado no tópico anterior, vários *habeas corpus* foram negados pelo Supremo Tribunal Federal²⁶⁹.

Em Belém, a repercussão da *Revolta da Vacina* e do levante da *Escola Militar* seguiu sendo tratada de forma ambígua na imprensa. Conforme observou Alexandre Amaral, enquanto *A Província do Pará* dava maior visibilidade ao assunto, procurando desmerecer e deslegitimar os adversários, a *Folha do Norte* defendia os posicionamentos de Lauro Sodré sem se aprofundar tanto na discussão do tema, a fim de se preservar o líder político²⁷⁰.

Em 08 de janeiro de 1905, o *Jornal do Comércio* deu publicidade a texto dos advogados de Lauro Sodré, em que se criticava a cobertura da imprensa sobre os “sucessos de novembro”, dizendo que os fatos continuavam sendo apreciados pelo sabor das reportagens de primeira hora e pelas paixões políticas. Alegavam que até aquele momento apenas os vencedores e seus apoiadores haviam falado. Com o fim do inquérito e com a ordem restabelecida, os advogados reclamavam o término da promoção jornalística da “lenda pavorosa da ditadura e da conspiração” em prol da restauração monárquica e o direito à defesa dos acusados.

Os acusados, presos e incomunicáveis, sem poder articular uma palavra para rebate de injúrias e calúnias com que a imprensa oficial ou oficiosa os expõe diariamente à execração pública, querem, apenas, aquilo que em todos os países civilizados se concede aos mais hediondos criminosos: a liberdade da defesa²⁷¹.

Diariamente, entretanto, se publicavam matérias sobre o assunto e quase sempre em sentido negativo para Lauro Sodré. Nos relatos dos sumários de culpa divulgados na imprensa durante o mês de fevereiro de 1905 constam os depoimentos que serviram de base para o processo contra os participantes do levante. Trata-se de uma peça interessante para pensar o

²⁶⁹ SODRÉ, Emmanuel. Op. Cit., 1970, p.93-94.

²⁷⁰ AMARAL, Alexandre Souza. Op. Cit., 2006, p.192-214.

²⁷¹ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 08 de janeiro de 1905, p.7.

planejamento e a execução do levante, bem como o lugar de Lauro Sodré neste processo. Selecionei dois para analisar aqui. Não é objetivo discutir a veracidade das informações ou confrontar com outras fontes, apenas considerar as similaridades.

João Barbosa da Silva, 37 anos, fiscal da Guarda Civil, declarou ter tomado conhecimento dos fatos pelos jornais. Em sua opinião, os primeiros distúrbios e desordens resultaram de um movimento popular contra a vacina obrigatória e que os conspiradores haviam tentado se aproveitar para derrubar o governo por meio de levante militar, atribuindo a Lauro Sodré a liderança do movimento. Neste sentido, informava que antes de tudo haviam ocorrido reuniões no Grêmio Paraense e na casa de Sodré que eram frequentadas por oficiais do Exército e alunos das escolas militares. A testemunha dizia nunca ter assistido alguma dessas reuniões e por isso não poderia informar o nome dos seus participantes, mas sabia “por ouvir dizer que nelas se conspirava contra o Governo”. Em sua forma de ver, o movimento das escolas militares referia-se a tais reuniões e não propriamente aos distúrbios populares provocados em função da lei da vacina obrigatória²⁷².

Serafim Vieira, 35 anos, empregado do comércio e natural do Pará, declarou que desde setembro circulavam boatos de revolução no Rio de Janeiro e que o Grêmio Paraense fazia reuniões com essa finalidade. Segundo ele, por duas ou três vezes ao passar por esta associação, na rua Uruguaiana, viu entrar ali Lauro Sodré, Serzedello Corrêa e vários oficiais e civis. Não sabia ao certo o que tramavam, mas, em vista dos boatos e das suas próprias observações, resolveu procurar Arthur Lemos na Câmara dos Deputados, julgando que o mesmo fazia parte do clube paraense. Na ocasião, o deputado lhe garantiu que as pessoas que frequentavam o grêmio eram inimigas do governo e, embora não fosse sócio, lhe prometeu apurar o que se passava. Dias depois, voltando à Câmara, Arthur Lemos dissera que se encontrara na rua com Serzedello Corrêa e o interpelara sobre a comunicação feita pela testemunha. O militar e amigo de Lauro Sodré teria então informado que fora convidado por Lauro Sodré para uma reunião na associação, mas que ali comparecendo verificara se tratar de uma conspiração contra o Governo e que, por não concordar, se retirou, só voltando ao Grêmio Paraense para tratar de outro assunto. Arthur Lemos lhe confidenciara ainda ter interpelado também Barbosa Lima a despeito dos boatos de revolução, ao que ele lhe respondera com firmeza que haveria. Não tinha uma opinião formada se a agitação teria sido por conta da lei de vacinação obrigatória ou se esta servira apenas de pretexto, mas

²⁷² JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1905, p. 2.

conjecturava que as ocorrências de 13, 14 e 15 de novembro prendiam-se diretamente às reuniões do Grêmio Paraense²⁷³.

São dois relatos de civis, alheios ao grupo social de Lauro Sodré e colocados na condição de testemunhas, um deles aparenta ter relações com Arthur Lemos. Estes dois relatos corroboram a tese do general Lobato Filho a respeito da insurreição militar ter sido planejada com antecedência e, a princípio, sem ter relação alguma com a Revolta da Vacina. Além disso, atestam também o papel de liderança de Sodré e a utilização de outros espaços para além do Clube Militar, como espaços de conspiração. Neste sentido, a própria residência do senador paraense é tomada em suspeição por ser muito frequentada por estudantes, civis e militares, sobretudo, por ocasião dos natalícios de Sodré²⁷⁴. Da mesma forma, o espaço de sociabilidade dos paraenses no Rio de Janeiro, administrado pelo senador militar e, em tese, alheio à política, também inspira desconfiança²⁷⁵. Apesar destes relatos não estarem isentos de “vícios de origem”, eles fazem pensar sobre a atuação política de Lauro Sodré para além do mundo institucional, para os segmentos sociais que lhe davam apoio e para a vigilância que o governo conseguia fazer a partir da colaboração de qualquer cidadão mais ou menos intrigado com os passos e a rede de apoio do senador militar.

Com o tempo, diversos “julgamentos” seriam dados sobre a sua malograda ação. Para o jornalista Valente de Andrade, em *Evolução Política: a queda das oligarquias*, Lauro Sodré havia conservado o espírito republicano ao longo de sua trajetória política, mantendo postura de oposição aos arranjos celebrados entre a política nacional e as oligarquias estaduais. Projetado como um antagonista da política dominante, Sodré teria apenas reagido a este estado de coisas em 1904, não vendo a inconsistência do movimento e nem as ambições ocultas “por detrás de certos patriotismos”, o que Andrade garantia ter se tratado de cegueira momentânea, não merecendo pena máxima. Afinal, a sua intenção havia sido nobre. Tanto

²⁷³ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1905, p.2.

²⁷⁴ Sobre isso escreveu o general Lobato Filho em trabalho dedicado à memória da Escola Militar da Praia Vermelha: “Lauro Sodré sempre foi um nome empolgante para a mocidade da Escola Militar e ele, por sua vez, como para não esquecer a sua qualidade de catedrático da tradicional Escola, continuava vivendo próximo do seu ambiente, pois residia em Botafogo, na rua Conde de Irajá. Grande número de cadetes visitava frequentemente o atraente homem público, não só por qualquer dever social, como para ouvir-lhe a palavra doutrinária sempre cheia de ensinamentos e nos seus olhos e nas suas expressões notava-se a satisfação com que ele acolhia essas visitas sinceras [...] e o cadete da Escola Militar, quando na residência de Lauro Sodré, tinha a impressão de se achar em casa de seus próprios pais. A data natalícia de Lauro Sodré, a 17 de outubro, era festejada pela mocidade brasileira e também pela mocidade militar, quase como uma data cívica”. C.f.: LOBATO FILHO, General. *A última noite da Escola Militar da Praia Vermelha*: contribuição para a história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1992, p.54.

²⁷⁵ Para uma análise mais completa sobre o Grêmio Paraense, ver o tópico 3.4 deste trabalho.

que o seu conceito público não saíra prejudicado, mesmo com a exploração dos oligarcas sobre o assunto²⁷⁶.

Mais adiante, Mecenas da Rocha, contemporâneo de Sodré e *laurista* declarado, falou acerca da trajetória e das ideias políticas do militar paraense, ressaltando a intenção de Floriano Peixoto em fazer dele o seu sucessor na cadeira presidencial. Desejo supostamente não compartilhado pelo paraense que, com o passar dos anos e dos governos, teria assumido postura extremamente crítica em relação ao “império das oligarquias”, chegando mesmo a defender “ideias revolucionárias” na Escola Militar²⁷⁷.

Emmanuel Sodré, por sua vez, preferiu indicar que o pai entrou e saiu prestigiado do levante. Neste sentido, contou que quando da anistia uma multidão se dirigiu à Praça 15 para esperar o desembarque de Lauro Sodré e mesmo tendo desembarcado na parte da noite, teve recepção calorosa, sendo “levado em delírio, sob estrondosas aclamações, até a sua modesta residência da rua Conde de Irajá. Pela imprensa, Lauro teria sido saudado por simpatizantes de diversas localidades. “Passeatas, sessões cívicas e meetings realizaram-se, inclusive, na capital de São Paulo, em Recife, São Salvador, Curitiba, Paranaguá e Antonina, São Luís, Manaus, Natal”. Além disso, no dia 9 de novembro de 1905 ocorreu a homenagem da entrega da espada de honra, no Teatro Lírico. Ali Lauro Sodré discursou, fez retrospectiva de sua vida pública, reproduziu pronunciamentos seus feitos no Congresso antes de 14 de novembro de 1904 e reafirmou muitas de suas críticas²⁷⁸.

Esse relato de Emmanuel Sodré, descontados os exageros, encontra realmente muitos subsídios históricos. Apesar de ter se estabelecido um clima hostil em torno do político paraense, sobretudo na imprensa, Lauro conseguiu preservar o apoio dos segmentos que haviam lhe apoiado antes do golpe que tentou dar em meio às agitações da Revolta da Vacina. Logo em seguida, em 1908, ele foi promovido, pelo critério de antiguidade, ao posto de coronel da arma de infantaria e reformado como general de brigada em 1913²⁷⁹. De modo que, a sua experiência militar mais direta ficou mesmo resumida a 6 anos de atuação como oficial do Exército no Pará e alguns poucos meses de atuação no Rio de Janeiro. O resto do tempo esteve como senador militar.

Do ponto de vista historiográfico, a imagem de Lauro Sodré ficou extremamente associada ao levante da Escola Militar de 14 de novembro de 1904. Para muitos autores, o

²⁷⁶ ANDRADE, Valente de. *Evolução política: a queda das oligarquias*. Belém: [s/n], 1913, p.151-152.

²⁷⁷ ROCHA, Mecenas. Op. Cit., 1948, p.45.

²⁷⁸ SODRÉ, Emmanuel. Op. Cit., 1970, p.98-99.

²⁷⁹ MINISTÉRIO DA DEFESA. “Pasta funcional de Lauro Sodré”. In: *Arquivo Histórico do Exército*. Pasta II.23.60.

símbolo maior de sua condição de jacobino. Mas, se tiver sido, Sodré foi um jacobino tardio e independente, sem ligações mais diretas com o movimento organizado que efetivamente existiu na primeira década republicana. Não tinha uma conduta plenamente radical, oscilando entre o perfil conciliador e o revoltoso. Era homem de governo e, às vezes, líder de levantes interessados na tomada do poder. Por esta via, é preciso que se perceba que a expressão mais exata de sua conduta jacobina, que ele chamava de revolucionária, não se deu no Rio de Janeiro em 1904, mas sim no Pará em 1916, quando, após perder as eleições governamentais, orquestrou uma ação novamente apoiada por civis e militares e tomou o poder. Ou seja, o que não deu certo na capital da República, funcionou bem na capital paraense.

Tratarei deste episódio em outra seção. Aqui, momentaneamente, convém ressaltar que o ideário republicano, cientificista e positivista de Lauro Sodré não deve ser tomado como elemento fechado em torno de si mesmo, como se fosse capaz de gerar uma atuação política regular. Lauro Sodré gostava de dizer que havia sido sempre o mesmo, da juventude à velhice. Não fora. As flutuações ao longo de sua vida são notórias. Assim, é importante não perder de vista que o repertório teórico de Lauro Sodré tanto o orientava, como sofria adequações diante das circunstâncias experimentadas por ele ao longo da vida.

Dessa exposição pode-se apreender que Lauro Sodré era decididamente um *florianista* e, por essa via, se aproximou do *jacobinismo* enquanto proposta de representatividade política popular. Porém, mais utilizou a simpatia dos jacobinos a seu favor do que promoveu ações direcionadas ao movimento. A própria ideia de revolução de Sodré, apesar de contar com circunstâncias de força e violência, não pressupunha necessariamente mudança de regime, mas adequação ao tipo ideal de República e democracia que ele sustentava. Por isso, a ditadura, enquanto regime de exceção, era tolerada por ele como evento circunstancial, transitório e, por vezes, necessário.

No retorno ao governo do Pará, iniciado oficialmente em 1917, Lauro Sodré não governou como ditador, mantendo as instituições republicanas em funcionamento e garantindo a liberdade de expressão. Mas, a forma de acesso ao Executivo estadual, sem dúvida, passou longe de ser democrática e constitucional. Em seu entendimento, contudo, a ação se justificava pelos nobres interesses patrióticos e a situação degenerada dos negócios públicos no estado. Político que era, soube negar apoio ao golpe de Deodoro, mas considerou o seu processo de tomada do poder como revolução. Sujeito contraditório, discursava em favor das insurreições, mas jamais apoiou movimentos de contestação com os quais não esteve diretamente envolvido, como as revoltas da *Armada* e da *Chibata* e o próprio movimento tenentista, para ficar apenas nos exemplos mais próximos ao campo militar. No

fim, ainda que se apresentasse como puro e desprovido de interesses pessoais, importava-lhe muito estar no centro de poder.

1.5 – O senador, a imprensa e a sociedade

Entre 1897 e 1911, Lauro Sodré representou o Pará e o Rio de Janeiro no Senado Federal. Neste período forjou um perfil senatorial profundamente associado ao Exército e transitou oficialmente entre dois campos políticos. A intenção deste tópico é tanto de explicar como procurei utilizar os jornais selecionados para a pesquisa como de sinalizar para a mediação feita pela imprensa entre a atuação política do senador Sodré e a sociedade. Por esta via, busco considerar a imprensa como espaço de embate, construção e validação de projetos políticos, procurando observar sempre que possível a questão de mercado, como recomenda a história social da imprensa²⁸⁰.

Por esta via, o primeiro ponto a ser ressaltado diz respeito a circularidade da notícia. A imprensa do período republicano eleva o grau de profissionalização do tratamento e veiculação da informação, buscando cada vez mais dar conta de uma gama diversa e ampla de lugares²⁸¹. Para tanto, tornou-se fundamental o consumo sistemático de matérias de outros jornais e o trabalho dos correspondentes jornalísticos para encurtar distâncias e fronteiras. Sendo, portanto, uma questão premente para este tópico entender como Pará e Rio de Janeiro se procuravam do ponto de vista informativo.

É importante ressaltar que embora ainda existisse significativa preferência pelos temas políticos e econômicos, a imprensa da virada do século XIX para o XX se expande não apenas do ponto de vista técnico, mas de formato e conteúdo. Além dos jornais de grande circulação, difundiam-se os almanaques, folhetos publicitários, jornais de associações recreativas, catálogos e as famosas revistas ilustradas. Dessa forma, além das tradicionais informações do noticiário do momento, o público leitor ou consumidor poderia encontrar registros de acontecimentos sociais, crônicas, poesias, fatos curiosos, instantâneos da vida urbana, humor,

²⁸⁰ Um interessante exercício do que considero aqui como história social da imprensa pode ser encontrado no trabalho do historiador Aldrin Figueiredo acerca da circulação de jornais paraenses no século XIX e início do XX. Este autor procura demonstrar que “que cada publicação tem sua história com significados e sentidos próprios, gestados na redação da velha tipografia e no diálogo de seus editores com a sociedade da qual fazia parte”. Apontando desta forma a questão da técnica presente na produção das notícias e os eventuais interesses que surgem em torno da fabricação e circulação das notícias. C.f.: FIGUEIREDO, Aldrin M. “Páginas antigas: uma introdução à leitura dos jornais paraenses, 1822-1922”. In: VIEIRA Jr. Antônio O. et ali. *Margens*: revista multidisciplinar do núcleo de pesquisa – CUBT/UFPA. Belém: Paka-Tatu, 2005, p.252.

²⁸¹ ELEUTÉRIO, Maria de L. “Imprensa a serviço do progresso”. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). História da imprensa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2008, pp.83-85.

orientações médicas, dicas de moda e etiqueta, notas policiais, literatura para criança, enfim, uma infinidade de temas que acompanhavam o ritmo das mudanças urbanas operadas nas grandes capitais do país naquela época²⁸².

Essa imprensa, que longe de ser neutra, se aproxima cada vez mais da condição de formadora de opinião, constituindo-se em importante instrumento de articulação com a sociedade. Marialva Barbosa, em importante estudo consagrado à relação entre imprensa, poder e público, observou que essas mudanças ocasionadas no meio jornalístico ocorreram no momento que a economia brasileira se inseria na dinâmica do capitalismo internacional e, quase como efeito colateral, implicou em um processo de industrialização da notícia, cada vez mais veiculada a partir da ideia de imparcialidade, embora estivesse sujeita as investidas políticas e as demandas do grande público²⁸³.

Para dar conta da atuação política de Lauro Sodré em sentido complementar ao uso de outras fontes investigativas foi necessário selecionar quatro grupos de periódicos. O primeiro deles foi constituído pelos jornais paraenses: *A Província do Pará* (1876-2001), *Folha do Norte* (1896-1974) e *O Estado do Pará* (1911-1980). O segundo grupo pelos cariocas: *Jornal do Commercio* (1827-2016), *O Paiz* (1884-1934) e *Correio da Manhã* (1901-1974). O terceiro, formado pelas revistas ilustradas: *A Semana* (PA, 1919-1943), *O Malho* (RJ, 1902-1954), *Fon-Fon!* (RJ, 1907-1945) e *Careta* (RJ, 1908-1960). E, o quarto, constituído pelo *Boletim do Grande Oriente do Brasil* (1871-1959) e da *Revista do Grêmio Paraense* (1902).

As pesquisas relacionadas ao primeiro, terceiro e quarto grupo de periódicos ocorreram de forma mista, isto é, presencialmente no Setor de Microfilmes da Biblioteca Pública Arthur Vianna, de Periódicos e Iconografia da Biblioteca Nacional e da Casa de Rui Barbosa, e virtualmente, no sítio da Hemeroteca Digital, da Biblioteca Nacional. Apenas o segundo grupo foi consultado inteiramente através do meio virtual.

As maiores dificuldades de coleta e análise ocorreram em relação ao primeiro grupo de periódicos, que foram consultados a partir de critério qualitativo, considerando-se apenas os momentos chaves da trajetória de Lauro Sodré. Todos os demais grupos foram analisados a partir do recorte cronológico do trabalho, de 1897-1930, considerando-se, obviamente, o período de circulação e as interrupções sofridas por cada publicação.

²⁸² DE LUCA, Tania Regina. "História dos, nos e por meio dos periódicos". In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, pp.120-121.

²⁸³ BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio: imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000, pp.9-10.

No primeiro e no segundo grupo de jornais procurei identificar mais diretamente informações relacionadas ao campo político institucional e de sociabilidade do senador Lauro Sodré. Além disso, observando o recorte editorial de cada publicação, foi possível perceber minimamente como as folhas da capital da República e da capital do Pará se correspondiam em meio aos jogos de poder.

No terceiro grupo de publicações a proposta era analisar como chargistas e caricaturistas retrataram o senador Lauro Sodré, em uma forma de capturar o político através do elemento cômico. Na prática, para além disso, foi possível observar ainda o uso de fotografias como recurso estético de distinção e o uso de textos, nem sempre risonhos, sobre os hábitos políticos do período republicano.

O quarto e último grupo, cujos materiais não aparecerão exatamente neste tópico, diz respeito as sociabilidades políticas de Lauro Sodré. Através delas busquei retratar temas, assuntos e compromissos com os quais o senador se via vinculado fora do Senado Federal. Penso ser este um caminho interessante para se compreender o prestígio e o apoio político que Sodré conseguiu costurar em torno de si.

Ao longo do trabalho fiz incursões em outros periódicos, mas não se tratou de análises seriadas e sim de consultas pontuais. Por isso, não serão aqui diretamente mencionadas.

Com relação aos jornais paraenses, convém sublinhar que *A Província do Pará*, nasceu em 1876 como empreendimento de Joaquim José de Assis, o dr. Assis, ligado ao Partido Liberal. Neste jornal, que viria a ser um dos mais importantes da época, Antonio Lemos se projetou para o cenário político e abriu espaço de publicação para o Clube Republicano do Pará, que enfrentava dificuldades para manter o seu órgão de imprensa, o *A República*²⁸⁴.

Dessa forma, como já sinalizado, no momento nascedouro da República houve uma confluência entre os interesses dos republicanos históricos, onde estava Sodré, e o grupo de Antonio Lemos, que acabou por aderir ao novo regime sem maiores tormentos. A partir daí, Lemos se associou a família Chermont, uma das oligarquias estaduais, e fez do seu jornal um dos mais modernos da região, com direito a rotativa importada da Europa e nova feição gráfica, além de novo prédio situado no centro comercial de Belém. Nas palavras de Maria de

²⁸⁴ FARIAS, William Gaia. Op. Cit., 2016, p.54.

Nazaré Sarges, o jornal serviu de trincheira para consolidação do poder quase absoluto de Lemos no Pará²⁸⁵.

Em 1896 entrou em circulação a *Folha do Norte*, o empreendimento que se revelaria o grande concorrente do jornal *lemista* tanto em aspecto comercial quanto político. Fundado por Enéas Martins e Cypriano Santos, surgiu sem vínculos partidários diretos, porém oficialmente interessado em combater a política de Antonio Lemos. Logo, diante da cisão do PRF, o jornal passou a apoiar o grupo de Lauro Sodré e assumiu a condição de órgão partidário. Com a mudança de Enéas Martins para Manaus, Cypriano Santos e Paulo Maranhão assumiram a direção e redação do jornal, que manteve por mais de 10 anos uma rivalidade acirrada com *A Província do Pará*²⁸⁶. De início, tinha dimensões de 63x43 e contava com a inovação tecnológica do sistema telegráfico²⁸⁷.

O jornal *Estado do Pará* foi fundado em 1911 por Justo Chermont, já em um contexto de rompimento com Antonio Lemos. Por isso, assumiu o compromisso de combater o intendente de Belém. Foi inicialmente impresso na tipografia da *Folha do Norte* e ao lado desse jornal colaborou para o enfraquecimento político do velho Lemos. A boa relação com o segmento *laurista* durou até aí. Com os governos de João Coelho e Enéas Martins o periódico assumiu posição governista e passou a rivalizar com o grupo da *Folha*, acabando por sofrer forte repressão no governo de Dionísio Bentes²⁸⁸.

De modo geral, essas três folhas diárias, contemporâneas por um brevíssimo período, apresentavam uma estrutura parecida, tinham de 4 a 6 páginas, davam espaço nas folhas iniciais para os editoriais, noticiário político e econômico, artigos independentes, sessão de correspondência e folhetins. As últimas, em geral, eram destinadas para os anúncios. Cada qual com a sua lógica redatorial e alinhamento político, informavam ao mesmo tempo em que concorrerem sobre visões de mundo, sociedade e público.

²⁸⁵ Maria de Nazaré Sarges indica que Antonio Lemos mantinha posição monarquista enquanto a sua redação era majoritariamente republicana. C.f.: SARGES, Maria de Nazaré. *Memórias do velho intendente*: Op. Cit., 2002, p.47-50.

²⁸⁶ Essa rivalidade não se restringia ao espaço de discussão da imprensa. Borges indica que as tensões resultavam em “espancamentos, prisões, investidas assassinas” principalmente para o lado *laurista*. Para escapar, Paulo Maranhão, tornado redator chefe a partir da saída de Enéas Martins, passara 12 anos encastelado com a família nos altos do prédio para não se submeter as intempéries dos rivais. Com o enfraquecimento de Lemos, estes mesmos rivais encontraram condições de praticar os mesmos atos. C.f.: BORGES, Ricardo. Op. Cit, 1986, p.243.

²⁸⁷ MASSARANI, Luisa; SEIXAS, Netília S. d. A.; CARVALHO, Vanessa. “A ciência nas páginas da Folha do Norte: um olhar ao longo de oito décadas”. In: Revista Brasileira de História da Ciência. V.6, N.2. Rio de Janeiro, 2013, p.289.

²⁸⁸ PARÁ, Biblioteca Pública. *Jornais Paraóaras*. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo, 1985, p.241.

No Rio de Janeiro não era diferente. No início do século XX o *Jornal do Commercio* era o mais antigo periódico em funcionamento na capital da República. O jornal mantinha uma perspectiva conservadora em termos de inovação técnica e de política, em geral, sempre alinhado com quem estava no poder. Sofreu uma relativa modernização na década de 1890 quando José Carlos Rodrigues assumiu a direção do periódico. Foi um dos primeiros a importar máquinas linotipos e a utilizar rotativa. Apesar disso, não se colocava na praça como aspirante a popularidade. Era o jornal mais caro da cidade e, como tal, voltado para políticos, homens de negócio e funcionários graduados. Tinha número irregular de páginas, mas geralmente superior a 10. Na primeira era publicada a coluna telegramas, com as notícias dos correspondentes nacionais e internacionais, bem como os folhetins. A seção Gazetilha dava conta das notícias nacionais mais diversas²⁸⁹.

O *Paiz* passou por três fases bem definidas. A primeira compreende a sua fundação em 1884, por João José dos Reis Júnior, o conde São Salvador de Matosinhos. Nesses primeiros tempos a folha era dirigida pelo republicano histórico Quintino Bocayuva e tinha feição modesta de 4 páginas, mais voltada para artigos opinativos. A segunda fase se inicia em 1899 quando o conde Matosinhos se retira da sociedade, passando a propriedade para Francisco de Paula Mayrink, Rodolfo de Abreu, Belarmino Carneiro e Manoel Cotta. Nesse momento o jornal começa um processo de profissionalização, adotando o discurso de neutralidade. Em 1904, o controle do jornal passa para as mãos João de Souza Lage, iniciando a terceira fase da publicação. Lage, considerado um amigo de todos os governos, empresta a mesma fama ao seu jornal. É a fase mais próspera do jornal, muito em função do capital que seu proprietário conseguia movimentar. Às vezes, angariando patrocínios de governadores em troca de publicidade no jornal. O que fazia com que a publicação fosse bastante criticada pelas folhas concorrentes, principalmente pelo *Correio da Manhã*. A chefia de redação de O *Paiz* contou com nomes como Dunshee de Abranches e Alcindo Guanabara. Na primeira página ficavam os telegramas, as críticas literárias e algumas notas policiais. Na segunda folha publicavam-se memoriais, avisos especiais e o folhetim²⁹⁰.

Diferente dos outros dois, nascidos no século XIX e marcados por transformações estruturais, o *Correio da Manhã* já nasceu no ritmo das modernizações e das mudanças empresariais e editoriais que marcaram o meio jornalístico na virada para o XX. Diferente das demais, a publicação se definia como uma folha política e criticava o ideal de neutralidade. Seu proprietário, Edmundo Bittencourt, é um advogado e ex-colaborador de Rui Barbosa no jornal *A Imprensa*, de quem compra as máquinas e o prédio. Circula, a princípio, com 8

²⁸⁹ BARBOSA, Marialva. Op. Cit., 2000, pp.28-32.

²⁹⁰ BARBOSA, Marialva. Op. Cit., 2000, pp.41-47.

páginas. Na primeira são colocados os editoriais sobre política, literatura e economia. O jornal conta ainda com cobertura do dia a dia do presidente, reportagens-denúncia e folhetins, além de artigos policiais, telegramas, coluna acadêmica e de assuntos militares. As estratégias editoriais, redacionais e administrativas do *Correio da Manhã* fazem de um fenômeno em termos de popularidade e revolucionam o meio jornalístico da capital federal. A força do *Correio* repousava na capacidade de transitar entre os fatos políticos e os acontecimentos cotidianos na cidade. Era um jornal que queria informar e ao mesmo tempo divertir. Por ser publicamente um órgão de oposição ao governo, o *Correio da Manhã* se viu muitas vezes em polêmicas e ameaças de intervenção²⁹¹.

De acordo com Marialva Barbosa, todos estes jornais e os demais que circulavam no Rio de Janeiro, com exceção do *Jornal do Commercio*, satisfeito com seu perfil elitista, vão se empenhar para conquistar o público através de estratégias de venda, inovações gráficas, novas formas de tratar a notícia e pelos vínculos estabelecidos com a classe política²⁹².

Embora não esteja aqui interessado em fazer uma história da imprensa, procurei me cercar destas e de outras considerações para pensar a arquitetura das notícias publicadas sobre Lauro Sodré. Se devo admitir que talvez não possa acrescentar muito ao que já foi dito a despeito dos jornais consultados, presumo também não ter ignorado que cada “uma dessas fontes históricas possuiu uma lógica própria de narrar ou “reconstituir” o passado, como história ou memória”²⁹³.

Em relação ao terceiro grupo de periódicos utilizados neste trabalho, é preciso acrescentar que embora o humor tenha sido uma marca indelével da imprensa brasileira desde o século XIX, quando surgiram as primeiras revistas ilustradas, elas também estavam situadas nesse contexto mais amplo de transformações sociais e econômicas do período republicano. Diante das novas demandas de expressão e comunicação, os desenhos artísticos sofrem modificações de técnica e estilo e passam a ser ainda mais consumidos por jornais e revistas²⁹⁴. Dessa forma, as ilustrações, charges e caricaturas selecionadas para este trabalho

²⁹¹ BARBOSA, Marialva. Op. Cit., pp.14-21.

²⁹² BARBOSA, Marialva. Op. Cit., pp.48.

²⁹³ FIGUEIREDO, Aldrin Op. Cit., p.262.

²⁹⁴ LUSTOSA, Isabel. “O texto e o traço: a imagem de nossos primeiros presidentes através do humor e da caricatura”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 6º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p.292.

buscam considerar tanto o elemento cômico quanto os discursos adicionais nelas embutidas em termos de crítica social e costumes²⁹⁵.

Por essa via, a incorporação da fotografia no meio jornalístico também deve ser ressaltada enquanto recurso agregador e facilitador de comunicação em uma realidade ainda marcada pelo analfabetismo. Nas palavras de Boris Kossoy, a partir da alvorada do século XX o mundo se viu substituído por sua imagem fotográfica, tornando-se portátil e ilustrado²⁹⁶.

Nesse jogo em que o referente acaba confundido à representação, é preciso desacreditar da impressão de que o registro fotográfico fala por si só. À rigor, nenhum documento histórico tem essa capacidade. Dessa forma, para cada foto utilizada neste trabalho, ou seja, não apenas para aquelas oriundas das revistas ilustradas, embora principalmente para estas, busco oferecer uma interpretação baseada nos contextos em que as imagens foram geradas, considerando-as como objeto-imagem, isto é, um artefato que precisa ser decifrado para posteriormente ser compreendido²⁹⁷.

A revista *O Malho* foi criada pelo caricaturista Crispim do Amaral e por Luís Bartolomeu de Sousa e Silva. Desde o seu início, em 1902, deu amplo prestígio ao recurso visual, com predominância da caricatura. Além dos desenhistas de expressão que a publicação foi capaz de reunir, como J. Carlos, Raul e Storni, nomes conhecidos da literatura carioca também contribuíram com a revista, como Olavo Billac e Guimarães Passo. Fazia constantes incursões ao mundo político, tendo contribuído em 1910 para a eleição de Hermes da Fonseca²⁹⁸.

Quase no mesmo período foram fundadas mais duas revistas ilustradas no Rio de Janeiro, *Fon-Fon!* e *Careta*. A primeira delas, de nome inspirado na buzina dos automóveis, explorava o recurso das ilustrações ao mesmo tempo em que se dedicava aos assuntos dos costumes e do cotidiano na capital federal. Os fundadores da revista foram Luiz Gonzaga

²⁹⁵ Para Andréa Maia e Pedro Ribeiro, as revistas ilustradas constituem-se em material privilegiado para se pensar a relação entre imagem e política na Primeira República na medida em que sinalizam para as relações sociais, as lutas cotidianas, as mudanças na paisagem e as histórias, reais ou fictícias, que se davam no espaço urbano, indo muito além dos temas mais diretamente ligados à Câmara e ao Senado. C.f.: MAIA, Andréa C. N.; RIBEIRO, Pedro K. “Imagem e política na Primeira República”. In: VISCARDI, Cláudia M. R.; ALENCAR, José A. de (Orgs.). *A República revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016, p.290.

²⁹⁶ KOSSOY, Boris. *História e fotografia*. 2º Ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001, p.27.

²⁹⁷ Na percepção de Boris Kossoy, a fotografia é resultante da ação do homem (fotógrafo) que em determinado espaço-tempo optou por registrar um assunto específico (tema) a partir de dados recursos oferecidos pela tecnologia (técnica). Neste sentido, o documento fotográfico deve ser entendido como objeto-imagem, um artefato, no qual se pode detectar as características técnicas típicas da época em que foi produzido. Em síntese, “toda fotografia tem atrás de si uma história”. C.f.: KOSSOY, Boris. Op. Cit., 2001, p.35-45.

²⁹⁸ BORGES, Vera L. B. *A batalha eleitoral de 1910: imprensa e cultura política na primeira República*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011, p.104.

Duque Estrada, Lima Campos e Mário Pederneiras. Jorge Schmidt foi o fundador da revista *Careta*, em 1908. A publicação tinha excelente padrão gráfico, humor afiado e contava com a colaboração de nomes de peso do mundo da ilustração, como os já citados J. Carlos e Raul, além de K. Lixto e Raul Perdeneiras. Assim como *O Malho*, bancou a candidatura de Hermes da Fonseca no pleito de 1910²⁹⁹.

A revista *A Semana* foi fundada em Belém no ano de 1919, pelos jornalistas Manuel Lobato e Alcides Santos. A publicação, ligada à *Folha do Norte* e ao grupo *laurista* então no poder, transitava por diversas áreas de interesse como política, moda, saúde e humor e se valia de crônicas, narrativas e imagens para informar e impactar visualmente o seu público, conseguindo se consolidar como um dos principais meios de informação da cidade³⁰⁰. Em certo sentido, a publicação dava continuidade a um gênero de publicação surgido na capital paraense ainda no século XIX, cuja principal expoente havia sido a revista humorística e satírica *A Semana Ilustrada* (1887), de propriedade de João Archibald e Crispim do Amaral, o mesmo artista pernambucano que anos depois fundaria *O Malho*.

Em relação ao *Boletim do Grande Oriente do Brasil* e da *Revista do Grêmio Paraense*, que compõe o quarto grupo de impressos consultados para a pesquisa, devo indicar que são publicações bem menos conhecidas, a primeira por ser de uma sociedade iniciática, a segunda por estar vinculada a uma agremiação praticamente desconhecida. Em ambos os casos, no entanto, é possível observar Lauro Sodré atuando como liderança civil, o que servirá no último capítulo para pensar a sua atuação política em sentido mais amplo do que tento fazer neste e no próximo capítulo. Nos dois casos optei por análises quantitativas.

A partir deste conjunto de informações, é possível afirmar que os assuntos da política paraense eram tratados nas folhas cariocas assim também como a política carioca aparecia nos periódicos paraenses. Em uma relação de troca e consumo que não estava livre de interesses de nenhuma espécie e que geralmente aparecia através da reprodução de textos, da publicação de telegramas informativos ou mesmo de matérias especialmente elaboradas pelos correspondentes ou redatores. A cidade do Rio de Janeiro, por ser capital do país, potencializava a preocupação com o universo político nacional, o que se expressava proporcionalmente através de seus jornais.

Este aspecto é importante de ser destacado, pois a atuação senatorial de Lauro Sodré acabava interessando diretamente tanto o campo jornalístico paraense como o carioca,

²⁹⁹ BORGES, Vera L. B. Op. Cit., 2011, p.104-105.

³⁰⁰ CASTRO, Raimundo Nonato de. “Uma revista ilustrada: a semana e o olhar sobre a Amazônia (1917-1923)”. In: *Brocar*. N.42, 2018.

havendo uma relação de complementariedade e competição entre os jornais que buscavam cobrir suas ações tanto na política estadual como na federal.

Para esta reflexão, considero aqui três momentos significativos desses 14 anos de exercício senatorial de Lauro Sodré (1897-1911). O primeiro deles trata das viagens realizadas pelo senador ao longo do seu primeiro mandato como forma de se manter ativo na política paraense e em condições de disputar espaços na cena local; o segundo aborda o impacto que a participação de Sodré na revolta da Escola Militar ocasionou para ele no meio jornalístico carioca; por fim, pensando o período pós-anistia, destaco como Lauro Sodré se movimentou para manter ou recuperar o *capital* político que tinha antes do movimento insurrecional, incluindo aí, o deslocamento de figura da oposição para apoiador da candidatura de Hermes da Fonseca.

1.5.1 - Entre Belém e Rio de Janeiro e vice-versa

Ao sair do governo do Pará, em 1897, Lauro Sodré contava com grande prestígio nas principais folhas impressas de Belém: *A Província do Pará* e *Folha do Norte*. Além disso, tinha ótima aceitação nas folhas cariocas. Nesse contexto, o *Jornal do Comércio* garantiu, por exemplo, que os erros cometidos na administração de Sodré eram ínfimos se comparados aos benefícios deixados à população do estado³⁰¹.

Nas *Imagens 7* e *8*, referenciadas pelo mesmo jornal carioca como forma de destacar as honras que lhe eram prestadas, é possível ver retratos muito semelhantes de Lauro Sodré ilustrados pelas mãos de Angelo Agostini, um dos mais conceituados ilustradores no Brasil naquele momento.

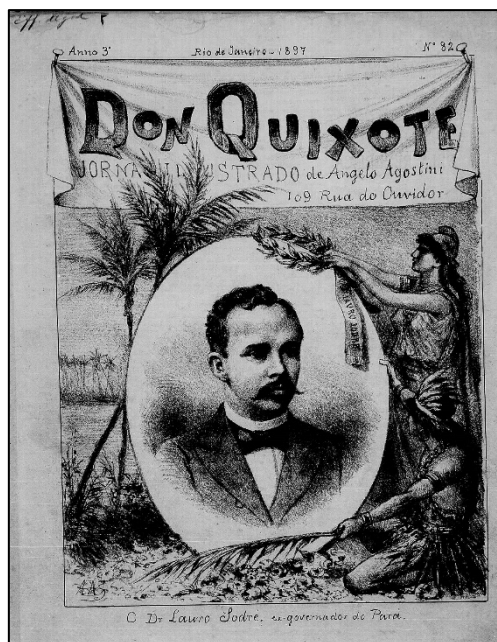
No primeiro caso, uma figura feminina, que lembra *Marriane*, segura faixa com o nome de Sodré e parece coroar o ex-governador do estado do Pará. Ao mesmo passo que um indígena, possivelmente associado à região amazônica, de florestas e mares que também compõem a cena, rende-lhe saudações. Como se a República e o povo paraense reconhecessem os serviços prestados por Sodré.

Na segunda imagem, ligeiramente mais sóbria, menos sombreada e com traços sutilmente mais envelhecidos, é possível observar melhor os contornos da face do ex-governador do Pará, próximo já de seus 40 anos. Em ambos os casos, os desenhos seguem aquilo que foi observado por Isabel Lustosa a respeito das produções de Agostini após a

³⁰¹ JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1897, p.1.

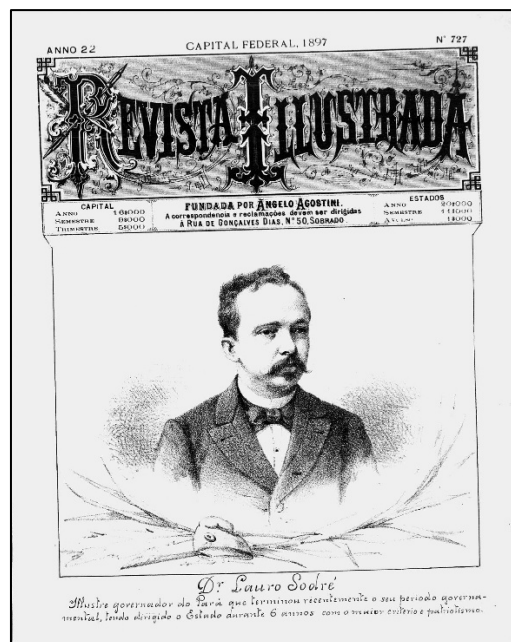
proclamação da República, isto é, um trabalho dedicado a representar heróis, já não tão caricatos, porém cheios de vitalidade e glamour³⁰². A legenda da segunda imagem, inclusive, saúda o critério e o patriotismo com que Sodré teria governado o Pará.

Imagem 8 - Lauro Sodré, na capa da Revista Don Quixote, 1897



Fonte: *Revista Don Quixote*. Rio de Janeiro, 29 de março de 1897, ano 3, nº 82.

Imagem 7 - Lauro Sodré, na capa da Revista Illustrada, 1897



Fonte: *Revista Illustrada*. Rio de Janeiro, janeiro de 1897, ano 22, nº 727.

As ilustrações indicam a receptividade e o prestígio com que o Rio de Janeiro, ou melhor, setores da imprensa e da classe política carioca receberam Lauro Sodré. Neste sentido, o *Jornal do Comércio* republicou matéria do *Jornal Independente*, do Ceará, enaltecendo as virtudes do político paraense. De acordo com a matéria, todas as atenções do cenário político nacional recaíam sobre Lauro Sodré porque ele representava o produto mais genuíno das conquistas da democracia, era a mais eloquente organização republicana, um gigante moral, o diadema mais sereno, fulgente e merecido. De maneira que sua administração no Pará seria o seu atestado de patriota e de homem superior³⁰³.

³⁰² LUSTOSA, Isabel. Op. Cit, 2013, p.294.

³⁰³ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 01 de agosto de 1897, p.4.

Com esta publicação a folha carioca indicava que o fenômeno político Lauro Sodré possuía representatividade em várias partes do Brasil, para além do Pará e Rio de Janeiro. A publicação dos livros *Crença e Opinião* e *Palavras e Atos*, ambos de autoria do ex-governador do Pará e lançados em 1897, também favoreceu a divulgação e circulação de seu nome na imprensa nacional. Apesar de o momento ser desfavorável ao positivismo no contexto político, a erudição científico-filosófica de Lauro Sodré causava admiração. O fato de não se apresentar como positivista ortodoxo facilitava sua aceitação, transmitindo a imagem de um político tolerante e moderado, que logo iria se contrastar com a de *jacobino*.

No *Jornal do Comércio* as notícias ligadas à política paraense geralmente apareciam nas colunas “Telegramas”, dedicada às notícias rápidas enviadas pelos correspondentes do jornal por meio do telégrafo, “Várias Notícias”, que repercutia de maneira mais alongada as informações advindas de outros lugares fora do Rio de Janeiro, e “Gazetilha”, que, em geral, reproduzia matérias de outros jornais. Além destas colunas, havia ainda a “Publicações a Pedido”, onde eram postos em circulação os textos recomendados e apresentados de forma independente ao corpo editorial do jornal. Em muitos momentos ele era mencionado nestas seções, mas também aparecia em “Congresso Nacional” e, dependendo, do caso, em alguns editoriais.

Não muito diferente do que acontecia em *O Paiz*, onde os assuntos paraenses também eram cobertos através do serviço telegráfico, posto na primeira página, e de outras seções variadas como: “Avulsos”, em que se lançavam notas curtas sobre acontecimentos em geral ou fatos políticos, “Seção Livre”, um espaço voltado para artigos de colaboradores, e “Congresso Nacional”, onde se fazia resumo das atividades de deputados e senadores. Além disso, o jornal costumava publicar as notas informativas do Grêmio Paraense, de Lauro Sodré, e, quando a situação política no estado aquecia, lançava editoriais ou colunas especiais como “Política Paraense” e “No Pará” para tratar de maneira mais detalhada dos acontecimentos do estado nortista. Na maior parte do tempo, Lauro Sodré era apanhado nestas seções, como personagem da política estadual ou federal. Ainda que também tenha sido tema principal de muitas matérias não necessariamente vinculadas ao Pará.

Já no *Correio da Manhã* é possível observar uma proposta mais centralizada na figura do senador paraense, que costumava aparecer na primeira página em colunas identificadas como “Dr. Lauro Sodré” ou mesmo publicar artigos no jornal. O *Grêmio Paraense* e o Grande Oriente do Brasil também costumam usar o jornal para divulgar notas. A situação política do estado era igualmente coberta nas primeiras páginas da publicação por meio de colunas

variadas, tais quais “Telégrafo”, “Tópicos e notícias”, “Correio do Congresso”, “Estado do Pará”, “A Política” e “Coisas do Pará”.

Até a participação de Lauro Sodré no pleito presidencial de março de 1898, o *Jornal do Comércio* e *O Paiz* adotaram posição dúbia em relação ao senador militar, mantendo um serviço de correspondência ora alimentado pelo periódico *A Província do Pará*, ora se apropriando de informações veiculadas na *Folha do Norte*, sem muita distinção ou preferência. Após esse momento, no entanto, a abordagem se torna menos laudatória e passa a admitir mais críticas do que elogios, aproximando-se muito mais da linha editorial da folha *lemista*. Com a derrocada desta oligarquia, os jornais voltaram a manifestar maiores oscilações em suas linhas editoriais.

O *Correio da Manhã* sempre foi abertamente pró-Lauro Sodré, tornando-se responsável, inclusive, por campanhas eleitorais em favor do político paraense. Essa relação quase perfeita sofre ligeiro estremecimento na eleição de 1910, uma vez que o jornal apoiou a candidatura de Ruy Barbosa e Sodré a de Hermes da Fonseca. Passado esse momento de breves censuras e críticas, o *Correio* voltou a manter uma linha editorial muito parecida daquela sustentada em Belém pela *Folha do Norte*, órgão do qual se alimentava mais diretamente para informar sobre os acontecimentos políticos paraenses. Era, conseqüentemente, uma folha crítica a oligarquia *lemista*.

Durante a primeira quinzena de novembro de 1899, por exemplo, os principais jornais do Rio de Janeiro deram espaço para as notícias políticas do Pará, abordando principalmente o pleito para o Congresso Estadual. A discussão girou em torno dos tumultos supostamente cometidos pelos “amigos de Lauro Sodré” e dos boatos que circulavam na capital paraense de plano para depor o governador Paes de Carvalho.

Chama atenção que os correspondentes desses jornais tenham sido geralmente os próprios políticos paraenses com mandatos parlamentares federais. Assim, Serzedello Corrêa escrevia para o *Jornal do Comércio*³⁰⁴, acompanhado do redator da *Folha do Norte*, Enéas Martins, e Augusto Montenegro, deputado *lemista*, colaborava com o *Jornal do Brasil* e *O Paiz*. Desta maneira, as notícias veiculadas na capital federal também passavam pelo crivo da querela de *lauristas* e *lemistas*.

³⁰⁴ Serzedello Córrea naquele momento atuava como correspondente do *Jornal do Commercio*. Em carta à redação do periódico, em abril de 1889, ele indicou que outro correspondente desta folha no Pará era Antonio Chermont, irmão do senador Justo, que se abrigara na legenda do PRP e passara a rivalizar com Lauro Sodré no jogo político entre o nacional e o estadual. Ver: JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 24 de abril de 1899, p.4.

Enquanto na perspectiva de um Augusto Montenegro, o quadro paraense apontava para o radicalismo premente dos republicanos federais, fazedores de arruaças e responsáveis por ataques a tipografias de jornais republicanos e à casa do senador Lemos; os partidários de Lauro Sodré falavam em uma tentativa de se reviver “perversamente a balela do jacobinismo, felizmente já desmoralizada” e garantiam que os ideais de Sodré giravam em torno da ordem, do direito e da liberdade, embora ele não pudesse se responsabilizar pela reação dos amigos frente ao resultado das urnas³⁰⁵.

Essa proximidade entre a imprensa e os representantes do poder não deve passar despercebida. No caso da imprensa carioca, como assinalou Marialva Barbosa, os jornais contavam com fontes de renda tradicionais, como a venda avulsa, as assinaturas e os valores arrecadados com anúncios, mas garantiam mesmo a prosperidade econômica a partir das ligações políticas com os grupos dominantes. O *Correio da Manhã*, por exemplo, recebia subvenções do governo baiano e do mineiro, enquanto o *Jornal do Commercio* recebeu auxílio direto do governo Campos Salles e João Lage, de *O Paiz*, soube arrecadar como ninguém³⁰⁶.

A Folha do Norte mantinha seção de telegramas onde publicava notícias rápidas que chegavam via telegrafo com o simples objetivo de sinalizar para algo que estava acontecendo em determinado lugar ou antecipar assuntos que seriam debatidos com maior intensidade nas edições seguintes. As ações de Lauro Sodré eram com muita frequência expostas nesta seção. Fora daí, na medida em que a ocasião demandava, Sodré era tomado em editoriais que visavam defender o seu nome, afirmá-lo como esperança republicana ou explicar posicionamento adotado no Senado. Vez por outra, o jornal republicava matérias de outros órgãos de imprensa e transcrevia discursos do senador militar.

Apesar da maioria dos posicionamentos do senador Sodré na tribuna serem sobre questões militares, o jornal apresentava mais diretamente assuntos ligados às questões de fronteira e as questões cívicas, como as procissões ao túmulo de Floriano Peixoto e a comemoração do quarto centenário do descobrimento do Brasil. Sempre fazia questão de anunciar também a vinda de Lauro Sodré ao Pará e cobrir sua chegada.

Como assinala a *Tabela 8*, Lauro Sodré se dirigiu ao Pará continuamente entre 1898 e 1900, antecipando e utilizando o recesso parlamentar para atuar na política estadual. Assim, a teoria sustentada por alguns autores de que uma vez eleito senador, Lauro Sodré abandonou a

³⁰⁵ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 07 de novembro de 1899, p.5.

³⁰⁶ BARBOSA, Marialva. Op. Cit., 2000, p.47.

política estadual ou que foi imediatamente superado por Antônio Lemos, não é inteiramente verdadeira³⁰⁷. O poder que o intendente de Belém conseguiu concentrar é fruto de um processo histórico ligado a circunstâncias nacionais e locais que se mostraram capazes de isolar o senador Sodré na política estadual no início do século XX. Até este momento, no entanto, Lauro Sodré seguiu em concorrência.

Tabela 8 – Viagens de Lauro Sodré ao Pará após ter sido eleito senador em 1897³⁰⁸

ANO	EMBARQUE NO RJ	DESEMBARQUE NO PA	REEMBARQUE NO PA
1898	10/10/98	25/10/98	29/05/99?
1899	22/09/99	05/10/99	15/04/00?
1900	22/10/00	10/11/00	08/02/01?
1911	12/08/11	28/08/11?	07/10/11

Fonte: O Autor.

Depois, durante uma década, se manteve ausente do solo paraense, mas, ainda assim, presente no *campo político* estadual como figura de renome e a principal liderança da oposição política paraense. De modo que, o fato de residir no Rio de Janeiro ou mesmo de se colocar na política do Distrito Federal, não significava que Sodré tivesse perdido o interesse ou desistido dos assuntos paraenses. Ao contrário, a colocação senatorial lhe dava condições de manter-se no jogo, ainda que indiretamente. Enquanto vislumbrou brechas para o seu grupo político, Sodré se empenhou no combate local.

Nesses três anos em que Sodré manteve direta atuação política no Pará, houve um florescimento significativo de associações que o tomaram como patrono, indicando, em parte, a receptividade de determinados segmentos sociais e ou profissionais em relação à sua figura pública, e, em parte, o esforço dos *lauristas* de assegurarem *capital político* ao seu destacado chefe. Assim, somente em 1900 foram fundados o *Centro Político Lauro Sodré*, dirigido por Manoel Tibúrcio de Miranda; a *Sociedade Beneficente Lauro Sodré*, sob controle de Achilles Gama; a *Liga Patriótica Lauro Sodré*, comandada por Bartolomeu Ferreira, Odon de Carvalho e Aristides Paes; e o *Club Marítimo Lauro Sodré*, liderado por Mendes Pereira.

Todos os desembarques e embarques de Sodré no Pará foram cobertos e detalhadamente publicados pela *Folha do Norte*. Geralmente os jornais cariocas utilizavam essas narrativas para informar sobre as cenas acontecidas no Pará. Em contrapartida, a folha

³⁰⁷ Ricardo Borges e Carlos Rocque são os principais difusores desse entendimento.

³⁰⁸ As interrogações exprimem datas estimadas.

paraense também se valia das informações repassadas pelos jornais cariocas para publicar, comumente na seção telegramas, notas a respeito das chegadas e partidas do paraense no Rio de Janeiro, enfatizando sempre a presença dos muitos amigos, políticos, jornalistas, oficiais de terra e mar, além dos populares. A intenção era mostrar o senador como homem de prestígio nacional e, neste caso, superior ao adversário, Antonio Lemos.

A presença de Lauro Sodré no Pará no final de 1898 era estratégica. Afinal, o primeiro confronto direto entre PRP e PRF havia acontecido no pleito de 23 de janeiro daquele ano, visando o preenchimento de vaga aberta no Senado Estadual. O candidato do grupo *lemista*, José Marques Braga, teve ampla vitória sobre o dos *lauristas*, Joaquim Theodoro Bentes. Em seguida, no mês de março, veio a derrota do próprio Lauro Sodré para Campos Salles na eleição presidencial, o que conduziu os seus correligionários definitivamente para as raias da oposição³⁰⁹.

Era necessário então fortalecer o partido. Sodré seguiu em Belém agenda estritamente política. Participou dos festejos da proclamação da República e convocou por meio da *Folha do Norte* o povo paraense, seus amigos e correligionários para reunião política no dia 04 de dezembro no Teatro da Paz.

Nessa ocasião, declarou que a reunião tinha por objetivo mostrar clara e publicamente qual era o posicionamento do PRF frente às questões nacionais. Discorreu sobre Prudente de Moraes, Canudos, Questão do Amapá, cisão do Partido Republicano e a relação com Paes de Carvalho, como se quisesse falar às suas bases a respeito dos assuntos que tratava no Parlamento, de modo direto, sem intermediários, de maneira que prestasse conta e assegurasse que suas “palavras e atos” não seriam deturcados.

Falou também sobre o discurso que fizera à beira do túmulo de Floriano Peixoto, o que teria lhe rendido a alcunha de jacobino. Em sua defesa, Sodré afirmou que estava bradando contra o fantasma da restauração monárquica e que a resistência aconselhada por ele se dava no limite da lei.

Eu fiz nessa mesma pobre oração o elogio do jacobinismo francês, sustentando que nesse período da agudíssima crise por que passou a França, os republicanos intransigentes, os jacobinos, tinham salvo a França e a República. Disso não me penitencio ainda hoje. Há uma página de terror que vale pela salvação da República. Desse jacobinismo foi que eu falei. Assim é que foram chamados também jacobinos, Fox na Inglaterra e Jefferson na América. Mas essas palavras serviram bem para que meus inimigos aqui contra mim movessem a guerra da intriga, a baixa guerra, que

³⁰⁹ ROCQUE, Carlos. Antônio Lemos e sua época – História Política do Pará. 2º ed. Belém: CEJUP, 1996, p.162.

fazia de mim o pregador do extermínio de uma dada nacionalidade estrangeira. Intrigantes e perversos. Srs, anarquista, eu? Jacobino, eu? A ignorância podia ter direito ao meu desprezo... esses perversos não³¹⁰.

Entre aplausos e ovações, o senador Sodré fazia o elogio do *jacobinismo* e ao mesmo tempo esquivava-se dele, alegando que os seus inimigos haviam deturpado suas palavras, lhe atribuindo ação e intenção que ele próprio não teria tido. Não importando que já tivesse admitido no Senado Federal ser chamado *jacobino* e que defendesse a via insurrecional como forma de ajustar os erros do regime político. Nesse momento, lhe pareceu mais conveniente apresentar o *jacobinismo* como um aspecto histórico das nações estrangeiras. A retórica, afinal, era um elemento imprescindível na atuação política.

Após o encontro político no Teatro da Paz, Sodré visitou o *Orphelinato Paraense* e excursionou pelo estado, passando por Ponta de Pedras, Abaeté, Mosqueiro, Salinas, Marapanim, Quatipuru, São João de Pirabas, Bujaru, Igarapé-Mirin e Moju³¹¹.

É preciso compreender bem o significado deste ato. Conforme apontou o historiador Tiago Barros Ferreira, durante o seu período governamental, mais precisamente em setembro de 1893, Lauro Sodré também realizou excursões pelo estado. Na região do Salgado Paraense, que compreende as cidades de Vigia de Nazareth, São Caetano de Odivelas, Curuçá, Marapanim, Cintra, Salinas e Bragança, Sodré estava interessado em promover a conciliação entre democratas e republicanos, adversários desde os primeiros tempos republicanos. A ideia era dar coesão para sua base política e favorecer o processo de interiorização da República³¹².

Passado o tempo, Lauro Sodré se pôs novamente a viajar pelos rincões do Pará a fim de costurar alianças políticas que pudessem fortalecer o seu partido. Se a situação em 1893, marcada ainda pela memória da Revolta de 11 de junho³¹³, inspirava cuidados, o momento em 1898 não seria diferente. Com o PRF dividido, Lemos aliado com a situação nacional e *A Província do Pará* investindo em sua imagem de jacobino, Sodré parecia ter mesmo bons motivos para se preocupar.

³¹⁰ FOLHA DO NORTE. Belém, 05 de dezembro de 1898, p.1.

³¹¹ FOLHA DO NORTE. Belém, 06 de dezembro de 1898, p.2.

³¹² FERREIRA, Tiago B. Op. Cit., 2015, p.67.

³¹³ Revolta organizada de forma independente por um grupo de membros do Partido Republicano Democrata, dentre os quais estava Francisco Xavier da Veiga Cabral, o Cabralzinho, mais tarde reputado herói do Amapá, contra o Governo Provisório de Huet Bacellar, em 11 de junho de 1891, em Belém, às vésperas de abertura do Congresso Constituinte. Os revoltosos conseguiram a adesão de parte significativa do Corpo de Polícia, mas foram duramente reprimidos pelas forças federais que saíram em defesa do governador. C.f.: FARIAS, William Gaia. Op. Cit., 2016, pp.285-309.

Em setembro de 1899, alegando problemas de saúde, Sodré se afastou novamente do Senado Federal e retornou ao Pará³¹⁴. Ficaria em sua terra natal, como mostra a *Tabela 8*, por aproximadamente 6 meses. Nesse meio tempo, o senador seguiu com as tentativas de fortalecimento do PRF e restabeleceu aliança com a base do Partido Democrata, antigo reduto adversário.

Nas eleições de 31 de dezembro para renovação do terço senatorial e representação da Câmara Federal, contudo, o PRP conseguiu outra expressiva vitória, reelegendo Justo Chermont ao Senado e ocupando 6 cadeiras das 7 que o Pará tinha direito na deputação. Foram eleitos Augusto Montenegro, Arthur Lemos, Pedro Chermont, Carlos Novaes, Arthur Índio do Brasil e Antonio Felinto de Sousa Bastos. Pelos federais, apenas Serzedello Corrêa conseguiu assento³¹⁵.

Artigo publicado originalmente em *O Pará*, folha de propriedade de Justo Chermont, e reproduzido no *Jornal do Commercio*, argumentava que o distanciamento dos partidos paraenses e o insucesso do PRF se dava pelo “novo método de fazer política” adotado pelos *lauristas*, no caso, o “extermínio dos adversários”, numa clara referência à tentativa de assassinato ao presidente Prudente de Moraes, tributada ao jacobinismo. Enquanto isso, alegava o texto, o PRP seguia defendendo os valores conservadores da sociedade paraense e, por isso, colhendo vitórias. O artigo indicava que dos 53 municípios paraenses, 42 seriam dominados pelo PRP, 8 pelo PRF e 3 se pretendiam neutros³¹⁶.

Até este momento, o senador Justo Chermont mantinha pretensão de suceder a Paes de Carvalho no Governo do Pará. Mas, interessado na consolidação de sua influência na política estadual, Antonio Lemos, líder da comissão executiva do PRP, fez uma manobra para isolar a influente família Chermont, articulando o nome de Augusto Montenegro para o cargo. Foi então que Justo Chermont voltou a se abrigar nas fileiras do PRF e veio ao Pará em setembro de 1900 para fazer campanha e acompanhar o pleito marcado para 15 de novembro³¹⁷. Dias antes da eleição Lauro Sodré também desembarcou em Belém para dar apoio à candidatura de Chermont e continuar a campanha em favor do fortalecimento do seu grupo político.

A aliança Sodré-Chermont, no entanto, não foi capaz de evitar a nova vitória dos *lemistas*. Com a máquina eleitoral nas mãos, o Partido Republicano Paraense confirmou as

³¹⁴ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, L3, p.206, 1899.

³¹⁵ ROCQUE, Carlos. Op. Cit., 1996, p.169.

³¹⁶ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1899, p.5.

³¹⁷ BORGES, Ricardo. Op. Cit., 1983, p.121.

expectativas e sufragou o nome de Augusto Montenegro ao governo com ampla vantagem de votos, sobretudo, nas seções eleitorais dos interiores³¹⁸.

Lauro Sodré comandou nesse período nova reunião política, realizada desta vez no *Club Euterpe*, a fim de celebrar os desenlaces da Questão do Amapá e programar passeata cívica³¹⁹. O senador continuou excursionando pelo estado, se dirigindo à região do Baixo Amazonas. No caminho passou rapidamente por Breves, no Marajó, e visitou os municípios de Gurupá, Prainha, Monte Alegre, Alenquer, Oriximiná e Óbidos. Acompanhado do senador estadual Ó de Almeida, de Tito Santos e Joaquim Pimentel Júnior, Sodré foi recebido nestes lugares por autoridades políticas locais e correligionários³²⁰.

Um mês após a eleição, o Partido Republicano Federal teve ainda de lidar com a crise gerada em função das alianças recentemente celebradas. O tenente-coronel Frederico Augusto da Gama e Costa, antigo líder dos democratas e, após a fusão com o PRF, vice-presidente da comissão executiva do grupo *laurista*, lançou manifesto político condenando a aliança feita com o grupo Chermont e acusando Lauro Sodré de não lhe honrar o posto no partido “com uma linha sequer” que comunicasse a intenção de acordo. Julgava ele que aquela era uma aliança “bizarra” e moralmente prejudicial ao PRF. De modo que não entendia como o partido podia através do *República* e da *Folha do Norte* “adjetivar epítetos nada elogiosos a oligarquia Chermont e, de um instante para outro, se aliar a oligarquia combatida e passar a recomendar o nome de Justo Chermont para o governo do estado”. Faltava coerência e princípio, dizia Gama e Costa. Com isso, negava-se a participar do acordo e solicitava o desligamento das funções do partido³²¹.

Nesse contexto de derrotas, alianças questionáveis e tensões internas foi que Lauro Sodré retornou ao Rio de Janeiro em 1901 após ter testemunhado de perto o enfraquecimento e relativo isolamento do seu grupo político – relativo porque o PRF perdeu possibilidades de eleição no executivo estadual e municipal da capital, mas continuou com representação mínima no legislativo.

De modo que, novamente é preciso destacar, o enfraquecimento político dos *lauristas* não está ligado à ida de Lauro Sodré para o Senado Federal. Apesar de sua expressividade, ele sozinho não dava conta de modificar a estrutura política imposta em torno das hegemonias estaduais. Muito embora ele tenha tentado inicialmente.

³¹⁸ ROCQUE, Carlos. Op. Cit., 1996, p.221.

³¹⁹ FOLHA DO NORTE. Belém, 05 de dezembro de 1900, p.2.

³²⁰ FOLHA DO NORTE. Belém, 20 de dezembro de 1900, p.1.

³²¹ JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 03 de março de 1901, p.4.

Por conseguinte, Sodré se mostrou um ferrenho opositor da política dos estados e paulatinamente aumentou o tom contra o Poder Executivo. Na retomada dos trabalhos no Senado, ele usou a tribuna para acusar o governador Augusto Montenegro e o intendente de Belém, Antonio Lemos, de serem os responsáveis pelo atentado praticado contra Paulo Maranhão, redator da *Folha do Norte*. Sodré criticou ainda o depoimento do deputado federal Arthur Lemos, sobrinho do “cacique da política paraense”, que afirmara ao jornal *O Paiz* que os telegramas enviados de Belém sobre o caso não passavam de especulação da oposição para abalar a opinião pública.

Neste sentido, lembrava que Correa Mendes, outro redator da *Folha do Norte*, também já havia sido vítima de semelhante ataque. De modo que os crimes políticos atingiam diretamente as pessoas que estavam ligadas ao seu nome, na capital ou no interior, dando vazão a uma política de ódio e vinganças. Por fim, Sodré denunciou ainda os processos eleitorais corrompidos pelas falsificações e validados com o apoio do presidente da República que teria levado Montenegro ao poder³²².

No meu estado como, por ventura, em muitos estados da República, este é o processo; há municípios inteiros, onde nem ao menos o ato inicial da divisão dos municípios em seções se faz, e onde, portanto, o segundo ato complementar desse, a designação das sedes das mesas eleitorais, também não se faz. Não há eleições de mesários. Há municípios inteiros, onde os adversários do Governo se convencem de que não se realizam os comícios eleitorais na forma da lei. Pois dias depois, com assombro e com pasmo, os jornais anunciam os resultados completos, publicando a estatística de milhares de votos colhidos em todas as seções desses municípios³²³.

Para Sodré, os processos eleitorais corrompidos que assolavam a República, tornaram-se ainda mais graves com a chegada de Campos Salles ao poder. A política dos estados havia enfraquecido os partidos políticos e o enfraquecimento dos partidos culminava na fraude e nas “eleições fantásticas”. Lamentava a ausência de lei eleitoral capaz de salvar a República do descrédito e da desmoralização, bem como a cooptação política do Poder Judiciário feita pelos governos estaduais, como o do Pará³²⁴.

Acredito, como paraense e como republicano, que, se aquela terra não enveredar por caminhos diretos e certos, abandonadas as veredas tortuosas que está seguindo agora sob o domínio condenável, odioso, pequenino, ferrenho e apaixonado do seu atual governador, aquele povo oprimido e martirizado será capaz de se levantar um dia, em nome desse direito sagrado e superior a todos os direitos, em nome do direito

³²² ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1901, L.2 p.86.

³²³ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1901, L.2 p.150.

³²⁴ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1901, L.2 p.156.

sagrado de insurreição, para dizer ao tirano que o avilta mandando o seu brado de revolta até ao Presidente da República, abraçado à Constituição e abraçado à lei, para dizer com a mesma convicção com que falava o herói de Shakespeare: “Eu invoco a lei! I crave the law!”³²⁵.

Como é possível perceber, a crítica do senador Sodré aos processos eleitorais fraudulentos e à política dos governadores tinha como referência imediata a situação paraense. E, neste sentido, guardava relações diretas com as experiências vivenciadas por ele nas incursões ao Pará e no enfraquecimento do PRF. Analisando a estrutura de funcionamento da República e a interação entre os três poderes, Sodré demonstrava estar cada vez mais convencido da ausência de possibilidades para a alteração do cenário. Acabando por evocar, tanto para o poder federal como para o estadual, a ideia do direito de resistência e revolta. Ao seu ver, a última instância legal a se apelar em casos extremos. Uma legalidade teórica e não exatamente prevista nas leis brasileiras. Todas essas leituras e frustrações o conduzem para o levante militar de 1904.

A leitura da cena política era desencorajadora para os oposicionistas. Como modificar algo se tudo estava baseado em um grande acordo entre os poderes e instâncias do regime republicano?

Assim, em julho de 1901, em texto divulgado na *Folha do Norte* e assinado pela comissão executiva do PRF – Lauro Sodré, Manoel Barata, Manoel Bittencourt, Serzedello Corrêa, Amaro Damasceno, Cypriano Santos, Diogo Holanda Lima, Firmo Braga, Martins Pinheiro e Teotônio de Brito –, o partido recomendou a abstenção de voto para as eleições estaduais.

Ao explicar os motivos de tal decisão, os signatários do documento alegaram que as fraudes do processo eleitoral e a falta de confiança no poder verificador não haviam sido capazes de arredá-los das disputas, que sabiam ser desleais e impossíveis de serem vencidas. Contudo, a contratação de capangas por parte das autoridades e as agressões impostas aos jornalistas de oposição haviam criado situação de profunda instabilidade e insegurança individual. De modo que, não lhes parecia acertado pedir ao eleitor o seu comparecimento às urnas³²⁶.

O manifesto dos federais ocasionou o contra manifesto dos republicanos e uma querela sustentada no mês de agosto na imprensa carioca entre Lauro Sodré e Arthur Lemos, o primeiro defendendo-se das acusações de ter afundado o estado em dívidas e lembrando os

³²⁵ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1901, L.2 p.156.

³²⁶ FOLHA DO NORTE. Belém, 25 de julho de 1901, p.1.

elogios feitos a ele tanto por Antonio como por Arthur Lemos na imprensa e no Congresso Estadual na época de sua administração, o segundo garantindo que fora Sodré quem dera início aos ataques contra os seus “melhores amigos de ontem” e reafirmando a existência de déficit quando da chegada de Paes de Carvalho ao governo³²⁷.

Em fevereiro de 1902, a recomendação de abstenção foi reafirmada em novo manifesto que listava as agressões aos jornalistas Acrísio Motta, Correa Mendes e Paulo Maranhão da *Folha do Norte*; Alcides Bahia e Manoel Torres, do *República*, Joaquim Pimentel, Ananias Reis, Mario Souza, José Costa, todos adversários declarados da situação política, e, por fim, ao ex-deputado federal Diogo Hollanda, da comissão executiva do PRF, como prova da violência cometida pelos governantes do Pará. Enquanto isso, a polícia não prendia ninguém e a folha governista negava tudo. De modo que, diante do quadro de insegurança o partido aconselhava novamente a abstenção eleitoral no pleito de 1º de março. “O voto é uma função de um povo livre e a liberdade não pode coexistir com a falta de segurança individual”, dizia trecho do manifesto³²⁸.

Na *Folha do Norte*, a narrativa de violência e insegurança aos *lauristas* torna-se constante neste momento. De acordo com o periódico, a realidade comum a capital e aos interiores era de perseguição e opressão. O jornal falava de casos esdrúxulos, como o que ocorrera em Cametá, município paraense, onde 14 pessoas, dentre elas uma mulher, haviam sido presas simplesmente por se mostrarem abertamente favoráveis ao PRF, ou do cidadão pacífico que havia sido preso por erguer “um viva ao dr. Lauro”, indicando que ser partidário de Lauro Sodré no Pará havia se tornado “crime severamente punido pelo código político” em vigor e, quando mais, sustentar amizade com o senador paraense, como o próprio periódico teria feito, era “arriscar-se a punições mais rigorosas e mais rápidas”³²⁹.

Em 1906, o PRF voltaria a recomendar abstenção para pleito estadual e, anos depois, a ausência prolongada de Lauro Sodré do Pará seria justificada em função da violência política³³⁰.

O quadro reforça o entendimento de que o alinhamento *lemista* à política dos governadores e os sucessos empreendidos por Antonio Lemos no manejo dos negócios políticos municipais e estaduais acabou impondo aos opositores uma situação de inoperância.

³²⁷ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 08 de agosto de 1901, pp.3-4.

³²⁸ FOLHA DO NORTE. Belém, 18 de fevereiro de 1902, p.1.

³²⁹ FOLHA DO NORTE. Belém, 26 de fevereiro de 1902, p.1.

³³⁰ SODRÉ, Emmanuel. Op. Cit., 1970, p.123.

Para Ricardo Borges e Carlos Rocque, neste momento, a oposição só não desapareceu no Pará por causa da teimosia e obstinação de Paulo Maranhão e Cypriano Santos que, respectivamente, na imprensa e nos bastidores políticos, insistiam em se abrigar em torno do nome de Lauro Sodré³³¹.

Isolado e sem condições eleitorais no Pará, o senador militar conseguiu se eleger pelo Distrito Federal muito em função do apoio da imprensa carioca e, neste caso, não apenas do *Correio da Manhã*. Em carta escrita ao correligionário e amigo Luiz Barreiros, em fevereiro de 1903, Sodré ressaltou este aspecto de sua façanha eleitoral afirmando ter conseguido congregar em torno de seu nome os irreconciliáveis jornais *A Notícia*, *O Paiz*, *Jornal do Commercio*, *Gazeta de notícias* e *Correio da Manhã*³³².

Repito, este prestígio mais generalizado durou até o levante militar de novembro de 1904. A partir desse momento, o *Jornal do Commercio* e *O Paiz* manifestam decepção com a atitude de Sodré e passaram a abordá-lo de um ponto de vista mais negativo. Apenas o *Correio da Manhã* seguiu em apoio quase irrestrito ao senador. De certo modo, é possível dizer que o jornal de Edmundo Bittencourt era no Rio de Janeiro o que a *Folha do Norte* era em Belém para Lauro Sodré.

Em outra carta escrita a Luiz Barreiros, já como senador do Distrito Federal, Sodré comentou o modo pelo qual João de Souza Lage havia conseguido se tornar dono do jornal *O Paiz*, ressaltando as contribuições diversas que havia recebido de autoridades políticas e, dentre elas, a de Antonio Lemos. O intendente de Belém teria contribuído com a quantia de 150 contos de réis para a operação junto a Pedro de Almeida Godinho³³³.

Tomando por verdadeira a informação e novamente considerando o trabalho de Marialva Barbosa, a contribuição poderia ser pensada como investimento, exigindo retorno em dividendos ou em espaço para publicação no próprio jornal. Considerando a alegação no campo de forças e conflitos na qual foi gestada, é possível duvidar das próprias motivações de Sodré. Contudo, ainda assim, a sua ponderação indica a existência de acordos, alinhamentos e interesses assumidos entre os jornais de Belém e do Rio de Janeiro.

Não havia imparcialidade na correspondência jornalística, ao contrário, havia um mercado econômico e projetos distintos de poder e sociedade. Desta maneira, em outro ponto da missiva, o senador paraense protestava ainda contra o “lodo” atirado por meio dos

³³¹ BORGES, Ricardo. Op. Cit., 1983, p.121; ROCQUE, Carlos. Op. Cit.1996..

³³² CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1903. Coleção Particular de Lauro Sodré.

³³³ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 22 de julho de 1904. Coleção Particular de Lauro Sodré.

telegramas publicados na *Gazeta de Notícias*, onde havia trechos da *Província do Pará* escritos para o único fim de lhe “enxovalhar”.

Na representação do Distrito Federal, como se sabe, Sodré defendeu a via insurrecional e acabou preso por isso. Antes e depois, no entanto, no plano institucional, sustentou outra solução para a chamada degeneração do regime republicano, a da revisão constitucional. Chegando, inclusive, a tentar organizar novo partido político para defender a causa e fazer frente à política dos governadores.

Em carta escrita em 1904 a Bento Aranha, do Pará, Sodré afirmou que a revisão era a única solução para os males do regime e para a descrença dos que estavam perdendo a fé na República pela ação dos que tão inapropriadamente a governavam³³⁴.

Os jornais da época indicam que Lauro Sodré não conseguiu aglutinar lideranças políticas para o seu projeto, tornando-se assim inviável. O insucesso de Sodré, no entanto, foi entendido por alguns correligionários, como Camerino Rocha, como uma escolha franca pela via revolucionária, uma vez que as discussões eruditas pareciam ser inúteis frente ao sofrimento do povo³³⁵.

A aprovação do projeto da vacinação obrigatória foi tratada na imprensa paraense sob o viés da luta entre *lauristas* e *lemistas*. Para a *Folha do Norte*, a vacinação obrigatória significava uma vitória de Antonio Lemos sobre Lauro Sodré no plano nacional. No caso, uma vitória conquistada à base do partidarismo e da corrupção, como supostamente seriam todas as conquistas de Lemos e seus amigos no Rio de Janeiro. Ao passo que, Sodré, “o imaculado evangelizador”, continuava se impondo pela admiração nacional, de modo a surgir “no horizonte político como um íris de esperança pela regeneração da República”³³⁶.

Antes de estourar o levante da Escola Militar, a *Folha do Norte* seguiu dando publicidade às falas de Sodré no Senado contra o governo Montenegro e à reforma da Constituição estadual. Não obstante, divulgou com o mesmo entusiasmo dos anos anteriores os preparativos para as comemorações do aniversário do senador Sodré. Naquele ano, além da capital, os festejos ocorreram também em Mosqueiro, na Vila do Pinheiro e em Cametá³³⁷.

Após a insurreição, recomendou evitar conclusões precipitadas, silenciou, criticou as inexatidões da *Província do Pará*, não falou precisamente qual teria sido a real participação

³³⁴ CARTA de Lauro Sodré a Bento Aranha. Rio de Janeiro, 29 de junho de 1904. Coleção Particular de Lauro Sodré.

³³⁵ FOLHA DO NORTE. Belém, 19 de maio de 1904, p.1.

³³⁶ FOLHA DO NORTE. Belém, 20 de setembro de 1904, p.1.

³³⁷ FOLHA DO NORTE. Belém, 15 de outubro de 1904, p.1.

de Sodré no movimento, apontou a admiração aparentemente irrestrita dos estudantes militares e indicou que seus adversários estavam aproveitando o momento para insultá-lo³³⁸.

Enquanto isso, no Rio de Janeiro, o *Correio da Manhã*, principal órgão apoiador de Sodré, seguiu responsabilizando o governo federal pelos eventos da Revolta da Vacina e da insurreição da Escola Militar. Deixou de circular alguns dias em virtude do decreto do estado de sítio e, ao voltar, assim como fizera a *Folha do Norte*, evitou condenar o senador Sodré, dando na realidade amplo espaço para a propugnação de sua defesa. Edmundo Bittencourt, inclusive, prestou depoimento à polícia e se negou a citar os nomes dos militares que ele sabia ter participado do levante. Primeiro, por não ser delator e, segundo, porque não se sentia obrigado a denunciar ninguém, posto não ver crime algum a se punir³³⁹.

Não obstante, em março de 1905, com Sodré ainda preso, o jornal lançou uma série de publicações intitulada “Qual deve ser o próximo presidente?”. Nela, a folha carioca divulgou os dados de uma pesquisa que ela mesma realizou sobre as intenções de voto para o próximo presidente da República. Tais intenções apontavam sempre para Lauro Sodré como o preferido da população, o que para folha significava um evidente protesto popular contra o Governo Federal.

Na *Imagem 9* é possível visualizar uma dessas prévias em que Sodré desbanca nomes como Visconde de Ouro Preto e Ruy Barbosa. Assim também como a preferência do *Correio da Manhã* pelos nomes que estavam ilustrados e colocados na chamada “República séria” em contraposição aos da “República da comédia”.

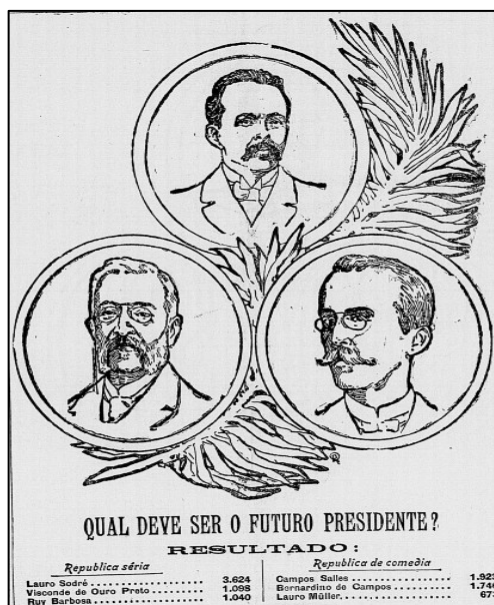
A prisão de Lauro Sodré e a acusação de ter tentado dar um golpe de Estado, aparentemente, não foi capaz de acabar com a popularidade e admiração que recebia de seus apoiadores. Ao ser anistiado, Sodré recebeu diversos tipos de homenagens de órgãos de imprensa e de associações.

Ao voltar a atuar politicamente no Rio de Janeiro, Lauro Sodré adotou postura mais moderada em seus pronunciamentos no Senado Federal e procurou se associar mais diretamente ao tema da revisão constitucional e às pautas cívicas. Por essa via, em 1908, ele se tornou responsável pela organização da Festa da Bandeira. Uma cerimônia que visava prestar homenagens ao símbolo pátrio em estabelecimentos públicos e particulares a cada dia 19 de novembro.

³³⁸ FOLHA DO NORTE. Belém, 09 de dezembro de 1904, p.1.

³³⁹ CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1905, p.1.

Imagem 9 - O Correio da Manhã e a campanha pró-Lauro na Presidência da República, 1905³⁴⁰



Fonte: CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 19 de março de 1905, p.1.

Imagem 10 - Lauro Sodré em discurso da Festa da Bandeira



Fonte: O MALHO. Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1909, p.11.

³⁴⁰ Na ilustração é possível ver Lauro Sodré, Visconde de Ouro Preto e Rui Barbosa, os três candidatos da “República séria”, que tiveram por resultado de intenções de votos, respectivamente, 3.624, 1.098 e 1.040. Do lado da “República da Comédia”, estavam Campos Salles, com 1.923 intenções de votos, Bernardino de Campos, com 1.746 e Lauro Muller, 673.

O evento teve uma rápida adesão entre os segmentos militares e, de certa maneira, simbolizava bem alguns dos elementos da atuação pública do senador Sodré. Estava ali a referência ao passado idealizado do regime, a lembrança do predomínio militar na política e o culto cívico em torno do objeto que consigo levava o lema *comtiano*. Assim, ao celebrar o ato do Governo Provisório que reconheceu a bandeira como símbolo de nacionalidade, Lauro Sodré encontrou o ensejo de entronizar, com ares de festa oficial do Estado, um modelo de República que não se queria ver superada.

Na *Imagem 10*, ele aparece discursando no palco do Teatro Municipal do Rio de Janeiro com uma das mãos erguidas, sendo observado pelos outros componentes da mesa diretora da sessão da festa de 1909. A fotografia tenta captar o entusiasmo com que o senador falava não apenas sobre a bandeira, mas sobre a República que ajudara a fundar. Enquanto presidente da comissão organizadora da festa, o senador Sodré tinha espaço garantido de fala. Suas orações apontavam para a necessidade de corrigir os erros do regime sob inspiração dos vultos republicanos do passado. Mas, na medida em que falava sobre símbolos nacionais, acabava ele próprio identificado aos elementos da festa, tornando-se também símbolo de patriotismo, embora desde sempre um símbolo bastante controverso.

Somente o lançamento da candidatura do marechal Hermes da Fonseca à presidência da República alterou o lugar de Lauro Sodré e dos *lauristas* no cenário político federal e estadual.

Curiosamente, o pleito de 1910 colocou em lados opostos dois personagens pelos quais a história de Lauro Sodré no levante da Escola Militar esteve ligada. De um lado, o então general responsável por conter uma das frentes de revolta em Realengo, do outro, o principal autor e defensor do projeto de anistia que o livrou do imbróglio dos tribunais. Olhando por esse prisma, Lauro Sodré tinha muito mais razões para apoiar o senador Ruy Barbosa. Mas, a política tem as suas próprias regularidades. Hermes sinalizava para um retorno à “República de 89”, o que para o senador militar, parecia valer mais.

Lauro Sodré dizia ter profunda admiração e uma dívida de gratidão para com Ruy Barbosa – e expressaria isso no pleito de 1919 –, mas, naquele momento, tendo a campanha *civilista* se voltado contra o *militarismo*³⁴¹, isto é, tendo o movimento político civil encabeçado por Barbosa se posicionado veementemente contra a presença de militares na

³⁴¹ Vera Borges observa que a candidatura de Hermes da Fonseca acabou renovando a chama do militarismo dos primeiros tempos da República como solução para impedir que a presidência continuasse nas mãos dos conselheiros do Império como Rodrigues Alves, Afonso Pena, Rio Branco e Rui Barbosa. C.f.: BORGES, Vera L. B. Op. Cit., 2011, p.141.

política, Sodré declarou publicamente só poder apoiar dois nomes para o pleito, o do Barão do Rio Branco, que não quis se candidatar, e o do marechal Hermes da Fonseca, que, garantia, faria um governo puramente civil, honesto e republicano³⁴².

No Pará, os dois partidos, PRP e PRF, fecharam seus respectivos apoios à candidatura de Hermes da Fonseca. O primeiro por apoiar o Governo Federal, o segundo por apostar na volta dos militares ao poder. Esses interesses diversos acabariam por transportar a querela de *lauristas* e *lemistas* para o cenário político federal.

Logo após a posse do marechal presidente, foi realizada no Rio de Janeiro, no *Palácio Conde dos Arcos*, sede do Senado Federal, convenção com todos os apoiadores do *hermismo* para formação de novo partido político. Na liderança do movimento que resultaria na criação do *Partido Republicano Conservador* (PRC) estavam os senadores Quintino Bocaiúva e Pinheiro Machado. Foram distribuídos convites circulares para as representações estaduais. O senador Arthur Lemos e o deputado Lira Castro, ambos ligados até então ao PRP, foram os representantes do Pará. Pelo Distrito Federal, os delegados eram o senador Augusto Vasconcelos e o deputado Alcindo Guanabara, ambos do PRDF.

Durante a abertura dos trabalhos, Orlando Lopes, representante do Amazonas, afirmou estar autorizado por Lauro Sodré a declarar que, mesmo ele tendo sido excluído da reunião, desejava colaborar com a organização da nova agremiação partidária, contanto que a convenção fosse adiada. Pinheiro Machado respondeu então que Sodré havia sido convidado a assinar o ato de convocação da assembleia do novo partido, mas que se recusara por ser adepto da ideia da revisão da constituição. O senador gaúcho deixou em evidência a existência de duas correntes entre os apoiadores de Hermes da Fonseca. A *revisionista*, de Lauro Sodré, e a sua, chamada *conservadora*, que julgava a ideia da revisão aventura perigosa e sustentava a continuidade do pacto constitucional de 24 de fevereiro de 1891, pelo que recomendou a rejeição do pedido de Sodré³⁴³.

Mais adiante, sobre a criação do PRC, Sodré afirmaria ter declarado espontaneamente a Pinheiro Machado que não tinha lugar na nova agremiação partidária por motivo de princípio e pessoas. “Nesse partido tinham dado entrada homens políticos de todos os credos, sem distinção de princípios nem de normas. Era uma espécie de Arca de Noé, em que, conforme diz a lenda, couberam todas as espécies de animais”³⁴⁴. Porém, atitude afrontosa do

³⁴² O PAIZ. Rio de Janeiro, 01 de junho de 1909, p.2.

³⁴³ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1910, p.2.

³⁴⁴ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro. 1924, L5, p.425.

senador militar parece ter sido mais uma forma de reagir à sua exclusão do novo arranjo político nacional³⁴⁵ do que exatamente uma decisão de princípio, como queria incutir.

Com isso, embora Lauro Sodré tenha se aproximado do centro de poder, saindo do tradicional lugar de oposição ao governo federal, essa aproximação não se deu sem conflitos. Em um primeiro momento, por advogar a ideia da revisão constitucional, ele acabou preterido do primeiro escalão governamental. Os Lemos, sujeitando-se ao novo direcionamento empreendido pelo líder político do governo, conseguiram ser mais profícuos na articulação, ingressando na nova legenda no exato momento em que o sucessor de Augusto Montenegro no governo estadual, João Coelho, ousava desafiar o poder do velho intendente, tornando-se figura central no PRP. Sodré, pela primeira vez dedicando apoio oficial ao presidente da República desde que chegara ao Senado Federal, quis sustentar ideias próprias e fazer da criação do PRC a oportunidade para fundar o partido revisionista. Na concorrência com Pinheiro Machado, Sodré acabou mesmo aliado do bloco político instituído para gerenciar os negócios políticos federais e estaduais.

Aproximando-se do término de seu mandato pelo Distrito Federal, Lauro Sodré passou a ter o seu lugar na política carioca e no *hermismo* constantemente debatidos na imprensa. Neste sentido, entre a segunda quinzena de abril e a primeira de maio de 1911, o *Jornal do Commercio* estampou em sua seção “a pedido” uma série de publicações sobre o “senador paraense”, neste caso, sugerindo que jamais seria “carioca”. Os textos assinados anonimamente sob o pseudônimo “A cadeira do Trovão”, numa referência ao pleito de 1903, foram depois atribuídos à encomenda de Arthur Lemos, supostamente interessado em minar as possibilidades de acordo e negociação de Sodré com o presidente da República.

Desta maneira, os textos acusavam Sodré de ter atuado enquanto grão-mestre para impedir que a maçonaria declarasse apoio oficial à candidatura Hermes, supostamente por guardar antipatias e desconfianças pela figura do sobrinho de Deodoro. A mesma desconfiança que o senador teria expressado na discussão sobre a decretação do estado de sítio no ano anterior, por ocasião da *Revolta da Chibata*, quando pediu garantias às imunidades parlamentares.

³⁴⁵ A eleição de 1910 foi a mais acirrada de todas as eleições presidenciais ocorridas na Primeira República. Diante das instabilidades do sistema político republicano e das limitadas possibilidades de renovação dos grupos hegemônicos, a volta dos militares com Hermes da Fonseca acabou se materializando e, com ela, a formação de uma oposição efetivamente organizada, em torno dos civilistas, liderados pelos estados de São Paulo e Bahia. Neste novo cenário, o presidente militar tentou negociar com seus opositores, manifestando perfil conciliador, mas não desistiu de prestigiar os estados com maior bancada no Congresso que haviam lhe dado apoio, sobretudo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco e parte da Bahia. C.f.: VISCARDI, Cláudia. Op. Cit., 2012, p.188-196.

O ponto central da argumentação era que Sodré não teria serviços prestados ao país ou ao próprio Hermes da Fonseca para pleitear nova senatoria pelo Distrito Federal. O “ex-futuro ditador”, como foi chamado, estaria acostumado a conseguir tudo sem trabalho e, tendo passado nove anos no Senado sem nada fazer, desejaria ser reeleito provavelmente para fazer outra bernarda, alegava o articulista. Por fim, Sodré foi colocado na categoria de falso *hermista*, entre os que queriam o favor do presidente e o criticavam às escondidas³⁴⁶.

Foi a combinação da chegada de Hermes da Fonseca à presidência da República e a ascensão do *coelhismo* no Pará, enquanto terceira via de poder estadual, que produziram fissuras na política paraense e permitiram o retorno de Lauro Sodré à cena. Começava o processo de escalada *laurista* ao poder. Processo este que, curiosamente, sofreu restrições durante o governo do militar de Hermes da Fonseca e apenas se consolidou com o apoio do civil Wenceslau Braz.

Não podendo fazer uma biografia, mas dialogando com a literatura especializada no assunto cheguei ao conceito de autobiografia. E partir dele signifiquei coleções documentais e ações de Lauro Sodré, um político bastante preocupado com a imagem que construía de si.

Além disto, pensando na ilusão biográfica da qual fala Bourdieu, preferi aqui tentar dar conta da trajetória de Lauro Sodré em um recorte específico, naquilo que tinha de próximo ao campo político. Daí as incursões pela chamada História Política. Tais conceitos foram fundamentais para pensar a atuação senatorial de Lauro Sodré, mas também para compreender que a ação política se diluiu em outros espaços de sociabilidade. De modo que, sociabilidade e política se misturam e, no caso de Lauro Sodré, reforçam.

³⁴⁶ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 28 de abril de 1904, p.6.

CAPÍTULO 2 – O *LAURISMO* NO PODER: TENSÕES E CONCILIAÇÕES EM TORNO DA FIGURA DE LAURO SODRÉ

Em 1912, Lauro Sodré voltou a ser eleito para o Senado Federal pelo estado do Pará. Fato este, por si só, já bastante significativo considerado o isolamento que sofreu durante anos frente ao domínio *lemista*. Porém, na realidade, foi mais que isso. O senador militar voltou a ser uma peça influente no jogo político estadual, deixando de ser um *outsider* no Distrito Federal para virar cacique em sua terra natal. Mas, não sem conflitos, contradições e negociações das mais variadas. É sobre este processo que o presente capítulo quer tratar.

Não há diferenças substanciais em relação a proposta lançada na unidade anterior. Aqui pretendo continuar observando a trajetória do senador militar em função de suas singularidades e aspectos relacionais demonstrados no exercício do poder. Nesta perspectiva é possível considerar tanto a sua atuação política como a reverberação desta entre seus pares, na imprensa e na sociedade. Afinal, se é verdade que o campo social é uma intensa área de disputas e conflitos, é também o lugar de interações e trocas simbólicas¹.

Parto do tensionamento da política paraense e das contraditórias relações que Lauro Sodré estabeleceu com o governo do militar Hermes da Fonseca para explicar como o seu retorno ao Executivo paraense foi interdito, em um primeiro momento, e viabilizado na base da força, em um segundo, já durante a administração do civil Wenceslau Braz. Com isso, pretendo demonstrar que o senador militar continuou se equilibrando em uma tênue linha entre a institucionalização e a insurreição, alimentando o sonho de reviver a “revolução de 89” e despertando sentimentos ambíguos entre apoiadores e ex-apoiadores.

Desta forma, para além dos dois mandatos senatoriais exercidos por Sodré entre 1912-1916 e 1921-1930, busco cobrir parcialmente a sua segunda experiência governamental no Pará, por entender se tratar de um mesmo processo político. Christian Lynch sugeriu a mesma proposição ao considerar a constituição da oligarquia brasileira no século XIX. Segundo ele, a Câmara Alta republicana se inseria em uma linha de continuidade e ruptura em relação à

¹ De acordo com Bourdieu, o poder simbólico não reside exatamente nos sistemas simbólicos, mas sim nas relações determinadas e produzidas no interior de cada campo social entre os que exercem o poder e os que lhe são sujeitos. Ou seja, é na própria estrutura do campo que se produz e reproduz a confiança, a concorrência e a dominação. A meu ver, este poder é essencial ao campo político, pois o legitima e mantém. BOURDIEU, Pierre. Op. Cit., 2002, p.14.

imperial. Na linha de ruptura, pelo fato de a República Federativa ter acabado com a vitaliciedade da carreira senatorial que o Império garantia, estava o fato de que os chefes oligárquicos passaram a se alternar entre o Senado Federal e o Palácio do Governo dos estados, como forma de manter relações mais estreitas com as realidades locais².

Para além dos tipos documentais utilizados no primeiro capítulo, busco considerar mais diretamente as mensagens que Lauro Sodré enviou ao Congresso Legislativo paraense e, como contraponto, o livro “Palavras Necessárias” do ex-*laurista* Silva Rosado. Mais de 10 anos depois da insurreição na Escola Militar da Praia Vermelha, Lauro Sodré se veria novamente em uma situação na qual se apresentava como revolucionário e era chamado de golpista. Em quem acreditar? Vejamos.

2.1 – *Lauristas, lemistas e coelhistas: a política paraense e a política das salvações*

Em crônica memorialística intitulada “Folha do Norte”, Humberto de Campos, que atuou como jornalista nos órgãos de imprensa de *lauristas* e *lemistas*, afirmou que durante a ausência de Lauro Sodré do estado do Pará, a oposição paraense se restringiu a um Partido Federal sem qualquer influência. Formado por “associação espontânea de aristocratas”, o grupo *laurista* tinha o seu chefe como um deus. E, como tal, “se sabia que existia, mas não aparecia, jamais, aos fiéis”. Ainda assim, pela devoção, esse *laurismo*, de homens ricos e pertencentes às famílias paraenses tradicionais, teria levado o *lemismo* por muito tempo a adotar a vigília das armas³.

A fala de Humberto de Campos, embora não isenta de pequenos equívocos (no mesmo texto afirmou que Sodré havia ficado 16 anos afastado do estado) e da contaminação da querela de *lauristas* e *lemistas* (sinalizada na sua passagem da redação da *Folha do Norte* para a *Província do Pará*), aponta para um aspecto interessante: o papel destacado de Lauro Sodré diante de seu clã político aristocrático. Convém gastar algumas linhas sobre essa relação.

Embora também tenha incorrido em práticas semelhantes, Lauro Sodré não ficou tão marcado como um oligarca do tipo de Antonio Lemos, que ao se beneficiar do poder beneficiava junto os seus correligionários⁴. Mas, considerando as reflexões de Edgar Carone,

² LYNCH, Christian. Op. Cit., 2014, p.119.

³ *DIÁRIO CARIOCA*. Rio de Janeiro, 01 de julho de 1934, p.6.

⁴ Adriana Coimbra observou que uma das características mais marcantes da administração de Antonio Lemos em Belém fora exatamente a de fazer concessões a pessoas próximas de si em meio às intervenções urbanas operadas na cidade. Segundo a autora, muitos engenheiros e empreiteiros teriam sido beneficiados neste

seria possível reconhecer certos traços oligárquicos característico daquele período em torno de sua conduta política ou mesmo do clã que o seguia, como a manutenção de grupo mais ou menos impermeável, o princípio da lealdade para com o chefe, companheiros e partidos, o culto pela palavra empenhada, domínio sobre os 3 poderes, emprego de familiares ou correligionários para melhor controle e segurança das instituições, a não aceitação da neutralidade, obrigando ao compromisso pessoal⁵. Ou seja, uma atuação mais voltada para a manutenção do próprio círculo de poder.

Como geralmente relaciona-se oligarquia a coronelismo e vantagens financeiras, Lauro Sodré acaba passando ileso desta acusação, ainda que tenha tido carreira política mais longeva do que o adversário Lemos. Sodré passou a história mais como jacobino ou florianista do que como oligarca. Fazia a linha do político honesto, patriota, de poucos recursos financeiros.

Em relação ao patrimônio material, fora a acusação de que recebia proventos simultâneos da carreira militar e da senatorial, não há indícios de maiores escândalos. Mesmo após ter acessado o mundo da política representativa, Lauro Sodré seguiu sem aumentar ostensivamente o seu patrimônio. O que teria sido essencial para a construção do ideal de pureza que lhe cercava, “puro como Lauro”, era o jargão da época. Sua família no Pará, ao que consta, não foi beneficiada diretamente com a sua ascensão no cenário nacional. A única inferência, neste sentido, teria se dado ainda na época do primeiro governo, com a consecução de título de agrimensor e cargo na repartição de terras ao irmão José Sodré – que seria retirado da instituição na época do domínio *lemista*⁶. Mas, tanto José como Raimundo Sodré, outro irmão de Lauro, conferente da alfandega do Pará, morreram modestamente no exercício de seus trabalhos e sem maiores proximidades com o senador da República⁷ que, aliás, não costumava falar publicamente dos familiares paraenses.

No Rio de Janeiro, Lauro Sodré, morador da Zona Sul e, mais especificamente, de Botafogo, sempre viveu em casas alugadas⁸. Tanto que em 1939 foi lançada uma campanha

processo, que era ponto central das constantes críticas da *Folha do Norte*. C.f.: COIMBRA, Adriana. Op. Cit., 2014, pp.52-69.

⁵ CARONE, EDGAR. “Oligarquias: definição e bibliografias”. In: *Revista de Administração de Empresas*. V.12, 1. Rio de Janeiro, 1972, p.83.

⁶ FOLHA DO NORTE. Belém, 22 de maio de 1904, p.1.

⁷ FOLHA DO NORTE. Belém, 07 de outubro de 1907, p.1.

⁸ Dora Sodré ao escrever a biografia do pai, Benjamin, se reportou indiretamente ao avô Lauro e se referiu ao caráter de locação de uma das suas moradias, ver: SODRÉ, Dora. Op. Cit. p.17. Outras duas netas com quem teve oportunidade de conversar, Carmen Viveiros de Castro Cavalcante e Maria de Lourdes Viveiros de Castro, filhas de Ormindá Sodré, reafirmaram a locação não apenas do endereço citado por Dora Sodré, mas de todas as casas em que o senador paraense viveu com sua família. Na correspondência que ele trocou com Luiz Barreiros,

na imprensa apoiada pelo *Centro Paulista* do Distrito Federal que visava arrecadar recursos para presentear-lo com uma habitação⁹. Quando morreu deixou apenas o seu afamado testamento filosófico, em que reafirmava seus princípios teóricos e morais.

O combate à corrupção era parte da sua retórica. Chegou a dizer que não seria capaz de sacrificar os seus sentimentos de pureza republicana em virtude da preocupação material que era para alguns estar no Senado Federal¹⁰. Seus opositores, de certo, não o viam tão ímpoluto assim. Mas, poucas críticas fizeram a respeito da sua conduta em relação ao dinheiro público que pudessem indicar enriquecimento ilícito.

Uma das poucas vezes em que foi acusado de receber valores indevidos foi já por ocasião da revolução de 30, quando o jornal o *Estado do Pará* divulgou uma lista com os nomes das pessoas beneficiadas indevidamente na gestão de Dionísio Bentes, referenciando o nome de Sodré. Na época ele foi a público desmentir o fato, justificando que o dinheiro citado havia sido de subvenção ao *Grêmio Paraense* e sequer correspondia ao valor total aprovado em lei orçamentária pelo Congresso estadual¹¹.

Por outro lado, para ter acesso aos cargos eletivos e se manter no poder, Lauro Sodré precisou se relacionar, negociar e estabelecer alianças e amizades com quem, talvez, diferentemente dele, tinha posses e interesses diversificados na ação política.

Justo Chermont era filho do Visconde do Arari, pertencente a uma tradicional família de latifundiários do Marajó, formado em Direito pela Faculdade de Olinda, ex-diplomata, dono de jornais, irmão e tio de políticos¹²; Antonino Emiliano de Souza Castro era filho do Barão de Anajás e, assim como o pai, médico formado na Faculdade do Rio de Janeiro (1901)¹³; Dionísio Ausier Bentes era também médico formado pela Faculdade do Rio de Janeiro (1906) e pertencente a núcleo familiar de fazendeiros de Faro, região do Baixo Tocantins¹⁴, Eurico Valle formado em Direito pela Faculdade de Belo Horizonte e filho de Nenrod Augusto de Azevedo Valle, rico comerciante e empresário – para citar apenas os nomes dos políticos *lauristas* atuantes no *Grêmio Paraense* que em algum momento ocuparam o posto governamental do Pará.

constam os seguintes endereços: rua Conde de Irajá, N.7, Botafogo; rua Sorocaba, N.138, Botafogo; Rua Matriz, N.49, Botafogo e rua Conselheiro Lafayete, N.8, Copacabana.

⁹ JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 23 de março de 1939, p.3.

¹⁰ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro 1904, L3, p.70.

¹¹ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1930. Coleção Particular Lauro Sodré/CENTUR-PA.

¹² BORGES, Ricardo. Op. Cit. 1986, p.187.

¹³ Id. Ibid. p.254.

¹⁴ Id. Ibid. p.281.

A lista poderia ser aumentada ainda com os nomes de Cypriano Santos e Enéas Martins, dois sócios criadores da *Folha do Norte*. O primeiro, médico formado na Faculdade de Salvador (1885), filho de pai político e assim como ele dono de jornais em Belém¹⁵. O segundo, formado em Direito pela Faculdade de Olinda, embora adversário de Sodré em 1916, ajudou a constituir o grupo *laurista*¹⁶.

Daí provinha o caráter aristocrático do grupo *laurista* – ao menos em termos de liderança – acertadamente indicado por Humberto de Campos. De maneira que, enquanto chefe do PRF, Sodré estava ligado a um grupo heterogêneo de fazendeiros, proprietários de imóveis e veículos de imprensa, com inserção no mundo médico, jurídico e político. Para eles, o fator econômico e a viabilização de bons negócios eram essenciais e, em muitos momentos, antecediam as questões de ideais cívicos e patrióticos com os quais o senador militar gostava de se ver envolvido. Admiravam Lauro Sodré, mas não eram militares, tão pouco positivistas fervorosos, de modo que não operavam pelas mesmas linhas de raciocínio e conduta.

Sem eles, sem os “amigos” que o conduziam ao poder, Sodré, mesmo com todo o prestígio, não teria chance de disputar cargos eletivos. Afinal, eram estes “amigos” que arregimentavam as bases eleitorais e enfrentavam mais diretamente os governos situacionistas. Em contrapartida, sem Lauro Sodré, o grupo perdia em identidade, visibilidade nacional e apelo público. Complementavam-se, em uma relação de troca e conflitos de interesses. De modo que o senador precisava dos seus correligionários assim como eles precisavam do senador.

Mesmo não sendo em si um oligarca do tipo mais latente, Sodré chefiava um grupo deles e, neste sentido, se igualava. Crítico ferrenho da política dos governadores foi dentro dela que atuou a maior parte do tempo. Quando tentou subverter a ordem, fracassou e seguiu atacando e silenciando quando necessário.

A despeito da violência presente nas disputas partidárias, também sinalizadas por Humberto de Campos, o escritor Carlos Rocque pontuou que durante o período de dominação *lemista* a violência foi frequente e praticada tanto por situação como oposição, embora a praticada pelos detentores do poder fosse maior em virtude de contarem com a força pública. O radicalismo de opiniões, os insultos e os atos de agressão, contudo, eram compartilhados de ambos os lados. O que levou o autor a falar em uma política de intransigência¹⁷.

¹⁵ Id. Ibid. p.213.

¹⁶ Id. Ibid. p.246.

¹⁷ ROCQUE, Carlos. Op. Cit., 1996. [1.ed.1973], p.77.

Essa política de intransigência foi expressa no processo de escalada *laurista* ao poder. A mudança de panorama político está diretamente ligada à diminuição do prestígio político de Antonio Lemos no Pará e a chegada do marechal Hermes da Fonseca à Presidência da República.

Em 1911, após 14 anos no poder municipal, Antonio Lemos renunciou ao cargo de intendente de Belém. Neste momento, João Coelho, governador do estado, indicado por Augusto Montenegro e aceito com ressalvas por Lemos, já havia manobrado para formar o seu próprio grupo e desbancar a figura do antigo chefe da política paraense. Com a migração dos Lemos para o PRC, de Hermes da Fonseca e Pinheiro Machado, e o domínio de Coelho no PRP, a cisão da antiga legenda *lemista* parecia inevitável.

Em meio ao clima de tensão política, Lauro Sodré desembarcou no Pará no dia 27 de agosto de 1911. Fazia 10 anos que não colocava os pés na terra natal. De maneira que, sua chegada foi cercada de grande expectativa.

A *Folha do Norte* saudou o momento como a “apoteose de um super-homem” após seu voluntário exílio¹⁸. Ricardo Borges descreveu a recepção de Lauro Sodré como “imponente e impressionante”, maior do que ele costumava receber¹⁹.

De acordo com os relatos, desde o início do dia o senador Sodré foi aguardado no cais do *Port Of Pará* por significativo número de populares. A festa contou com flotilha e representações da comissão organizadora do evento, do PRF, das lojas maçônicas, de órgãos da imprensa, de diversas classes profissionais, instituições de ensino e autoridades. As ornamentações perpetuavam a associação entre a imagem de Sodré e os símbolos nacionais e paraenses. Já na vila do Pinheiro, onde até as canoas ancoradas estavam decoradas, o político foi saudado com gestos entusiásticos e com o sacolejar de lenços.

Durante a flotilha, “tiros de mosquetões, salvas, apitos, foguetes, vivas, partiam de todos os vapores, numa alegria ruidosa”. Sodré foi recepcionado pelos representantes do governo e da intendência. Chegou acompanhado de Serzedello Corrêa e de Antonio Ilha Moreira, nomeado inspetor da região militar. O relato da *Folha do Norte* aponta que Lauro Sodré encontrou dificuldade de passar pela multidão.

Dessa vez, no entanto, diferentemente das outras ocasiões em que desembarcou em Belém, o deslocamento do porto até sua casa foi feito em automóvel e seguido pelos populares. Sinal de adequação dos tempos, mas que empregava outro ritmo para a procissão.

¹⁸ FOLHA DO NORTE. Belém, 28 de agosto de 1911, p.1.

¹⁹ BORGES, Ricardo. Op. Cit., 1983, p.203.

Simbolicamente, Sodré deixava de ser o político a caminhar ao lado dos seus, para ser contemplado à distância. Nos vários discursos enunciados no trajeto em comum havia o reclame do domínio despótico de Lemos e Montenegro e o elogio do caminho inspirador trilhado por Sodré²⁰.

Como nas outras incursões que fizera à terra natal, a presença de Lauro Sodré tinha evidente finalidade política. Em 30 de janeiro de 1912 estavam previstas as eleições federais para a renovação do terço senatorial e escolha dos novos deputados. Prestes a ficar sem o mandato do Distrito Federal, Sodré retornou ao Pará principalmente interessado em garantir a sua permanência na Câmara Alta. Entretanto, o novo cenário político criado em torno do governo Hermes, sobretudo nos dois primeiros anos da administração quando os militares conseguiram ter maior influência que os civis²¹, e do enfraquecimento dos Lemos lhe deu novas possibilidades. De modo que, retornou também para reorganizar suas bases e tomar parte no processo de reconfiguração política do estado.

Ainda no Rio de Janeiro, Sodré teve encontros com Pinheiro Machado e com Antônio Lemos para tratar de uma possível aliança entre seus clãs estaduais. O principal articulador político do governo Hermes tinha interesse de conciliar as facções *hermistas* do Pará e estabilizar o cenário político estadual. Para os Lemos, seria a possibilidade de enfraquecer João Coelho. Para Sodré, a chance de assegurar a senatoria federal e, mais adiante, o governo do estado, que tinha eleições marcadas para dezembro de 1912.

Na virada do ano, Lira Castro, lançado previamente pelo PRP ao posto senatorial, desistiu da candidatura em favor de Sodré. Foi o primeiro sinal da tentativa de aproximação dos grupos políticos. Mas, ainda nos primeiros dias de janeiro, Arthur Lemos e Arthur Índio do Brasil, do Rio de Janeiro, optaram por cindir oficialmente a legenda, estabelecendo através de Virgílio Mendonça, intendente de Belém, o *Partido Conservador do Pará* (PCP).

Na nova configuração partidária estadual, o PRP de João Coelho seguia com a vantagem eleitoral. De modo que, a aliança entre *lauristas* e *lemistas* ainda aparecia como possibilidade favorável a ambos os grupos. Lauro Sodré, por exemplo, não teria a menor chance de se eleger senador apenas com a base do PRF. Isso porque o partido situacionista, PRP, maioria no congresso estadual, era quem tinha a prerrogativa de diplomar os candidatos eleitos no estado. Por outro lado, entrando em acordo com os *coelhistas*, Sodré teria que enfrentar no âmbito federal os próceres do Partido Conservador. Afinal, cabia ao Congresso

²⁰ FOLHA DO NORTE. Belém, 28 de agosto de 1911, p.1.

²¹ VISCARDI, Cláudia. Op. Cit. 2012, p.200.

Nacional o reconhecimento final das eleições e, naquele instante, Pinheiro Machado tinha poder suficiente para “degolá-lo”.

Lauro Sodré demonstrava a mesma boa vontade para firmar alianças que havia tido no passado ao celebrar acordos com membros do antigo Partido Democrata e Justo Chermont, com quem antes havia rivalizado. Além de Lauro, nomes como Gentil Bittencourt, Serzedello Corrêa e Enéas Martins também se mostravam favoráveis ao acordo. A proposta, no entanto, encontrou forte resistência na ala mais radical do PRF, o grupo da *Folha do Norte*.

O manifesto lançado pelo jornal admitia acordo com os *coelhistas*, mas não com os *lemistas*²². A razão disso era evidente. Foi o grupo de Cypriano Santos e Paulo Maranhão, mais do que qualquer outro, quem sustentou o *laurismo* enquanto tendência política no estado durante os “anos de exílio voluntário” de Sodré e, conseqüentemente, que sofreu por isso. E, após tantos momentos de tensão e episódios de violência, as incompatibilidades haviam se tornado irreversíveis em relação aos Lemos.

Aqui há um ponto interessante de ser observado. Diferentemente do ex-intendente de Belém, que teve o Pará em suas mãos durante mais de uma década e exerceu forte ação centralizadora em torno dos *lemistas*, Lauro Sodré, em virtude do distanciamento imposto pelo mandato federal e por ele mesmo, praticamente delegou essa função aos seus apoiadores, sobretudo a Cypriano Santos. Assim, o *laurismo* parecia ser muito mais um produto dos seus correligionários, do que do próprio senador militar.

Não à toa, Lauro Sodré recuou da sua intenção e o PRF anunciou que não entraria em acordo com nenhum outro partido. A estratégia acabou se mostrando mesmo a mais acertada, pois tanto o PRP como o PCP sustentaram a indicação do nome de Sodré ao Senado. O partido *lemista*, por sinal, apoiou também à candidatura de Serzedello Corrêa para a Câmara dos Deputados.

Segundo Carlos Rocque, a indicação pelos *lemistas* do nome de Lauro Sodré ao Senado teria sido pura questão de cálculo político. Sabendo que o PRP manteria a indicação do chefe dos federalistas, era certo que o novo partido perderia a eleição se resolvesse concorrer sozinho. Indicando o Sodré, conseguia ao menos minimizar a iniciativa dos *coelhistas* e manter viva a possibilidade de acordo com os *lauristas*²³.

Assim, mesmo sem estabelecer alianças oficiais, Lauro Sodré foi eleito sem concorrência para o Senado Federal. Para a Câmara dos Deputados, foram eleitos Serzedello

²² FOLHA DO NORTE. Belém, 11 de janeiro de 1912, p.1.

²³ ROCQUE, Carlos. A formação revolucionária do Tenente Barata. Belém: Fundação Romulo Maiorana, 1983, p.340.

Corrêa (PRF), Firmo Braga (PRF), Theotônio Raimundo de Brito (PRF), Antonio Bastos (PRC), Rogério de Miranda (PRC), João Chaves (PRC), e João Hosannah de Oliveira (PRP). A nova composição da bancada paraense no Congresso Nacional assinala o crescimento do PRF, que antes era minoria na Câmara e no Senado, continuando assim apenas na Câmara Alta; a diminuição da bancada *lemista*, que antes da cisão era maioria no Senado e na Câmara dos Deputados, continuando assim apenas no Senado; e o enfraquecimento da legenda do PRP, sem representante direto no Senado e com apenas 1 assento na Câmara dos Deputados.

Mesmo sem acordo oficial, a eleição de Sodré e a divisão de cadeiras entre PRF e PCP na Câmara dos Deputados não deixa de indicar certo alinhamento entre *lauristas* e *lemistas*. Aspecto realmente novo no campo político paraense e impensável até aquele momento. A mudança de panorama foi especialmente benéfica para o grupo *laurista*. Sodré, em particular, saiu de uma situação de isolamento e fragilidade eleitoral para tornar-se o “eixo para onde convergiam todos os partidos”²⁴.

Em fevereiro de 1912, outro acontecimento agitou a política paraense: o retorno de Antonio Lemos a Belém. Havendo grande preocupação com a segurança do ex-intendente, posto que sua saída para a Europa já havia sido conturbada. O inspetor da Região Militar colocou as tropas federais em movimento pela cidade e, mesmo assim, recomendou que o desembarque do político acontecesse de madrugada, para evitar tumulto²⁵.

A comparação entre a recepção de Sodré e do velho Lemos torna-se inevitável e indica simbolicamente a mudança de cenário. Ainda que sem o apoio de Pinheiro Machado e visto com alguma desconfiança entre os *hermistas*, Sodré se colocava mais uma vez como o mais prestigiado político paraense. Talvez por isso, mesmo sem efetivar a aliança com os *lauristas*, os próceres do PCP no estado lançaram ainda no mês de março a candidatura de Sodré ao governo do estado. Deixando evidente que, naquele momento, João Coelho era o inimigo a ser batido.

No mesmo período, o PRF e o PRP também anunciaram a candidatura de Lauro Sodré, recém-eleito para o Senado Federal, ao governo do estado. As confabulações em torno das alianças políticas continuaram rendendo enormes discussões na imprensa paraense e carioca. Sobre o assunto, a *Folha do Norte* declarou:

O senador Lauro Sodré não tem que estar com o Sr. Lemos, com o Sr. Coelho, nem com qualquer outro. O senador Lauro Sodré tem que estar com os seus princípios,

²⁴ Id. Ibid. p.351.

²⁵ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 1912, p.2.

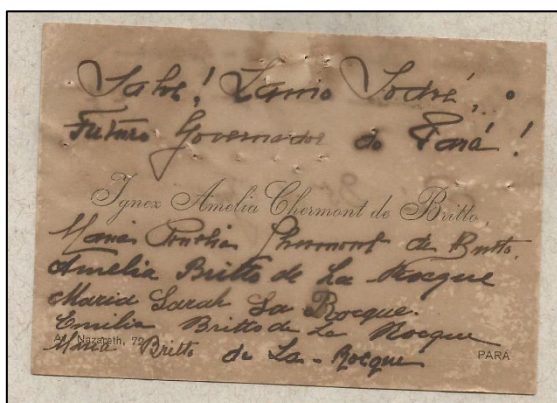
defendendo-os com intransigência, como sempre fez, o que lhe garantiu a estima e a alta consideração que há muito cercam o seu nome²⁶.

O grupo da *Folha do Norte* continuava não vendo com bons olhos o estabelecimento de acordo com os outros partidos. Parecia cobrar de Lauro Sodré a sustentação da linha de pensamento e conduta que seus redatores haviam seguido nos últimos anos.

Para além dos partidos políticos, outros grupos também começaram a se movimentar em prol da candidatura de Lauro Sodré ao governo do estado. As lojas maçônicas da capital paraense montaram comissão responsável por redigir manifesto à população e promover comícios eleitorais na capital e no interior do estado²⁷.

No mesmo período e com a mesma finalidade, foi fundada a *Liga Feminina Lauro Sodré*²⁸, que, se não entrou diretamente no mundo da política representativa, posto ser ele ainda essencialmente masculino, soube forjar ações e articulações independentes, ainda que fosse em prol de uma figura masculina. O cartão da *Imagem 11* assinala alguns nomes que compuseram a agremiação. A partir da sua observação é possível verificar que as signatárias desse documento em específico pertenciam basicamente as famílias Chermont de Britto e La Rocque. Dois clãs bastante tradicionais do Pará e, nesse momento, alinhados ao PRF. O que, de certo, não deve tirar o mérito da associação e mobilização feminina.

Imagem 11 - Cartão da Liga Feminina Lauro Sodré



“Salve! Lauro Sodré,
Futuro Governador do Pará

Ignez Amélia Chermont de Britto
[nome ao centro]
Maria Sophia Chermont de Britto
Amélia Britto de La Rocque
Maria Sarah La Rocque
Emilia Britto de La Rocque
Maria Britto de La Rocque

Fonte: Acervo Particular Vanda Viveiros de Castro Coutinho.

²⁶ FOLHA DO NORTE. Belém, 22 de março de 1912, p.1.

²⁷ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 08 de julho de 1912, p.1.

²⁸ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 09 de julho de 1912, p.2.

Não insistirei muito na discussão sobre a participação feminina na política na Primeira República. Ainda assim, vale ressaltar uma contradição posta nesta cena. Durante o Congresso Constituinte de 1891, Lauro Sodré foi um dos deputados que votaram contra a emenda proposta por Lopes Trovão, Leopoldo de Bulhões e Casimiro Júnior que pretendia incluir o sufrágio feminino já na primeira carta magna republicana.

De acordo com seu filho, Emmanuel Sodré, Lauro teria feito isso em virtude de sua orientação positivista e da máxima de Augusto Comte, segundo a qual: “Toda mulher deve ser cuidadosamente preservada do trabalho exterior e encerrada no santuário doméstico”²⁹.

A justificativa condiz com a discussão proposta pela historiadora Mônica Karawejczyk, para quem os argumentos levantados pelos congressistas contrários ao voto feminino no início da República poderiam ser agrupados em três categorias: a primeira, fortemente inspirada pelas doutrinas positivistas, apontava para o perigo da desagregação da família e da degradação da figura da mulher com a concessão do direito de voto; a segunda sugeria que em nenhum lugar do mundo tal direito era concedido; a terceira girava em torno do suposto desinteresse e incapacidade das mulheres atuarem na vida pública³⁰.

Dessa forma, o aparecimento da *Liga Feminina* pode ser pensado como um acontecimento estranho ao repertório teórico e político de Lauro Sodré, mas que tendeu a lhe favorecer naquele momento.

Em junho de 1912 ocorreram eleições para renovação do terço do Senado e da Câmara dos Deputados do estado, formação do Conselho Municipal e a escolha do novo intendente de Belém. A importância deste pleito repousava na definição de qual partido dominaria a cena política estadual e, conseqüentemente, teria a prerrogativa de recomendar o nome do próximo governador, uma vez que as eleições do Executivo eram apuradas e reconhecidas pelo Congresso Estadual com a mesma possibilidade de articulação prévia que acontecia no cenário federal. Assim, os três partidos políticos se lançaram em acirradas disputadas.

Lauristas, lemistas e coelhistas eram todos *hermistas*, mas de estirpes diferentes. Por questão de conveniência, perfilados no mesmo bloco político em torno do presidente da República, mas inteiramente concorrentes e interessados no mesmo objetivo: o poder.

Após a eleição, os ânimos continuaram exaltados e duas juntas apuradoras concorreram entre si e negaram-se mutuamente a fim de legitimar o resultado da eleição e

²⁹ SODRÉ, Emmanuel. Op. Cit., 1970, p.52.

³⁰ KARAWEJCZYK, Mônica. “O voto feminino no Congresso Constituinte de 1891: primeiros trâmites legais”. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo, 2011, p.9. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300645749_ARQUIVO_ovotofemininonaconstituente.pdf. Acesso em 20 de dezembro de 2018.

apontar seus vencedores. Em virtude disso, criou-se um cenário de grande instabilidade, com “dois intendentes eleitos, dois Conselhos Municipais, dois Senados e duas Câmaras dos Deputados”³¹.

A duplicata fez Lauro Sodré retornar ao estado em 26 de agosto de 1912. Dessa vez, Sodré foi enviado pela cúpula do Governo Federal para ajudar a encontrar solução para a crise política paraense. Do contrário, o caminho seria dado pela “política das salvagens”. Essa prática foi uma forma encontrada pelo governo Hermes de intervir nos estados em favor das facções oposicionistas que haviam lhe dado apoio no pleito presidencial. Dessa forma, como observou Cláudia Viscardi, as sucessões estaduais se tornaram fonte de instabilidade para o novo governo e palco de luta entre dois grupos ligados ao presidente: civis ligados à liderança de Pinheiro Machado e militares associados às oligarquias de oposição³². No caso do Pará os Lemos representavam a ala civil-pinheirista e Sodré era o chefe do outro grupo.

Neste último caso é interessante ainda acompanhar a reflexão de Vera Borges que ressaltou que a mobilização dos quartéis nesse momento e o uso do Exército como instrumento das “salvagens” indicam que a participação política dos militares não havia se encerrado com o fechamento da Escola Militar da Praia Vermelha e sua doutrina do soldadocidadão. Ao contrário, os militares continuaram disputando a posição de protagonistas do regime republicano³³.

Diante deste cenário, Lauro Sodré partiu do Rio de Janeiro animado com o pleito governamental. Tinha boas chances de consegui-lo. Assegurar a ordem política importava naquele momento preparar o cenário para a eleição programada para ocorrer em dezembro³⁴. O senador paraense recebeu novamente outra grande recepção, sendo aclamado como “salvador da pátria”³⁵. Mas, a passagem pelo Pará acabou não sendo tão pacífica como ele esperava.

Três dias antes do desembarque, *A Província do Pará* denunciou a existência de um plano de simulação de atentado contra a vida de Sodré que tinha por objetivo insuflar os ânimos populares em relação aos *lemistas*³⁶. Assim aconteceu.

Na noite de 28 de agosto, Lauro Sodré se deslocava acompanhado do filho, Emmanuel Sodré, e do intendente de Belém, Virgílio Mendonça, rumo ao Teatro da Paz, a fim de

³¹ ROCQUE, Carlos. Op. Cit. 1996, p.364.

³² VISCARDI, Cláudia. Op Cit. 2012, p.202.

³³ BORGES, Vera L. B. Op. Cit. 2011, p.395.

³⁴ ROCQUE, Carlos. Op. Cit., 1983, p.156.

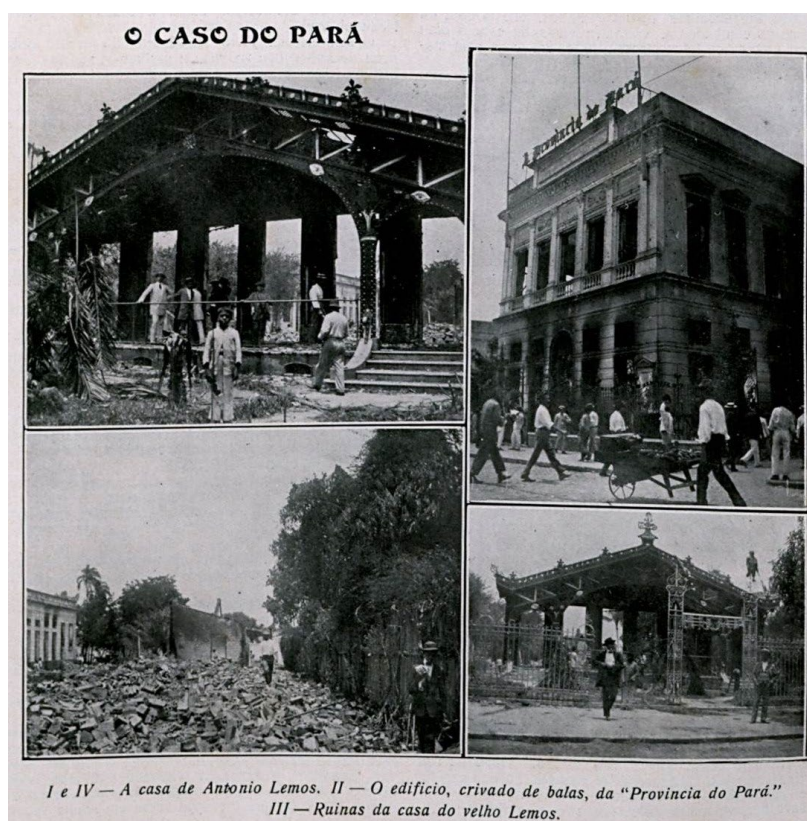
³⁵ BORGES, Ricardo. Op. Cit. 1983, p.216.

³⁶ ROCQUE, Carlos. Op. Cit., 1983, p.158.

participar de evento político. No cruzamento da Avenida Nazaré com a Travessa Benjamin Constant um tiro foi disparado em direção ao carro em que estavam.

Em seguida, a escolta dos políticos reagiu e assassinou o autor do disparo, chamado João Silva e conhecido por João Colé. Sodré sequer interrompeu a programação e seguiu para o Teatro da Paz. No dia seguinte, a *Folha do Norte* e os demais jornais de oposição alardearam o ocorrido, especularam sobre a relação de Colé com os *lemistas* e conclamaram ao povo uma reação. Foi então que se deram os eventos contra a redação d'*A Província do Pará* e Antonio Lemos.

Imagem 12 - O ataque ao prédio da *Província do Pará* e a destruição da casa de Antônio Lemos, 1912



Fonte: CARETA. Rio de Janeiro, 05 de outubro de 1912, p.33.

A série de eventos ocorridos no Pará teve grande repercussão nacional e algumas imagens da destruição da casa de Antônio Lemos e o ataque ao prédio da Província do Pará foram parar na imprensa carioca. Na *Imagem 12*, é possível ver diversos ângulos dos resquícios do palacete onde o velho intendente residia e a sede de seu jornal parcialmente danificada. A disposição do fotógrafo em registrar de modo variado a cena urbana alterada

pela insurreição *laurista* e o espaço concedido na publicação carioca apontam para o impacto do evento.

Agnello Neves, jornalista da *Folha do Norte* e membro declarado do PRF, lançou uma obra em 1918 querendo explicar o processo que havia levado Lauro Sodré ao poder em 1917. Ao se referir aos eventos de 1912, ele atribuiu o atentado da noite de 1918 ao desespero *lemista* diante da perda de representatividade política no estado. Porém, atestou que ele serviu de senha para uma pretensa revolução que havia estourado no dia seguinte³⁷.

Em sua análise, Ricardo Borges afirmou que o simulacro fora combinado entre o governador João Coelho e Virgílio Mendonça que, além de intendente, era o chefe do *Centro de Resistência ao Lemismo*. A intenção seria apenas uma: eliminar definitivamente o velho Lemos da política paraense. O plano teria contado ainda com o apoio dos jornais de oposição, sobretudo da *Folha do Norte*, mas não seria de conhecimento de Lauro Sodré³⁸.

Visão semelhante foi enunciada por Carlos Rocque, que afirmou ter ouvido muitos depoimentos de remanescentes da época antes de concluir que o evento havia sido uma farsa grotesca. Em seu entendimento, Virgílio de Mendonça e Cypriano Santos, da *Folha do Norte*, eram os mais radicais adversários dos Lemos e os principais responsáveis pela destruição d'A *Província do Pará*³⁹.

Os eventos ocorridos no Pará fizeram com que o presidente da República entrasse em reunião com os ministros da Justiça, Exterior, Viação, Fazenda, Agricultura e Marinha e Guerra para tratar da situação. Os telegramas enviados diretamente aos mandatários e aqueles publicados pela imprensa constituíam-se no principal meio de informação. O governo anunciou então que estava pronto para intervir no Pará e que faria respeitar os “*habeas corpus*” impetrados em favor dos senadores estaduais que o requereram. Os senadores Arthur Lemos e Índio do Brasil acompanhavam as decisões diretamente do *Palácio da Guanabara*.

Em 30 de agosto, José Porfírio, senador estadual, enviou telegrama ao presidente Hermes relatando que fora forçado a renunciar o seu mandato por ordem do governador e que precisara se asilar no Quartel da Marinha. Dizia ter ouvido que sua casa seria incendiada tal qual a de Antonio Lemos e o prédio da *Província do Pará*, ao que pedia garantias⁴⁰.

Lauro Sodré, por sua vez, também em telegrama do dia 30, comunicou que a irritação dos ânimos havia explodido em graves consequências que nem ele e nem as autoridades e

³⁷ NEVES, Agnello. *Lauro Sodré ou a evolução política do Pará: 1912-1917*. Pará: Typ. Do Instituto Lauro Sodré, 1918, p.12.

³⁸ BORGES, Ricardo. Op. Cit., 1983, p.216-218.

³⁹ ROCQUE, Carlos. Op. Cit., 1983, p.158.

⁴⁰ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 01 de setembro de 1912, p.6.

forças federais haviam conseguido impedir. O senador acusava a existência de mortos e feridos e a proteção dada ao ex-intendente.

[...] Logo que tive conhecimento do paradeiro do coronel Antonio Lemos, cuja casa fora atacada por populares, resolvi procura-lo em companhia do chefe da inspeção militar e do chefe de Polícia, tendo mais tarde comparecido o Inspetor do Arsenal de Marinha, o Capitão do Porto e outros oficiais. Consegui acalmar a extraordinária agitação da massa popular, que respeitou o carro que conduzia aquele cidadão para a residência do seu genro, onde está cercado de garantias⁴¹.

Os telegramas de Porfírio e Sodré contrastam significativamente. Enquanto o primeiro fala na condição de um político perseguido, asilado, prestes a perder o mandato e sem garantias, Sodré escreve do ponto de vista de uma autoridade oficial interessada na resolução dos conflitos, no apaziguamento de ânimos, um conciliador autoproclamado e quase herói, para quem a ordem já fora restabelecida. Ao reclamar o apoio do presidente da República na missiva desesperada, Porfírio jogava as últimas cartas em favor da intervenção federal. Sodré esforçava-se para a demonstrar desnecessária.

O inspetor interino da 2ª região, major Alencastro Araújo, também escreveu ao marechal Hermes informando que o senador Lemos já se encontrava a salvo e cercado de todas as garantias. Em seu despacho telegráfico, o mais extenso de todos, ele destacou a necessidade de Lauro Sodré falar ao povo para garantir a vida do velho político, “como se fosse a sua própria”. Contou ainda que Lemos havia renunciado de espontânea vontade ao mandato de senador estadual e ao comando da Guarda Nacional, recusando, no entanto, a oferta para se instalar em estabelecimento militar. Ficando protegido por força federal na casa de um dos seus genros.

Em seguida, atesta também ter dado garantias a todos que as solicitaram, inclusive, ao juiz federal e o procurador da República que haviam despachado ao presidente alegando estarem sem garantias e pedindo proteção.

Ao relatar o incêndio da casa de Antonio Lemos, o major Araújo afirmou que mais de duas mil pessoas, “todas armadas de rifles” teriam participado do ato, “tendo sido impossível evitar esse desastre, pois qualquer força da Brigada Estadual que se apresentava, confraternizava com o povo e ficava inerte”.

⁴¹ Id.

O que houve ontem foi uma coisa inesperada e rápida, surgindo por toda a cidade patriotas com organização regular, todos armados de rifles e até de metralhadoras. Todas as forças da Brigada que havia na rua confraternizaram com os mesmos, e ficaram inertes, como já disse, tendo sido uma verdadeira revolução do povo, indignado com o atentado contra Lauro Sodré, anteontem. Penso que o Corpo de Bombeiros, disfarçado, fazia parte dos patriotas, tendo a cidade depois de certa hora da noite de ontem ficado entregue aos patriotas e homens do povo, armados e disfarçados⁴².

A fala do comandante interino da 2ª região militar evidencia a participação dos militares no ato de violência cometido contra Antônio Lemos e seus apoiadores. Ao naturalizar o procedimento de seus subordinados e considerar as circunstâncias como uma “revolução do povo” e dos “patriotas”, atestando a todo o momento o papel destacado de Lauro Sodré na resolução dos conflitos, é possível presumir que Araújo também fosse solidário com a retirada dos Lemos do poder. Além disso, assegurando a volta à normalidade na cidade, criticando os pedidos de proteção enviados ao presidente da República e sustentando a capacidade do efetivo militar paraense de contornar a situação, o major Araújo buscava também afastar o risco de intervenção federal.

No Senado Federal, o caso paraense foi debatido na sessão de 30 de agosto a partir do pronunciamento do Senador Francisco Sá (CE), que acusou o governo de conspirar contra as instituições republicanas. Segundo ele, o “marechal ditador” e “esmagador dos estados” havia se intrometido nas disputas políticas do Pará a fim de inverter garantir o domínio daqueles que contavam com a sua predileção política. O senador dizia não questionar as disputas partidárias, mas a ação do governo federal que, ao ameaçar com intervenção federal, acabara tornando a competição política “violenta e sanguinolenta” e quase vitimando “um dos mais conspícuos membros” da casa. Francisco Sá afirmou que entrevistas dadas por Arthur Lemos aos jornais cariocas indicavam que a negociação com o governo e a movimentação das tropas federais começara antes da crise paraense rebentar. De modo que, o Exército estava sendo utilizado como instrumento de facção política⁴³.

Arthur Lemos, por sua vez, defendeu o governo e se colocou como parte da oposição violentamente esmagada naquele momento. Para ele, a solidariedade que o marechal Hermes mostrava ao PCP não significava favorecimento, posto que os conservadores também haviam concorrido para a eleição de Lauro Sodré no Pará, intermediando a tentativa de aproximação entre os segmentos *lauristas* e *lemistas*. Assim, na visão de Lemos, a conduta do presidente fora patriótica e conciliadora. Argumentando que necessidade de intervenção federal havia

⁴² JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 01 de setembro de 1912, p.6.

⁴³ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro 1912, L4, p.312.

nascido após o descumprimento de duas sentenças de *habeas corpus* emitida pelo juiz federal do Pará, uma em favor da Junta Apuradora das eleições que ele tomava como legítima e outra em favor de 7 senadores do seu partido, justificando o envio das tropas militares da União, uma vez que as forças estaduais estariam entregues às ambições do governador, deixando os seus amigos e o senador Lemos desamparados.

O general Francisco Glicério (SP), dizendo não ter predileção pelos grupos que se digladiavam no Pará pela ambição do poder, afirmou ser contra a intervenção. Ponderou que as ordens de *habeas corpus* citadas por Lemos não haviam sido validadas por Tribunal Superior e que as duas facções em litígio no estado nortista pertenciam ao Partido Conservador, cabendo ao presidente resolver no plano partidário. Muito embora julgasse o marechal Hermes um homem fraco e incapaz de exercer a alta função em que estava⁴⁴.

O governador João Coelho também deu a sua versão dos fatos. Em telegrama datado de 31 de agosto, relatou que o atentado contra Lauro Sodré causara profunda indignação na população, que resolveu protestar pacificamente através de *meeting* na praça da República e depois saudá-lo em sua residência. Ao passar pelo prédio de *A Província do Pará*, os manifestantes teriam sido atacados por vários tiros. O que teria motivado o posterior incêndio do edifício. Na depredação e incêndio da casa de Lemos, 8 pessoas teriam morrido e muitas outras ficado feridas. Em sua exposição, Coelho garante que o governo estadual contava com elementos necessários para manutenção da ordem, apenas alterada pelas notícias de intervenção no estado em favor de um predomínio político considerado nefasto e pelo atentado contra Lauro Sodré⁴⁵.

Nas narrativas que se sucederam aos eventos de 29 agosto de 1912, o medo da intervenção federal foi associado ao atentado contra Lauro Sodré como justificativa para a revolta popular. A intervenção por ser tomada como sinônimo de opressão e imposição de governo, suscitando memórias do período monárquico, e o atentado contra Sodré por ele ser o apregoadado “ídolo” dos paraenses.

Tais narrativas miram em Sodré como a personificação de um “messias” político, um “salvador da pátria”. Neste sentido, as palavras ditas por ele para garantir a vida do adversário frente a uma população revoltada, foram postas em circulação em todos os jornais pesquisados.

⁴⁴ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro 1912, L4, p.310-327.

⁴⁵ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 02 de setembro de 1912, p.3.

Se eu valho alguma cousa para vós, se confias em mim, permiti que, ao lado das autoridades federais e estaduais, eu, representante do povo, dê garantias a esse homem, mostrando ao mundo que vós também sabeis parar diante da vida dos vencidos. Se eu sou quem de fato representa a alma paraense, peço-vos que reentreis na ordem, voltando cada um à sua atividade normal”, teria dito ele no momento final⁴⁶.

Pela erudição, pelo distanciamento do cotidiano paraense, pelos discursos eruditos, pela paixão que despertava, pelo flerte com a classe operária, mas também pelo civismo, pelo militarismo, pelo positivismo e, sobretudo, pela fama de puro, honesto e desinteressado, Lauro Sodré sabia encarnar bem o tipo político “salvador”.

A *Liga Feminina Lauro Sodré* chegou a telegrafar ao presidente da República pedindo o protesto formal do marechal contra a tentativa de assassinado do político paraense e escreveu mensagem à redação de *O Paiz* criticando a cobertura feita pelo jornal dos acontecimentos ocorridos em Belém⁴⁷.

Nem todos, porém, acreditavam na sua famigerada imagem de “puro”. Matéria veiculada na seção “a pedidos” no *Jornal do Comércio* sugeria que Lauro Sodré tinha mais uma vez agido por pura ambição no cenário político. Segundo o texto, o senador paraense teria entrado em acordo com os *coelhistas* antes mesmo de retornar à capital paraense e sido conivente com todas as articulações, deixando tudo acontecer e depois saído a fingir generosidade⁴⁸.

A repercussão gerada pela revolta contra a figura de Antonio Lemos e, na outra ponta, pelas ações “heroicas” de Lauro Sodré, fizeram com que o Governo Federal desistisse momentaneamente das intenções do PCP e da própria intervenção. Mas, também deixasse de ver com agrado o retorno de Lauro Sodré ao governo do estado, uma vez que, direta ou indiretamente arrastado para o centro dos eventos de agosto, incompatibilizara-se com o perfil conciliador desejado pelos *hermistas*.

A partir daí a missão de Sodré passou a ser garantir o reconhecimento de representantes dos três partidos no Congresso Estadual e, ao mesmo tempo, retirar sua candidatura. Com ela, a ameaça de intervenção federal ficaria mantida. E, mesmo a base do PRF sendo formada em grande medida por militares e civis fervorosos, Sodré sabia não ter condições de resistir.

⁴⁶ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 02 de setembro de 1912, p.1.

⁴⁷ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 02 de setembro de 1912, p.1.

⁴⁸ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 02 de setembro de 1912, p.6.

Assim, no início de setembro os próceres da política paraense se reuniram no Arsenal de Marinha a fim de tratar do reconhecimento dos eleitos para o Congresso Estadual. A proposta de Lauro Sodré, que foi acatada, era que os três partidos tivessem participações iguais. Assim, na Câmara dos Deputados, cada um ficou com 10 representantes, e no Senado Estadual, *lauristas* e *coelhistas* contavam com 9 assentos, enquanto os *lemistas* 7, dando ligeira maioria aos elementos supostamente congregados.

Importante perceber que, sem celebrar acordos oficiais, no plano federal, Lauro Sodré havia se aproximado dos *lemistas*, e, no plano estadual, dos *coelhistas* a fim de fortalecer o PRF. A estratégia, aparentemente, funcionou bem, embora tenha lhe custado a indicação ao governo estadual.

No dia 09 de setembro, no Teatro da Paz, a *Liga Feminina Lauro Sodré* realizou sessão solene dedicada ao seu patrono. Na ocasião, discursaram inúmeras pessoas, dentre elas Hilda Vieira, aparentemente, a principal organizadora do encontro. As mulheres da associação distinguiam-se utilizando galhardete em tecido com as cores do Pará e imagem de Lauro Sodré cercada pelas cores da bandeira nacional (*Imagem 13*).

Imagem 13 - Galhardete da Liga Feminina Lauro Sodré



Fonte: Acervo Particular Vanda Viveiros de Castro Coutinho.

Após muitos pronunciamentos, Lauro Sodré discursou acerca da situação da República e de sua conduta política. Destacou que a viera ao Pará para auxiliar na obra de pacificação das tensões políticas e pediu que fosse respeitada a sua decisão de não ser candidato ao governo do estado. Não deu maiores justificativas, falou apenas que era necessário prosseguir

com a obra de conciliação, indicando para o posto os nomes de Justo Chermont, Gentil Bittencourt, Serzedello Corrêa ou Enéas Martins⁴⁹.

Consta que após esta cerimônia *coelhistas* e *lauristas* fecharam acordo em torno de Enéas Martins, nome bem aceito na cúpula do governo federal. Em 17 de setembro, o *Grêmio Paraense*, no Rio de Janeiro, aprovou moção de apoio à candidatura do então sub-secretário do Ministério do Exterior⁵⁰.

Na época, alguns *lauristas* tentaram justificar a resistência de Lauro Sodré a assumir o governo em virtude de se encontrar há anos sem domicílio no estado, o que em tese o impediria de assumir mandatos políticos nos termos da legislação estadual⁵¹. Esta alegação, embora plausível, servia apenas para camuflar as articulações políticas de bastidores e novamente colocar Lauro Sodré na condição de exemplo cívico, respeitador das leis mesmo sendo solicitado por todos a retornar ao Executivo paraense. Tal impedimento não foi uma questão no pleito seguinte de 1916.

A recusa em assumir o governo causou desapontamentos. Mas, Sodré deixou o Pará em grande prestígio. A partir de 1912, voltaram a circular na imprensa notícias sobre procissões cívicas em homenagem ao seu natalício. Naquele ano os festejos incluíram missa em ação de graças na Basílica de Nazaré e cortejo com participação de senadores, deputados, militares, bandas de música, bombeiros, *Liga Feminina*, lojas maçônicas, escolas, associações comerciais, dentre outras. A procissão era puxada por um carro ornamentado com o retrato de Lauro Sodré e acompanhada por 150 outros veículos. Ao longo do trajeto, as pessoas atiravam confetes e flores sobre a sua imagem⁵².

Em 15 de outubro de 1912, Lauro Sodré desembarcou no Rio de Janeiro por volta das 03h da manhã, sendo recebido pelos representantes do *Grêmio Paraense*, *Federação dos Estados do Norte*, *Centro Paraibano*, *Centro Cívico Sete de Setembro*, *União Republicana*, *Comitê Republicano Lauro Sodré*, *Grêmio Rio Grandense do Norte*, *Guarda Nacional*, *Maçonaria*, *Academia do Comércio*, *Centro Alagoano*⁵³.

No dia seguinte, concedeu entrevista ao jornal *A Época* que foi republicada por vários órgãos de imprensa. Foi instigado a falar sobre a sucessão governamental e reafirmou o que tinha dito no Teatro da Paz. Sua ida ao Pará havia sido para auxiliar na pacificação dos espíritos e, neste sentido, Enéas Martins despontara como candidato da conciliação, como a

⁴⁹ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1912, p.1.

⁵⁰ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1912, p.3.

⁵¹ TRAÇOS biográficos do Dr. Lauro Sodré. Op. Cit. 1917, p.35.

⁵² JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1912, p.2.

⁵³ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1912, p.3.

situação pedia. Sobre os episódios mais violentos, Sodré pontuou que os ódios eram profundos e de longa data e, retomou elementos do seu pensamento revolucionário. “Quem seria capaz de conter a fúria de ímpeto com que se desencadeiam as paixões assanhadas de um povo que se levanta?”, indagava ele. Complementando que apesar de ter sido julgado no parlamento e na imprensa, ninguém ouvira dele nada que pudesse açular vinganças.

Foi tudo isso um movimento genuinamente popular. Ninguém o concertou, ninguém o dirigiu. Era uma grande massa de gente em armas. A testa desses homens armados não havia nenhum chefe. Era a multidão indisciplinada e irrefreável, desencadeada como um furacão. Vãs e inúteis as tentativas para lhes opor qualquer resistência. Nessas terríveis horas o povo faz-se juiz e algoz: julga, sentencia e executa. Assim foi todo esse drama que eu assisti, não indiferente ou inerte, antes lutando para que no seu desfecho menores fossem os danos e menos penoso o desenlace⁵⁴.

A ideia de um movimento genuinamente popular de revolta contra os poderes estabelecidos lembra o período em que costumeiramente Sodré era chamado de *jacobino*. Nesse momento, o termo já não era mais tão empregado na imprensa e no parlamento, contudo a base do pensamento do senador era a mesma. Apesar da aparente moderação, Sodré seguia acreditando que a insurreição era um dos caminhos para “*julgar, sentenciar e executar*” os detratores do regime.

O fato de não ter se colocado como líder da revolta parece mero detalhe, pois, como ele mesmo confirma, estava posto na cena, assistindo e participando das tomadas de decisões. Assim, se é possível estabelecer paralelos com suas ações de 1904, também o é em relação a 1916. Sodré voltaria ao Pará e, apoiado por elementos militares e civis, ajudaria a depor o governador que ele também ajudara a eleger. Tudo em nome da República, da moralidade, do patriotismo e do povo. Essa massa popular sem rosto e identificação, no fim das contas, continuava sendo a força capaz de legitimar suas ações. Pintado ao longo do tempo como autêntico símbolo do regime republicano, quem duvidaria dele?

Antonio Lemos não viveu por muito tempo após a derrocada de seu domínio no Pará. Faleceu em 02 de outubro de 1913. O *lemismo*, contudo, continuou vivo por algum tempo como tendência política através de seu sobrinho-genro, Arthur Lemos. E a querela de *lauristas* e *lemistas*, apesar de se encerrar no plano das disputas partidárias e eleitorais, transpassou épocas a partir dos trabalhos memorialísticos e da produção de novas disputas na política, na literatura e na história. Nesses embates, não há muita dúvida, a memória do senador Lemos, até aqui, tornou-se mais intensa, celebrada e problematizada do que a do

⁵⁴ JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1912, p.8.

senador Sodré, processo este que não condiz com o apelo popular de ambos nas épocas em que rivalizaram e faz pensar sobre a forma como eles têm sido revisitados nesses últimos tempos⁵⁵.

Ainda em 1913, o jornalista Valente de Andrade lançou um interessante livro chamado “Evolução política: a queda das oligarquias”. Sua proposta era analisar de forma independente o que se passara em 1912 com a queda de Lemos, já que o autor dizia não estar ligados a nenhum dos partidos políticos paraenses. Para ele, existiam na política nacional dois grandes grupos, o dos oligarcas, representado no Pará por Lemos, que tinha a máquina pública nas mãos e mais dois jornais que lhe faziam propaganda, e o grupo dos civilizados e ilustrados, onde estaria Sodré, que apenas reagiria aos “detentores do poder”. De forma que, nos momentos de agitação social contra as administrações fraudulentas se tornara comum o uso das forças armadas para fins políticos. Dizia ele:

Nestas condições, ninguém se deve admirar que seja das tradições da nossa nacionalidade o emprego da força pública para fins políticos. De fato, essa força, quer seja das brigadas policiais, quer seja do Exército Nacional, tem sido sempre chamada, ou pelo conjunto de circunstâncias ou pela ambição de certas personagens civis, a representar preponderante papel no cenário político. Agindo diretamente, como na proclamação da República, ou indiretamente, pela inercia, como agora, quando o povo derrubou violentamente as oligarquias, a sua ação tem sido decisiva nos grandes movimentos políticos do país. Sob o ponto de vista puramente militar, estas situações a que se vê arrastado o Exército são simplesmente deploráveis⁵⁶.

Porém, na visão de Andrade, o erro não seria do Exército em si, cumpridor de sua função patriótica, mas da sociedade, ainda não preparada para deixar a instituição militar entregue ao seu ofício. Visões como esta favoreciam e legitimavam movimentos como os que

⁵⁵ Simbolicamente, por exemplo, a rua Lauro Sodré, que existia no centro urbano de Belém no período em que Antonio Lemos e Lauro Sodré eram vivos, mudou de nome e depois foi relançada na periferia da cidade, hoje dizendo respeito a logradouro do bairro da Terra Firme. Em paralelo, um dos corredores centrais da cidade se chama “Senador Lemos”. O antigo Palácio Governamental que, passou a se chamar Lauro Sodré como forma de homenagear o político paraense, foi transformado em Museu Histórico do Estado e, apesar de levar o nome de Sodré, não abriga nenhuma coleção ou objeto relativo ao político paraense. Logo ao lado está o Palácio Antônio Lemos, sede da Prefeitura Municipal, que também funciona como museu e abriga importante espaço e acervo com objetos e imagens do velho intendente. Essa distinção também pode ser percebida no volume de produções acadêmicas do Laboratório de História, da UFPA, com um percentual consideravelmente maior de monografias de conclusão de curso e especialização que estudaram elementos da administração *lemista*. Neste sentido, é importante fazer referência ao trabalho de Daniella Moura, que demonstrou como a cidade republicana pode ser pensada como “uma grande galeria imaginária”, onde as disputas políticas também se manifestam nas memórias coletivas socialmente compartilhadas. C.f.: MOURA, Daniella. *A República paraense em festa (1890-1911)*. Op. Cit., 2006, p.22.

⁵⁶ ANDRADE, Valente de. Op. Cit., 1913, p.11.

se processaram na capital paraense em 1912 e 1916 na medida em que eram pensados como o cumprimento de um dever maior.

Neste sentido, ainda que Lauro Sodré tenha evitado assumir publicamente a postura de oligarca tanto por ter entregue a Cypriano Santos a responsabilidade dos acordos políticos locais quanto por ter construído para si o perfil do político honesto, simples e desprendido de bens materiais. Por outro lado, ele franqueou o poder a quem manteve a postura personalista de mando e não fez muito para evitar.

2.2 – “Puro como Lauro” – A conquista do Estado paraense

Eleito para mais um mandato senatorial de 9 anos, Lauro Sodré ficaria no cargo apenas 5, de 1912 a 1916, comunicando a renúncia em 1917 para assumir o governo do Pará. A forma como chegou pela segunda vez ao Executivo estadual da sua terra natal colocou em questão duas imagens atribuídas a ele: a de baluarte da democracia e a de um famigerado golpista. Quem seria ele, afinal?

O novo mandato senatorial apresenta mudanças e continuidades em relação aos anteriores (*Tabela 9*). Entre as 17 participações na tribuna observadas no período, constam 9 emendas, 2 discursos, 2 ofícios, 2 projetos, 1 moção, 1 telegrama. O que assinala, por um lado, uma postura mais propositiva do que debatedora do senador, e, por outro, uma atuação discreta, com uma média de 3 participações por ano, muito embora praticamente metade dessas participações (8) tenham ocorrido em um mesmo ano (1915).

A eleição pelo Pará não implicou, portanto, em um aumento exponencial de idas à tribuna da parte do senador Sodré. Na realidade, se comparado ao período do seu primeiro mandato, praticamente o mesmo do terceiro em extensão de anos, é possível observar um recuo significativo no número de participações na tribuna⁵⁷. Ao ponto de Emmanuel Sodré sequer se reportar a este mandato quando listou as participações do pai no Senado Federal⁵⁸.

O senador Sodré ficou mais discreto, moderado. Mas, entre os temas mais evocados, os assuntos militares continuaram despertando maior interesse. Em pelo menos 9 ocasiões, o político tratou de temas ligados ao Exército ou à Armada e em duas ocasiões tratou de questões especificamente ligadas às necessidades da região “Norte”, mas sem entrar no mérito partidário ou nas disputas políticas que envolviam essas regiões. Não foram identificadas falas

⁵⁷ Entre 1897 a 1902, Sodré teve 33 participações na tribuna.

⁵⁸ SODRÉ, Emmanoel. Op. Cit., 1970, p.101.

abertamente contrárias ao governo federal ou estadual. Muito embora o senador continuasse atuante nas duas esferas. Agora, como partidário da situação. O que ajuda a entender em grande medida o seu cometimento parlamentar.

Tabela 9 - Participações de Lauro Sodré no Senado em (1912-1917) – 3º Mandato

DATA	MODALIDADE	ASSUNTO
24/06/1912	Emenda	Garantias aos conferentes de capatazia e funcionários aduaneiros
13/08/1912	Ofício	Afastamento das atividades parlamentares/Viagem ao Pará
19/12/1913	Emenda	Vencimento de guarda-marinha
25/12/1913	Emenda	Orçamento
29/12/1913	Emenda	Cursos na Escola Militar
03/08/1914	Ofício	Comunicando afastamento e enfermidade
31/12/1914	Moção	Pela paz no velho continente
25/08/1915	Projeto	Subvenção anual para exploração de gado no Maranhão e Piauí
22/10/1915	Discurso	Interesses econômico-financeiros do Norte do país
10/12/1915	Emenda	Orçamento do Ministério da Guerra/Exército
11/12/1915	Emenda	Sociedade de tiro
11/12/1915	Projeto	Professores dos estabelecimentos de ensino militar
15/12/1915	Emenda	Funções de oficiais do Exército
18/12/1915	Emenda	Orçamento da Fazenda
20/12/1915	Emenda	Força naval/Marinha
22/09/1916	Discurso	Promoção de oficiais por merecimento
28/04/1917	Telegrama	Renúncia do mandato

Fonte: ANAIS DO SENADO FEDERAL (Adaptado).

Em 1912, como se sabe, Lauro Sodré se dividiu entre o Senado Federal e a política paraense, tendo apresentado apenas uma emenda parlamentar a despeito de projeto voltado à classe profissional marítima. No ano seguinte, pouco se dirigiu à tribuna novamente. Suas proposições foram feitas de “afogadilho”, como se costumava dizer das medidas que impactavam o orçamento e eram lançadas no final dos trabalhos anuais do Congresso. Em 1914, as colocações praticamente inexisteram. As duas únicas participações de Sodré nos trabalhos da Câmara Alta foram indiretas, isto é, pela leitura de documentos assinados por ele e remetidos à mesa. 1915 foi o ano em que mais teve visibilidade na tribuna. Datam deste período proposições mais variadas sobre os temas militares e suas colocações mais diretas sobre os estados do “Norte”. A partir daí, começou o processo de transição para o governo estadual e, na medida em que suas preocupações convergiam para a política paraense, sua

participação na tribuna do Senado se extremamente reduzida. 1916 assinala apenas uma fala com relação à promoção de oficiais.

Embora pouco assíduo na tribuna, Sodré se mostrou mais ativo na *Comissão de Marinha e Guerra*, para a qual foi reeleito sucessivamente no período em questão. Como já assinalado anteriormente, a atuação na comissão lhe dava condições de legislar mais diretamente sobre os assuntos que aparentemente mais lhe importavam, os militares. Desta maneira, ao longo de seu terceiro mandato, Sodré atuou na comissão ao lado de parlamentares como Pires Ferreira (PI), Índio do Brasil (PA), José Siqueira Menezes (SE) e Mendes de Almeida (MA), sendo relator de 13 pareceres, com destaque para a proposição de reorganização do ensino militar (1913), redução do tempo de conclusão de curso na Escola Militar (1914) e os pareceres sobre a fixação de força de terra (1914 e 1915), tema que sempre lhe despertou interesse desde o início da trajetória senatorial.

Neste último caso, já na transição do governo Hermes da Fonseca para o de Wenceslau Braz, Sodré fez uma fala alegando que o Congresso adotava muito rapidamente e sem nenhuma modificação as propostas apresentadas pelo Poder Executivo, sem se preocupar com as reais necessidades da organização militar. Essa, talvez, tenha sido a colocação mais crítica em relação ao governo.

O que todos querem é que o pequeno exército que nós precisamos e devemos ter seja um exército de verdade, na realidade e não no papel, disciplinado e instruído, dotado de todos os aparelhos que as ciências e as artes põem em toda parte aos serviços dos que tem por missão eventual a guerra, sem que lhe falte o auxílio indispensável de reservas bem constituídas e facilmente mobilizáveis⁵⁹.

Neste escopo, a passagem da *Grande Guerra* de 1914 não passou despercebida pela lente do senador militar Lauro Sodré. Aproveitando o ensejo, ele criticou em parecer da *Comissão de Marinha e Guerra* os que insinuavam na imprensa e no parlamento que as classes armadas oneravam os cofres públicos, com aumento anuais de gastos. Tratava-se de uma questão de defesa, dizia Sodré, e o Brasil ainda não havia empregado todos os esforços para constituir da maneira devida suas forças militares. O fenômeno do crescimento de despesas era natural e global, considerava o senador paraense. De modo que a “obra patriótica” do levantamento do Exército e da Marinha não poderia ser apontada como causa principal da crise. Era necessário cuidar com interesse da defesa nacional, de um modo que,

⁵⁹ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1914, L8, p.63.

ainda que se quisesse paz, se estivesse preparado para a guerra. Até então, o melhor avanço no campo militar, na visão de Sodré, teria sido o dispositivo do serviço militar obrigatório, instituído pelo decreto de janeiro de 1908, em contraposição ao regime do voluntariado, estabelecido pela constituição de 24 de fevereiro 1891. Sodré citou o exemplo da Inglaterra, envolvida em guerra naquele momento e que contava com o serviço de alistamento voluntário e passava dificuldades para conseguir recrutar soldados para o *front*. Avaliou ainda a experiência francesa, norte americana e alemã, enaltecendo fortemente a constituição de tropas das duas últimas. E, por fim, criticou a existência “parasitária” da Guarda Nacional, que distribuía títulos em troca de serviços eleitorais ou dádiva a amigos. Não concebia que após a lei de 1908 tal estrutura tenha se preservado pelos governos republicanos. Era necessário, dizia ele, “pôr ordem nessa situação anárquica”, defendendo que a Guarda Nacional fosse o Exército de 2º linha, mas uma reserva organizada e treinada⁶⁰.

Apesar das pautas militares também serem predominantes neste mandato, a forma de Lauro Sodré apresentá-las muda significativamente. A capacidade de analisar a situação do Exército e buscar o seu melhoramento continua a mesma. Mas, a urgência para ver resolvidos os problemas e, sobretudo, a virulência do discurso diminuem. O alinhamento político do senador ao governo do marechal Hermes explica a variação de padrão. Esse é o primeiro mandato exercido por Lauro Sodré na condição de governista e, enquanto aliado do governo, não cabia o ímpeto revolucionário. Sodré parece mais empenhado em atuar “tecnicamente”, levantando questões para serem resolvidas dentro da normalidade sistêmica do legislativo. Até mesmo os discursos, antes longos e demorados, passaram a ser pontuais. A adoção da estratégia do “afogadilho” é singular neste sentido. Mais que o debate e as proposições para regenerar a República, passava a importar agora a própria viabilização e consecução das pautas.

Não à toa, em 1913, num indicativo de que a querela de *lauristas* e *lemistas* havia definitivamente arrefecido, Lauro Sodré, pela primeira vez em sua trajetória parlamentar, tomou parte de uma proposição junto de Arthur Lemos e Índio do Brasil. A emenda, apresentada por Lemos em nome da representação do Pará, do Amazonas e da população do Acre, que não contava com representantes no Congresso Nacional, previa que o governo ficasse autorizado a dar início ao plano de saneamento da Amazônia, como já havia sido proposto por Oswaldo Cruz, dispensando a quantia de dois mil contos naquele exercício. A

⁶⁰ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1915, L7, p.149-172.

argumentação indicava que a medida ajudaria, inclusive, a dar garantias aos negócios da borracha⁶¹.

A proposição acabou não aprovada sob alegação de criar novos serviços ao orçamento, mas, em outro momento, ela sequer seria apreciada em nome da bancada paraense, sendo, portanto, um fato genuinamente novo na história dos representantes paraenses no Senado e diretamente relacionado ao processo de reconfiguração política acontecido durante o ano de 1912.

A bancada paraense também assinou o projeto do senador Pires Ferreira (PI) que tratava da concessão de subvenção anual a quem se dispusesse fazer a exportação de gado abatido nos estados do Maranhão e Piauí, pelo rio Parnaíba e pelo sistema frigorífico. O modelo de exportação defendida por meio de matadouros flutuantes e frigoríficos abria a possibilidade direta de comercialização com os estados do “Norte”, o que justificava a participação dos senadores paraenses⁶².

Os jornais também indicam a mudança de comportamento dos representantes paraenses. Em setembro de 1913, acompanhado dos deputados Firmo Braga (PRF), Teotônio de Brito (PRF) e Rogério de Miranda (PRC), Lauro Sodré participou de reunião com o presidente da República e o ministro da Fazenda para tratar da crise financeira do estado do Pará em virtude da crise da borracha. O presidente prometeu à bancada paraense agir para minorar os problemas do comércio paraense⁶³.

A partir de fevereiro de 1913 o nome de Lauro Sodré começou a ser cotado para suceder o do marechal Hermes na Presidência da República. Sobre o assunto, o *Jornal do Comércio* publicou nota do *Correio da Manhã* onde se afirmava que o tempo de Sodré havia passado quando desistiu do governo do seu estado e começara a fazer acordos com os dominadores de antes. “Ele era um símbolo e uma bandeira de combate”, dizia a nota. Naquele momento, Sodré não passava de uma sombra discreta e conveniente, concluía⁶⁴.

Mas, nem todos pensavam assim. Ao analisar os nomes dos presidenciáveis, o monarquista Visconde de Ouro Preto viu em Lauro Sodré o candidato que se impunha aos republicanos naquele momento, em detrimento de individualidades como Nilo Peçanha, Dantas Barreto e Pinheiro Machado. Seu posto na maçonaria poderia assustar os católicos,

⁶¹ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1913, L9, p.405-407.

⁶² ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1915, L5, p.271.

⁶³ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1913, p.3.

⁶⁴ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 1913, p.2.

mas sua experiência governamental do Pará seria suficiente para afastar maiores temores. Era Lauro Sodré um republicano puro quanto aos princípios governativos⁶⁵.

Em maio, foi realizada no Pavilhão Internacional um comício dedicado à candidatura de Lauro Sodré (*Imagem 14*). A sessão foi dirigida por Almeida Godinho, ex-proprietário de *O Paiz*, e dela tomaram parte Inglês de Souza e o general Mena Barreto. O ponto convergente da fala dos oradores era o argumento de que o nome de Lauro Sodré era ilibado e suplantava quaisquer outros adversários pela fidelidade aos princípios democráticos, constitucionais e republicanos⁶⁶.

No mesmo período, na seção “Telegramas” do Jornal do Comércio divulgou-se que a *Folha do Norte* havia recebido telegrama assinado pelos três participantes da cerimônia no Pavilhão Internacional e mais Silvio Romero, Visconde de Ouro Preto, Bruno Lobo e Vicente Piragibe comunicando o lançamento da candidatura de Lauro Sodré e solicitando apoio. Ao que Cypriano Santos respondeu que o apoio seria dado a tudo o que tivesse a aquiescência de Lauro Sodré⁶⁷.

Imagem 14 – Inglês de Souza e a campanha pró-Lauro para Presidência da República, 1913



Fonte: A ÉPOCA. Rio de Janeiro, 25 de maio de 1913, p.5.

⁶⁵ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 24/ de maio de 1913, p.7.

⁶⁶ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 25 de maio de 1913, p.6.

⁶⁷ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 29 de maio, 1913, p.2.

A resposta do diretor da *Folha do Norte* é um indicativo de que a candidatura não estava necessariamente definida e alinhada aos planos de Sodré. Mas, o grupo reunido continuou tentando viabilizá-la. A Comissão Executiva montou comitê de propaganda formado por inúmeros jovens acadêmicos, dentre eles os paraenses Rodrigo da Veiga Cabral e Camilo Salgado dos Santos.

Enéas Martins, ao ser convidado a apoiar a candidatura, respondeu ao general Mena Barreto que não julgava apropriado naquele momento expor inutilmente o nome de Sodré a bandeiras de agitações estéreis⁶⁸.

No início de junho chegaram a ser realizados comícios em Belém em favor da candidatura de Sodré. Após um desses eventos, realizado pela classe marítima, na praça da República, Lauro Sodré telegrafou ao governador do estado, Enéas Martins, dizendo-se grato pela manifestação de apreço, mas reiterando que não era candidato e que aquele movimento político não era adequado, posto que a tarefa de presidir a República não lhe cabia⁶⁹. Após esse pronunciamento repercutido na imprensa carioca e paraense, a campanha esfria. Silva Jardim, um dos propugnadores da candidatura presidencial do militar paraense, passou, por exemplo, a recomendar o nome de Assis Brasil na imprensa, sugerindo Sodré como vice. Da sua parte, Lauro Sodré recomendou o apoio do PRF à chapa de Wenceslau Braz.

No Senado, outro tema ligado aos chamados estados “do Norte” nasceu de viagem de Sodré a Belém e de sua participação na *Federação do Norte*⁷⁰. Em 22 de outubro de 1915, o senador falou em defesa dos estados atingidos pela seca, apelando enquanto nortista para que os altos poderes da República dessem rápido socorro às populações flageladas⁷¹. Não era a primeira vez que tratava do assunto enquanto senador e a preocupação rotineira com o tema o fez torna-se presidente da associação referenciada, abrindo canal de comunicação com a população do Nordeste e repetindo a ideia de que era senador da República acima de tudo e não apenas de seu estado.

Em 1916, a atuação na *Comissão de Marinha e Guerra* acabou por produzir o único momento no ano em que foi possível ver o senador paraense ocupando a tribuna. Apenas para lançar e justificar alguns dos seus entendimentos sobre a vida militar. Posteriormente, Sodré foi ainda nomeado para substituir Silvério Nery na *Comissão de Obras Públicas*⁷² e para

⁶⁸ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 30 de maio de 1913, p.2.

⁶⁹ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 04 de junho de 1913, p.2.

⁷⁰ Sobre a associação mais diretamente, consultar Capítulo 4, item 4.

⁷¹ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro. 1915, L7, p.265.

⁷² ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro. 1916, L3, p.179.

integrar a *Comissão Mista de Defesa Nacional*⁷³. Mas, não teve regularidade nestas comissões. Até mesmo na *Comissão de Marinha e Guerra*, a frequência de participação diminuiu consideravelmente e muitos pareceres foram emitidos sem a sua colaboração. O único processo que relatou ao longo do ano tratava das exigências para promoção de oficiais do Exército e da Marinha. Ele chegou ainda a se colocar em outros debates, mas de modo pontual e sem maiores aprofundamentos. Em nenhum momento assumiu lugar na tribuna para apresentar matéria de sua autoria. No final do ano se licenciou da atividade parlamentar e retornou ao Pará.

Para entender melhor o significado deste retorno, é necessária uma rápida digressão.

A chegada de Enéas Martins ao governo do estado em 1913 evidenciou a incompatibilidade que havia entre Pinheiro Machado e Lauro Sodré no âmbito do *hermismo*. Uma incompatibilidade posta desde a criação do PRC, quando as ideias revisionistas de Sodré o afastaram do núcleo político do governo Hermes. Assim, embora o PRF tenha saído fortalecido dos pleitos legislativos de 1912, Sodré foi barrado para o Executivo estadual, perdendo a chance de um domínio completo da política paraense.

No tempo em que esteve ausente do Pará, Enéas Martins instalou escritório de Advocacia em Manaus e exerceu dois mandatos de deputado federal pelo Partido Republicano Amazonense (1903-1905). Nesse período, auxiliou o Barão do Rio Branco na defesa do *Tratado de Petrópolis* a fim de resolver a *Questão do Acre*. Logo em seguida, abandonou a política para ser diplomata. Ricardo Borges o classifica como o “maior” dos paraenses em inteligência cultura e serviços relevantes ao país⁷⁴.

Durante o evento da *Liga Feminina*, no Teatro da Paz, Lauro Sodré chegou a recomendar o nome de Enéas Martins quando retirou oficialmente a sua candidatura. O governador escolhido por Pinheiro Machado tinha uma trajetória política pregressa ligada ao próprio Sodré e ao combate ao *lemismo*, tendo sido um dos proprietários fundadores da *Folha do Norte*, até deixar o estado em 1897. Assim, havia natural expectativa de que ele voltasse a se alinhar ao grupo *laurista*.

A expectativa, porém, não se confirmou. Ao retornar ao Pará, Enéas Martins trouxe consigo, além do *modus operandi* comum ao campo diplomático, a recomendação de Pinheiro Machado para que fizesse um governo de conciliação entre as três tendências partidárias do

⁷³ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro. 1916, L4, p.359.

⁷⁴ BORGES, Ricardo. Op. Cit., 1983, p.226.

estado. Isso acabou por produzir profundas e mútuas antipatias entre ele e o grupo da *Folha do Norte*.

Para Cypriano Santos, Enéas Martins estava interessado em isolar Lauro Sodré no Pará e, conseqüentemente, acabar com o *laurismo*. De modo que, o chefe da *Folha do Norte* e do PRF, “o amigo leal de Lauro Sodré, o guarda heroico dos seus inatacáveis princípios de honra política”, investiu pesada e decididamente contra a intenção do governador do estado de formar uma coalizão política⁷⁵.

O senador militar, a princípio, aceitou tratar da fusão dos partidos, mas sugeriu que isso ocorresse após a transição do governo Hermes da Fonseca, em fim de mandato, conforme o telegrama que ele enviou a Cypriano Santos.

Escrevi a V., ao dr. Enéas Martins e ao dr. Martins Pinheiro, dizendo que considero inoportuna qualquer reorganização do nosso partido agora, convindo aguardar o momento decisivo, que permita incorporar novos elementos, tendo conosco perfeita harmonia, tendências para acordo e orientação de são política, a qual tenho sempre aconselhado – Lauro Sodré⁷⁶.

Enéas Martins não aceitou esperar e em dezembro de 1914 refundou o PRP, conseguindo agrupar o que havia dessa antiga legenda e mais alguns dissidentes do PRC e do PRF, como Theotônio de Brito e Martins Pinheiro. O novo partido seguiria oficialmente a orientação do governo estadual e do governo federal. Com isso, Lauro Sodré se afastou do antigo companheiro e referendou a guerra já declarada pela *Folha do Norte*, que seguia sustentando a disposição de tudo fazer pelo senador militar.

De maneira que, após *lemistas* e *coelhistas*, os *lauristas* se insurgiram contra os *eneístas*. Na imprensa, a *Folha do Norte* passou a rivalizar mais diretamente com o jornal *O Estado do Pará*, que seguia a linha do governo estadual. Nesse embate, a folha de Cypriano Santos procurava explorar a crise financeira que atingia o estado, denunciando o endividamento do governo e os atrasos de pagamento do funcionalismo público, alegando que o Pará afundava em pobreza e fome.

Com o fim do governo de Hermes da Fonseca (1914) e, sobretudo, com o assassinato de Pinheiro Machado (1915), Enéas Martins perdeu forças no plano federal. O novo presidente, Wenceslau Braz, era avesso aos acordos celebrados pelos conservadores e, apesar

⁷⁵ NEVES, Agnello. Op. Cit., 1918, p.20.

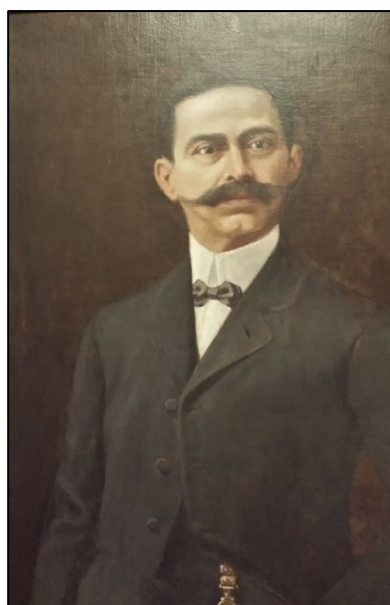
⁷⁶ NEVES, Agnello. Op. Cit., 1918, p.22.

de oficialmente manter postura de neutralidade em relação aos negócios estaduais, mantinha simpatias por Sodré.

Atento ao novo cenário, o líder *federalista* empreendeu nova viagem ao Pará em março de 1915. Mesmo pedindo que não se fizessem festas em virtude da crise econômica pela qual passava o estado, foi acompanhado por cerca de 5 mil pessoas até a casa de Cypriano Santos quando de sua chegada⁷⁷.

Em Belém, sempre acompanhado de Cypriano Santos, Lauro Sodré teve reuniões com os próceres do PRF, visitou instituições e recebeu apoio para uma eventual candidatura ao governo. Esteve com a Associação Comercial, a Sociedade dos Foguistas, a Escola Prática do Comércio, o Clube dos Maquinistas, a União Marítima Lauro Sodré, a Liga Feminina Lauro Sodré, a Associação de Imprensa, a Associação de Marinheiros e Remadores, o Clube de Artistas e Operários e com muitos professores e estudantes. Além destes, as oficinas maçônicas, em geral, também receberam e saíram em apoio ao seu grão-mestre. A *Loja Cosmopolita* realizou comício em que Archimimo Lima e Elias Vianna lançaram perante o mundo maçônico o nome de Lauro Sodré ao governo estado. No mês seguinte ele retornou ao Rio de Janeiro e a *Folha do Norte* intensificou a campanha em prol do seu nome e contra Enéas Martins⁷⁸.

Imagem 15 - Antonio Joaquim da Silva Rosado, aspecto de tela de autoria desconhecida



Fonte: Acervo Pessoal Sarah Aguiar.

⁷⁷ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 24 de março de 1915, p.2.

⁷⁸ NEVES, Agnello. Op. Cit., 1918, p.44.

Arthur Lemos e seus companheiros de bancada do PCP e PRP mantiveram o pacto feito em torno de Enéas Martins em 1912 e apoiaram o seu candidato ao governo do estado, Antonio Joaquim da Silva Rosado. Curiosamente, o médico Silva Rosado havia sido intendente de Belém na época do primeiro governo de Lauro Sodré e um dos membros mais ativos do PRF ao longo dos primeiros anos do século XX. Mas, ao apoiar os governos de João Coelho e Enéas Martins, se distanciou do grupo da *Folha do Norte*, propugnador da candidatura de Lauro Sodré.

Lauro Sodré desembarcou no Pará em 15 de outubro de 1916. Até então não havia se declarado oficialmente candidato, mas, seguindo a linha do político desinteressado e abnegado, dizia estar disposto a aceitar a tarefa que os “amigos” lhe confiassem⁷⁹. E os “amigos” lhe prepararam outra estrondosa na recepção.

Os relatos da época indicam que o cais do *Port Of Pará* ficou mais uma vez mais apinhado de pessoas interessadas em saudar o senador Sodré. Além da área de desembarque, a avenida Hermes da Fonseca, o Boulevard da República, avenida 15 de Agosto e todo o trajeto da avenida Nazaré estavam devidamente ornamentadas para a ocasião. O cortejo cívico formado por correligionários políticos e membros da maçonaria contava com 50 carros e foi acompanhado por grande número de populares. Na chegada, Lauro Sodré hospedou-se no palacete de Cypriano Santos, onde discursou em agradecimento, e nos dias seguintes instalou-se no palacete do comerciante Cássio Reis, ambos na estrada de Nazaré.

A empolgação com a chegada de Lauro Sodré coincidiu mais uma vez com as celebrações de seu aniversário, em 17 de outubro. Durante o dia Sodré foi visitado por inúmeras figuras públicas como o governador, o intendente de Belém, os presidentes do Senado e da Câmara, deputados, senadores, desembargadores e juizes. À noite, realizou-se a *marche auxi flambeaux*, a qual Sodré acompanhou da sacada do edifício sede da Assembleia Paraense. Na ocasião, Augusto Meira fez discurso enaltecendo as qualidades morais e cívicas do homenageado, sendo precedido do próprio Sodré, que agradeceu as honras e falou de seu limpo passado de republicano e de sua boa vontade para com a terra natal.

Além da festa de recepção e das celebrações natalícias, a campanha em prol da candidatura seguiu vibrante até a realização do pleito. Comícios populares eram organizados com frequência por associações como *União Marítima Lauro Sodré*, *Clube Democrático Lauro Sodré*, *Liga Feminina Lauro Sodré*, *Liga Nacionalista* e *Liga Pró-Lauro*. Neles, entusiastas da candidatura do senador paraense, como Severino Silva, Honorato Filgueiras,

⁷⁹ FOLHA DO NORTE. Belém, 03 de março de 1916, p.1.

Ana Sereni, Aurora Marques, Tito Franco, Justo Chermont, Augusto Meira, Henrique Santa Rosa e Luiz Barreiros discursavam animando a campanha. Este último, amigo de longa data e de *Grêmio Paraense*, era também colaborador da *Folha do Norte*, onde usava o bordão “Eia povo, Lauro aceita”, sustentando a retórica de Sodré, segundo a qual não era candidato, apenas acolhia o pedido de amigos⁸⁰.

No dia 09 de novembro Lauro Sodré lançou a sua “Carta política”, falando das demonstrações de apoio que vinha recebendo desde 1912 e da sua vontade de atender o desejo dos seus correligionários, anunciando oficialmente assim a sua candidatura. Em seguida, no dia 27 de novembro, para fortalecer a candidatura, os deputados estaduais Luiz Barreiros, Magno e Silva e Guilherme Mello divulgaram também carta aberta declarando apoio a Lauro Sodré⁸¹.

Em 03 de dezembro de 1916 realizou-se o pleito para o governo estadual. De um lado, o chefe *laurista*, de outro, seu antigo apoiador. O prestigiado líder da oposição versus o candidato situacionista. Apesar de concorrido e tenso, como eram geralmente os pleitos paraenses, não foram registrados maiores distúrbios. A lenta apuração do pleito dava conta que Lauro Sodré levava ligeira vantagem na capital, mas perdia nos interiores, onde tradicionalmente havia maior dificuldade de se garantir lisura no processo eleitoral, o que despertava desconfiança nos *lauristas*. Até o dia 22 de dezembro, Lauro Sodré contava com 3.316 votos em Belém contra 3.066 de Silva Rosado. Nos interiores a cena se invertia consideravelmente, com 26.346 votos apurados para o candidato do governo contra apenas 8.571 do candidato do PRF. No total, o resultado apontava 29.412 votos para Silva Rosado e 11.887 para Lauro Sodré, faltando ainda a apuração de municípios como Marabá e Almeirim, de base governista⁸².

Mesmo com um sistema político que favorecia amplamente a continuidade dos partidos que estavam no poder e que era regrado por toda a sorte de fraudes eleitorais das quais a prática do voto a bico de pena seria apenas uma delas, a vitória de Silva Rosado não deixava de ser um duro golpe aos *lauristas*, tão devotos a Lauro Sodré e tão crentes que sua popularidade poderia desbancar os nomes mais prováveis aos postos de poder, mais ou menos como havia acontecido no Distrito Federal em 1902.

Contudo, Silva Rosado, candidato do governo, vencia as eleições com uma diferença de 17.525 votos. Restando apenas a validação do resultado pelo Congresso Legislativo, o que

⁸⁰ BORGES, Ricardo. Op. Cit., 1983, p.314.

⁸¹ NEVES, Agnello. Op. Cit., 1918, p.251.

⁸² O ESTADO DO PARÁ. Belém, 22 de dezembro de 1916, p.1.

estava previsto para ocorrer nos últimos dias do mês de dezembro. Como o governo formava maioria entre deputados e senadores estaduais, era certo que o candidato de Enéas Martins seria reconhecido o vencedor do pleito. Mas, se tratando de política, Sodré tinha duas vias de atuação: a institucional e a insurrecional. Ao esgotar a possibilidade da primeira, a segunda veio novamente à tona.

Os *lauristas* não reconheceram a derrota e algumas de suas lideranças como o consul da Bélgica no Pará Abel Chermont e o médico Antonio Emiliano de Souza Castro articulavam plano de resistência. Diante da crescente hostilidade e animosidade, o governador mandou a Brigada Militar entrar em prontidão e reforçou os contingentes civis com homens do interior. Em 23 de dezembro, a *Folha do Norte* foi a público para desmentir que o seu grupo ou Lauro Sodré iriam promover arruaças para forçar o reconhecimento do então senador militar ao governo⁸³. O *Estado do Pará*, no entanto, listou vários trechos do jornal *laurista* em que se falava em revolução e derramamento de sangue. O próprio Lauro Sodré em discurso do dia 07 de dezembro falara ainda em “lutar e vencer”⁸⁴. O prédio da *Folha do Norte* passou a ser guardado por capangas e correligionários *lauristas*, pois se dizia-se que estava sobre eminente ataque. Mas, o governo acabou fazendo mesmo uma inspeção para averiguação no consulado da Bélgica. O evento, ocorrido no dia 26, acabou marcando o início do golpe *laurista*.

Na noite de 27 de dezembro ocorreu a revolta da Brigada Militar do Pará. A força estadual era comanda naquele momento pelo tenente-coronel Miguel Francisco Fontelles e constituída de dois batalhões de infantaria e um regimento de cavalaria, com efetivo total de 55 oficiais e 745 praças⁸⁵.

Aconteceu que as praças do 1º Batalhão não acataram as ordens de dispersão dada pelo comandante tenente-coronel Orvacio Marreca e se sublevaram com o apoio de alguns oficiais enunciando palavras de ordem em favor de Lauro Sodré. Em seguida, o 2º corpo de infantaria também se revoltou. Ali, no entanto, alguns dos oficiais superiores leais ao governo tentaram conter a sublevação com prisões e ameaças de fuzilamento. Um deles, o tenente Raymundo Nonato Gaspar, enérgico na repreensão da tropa, acabou sendo alvejado no rosto e morto dentro do próprio quartel. Dois outros oficiais também foram machucados neste que se sagrou o primeiro confronto do movimento armado pró-Lauro Sodré que se levantou em

⁸³ FOLHA DO NORTE. Belém, 23 de dezembro de 1912, p.1.

⁸⁴ ESTADO DO PARÁ. Belém, 08 de dezembro de 1916, p.1.

⁸⁵ PARÁ, Assembleia Legislativa. *Mensagem dirigida em 1 de agosto de 1916 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Enéas Martins Governador do Estado*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1916, p.39.

Belém e que Agnello Neves orgulhosamente chamou de revolução⁸⁶. Apenas a Cavalaria, comandada por Arthur Claudino de Barros, não aderiu o levante.

O livro elaborado pelo jornalista da *Folha do Norte*, por sinal, pode ser observado como um interessante instrumento de compreensão do pensamento *laurista*. Na medida em que o seu autor seleciona, transcreve e comenta aquelas que seriam as principais matérias veiculadas na imprensa paraense e, sobretudo, no jornal ao qual estava vinculado, ele demonstra não apenas a sua versão dos fatos, mas os pontos capilares do discurso que fundamentou e alimentou a insurreição civil-militar em favor de Lauro Sodré.

Ainda na noite de 27, praças e oficiais revoltosos saíram às ruas da capital para manifestar apoio à colocação de Sodré no Governo do Pará. A este movimento se juntaram ainda significativa parcela do contingente do Corpo de Bombeiros e muitos populares. Alguns dos quais levavam em seus fardamentos e roupas o retrato de Lauro Sodré. Os revoltosos tomaram a sede da Chefatura de Polícia e depois marcharam em torno da residência de Sodré e da redação da *Folha do Norte* entoando vivas ao político republicano, festejado como o herói do povo paraense⁸⁷.

No dia 28, Lauro Sodré e Cypriano Santos tiveram suas casas frequentadas por grande número de políticos, correligionários e militares em revolta. De forma que, a liderança do movimento que se pretendia revolucionário lhes foi entregue. O proprietário da *Folha do Norte*, inclusive, divulgou manifesto se congratulando pelo desenlace da causa pela qual lutava há 20 anos. Falou dos seus esforços em combater o “laurismo leigo” pretendido por Enéas Martins e garantiu que com Lauro Sodré no poder o novo quadriênio seria de respeito integral às leis, de paz, concórdia, desambição e simplicidade, posto que o “laurismo não é assalto ao tesouro, nem represália, nem sangue, nem luto”, mas sim um partido de princípios e tradições elevadas⁸⁸.

Cypriano Santos, o autêntico chefe do PRF no Pará e ainda assim leal a Lauro Sodré, o mais radical dos *lauristas*, crente nos princípios elevados professados pelo senador militar, defensor de um modelo político que se pensava “puro”, que não aceitava acordos e conciliações, o dono da *Folha do Norte* teve um papel destacado em toda essa trama discursiva, política e insurrecional. Para ele, a “vitória” de Lauro Sodré comunicava diretamente com os padecimentos e sofrimentos pelos quais havia passado na época de dominação *lemista* e, por isso, se tornava a sua vitória também.

⁸⁶ NEVES, Agnello. *Op.*, 1918, p.261.

⁸⁷ NEVES, Agnello. *Op. Cit*, 1918, p.262.

⁸⁸ Id. *Ibid.* p.272.

De forma que, o levante iniciado pelos militares tinha por finalidade a deposição do governador Enéas Martins, que não ofereceu resistência e se asilou no Arsenal de Marinha junto de outros congressistas situacionistas e de Silva Rosado. O único deputado governista a não se asilar, Orlando Lima, foi sequestrado por tropas *laurista* e forçado a reconhecer Lauro Sodré como o candidato eleito na reunião do Congresso Legislativo que ocorreu em duas etapas, nos dias 31 de dezembro e 02 de janeiro de 1917.

O deputado federal pelo Pará Heitor Castello Branco telegrafou em três ocasiões para o presidente da República. No primeiro despacho, em 29 de dezembro, informou que a força policial do estado havia se revoltado, “estando a artilharia assentada nas ruas”. Segundo ele, os contingentes sublevados ameaçavam as propriedades dos governistas. Alguns dos situacionistas estariam sendo levados a Lauro Sodré, que os direcionava para corpos militares distintos. Duas mortes haviam sido registradas até aquele momento – do capitão Freitas e do tenente Gaspar, ambos da Brigada –, havendo muitos feridos, de acordo com seu relato. Já no dia 30 de dezembro, mais dois despachos, um falando sobre o estado de anarquia da cidade, em que grupos armados assaltavam casas e tentavam invadir o Arsenal da Marinha para capturar os políticos governistas, outro cobrando do presidente da República ações para garantir a ordem e a proteção dos membros do congresso⁸⁹. Lauro Sodré, por sua vez, escreveu ao filho em 31 de dezembro:

Situação política excelente depois acordo completo em mim, Eloy (Simões), (Martins) Pinheiro nos dará maioria Congresso. Renúncia Enéas assentada apenas demorada consequência apoio tem recebido Presidente República telegramas Arthur Lemos aconselhando⁹⁰.

A comunicação telegráfica escrita de forma desordenada a indicar certa pressa e urgência deixando patente não apenas a operação feita para colocá-lo no poder, mas o seu contentamento por isso. Para que a operação se completasse era necessária a aceitação do governo federal, que, a princípio, atendeu parcialmente o pedido de Enéas Martins e de Arthur Lemos, liberando o deslocamento do 46º (Ceará) e do 48º (Maranhão) Batalhão de Caçadores para Belém a fim de garantirem as autoridades. Porém, não autorizou a intervenção federal para rebelar as forças subversivas⁹¹.

⁸⁹ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1916, p.2.

⁹⁰ SODRÉ, Emmanuel. Op. Cit., 1970, p.117 (Grifo nosso).

⁹¹ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1916, p.2.

As reuniões do Congresso Estadual anularam os votos das seções onde Lauro Sodré havia sido derrotado. Com a divulgação do novo resultado, o baluarte do *laurismo* e dos princípios republicanos foi bastante festejado pelos seus correligionários.

No dia 8 de janeiro Enéas Martins, que voltara ao Pará em 1913 para apaziguar os ódios políticos, foi por eles enredado e obrigado a renunciar ao governo. Viveu os seus últimos dias em Belém aquartelado no Arsenal da Marinha. No dia 14 embarcou com a sua família para o Rio de Janeiro, mas esses acontecimentos precipitaram nele um quadro de adoecimento mental. Tendo se instalado em Petrópolis, passou a sofrer com alucinações e internações compulsórias até o seu falecimento precoce em 1919, aos 47 anos⁹².

Silva Rosado, o candidato de Enéas Martins, cogitou recorrer da decisão dos deputados e senadores paraenses por meio de apelação ao presidente da República, porém, observando a cena e percebendo que o Executivo Federal já havia deixado de garantir o governador deposto, não levou a ideia adiante. Voltou-se estritamente a carreira médica por um tempo e depois retomou as atividades políticas partidárias.

Imagem 16 - A posse de Lauro Sodré no Governo do Pará, 1917



Fonte: *Fon-Fon!* Rio de Janeiro, 31 de março de 1917, p.17.

⁹² BORGES, Ricardo. Op. Cit., 1983, p.326.

Em 02 de fevereiro de 1917, aos 59 anos de idade, acompanhado de Augusto Borborema, governador em exercício, Lauro Sodré chegava ao Palácio do Governo para prestar o compromisso constitucional perante o Congresso Estadual e tomar posse do Governo do Pará. Apesar do evento ser bastante prestigiado (*Imagem 16*), era a segunda vez que Sodré ocupava o mesmo posto sem contar com os sufrágios do povo paraense.

A posse do novo governador do Pará foi registrada pelas lentes fotográficas com a finalidade de demonstrar o caráter espetacular, glamouroso e imponente com que Lauro Sodré chegou ao poder. No entanto, estas imagens escondem um filtro cultural, uma operação realizada pelo fotógrafo, interessada em registrar apenas um determinado aspecto da cena. Nesta operação, que é técnica, estética e ideológica, ao mesmo tempo, cuidar dos detalhes importavam⁹³.

Por isso, em uma das fotografias feitas na ocasião (*Imagem 17*), Lauro Sodré é captado lendo o seu plano de governo, cercado de apoiadores bem alinhados, homens, mulheres, militares, supostamente interessados na intervenção ou salvação daquele que vos falava, o único, em tese, capaz de honrar a memória dos homens de governo eternizados na pintura que o circundava, como se Lauro Sodré tivesse a vocação para estar ali. Mas, no fundo, este é apenas o discurso do fotógrafo ou do próprio governo, interessado em silenciar os questionamentos que estavam por trás daquele evento.

Imagem 17 - Lauro Sodré lendo sua mensagem de governo, 1917



Fonte: *Fon-Fon!* Rio de Janeiro, 31 de março de 1917, p.17.

⁹³ KASSOY, Boris. Op. Cit, 2001, p.42.

Em seu discurso, o novo chefe do executivo estadual sinalizou para o desejo de seguir uma política larga, de tolerância e ideais filosóficos. Condenou de imediato os empréstimos e prometeu fazer economias para lidar com a crise financeira. Além disso, inseriu na sua proposta de governo elementos da experiência administrativa anterior, como o incentivo às colônias agrícolas e ao ensino profissional, “visando fazer o operário moderno”⁹⁴.

O discurso de Lauro Sodré parecia tingido de normalidade, mas, na realidade, encobria o fato de que ele havia chegado ao poder através de um golpe de estado costurado com a participação de civis e militares e, por eles, chamado de revolução.

Os autores anônimos de “*Traços Biográficos do Dr. Lauro Sodré*”, por exemplo, escrevendo no calor do momento, em 1917, não se incomodaram com as acusações feitas contra Sodré pela forma violenta com que chegara ao poder. Para eles, o fato tornava-se justificável diante das circunstâncias, o “cataclismo de uma revolta” fora imprescindível “para derrocar a tirania”⁹⁵.

Escrevendo no final da década de 30, Henrique Jorge Hurley entendeu que em 1916, diante do clamor popular e dos resultados fraudulentos do pleito, ocorrera uma justa “revolução” que permitiu o retorno de Lauro Sodré ao posto de governador⁹⁶.

Opinião muito distinta manifestada por Silva Rosado, o candidato eleito, mas não reconhecido. Em 1921, ele lançou um livro chamado *Palavras Necessárias*, onde ao longo de quase 100 páginas discorreu sobre os acontecimentos que haviam levado Lauro Sodré ao poder. Seu posicionamento tardio, justificado pelos métodos violentos dos *lauristas* e pela ausência de garantias do governo federal, coincidia exatamente com o fim do mandato do prestigiado líder do PRF⁹⁷.

Ao longo do texto, Silva Rosado deixa transparecer certa angústia pelo silêncio resignado que se autoimpôs ao longo daqueles últimos anos e o seu desejo de protestar. A narrativa que ele entrega segue uma perspectiva intelectual marcada por referências literárias, médicas e religiosas usadas para apontar culpas e, ao mesmo tempo, cumprir o dever cristão de perdoar.

Tendo optado por acertar contas com o passado, ele é enfático: no dia 27 de dezembro de 1916, em Belém, o poder foi tomado de assalto e instituído um governo inconstitucional,

⁹⁴ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 03 de fevereiro de 1917, p.2.

⁹⁵ *TRAÇOS biográficos do Dr. Lauro Sodré*. Op. Cit., 1917, p.2.

⁹⁶ HURLEY, Henrique Jorge. Op. Cit., 1938, p.569-573.

⁹⁷ O material que compõem o livro foi originalmente lançado em forma de artigo no jornal *A Província do Pará* entre janeiro e fevereiro de 1921.

“assegurado pela mazorca triunfante”⁹⁸. O que mais tarde seria repetido pelo estudioso Ricardo Borges, para quem Lauro Sodré chegou ao poder em 1917 à mão armada⁹⁹.

Rosado reiterava que havia sido o candidato vitorioso no pleito de 3 de dezembro e lamentava a miséria moral do “criminoso” que lhe havia usurpado o poder e maculado a reputação de Enéas Martins. Esse criminoso, segundo ele, havia violado as leis escritas, os preceitos de honra e esquecido a gratidão e a amizade desinteressada que um dia os aproximara.

O criminoso, se resta alguma dúvida, era Lauro Sodré. Silva Rosado pouco fala de Cypriano Santos ou da *Folha do Norte*. Sua proposta é “desmascarar um hipócrita vestido na pele de um cordeiro, mas possuindo instintos de tigre” e “denunciar um ambicioso político, que, nada querendo, tudo quer, que, de nada sabendo, sabe de mais para iludir os sinceros, os íntegros de caráter e os desprevenidos da perfídia humana”¹⁰⁰. Para tanto, ele recua no tempo e pondera sobre a relação que constituiu com o afamado líder republicano.

Silva Rosado se esforça para que o livro não seja apenas um conjunto de declarações virulentas, por isso tenta elaborar uma narrativa racional e cronológica de acontecimentos com o objetivo de convencer o seu leitor de que o “impoluto republicano”, afinal, não seria tão puro assim.

Principia sua consideração histórica falando acerca de sua colocação na intendência de Belém, em 1894, quando Lauro Sodré, governador do estado, havia acatado a recomendação de Antônio Lemos, um dos chefes do partido, e insistido para que Rosado assumisse o cargo. Da convivência daqueles dias com o chefe do executivo paraense, ele, que já cuidava de Sodré e família enquanto médico, alegava ter conseguido observar um traço subestimado da sua individualidade: o egoísmo. O governador era significativamente centrado em si próprio. Mas, apesar de ter se afastado do PRF em 1902, nada desabonasse a sua apregoada retidão¹⁰¹.

Assim teria sido até os eventos de 1916. A partir de quando, Rosado teria passado a rever a trajetória política de quem lhe usurpara o poder e se dado conta que Lauro Sodré era o “principal fomentador de desordens políticas” da República. E, sem se aprofundar tanto, listou uma série de ações questionáveis do chamado “governador inconstitucional”. O senador militar teria planejado a deposição de Paes de Carvalho, nos últimos instantes do governo daquele republicano histórico, em 1901, para impedir a posse de Augusto Montenegro. Em

⁹⁸ ROSADO, Antonio Joaquim da Silva. *Palavras necessárias*. Belém: Typ. de Tavares Cardoso & Cia, 1921, pp.9-10.

⁹⁹ BORGES, Ricardo. Op. Cit., 1983, p.244.

¹⁰⁰ ROSADO, Antonio Joaquim da Silva. Op. Cit., 1921, pp.12-13.

¹⁰¹ ROSADO, Antonio Joaquim da Silva. Op. Cit., 1921, p.17.

seguida, tentado depor o presidente Rodrigues Alves em 1904 e dado o seu consentimento para todos os pitorescos eventos levados a cabo em Belém, em agosto de 1912, inclusive o simulacro de atentado. Da mesma forma que em 1916 havia entrado em contato previamente com os brigadistas que levaram suas ideias para os quartéis¹⁰².

Por esta via, o levante de 27 de dezembro de 1916 não teria sido uma manifestação espontânea e natural dos militares, mas um movimento planejado e induzido previamente, como todos os outros realizados pelos *lauristas*, sempre nos momentos em que Lauro Sodré se encontrava no estado. Proposição bem distinta daquela sustentada pelo autor de *O Pará Republicano*, segundo o qual o plano de deposição do governador fora tramado antes da chegada de Lauro Sodré e sem o seu consentimento¹⁰³.

Sendo importante observar neste caso que, embora não tivesse tomado conhecimento do plano previamente, o que, de fato, parece pouco provável, Lauro Sodré validou todo o processo de desgaste da imagem de Enéas Martins e aceitou de bom grado a liderança do movimento insurrecional instituído após a eleição de 3 de dezembro. E, dessa vez, como já ocorrera em 1912 nos levantes contra o *lemismo*, sem precisar ir às ruas, sem precisar ele próprio ir sublevar as praças e oficiais das forças estaduais.

Segundo Rosado, desde a sua chegada ao Pará, o senador militar teria tentado insuflar a população para a revolta em caso de derrota eleitoral. Quando ela se confirmou, o apregoado patriota se transformou “no mais exaltado paladino da indisciplina e tudo deliberou anarquizar” pela ambição do mando e pela vaidade dos que lhe imputavam grande¹⁰⁴.

A parcimônia das forças federais e a cumplicidade do presidente Wenceslau Braz mostraram-se decisivas para que Sodré e seu grupo de “falsos apóstolos da democracia” tomassem o poder. O que levou Rosado a pontuar em 1921 que o “Pará esteve, pois, quatro anos sob o domínio de um assaltante do poder e, portanto, sob um governo inconstitucional”¹⁰⁵.

Posicionamento também distinto daquele emitido por Emmanuel Sodré, para quem o reconhecimento de Sodré pela maioria do Congresso Estadual ocorreu na mais completa legalidade, sofrendo capciosa contestação dos adversários, sobretudo de Arthur Lemos e Índio do Brasil no Rio de Janeiro. O filho de Lauro Sodré tratou da revolta da Brigada Militar como episódio espontâneo em razão da divulgação do resultado das eleições e do clamor popular

¹⁰² Id. Ibid. 1921, p.22-25 e 73.

¹⁰³ BORGES, Ricardo. Op. Cit., 1983, p.313.

¹⁰⁴ ROSADO, Antonio Joaquim da Silva. Op. Cit., 1921, p.71.

¹⁰⁵ Id. Ibid. p.77.

que havia por seu pai. Querendo convencer que a mudança de opinião dos congressistas situacionistas não havia sido forçada, Emmanuel sugere que eles haviam se rendido ao pedido popular como estratégia de superação da crise política e econômica que se estabelecera no estado¹⁰⁶.

Mas, como indicou Carlos Rocque, as eleições de 1916 no Pará foram as mais violentas de todo o período da Primeira República¹⁰⁷. Nada ali fora espontâneo e natural. Nem a revolta da Brigada Militar, tão pouco os trabalhos do Congresso Legislativo que, por sinal, para atestar a vitória de Lauro Sodré funcionou com quórum menor do que o permitido em lei.

Contudo, para manter a reputação e a boa imagem, Lauro Sodré dissimulava e não assumia publicamente as suas condutas colocadas fora do jogo político institucional. Agitava, se retirava, atuava nos bastidores e depois, com tudo resolvido, reassumia posição de frente, longânime, como se tudo ocorresse na mais completa ordem.

Como aconteceu por ocasião de seu desembarque no Pará ainda em 1915, quando enunciara o famoso e virulento discurso das “mãos limpas” junto de Cypriano Santos. Horas depois, tendo sido recebido por Enéas Martins, em conferência assistida por Silva Rosado, Sodré teria se mostrado surpreendentemente afável.

Quem visse a mansidão das maneiras e as mostras de estima dispensadas nesse momento ao governador, não poderia acreditar nunca que o sr. Sodré era a mesma pessoa que, anteriormente, tinha perversamente insinuado que eram sujas as mãos que tão carinhosamente acabava de apertar.

[...]

Que grande ator ter-se-ia revelado o Sr. Sodré se houvesse escolhido o teatro para campo de atividade¹⁰⁸.

Utilizando-se do seu saber médico-científico, dos estudos sobre psicopatologias e do rancor que sentia por Lauro Sodré, Silva Rosado chegou a sugerir que o “impoluto republicano” sofria de “moléstia da personalidade” ou, simplesmente, de desvio de personalidade. Um processo que, segundo ele, degenerava o cérebro implicando na privação da racionalidade e na formação de muitas personalidades sem que o indivíduo acometido pudesse perceber o que estava acontecendo.

Segundo o médico e político, seriam três as personalidades de Sodré: a) uma inconsciente e indivisível expressa nos momentos em que ele escrevia, falava e agia a partir das ideias dos grandes filósofos e doutrinadores; b) uma consciente e decididamente

¹⁰⁶ SODRÉ, Emmanuel. Op. Cit., 1970.

¹⁰⁷ ROCQUE, Carlos. 1983, p.16.

¹⁰⁸ ROSADO, Op. Cit., 1921, p.35 e 37.

revoltosa, inclinada para a indisciplina, processos maquiavélicos, violentos e de assalto ao poder; c) uma segunda personalidade consciente, mas que não se dava conta da anterior e se julgava virtuosa, digna, tolerante, indulgente, dando ensejo a um quadro de *bovarismo*¹⁰⁹.

Sem dúvida que seria impossível separar a conduta profissional da política neste caso e, conseqüentemente, validar a sugestão psicopatológica. Silva Rosado tinha razões de sobra para atacar e tentar mostrar as várias faces de Lauro Sodré. Mas, nem por isso as suas *Palavras Necessárias* devem ser ignoradas. Elas são parte do processo político da época e ajudam a entender tanto as engrenagens da conquista *laurista* em 1917 quanto o próprio Lauro Sodré na medida em que assinalam o lado derrotado na ocasião.

Concordando ou não com Silva Rosado, fato é que Lauro Sodré transitava com muita facilidade entre o âmbito institucional e o insurrecional. Não faltam exemplos de discursos e ações em que o senador militar promoveu o civismo, a democracia e o respeito às leis e, logo em seguida, se pôs ao lado de movimentos sediciosos. Mas, o que é muito importante, movimentos sediciosos em que ele estava direta ou indiretamente envolvido. Pois, Lauro Sodré nunca apoiou publicamente movimentos subversivos ou de contestação social em que não estivesse participando, nem de civis, nem de militares. O significa dizer que, aparentemente, a revolução só existia quando ele estava à frente dos processos.

Com tudo isso, é importante frisar algumas questões. Primeiro, somente os autores que mantiveram alguma relação de proximidade ou admiração com Lauro Sodré deixaram de ver ou reconhecer a tomada forçada de poder em 1917, no Pará.

Desta forma, mesmo com todo o seu prestígio nacional, o político jamais conseguiu chegar ao Poder Executivo do seu estado por meio do sufrágio popular. Na primeira vez, em 1891, foi eleito governador de modo indireto pelo Congresso Constituinte Estadual. Na segunda, em 1917, mesmo derrotado nas eleições, foi levado ao cargo por meio de um levante civil-militar.

Essa segunda assunção ao governo paraense talvez seja o melhor símbolo do que foi toda a sua trajetória política: uma inquestionável erudição e incrível capacidade discursiva; prestígio nacional, regional e estadual quase inabalável; a defesa intransigente da presença militar no meio político; postura cívica e patriótica; envolvimento com movimentos subversivos e uma atuação política colocada entre o institucional e o insurrecional. Fora do poder, conspirava. No exercício dele, era um ardoroso democrata, defensor das leis. Contava com elementos civis e militares extremamente fiéis.

¹⁰⁹ Id. Ibid. 80-81.

De forma que, guardada as devidas proporções, é possível encontrar profundas relações entre os eventos ocorridos em novembro de 1904, no Rio de Janeiro, e aqueles levados a cabo no Pará, em dezembro de 1916. Em ambos os casos, Sodré alegou previamente que a população estava sendo maltratada pelos respectivos governos e deixou a atuação política senatorial de lado para tentar tomar o poder por meio de procedimentos violentos e alheios ao sistema de governo republicano.

Os mesmos segmentos sociais que o apoiaram no levante da Escola Militar deram-lhe respaldo em Belém. Pessoas morreram em meio aos dois embates, pensados como revolucionários. O prestígio, os discursos eloquentes, a postura oposicionista, tudo contribuiu, afinal, para que ele alterasse o cotidiano de instituições e espaços urbanos em nome de seu pretenso patriotismo. Mas, aquilo que não conseguira fazer no âmbito federal, fez no estadual. Tomou o poder.

2.3 – Quando a oposição virou situação: um “governo inconstitucional”

A tese central de Valente de Andrade no estudo sobre a queda da oligarquia *lemista* era de que a política das personalidades, isto é, de predomínio dos chefes políticos locais e estaduais havia degenerado a República e imposto uma evolução regressiva à sociedade quando se desejava o contrário. A quebra deste paradigma teria sido o mérito da “revolução de 1912” no Pará, que havia permitido a vitória da política das ideias contra os políticos profissionais, pensados na obra como aqueles mais interessados em conservar o poder. De forma que, diante das fraudes eleitorais e com o apoio da opinião pública e do comércio, haviam sido mobilizadas armas, munições, homens e dinheiro para a derrubada dos poderosos¹¹⁰.

Interessante observar como Lauro Sodré é posto fora da política profissional, embora já caminhasse na época para 30 anos de vida pública. Na forma de ver de Andrade, a queda de Antônio Lemos não seria exatamente obra da revolta popular, da indisciplina militar e muito menos de Sodré, mas da opinião pública em reação ao domínio da oligarquia que anulava votos e direitos no estado. Ela, a opinião pública, apontada como um elemento novo na política e supostamente materializada no número de homens com rifles na capital dispostos a

¹¹⁰ ANDRADE, Op. Cit., 1913, p.144.

dar fim aos mandos *lemistas*, dera a Lauro Sodré a oportunidade de coroar a sua popularidade com o governo estadual¹¹¹.

Com a recusa do senador e a frustração gerada em seus apoiadores, Valente de Andrade é o primeiro a afirmar que faltava em Lauro Sodré “o temperamento do homem político”. Neste momento, em específico, ele teria preferido se conservar na política ideal vislumbrada por Comte a impedir a continuidade da representação lemistista no Congresso Estadual, acabando por se sujeitar aos ditames da política oligárquica comandada a nível nacional por Pinheiro Machado¹¹².

Em 1916 já não havia Pinheiro Machado ou governo Hermes da Fonseca, de forma que Sodré retornou ao seu estado para tentar o posto governamental. Bastante criticado por vários órgãos de imprensa que anos antes o haviam apoiado e recomendado ao executivo estadual. Desta vez, no entanto, o senador militar abdicou da posição intelectual sugerida por Andrade e operou exatamente a partir dos elementos de força que se colocaram a sua disposição. Agiu não apenas como um político de sua época, mas como um homem público simpático às insurreições e que já havia tentado depor o presidente da República, sempre em nome de princípios elevados e patrióticos.

Se a forma com que se deu a investidura de Sodré no Governo do Pará não chega a surpreender, ela definitivamente marca o instante em que os *lauristas* conquistaram a hegemonia no estado.

Não tenho por objetivo aqui analisar por completo o significado deste processo e nem tão pouco dar conta da segunda experiência administrativa de Lauro Sodré a frente do Governo do Pará. Minha intenção aqui é considerar em linhas gerais o que já foi escrito sobre o assunto e apontar confluências entre o exercício político estadual e o federal de Lauro Sodré.

Neste sentido, o primeiro ponto a ser ressaltado é que não existem trabalhos voltados especificamente para os governos de Lauro Sodré. O pouco que existe de informação sistematizada vem dos trabalhos de cunho biográfico ou dos estudos sobre o período republicano paraense. E, dentro desse material, o volume de análises sobre a segunda administração é consideravelmente menor que a primeira.

Benjamin Sodré, em breves linhas lançadas sobre a segunda administração de Lauro Sodré no Pará, destacou a popularidade com que ele deixou o governo, supostamente cercado

¹¹¹ ANDRADE, Op. Cit., 1913, p.241.

¹¹² ANDRADE, Op. Cit., 1913, p.243.

da mesma estima e veneração com que entrara. Em sua leitura, a “mesma multidão que o foi receber ao chegar, quatro anos antes, o levou ao cais em verdadeira apoteose”¹¹³.

O outro filho, Emmanuel Sodré, também ressaltou as ovações que o pai recebeu no final de sua administração, considerando-as inéditas em fim de governo, mas, afora essa questão, ponderou que Lauro conseguira governar “em perfeita normalidade” mesmo com as precárias condições do tesouro estadual e o cenário de guerra mundial, o que limitava sobremaneira as possibilidades de negociação. Como principais feitos do quadriênio, Emmanuel citou o enfrentamento da cheia do rio Amazonas, a difusão das escolas pelos interiores, a fundação da *Liga do Ensino*, do IHGP e da revista *A Justiça*, dos magistrados estaduais, bem como a tentativa de restabelecer as eleições municipais para o cargo de intendente que, na administração de Enéas Martins, passara a ser de atribuição do governador do estado¹¹⁴. Voltarei a alguns destes pontos.

Postura bem mais crítica assumiu o estudioso e contemporâneo de Lauro Sodré, Ricardo Borges. Para ele, Lauro Sodré foi o grande responsável pelas injustiças causadas à Enéas Martins através da *Folha do Norte* e o líder de todo o movimento que culminou na deposição do governador legalmente instituído e no não reconhecimento do governador eleito Silva Rosado para o quadriênio que ele ocupou “à mão armada”. Enquanto governador, Lauro Sodré teria passado por “situações vexatórias” e ainda assim sustentado uma “tremenda egolatria” em suas mensagens ao Congresso Legislativo¹¹⁵.

Três narrativas distintas que focam, respectivamente, na popularidade, nas grandes realizações e nos fracassos da administração de Sodré. Para compreender melhor estes diferentes pontos de vistas, proponho inicialmente uma rápida incursão aos documentos de governo de Sodré e, em seguida, a reflexão a respeito dos desdobramentos de sua colocação no poder.

Como se reconhecesse a sua falta em 1912, Lauro Sodré abriu o discurso de posse declarando não poder se esquivar do dever de governar¹¹⁶. O tom ególatra do qual falou Ricardo Borges se manifesta desde esse momento inaugural. No entanto, é importante ressaltar que a autorreferência era um traço essencial de todos os seus trabalhos e

¹¹³ SODRÉ, Benjamin. Op. Cit. 1956, p.25.

¹¹⁴ SODRÉ, Emmanuel. Op. Cit., 1970, p.68-69.

¹¹⁵ BORGES, Ricardo. Op. Cit., 1983, p.328.

¹¹⁶ PARÁ, Assembleia Legislativa. *Mensagem lida em 1 de fevereiro de 1917 perante o Congresso Legislativo do Pará pelo Exmo. Sr. Dr. Lauro Sodré por ocasião de sua posse no cargo de Governador do Pará*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1917, p.3.

pronunciamentos intelectuais e políticos, desde a juventude¹¹⁷. Ao meu modo de ver, essa foi uma das principais formas de investimento do senador militar na construção de sua própria imagem pública¹¹⁸.

Ao assumir o governo, Lauro Sodré buscou no seu passado de republicano histórico e de primeiro governador constitucional a legitimidade que lhe faltou em votos para ocupar o poder. E, sem modéstia alguma, disse voltar para retomar os trabalhos de onde tinha deixado.

São públicas e notórias as origens do movimento, de que resultou ficar o meu nome obscuro em ruidosa evidencia e ser trazido até o alto e honroso posto, em que neste momento está chegado.

Em derredor de mim se ajuntaram correntes de opinião popular. E para que se desatasse como se desatou a luta aqui travada, foi necessário que nos congregássemos os que tínhamos ideais comuns, os que viram que, dada a situação angustiosa, a que o Estado foi levado, era para todos nós o primeiro dos deveres lidar por que todos os homens de boa vontade e sã consciência se juntassem num supremo esforço pelo bem, impedindo que a tantos males, que nos afligem se acrescentassem os que iam forçosamente decorrer de uma tremenda crise política qual a que se abriu aqui.

Foram já fartamente apregoados na imprensa, dentro do Estado e fora dele, e ditos e reditos em voz alta em comícios populares, em que termos eu posso e devo ser governo nesta terra¹¹⁹.

Provavelmente, se a insurreição militar de 1904 tivesse tido alguma chance de êxito, Lauro Sodré teria falado em termos parecidos. Convicto de sua popularidade e do apoio de vários órgãos de imprensa, decretaria a vitória do “bem” contra o “mal” e o seu pleno direito de governar e conduzir o povo para o progresso, tal qual o fez no Pará em 1917.

De forma muito parecida ao que Valente de Andrade dissera ter ocorrido em Belém em 1912, o governador do Pará acreditava que a revolta das consciências – que Andrade talvez chamasse de opinião pública – propiciara no Pará a confraternização entre a força pública, o povo e os homens políticos mais comprometidos com o estado. Longe de enxergar no movimento qualquer excesso ou ilegalidade, Sodré dizia que a causa de sua colocação no governo deixara de ser a bandeira de um partido para se tornar uma causa popular e exemplar¹²⁰.

¹¹⁷ Sobre esta perspectiva autorreferencial e intelectual de Sodré, ver o tópico 3.2 deste trabalho.

¹¹⁸ Sobre esta perspectiva mais relacionada a imagem pública e ao culto cívico que se formou em torno de Sodré, ver o tópico 3.5 deste trabalho.

¹¹⁹ PARÁ, Congresso Legislativo do. *Mensagem lida em 1 de fevereiro de 1917 perante o Congresso Legislativo do Pará pelo Exmo. Sr. Dr. Lauro Sodré por ocasião de sua posse no cargo de Governador do Pará*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1917, p.8.

¹²⁰ PARÁ, Congresso Legislativo do. *Mensagem dirigida em 1 de agosto de 1917 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Lauro Sodré governador do estado*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1917, p.6.

Em termos de proposta de governo, Lauro Sodré apresentou uma plataforma orientada pelo estudo que havia elaborado e publicado no Rio de Janeiro em 1902 sobre as indústrias extrativas e as funções de governo. Em linhas gerais, o trabalho defendia o modelo de intervenção estatal para alavancar as indústrias e solucionar as tensões entre capitalistas e trabalhadores¹²¹. Para o caso paraense, em específico, ele salientou que era necessário investir na agricultura e equilibrar os gastos públicos. Além disso, prometeu ainda não interferir no judiciário e cercar a instrução pública das maiores atenções, posto ser ela, em sua visão, a grande alavanca do progresso.

Suas mensagens de governo (1917-1920), além dos conteúdos autorreferenciais, que às vezes faziam os documentos parecerem um amontoado de citações de si mesmo, costumavam guardar as referências teóricas de Auguste Comte, Émile Littré e Pierre Laffite. Além disso, apresentavam alguns tópicos recorrentes como “ação política”, onde Sodré falava de seus princípios de estadista e das orientações que dava aos que compunham o governo junto com ele; “a União e o Estado”, em que ponderava sobre a relação do governo estadual com a Presidência da República, o ideal federalista e os pedidos de socorro financeiro do estado para a União; “O Pará e os estados”, seção semelhante a anterior, mas direcionada ao relacionamento com outros entes da federação, onde Sodré deu amplo destaque para a tensão na fronteira com o estado do Amazonas; “O Estado e os municípios”, guardava informações e correspondências trocadas com os intendentess municipais; “novas leis, costumes novos”, que apareceu nas duas primeiras mensagens encaminhadas ao Congresso Legislativo, falava da importância de novos regramentos para corrigir as fraudes eleitorais e, ao mesmo tempo, formar a população segundo hábitos mais republicanos; “economia e finanças”, por sua vez, era o lugar em que apresentava observações sobre as dívidas, empenhos e arrecadações do tesouro estadual.

A equipe de governo era formada por Eládio Lima, o secretário geral do Estado; José da Gama Malcher, como inspetor do tesouro; Henrique Santa Rosa, era o diretor de obras públicas; José Cyriaco Gurjão, diretor de higiene e saúde pública; Jayme Aben-Athar ficou a frente do Instituto Pasteur; o tenente-coronel do Exército João Baptista Cearense Cylleno no comando da Brigada Militar; o desembargador Santos Estanislau na chefatura de polícia e a Imprensa Oficial ficou a cargo inicialmente de Hygino Amanajás e, em seguida, de Luiz Barreiros. Na *Imagem 18* é possível observar alguns destes mandatários na cerimônia de

¹²¹ SODRÉ, Lauro. “As indústrias extrativas – a função do governo”. In: *Revista do Clube de Engenharia*, IV Série, N.6. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902.

posse de Lauro Sodré, ocorrida no Palácio de Governo que hoje leva o seu nome. Ao fundo, a tela *A Conquista do Amazonas* de Antonio Parreiras.

Imagem 18 - Lauro Sodré e parte de sua equipe de governo, 1917¹²²



Fonte: *FON-FON!* Rio de Janeiro, 31 de março de 1917, p.18.

Vale ressaltar que algumas destas personalidades, como Henrique Santa Rosa, já haviam participado da primeira administração de Sodré (1891-1897) e que outras, como Jayme Aben-Athar e Luiz Barreiros, estiveram associadas a ele na virada do século XIX para o XX no *Grêmio Paraense*, a associação que Sodré mantinha no Rio de Janeiro a fim de recrutar e formar grupo em torno de si. Dessa forma, é possível afirmar que os homens de confiança do governo foram selecionados não apenas a partir das afinidades partidárias ou das competências técnicas, mas principalmente pelos vínculos históricos de sociabilidade política e, sobretudo, pelas demonstrações de fidelidade ao líder do PRF.

O *Grêmio Paraense*, por sinal, forneceu ainda outros referenciais ao governo Sodré. Na mensagem de governo de 1898, na seção “A União e o Estado”, o governador paraense

¹²² Ao centro da imagem, sentado, está Lauro Sodré. À sua esquerda (lado direito da imagem) o prefeito de Belém, Martins Pinheiro, e o comandante da Brigada Militar, o tenente-coronel Cyleno Cearense. À direita de Sodré (lado esquerdo da imagem) o secretário geral do Estado, Eládio Lima, e o chefe de Polícia, o desembargador Santos Estanslau. Em pé, da direita para a esquerda, capitão Alberto Mesquita, chefe da Casa Militar; Henrique Santa Rosa, diretor de Obras Públicas, José Malcher, inspetor da Fazenda e Emílio de Macedo, oficial de Gabinete.

escreveu sobre o relacionamento cordial, porém distante, que mantinha com o atual presidente da República, Wenceslau Braz. Querendo indicar ser possível servir a pátria pela dedicação ao estado, Lauro Sodré fez referência à *Federação do Norte*, uma associação surgida na capital da República, em 1913, a partir do *Grêmio Paraense*¹²³. A mesma referência já havia sido feita no Senado Federal em 1915¹²⁴ e, de certa maneira, indica um ponto de encontro entre a atuação de Sodré no âmbito federal e no estadual.

A *Federação do Norte* foi criada no Rio de Janeiro em 24 de fevereiro de 1913, data alusiva ao pacto constitucional de 1891 e que o senador militar gostava de utilizar em seus espaços de sociabilidade. A finalidade da agremiação seria promover e mostrar o que valiam os estados “que ficam para as bandas do Equador”, por meio da imprensa, das tribunas de conferência, museus e exposições perante o grande público e os altos poderes. Reivindicava que a República fosse efetivamente o regime da liberdade, da igualdade e da fraternidade, ao que se recomendava o fim das acepções geográficas¹²⁵.

Na prática, a *Federação do Norte* funcionava como uma congregação dos centros estaduais do norte e nordeste que existiam no Rio de Janeiro naquele momento. Por esta via, na *Federação do Norte* Sodré falava enquanto representante do *Grêmio Paraense* e, através dela, forjava o lugar de liderança regional, tornando-se o seu presidente.

Interessante observar como ele chegou a este lugar de representatividade. Quando da fundação do *Grêmio Paraense*, em 1897, o objetivo era fazer campanha incessante em prol do estado, basicamente pelos mesmos instrumentos anunciados no programa da *Federação do Norte*. No primeiro momento, no entanto, a perspectiva era estadual. A possibilidade de representar, de algum modo, a região “Norte”, como era genericamente chamada na época o eixo norte-nordeste do Brasil, tem a ver diretamente com sua atuação senatorial e com as viagens que realizou ao Pará a partir de 1911.

No primeiro caso, desde o mandato senatorial pelo Distrito Federal Lauro Sodré demonstrou constante preocupação com o tema da seca, ao ponto de apresentar projetos junto dos senadores das regiões atingidas e, fora do parlamento, presidir a *Liga Nacional Contra a Seca* nos anos de 1910. Costumava dizer que enquanto paraense sentia-se ligado aos flagelados porque muitos deles haviam levado para a Amazônia o concurso do seu trabalho.

¹²³ PARÁ, Congresso Legislativo do. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará em sessão solene de abertura da 1ª reunião da sua 10ª legislatura à 7 de setembro de 1918 pelo Dr. Lauro Sodré governador do estado*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1918, p.8.

¹²⁴ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro 1915, L7, p.265.

¹²⁵ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro 1915, L7, p.265.

No segundo caso, em cada viagem que fazia do Rio de Janeiro ao Pará por meio da navegação a vapor, Lauro Sodré passava pelos portos do Nordeste e, em alguns casos, desembarcava para tratar com autoridades políticas ou ser festejado pelas lojas maçônicas. Foram, ao menos, 7 deslocamentos pela mesma rota até o momento em que reassumiu o governo do Pará¹²⁶. Considerando que as viagens eram de ida e volta, é possível aventar que Sodré encontrou caminho seguro para estreitar laços e se envolver com temas políticos da região “Norte”, ainda que se colocando “fora” da política e no terreno da sociabilidade.

Não à toa, na referida sessão do Senado, Sodré relatou que tivera oportunidade de ouvir corporações e “auscultar os sentimentos” nortistas ao viajar ao Pará no início daquele ano. Mais que isso, Sodré deu mostras de como conseguia costurar articulações fora do parlamento. Contou que ao chegar em Belém enviou carta para associações comerciais dos estados do Amazonas, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Maceió, Bahia, Espírito Santo e do próprio Pará solicitando informações acerca dos problemas enfrentados naquelas praças mercantis e recomendações de ações para os poderes públicos.

Na missiva, transcrita para os *Anais do Senado*, Sodré apresenta-se não como senador, mas como presidente da *Federação do Norte* e, entre seus pares parlamentares, solicitou o apoio e a ação imediata dos poderes da República para minorar o sofrimento dos flagelados da seca e atender outras demandas “nortistas” que passavam pelo fim das barreiras comerciais entre os estados até a presença do Banco do Brasil em todas as unidades da federação e não apenas no “Sul”.

Assim, a referência à *Federação do Norte* e, indiretamente, ao *Grêmio Paraense*, não deve passar despercebida. Ela indica, de um lado, a habilidade política de Lauro Sodré em forjar espaços de sociabilidade e comunicação que lhe rendiam em alguns momentos melhores colocações nas disputas de poder e, de outro, apelo em torno da identidade de *nortista*. A mesma evocada por ele na mensagem de governo para estimular o desenvolvimento do estado em uma perspectiva patriótica.

Houve também uma certa correspondência entre os quadros do *Grêmio Paraense* e do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, reinstalado em Belém no ano de 1917. Considerando apenas a ata de instalação do IHGP¹²⁷, é possível citar, por exemplo, os nomes de Abel Chermont, Palma Muniz, João José de Monteiro Paiva, Theodoro Braga, Luiz Barreiros e Emmanuel Sodré como colaboradores das duas agremiações. Os dois últimos, inclusive,

¹²⁶ 1898, 1899, 1900, 1911, 1912, 1915 e 1916.

¹²⁷ *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*. Vol. 1, N.1. Belém, novembro de 1917, p.1-2.

comandaram as primeiras edições da *Revista do IHGP* ao lado de Américo Campos. Além deles, o próprio Lauro Sodré foi sócio fundador e presidiu algumas das primeiras sessões do Instituto (*Imagem 19*).

Imagem 19 - Sessão inaugural do Instituto Histórico e Geográfico do Pará¹²⁸



INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ — INAUGURAÇÃO — Aspecto da sala do Instituto por ocasião da sessão inaugural — Sentados: Dr. Lauro Sodré, governador do Estado, ladeado pelos Srs. General Calheiros Lima, inspetor da 7ª Região Militar, Coronel João Baptista Cearense Cyleno, comandante da Polícia do Estado e Dr. Henrique Santa Rosa, presidente do Club de Engenharia. De pé: o Dr. Octaviano Pinto, lendo a acta inaugural.

FONTE: O MALHO. Rio de Janeiro, 06 de setembro de 1919, p.34.

Falando acerca da fundação do IHGP, Lauro Sodré escreveu em sua mensagem de governo de 1917 que um “pugilo de espíritos esclarecidos e um bom número de brasileiros cujas almas vive acesso o amor da Pátria” haviam se associado “para o estudo dos homens e das coisas da nossa terra”. Ele declarou ter prestado todo o apoio a iniciativa e prometeu continuar fazendo em razão do certo desenvolvimento intelectual que o IHGP haveria de promover no estado¹²⁹. De forma que, as duas sociedades, *Grêmio Paraense* e IHGP, pareciam compartilhar não apenas de sócios, mas de propósitos. Distanciadas pelo raio de ação, uma em Belém, outra no Rio de Janeiro, foram aproximadas pela atuação de Lauro Sodré, dignificado com o título de presidente honorário do *Instituto*.

¹²⁸ Na legenda da imagem é possível ler: “Instituto Histórico e Geográfico do Pará – Inauguração – Aspecto da sala do instituto por ocasião da sessão inaugural – Sentados: Dr. Lauro Sodré, governador do Estado, ladeado pelos srs. General Calheiros Lima, inspetor da 7ª Região Militar, Coronel João Baptista Cearense Cyleno, comandante da Polícia do Estado e Dr. Henrique Santa Rosa, presidente do Club de Engenharia. De pé: o Dr. Octaviano Pinto, lendo a ata inaugural”.

¹²⁹ PARÁ, Congresso Legislativo do. *Mensagem dirigida em 1 de agosto de 1917 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Lauro Sodré governador do estado*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1917, p.63.

Considerando ainda a *Imagem 19* e a presença destacada de João Batista Cearense Cylleno e de Henrique Santa Rosa, é possível afirmar ainda que o IHGP não apenas recebeu o apoio do governador, como também foi frequentado pelos homens de governo, o que, em um primeiro momento, tendia a favorecer Lauro Sodré em termos de aceitação e representação intelectual.

Theodoro Braga, por exemplo, em uma obra didática de História do Pará lançada ainda em 1916, durante o governo de Enéas Martins e, portanto, antes do IHGP, apresentou Sodré como republicano histórico, governador constitucional e estadista responsável por uma administração de paz e progresso.¹³⁰ Basicamente, a mesma ideia lançada por Arthur Vianna em outro manual escolar de 1917 que enfatizava os melhoramentos dos diversos ramos da administração pública operados por Sodré¹³¹. Jorge Hurley, em 1938, não apenas lançou os maiores elogios ao já ex-governador como justificou a deposição de Enéas Martins sob a alegação de fraudes eleitorais na eleição de Silva Rosado¹³².

Além do IHGP, Lauro Sodré saudou oficialmente outras iniciativas particulares que, segundo ele, auxiliavam o governo na tarefa de alavancar a instrução e o progresso moral da população do estado. Dentre elas, a Liga do Ensino e as escolas criadas pelas lojas maçônicas.

No primeiro caso, a Liga do Ensino nasceu a partir de uma proposta lançada por Lauro Sodré na imprensa da capital de reunir todos os “homens de boa vontade” a fim de promover e difundir a instrução popular. A partir de excerto de Emille Littré, a comunicação falava da necessidade de se combater conjuntamente a ignorância e o analfabetismo. Em tempos de crise econômica, era uma forma de garantir a difusão do ensino e favorecer os desígnios de civilização sem onerar os cofres públicos¹³³.

Formada sem distinções de crenças filosóficas ou políticas, a Liga do Ensino foi instituída oficialmente em 13 de maio de 1917, outra data simbólica escolhida pelo governador, e até 1920 foi responsável pela criação e manutenção de 7 escolas na capital paraense. Sendo 3 delas voltadas exclusivamente para a classe operária, o que para Lauro Sodré significava a incorporação deste segmento ao mundo moderno¹³⁴. Em 1919 foi

¹³⁰ BRAGA, Theodoro. *Guia do Estado do Pará*. Belém: Typographia do Instituto Lauro Sodré, 1916.

¹³¹ VIANNA, Arthur. *Pontos de história do Pará*. Belém: Empreza Graphica Amazonia, 1919, p.76.

¹³² HURLEY, Henrique Jorge. Op. Cit., 1938, p.267.

¹³³ O ESTADO DO PARÁ. Belém, 10 de maio de 1917, p.2.

¹³⁴ PARÁ, Congresso Legislativo do. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará em sessão solene de abertura da 3ª reunião da sua 10ª legislatura à 7 de setembro de 1920 pelo Dr. Lauro Sodré governador do estado*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1920, p.58.

considerada oficialmente pelo governo como uma associação de utilidade pública para o estado¹³⁵.

Em um cenário onde o governo estadual obrigava-se mais ao esforço de manutenção do que de criação de novos estabelecimentos, as iniciativas particulares se mostravam fundamentais. Neste mesmo âmbito se colocavam as ações da maçonaria, porém não totalmente desvinculadas da figura do governador.

É que para assumir o executivo paraense Lauro Sodré não renunciou apenas ao cargo de senador federal, mas também ao de grão-mestre do Grande Oriente do Brasil¹³⁶. E, antes de abdicar da função, ele havia decretado que onde não houvesse escolas gratuitas mantidas pelo governo ou associações leigas, os maçons seriam obrigados a assumir a tarefa de criar e manter tais estabelecimentos¹³⁷.

Se, por um lado, esta era uma tradição que já existia em Belém desde o século XIX, quando a *Loja Harmonia* estabeleceu a Escola da Infância Desvalida em 1865, por outro, as primeiras décadas do XX assistiram o florescimento deste tipo de iniciativa maçônica. Já em 1912, por exemplo, existiam a Escola Lauro Sodré, a Escola Saldanha da Gama, a Escola Macedo Soares, o Colégio Maçônico e a Escola Aurora, criadas e mantidas pelas oficinas maçônicas da capital paraense¹³⁸.

Este último estabelecimento recebeu a visita do governador e já grão-mestre honorário da ordem em 1919. Foi a presença ilustre da reinauguração da escola mantida pela oficina maçônica de nome homônimo, que havia sido transferida da Estrada do Maguari para a Avenida Ceará e se preparava também para oferecer ensino noturno aos trabalhadores. No livro de visitas da instituição, Sodré deixou registrado o seu contentamento pelo esforço dos maçons em proporcionarem educação e instrução para quem necessitava¹³⁹.

Ainda faltam dados consistentes para afirmar, mas é bastante possível que o número de estabelecimentos educacionais maçônicos tenha crescido ao longo do período administrativo de Sodré. Não só pelo incentivo intelectual e moral do grão-mestre honorário,

¹³⁵ PARÁ, *Coleção de leis do Estado do ano 1919*. Belém: Imprensa Oficial, 1922, p.3.

¹³⁶ Para uma análise mais aprofundada da relação de Lauro Sodré com a maçonaria, ver o tópico 3.4 deste trabalho.

¹³⁷ *Boletim do Grande Oriente do Brasil*: jornal oficial da maçonaria brasileira. Dezembro, nº 12, ano 40. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1915, p.1010-1011.

¹³⁸ SANTOS, Alan C. S. *Discursos, personagens e tramas: a imprensa maçônica no Pará do século XIX*. Curitiba: Editora Prismas, 2015, p.255.

¹³⁹ RELATÓRIO APRESENTADO PELO POD.: IR.: DR. JOÃO LUIZ COELHO – Vener.: da Loj.: Aurora.: em Sess.: de 29 de abril de 1918. Belém: Pap. Americana, 1919.

mas pela subvenção que o Estado deu oficialmente a escolas maçônicas, como a Escola da Infância Desvalida, que em 1917 recebeu auxílio anual de doze contos de réis¹⁴⁰.

E não apenas escolas maçônicas receberam benefícios do governo. Existem indícios de que alguns “irmãos” também foram agraciados com benesses de um ponto de vista mais individual. Um caso exemplar é o de Archimimo Pereira Lima que, em 1915, cumpria a função de representante do grão-mestre Lauro Sodré no Pará, e recebeu pela lei 1723 de 14 de novembro de 1918 a concessão para construir uma estrada de rodagem ou estrada de ferro em Itaituba por um período de 50 anos¹⁴¹.

Além destas ações aparentemente atreladas aos grupos que costumavam prestigiar Lauro Sodré, algumas iniciativas do governo chamam atenção como as concessões de terras nas regiões do alto Tapajós, alto Xingu, alto Tocantins, Rio Araguaia, Mojú e Cairari, como forma de incentivo à colonização e agricultura; a organização e instalação do ensino agrícola ambulante, subordinada à Diretoria de Obras Públicas, Terras e Viação e que tinha como propósito facilitar a difusão do ensino agrícola entre os lavradores interioranos, por meio da atuação de professores itinerantes nos distritos criados pela lei; concessão de pensão a viúva e filhas de Francisco Xavier da Veiga Cabral, pelos serviços prestados na defesa do território do Amapá; a regulamentação das eleições estaduais e municipais aos moldes da federal, porém, mantendo-se os mesmos dispositivos quanto ao processo de votação, confecção de atas e autênticas; e, por fim, remodelação da Brigada Militar, que além dos dois batalhões de Infantaria e um de Cavalaria passou a contar também com uma Companhia de Metralhadoras¹⁴².

Algumas destas proposições contavam com o interesse de particulares para que áreas consideradas essenciais pelo governo fossem estimuladas e desenvolvidas sem onerar diretamente os cofres públicos. Outras, no entanto, demandavam mais recursos do erário já fragilizado.

Como era o caso da reestruturação da Brigada Militar, que, além de ganhar a nova companhia de Infantaria, teve o seu efetivo aumentado em 1919 para 68 oficiais e 912 praças. O que representava um aumento de 22,5% em relação ao efetivo do último ano de governo de Enéas Martins, de 800 homens entre praças e oficiais. Essa reestruturação elevou a despesa de folha de pagamento com a Brigada Militar de 1.639:862\$00 para 1.747:862\$750, resultando

¹⁴⁰ PARÁ, *Coleção de leis do Estado do ano 1917*. Belém: Imprensa Oficial, 1922, p.6.

¹⁴¹ PARÁ, *Coleção de leis do Estado do ano 1918*. Belém: Imprensa Oficial, 1922, p.72.

¹⁴² PARÁ, *Coleção de leis do Estado do ano 1917-1918*. Belém: Imprensa Oficial, 1922.

numa diferença de 74.898\$000 que sozinha seria suficiente para custear ao menos dois anos de funcionamento da Biblioteca e Arquivo Público, com despesa orçada em 26.350\$000¹⁴³.

Esse incremento à força militar do estado, de um lado, parecia corresponder a participação do segmento armado no processo de colocação de Sodré no poder e, de outro, não acompanhar o contundente cenário de crise financeira no qual o Pará estava mergulhado.

Como a maior receita de arrecadação do estado provinha da cobrança de impostos na exportação de produtos e, especialmente, da borracha, as contas públicas foram diretamente afetadas pela concorrência asiática e a flutuação do mercado¹⁴⁴. Para além da diminuição da comercialização da goma elástica em si, o governo precisou lidar ainda com o contexto de guerra internacional e o surto de gripe espanhola de 1918. Todos estes elementos reunidos dificultavam a obtenção de recursos extras para suprir as demandas orçamentárias do estado.

Ciente das dívidas com credores e dos atrasos salariais de funcionários públicos que existiam desde 1910, ao assumir o governo Lauro Sodré prometeu uma gestão criteriosa, rigorosamente econômica e honesta, comprometida com o pagamento de suas principais dívidas¹⁴⁵. Em 1919, mais incomodado com as críticas que lhe dirigiam por não conseguir alterar o cenário, alegou não ter prometido fazer “a obra milagrosa de curar em dias males inveterados de anos longos, pondo abastança nos lares onde reinava a pobreza”¹⁴⁶.

Para aplacar os discursos descontentes, o governo de Lauro Sodré seguia contando com a *Folha do Norte* e, a partir de 1919, encontrou apoio também em sua ramificação ilustrada, a revista *A Semana*. De propriedade dos jornalistas Manuel Lobato e Alcides Santos, a publicação tentava demonstrar esperança na administração de Sodré. Em editorial lançado nesta revista ilustrada, que começara a circular em Belém exatamente em 1919, Manuel Lobato, um dos proprietários da publicação, falou acerca das dificuldades enfrentadas pelo governo para equilibrar as arrecadações. Se reportando ao contexto de guerra e as dificuldades impostas ao livre comércio, Lobato enaltecia o prestígio de Sodré e a sua disposição em reduzir os gastos ao mínimo, garantindo que “com felicidade e honra” ia se atravessando a “quadra tenebrosa, graças aos hercúleos esforços do sr. dr. Lauro Sodré”.

¹⁴³ Comparação feita a partir dos dados arrolados nas mensagens de governo de Enéas Martins, 1916, e Lauro Sodré, em 1918.

¹⁴⁴ BARATA, Manoel. *A antiga produção e exportação do Pará – estudo histórico-econômico*. Belém: Typ. da Livraria Gillet, 1915, p.36.

¹⁴⁵ PARÁ, Congresso Legislativo do. *Mensagem dirigida em 1 de agosto de 1917 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Lauro Sodré governador do estado*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1917, p.60.

¹⁴⁶ PARÁ, Congresso Legislativo do. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará em sessão solene de abertura da 2ª reunião da sua 10ª legislatura à 7 de setembro de 1919 pelo Dr. Lauro Sodré governador do estado*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1919, p.8.

Uma vez que ao findar o 2º ano de seu governo nos é dado assinalar tendências para uma melhora positiva, tem lugar a confiança em outros serviços duradouros no resto do quadriênio e o nosso apreço pelo trabalho até agora feito.

Já é um grande consolo ter atravessado a quadra triste, sentindo o estomago confortado e o corpo mais vestido de que anteriormente.

Aflora dos lábios o sorriso da saúde, que é o cabedal precioso do pobre.

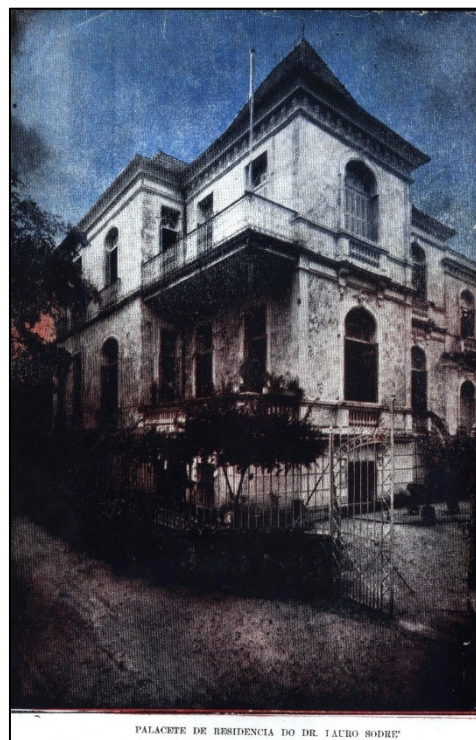
Que maior ventura para um coração bem formado do que a certeza de haver proporcionado esse bem?¹⁴⁷

O texto de Manuel Lobato sugere que Lauro Sodré havia conseguido aplacar a fome e as péssimas condições de vida da população mais pobre. Dessa forma, a revista *A Semana* se colocava como uma importante aliada no processo de convencimento da recuperação econômica do estado. Não apenas pelo texto de Lobato, mas fundamentalmente por ter mantido postura amistosa e, em muitos momentos, elogiosa ao governo. Não raro, pelas páginas da revista era possível encontrar informações sobre as ações do poder executivo, saudações a Lauro Sodré e fotografias alusivas aos homens fortes do partido *laurista* e seus assuntos.

Imagem 20 - Retrato de Cypriano Santos



Imagem 21 - O palacete do governador



FONTE: *A SEMANA*. Belém, Ano 1, V.2, nº91 e V.2, nº92, dezembro de 1919 (capa).

¹⁴⁷ *A SEMANA*. Belém, Ano 1, V.1, N.45, 01 fevereiro, 1919 p.9.

Na *Imagem 20*, por exemplo, é possível ver Cypriano Santos posando para a capa da revista na condição de chefe do PRF e presidente do Senado Estadual. Com a conquista *laurista* do Estado em 1917, mais do que o próprio Sodré, foi Cypriano quem se pôs a costurar os acordos e ditar os rumos políticos do estado. Ao ponto de Lauro Sodré reputá-lo como o verdadeiro chefe do PRF. Sendo comparável em poderio, como assinalou Borges, à Antônio Lemos¹⁴⁸. Pois tal como o velho intendente, Cypriano também acumularia os cargos de senador estadual, intendente de Belém e chefe de partido. Muito embora, não tenha disposto de uma máquina financeira tão abastada como aquela administrada pelos *lemistas* no início do século XX. Na imagem (21) ao lado, também veiculada em uma capa da revista *A Semana*, é mostrado um aspecto do belo palacete alugado para servir de residência ao governador na então Avenida Independência, no trecho que hoje leva o nome de Magalhães Barata.

Ainda assim, a crise estava longe de ser superada e Lauro Sodré voltou ao tema em sua última mensagem ao Congresso Legislativo, em 1920. Nela o governador se mostrava empenhado em explicar de diferentes formas os desafios e limites financeiros impostos à sua gestão. Neste sentido, ele apresentou dois quadros demonstrativos bastante significativos. O primeiro (*Tabela 10*), mostrando os valores de arrecadação com a exportação de produtos, o segundo (*Tabela 11*), com os valores totais arrecadados pelo tesouro estadual.

Tabela 10 - Diminuição da arrecadação com exportação no Pará (1901-1918)

ANO	ARRECADAÇÃO
1901	10.132.753\$114
1902	9.111.588\$491
1903	11.679.684\$098
1904	13.259.965\$572
1905	11.947.793\$786
1906	11.696.757\$155
1907	16.144.976\$721
1908	8.974.113\$972
1909	14.941.494\$027
1910	15.088.501\$895

¹⁴⁸ BORGES, Ricardo. Op. Cit. 1986, p.216.

1911	9.919.778\$018
1912	9.897.616\$876
1913	5.594.290\$392
1914	4.430.900\$604
1915	4.991.500\$759
1916	6.141.714\$952
1917	4.765.826\$734
1918	2.707.363\$287

Fonte: Mensagem de Governo de Lauro Sodré, 1920, p.98 (Adaptado).

O quadro original apresenta informações mais amplas, partindo do início do regime republicano e demonstrando que o pico da arrecadação com os impostos de exportação, puxado pela economia gomífera, se deu em 1899, ainda no governo de Paes de Carvalho, quando as cifras chegaram ao total de 19.345.039\$251.

No recorte que fiz é possível ver: a) diminuição, oscilação e manutenção de média elevada da arrecadação no governo de Augusto Montenegro (1900-1909); b) aparente recuperação das exportações nos dois primeiros anos da gestão de João Coelho (1909-1913) e, em seguida, nova queda vertiginosa da arrecadação; c) diminuição significativa da receita no governo de Enéas Martins (1913-1917); d) dados parciais para o governo de Lauro Sodré (1917-1918) que indicam a pior arrecadação com exportações de produtos de toda a série histórica. Ainda que sejam considerados apenas os dois primeiros anos das gestões dos demais governadores, o cenário se mantém.

Como a borracha era a principal mercadoria da economia paraense desde o século XIX, o resultado da diminuição das exportações foi uma crise financeira sem precedentes no estado. A crise se manifestou nas falências de casas aviadoras, na queda de produção de seringais, no caos das finanças públicas, na pauperização da população e na deposição social de famílias instaladas com base no aviamento da borracha¹⁴⁹.

O quadro a seguir mostra as arrecadações totais do tesouro estadual para o mesmo período, facilitando a compreensão do cenário de depressão econômica.

¹⁴⁹ SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)*. Op. Cit., p.87.

Tabela 11 - Arrecadação total do tesouro estadual (1901-1918)

ANO	ARRECADAÇÃO
1901	13.165.368\$667
1902	12.316.899\$768
1903	14.996.043\$696
1904	16.910.793\$746
1905	16.073.197\$374
1906	15.403.321\$127
1907	14.076.623\$565
1908	12.422.390\$141
1909	19.048.045\$551
1910	20.264.949\$604
1911	14.489.734\$176
1912	13.486.123\$912
1913	9.232.641\$777
1914	8.195.183\$044
1915	8.786.940\$529
1916	11.229.387\$351
1917	10.274.691\$113
1918	8.690.146\$377

Fonte: Mensagem de Governo de Lauro Sodré, 1920, p.99 (Adaptado).

De modo geral, até 1910, segundo ano do governo João Coelho, os dividendos arrecadados com a exportação de produtos compunham em média 70% do valor total arrecadado pelo tesouro estadual. Sendo que, em alguns anos, como em 1904, esse valor se aproximou dos 80%, sinalizando para a forte dependência que o estado tinha na comercialização da borracha. A partir de 1911, com a crise se intensificando, esse percentual foi diminuindo, até chegar, em 1917, numa composição média de 30% da arrecadação total.

Mas, longe de indicar a superação do problema, a arrecadação total do tesouro com menor participação das exportações escondia a necessidade de “se fazer” dinheiro de outras formas. A solução encontrada por Lauro Sodré foi renegociar empréstimos antigos e fazer novos principalmente junto ao Governo Federal. E, mesmo assim, o cenário permaneceu dos mais complicados.

Entre as verbas inscritas na lei da despesa do estado a que mais avulta é a que nela figura para o serviço da nossa dívida passiva: dívida externa fundada, dívida interna fundada e flutuante, a primeira dela subindo a alta soma, a segunda representada por pesada massa de apólices e a última por compromissos contraídos com fornecedores e por vencimentos de funcionários públicos ainda não pagos.

Foi a essa última espécie que eu já chamei um dia dívida berrante, devendo os que governam ouvir queixas e reclamos sem poder acudir aos que reclamam e se queixam¹⁵⁰.

Esse trecho assinala basicamente que o governo estadual havia se endividado ainda mais com os credores estrangeiros, não conseguira diminuir a sua dívida com o governo federal e, muito menos, regularizar o pagamento do funcionalismo público, posto, em uma escala de prioridades, em último lugar. Daí a motivação de Lauro Sodré em publicar os quadros com as arrecadações estaduais. Servia tanto para tentar justificar as faltas e pendências de sua administração, como para indicar que os seus antecessores haviam encontrado melhores condições para governar.

Todavia, isso era pouco e Lauro Sodré parecia saber disso. Por isso, suas últimas palavras oficiais à casa legislativa paraense foram registradas na seção “O que fiz e o que não fiz”, onde novamente se empenhou em demonstrar, dessa vez pela retórica, que não havia encontrado condições de realizar tudo quanto gostaria. Ele dizia saber que os méritos de um governo costumavam ser aferidos pela soma das obras materiais realizadas. Mas, como se já estivesse sendo ou soubesse que seria comparado à figura de seu principal adversário político, Antônio Lemos, reputado como o “Hausmann da Amazônia”, principal responsável pelas obras de modernização e urbanização da região central de Belém no início do século, Sodré ponderava sobre a necessidade de se distinguir as obras que podiam ser vistas daquelas que apenas não tinham materialidade, mas formavam o povo. Querendo apontar as contradições dos melhoramentos urbanos e das grandes obras, o governador afirmou:

Os que semeiam maior soma de benefícios de tal feitio, esses são os que mais valem, fartos os olhos de ver e admirar os melhoramentos realizados, atestados de capacidade administrativa, muito embora por vezes sob esses adornos com que engalanam as cidades, aparências de riquezas materiais, se oculte a pobreza moral e se possa nessa falsa grandeza descobrir a pouquidade dos sentimentos, tendo proliferado à sombra de tantos ilusórios bens males que não têm conta.

São conhecidos e podem ser apontados entre os governos de pior espécie os que, cobrindo de jardins as praças públicas, deixam, sob as raízes dos arbustos que as

¹⁵⁰ PARÁ, Congresso Legislativo do. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará em sessão solene de abertura da 3ª reunião da sua 10ª legislatura à 7 de setembro de 1920 pelo Dr. Lauro Sodré governador do estado*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1920, p.100.

embelezam e das frondosas árvores que as ensombream, os gérmenes da corrupção e as sementes dos vícios¹⁵¹.

Na ordem da aparência admitia que o seu governo tinha ficado devendo. Contudo, antes de ser julgado por isso, desejava que os críticos se perguntassem sobre a razão pela qual não teria realizado determinada ação. Lembrou que não havia desembarcado em Belém como um taumaturgo capaz de encantar a todos com os seus milagres e tão pouco encontrara condições de alimentar a quimera da vida barata, do trabalho fácil, do bem estar e da riqueza. Não negava a validade e o encanto dos investimentos materiais, mas ressaltava que em “contraste singular com isso, que toda gente vê, fica o que não se vê, o que as almas compreendem e sentem: os benefícios morais”. Deles dependeriam mais diretamente o bem estar social, a ordem, a tranquilidade das consciências, a garantia dos direitos, liberdades e da justiça. Sendo nesta dimensão que desejava marcar a contribuição da sua administração, ressaltando que obras assim valeriam mais do que meramente materiais¹⁵².

Nada há que sobrepuje essa nobilíssima tarefa, a que se consagram governos, fazendo que suba o nível do ensino, semeando escolas com a certeza de que assim alumiam as consciências e aparelham a geração nova para que dê à pátria mais faustos dias de vida [...]

Que serviços seriam maiores do que os que prestam aqueles que governam, quando não antepõem à razão a sua vontade, quando não põem e dispõem das coisas públicas como de bens seus ou de seus amigos, dando os cargos de responsabilidades aos que merecem, ouvidos abertos às queixas e súplicas de todos, providenciais sempre prontas para reparar agravos ou impedi-los, sabendo que governar é prever, e é, conforme o dizer do publicista francês, ter um método e visar um fim?

[...] E quando generosas almas amigas se apiedarem em lamentos porque a pobreza do erário público não deu para ostentação de riquezas, que outros alardeiam, é bom que se mostrem contentes consigo mesmo por não terem agravado os padecimentos do Estado, mantendo-se dentro das suas escassas posses e vivendo como gente pobre, feliz na sua mediania, contanto que não falte a paz da consciência, a tranquilidade do lar, os gozos do espírito, que muitas vezes no usufruem, o que tem as bolsas enfiadas de moedas¹⁵³.

Uma obra de utilidade moral, de tolerância, soerguimento do ensino, de respeito às leis, de simplicidade, empenho e fiscalização. Era assim que Lauro Sodré queria que pensassem o legado de seu governo. Tendo declarado, por fim, que deixava o cargo do

¹⁵¹ PARÁ, Congresso Legislativo do. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará em sessão solene de abertura da 3ª reunião da sua 10ª legislatura à 7 de setembro de 1920 pelo Dr. Lauro Sodré governador do estado*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1920, p.128-129.

¹⁵² PARÁ, Congresso Legislativo do. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará em sessão solene de abertura da 3ª reunião da sua 10ª legislatura à 7 de setembro de 1920 pelo Dr. Lauro Sodré governador do estado*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1920, p.130-131.

¹⁵³ Ibid. p.132-133.

mesmo modo que havia entrado, de alma e mãos limpas, com a certeza de não ter empunhado penas para assinar atos dos quais pudesse um dia se arrepender¹⁵⁴.

E aqui caberia a troça registrada por Clovis Meira segundo a qual um *lemista* ao ouvir esta frase teria dito que a mão direita poderia realmente se envaidecer de não ter cometido atos indignos, mas a esquerda, a mão que Sodré realmente utilizava para escrever, essa já havia participado de “muitas bandalheiras”¹⁵⁵.

Pelo menos sobre uma coisa Lauro Sodré tinha razão. As críticas chegaram depressa. Uma das primeiras e mais contundentes foi lançada exatamente por quem Lauro Sodré havia impedido de governar.

Atento a retórica do governador que se despedia, Silva Rosado afirmou que Sodré gostava de repetir com orgulho que suas mãos estavam limpas, que nunca haviam tocado naquilo que não lhe pertenciam, embora a honestidade fosse “uma obrigação imposta a todo homem de bem” e fosse dever da administração zelar igualmente pela honestidade dos seus auxiliares, fiscalizando e punindo os corruptos, o que Sodré teria deixado de fazer. Como resultado disso estava entregando o governo em condições mais precárias do que havia recebido de Enéas Martins¹⁵⁶.

O antigo *laurista* dizia faltar sinceridade e firmeza para que Lauro Sodré pudesse dirigir um partido ou governar um povo com utilidade. Tendo passado 4 anos como “governo inconstitucional”, frisava isso, teria tido oportunidade para confirmar a sua condição de “salvador da terra paraense”. Mas, sem corresponder às expectativas, deveria ser apontado, na opinião de Rosado, “como o único responsável da degradação política do Estado e de todos os infortúnios e misérias que infelicitam esta pobre terra”¹⁵⁷.

O governo Sodré iniciou e findou com o mesmo apelo patriótico. Mas, de fato, conseguiu entregar muito pouco para todo o barulho revolucionário e insurrecional que produziu de início. Lauro Sodré poderia não ser um taumaturgo e não ter prometido fazer milagres, mas foi cultuado como um grande estadista e aceitou este lugar em meio ao difícil contexto político-econômico que o estado, o país e o mundo vivenciavam. Neste sentido, a aposta em uma obra moral, ainda que faça sentido na perspectiva positivista, parece mero subterfúgio diante das responsabilidades que assumiu frente à população e deposição de Enéas Martins.

¹⁵⁴ Ibid. p.133-134

¹⁵⁵ MEIRA, Clóvis. *O silêncio do tempo*. Belém/Brasília: CEGRAF, 1988, p.92.

¹⁵⁶ ROSADO, Antonio Joaquim da Silva. Op. Cit., 1921, p.59.

¹⁵⁷ ROSADO, Antonio Joaquim da Silva. Op. Cit., 1921, p.86

Essa obra moral com a qual alegou estar comprometido criou um paradoxo em torno de seu próprio nome, ainda hoje utilizado em logradouros e instituições, mas sem que se saiba ao certo a razão¹⁵⁸. Continua sendo reputado grande, porém a compreensão de uma obra que se pretende invisível desde o princípio, porque subjetiva, pode ser tão traiçoeira quanto aquela que se lança sobre a ordem das aparências.

Ao assumir o governo, Souza Castro procurou defender Lauro Sodré em sua primeira mensagem ao Congresso Legislativo pontuando as várias contribuições que tinha dado ao Pará no passado, mas, sem pretender, ratificando também que seu governo havia sido meramente de austeridade fiscal. Em suas palavras, ao seu “ilustre antecessor não era dado fazer, por sua terra, mais nem melhor do que por ela fez”¹⁵⁹.

De qualquer maneira, para o *laurismo*, enquanto tendência política, a chegada de Lauro Sodré ao governo do estado significou a passagem definitiva do PRF do oposicionismo radical para o situacionismo. Pela primeira vez desde a cisão do Partido Republicano em 1897, Sodré e seus apoiadores conquistaram o poder Executivo e a maioria no Congresso Estadual, passando a dominar o cenário estadual. Isso acabaria por alterar decisivamente a formação da bancada paraense no Congresso Nacional e a própria forma de atuação parlamentar de Lauro Sodré.

Não obstante, o novo momento passou a produzir tensões entre os próprios *lauristas*. A primeira delas girou em torno da sucessão de Lauro Sodré. O governador apoiou inicialmente o nome do seu secretário do tesouro, José Malcher, enquanto Cypriano Santos, o grande articulador político de Lauro Sodré e do PRF, lançou o deputado federal Souza Castro. Por toda a sustentação que o proprietário da *Folha do Norte* havia lhe dado ao longo dos anos, Sodré não tinha como contrariá-lo sob pena de cindir toda a estrutura do partido que havia acabado de se tornar dominante. O resultado disso foi que Malcher acabou isolado, magoado e derrotado. Souza Castro foi eleito o sucessor de Lauro Sodré¹⁶⁰.

O primeiro ato do novo governador foi o oferecimento de banquete a Lauro Sodré no Teatro da Paz no dia 04 de fevereiro de 1921, momento em que Sodré se despediu do povo paraense. Além dele, discursaram Cypriano Santos e o próprio governador eleito. No dia 05,

¹⁵⁸ A expressão maior deste paradoxo se dá em torno do antigo Palácio do Governo, hoje Palácio Lauro Sodré, que abriga o Museu Histórico do Estado do Pará e não oferece nenhuma coleção ou informação mais destacada sequer sobre a mudança de nome do prédio.

¹⁵⁹ PARÁ, Congresso Legislativo do. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará em sessão solene de abertura da 1ª reunião da sua 11ª legislatura à 7 de setembro de 1921 pelo Governador do Estado Dr. Antonio E. de Sousa Castro*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1921, p.5.

¹⁶⁰ BORGES, Ricardo. Op. Cit., , 1983, p.328.

Sodré viajou para o Rio de Janeiro sendo acompanhado até o embarque por préstito de 200 automóveis. No cais, foi saudado pela Brigada Militar e por uma multidão estimada em 50 mil pessoas¹⁶¹. Deixou o Pará na condição de líder do partido situacionista no estado.

Dessa maneira é possível concordar parcialmente com a crítica de Ricardo Borges, para quem a única crise que Lauro Sodré conseguira resolver entre 1917 e 1921 fora a político-partidária¹⁶². Mas, não tanto pela questão da idolatria que lhe dirigiam, como afirmou este autor, porém, fundamentalmente por ter conquistado a hegemonia para o seu partido fora do jogo institucional. Esse elemento de força aponta para uma dominação ancorada no apoio de militares, intelectuais, jornalistas, maçons e, simbolicamente, o povo, mobilizado pelo partido para as grandes cerimônias que visavam prestar honras à Lauro Sodré como forma de legitimação do poder.

2.4 – Questões de pauta: subvenções ao Pará, anistia e revisão constitucional

Após ter exercido pela segunda vez o cargo de governador do Pará, Lauro Sodré retornou ao Rio de Janeiro e ao Senado Federal. Porém, no segundo caso, não de forma tão tranquila e automática.

Saindo do governo em fevereiro de 1921, Lauro Sodré teoricamente havia deixado de concorrer nas eleições para a renovação do terço senatorial, ocorridas naquele mesmo período. A representação paraense na Câmara Alta ficou constituída por Cypriano Santos, com 9 anos de mandato, Justo Chermont, com 6 anos, e Arthur Índio do Brasil, da oposição, com 3 anos. Aconteceu, porém, que Cypriano renunciou ao mandato parlamentar para assumir a Intendência de Belém e novas eleições federais foram convocadas para o mês de junho no Pará.

Diante do situacionismo *laurista*, esperava-se que Sodré fosse candidato único e o pleito servisse apenas para referendar o que todos já sabiam que aconteceria. Porém, Antonio Joaquim da Silva Rosado entrou na disputa e adicionou certa hostilidade ao processo eleitoral. A reedição do pleito de 1916, desta vez, tinha os candidatos em lugares completamente distintos. Desta vez, Silva Rosado foi o candidato da oposição, vencido nas urnas com ampla diferença de votos e que não reconheceu a derrota. A principal diferença, no entanto, é que ele

¹⁶¹ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 1921, p.2.

¹⁶² Id. Ibid. p.341, 343.

não dispunha das mesmas bases de sustentação política – no plano federal e estadual – que deram a Sodré condições de se insurgir contra uma derrota eleitoral.

Na sessão de 10 de agosto de 1921, a mesa do Senado deu publicidade ao telegrama expedido por Silva Rosado informando que, na condição de candidato a representação senatorial pelo Pará na eleição de 23 de junho, contestava a validade do diploma conferido ao general Lauro Sodré e que apresentaria os fundamentos de sua queixa de acordo com os termos regimentais da Câmara Alta¹⁶³.

A *Comissão de Verificação de Poderes* analisou o diploma expedido pela Junta Apuradora de Belém, os livros utilizados na eleição, as atas da apuração, algumas comunicações de mesas eleitoras e o protesto de Antonio Joaquim da Silva Rosado, representado por João Baptista Ferreira de Souza. Lauro Sodré, por sua vez, se fez representar na querela pelos deputados paraenses Dionísio Ausier Bentes e Eurico de Freitas Valle.

Silva Rosado alegava ter sido feita manobra política em favor de Lauro Sodré. Neste sentido, informava que 2 candidatos haviam sido votados no pleito de 20 de fevereiro, um para o lugar de Justo Chermont, que terminava mandato, e outro para a vaga deixada por Firmo Braga, que falecera tendo ainda 6 anos de mandato a cumprir. Chermont se candidatou para o “mandato quebrado” e Cypriano Santos para o cheio. Contudo, alegava a parte contestatória, tudo não passara de prestidigitação. Tendo em vista a inelegibilidade de Sodré no período eleitoral, por ter acabado de entregar o posto governamental do estado, o amigo Cypriano Santos assumiu a incumbência de guardar a vaga senatorial por três meses, prazo fixado em lei para que Sodré pudesse concorrer novamente. Em troca, Antonio Ó de Almeida, cunhado de Lauro Sodré, entregaria o cargo de intendente de Belém para o mesmo Cypriano Santos. De modo que, julgava-se que tal farsa seria suficiente para anulação do reconhecimento de Sodré e convocação de novas eleições.

Tabela 12 - Representação política federal e estadual paraense, 1921

Partidos/Vagas	Senado Federal	Câmara Federal	Senado Estadual	Câmara Estadual
PRF (Situação)	2	6	13	23
PRP (Oposição Coligada)	1	1	1	0
PRC (Oposição Combatente)	0	0	2	0
Independentes	0	0	2	0

FORNTE: ANAIS DO SENADO, 1921, L.4, P.502.

¹⁶³ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1921, L4, p.83.

A exposição de motivos de Silva Rosado acusava ainda a tentativa de domínio absoluto do PRF no âmbito estadual e federal, como se aquele fosse um elemento estranho ao cenário político de então (*Tabela 12*).

A leitura do cenário político paraense indicava que uma vez confirmada a eleição de Sodré, a chamada oposição combatente, isto é, o PRC e os políticos independentes ficariam sem representatividade no Congresso Nacional. No cenário estadual, como mostrou Silva Rosado, já havia uma ampla preponderância do situacionismo e da oposição coligada, isto é, dos membros do PRP, que, àquela altura, se entendiam muito bem com o governo. Ao ponto de Arthur Lemos, que havia retornado para a antiga legenda *lemista*, ter sido eleito para a Câmara como o Deputado mais votado, mais até do que o próprio Eurico Valle, eleito pela situação. Entre os independentes, os representantes no Senado Estadual eram Virgílio de Mendonça e Silva Rosado, o contestante do pleito federal.

Da parte de Lauro Sodré, Eurico Valle e Dionísio Bentes alegaram que ignorada a significativa diferença de votos obtidas entre os candidatos, esperava-se que Silva Rosado apresentasse “qualquer aparência de argumentação merecedora de contradita”. Ao contrário disto, os defensores de Sodré se diziam surpresos ao perceberem que a argumentação toda estava baseada em elementos que não mantinham relações com os fatos e em sugestões depreciativas da figura pública de Sodré.

O contestante, ponderavam eles, se quer havia questionado a validade das atas e, sem base alguma, tentava em nome de um famigerado impulso cívico rasgar o diploma expedido acertadamente em favor de Sodré. Cypriano Santos renunciara ao seu mandato por ter aceito o cargo de Intendente de Belém e não por cálculos políticos. E, tendo em vista que a renúncia ocorrera em 23 de junho e Lauro Sodré estava impedido de assumir cargos no Congresso Nacional até 3 de maio, não havia o que se falar em inelegibilidade.

O parecer da Comissão de Poderes, ancorada na apuração feita pela Secretaria do Senado, indicava um total de votos ainda menor para Silva Rosado. Circunstância que não alterava o resultado do pleito, mas que indicou ao relator do caso, Félix Pacheco (PI), que as eleições do Pará ocorreram sem irregularidade.

Tudo mais, na contestação do procurador do Dr. Silva Rosado, constitui antes um capítulo de moral política, que cada um será livre de entender como queira, sendo que ao relator ocasional deste parecer se afigura que a contra-contestação do candidato diplomado responde amplamente a todos os pontos de acusação, levantados neste particular pelo antagonista do Sr. Lauro Sodré.

[...]

Realmente toda a sua longa análise, desacompanhada de provas, cujos ônus não podem caber a quem se acusa, mas a quem acusa, apoia-se em retalhos de jornal e mexericos do noticiário dos órgãos de partido¹⁶⁴.

Félix Pacheco sustentou que as alegações de Silva Rosado saíam do campo eleitoral para repousar estritamente no político, dando ainda mais força para o candidato diplomado. Nada havia sido articulado contra o resultado da apuração. Assim, a comissão recomendava que as eleições para o preenchimento da vaga aberta pela renúncia de Cypriano Santos fossem aprovadas e que Lauro Sodré fosse reconhecido senador eleito pelo estado do Pará¹⁶⁵.

Na sessão de 1 de setembro, o parecer da *Comissão de Poderes* foi aprovado pelo Senado e Lauro Sodré reconhecido o candidato eleito, sendo ele recebido na casa parlamentar no dia seguinte por comissão regimental da qual fazia parte Justo Chermont.

No restante do ano, Sodré tomou parte nos trabalhos do Senado sendo nomeado por substituição para a *Comissão de Obras Públicas* e levando a plenário inúmeras proposições de emendas. Neste último caso, é interessante observar a mudança de padrão em relação aos mandatos anteriores. Antes da saída para o governo do Pará, Sodré já havia diminuído a intensidade na tribuna e se tornado mais breve nas colocações. Neste novo momento, ele mantém o estilo, porém muito mais interessado nos efeitos práticos de suas participações. Suas falas são pontuais e direcionadas a temas específicos. Do alto de seus 63 anos é de se imaginar que a passagem do tempo tenha retirado parte da disposição para os grandes debates e discussões. Ainda assim, a mudança estava estritamente ligada ao situacionismo estadual do PRF.

Na condição de ex-governador do Pará, Sodré encontrou na discussão do orçamento público da União uma brecha para auxiliar o estado natal de uma forma que até então não havia buscado fazer em sua trajetória parlamentar. Ao menos, não de maneira tão intensa. Ao longo de novembro e dezembro, foram 29 proposições de emendas. A maioria delas ligadas aos interesses e necessidades do Pará e ou da região amazônica (*Tabela 13*).

Embora também tenha destinado verbas para instituições de outros estados e do Distrito Federal, como por exemplo, a *Escola da Loja Maçônica Sete de Setembro*, em São Paulo, e o *Instituto Comercial do Rio de Janeiro*, respectivamente, estas foram em menor número e mantinham mais relações com a sociabilidade política de Sodré do que com projetos

¹⁶⁴ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1921, L4, p.486.

¹⁶⁵ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1921, L4, p.487.

de poder efetivos para esses lugares. As emendas destinadas ao Pará, de modo distinto, associavam diretamente o lugar que Lauro Sodré exercia na política federal e estadual.

Essa assertiva ganha mais força quando se percebe que as justificativas apresentadas por Lauro Sodré na proposição das emendas utilizavam como base, via de regra, as mensagens de governo que ele havia dirigido ao Congresso Legislativo Estadual entre os anos de 1917 e 1921 – com algumas menções também às mensagens do primeiro período governamental. De modo que, as experiências vivenciadas no executivo paraense serviram de fundamento para as alegações e solicitações dirigidas por Lauro Sodré ao Senado.

Tabela 13 - Emendas apresentadas por Lauro Sodré em 1921¹⁶⁶

MODALIDADE	PROPOSTA
Orçamento do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para 1922	Subvenção/PA: Faculdade de Direito do Pará (50:000\$000)
Orçamento do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para 1922	Subvenção/PA: à Santa Casa de Misericórdia (50:000\$000)
Orçamento do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para 1922	Construção de leprosário em Belém/Profilaxia Rural do Pará (300:000\$000)
Orçamento do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para 1922	Subvenção/PA: Instituto de Educandos Artífices (50:000\$000)
Orçamento do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para 1922	Subvenção/PA: Escola de Medicina (20:000\$000)
Orçamento do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para 1922	Subvenção/PA: Liga do Ensino (20:000\$000)
Orçamento do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para 1922	Subvenção/PA: Instituto Histórico e Geográfico do Pará (5:000\$000)
Orçamento do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio para 1922	Supressão da verba destinada ao aparelhamento da Hospedaria de Imigrantes do Outeiro
Orçamento do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio para 1922	Serviço de colonização nacional do Oiapoque (600:000\$000)
Orçamento do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio para 1922	Subvenção: Fábrica de Artefatos de Borracha Eureka (100:000\$000)
Orçamento do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio para 1922	Subvenção: internato de educandos indígenas mantido pelas irmãs Clarissas no Tapajós (5:000\$000)
Orçamento do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio para 1922	Subvenção: Museu Goeldi (80:000\$000)
Orçamento de Viação e Obras Públicas para 1922	Estrada de ferro Bragança-São Luiz ou Caxias

¹⁶⁶ A tabela reúne apenas as emendas relacionadas ao Pará e que foram aceitas nos respectivos orçamentos, com exceção da última, que tratava da expansão das linhas telegráficas, que foi rejeitada.

Orçamento de Viação e Obras Públicas para 1922	Subvenção: navegação entre Belém e as cidades de Soure, Abaeté, Igarapé-Miri, Cametá, Mocajuba e Baião (200:000\$000)
Orçamento de Viação e Obras Públicas para 1922	Construção de novas linhas telegráficas (Vigia a S. Caetano, S. Caetano a Curuçá, Curuçá a Marapanim, Igarapé-Açú a S. Miguel do Guamá, Macapá a Amapá)

Fonte: ANAIS DO SENADO FEDERAL (Adaptado).

As referidas proposições podem ser agrupadas em 4 categorias: *instrução*, *saúde*, *cultura e economia e serviços*. Das 15 referências do quadro, 5 foram para a primeira categoria, 2 para a segunda, 2 para a terceira e 6 para a quarta. De maneira que instruir a população e estruturar adequadamente os serviços estaduais, aparentemente, eram os principais objetivos da série de emendas. O direcionamento de auxílio financeiro para essas áreas específicas, embora possa ser pensado como parte da própria função senatorial – que não está livre das questões de momento –, aponta também para um modo de perceber a sociedade paraense e suas necessidades que era particular do ex-governador Sodré.

Neste sentido, ao defender a construção do leprosário de Belém, Lauro Sodré argumentou que os governos estaduais que o precederam haviam feito o máximo possível pelos serviços de profilaxia, mas não tinham conseguido avançar, sendo, portanto, imprescindível a ajuda da União. Essa necessidade teria ficado patente ao visitar o asilo de leprosos vinte anos depois de tê-lo visto pela última vez. Ficando com a impressão de que a passagem do tempo apenas piorara as condições de atendimento aos doentes. Situação que Sodré afirmou ter tentado melhorar solicitando apoio dos intendentess municipais e da União, mas sem muito sucesso. Agora, dizia ele, era necessário efetivar o serviço de profilaxia rural, construindo o Asilo de Leprosos, com recursos do estado e da União¹⁶⁷.

Os conhecimentos prévios de Lauro Sodré sobre a realidade paraense, bem como suas percepções teóricas e políticas orientaram todas as emendas apresentadas. Nas observações lançadas sobre a *instrução*, ele pensou as instituições de *ensino superior* em torno da formação dos jovens que serviriam ao Estado e o *ensino secundário* e, sobretudo, o *profissional*, como forma de “dignificar” as “profissões caídas no conceito da sociedade burguesa” e, de quebra, promover a “cura para o mal do funcionalismo” que implicava em

¹⁶⁷ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1921, L7, p.559.

número elevado de pensionistas para o Estado¹⁶⁸. Demonstrando sua concepção ilustrada de ensino, em que uma elite é formada para ocupar postos mais elevados e dirigir o restante da sociedade. De modo que o ensino “dignificador” servia também para disciplinar as massas em torno da ideia da produção.

Na *saúde*, além do soerguimento do leprosário, Sodré solicitou auxílio para a *Santa Casa de Misericórdia*, destacada em função dos benefícios levados à população mais pobre, porém naquele momento profundamente afetada pela crise que acometia ao estado do Pará¹⁶⁹.

As emendas mais diretamente ligadas à produção do conhecimento ou ao campo cultural manifestaram-se por meio das solicitações de subvenção para o *IHGP* e o *Museu Goeldi*. O primeiro, destacado como o lugar de homens interessados no passado histórico e uma instituição já reconhecida como de utilidade pública pela União¹⁷⁰. O segundo, um espaço para curiosos e pesquisadores, que poderia ser transformado em núcleo de estudo e divulgação das ciências naturais, sob dependência direta do Museu Nacional¹⁷¹. Ambos, diretamente ligados à sua primeira administração.

No que tange às proposições relacionadas aos assuntos *econômicos e aos serviços*, Sodré solicitou a supressão da verba destinada ao aparelhamento da *Hospedaria de Imigrantes do Outeiro*, por ela já ter sido cedida ao Governo Federal pela administração estadual¹⁷², mas reforçou a necessidade de investimentos na *colonização* na região do Oiapoque como obra de defesa da fronteira¹⁷³. Essa, por sinal, foi a maior das subvenções solicitadas em termos financeiros (600:000\$000). Além disso, reivindicou o fomento governamental aos empreendimentos industriais (*Fábrica Eureka*)¹⁷⁴, o restabelecimento de linhas de navegação marítima¹⁷⁵ e o aumento de linhas telegráficas no Pará, como forma de fomentar o comércio e melhorar a vida dos moradores do estado.

Além de diretamente conectadas com as experiências de governo de Lauro Sodré, as subvenções serviam também como suporte para a administração de Souza Castro, *laurista* que o sucedeu no executivo estadual. Assim, Sodré exercia ao mesmo tempo o papel de representante e o de chefe da situação política paraense no Senado Federal.

¹⁶⁸ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1921, L7, p.565.

¹⁶⁹ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1921, L7, p.557.

¹⁷⁰ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1921, L10, p.341.

¹⁷¹ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1921, L8, p.252.

¹⁷² ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1921, L8, p.232.

¹⁷³ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1921, L8, p.235.

¹⁷⁴ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1921, L8, p.255.

¹⁷⁵ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1921, L10, p.80.

Durante o ano de 1922 Lauro Sodré manteve o padrão de atuação senatorial, tomando parte dos trabalhos parlamentares principalmente através de emendas. Foram 34 no total. 08 direcionadas ao âmbito nacional, 13 ao Rio de Janeiro e 13 ao Pará. Tratavam, em geral, dos mesmos temas que as anteriores (*instrução, saúde, cultura e economia e serviços*), passando a incluir também os assuntos *militares*. Nem todas as proposições solicitavam o auxílio financeiro da União. Existiam os pedidos sobre fixação e equiparação de vencimentos de funcionários públicos, gratificação de militares, aproveitamento de médicos e etc. Das 12 subvenções arroladas, 10 estavam direcionadas ao Pará e 2 ao Rio de Janeiro, assinalando a continuidade de empenho da parte do senador em alocar recursos para o estado onde seu partido dominava. Essa ação colaborativa não esteve presente no período de oposicionismo declarado à Paes de Carvalho, Augusto Montenegro e João Coelho e também não se salientou com a chegada “conciliadora” de Enéas Martins.

No mesmo ano Lauro Sodré voltou a ser eleito para a *Comissão de Marinha e Guerra*. Na Comissão Permanente atuou ao lado de Siqueira de Menezes (SE), Benjamin Barroso (CE), Carlos Cavalcante (PE) e Índio do Brasil (PA), o único membro remanescente da comissão no período em que Sodré renunciou ao mandato para assumir o governo do Pará. Sodré participou ativamente dos trabalhos da comissão, mas relatou poucos projetos, entre os quais os que tratavam do reengajamento de militares no Exército, solicitação de pensão e a reorganização do quadro de farmacêuticos da Armada. Sugeriu propostas de emenda às discussões de forças de terra e forças navais para o ano seguinte, mas sem maiores discussões.

A fala mais contundente de Sodré registrada nesse período de retorno às atividades senatoriais se deu na sessão de 12 de dezembro e dizia respeito ao seu posicionamento diante da eclosão da *Revolta do Forte de Copacabana*. Sendo mais uma defesa pessoal, do que uma ação espontânea e de enfrentamento.

Na ocasião, o senador paraense repercutiu a publicação do jornal carioca *A Noite* na qual que se falava acerca de seu posicionamento com relação ao movimento de anistia em favor dos militares implicados nos movimentos revolucionários de julho. Sodré esclarecia que, diferentemente do que alegara a publicação, a medida pensada em relação aos envolvidos nos violentos dissídios políticos que se deram na capital da República tinha o seu apoio. E cita carta que enviara à redação do jornal explicando seu posicionamento e que não fora publicada.

Li com desprazer e surpresa o tópico de *A Noite*, posto sob os meus olhos por mão amiga, em o qual havia referência manifestadamente injusta ao meu nome, apontado como o de quem, no Congresso Nacional, seria voto contrário ao projeto, que no

seio dele surgisse, amparando com a medida providencial da anistia a quantos ficaram envolvidos nos sucessos de 5 do mês de julho do mesmo ano.

A verdade é que, se não fiz, em voz alta, alarde de opiniões que são minhas com relação a essa providência, a qual mais de uma vez tem entre nós favorecido e restituído à liberdade e ao gozo integral de seus direitos compatriotas nossos, entremetidos em movimento insurrecionais, há muito quem saiba, por me ter ouvido dizer, que eu não poderia nunca deixar de ser favorável a tal medida.

E se-lo-ia ainda que entre os que se encontram agora a sofrer, pela coparticipação, que porventura tiveram naquelas ocorrências, não houvesse amigos meus, que eu considero e prezo, alguns, companheiros de classe.

O meu passo político, os princípios, que eu tenho vivido a defender e pregoar, atos de minha vida pública, a solidariedade notória e confessada com o partido político, o qual, ainda em dias não remotos, mais uma vez me conduziu ao governo do meu Estado natal pela vitória, que pôs remate a uma luta pertinaz travada em todos os terrenos, tudo isso, natural e logicamente, está a indicar o meu posto em tal caso.

Bem sei como graças a esse recurso legítimo e legal, e à sombra dessa umbela protetora, muitos dos vencidos em conflitos políticos tem caminhado para continuar a dar à pátria o concurso de suas energias, sem que os longos dias de infortúnio padecido lhes tivessem amortecido a fé nos destinos da República. Aos meus ouvidos toam sempre as palavras do orador francês: “as guerras civis abrem-se por todas as portas e fecham-se por uma só, a clemência. A anistia é a mais eficaz das repressões”¹⁷⁶.

Importante observar que a revolta acontecera em julho e somente em dezembro Sodré se posicionou oficialmente sobre o tema. Na carta, ele próprio admitiu certo silenciamento, em nada parecido com o comportamento que demonstrava na fase mais combativa de sua atuação (1897-1911), quando os assuntos da ordem do dia não escapavam às suas inquietas ponderações.

Na missiva Sodré indica discretamente que o seu posicionamento (ou a falta dele) mantinha relações com a sua filiação e fidelidade partidária estadual. Não tendo apoiado a candidatura de Epitácio Pessoa e criticado ações de Arthur Bernardes, o senador paraense sabia que aumentando o tom contra o governo poderia comprometer ainda mais as suas bases *lauristas*. Daí a mudança de postura na tribuna. Daí a defesa da anistia como forma conciliatória e capaz de evitar indisposições com governistas, militares, revoltosos, *lauristas* e a imprensa. Dessa forma, a defesa da anistia parecia ser muito mais em favor de si mesmo do que em relação aos participantes da insurreição, que ele não tratou efetivamente. Essa atitude lembra a que ele havia demonstrado em 1910, por ocasião da *Revolta da Chibata*, ao votar a favor do estado de sítio e reivindicar apenas a preservação das imunidades parlamentares. Para um antigo líder da juventude militar, imputado como *jacobino* e *florianista*, defensor das insurreições e da prerrogativa do soldado cidadão, chefe de um golpe civil-militar que o colocou no poder estadual paraense, o comportamento de Sodré parecia não encaixar.

¹⁷⁶ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1922, L9, p.315.

Ao apresentar o projeto de anistia aos envolvidos nos eventos de julho de 1922, Lauro Sodré recomendava o pleno restabelecimento do regime democrático e a solidariedade dos vencedores para com os vencidos, mas sem nunca se reportar aos momentos em que ele próprio foi acusado de subverter a ordem, mesmo citando falas de Rui Barbosa de 1905 sobre o significado de anistiar. Sodré não falava enquanto antigo insurreto e conspirador. Tentando se equilibrar no jogo institucional, evitava julgar os méritos dos revoltosos e as ações do governo.

Lauro Sodré tentou até descolar a sua imagem de senador do meio militar, declarando que embora estivesse ligado ao *Clube Militar*, àquela altura presidido pelo marechal Hermes da Fonseca, não seguia necessariamente as ordenanças dos colegas de farda e não acompanhava todas as críticas dirigidas ao presidente da República. Ponderando, afinal, ser livre de consciência e mais político do que soldado¹⁷⁷.

A década de 1920 ou o período de exercício do 4º mandato de Lauro Sodré representa, portanto, o momento em que ele tentou se apartar do pensamento revolucionário e da representação de senador militar que havia construído em torno de si. Procurando se equilibrar no jogo político entre uma discreta oposição no plano federal e o lugar de chefe da situação estadual, Sodré manteve suas críticas às ações governamentais no campo institucional e se apresentou como liderança moderada e democrática. Essa postura o manteve distante não apenas da *Revolta do Forte de Copacabana*, mas do próprio *Movimento Tenentista*.

Entre 1923 e 1924, Lauro Sodré ocupou mais vezes a tribuna para tratar de questões nacionais e estaduais (*Tabela 14*). Foram 11 discursos, 6 emendas, 4 projetos, 1 requerimento e 1 declaração de voto. Das 23 participações, pelo menos 11 tratavam diretamente ou indiretamente do Pará e apenas 1 estava relacionada aos militares, reforçando a tese de que o mandato senatorial estava sendo exercido, de um lado, em função da experiência recente à frente do governo do estado nortista e, de outro, em sentido de afastamento das questões da caserna. De outro modo, contrariando postura já criticada por ele mesmo no Senado, Lauro Sodré atuava como “embaixador” do seu estado e, ao mesmo tempo, escapava das discussões relacionadas aos militares, envolvidos em diversas revoltas naquele momento.

¹⁷⁷ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1922, L9, p.319.

Tabela 14 - Participações de Lauro Sodré no Senado em (1923-1924) – 4º Mandato

DATA	MODALIDADE	ASSUNTO
14/08/1923	Discurso	Centenário da proclamação da Independência do Grão-Pará
17/08/1923	Discurso	Conduta do governo do Pará na época da dissolução do Congresso Nacional pelo marechal Deodoro da Fonseca
22/08/1923	Discurso	Anistia
29/08/1923	Projeto	Estrada de ferro entre Pará e Goiás
10/10/1923	Declaração de voto	Regulação da imprensa
07/11/1923	Discurso	Falecimento de Cypriano Santos
27/11/1923	Projeto	Reconhece a Associação de Imprensa do Pará como instituição de utilidade pública
28/11/1923	Projeto	Equipara os diplomas da Phenix Caixeiral Paraense aos expedidos pela Academia de Comércio do Rio de Janeiro
29/11/1923	Emenda	Subvenção/PA: Escola Mista Gratuita de N. S. do Perpétuo Socorro (3:000\$000)
30/11/1923	Emenda	Subvenção/PA: Estação experimental de cacau, na Região do Tocantins (100:000\$000)
15/12/1923	Emenda	Subvenção/PA: Faculdade Livre de Odontologia (20:000\$000)
15/12/1923	Projeto	Reconhece a Associação Central de Defesa Econômica do Norte como instituição de utilidade pública
25/12/1923	Emenda	Concede franquia postal e telegráfica à correspondência oficial da Associação Central de Defesa Econômica do Norte com sede no DF
28/05/1924	Discurso	Eleição senatorial do DF
08/07/1924	Discurso	Transformação da Associação Central de Defesa do Norte em Centro de Proteção das Indústrias Nacionais
01/09/1924	Requerimento	Caixas Operárias e Conselho Nacional do Trabalho
12/09/1924	Discurso	Forças Armadas na Proclamação da República
29/09/1924	Discurso	Revisão da Constituição
16/10/1924	Emenda	Ao projeto de veto parcial às resoluções do Conselho Municipal do DF
13/11/1924	Discurso	Anistia
19/11/1924	Discurso	Dia da Bandeira
10/12/1924	Discurso	Solicita a inserção de discurso de Álvaro Alvim nos Anais do Senado
29/12/1924	Emenda	Aquisição do gabinete elétrico-terapêutico de Álvaro Alvim

Fonte: ANAIS DO SENADO FEDERAL (Adaptado).

Em relação ao tema, as participações de Sodré nesse período podem ser agrupadas da seguinte forma: política nacional, assuntos paraenses e parte diversificada.

Do primeiro grupo é possível destacar a defesa da regulação dos direitos dos operários das estradas de ferro e estabelecimento do *Conselho Nacional do Trabalho*, sob argumentação de que a República não haveria de ser o que deveria enquanto não tratasse da “chamada questão social”, que já sacudia a Europa e fatalmente haveria de chegar ao Brasil, sendo necessário, portanto, harmonizar os dissídios entre operários e patrões, entre trabalho e capital¹⁷⁸; a declaração de voto contra o projeto de regulação de imprensa que, segundo ele, entrava no rol dos erros conscientes daqueles dias ao atentar contra a liberdade de expressão¹⁷⁹; e, além deste assunto, a defesa da revisão constitucional que, alternando momentos de entusiasmo e indiferença, Lauro Sodré defendia desde 1903. Deste modo, ele rememorou a sua tentativa de formar agrupamento político em torno da ideia revisionista em 1904, a negligência do PRC pela causa e saudou a iniciativa presidencial de Arthur Bernardes de finalmente iniciar o programa da revisão¹⁸⁰. Em pouco tempo, no entanto, Sodré passaria a criticar tal revisionismo.

Nos temas atrelados à política nacional constam ainda as duas falas sobre anistia, uma em 1923 e outra em 1924. Na primeira ocasião, Sodré cobrou explicações sobre o “paradeiro” de seu projeto 13 de dezembro de 1922 concedendo anistia aos tenentes insurretos, reafirmando a sua importância e a suspensão do estado de sítio. Tentando evitar represálias do governo, Sodré ressaltou, no entanto, que aquele era o seu posicionamento e não o de “seus amigos políticos do Pará”, que prestavam total apoio ao presidente da República¹⁸¹. Na segunda ocasião, Sodré pontuou que o seu projeto havia sido “sepultado na pasta de uma das comissões” da casa e que conclamou aos seus pares que fizessem o governo se interessar pela ideia da anistia, a única capaz de restabelecer a paz e a ordem no Brasil¹⁸².

No segundo grupo incluem-se as falas com sentido histórico sobre a adesão do Pará à Independência e a posição do Governo do Pará (na realidade, de Sodré) em relação ao golpe de Deodoro da Fonseca, assim como as reivindicações ligadas ao movimento associativo da capital paraense, as propostas para melhoramento da economia e as subvenções direcionadas ao estado.

¹⁷⁸ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1924, L5, p.2.

¹⁷⁹ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1923, L6, p.367.

¹⁸⁰ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1924, L5, p.425.

¹⁸¹ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1923, L4, p.321-337.

¹⁸² ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1924, L7, p.212.

Destes pronunciamentos merecem destaque: a crítica feita aos livros de história que contavam o “sucesso da Pátria” independente sem se reportar as agitações e lutas travadas no estado nortista, fala reivindicatória de revisionismo histórico diante do protagonismo do povo paraense e fundamentada principalmente na produção dos intelectuais ligados ao IHGP¹⁸³; a reivindicação de protagonismo pessoal diante das argumentações que apontavam Júlio de Castilhos como figura de resistência ao golpe de Deodoro da Fonseca¹⁸⁴; a argumentação feita em favor do trintenário projeto de estrada de ferro entre Pará e Goiás, sinalizando para as necessidades dos habitantes da região do Tocantins e do Araguaia e para os trabalhos de Couto de Magalhães, Ignácio Moura e Henry Coudreau¹⁸⁵ e o destaque dado à produção do cacau que, segundo Lauro, ainda não havia sido cultivado adequadamente por falta de dinheiro e falta de técnica¹⁸⁶.

O chefe *laurista* lamentou ainda a morte de Cypriano Santos, reputado como uma das “figuras mais notáveis” do Pará, recordando a sua “abnegação e desinteresse” ao abrir mão da vaga do Senador Federal. Em outros trechos do voto de pesar, Sodré se referiu ao principal articulador do PRF como “um lutador”, “um forte”, salientando que no exercício das suas duas administrações, Cypriano o acompanhara “dia a dia”, dedicado e constante, sem quebrar por nenhum momento a relação que os ligava há mais de 30 anos¹⁸⁷.

Na parte diversificada, destaca-se a única fala de Sodré relativa aos assuntos militares, em que rememorava a participação direta da classe na implantação do regime republicano e reivindicava novamente o protagonismo do “Norte” na campanha republicana¹⁸⁸. Valendo destacar que no ano 1924, quando ocorreu tal discurso, Lauro Sodré acabou ficando de fora da *Comissão de Marinha e Guerra*. O que simboliza o seu distanciamento em relação ao governo, que o bloqueara, mas também em relação à classe militar. Após longo período atuando como porta voz e representante dos assuntos da caserna na Câmara Alta, Sodré foi deslocado da função de senador militar.

Entre 1925 e 1926, últimos anos disponíveis da série documental dos *Anais do Senado Federal*, as participações de Lauro Sodré na tribuna não sofrem grandes modificações (*Tabela 15*). Foram identificados 14 discursos, 5 requerimentos, 4 emendas e 3 projetos de lei. Distribuindo essas informações nas categorias política nacional, assuntos paraenses, assuntos

¹⁸³ ANAIS DO SENADO FEDERAL, Rio de Janeiro, 1923, L4, p.235-242.

¹⁸⁴ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1923, L4, p.267-275.

¹⁸⁵ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1923, L4, p.480-492.

¹⁸⁶ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1923, L8, p.848.

¹⁸⁷ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1923, L6, p.553.

¹⁸⁸ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1924, L5, p.115.

militares e parte diversificada, é possível observar uma predominância dos temas diversos, o que sinaliza não apenas para uma variedade maior de matérias abordadas, mas também para uma forma de comunicar não tão continuada da parte do senador Sodré.

Das 5 referências atreladas à política nacional, 3 trataram da revisão constitucional, 1 sobre o estado de sítio e 1 sobre anistia. A recorrência destes temas ao longo do 4º mandato senatorial de Sodré em detrimento do discurso subversivo de outrora concederam ao senador paraense certa postura diplomática. Apresentando-se como moderado, conciliador e, por vezes, reticente, Lauro Sodré encontrava lugar seguro para articular em favor do situacionismo estadual.

Tabela 15 - Participações de Lauro Sodré no Senado em (1925-1926) – 4º Mandato

DATA	MODALIDADE	ASSUNTO
07/05/1925	Discurso	Encaminha documento da minoria do Senado contra o estado de sítio
15/06/1925	Requerimento	Urgência no parecer sobre a eleição do Pará
01/07/1925	Requerimento	Encaminha discurso de Silva Jardim para Anais do Senado
11/07/1925	Requerimento	Homenagens a Quintino Bocaiúva
05/08/1925	Requerimento	Encaminha discurso de Fernando Vianna, presidente de Minas Gerais, para Diário do Congresso
11/08/1925	Discurso	Centenário dos cursos jurídicos no Brasil
22/08/1925	Discurso	Comemorações da memória de Deodoro da Fonseca
25/09/1925	Projeto	Direitos militares/Exército
14/11/1925	Discurso	Revisão da Constituição
17/11/1925	Discurso	Revisão da Constituição
19/11/1925	Discurso	Festa da Bandeira
24/11/1925	Emendas	Direitos militares/Exército
19/05/1926	Discurso	Voto de pesar pelo falecimento de Justo Chermont
08/07/1926	Projeto	Pagamento de benefícios aos funcionários do Hospital Central do Exército
15/07/1926	Projeto	Aquisição da biblioteca de Lopes Trovão
31/07/1926	Discurso	Voto de pesar pelo falecimento de Lauro Muller
05/08/1926	Discurso	Voto de pesar pelo falecimento de Roberto Trompowsky
16/08/1926	Discurso	Recorda o projeto relacionado à aquisição do instituto médico de Álvaro Alvim
19/08/1926	Discurso	Voto de pesar pelo falecimento de João Coelho
27/08/1926	Discurso	Revisão da Constituição
18/10/1926	Discurso	Encaminha mensagem de Benjamin Constant aos

		Anais
	Requerimento	Comissão para despedidas de Arthur Bernardes
02/12/1926	Emenda	Pagamento de direitos a oficial da corte de Apelação
13/12/1926	Discurso	Anistia
26/12/1926	Emenda	Subvenção: Federação Brasileira dos Escoteiros (20:000\$)
26/12/1926	Emenda	Subvenção/PA: impressão do Boletim da Pesca (100:000\$000)

Fonte: ANAIS DO SENADO FEDERAL (Adaptado).

Neste sentido, ao protestar na sessão de 07 de maio de 1925 contra o prolongamento do estado de sítio por período de oito meses, feito pelo presidente Arthur Bernardes antes da abertura do Congresso Nacional, Sodré declarou não ser partidário da “tremenda revolta” (dos tenentes) que agravava a crise econômica e financeira da nação, mas também não ter horror aos movimentos revolucionários quando representavam “a legítima aspiração de um povo espezinhado”¹⁸⁹. Assim, em profunda dubiedade sobre a ação dos militares, o senador lamentou o fechamento do *Correio da Manhã* e prisão de Edmundo Bittencourt e, citando inúmeros autores, manuais de direito constitucional, artigos de jornais, documentos de governo, concluiu que os atos do presidente eram ilegais.

O estado de sítio fez Lauro Sodré se posicionar de forma contrária à proposta do governo sobre a revisão constitucional. No primeiro pronunciamento a respeito do assunto em 1925, ele afirmou que o projeto mais deformava do que corrigia a Constituição, questionando a falta de critério, estudo e debates no Congresso¹⁹⁰. Em seguida, declarou que a revisão deveria tão somente fazer com que a carta magna fosse respeitada e seguida em todos os estados e que o atual projeto era completamente distinto das proposições dos primeiros revisionistas¹⁹¹. Na terceira fala, classificou a reforma proposta pelo governo como audaz e criminosa, fruto do ódio e sentimento de revanche do presidente em relação aos seus adversários, criticando mais diretamente o fato da discussão ser conduzida no Congresso por meio de emendas e o projeto limitar as atribuições do Legislativo e do Judiciário¹⁹². Na votação derradeira de 1926 que aprovou o projeto de revisão, Lauro Sodré, Moniz Sodré (BA), Antônio Moniz (BA), Soares dos Santos (RS) e Gonçalo Rollemberg (SE), a minoria parlamentar, abstiveram-se do voto e retiraram-se do plenário como forma de protesto.

¹⁸⁹ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1925, L.1, p.214.

¹⁹⁰ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1925, L7, p.738.

¹⁹¹ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1925, L7, p.745.

¹⁹² ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1926, L5, p.368.

Ainda sobre o assunto, Emmanuel Sodré pontuou que o revisionismo de Lauro girava em torno de uma compreensão mais acertada acerca da autonomia dos estados e municípios e da coibição do que chamava de “politicagem local” que, não raro, ignorava a lei ou fazia dela seu atributo¹⁹³.

Em 13 de dezembro de 1926, diante da chegada de Washington Luiz à Presidência da República, Lauro Sodré voltou a exortar a proposta de anistia como a melhor forma para se vencer uma revolta, fazendo votos para que o novo mandatário soubesse colocar a nação “no caminho da tranquilidade, ordem e confraternização”¹⁹⁴.

Em relação à política paraense, as falas foram pontuais e pouco expansivas. Em 15 de junho de 1925, Sodré pediu urgência no reconhecimento de Souza Castro (ex-governador do Pará) que assumiu a vaga de Dionísio Bentes (eleito o novo governador)¹⁹⁵. Depois ocupou a tribuna em dois momentos de 1926 para manifestar voto de pesar, um em relação à Justo Chermont¹⁹⁶ e outro por João Coelho¹⁹⁷. Por fim, ao lado de Souza Castro e Eurico Valle, os companheiros de partido e representantes paraenses no Senado, conseguiu subvenção para publicação do *Boletim da Pesca*, órgão da Diretoria do Mar, do Pará, que por sua vez era ligada à Confederação Geral dos Pescadores do Brasil¹⁹⁸.

Entre os assuntos militares, o senador que seguia sem participação na *Comissão de Marinha e Guerra*, apresentou projeto visando assegurar aos oficiais do Exército, ativos ou reformados, as mesmas quantias para funerais que recebiam os oficiais da Armada¹⁹⁹. E, ainda no campo dos direitos, propôs emenda tornando possível que os alunos desligados das Escolas Militares, por qualquer motivo que não o de aproveitamento, solicitassem matrícula nas demais escolas superiores da República. Além disso, apresentou na sessão de 08 de julho de 1926 projeto que previa o pagamento de benefícios aos funcionários do Hospital Central do Exército²⁰⁰.

Na parte diversificada, destacam-se às homenagens prestadas a Quintino Bocaiúva²⁰¹, Deodoro da Fonseca²⁰² e Benjamin Constant²⁰³ e, conseqüentemente, à memória da

¹⁹³ SODRÉ, Emmanuel. Op. Cit., 1970, p.84.

¹⁹⁴ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1926, L12, p.280.

¹⁹⁵ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1925, L2, p.231.

¹⁹⁶ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1926, L1, p.321.

¹⁹⁷ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1926, L5, p.137.

¹⁹⁸ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1926, L13, p.663.

¹⁹⁹ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1925, L5, p.467.

²⁰⁰ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1926, L3, p.243.

²⁰¹ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1925, L3, p.132.

²⁰² ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1925, L4, p.352.

²⁰³ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1926, L7, p.321.

participação militar no regime republicano. O que se alinhava a outro recorrentemente abordado por ele, a festa da bandeira. Patriotismo e civismo eram elementos do pensamento, da retórica e do apelo público do senador Sodré. Não obstante, ele viabilizou junto ao orçamento do Ministério da Marinha auxílio para a Federação Brasileira dos Escoteiros do Mar, a qual considerava uma instituição modelar, com elevados ensinamentos cívicos prestados aos mais de 40 grupos de escoteiros existentes no território nacional²⁰⁴. Valendo destacar que Benjamin Sodré, filho de Lauro, era por essa época capitão da força naval e uma das principais lideranças do escotismo no Brasil, autor de Guia do Escoteiro²⁰⁵.

Na contagem que fez do período de 1922 a 1926, Emmanuel Sodré identificou 18 pronunciamentos do pai e, considerando todos os 4 mandatos, concluiu que ele havia ocupado a tribuna em 38 ocasiões²⁰⁶.

Os números, contudo, são ligeiramente mais expressivos. Considerando-se apenas os discursos livres, isto é, aqueles que não resultaram em proposições efetivas, é possível listar 25 ocasiões em que Lauro Sodré ocupou a tribuna entre 1923 e 1926. Esse resultado já seria superior ao apontado por Emmanuel Sodré em relação ao mesmo período. Quando se leva em conta, no entanto, todas as modalidades de participação arroladas no período de 1922 a 1926, perfaz-se o total de 112 participações, que, se somadas às 33 colocações do 1º mandato (1897-1902), 46 do 2º (1903-1911) e 17 do 3º (1912-1917), totalizam 208 momentos em que Sodré tomou parte nos trabalhos parlamentares. Esse número não leva em conta apenas os discursos, mas também os documentos escritos remetidos à mesa dirigente. Por outro lado, deixa de considerar as participações de Sodré em Comissões Permanentes ou Mistas da Câmara Alta, o que elevaria consideravelmente o valor obtido.

Em relação aos temas mais evocados por Lauro Sodré, Emmanuel Sodré afirmou que o senador tratou de forma recorrente da defesa do regime democrático e federativo, do combate ao estado de sítio e à fraude eleitoral, respeito às imunidades parlamentares, liberdade de imprensa, anistia e revisão constitucional²⁰⁷. Não me parece estar errado, mas é preciso que se diga que antes de qualquer assunto, Lauro Sodré se ocupou mesmo foi dos assuntos militares. Esse foi o tema predominante nos 3 primeiros mandatos, ao ponto de Sodré ser tachado de senador militar. Além disso, a feição democrática dividiu espaço com os posicionamentos subversivos. Em inúmeros momentos o senador defendeu da tribuna o

²⁰⁴ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, L13, p.660.

²⁰⁵ SODRÉ, Dora. Op. Cit., 1989, p.53.

²⁰⁶ SODRÉ, Emmanuel. Op. Cit., 1970, p.100.

²⁰⁷ SODRÉ, Emmanuel. Op. Cit., 1970, p.101.

direito de revolta e insubordinação. O combate ao sítio e a defesa da anistia e da revisão constitucional, embora tenham aparecido em diferentes momentos de sua trajetória senatorial, acabaram por se intensificar no último mandato, dando a Sodré a feição de líder democrático. Fundamental reconhecer, no entanto, que essa não é a única imagem possível de ser contemplada.

De qualquer modo, é importante destacar que os dois primeiros mandatos se equiparam tanto em termos numéricos – havendo ligeira superioridade de participações no 2º mandato, muito em função do 1º ter tido menor duração –, como em perfil senatorial. Entre 1897 e 1911 Lauro Sodré teve a sua fase mais radical (*florianista*), revolucionária (*jacobina*) e combativa (oposicionista), demonstrando prazer pelo discurso, pela polêmica e pelo confronto. O 3º mandato é o que apresenta menor volume e intensidade de participações, o que está diretamente relacionado ao papel de articulação assumido por Lauro Sodré frente os negócios políticos federais e estaduais. O que lhe levou a ter mandato extremamente acidentado e interrompido pelas viagens políticas ao Pará e, posteriormente, pela renúncia para assunção do cargo de governador.

O 4º e último mandato exercido por Sodré é o que apresenta o maior número de participações em função do número elevado de emendas propostas pelo senador. Contudo, embora os números sejam expressivos, eles não condizem necessariamente com uma atuação mais enérgica e ou vibrante da parte de Lauro Sodré. Ao contrário, diferentemente de outros momentos, esse é o período em que ele se mostrará mais contido, discreto e moderado, procurando não comprometer o situacionismo do PRF no Pará. Considerando-se uma trajetória senatorial de 26 anos²⁰⁸ e os muitos eventos e processos acontecidos nesse interim, de fato, não poderia Lauro Sodré ser o mesmo do início.

2.5 – O *laurismo* entre a “velha” e a “nova” República

Como demonstrei anteriormente, a conturbada chegada de Lauro Sodré ao governo do Pará, em 1917, inaugurou um novo momento político para o PRF em escala estadual e nacional. Após o período Lemos-Montenegro, em que o partido se viu reduzido ao lugar de minoria no Legislativo Estadual e Federal, teve início um processo de reconfiguração política ocasionados, de um lado, pela chegada do marechal Hermes à Presidência da República, e, de

²⁰⁸ Na realidade, a trajetória é de 30 anos. Porém, como faltaram os dados dos últimos 4 anos, vou me referir apenas aos 26 analisados.

outro, pelas tensões abertas no *Partido Republicano Paraense*. O novo cenário possibilitou literalmente o retorno de Lauro Sodré à cena paraense.

Após 10 anos sem se deslocar ao estado natal, ele desembarcou em Belém em agosto de 1911 para disputar vaga ao Senado Federal e comandar os seus correligionários frente às negociações políticas. Naquele momento, a luta principal já não era entre *lauristas* e *lemistas*, mas entre estes e os *coelhistas*. O PRF, tido como força menor, passou a ser visto então como potencial aliado de ambos os grupos. Desta maneira, mesmo sem fechar acordos, Lauro Sodré encontrou ocasião de concorrer e ser sufragado como candidato único, indicado por todos os partidos.

De modo geral, as eleições federais (janeiro) e estaduais (junho) de 1912 assinalaram o crescimento *laurista* no âmbito Legislativo. Mas, faltava ainda o governo estadual. Incompatibilizado com Pinheiro Machado nos bastidores da política nacional e sem fechar acordo com os *lemistas*, Lauro Sodré não encontrou condições para chegar ao executivo estadual quando da saída de João Coelho. E, para não perder o lugar de situação política no âmbito federal, teve mesmo de apoiar Enéas Martins, candidato do marechal presidente, escolhido na capital federal e apresentado como nome de conciliação.

Embora fora da política partidária antes de ser alçado ao posto de governador, Enéas Martins se alinhou às orientações do grupo que o colocou no poder. Daí surgiram as intrigas e disputas com os antigos amigos *lauristas* que culminaram no conturbado pleito de 1916. Derrotado por Silva Rosado, candidato do governo, no frágil e tendencioso sistema eleitoral republicano, Lauro Sodré referendou o movimento sedicioso que depôs Enéas Martins, alterou o resultado das urnas e o reconheceu como governador eleito. A partir desse momento, teve início a dominação *laurista* no estado.

Tabela 16 - Governadores do Pará (1913-1930)

Período	Governadores	Partidos
1913-1916	Enéas Martins	PRP
1917-1921	Lauro Sodré	PRF
1921-1925	Souza Castro	PRF
1925-1929	Dionísio Bentes	PRF
1929-1930	Eurico Valle	PRF

FONTE: O AUTOR

Como é possível perceber na *Tabela 16*, entre 1917 e 1930 o estado do Pará foi governado exclusivamente por representantes do PRF. Nos termos da arquitetura de poder da época, isso significava domínio no processo eleitoral (alistamento de eleitores, fiscalização de pleitos e apuração de votos), maioria no Congresso Legislativo Estadual (que reconhecia o eleito) e anuência do Governo Federal, a quem mais interessava a estabilidade governamental. Ao longo desses 14 anos de poder, os *lauristas* finalmente encontraram ocasião de fazer valer todas as críticas antes dirigidas aos *lemistas*, *coelhistas* e *eneístas* a despeito dos atos de corrupção, violência, fraude eleitoral, inabilidade administrativa e abusos de poder que caracterizariam o regime republicano e, em especial, a sociedade paraense. Mas, diante de uma intensa crise econômica, não raro, Lauro Sodré e os demais governadores do PRF se viram acusados das mesmas práticas que seus antecessores²⁰⁹.

Outro detalhe importante de ser destacado é que todos os governadores *federalistas* foram recrutados do Congresso Nacional. Havendo, conforme a *Tabela 16*, preferência pelos nomes do Senado Federal. Dos 4 governadores *lauristas*, apenas Souza Castro chegou ao posto na condição de deputado federal, os demais todos foram eleitos em vigência de mandatos senatoriais. O Senado Federal também passou a ser o destino dos ex-governadores do PRF. Existindo, a partir do término do governo Souza Castro, revezamento de postos entre as lideranças *lauristas*. Assim, Souza Castro assumiu a vaga deixada em aberto pela eleição de Dionísio Bentes ao poder Executivo estadual. Este, por sua vez, depois retornou à Câmara Alta no lugar de Eurico Valle, também sufragado para o Governo paraense.

Tabela 17 - Senadores Federais do Pará (1912-1930)

Período	Senadores	Partido
1912 – 1915 29º Legislatura	Arthur Lemos	PRC
	Índio do Brasil	PRC
	Lauro Sodré	PRF
1915 – 1917 30º Legislatura	Arthur Lemos	PRC
	Índio do Brasil	PRC
	Lauro Sodré (Justo Chermont)	PRF

²⁰⁹ COIMBRA, Creso. A Revolução de 30 no Pará – Análise, crítica e interpretação histórica. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1981, 74.

1918 – 1920	Índio do Brasil	PRC
31° Legislatura	Justo Chermont	PRF
	Firmino Braga	PRF
1921 – 1923	Índio do Brasil	PRC
32° Legislatura	Justo Chermont	PRF
	Lauro Sodré	PRF
1924 – 1926	Justo Chermont (Eurico Valle)	PRF
33° Legislatura	Lauro Sodré	PRF
	Dionísio Bentes (Souza Castro)	PRF
	1927 – 1929	Eurico Valle (Dionísio Bentes)
34° Legislatura	Lauro Sodré	PRF
	Souza Castro	PRF
	1930	Dionísio Bentes
35° Legislatura	Lauro Sodré	PRF
	Souza Castro	PRF

Fonte: ANAIS DO SENADO FEDERAL (ADAPTADO).

A *Tabela 17* também assinala o domínio *laurista* no Senado Federal. Após a renovação do terço senatorial para 31° legislatura, Arthur Lemos, o principal herdeiro político do *lemismo*, mas desprovido de maiores ligações com o estado do Pará, perdeu a cadeira senatorial e o PRF passou a atuar com maioria na casa. Alguns anos depois, na renovação para a 33° legislatura, foi a vez de Arthur Índio do Brasil perder o posto. De modo que, de 1924 a 1930 o PRF foi soberano em termos de representatividade política no Senado.

O que não significa dizer que o período de dominação *laurista* tenha se dado sem disputas. Elas continuaram a ocorrer tanto no âmbito federal quanto no estadual, mas se intensificaram, sobretudo, no campo intrapartidário. Nas eleições de 1920 para o governo do estado, por exemplo, Souza Castro, o candidato da situação, concorreu contra José Malcher, que até pouco antes do pleito era diretor geral da Fazenda do estado e constantemente imputado na imprensa como homem de confiança de Sodré²¹⁰. Malcher, à revelia do chefe, saiu candidato com as forças coligadas do que restava do *lemismo* no Pará.

²¹⁰ *ESTADO DO PARÁ*. Belém, 23 de setembro de 1920. P.1.

Com o falecimento de Cypriano Santos, em 1923, Lauro Sodré perdeu o seu principal articulador político no Pará e passou a encontrar dificuldades para manter o seu grupo político coeso e religiosamente devotado em torno do seu prestígio. A *Folha do Norte*, com Paulo Maranhão, seguiu reputando-o como o maior dos republicanos, mas o grupo governista não se aprazia de todos os seus atos. Tentando equilibrar-se entre o situacionismo estadual e o oposicionismo moderado à Arthur Bernardes, Sodré acabou renunciando ao cargo de chefe da Comissão Executiva do PRF, sob alegação de não querer prejudicar os seus amigos nas relações com o governo²¹¹. Ficando definido desde então que o chefe do partido seria o governador do estado.

Lauro Sodré continuou cumprindo papel de liderança entre os seus correligionários, porém muito mais como chefe honorário do que como mandatário supremo e inquestionável. O que, na realidade, ele jamais fora. Parte significativa do seu prestígio vinha da devoção e fidelidade de Cypriano Santos. O distanciamento observado no período de 1901 a 1911 em relação aos acontecimentos paraenses, supostamente em função do domínio *lemista*, porém muito mais pela dinâmica política republicana assentada nas hegemonias oligárquicas estaduais²¹², voltou a se apresentar mesmo em período de dominação *laurista*. Após entregar o governo, em 1921, Lauro Sodré voltaria à terra natal apenas em 1934, ou seja, 13 anos depois e em um contexto completamente distinto ao da dominação do PRF.

A principal diferença entre um momento e outro foi mesmo a ausência de quem o garantisse no papel de liderança destacada e inquestionável do partido, como fizera Cypriano Santos. Lauro Sodré, instalado no Rio de Janeiro e crente da sua importância, habituara-se a dizer que seus movimentos políticos eram todos em função do amor à sua terra e às solicitações dos seus “amigos”. Essa postura finalmente favoreceu o deslocamento de Sodré para um lugar secundário e de coadjuvante na política paraense. Continuava sendo uma reputada liderança do partido, mas já não influenciava tanto assim e se sustentava no jogo político principalmente em função do vasto prestígio construído ao longo dos anos.

Ao ponto de o *Jornal do Commercio* tomá-lo, em 1928, como uma “excelente figura decorativa na política do Pará”, que de vez em quando aparecia propondo “coisas esdruxulas”, querendo “fazer metafísica da legislação nacional”, convencido de ser “um dos mais puros doutrinadores do regime”. Estaria, segundo a matéria, mais interessado na cadeira senatorial e

²¹¹ SODRÉ, Emmanuel. Op. Cit., 1970, p.84.

²¹² Sobre isso observou Viscardi: “A estabilidade do regime republicano baseou-se, sobretudo, na garantia de que seu elemento motor estivesse nas mãos das oligarquias regionais, cujo peso político era diretamente proporcional ao tamanho de suas bancadas e das suas potencialidades econômicas”. C.f.: VISCARDI, Cláudia. Op. Cit. 2012, p.51.

na consecução de deputação para um de seus filhos do que nas agitações políticas do seu estado, no qual era apoiador constante do governo²¹³.

De modo que, pouco a pouco, o *laurismo* deixou de apresentar o culto cívico a Lauro Sodré como componente central de seu programa partidário, passando a ter feições mais práticas e diretamente vinculadas ao exercício governamental dos líderes do PRF que, naturalmente, não aceitaram ficar na sombra do senador Sodré e atuaram de modo independente a ele no trato das questões políticas estaduais e federais. O *laurismo*, na realidade, enquanto movimento político convergente para o PRF, mas não limitado a ele, jamais foi necessariamente coordenado e homogêneo. Inegavelmente surgido em torno da figura pública de Lauro Sodré, por muitos anos considerado o maior símbolo da oposição local e federal, mas também não conduzido por ele.

Assim, me parece equivocado apregoar que o período de 1917 a 1930 tenha sido de dominação política de Lauro Sodré. Pode ter sido de dominação do seu partido, no qual gozava de enorme prestígio, mas passava longe de ter poderes mais elevados. De modo que seu cacicado se mostrou mais simbólico do que efetivo. No campo político partidário, era Sodré mais um competidor. Destacado é verdade, mas, ainda assim, um competidor.

Os trabalhos de cunho histórico elaborados pelos estudiosos Ricardo Borges, Creso Coimbra e Carlos Rocque sobre o Pará republicano e seus personagens, ajudam na apreciação de alguns dos elementos característicos dos governos dos sucessores de Lauro Sodré, que, assim como ele, tiveram de encarar o mesmo cenário de crise econômica.

Souza Castro teria demonstrado maior gosto pelos assuntos administrativos que pelos partidários²¹⁴. No entanto, acabou encontrando oposição aguerrida e dificuldade para lidar com as finanças estaduais, acabou não conseguindo resolver o atraso de pagamento dos funcionários públicos e se refugiou em práticas autoritárias para conseguir terminar o seu período governamental. A contenção da revolta do 26º Batalhão de Caçadores em julho de 1924, no contexto do movimento tenentista, ajudou a aplacar parte dos descontentes contra o seu governo, àquela altura já em reta final²¹⁵.

Em 3 de dezembro de 1924, Dionísio Bentes foi eleito governador do estado em pleito realizado sem concorrentes. Prometendo uma administração de conciliação, em prol do estado e da nação, acabou mostrando-se mais violento que o antecessor. Além de atentar contra imprensa, indispondo-se com a *Folha do Norte*, o *Estado do Pará* e outros jornais que

²¹³ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1928, p.9.

²¹⁴ BORGES, Ricardo. Op. Cit., 1983, p.362.

²¹⁵ COIMBRA, Creso. Op. Cit., 1981, p.75 e 116.

criticavam suas ações, o novo governador e chefe do PRF ficou marcado pelas acusações de concessão de terras a familiares e amigos e por utilizar de expedientes discricionários para fazer valer a sua vontade. Segundo Creso Coimbra²¹⁶ e Carlos Rocque, Bentes entregou o governo no início de 1929 em piores condições financeiras do que havia encontrado. Ambos os autores identificam também em sua administração parte significativa dos descontentamentos que culminaram na formação da *Aliança Liberal* e ao apoio dado à revolução de 30 no Pará.

Assim como acontecera com Dionísio Bentes, Eurico Valle foi eleito para o executivo paraense sem concorrência. Assumiu o mandato em 1º de fevereiro de 1929 e se empenhou em modificar o modo de funcionar do governo, tendo indeferido pedidos de concessões de terras devolutas do Estado e diminuído impostos sobre a exportação da borracha e da madeira. Na análise de Coimbra, Valle fazia um bom governo quando a revolução o alcançou.

A comunidade paraense estava cansada de assistir aos conchavos, ao abandono da verdadeira causa pública, ao desinteresse pelo progresso material e cultural do Estado, ao descalabro financeiro, e acima de tudo, aos desmandos do autoritarismo, ao protecionismo desleal e desonesto que enriquecia a poucos em detrimento de todos, às custas do patrimônio do Pará²¹⁷.

A ponderação de Coimbra acaba servindo como justificativa para a derrubada dos governos constituídos em mais um movimento de força oriundo de aliança entre elites civis e militares que se julgavam em melhores condições de resolver os problemas nacionais.

Antes disso, porém, o *laurismo* já vinha dando os mais evidentes sinais de que havia se constituído em um agrupamento de individualidades não apenas concorrentes, mas em desacordo. Na realidade, é provável que sempre tivesse sido assim, mas a situação política estadual foi o que deu condições de tornar este elemento mais visível.

O mais caricato desses sinais de tensionamento se enunciou em uma briga física entre Souza Castro e Dionísio Bentes em abril de 1930. Os dois ex-governadores e então senadores pelo Pará trocaram insultos no *Palácio Monroe*, onde o Senado Federal passara a funcionar, e depois empreenderam luta corporal em plena Avenida Rio Branco, próximo à redação do *Jornal do Brasil*. Os dois haviam rompido ainda na administração estadual de Bentes, por

²¹⁶ O autor afirma no total 86.129 km² de terras teriam sido alienadas do estado no governo de Dionísio Bentes e aponta como um dos beneficiados o ex-laurista e ex-adversário de Lauro Sodré, Antonio Joaquim da Silva Rosado, que teria recebido 8.712 hectares em Juruti. Ver COIMBRA, Creso. Op. Cit, 1981, p.126.

²¹⁷ COIMBRA, Creso. Op. Cit, 1981, p.137.

supostamente Souza Castro chefiar facção contra o governador²¹⁸. As bengaladas, socos e ameaças de tiros trocados entre os políticos paraenses renderam aos *lauristas* uma de suas últimas manchetes nacionais enquanto grupo colocado no poder.

2.5.1 - O Clube 24 de Fevereiro: Lauro Sodré contra a “República Nova”

Na renovação do terço senatorial de 1930, Lauro Sodré, candidato do PRF, foi eleito para o seu quinto mandato senatorial com apoio tanto da *Aliança Liberal* quanto do PRC. Mas, o fechamento do Congresso na esteira da revolução de 30 o impediu de exercer o mandato.

Em Belém, no dia 05 de outubro de 1930, em consonância ao que se passava no restante do país, o 26º BC se sublevou novamente. Mas, no confronto com as tropas legalistas estaduais foi derrotado uma segunda vez e teve o seu quartel ocupado²¹⁹.

Paralelamente, o movimento debelado em Minas Gerais e Rio Grande do Sul se espalhava pelo resto do Brasil e ganhava força no Nordeste. Em 24 de outubro, os generais Tasso Fragoso, Mena Barreto e Leite de Castro depuseram o presidente da República Washington Luís. Mais adiante, no início de novembro, Getúlio Vargas assumiu o país como chefe do governo revolucionário²²⁰.

Na medida em que as notícias do que havia acontecido no Distrito Federal começaram a chegar, Eurico Valle se comprometeu a entregar o governo. Assim, sem maiores resistências, o estado foi entregue à junta governativa que representava o movimento que tomara o poder no Brasil.

Em 12 de novembro de 1930, o tenente Magalhães Barata foi empossado no cargo de Interventor Federal no Pará. O novo chefe político-militar empenhou-se de imediato em desmontar as estruturas políticas vigentes antes do golpe, por isso confiscou o edifício que servia de sede para o Partido Republicano Federal e logo iniciou perseguição aos 3 últimos governadores do estado, identificando-os como representantes das oligarquias que a revolução queria ver destruída²²¹.

²¹⁸ BORGES, Ricardo. Op. Cit., 1983, p.372.

²¹⁹ COIMBRA, Creso. Op. Cit., 1981, p.141-147.

²²⁰ FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. “A crise dos anos 1920 e a revolução de 1930”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 6º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p.407.

²²¹ COIMBRA, Creso. Op. Cit, 1981, p.274.

Lauro Sodré, no entanto, continuou numa região política dúbia. Ao mesmo tempo em que, na qualidade de parlamentar caçado e desvinculado dos militares que ascenderam ao poder, parecia apontar aos seus antigos correligionários o caminho da oposição, mantinha também relação pessoal e de longa data com o interventor Magalhães Barata, de quem era padrinho de batismo.

A saída de Sodré da vida pública institucional e a relação que manteve com os ditos revolucionários ainda não foi bem explicada pela historiografia. Visando colaborar com o tema, apresento algumas considerações a despeito do reposicionamento político de Sodré na então chamada “República Nova”.

É sabido que durante a sua trajetória política no Congresso Nacional, Lauro Sodré ficou conhecido pela peja de senador militar. Identificado aos ideais *jacobinos* e *florianistas*, ele reforçou esses rótulos em diversos momentos da sua vida pública. Sobretudo, quando tentou tomar o poder Executivo nacional à força, em 1904, e quando o fez no Pará, em 1917. Com base política assentada em setores civis e militares, Sodré parecia ser um forte candidato a dar apoio ao movimento que levou Getúlio Vargas ao poder em 1930. Mas, não foi bem isso o que aconteceu.

Lauro dizia constantemente ser uma consciência livre. Em muitos momentos, de fato, agiu de forma autônoma e independente em relação aos partidos políticos da época, buscando apoio em espaços de sociabilidade como a maçonaria e em grupos sociais específicos, como os operários e os próprios militares. Neste sentido, apesar dos ideais insurrecionais, Lauro Sodré não se associou a todos os movimentos rebeldes declarados pelos grupos com os quais se vinculava ocasionalmente. Ele não viu com bons olhos, por exemplo, nem a *Revolta da Chibata* (1910), nem o movimento tenentista na década de 20. No primeiro caso, votou a favor do estado de sítio solicitado pelo presidente marechal Hermes. No segundo, limitou-se a clamar pela anistia dos revoltosos, argumentando que as lutas comprometiam ainda mais a situação financeira do país.

No último mandato parlamentar o situacionismo político estadual do PRF fez Lauro Sodré adotar postura moderada e pretensiosamente democrática e apartar-se do grupo militar mais insatisfeito politicamente. Desse modo, em 1930, recomendou em carta ao presidente Washington Luís que indicasse um nome de “conciliação nacional” para a sucessão presidencial, sob pena de lançar o país em direção a “dias bem amargos”²²².

²²² ROCHA, Mecenas. Op. Cit., 1948, p.46.

Ainda assim, existiam confluências entre a trajetória e o pensamento político de Lauro Sodré e o regime varguista. A começar pelo próprio conceito de revolução, tido como processo de força capaz de subverter a ordem em nome da necessidade de salvação da pátria. De modo que, em tese, a tomada de poder de 1930 seria tão revolucionária quanto havia sido a de 1889, embora, de fora, se tivesse a impressão de que tudo permanecia praticamente igual, com uma simples substituição de grupos no exercício da prerrogativa de mando. Mudanças operadas, segundo os vitoriosos dos dois momentos, em nome dos elevados sentimentos de patriotismo e nacionalidade.

Além da ideia revolucionária havia ainda o distanciamento das bases populares e a figura do interventor Magalhães Barata, disposto a facilitar a entrada de Lauro Sodré no novo Congresso Nacional.

Ainda assim, Sodré preferiu não se alinhar. Mecenas da Rocha foi um dos primeiros autores a tratar da colocação de Sodré no novo cenário político. Segundo ele, após a chegada de Vargas ao poder, Lauro Sodré experimentou breve silêncio e depois passou a dar testemunho da “obra realizada ao critério das entidades máximas da Revolução”. Este autor o coloca em sintonia com Assis Brasil, J. J. Seabra e Borges de Medeiros no combate aos “impatrióticos administradores”, dizia que Sodré merecia figurar entre aqueles que ergueram os “alicerces” do “novo edifício político da nacionalidade”, uma vez que intrepidamente defendeu os mesmos ideais propagados pelos revolucionários de 30²²³.

Baseando-se em informações não muito claras, o autor reconstituiu rapidamente a vida pública de Lauro Sodré e primou por incorporá-lo ao panorama político da década de 30 numa posição ajustada, confortável e sem choques evidentes com os grupos estabelecidos no poder. Por sua ótica, Sodré seria um quase adesista ou um colaborador voluntário do regime.

Benjamin Sodré, no entanto, sugeriu outro entendimento. Enaltecendo a postura democrática do pai, para quem Lauro Sodré teria sido sempre um “democrata intransigente” e “paladino da liberdade”, o autor afirma que Sodré constituiu-se em um forte crítico da “ditadura de Vargas”²²⁴.

Aparentemente distintas e excludentes, as percepções desses dois autores se corrigem e complementam.

Em carta datada de 09 de fevereiro de 1932, Lauro Sodré escreveu para o amigo Luiz Barreiros no Pará dando suas impressões sobre a situação política nacional. Na missiva

²²³ Id. Ibid. p.46.

²²⁴ SODRÉ, Benjamin. Op. Cit, 1956, p.26.

classificou o governo vigente como ditatorial e criticou a disposição de Getúlio Vargas de satisfazer as ambições e interesses dos tenentes, “a quem de mão beijada foi dando os estados do Norte como paga dos serviços prestados à revolução”, o que teria lhe parecido ainda mais evidente diante do envio do major Juarez Távora para a região, um propagandista da continuação do Governo Provisório²²⁵.

As colocações de Lauro Sodré indicam que seu filho, Benjamin, tinha razão a respeito da forma como o pai se referia ao governo Vargas. A visão de que o Brasil vivia sob um regime ditatorial, entretanto, não seria enunciada por Sodré através apenas de missivas aos amigos.

Fora do exercício de cargo político, Sodré resolveu valer-se da ampla experiência associativa acumulada ao longo das três primeiras décadas do século XX. Assim, em um momento em que se intensificavam as críticas à continuidade do Governo Provisório, criou o *Clube 24 de Fevereiro* para pugnar pela reconstitucionalização do país.

A data presente no nome da agremiação era uma referência à promulgação da Constituição de 1891 e rivalizava diretamente com o *Clube 3 de Outubro*, organização tenentista contrária ao regime constitucional. O *Jornal do Commercio* noticiou a fundação da “agremiação política sem fins partidários” no dia 16 de fevereiro de 1932. Inicialmente instalado na sede do *Clube de Engenharia*, o *Clube 24 de Fevereiro* convidava para filiação todos quantos reconhecessem “a urgência de se restituir à República a ordem política constitucional, entregando-se as funções dos poderes públicos aos que merecem o apreço da soberania eleitoral da nação”. A associação se dispunha a desenvolver para este fim propaganda escrita e falada na imprensa e por meio de comícios populares²²⁶.

Na condição de presidente da associação estava o general Lauro Sodré, do alto dos seus 74 anos, dignificado como o único sobrevivente da comissão relatora da Constituição de 1891. Além dele, compunham a diretoria do *Clube*: Paulo Maria de Lacerda (vice-presidente), Nestor Massena (secretário geral), 1º tenente Adato Mello (1º secretário), Tenente da Armada Luiz Albernaz (2º secretário), Luiz Ferreira Guimarães (diretor dos serviços internos) e Machado Florence (diretor dos serviços externos).

Para comemorar o 41º aniversário da promulgação da primeira Constituição republicana, o *Clube* preparou uma programação especial para o dia 24 de fevereiro que seria realizada no Rio de Janeiro e em São Paulo através de parceria com a *Liga Paulista Pró-*

²²⁵ CARTA a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 09 de fevereiro de 1932. Coleção Particular Lauro Sodré/CENTUR.

²²⁶ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1932, p.5.

Constituinte. Na capital federal, estava prevista uma parada cívica com concentração na Praça Mauá e deslocamento até as escadarias do Teatro Municipal, onde se daria o comício principal com participação de Lauro Sodré, J.J. Seabra, Moniz Sodré, Domingos Barbosa e Adolpho Bergamini. Pela manhã o clube faria homenagem a Ruy Barbosa no cemitério de São João Batista e a noite realizaria sessão solene com Paulo de Lacerda na sede do *Clube de Engenharia*. Em São Paulo, o evento seria na Praça da Sé e contaria com caravanas do Distrito Federal²²⁷.

A festividade, porém, acabou não acontecendo. Ainda na véspera do evento o ministro da Marinha, almirante Protogenes Guimarães, se reuniu com Lauro Sodré e solicitou a este a suspensão do comício em virtudes das supostas ameaças de tumulto relatadas pelo ministro da Guerra, general Leite de Castro, ao presidente Getúlio Vargas. Corria a notícia de que certo grupo de oficiais do Exército, identificados com os ideais da revolução, havia prometido usar de meios violentos para impedir a realização do comício. Sodré aquiesceu e em nome da diretoria da agremiação cancelou a programação²²⁸.

No mesmo dia a agremiação divulgou comunicado em vários órgãos da imprensa carioca afirmando que os membros do *Clube 24 de Fevereiro* eram provenientes de todos os estados e classes, reunidos sem distinção partidária e com o único interesse de ver superado “o período da ditadura” e restabelecido o “regime legal”. Com isso, o *Clube* julgava interpretar os anseios da população e conclamava ao chefe do governo provisório que não apenas reconhecesse o protesto de solidariedade do povo brasileiro, mas fosse também “o primeiro na ação regeneradora”²²⁹.

O governo, contudo, deu claros sinais de que não prestigiava e havia colocado a associação em seu radar de repressão. No dia seguinte ao cancelamento do comício popular, o ministro da Guerra, alegando “conveniência absoluta do serviço”, transferiu o capitão Floriano Peixoto Keller e os tenentes Emmanuel Adacto Pereira de Mello e Flodoardo Maia de suas guarnições no Rio de Janeiro para outras, respectivamente, no Paraná, Mato Grosso e Rio Grande do Sul. Em comum, tinham os três tomado parte da organização e assinado o manifesto do *Clube 24 de Fevereiro*.

²²⁷ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1932, p.5.

²²⁸ O JORNAL. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1932, p.1.

²²⁹ JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1932, p.12.

Imagem 22 - Lauro Sodré com militares punidos pela participação no Clube 24 de Fevereiro²³⁰



Fonte: *O Jornal*. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1932, p.5.

Além de transferidos, Floriano Keller e Adacto de Mellho tiveram ainda as suas matrículas trancadas em curso da Escola de Estado Maior. Lauro Sodré logo compreendeu o que estava acontecendo. Em nova missiva a Luiz Barreiros, no início do mês de março, ele lamentou a “política de ódio, vingança e maldade posta em prática pelos revolucionários” e que atingia agora o *Clube 24 de Fevereiro*. Evocando novamente a figura “major Távora” como exemplificação dá má política praticada naqueles tempos, terminando a carta em tom pessimista afirmando que tudo lhe parecia incerto e inseguro²³¹.

Ainda no início de março de 1932, o governo provisório teve de enfrentar uma crise interna que tinha relação direta com os movimentos pró-constituente. Os ministros da Justiça, Maurício Cardoso, e do Trabalho, Lindolpho Collor, bem como João Neves da Fontoura, da Consultoria Jurídica do Banco do Brasil, e Batista Luzardo, da chefia da Polícia do Distrito Federal, pediram exoneração dos seus respectivos cargos alegando divergências com os

²³⁰ Na legenda da imagem é possível ler: “Os três oficiais transferidos ontem, fotografados pelo *O Jornal* na sede do *Grêmio Paraense* em companhia do general Lauro Sodré, presidente do Clube 24 de Fevereiro. Veem-se da esquerda para a direita: o 1º tenente Emmanuel Adacto Pereira de Mello, o 1º tenente Flodoaldo Maia, o general Lauro Sodré e o capitão Floriano Keller”.

²³¹ CARTA a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 04 de março de 1932. Coleção Particular Lauro Sodré/CENTUR.

rumos trilhados pelo governo²³². O ex-ministro do Trabalho, em sua carta de demissão se reportou ao caso dos militares do *Clube 24 de Fevereiro*.

[...] Depois do ato do Senhor Ministro da Guerra permitindo que oficiais do Exército façam num clube político campanha contra a constitucionalização do país e transferindo e castigando outros oficiais que, em outro clube, se manifestaram a favor da volta do país ao regime constitucional, firmou-se no meu espírito a convicção de que a minha permanência no governo de V. Ex. já não seria possível, sob pena de conformar-me eu com atos por esta forma aberrantes da nossa ideologia revolucionária²³³.

Após despertar a atenção do governo, sofrer retaliações e ser arrastado para a crise dos ministérios, tudo em um período de menos de um mês, o *Clube 24 de Fevereiro* suspendeu suas atividades no mês de março e reapareceu no final de abril através de novo manifesto dirigido à nação. O documento reafirmava o propósito da agremiação e relatava a série de perseguições sofridas desde o seu estabelecimento, ressaltando que o *Clube* apenas findaria quando também acabasse a “situação anômala” de um Governo Provisório eternizado no poder contra a vontade de quase toda a nação²³⁴.

Apesar da declaração, o *Clube 24 de Fevereiro* passou a ter atividade irregular e discreta. Não constam informações de que tenha realizado nenhum grande evento público como o que intentara na data alusiva à Constituição de 1891. Diante da eclosão da *Revolução Constitucionalista* em São Paulo, a agremiação prestou solidariedade à causa, mas manteve-se distante. Lauro Sodré, sustentando o ar diplomático dos últimos instantes da carreira senatorial, telegrafou a autoridade militares ligadas ao governo provisório, como Flores da Cunha, concitando o restabelecimento da ordem por meio de medidas tranquilas, “de forma que os bravos de ambos os exércitos se deem as mãos e confraternizem, a fim de resolverem por meios dignos e pacíficos as divergências que os separam”²³⁵.

Com a convocação da Assembleia Constituinte, o *Clube 24 de Fevereiro* perdeu a sua razão de ser e foi desfeito. Nesse ponto é preciso salientar aspecto importante. O ponto de crítica da associação dirigida por Lauro Sodré era exclusivamente contra o prolongamento do Governo Provisório e não exatamente contra Getúlio Vargas ou a revolução de 30. No primeiro manifesto publicado pela associação, logo após a suspensão do comício de 24 de

²³² ABREU, Alzira Alves (Org.). *Dicionário histórico-bibliográfico da Primeira República: 1889-1930*. Rio de Janeiro: FGV, 2015, P.1884.

²³³ O JORNAL. Rio de Janeiro, 04 de março de 1932, p.1.

²³⁴ JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 20 de abril de 1932, p.8.

²³⁵ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1932, p.4.

fevereiro, estava dito, por exemplo, que a ditadura havia sido a “criação necessária e transitória da revolução”.

De modo que, saber que Lauro Sodré considerava Getúlio Vargas um ditador em 1932 e que pugnou pela reconstitucionalização do país é importante para entender de que lado se posicionou no debate político nacional daquele instante. Contudo, isso não significava necessariamente que tivesse se tornado o maior dos democratas, como o quis o filho Benjamin Sodré. Nem tão pouco que ele tivesse passado a rejeitar o caminho insurrecional para tomada de poder. O problema parecia ser mesmo a demora da reconstitucionalização do país. Isso posto, talvez ajude a compreender melhor as ações revolucionárias ou golpistas que ele empreendeu ao longo da carreira política.

O incômodo do presidente do *Clube 24 de Fevereiro* repousava na ausência de Constituição e, conseqüentemente, de direitos fundamentais básicos, como a liberdade de expressão. Isso violava a sua compreensão de democracia e o impelia ao debate público em favor do término do período de exceção. Por outro lado, a fala enunciada no passado senatorial, de que não tinha horrores frente às revoluções, continuava sendo válida. Ao chamar Getúlio Vargas de ditador, por mais que nem todos o fizessem, Sodré afirmava o óbvio dentro das próprias concepções políticas. Um governo de força, centralizador, discricionário, sem Constituição, sem Congresso Nacional, não tinha outro nome para ele. Mas, ser ditador, em si, não era um mal para Lauro Sodré, que durante os anos no Senado Federal também enunciara a sua condescendência e admiração em relação “espíritos elevados e fortes” que assumiam a responsabilidade de “salvar” as nações da anarquia. Revolução e ditadura, para Lauro Sodré, faziam parte do próprio jogo democrático. Muito embora, o ditador corresse sempre o risco de se tornar um tirano e devesse tão logo possível garantir a normalidade do regime. Daí o seu incomodo em relação à Vargas, daí a aparente normalidade e respeito às leis com que governou o Pará em 1917.

Não por acaso o *Clube 24 de Fevereiro* deixou de existir quando da retomada do regime constitucional no país. A partir daí, as críticas de Lauro Sodré ao presidente da República diminuíram consideravelmente.

2.5.2 - 1934: o último combate político

O jornalista Carlos Rocque, que biografou a vida de Magalhães Barata, contou que o pai do interventor do Pará, Antônio Marcelino Cardoso Barata, um fazendeiro e marchante, “*laurista* convicto”, pediu a Lauro Sodré e sua esposa, Theodora de Almeida Sodré, que

fossem os padrinhos de seu filho. Diante do aceite, o batismo ocorreu em 1899, na Igreja de Santana, bairro da Campina, quando Joaquim de Magalhães Cardoso Barata tinha 11 anos de idade²³⁶. Rocque não dá indícios de onde vinha a proximidade entre Antonio Barata e Lauro Sodré. Mas, certo é que a tendência política do pai se manifestou também na trajetória do filho.

Sob influência do padrinho, o jovem Magalhães Barata tomou parte da revolta da Escola Militar de 1904. Por essa participação foi preso e expulso das fileiras do Exército, sendo reintegrado no ano seguinte quando aprovada a lei de anistia aos revoltosos. No entanto, àquela não seria a única vez em que Magalhães Barata seria acusado de transgredir a lei para apoiar Lauro Sodré.

Retornando a Belém em 1911, no ponto culminante das tensões entre *lauristas* e *lemistas*, o então aspirante a oficial Magalhães Barata teria facilitado o incêndio do jornal *A Província do Pará* e da residência de Antônio Lemos ao retardar a chegada das tropas do Exército que deveriam ajudar a dispersar a multidão enfurecida. O próprio Barata admitiu o pitoresco fato em entrevista à *Folha do Norte*, relatando que ao invés de deslocar-se com as tropas militares pela estrada de Nazaré, onde se encontrava o quartel do Exército, junto à Basílica, dera uma longa volta pelo bairro do Umarizal, encontrando a situação já definida ao chegar ao palco dos conflitos²³⁷.

Além destes, existem ainda outros indícios que assinalam a proximidade entre Lauro Sodré e Magalhães Barata. Na *Coleção Particular de Sônia Viveiros de Castro Etrusco* consta um cartão postal enviado por Barata a Lauro Sodré, ainda em 1906, parabenizando-o pela data de seu natalício²³⁸. A mensagem, embora breve e protocolar, indica a continuidade da relação entre os dois. Da mesma forma, na *Coleção Particular de Lauro Sodré*, que será melhor analisada no capítulo seguinte, Sodré por diversas vezes se refere ao afilhado.

Em janeiro de 1931, no contexto da prisão de Eurico Valle, Lauro Sodré alegava a Luiz Barreiros ainda não ter falado com “J. M. Barata” acerca dos atos que ele lamentava e julgava como “evitáveis”²³⁹. Deixando claro que considerava o encarceramento do antigo

²³⁶ ROCQUE, Carlos. *A formação revolucionária do Tenente Barata*. Belém: Fundação Romulo Maiorana, 1983, p.11.

²³⁷ *Id. Ibid.* p.160.

²³⁸ “Escola de guerra, 17-10-06. Meu caro padrinho. Pelo venturoso dia de hoje, envia-lhe um saudoso abraço, o Afilhado e amigo Joaquim Barata”. CARTÃO Postal de Magalhães Barata. 17 de outubro de 1906. Coleção Particular de Sônia Viveiros de Castro Etrusco.

²³⁹ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 05 de janeiro de 1931. Coleção Particular Lauro Sodré.

correligionário uma pena vexatória, Sodré sinalizava para a existência de um canal de comunicação seguro e direto com o interventor do Pará.

Já em junho de 1932, em outra carta endereçada a Barreiros, Lauro Sodré relata as duas visitas que Magalhães Barata lhe fizera no Rio de Janeiro, ocasiões nas quais teria aproveitado para lhe aconselhar acerca da situação política paraense. De acordo com Sodré, “Joaquim” precisava fazer a “política larga e de tolerância”, aproveitando a capacidade de todos, “sem indagar as caras políticas nem as origens”. Declarava ainda que os seus “amigos” deveriam se aproximar do governo a fim de que pudessem “abrir a porta” para restabelecer, na terra que ainda considerava sua, “o verdadeiro regime democrático”, ponderando que aqueles eram tempos de “desordem e anarquia”²⁴⁰.

Mesmo defendendo o movimento de reconstitucionalização no Rio de Janeiro e tomando conhecimento dos atos discricionários de Magalhães Barata no Pará, Sodré evitava dar declarações públicas sobre a conduta do afilhado e, nos bastidores, considerou a possibilidade de recomendar aos remanescentes do seu grupo político a fusão com o partido do major interventor.

Nas eleições para a *Assembleia Nacional Constituinte de 1933/34*, o desmantelado PRF não apresentou candidatos e Lauro Sodré também não foi lembrado pelo Partido Liberal – talvez uma consequência da atuação no *Clube 24 de Fevereiro*. Após um pleito tumultuado e tão marcado por interferências externas e fraudes como o eram os de antes da revolução, o partido de Magalhães Barata enviou sozinho os 7 representantes paraenses para a Constituinte: Abel Chermont, Mário Chermont, Rodrigo da Veiga Cabral, Clementino de Almeida Lisboa, Joaquim Pimenta de Magalhães, Leandro Nascimento Pinheiro e Luiz Geolás de Moura Carvalho²⁴¹. Desse grupo, pelo menos dois tinham passagens pelas fileiras *lauristas*: Abel Chermont, sobrinho de Justo Chermont, e Rodrigo da Veiga Cabral, antigo membro do Grêmio Paraense. Ambos haviam se desligado do PRF antes da eclosão da revolução de 30 por incompatibilidades com as práticas adotadas pelo partido estabelecido no poder. Mas, na nova circunstância, viram com bons olhos a tentativa de aproximação de Lauro Sodré e de seus correligionários.

Em 11 de agosto de 1934 o deputado Abel Chermont lançou apelo por meio da imprensa concitando os partidários de Lauro Sodré a aderirem o partido situacionista e apoiar as ideias do major Magalhães Barata. Àquela altura, o próprio interventor já havia convidado

²⁴⁰ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 07 de junho de 1932. Coleção Particular Lauro Sodré

²⁴¹ BRASIL. *Anais da Assembleia Nacional Constituinte*. V. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934, p.29.

pessoalmente Lauro Sodré a integrar a chapa dos *liberais*, oferecendo mandato senatorial. Souza Castro respondeu ao convite de Chermont alegando que o antigo correligionário *laurista* havia esquecido do que valiam os elevados princípios morais que um dia defendera e que pouco importava o ostracismo provocado pela derrocada de 30, a “velha guarda *laurista*” não enxovalharia a bandeira pura e simples da agremiação. Prometendo desta forma que no pleito de 14 de outubro, para eleição dos representantes do estado no Congresso Nacional, Chermont e o chefe do Partido Liberal se surpreenderiam com o PRF e seu comandante Lauro Sodré²⁴².

O PRF não compareceu, mas a *Frente Única Paraense* (FUP) sim. Foi nessa agremiação que grande parte da “velha guarda *laurista*” foi afinal se abrigar junto dos demais opositores da revolução e de Magalhães Barata. E, tal como os *liberais*, os *frenteunistas* manifestaram o desejo de contar com Lauro Sodré. De modo que, em 1934, aos 76 anos, o antigo chefe *laurista* voltou a ser cortejado pelas forças políticas em oposição no Pará, assim como ocorrera em 1912.

A grande diferença, no entanto, é que dessa vez Sodré foi cortejado muito mais como elemento simbólico, do que como líder pragmático. Não foi chamado a intervir ou mesmo “salvar” a realidade paraense. As lideranças em conflito eram decididamente outras, Magalhães Barata, José Malcher, Souza Castro. Em meio a real disputa pelo poder, Sodré figurava apenas como artifício de prestígio. Assim, o convite para aquela que se revelaria a sua última batalha política era também um convite para que ficasse no mesmo distante lugar: o lugar de visitante em sua terra e de morador do Rio de Janeiro, onde eventualmente poderia fazer a política moderada que se habituara durante a década de 1920.

Por conta de suas convicções pessoais e da expectativa que ainda nutria em relação ao afilhado, Lauro Sodré hesitou na escolha entre *liberais* e *frenteunistas*. Mas, optou mesmo pelo caminho da oposição, permanecendo ao lado de antigos correligionários como Souza Castro e Paulo Maranhão. Ao ser notificado da decisão, Magalhães Barata reagiu da seguinte maneira:

Lamento agora que tivésseis declinado de nosso espontâneo, sincero e honroso gesto para participardes de nossa bancada constitucional, pelas razões alegadas de não quererdes abandonar vossos amigos.

Mais amigos e admiradores dos tempos maus encontrareis aqui na corrente revolucionária, inclusive eu, que esta dirijo, e que venho de uma família que jamais vos condicionou solidariedade naquela noite longa e tétrica que foi o *lemismo*.

²⁴² JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1934, p.6.

Respeito, e meus companheiros também, vossos escrúpulos, mas amanhã não se dirá que por culpa nossa, que hoje somos governo nesta terra, não representareis nosso Pará na mais alta Câmara da Nação²⁴³.

A partir daí a tensão aumentou entre os dois grupos. Antes da chegada de Lauro Sodré começaram a circular boatos de que, tal como acontecera em 1912, estava sendo planejado novo simulacro de atentado contra o chefe *laurista* a fim de provocar o cancelamento do pleito e nova intervenção de Vargas no estado. Verdadeiras ou não, as notícias fizeram Magalhães Barata formalizar denúncia no Tribunal Superior da Justiça Eleitoral, alegando que a violência partiria dos próprios correligionários de Sodré e não do seu partido²⁴⁴.

Lauro Sodré desembarcou em Belém no dia 11 de outubro de 1934. Mesmo com a existência de companhias aéreas como a *Panair do Brasil* e com a idade já avançada, o candidato da FUP mais uma vez fez o deslocamento do Rio de Janeiro ao Pará em embarcação marítima. Nas palavras de Rocque, a *Folha do Norte* saudou-o como o “maior de nós todos”. *O Imparcial* recebeu-o como o “maior de todos os mazorqueiros”, publicando, em sua primeira página, a famosa foto que mostra Antônio Lemos cercado de adversários, depois de ter sido arrastado pelas ruas de Belém.

O Governo do Estado e o Partido Liberal publicaram uma nota, pedindo aos amigos que não comparecessem ao cais do porto quando da chegada do “Comandante Ripper”, evitando, desse modo, que a “perfidia” dos adversários os envolvesse em qualquer perturbação da ordem”. A recepção foi mais uma vez calorosa. Segundo Ricardo Borges, a mais emocionante de todas²⁴⁵. Sodré desfilou em carro aberto pela Avenida 15 de agosto (atual Presidente Vargas) e pela estrada de Nazaré até chegar a casa onde ficou hospedado²⁴⁶.

A FUP contava com o apoio da *Folha do Norte*. Mas, mesmo assim, a vitória do *Partido Liberal* foi arrasadora. Após longos anos de vida pública, Lauro Sodré conheceu o primeiro pleito que não lhe rendeu mandato. E foi exatamente o último, para ele e para o que restava do *laurismo*.

É provável que o período da interventoria tenha causado estremecimentos na relação pessoal existente entre Barata e Sodré. Sobretudo, no período eleitoral. Além da recusa de associação política do padrinho, Magalhães Barata entrou em desavenças com Benjamin Sodré, na época do governo provisório de Getúlio Vargas, Comandante da Escola de

²⁴³ SODRÉ, Emmanuel. *Op. Cit.* 1970, p.121.

²⁴⁴ ROCQUE, Carlos. *Magalhães Barata – o homem, a lenda, o político*. V.1. Belém: SECULT, 1999, p.271.

²⁴⁵ BORGES, Ricardo. *Op. Cit.*, 1986, p.211.

²⁴⁶ ROCQUE, Carlos. *Op. Cit.*, 1999, p.274.

Aprendizes do Pará. O oficial da Marinha demonstrou publicamente em mais de uma ocasião não concordar com as violências e arbitrariedades cometidas pelo interventor. Barata, por sua vez, passou a se empenhar em prol da exoneração de Benjamin do cargo comissionado, o que conseguiu em dezembro de 1934²⁴⁷.

Nas recordações do filho de Lauro Sodré, a viagem do pai ao Pará se dera a pedido dos amigos e porque “o povo paraense ansiava libertar-se da opressão da ditadura, usufruindo as liberdades outorgadas por um regime constitucional democrático”²⁴⁸. No final, teria valido como despedida política.

A empolgante recepção que lhe fez o povo e a família paraense, decretando feriado em seus corações, e vindo para o cais e ruas recebe-lo, constituiu uma consagração. [...]

A luta parece que o rejuvenescia.

Assim, não foi inútil, não foi um vão sacrifício a presença daquele a quem todos consideravam “o maior paraense vivo”, “o mestre”, e que na sua velhice dava tal prova de vigoroso civismo. Valeu a sua vinda como a melhor das lições morais para a mocidade de sua terra²⁴⁹.

Antes de partir para o Rio de Janeiro, Lauro Sodré participou ainda na qualidade de presidente de honra do cerimonial da *União Popular do Pará*, órgão que congregou os membros *Partido Social Democrata* e do *Partido Popular do Pará*. A agremiação era presidida por Samuel da Gama Costa Mac Dowell, filho de seu dileto primo-irmão, Samuel Wallace Mac Dowell, e contava com nomes de antigos amigos e correligionários de Sodré como Souza Castro, Abelardo Condurú, Deodoro de Mendonça e Camilo Salgado. Apoiavam Getúlio Vargas no âmbito nacional, mas na política estadual perfilavam ao lado de José Malcher²⁵⁰.

Após o pleito de 1934, Sodré não se envolveu mais com a política partidária, mas continuou ativo na sociabilidade carioca. Além do *Grêmio Paraense*, que mantinha com muito esforço, em setembro de 1937 ajudou a criar a *Associação de Defesa e Cultura Nacionalista*, uma sociedade projetada como sem objetivos de ordem política ou religiosa e que tinha por finalidade “incrementar a propaganda nacionalista”. Além de Sodré, estavam à frente da associação Pereira Lessa e o capitão Waldemar de Araújo Mota²⁵¹.

²⁴⁷ SODRÉ, Dora. Op. Cit., 1989, p.76.

²⁴⁸ SODRÉ, Benjamin. Op. Cit., 1956, p.26.

²⁴⁹ Id. Ibid. p.27-27.

²⁵⁰ ROCQUE, Carlos. Op. Cit, 1999, p.342.

²⁵¹ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 03 de setembro de 1937, p.10.

Interessante perceber que tanto o *Clube 24 de Fevereiro* como a *Associação de Defesa e Cultura Nacionalista* tinham em seus quadros dirigentes militares e civis que pugnavam por princípios morais, cívicos e patrióticos como se tais não estivessem vinculados aos pressupostos políticos dos grupos que representavam e como se fossem valores absolutos, neutros e inquestionáveis. A negação da política e da religião, traço da sociabilidade maçônica, não implicava na inexistência de projetos de poder e sociedade. Ao contrário, a própria *Associação Nacionalista* informava que seus dirigentes haviam montado programa de “alta brasilidade” que pretendiam desenvolver na capital federal e nos demais estados do país a partir de diretorias regionais.

Em um período próximo ao do estabelecimento do Estado Novo, a *Associação de Defesa e Cultura Nacionalista* tornou pública sua intenção de “criar a mística da Terra e da Raça”, sob o lema “O Brasil acima de tudo”²⁵². Talvez não estivessem plenamente alinhados ao regime varguista como sugeriu Mecnas Rocha, mas a identificação de ideários era evidente. Fora da política institucional, Sodré seguiu encontrando caminhos de chegar até ela através da sociabilidade carioca.

Em 1939, na comemoração do 50º da Proclamação da República, no Pará, ele foi homenageado ao seu estilo, com uma efígie colocada aos pés do monumento à República, na maior praça de Belém, figurando ao lado de Benjamin Constant e Justo Chermont, também homenageados²⁵³. O senador militar e tudo o que representava acabara de ser entronizado na cultura material dedicada à memória republicana.

²⁵² CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 02 de setembro de 1937, p.6.

²⁵³ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1939, p.5.

CAPÍTULO 3 – ESCRITA DE SI E SOCIABILIDADE: AS MUITAS FACES DE LAURO SODRÉ

Aqui estive o Lemos. Como era de esperar nestes tristes tempos dos quais ele é um homem representativo e de uma República falsificada, o canalha de que ele pode ser a personificação não lhe faltaram provas de alto apreço, dadas pela gente da sua laia, os que como ele vão nos levando por esses mares do lodo e da corrupção. É uma triste-lição, de moral política prática, em que a nova geração não pode aprender se não que o caminho para crescer e dominar em nossa pátria é o do crime, o da traição, o da deslealdade, o do despudor cínico, calcando aos pés todos os nobres sentimentos da honra pessoal e pública¹.

O poder simbólico, dizia Pierre Bourdieu, é uma forma transformada, legitimada e irreconhecível de outras formas de poder². Neste sentido, pretendo aqui ampliar a observação da atuação política de Lauro Sodré, deixando de pensá-la mais diretamente em relação ao exercício de mandatos eletivos para tomá-la em função daquilo que se processava fora dos espaços oficiais de poder, exatamente onde o senador militar conseguia se apresentar como opção viável e desejável de representante político.

Desse modo, o atual capítulo apresenta uma orientação distinta daquela manifestada nos capítulos anteriores tanto na perspectiva narrativa, menos compromissada com a linearidade entre seus tópicos e mais interessada em pontos específicos da trajetória de Sodré, como na questão teórico-metodológica. Partindo do princípio de que o mundo social é também representação e vontade, isto é, capacidade de elaborar e impor visões de mundo dentro de um determinado campo social, e que para existir socialmente é necessário ser percebido como distinto, em meio a um constante e conflituoso jogo de conhecimento e reconhecimento³, tento aqui demonstrar como Lauro Sodré pensou a si mesmo e quais investimentos mais significativos realizou para arregimentar as suas fiéis bases político-sociais.

Na medida em que quis focar a produção autobiográfica de Lauro Sodré⁴, os espaços de sociabilidade⁵ que frequentava, os seus escritos intelectuais e a forma como era

¹ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 22 de julho de 1904.

² BOURDIEU, Pierre. Op. Cit. 2002, p.15.

³ Id. Ibid. p.108-118.

⁴ Neste caso, adoto a orientação de Phillippe Lejeune, para quem os textos autobiográficos devem ser observados na perspectiva do leitor. O que significa excluir a falsa ideia de ser possível acessar a interioridade do autor original. Da mesma forma, não se trata de buscar definir as especificidades do discurso autobiográfico enquanto gênero literário, mas de captar o funcionamento de seus textos. A definição de autobiografia para este autor é:

retratado na imprensa e, sobretudo, por seus apoiadores, foi necessário utilizar um conjunto documental mais amplo envolvendo cartas, revistas, livros, fotografias, charges, caricaturas e depoimentos de época.

No processo de reflexão sobre a documentação e as experiências sociais que encerram foi possível observar diversas facetas e representações imagéticas de Sodré. Algumas complementares, outras contraditórias, mas que ajudam a compreender ainda mais o seu percurso político. Assim, creio que este capítulo possa ser lido mais livremente e até em paralelo com os predecessores.

A epígrafe acima faz referência a uma carta em que Lauro Sodré mostrava como compreendia o seu principal adversário político, Antonio Lemos. Não encontraremos discursos senatoriais ou de governo em que ele utilize de tanta franqueza e de termos pouco lisonjeiros para se referir ao velho intendente. No espaço público mantinha o decoro. No privado, tinha outras possibilidades. Daí, a riqueza dos conjuntos documentais que guardam correspondências pessoais de políticos. Quero começar por aí.

Na Biblioteca Pública Arthur Vianna, no Pará, mais precisamente na Seção de Obras Raras, consta a *Coleção Particular de Lauro Sodré*⁶. São 192 objetos documentais, entre cartas, telegramas, bilhetes, recortes de jornais e outros, incluindo fotografias e envelopes de correspondências. Eles apontam para a correspondência ativa e passiva de Sodré entre os anos de 1894 e 1933, contendo, inclusive, duas cartas de presidentes da República em exercício – Floriano Peixoto e Washington Luís – endereçadas ao político paraense.

Não há informações precisas sobre a origem do acervo. Porém, dois pontos chamam atenção. Primeiro, que até então ele não tenha sido prestigiado pelos historiadores. Segundo, que 167 das 192 peças documentais tenham sido destinadas a Luiz Barreiros, o que equivale a 87% do material. Neste sentido, ao longo do próximo tópico proponho-me analisar e problematizar esta coleção documental, bem como algumas produções intelectuais de Sodré

“narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade”. C.f.: LEJEUNE, Philippe. O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet. 2º Ed. Belo Horizonte: UFMG, 2014, p.16.

⁵ Quando falo em sociabilidade neste texto estou considerando mais diretamente a reflexão do sociólogo Gerog Simmel, para quem a sociabilidade é um processo de interação surgido sempre de forma não natural, não espontânea, a partir de determinados interesses, impulsos ou busca de finalidades. Desta forma, as sociabilidades podem ter “objetivos de defesa, ataque, jogo, conquista, ajuda, doutrinação e inúmeros outros”, a partir dos quais os indivíduos se associam a outros, em uma relação de convívio e atuação frente ao outro, com o outro, para o outro e contra o outro. Isso quer dizer que ele exerce efeito sobre os demais e também sofre efeitos por parte deles. Essas interações significam que os portadores individuais daqueles impulsos e finalidades formam uma unidade- mais exatamente, uma “sociedade”. C.f.: SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p.60.

⁶ O acervo é identificado apenas como “Lauro Sodré - Coleção de Cartas”. Biblioteca Pública Arthur Vianna/Fundação Cultural Tancredo Neves, Seção Obras Raras.

considerando, principalmente, as noções de *escrita de si* e *autorrepresentação*, a fim de entender como Lauro Sodré lia o mundo, representava a si próprio e tentava persuadir o outro.

O que, evidentemente, não significa dizer que nesses momentos ele abandonasse suas concepções e posicionamentos políticos. Como fica explícito da epígrafe acima, onde resguardado pela descrição da comunicação epistolar, o senador do Distrito Federal, meses antes de se envolver nos episódios insurrecionais de novembro de 1904, expressava com absoluta franqueza todo o seu descontentamento com a presença e a receptividade destinada a Antônio Lemos no Rio de Janeiro, o político que representava para ele todas as deficiências do regime republicano. Ao falar da “gente da laia” de Lemos, o insatisfeito Lauro Sodré costumava uma associação entre o cenário político paraense e o carioca para dizer que a República havia sido corrompida ou, nas suas palavras, “falsificada”.

Perscrutar suas correspondências é, portanto, um caminho interessante para conhecer algumas de suas elucubrações. Na realidade, mais que isso. Levando em conta a historicidade de tais vestígios, torna-se possível analisar uma modalidade escrita e discursiva bastante peculiar, impregnada de subjetivismo e particularidade, mas que nem por isso perdia contato com as tensões do mundo social.

Na perspectiva dos estudos de escrita de si, para além do que os textos desejam informar, deve-se levar em conta o que eles apresentam de cunho autorreferencial, como forma deliberada de engendrar memória de si e demarcar espaços sociais⁷. Em hipótese alguma se trata de encontrar “a verdade dos fatos”. Mas, de identificar o que o autor do documento “diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento”. De maneira que, autor e texto “se criam, simultaneamente, através dessa modalidade de “produção do eu””⁸.

Um “eu”, que no caso de Lauro Sodré, parece ter sido demasiadamente pensado em função do positivismo e do jacobinismo, mas que através de sua própria pena encontrou outras formas de manifestação, haja vista o ambíguo distanciamento entre o “autor” e o “personagem” da escrita de si. Ambiguidade esta que se manifesta em todos os documentos com traços de escrita de si, como os diários, cartas, cadernos de viagem, cartões-postais, fotografias e álbuns. Mas, no caso da escrita epistolar, que aqui é o que mais nos interessa, Angela de Castro Gomes chamou atenção para a relação de troca estabelecida em função da

⁷ GOMES, Angela de Castro. “Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo”. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p.11-12.

⁸ *Id. Ibid.* p.15-16.

existência de um destinatário com o qual se interage e, possivelmente, alterna o papel de escritor/leitor.

A escrita epistolar é, portanto, uma prática eminentemente relacional e, no caso das cartas pessoais, um espaço de sociabilidade privilegiado para o estreitamento (ou o rompimento) de vínculos entre indivíduos e grupos. Isso ocorre em sentido duplo, tanto porque se confia ao “outro” uma série de informações e sentimentos íntimos, quanto porque cabe a quem lê, e não a quem escreve (o autor/editor), a decisão de preservar o registro. A ideia de pacto epistolar segue essa lógica, pois envolve receber, ler, responder e guardar cartas⁹.

No caso da *Coleção Particular de Lauro Sodré*, porém, não existe esse elemento “relacional”. Pelo menos não diretamente. A série documental apresenta acentuado caráter fragmentário e, como se pode ver na *Tabela 18*, não há uma correspondência direta entre os remetentes e os destinatários preservados na coleção. Em geral, o canal de comunicação aberto entre as partes mostra-se pontual. Com isso, aparentemente, não há o que se falar em relação de troca. Até mesmo no caso de Luiz Barreiros, o principal destinatário das missivas de Lauro Sodré, a comunicação mostra-se irregular e extremamente parcial, posto que, apesar de compreender o período de 1902 a 1933, não contém dados para todos esses anos e, o que é mais acidentado, não apresenta nenhum tipo de missiva de Luiz Barreiros para Lauro Sodré.

Tabela 18 - Remetentes e destinatários da Coleção Particular de Lauro Sodré¹⁰

<i>REMETENTE</i>	<i>DESTINATÁRIO</i>	<i>Nº DE ENVIOS</i>
Desconhecido	Lauro Sodré	6
Floriano Peixoto	Lauro Sodré	1
Benjamin Constant	Lauro Sodré	1
Lauro Sodré	Luiz Barreiros	143
Lauro Sodré	Bento Aranha	1
Lauro Sodré	Thomé Macedo	2
Lauro Sodré	Elias Vianna	1
Magalhães Lima	Lauro Sodré	1
Maçonaria	Lauro Sodré	3
Esmeraldino Bandeira	Lauro Sodré	1
Bernardino Machado	Lauro Sodré	2
Maia Filho	Lauro Sodré	1
Lauro Sodré	Apolinário Moreira	1
Pinto da Luz	Lauro Sodré	1

⁹ *Id. Ibid.* p.19.

¹⁰ No total, são 172 documentos epistolares. O restante da documentação divide-se em recortes de jornais, fotografias e envelopes. Por “desconhecido” entenda-se o nome não decifrado.

Lauro Sodré	Desconhecido	4
José M.	Lauro Sodré	1
Washington Luís	Lauro Sodré	1
Marcos Hesketh	Lauro Sodré	1

Fonte: *Coleção Particular de Lauro Sodré*.

Considerando um pouco mais o que disse Angela de Castro Gomes, sobretudo, no sentido de que “cabe a quem lê, e não a quem escreve (o autor/editor), a decisão de preservar o registro”, é plausível afirmar que originalmente foi Luiz Barreiros quem teve que decidir sobre a guarda ou não das missivas de Lauro Sodré. Somente ele, enquanto destinatário, tinha em mãos esse poder. Outro detalhe importante, em muitas cartas Lauro Sodré comenta dos recortes de jornais e das epístolas que enviava para dar ciência a Barreiros ou para que este as fizesse chegar a terceiros. Sendo assim, é muito provável que, mesmo dizendo respeito a outros indivíduos, toda a *Coleção Particular de Lauro Sodré* tenha sido preservada por Luiz Barreiros. Neste sentido, talvez, o mais apropriado fosse falar em uma *Coleção Particular de Luiz Barreiros*, como o fez a Fundação Casa de Rui Barbosa, que também abriga 5 cartas escritas por Lauro Sodré à Barreiros.

Em todo caso, o último elemento que parece referendar a interpretação que vou propondo e pretendo seguir aqui, é o momento em que *Coleção Particular de Lauro Sodré* se encerra: 1933 é também o ano da morte de Luiz Barreiros. Por esta via, pensando-se ainda a procedência da documentação, o mais provável é que ela tenha derivado de doação dos familiares de Luiz Barreiros. Como parte desses documentos foram parar no Rio de Janeiro é um detalhe ao qual não gostaria de me deter. Mais oportuno parece-me discorrer sobre os limites de uma espécie de “correspondência de um homem só”.

O elemento “relacional”, repito, inexistente de maneira direta, pela ausência das cartas de Luiz Barreiros. Mas, por outro lado, está posto no próprio ato de Lauro Sodré lhe escrever e compartilhar de si. Além disso, em diversos momentos as cartas de Sodré se enunciam como respostas aos conteúdos apresentados por Barreiros. Desse modo, fica evidente a impossibilidade de se compreender a correspondência de Sodré e Luiz Barreiros em função apenas da *Coleção Particular de Lauro Sodré*, da Biblioteca Pública Arthur Vianna, ou mesmo da *Coleção Particular de Luiz Barreiros*, da Fundação Casa de Rui Barbosa. Pois, em

ambos os casos, o que há são lugares de memória, vestígios problemáticos e incompletos do que não existe mais¹¹.

Também não é possível alcançar o “autêntico Lauro Sodré” ou o “autêntico Luiz Barreiros” para que possam eles mesmos explicarem a razão de terem se comunicado por tantos anos. Mas, os lugares de memória não devem ser ignorados. Em geral, assinalam uma possibilidade de história. E, muito embora, na prática, memória e história pretendam-se fiéis ao passado, elas não falam de um mesmo conhecimento sobre ele. A memória, como sinalizou Sabine Loriga a partir de Paul Ricouer, contém a possibilidade do “pequeno milagre do reconhecimento”, enquanto a história “não encontra o seu tempo”. Isto é, para abordar ou representar o passado do ponto de vista histórico é necessário um “grave e penoso” trabalho investigativo que precisa levar em consideração um conjunto variado de fontes, haja vista a ausência dos elementos que ofereceriam a possibilidade de “comparação, mesmo inconsciente, entre a imagem desenhada durante a busca e o original, a experiência inicial ocorrida no passado”¹².

Neste sentido, o melhor caminho para entender a correspondência de Lauro Sodré e Luiz Barreiros parece ser a leitura a contrapelo dos vestígios fragmentados que sobreviveram ao tempo. Por isso, antes de se pensar diretamente a escrita de si de Sodré, é necessário entender primeiro quem foi Luiz Barreiros e de que modo esteve ligado ao senador e político paraense. Estas informações, certamente, não irão cobrir as lacunas da própria documentação, porém podem ajudar a compreender as relações sociais que as produziram.

3.1 – A correspondência de Lauro Sodré e Luiz Barreiros

“Amigo Barreiros, saúde”. Assim começa a primeira carta da série enviada por Lauro Sodré e preservada por Luiz Barreiros. Ela data de 1902. Pelo tom de familiaridade, no entanto, é possível presumir que a comunicação e a relação entre os dois não se iniciava ali. Ao longo da missiva, Lauro Sodré fala do sentimento de saudade e informa estar passando melhor de saúde, reforçando a ideia de uma proximidade pregressa. Além disso, ele se demonstra empenhado em responder certo pedido feito por Luiz Barreiros. O senador paraense declara ter se reportado aos também senadores Vicente Machado, Álvaro Machado e Azevedo Feliciano Penna a fim de que essa solicitação – não mencionada – fosse atendida.

¹¹ NORA, Pierre. *Op. Cit.* 1993, p.9.

¹² LORIGA, Sabine. “A tarefa do historiador”. In: GOMES, Angela de Castro; SCHMIDT, Benito Bisso (Org.). *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p.24.

Ressaltando que, caso houvesse “necessidade de maiores e novos empenhos”, desejaria ser avisado. Do correspondente, Sodré pedia apenas a recomendação aos “bons conterrâneos e amigos”¹³.

Nos capítulos anteriores, Luiz Barreiros figurou entre os autores que se debruçaram na escrita de um perfil para Lauro Sodré. No seu caso, um perfil não exatamente biográfico, haja vista a sua preocupação de apresentar Sodré como orador, um “grande orador”. Ao contrário de Sodré, Luiz Barreiros não é exatamente um nome muito referenciado pela historiografia paraense. Assim, as informações a seu respeito mostram-se menos explícitas. Mas, nem por isso inexistentes. E, detalhe curioso, se a trajetória biográfica de Lauro Sodré nada costuma dizer sobre a figura de Luiz Barreiros, o mesmo não se pode dizer quando dos perfis biográficos elaborados a respeito de Barreiros.

Mecenas Rocha o descreveu como “jornalista de tempera forte e decidida”, com atuação na *Folha do Norte* e no *Estado do Pará* e que desde a mocidade teria recebido doutrinação de Lauro Sodré, motivo pelo qual começara também “a recolher e avaramente guardar, com requintado prazer sibarítico, alguns dos preciosos documentos inéditos do Mestre idolatrado”. Luiz Barreiros seria, nas palavras de Mecenas Rocha, o “discípulo dileto” e, posteriormente, “o confidente discreto e o defensor acérrimo”, sempre afeito e solidário à Lauro Sodré. Ponderações que de imediato reforçariam a ideia de que a *Coleção Particular de Lauro Sodré* é proveniente do arquivamento feito por Luiz Barreiros e começariam a apontar para uma estreita proximidade entre Sodré e Barreiros. Mas, Mecenas Rocha não para aí. Ele coloca mesmo em evidência o fato de os dois terem se correspondido por longos anos, afirmando que, se lhe fosse permitido “ler a cópia de documentos trocados, numa longa correspondência, assídua, entre os ilustres paraenses”, veria nisso “o culto de uma amizade inalterável e perfeita, vasada em expressões da mais refinada beleza moral”. O que, da parte de Lauro Sodré, costumava se expressar também pelo socorro “em diferentes e dificultosas situações pecuniárias”¹⁴.

Já na coletânea de “bio-bibliografias” elaborada por intelectuais da *Academia Paraense de Letras*, Luiz Barreiros, ou melhor, Luiz Acylino Remígio Barreiros de Souza, figura como um literato nascido em 17 de julho de 1872, na Aldeia Parijós, nas proximidades da cidade de Cametá, filho de Vicente Remígio Barreiros e Angela Emília Leite Barreiros de Sousa. Os autores afirmam que desde muito cedo Luiz Barreiros foi educado no Rio de

¹³ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1902. Coleção Particular de Lauro Sodré.

¹⁴ ROCHA, Mecenas. Op. Cit. 1948, p.212.

Janeiro, onde estudou no Liceu Pedro II e, posteriormente, na Faculdade Livre de Direito, tornando-se bacharel em 1903. Depois de formado, ele teria voltado ao Pará e instalado escritório de advocacia. Mas, por ser “amigo incondicional de Lauro Sodré”, acabou sofrendo perseguições da parte dos *lemistas* e se mudando para Manaus, onde passou 8 anos e exerceu a função de Procurador Fiscal, além de colaborar com a imprensa local e dirigir a Imprensa Oficial do estado. O retorno de Barreiros ao Pará só teria se dado diante da saída de Antônio Lemos do poder, em 1912. Período no qual “foi eleito deputado estadual por mais de uma legislatura, inspetor de bancos e, com muita proficiência exerceu as funções de secretário de *A Província do Pará*”, onde fazia publicar “contos, ensaios, poesias e, algumas vezes, fazia crítica literária”. Não obstante, Luiz Barreiros ainda se tornou membro do *Instituto Histórico e Geográfico do Pará* e da Academia Paraense de Letras¹⁵.

Considerando seu alinhamento *laurista*, é pouco provável que tenha contribuído com *A Província do Pará*. Além disso, Barreiros foi para Manaus num momento próximo ao de Enéas Martins e retornou ao Pará também num período próximo ao do antigo dono da *Folha do Norte*. Sua participação no IHGP e na APL, a qual chegou a presidir, é importante atentar para o relato de Eustachio de Azevedo a despeito da história da literatura paraense. Esse autor aponta Luiz Barreiros como um dos “mineiros”, isto é, um dos sócios da associação literária e movimento intelectual que se fundou em Belém no ano de 1895 e que contou também com algumas participações de Lauro Sodré, sócio honorário da *Mina Literária*¹⁶.

Por esta via, é possível presumir que a aproximação entre Lauro Sodré e Luiz Barreiros tenha se dado, *a priori*, pelo pertencimento de ambos aos círculos intelectuais paraenses e aos seus espaços de sociabilidade do final do século XIX.

De qualquer modo, cruzando as informações de Mecenas da Rocha e dos intelectuais da Academia Paraense de Letras, é possível fazer algumas observações. Primeiro, levando em conta que a carta inicial da *Coleção Particular de Lauro Sodré* data de dezembro de 1902, é possível concluir que tanto Lauro Sodré como Luiz Barreiros encontravam-se nesse momento no Rio de Janeiro. Lauro Sodré como senador pelo Pará e Luiz Barreiros como acadêmico da Faculdade Livre de Direito.

Segundo, do ponto de vista da idade, não é possível dizer que entre eles tenha se estabelecido uma relação de origem paternalista, haja vista que entre os dois havia uma diferença de apenas 14 anos. Mais correto, talvez seja, pensar em apadrinhamento. Ainda

¹⁵ MEIRA, Clóvis; ILDONE, José; CASTRO, Acyr. *Introdução à literatura no Pará*. V.II. Belém: CEJUP, 1990, p.46-48.

¹⁶ AZEVEDO, J. Eustachio de. *Op. Cit.*, 1990, p.89.

assim, é preciso entender melhor o que significava ser “amigo incondicional” de um político da Primeira República ou quais foram os “socorros” prestados por Lauro Sodré à Luiz Barreiros, pois as relações paternalistas e, sobretudo, as clientelistas podem facilmente se configurar através das relações políticas¹⁷. E, neste sentido, é importante não perder de vista que as cartas e os telegramas fazem parte de um gênero documental que “combina exercícios de produção do “eu” e de persuasão política dos outros (e de si mesmos)”¹⁸.

Terceiro, embora a trajetória de Luiz Barreiros tenha se aproximado da de Lauro Sodré e não esteja ainda tão evidente como uma se misturava com a outra, é importante reconhecer que elas se separavam também. Isto é, que assim como Lauro Sodré, Luiz Barreiros tinha o seu espaço de autonomia para atuar no universo social, o “pequeno x” do qual falou Sabine Loriga¹⁹. Ou seja, apesar das informações contidas nos perfis biográficos referenciados serem significativas, elas não podem, de modo algum, serem consideradas pontos de chegada. É necessário insistir um pouco mais com o “desconhecido” Luiz Barreiros e apreciar outros vestígios de sua trajetória.

Nos jornais de época é possível encontrar outras informações a respeito da figura de Luiz Barreiros. Ao ponto de se poder afirmar que, se não tiver ocorrido no Pará, a aproximação entre ele e Lauro Sodré certamente se deu no Rio de Janeiro, em torno de outro espaço de sociabilidade pensado e criado para atrair intelectuais e que ambos frequentavam. Ou melhor, que ambos colaboraram para sua fundação. Falo do *Grêmio Paraense*, que adiante será analisado com mais vagar, mas que, de antemão, pode-se dizer que foi uma associação criada por iniciativa de Lauro Sodré no Distrito Federal, em 1897, com o objetivo de “manter uma propaganda ativa, tenaz e persistente” em prol do Pará e ao mesmo tempo reunir “todos os filhos daquele estado e as pessoas ligadas a eles por interesses morais”²⁰.

Afinal, seu nome começou a aparecer nos jornais cariocas vinculado à agremiação fundada por Lauro Sodré. Como na ocasião em que, ainda na condição de acadêmico, foi nomeado orador oficial de uma comissão responsável por cumprimentar a paraense Julieta França por ter terminado o seu curso na Escola Nacional de Belas Artes em 1899²¹ e em outra

¹⁷ C.f.: CARVALHO, José Murilo de. “Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual”. In: *Dados*. V.40, n.2, Rio de Janeiro, 1997. p.229-250.

¹⁸ GOMES, Angela de Castro; SCHMIDT, Benito Bisso (Org.). *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p.42.

¹⁹ LORIGA, Sabina. *O pequeno x: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, pp.17-48.

²⁰ O PAIZ. Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1897, p.2

²¹ O PAIZ. Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1899, p.2.

quando aparece como secretário interino da agremiação comunicando reuniões extraordinárias segundo as ordens de Lauro Sodré²².

Luiz Barreiros se tornou um dos membros da agremiação e aos poucos parece ter conquistado a afeição do político paraense. No noticiário carioca ele aparece organizando festejos em comemoração ao natalício de Lauro Sodré, homenageando-o com discursos e presenteando-o com louças e obras de arte²³. Ao mesmo tempo, ganha proeminência no Grêmio Paraense, tornando-se o seu secretário e um dos principais responsáveis pela organização e publicação da revista da associação.

Sua formatura foi noticiada nos jornais de época. A *Folha do Norte* informou neste sentido o brilhantismo com o qual teria conseguido formar-se e o banquete ao qual lhe foi oferecido por outros estudantes paraenses. Na ocasião, Barreiros fizera a sua profissão de fé, dizendo que ela consistia em nunca se separar de seu mestre adorado, a quem cabia todas as esperanças da República naquele momento²⁴.

Mesmo em Manaus, Luiz Barreiros continuou de alguma forma vinculado ao nome de Lauro Sodré. No opúsculo intitulado *Dissertação Literária*, publicado em 1905, quando já havia se mudado para o Amazonas, Barreiros dedica o seu trabalho sobre o caráter da literatura nacional ao “peregrino espírito de Lauro Sodré”, a quem pela “purificadora convivência e excelso influxo” dizia dever os “altos ensinamentos da conduta cívica e moral” para com “a pátria, a família e a sociedade”²⁵.

Pouco depois, em dois artigos publicados no *Correio do Norte* ele chegou mesmo a se identificar como “laurista convicto” e a tentar explicar o que isso significava. No primeiro caso, escreveu para combater o jornalista Izolino Leal, da *Folha do Amazonas*, que insistia em dizer que Lauro Sodré não fora o único governador a protestar contra o golpe de Deodoro da Fonseca, em 1891, projetando que igual atitude teria tido Júlio de Castilhos, no Rio Grande do Sul. Barreiros seguia a tese contrária, segundo a qual Júlio de Castilhos teria inicialmente apoiado o golpe e depois mudado de posicionamento ao perceber que “o seu lugar deveria ser entre os que protestavam e não entre os que aplaudiam o ato ditatorial”²⁶.

No segundo artigo, ele respondia ao próprio jornal *Correio do Norte* que havia publicado matéria falando acerca da relação do *laurismo* com a conjuntura política na capital do Amazonas. Barreiros discordava da tese de que os *lauristas* estabelecidos no Amazonas

²² O PAIZ. Rio de Janeiro, 20 de junho de 1899, p.3.

²³ JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1902, p.2.

²⁴ FOLHA DO NORTE. Belém, 04 de fevereiro de 1903, p.1.

²⁵ BARREIROS, Luiz. *Dissertação a literatura*. Manaus: Imprensa Oficial, 1905.

²⁶ CORREIO DO NORTE. Manaus, 02 de outubro de 1910, p.1.

em virtude das perseguições de Antônio Lemos não poderiam acompanhar politicamente o senador Silvestre Nery, devendo ficar, por uma questão de princípios, ao lado de Antônio Bittencourt.

Barreiros então escreve para conceituar o *laurismo* e demonstrar que não havia incompatibilidade entre apoiar um ou outro político manauara, pois ser “laurista era primeiramente uma questão de seguir os princípios e a educação republicana adotada por Lauro Sodré”. O que implicava em ser um “espírito de convicções próprias, independente nos seus atos como homem público e de sentimentos leais de um homem digno”. De maneira que, tratando-se da realidade do Amazonas, o *laurista* poderia estar tanto ao lado do coronel Bittencourt como no do senador Silvestre, desde que mantivesse a honestidade de sua consciência. Esse era o verdadeiro princípio, segundo ele, de ser *laurista*.

Na minha qualidade de laurista que me prezo de ser tanto quanto os que melhor o forem, eu me considero perfeitamente ao abrigo das pontas do seu dilema, pois quer fosse eu um bittencourista, quer um silverista ou um indiferente, sê-lo-ia por uma questão de convicção própria, de independência a quaisquer injunções do meio ou do momento, acatando, sim, os sentimentos leais de um homem digno²⁷.

No alto de sua posição de fiscal do tesouro e depois de juiz federal substituto em Manaus, Luiz Barreiros preferia não tomar posição quanto a política local. Aliás, a única posição que parecia realmente inclinado a sustentar era a de ser *laurista*. E, ao que tudo indica, era dessa forma que seus contemporâneos o enxergavam fosse em Belém ou Manaus – quiçá no Rio de Janeiro.

Por esta via, em 1918 Agnello Neves procurou demonstrar como foi possível o retorno de Sodré ao governo do estado do Pará e destacou a declaração de apoio à eleição de Sodré feita pelos deputados Luiz Barreiros, Magno e Silva e Guilherme Mello no dia 28 de novembro de 1916 através da *Folha do Norte*, ressaltando que o primeiro dos signatários, o “dr. Luiz Barreiros”, “esteve sempre ligado ao *laurismo* por uma dessas correntes de inquebrantável devotamento a Lauro Sodré”, como se aquela conduta já fosse esperada de sua parte²⁸.

No livro *Os nossos oradores*, de 1928, Luiz Barreiros praticamente repetiu a dedicatória a Lauro Sodré que havia feito em 1905, no opúsculo *Dissertação a Literatura*. A única diferença, no entanto, foi que especificou que a convivência com Lauro Sodré já durava

²⁷ CORREIO DO NORTE. Manaus, 06 de julho de 1911, p.1.

²⁸ NEVES, Agnello. Op. Cit., 1918, p.253.

“30 anos ininterruptos”. O que indica mais uma vez que os dois se conheceram no final do século XIX – ou em Belém ou no Rio de Janeiro – e, desde então, mantiveram relações de troca que parecem ter ido além da simples correspondência epistolar.

Curiosamente, a versão consultada do livro de 1928 apresenta uma segunda dedicatória, essa escrita à mão e dedicada a Paulo Maranhão, “cujo brilhante espírito”, havia se mantido “integrado no tradicional sentimento do laurismo da terra paraense”, conduzindo através das colunas da *Folha do Norte* a opinião pública “para a vitória dos sãos princípios da justiça, do direito e da liberdade, pregados e difundidos pelo iluminado patriotismo de Lauro Sodré”²⁹.

Imagem 23 - Retrato de Luiz Barreiros



Fonte: BARREIROS, Luiz. *Op. Cit.*, 1928, p.2.

No entanto, diante do exposto, não parece ser nenhum exagero afirmar que o mesmo “sentimento laurista” que Luiz Barreiros dizia existir em Paulo Maranhão, o acompanhara ao longo de boa parte de sua vida pública e, certamente, poderia ser mais bem conhecido se também estivesse disponível para pesquisa a sua correspondência para Sodré. Não sendo este o caso, penso que agora seja salutar analisar as cartas de Lauro Sodré a fim de perceber os traços mais característicos da comunicação que ele mantinha com um *laurista* assumido.

²⁹ BARREIROS, Luiz. *Op. Cit.* 1928. A versão com a dedicatória à Paulo Maranhão, assinada e datada em 23 de fevereiro de 1928 pode ser consultada Biblioteca Pública Arthur Vianna/Fundação Tancredo Neves, setor de Obras Raras.

Tabela 19 – Comunicação de Lauro Sodré e Luiz Barreiros (1902-1933)

ANO	Nº DE CARTAS	Nº DE TELEGRAMAS	Nº DE RECORTES	Nº BILHETES	OUTROS	TOTAL
1902	1	0	0	0	0	1
1903	2	0	0	0	0	2
1904	4	0	0	0	0	4
1906	0	0	1	2	0	3
1907	5	0	0	1	0	6
1908	1	0	0	0	0	1
1918	5	1	0	0	0	6
1921	2	0	0	0	0	2
1922	3	0	0	0	0	3
1923	10	1	2	0	0	13
1924	6	0	0	0	0	6
1925	5	0	0	0	0	5
1926	11	0	2	0	0	13
1927	6	0	3	0	0	9
1928	9	1	0	1	0	11
1929	5	0	1	1	0	7
1930	18	0	1	2	1	22
1931	9	1	0	1	1	12
1932	10	0	5	2	0	17
1933	3	0	4	5	0	12
S/D	3	1	0	5	3	12
TOTAL	118	5	19	20	5	167

FONTE: Coleção Particular de Lauro Sodré (Adaptado).

Como é possível perceber na *Tabela 19*, a coleção de missivas preservadas de Lauro Sodré para Luiz Barreiros é bastante acidentada. Não constam referências para o ano de 1905 e os intervalos de 1909 a 1917 e 1919 a 1920. Em pelo menos 8 marcos temporais, a quantidade de comunicações é igual ou inferior a 5. Tornando-se mais regular e intensa durante a década de 1920. Neste caso, o ano que assinala a maior quantidade de material é 1930. Um ano simbólico por se tratar da saída de Lauro Sodré do Senado Federal.

Nas cartas que escrevia, Lauro Sodré sempre fazia referências às cartas que recebia de Luiz Barreiros, o que mais uma vez reforça a ideia de que a correspondência do próprio Sodré se perdeu e não é a que deu origem ao acervo consultado.

Entre as confidências, Sodré agradeceu a Barreiros por ter participado a ele o falecimento de seu irmão Juca³⁰ e lhe enviado álbum com assinatura de vários amigos prestando condolências pela perda de Sodré.

O Lauro Sodré que aparece nas cartas não é exatamente aquele tão ligado a Benjamin Constant e ao positivismo. Não que tais referências tenham perdido sentido ou importância para o velho republicano. Mas, nas cartas trocadas com Luiz Barreiros não aparecem tanto. Falam mais, por exemplo, na maçonaria. Talvez por ambos pertencerem a esta associação. Talvez por conveniência momentânea. De qualquer modo, esse Lauro Sodré senador e depois novamente governador, não é o mesmo de antes. Não poderia ser. As individualidades não são fixas, unitárias e coerentes. Ao contrário, são plurais e se formam a partir de locais e referências também múltiplas. Lauro Sodré parecia realmente possuir suas convicções particulares. Mas, ele também sabia se adequar ao meio e ao momento em que vivia. Nas cartas enviadas a Luiz Barreiros ele geralmente aparece como “amigo afetuoso”, que sente saudades, tem problemas de saúde e se interessa em saber do bem-estar e da família do outro. Porém, ao mesmo tempo, é político experiente, detentor de cargos públicos, alguém que analisa a(s) sociedade(s) em que vive e nela tenta influir. Nesse universo mais efêmero, intimista e objetivo que o das cartas e telegramas, Lauro Sodré era aquele que tentava ajudar, mas também esperava algo em troca.

O homem que dizia advogar a causa paraense e aos poucos foi criando a imagem de alguém que estava sempre pronto a ajudar, fazia também as suas solicitações. Em muitos momentos para beneficiar outros. E assim ia construindo uma rede de relações que incluíam diversas pessoas, todas ligadas, de algum modo, ao seu nome. Independentemente de qual fosse, era provavelmente daí que retirava o seu algo em troca.

Foi principalmente no período em que Luiz Barreiros esteve em Manaus que Lauro Sodré lhe escreveu pedindo em favor de outros sujeitos. Em geral, em bilhetes, comunicações mais breves e objetivas que as cartas. Os pedidos eram geralmente parecidos e visavam à obtenção de empregos. Dos documentos é possível apreender que em alguns casos as pessoas simplesmente chegavam até Luiz Barreiros de posse do cartão assinado por Lauro Sodré e em outros que o aviso era feito previamente.

O moço portador deste cartão (...) é um dos ardorosos pelejadores da causa do bem, ligados a nós por laços de fraternidade política do estado da Paraíba vai a Manaus. A

³⁰ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 11 de junho de 1904. Coleção Particular de Lauro Sodré.

vida tem lhe sido adversa. É digno de estima. Recomendo-o com interesse a sua proteção aí³¹.

O Godofredo Azevedo, a quem desejo ser útil por estimar nele as boas qualidades que o recomendam, vai a Manaus na esperança de obter lá uma colocação. Podendo ampará-lo, muito me obsequiará³².

Por mais de uma vez, Sodré escreveu a Barreiros solicitando o concurso dos poderes públicos de Manaus para concederem auxílio financeiro em forma de pensão aos filhos de Carlos Marcellino, a quem Sodré chamava de amigo. Em outra ocasião, pediu que Barreiros falasse a Nery em favor de João Antônio de Castro e que Nery o respondesse em telegrama monossilábico “sim” ou “não”. As solicitações de Lauro Sodré incluíam paraenses, mas não apenas eles. Alguns queriam apenas colocações modestas, outros pareciam interessados em construir carreira como o próprio Luiz Barreiros esteve um dia.

(...) O nosso conterrâneo e amigo, José Rodrigues Coelho vai (...) Passo esse nome para as suas listas, pedindo que o ampare e auxilie³³.

O sr. Jovelino Souza (...) ele vai a Manaus animado pelo desejo de empregar aí sua atividade inteligente. É um amigo do Ceará. Ampare-o aí e interesse-se pela sua causa³⁴.

Se toda comunicação é em si uma relação de troca, não há razões para pensar que Lauro Sodré tenha deixado de se beneficiar da correspondência que manteve com Luiz Barreiros. Por muitas vezes o velho republicano paraense pediu ao amigo para que cuidasse de suas causas e de seu próprio nome. Enviou mensagens para serem entregues a outras pessoas, solicitou conversas pessoais, disse como queria as coisas políticas quando elas estiveram sobre o seu controle e, de certo modo, realizou-se através do *outro*. Em contrapartida recebeu cartas, telegramas, recortes de jornais e livros que o mantiveram informado sobre a realidade política e cultural amazônica. Neste sentido, embora não seja possível até o presente momento (e talvez nunca mais o seja) ter acesso aos escritos de Luiz Barreiros para Lauro Sodré, não é nenhum exagero acreditar que eles tenham servido para que Lauro Sodré pensasse e repensasse suas estratégias políticas e sua maneira de estar no mundo.

São muitos os pedidos de ajuda ou favorecimento. O que faz pensar sobre uma faceta

³¹ BILHETE de Lauro Sodré, 12 abril de 1906. Coleção Particular de Lauro Sodré.

³² BILHETE de Lauro Sodré, 24 de novembro de 1906. Coleção Particular de Lauro Sodré.

³³ BILHETE de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1907. Coleção Particular de Lauro Sodré.

³⁴ BILHETE de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 18 de maio de 1907. Coleção Particular de Lauro Sodré.

política nem sempre considerada, a do apadrinhamento, capaz de criar em torno de figuras do porte de Lauro Sodré uma rede de clientela.

Com o passar do tempo, começam a se tornar frequentes as saudações de Lauro Sodré à família de Barreiros. Cumprimentos cordiais à esposa e filhos de Barreiros enviados de sua parte, de Theodora, sua esposa, e de Orminda, sua filha. Falam de fotografias trocadas.

Sodré chega a falar em determinado momento que está em dívida de cartas para com Barreiros e da sua intenção de cumprir o seu “contínuo dever de escrever-lhe”³⁵.

De 1906 a 1908, as cartas e bilhetes enviados a Barreiros são quase que exclusivamente para recomendar pessoas a quem Sodré gostaria que ficassem sob a proteção do amigo e correligionário em Manaus. A partir daí a coleção salta para o ano de 1918, quando Sodré já estava colocado no governo do Pará e Barreiros também. De modo que durante o segundo governo de Sodré a proximidade mantida através das cartas com Luiz Barreiros se tornou também física.

Antes, porém, importa saber que em 1912 Luiz Barreiros deixou o cargo de juiz substituto em Manaus e retornou ao Pará, onde foi nomeado para o posto de Inspetor Escolar através do intermédio de Lauro Sodré³⁶. Já durante o período de escalada *laurista* ao poder, Barreiros se sagrou deputado estadual em 1916 e participou ativamente do segundo governo de Lauro Sodré no Pará. Ele, aliás, foi acusado de falsificar urnas eleitorais no município de Breves em meio à mobilização ocorrida para que Sodré assumisse o governo estadual³⁷. Nesse período teve inserção na *Associação de Imprensa do Pará*³⁸, na APL e no IHGP.

Contudo, assim como ocorrera no Rio de Janeiro, a proximidade em solo paraense não implicou no fim da correspondência entre Sodré e Barreiros. Ao contrário, os telegramas agora em papel timbrado do “Gabinete do Governador do Estado do Pará” foram se tornando cada vez mais claros e objetivos.

Em 15 de junho de 1918, Lauro Sodré enviou carta a Barreiros com papel timbrado do governo do estado dando instruções sobre como deveria proceder em relação ao prefeito de Soure para bem representar o governo. As instruções eram as seguintes: primeiro, falar ao juiz local para que fizesse valer a sua autoridade e assegurasse o cumprimento da lei eleitoral do estado em Soure; conversar com Pedro Bezerra mostrando a preocupação do governo do estado com as lutas políticas que fragilizavam o estado e a República e aconselhar conduta

³⁵ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 18 de maio de 1907. Coleção Particular de Lauro Sodré.

³⁶ O PAIZ. Rio de Janeiro, 13 de abril de 1912, p.4.

³⁷ O PAIZ. Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1916, p.4.

³⁸ AZEVEDO, J. Eustachio de. Op. Cit., 1990, p.94, 96 e 107.

pacificadora de sua parte; verificar o fundamento das queixas e reclamações apresentadas ao governo do estado acerca da conduta do prefeito de Soure estar em desarmonia com as determinações superiores³⁹.

O mesmo se deu em Vigia, para onde Barreiros foi enviado como representante do governo e recebeu, por meio de carta, a recomendação de representar o pensamento de Sodré. Nesse caso, a orientação era a de que não emitisse pronunciamento sobre as eleições locais e nem tomasse partido da causa dos dois candidatos. Além disso, Barreiros deveria fazer o possível para combater a fraude eleitoral adotando as seguintes ações:

1° Falar ao juiz de direito e ao juiz substituo da comarca, ouvindo-os acerca da situação da cidade.

2° Falar ao Intendente municipal coronel Christo Ferreira, ouvindo-o igualmente.

3° Falar ao cidadão Antonio Palha, convidado ao cargo de intendente municipal e de quem colherá informações.

4° Verificar se a junta apuradora está constituída de acordo com a lei orgânica, influndo para que nessa conformidade seja feita a convocação dos suplentes se assim não se tiver feito.

5° Concorrer para que as reuniões do Conselho Municipal se faça na sede da intendência (...).

6° Mostrar aos candidatos que nenhuma vantagem lhe pode resultar de uma apuração ilegal e que em nada sofrerá a causa do que se presume eleito se o conselho decidindo contra direito der ganho de causa do adversário, pois o congresso legislativo no exercício das funções que lhe dá a Constituição do Estado pode e deve fazer justiça, reconhecendo o cidadão legitimamente eleito.

7° Contribuir para que o oficial que se em comissão como prefeito da comarca exerça o cargo com rigorosa imparcialidade, garantindo as liberdades e os direitos de todos⁴⁰.

Além de mostrar o caráter pedagógico dos escritos de Sodré, as suas muitas instruções sinalizam também para alguns dos problemas que o Governo do estado estava enfrentando nos interiores. Em especial, problemas relacionados aos processos eleitorais. No dia seguinte ao da carta supracitada, Sodré enviou nova correspondência afirmando que caso os interessados tivessem feito duplicada, Barreiros deveria tentar harmonizar os grupos⁴¹.

Em agosto de 1918, Sodré escreve para Barreiros em papel timbrado com o selo “Gabinete do Governador do Estado do Pará” lamentando que o afastamento da cidade de Belém o tivesse impedido de prestigiar a solenidade de posse do amigo como *venerável* da *Loja Aurora*.

³⁹ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 15 de junho de 1918. Coleção Particular de Lauro Sodré.

⁴⁰ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 7 de julho de 1918. Coleção Particular de Lauro Sodré.

⁴¹ TELEGRAMA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 08 de julho de 1918. Coleção Particular de Lauro Sodré.

Os laços entre Lauro Sodré e Luiz Barreiros se estreitaram entre o período da segunda administração de Lauro Sodré. Na medida em que atuava ao lado do governador do estado, Luiz Barreiros crescia em prestígio. Em pouco tempo ele se tornou presidente da *Associação da Imprensa do Pará*, em sessão presidida pelo próprio Sodré, *Diretor da Imprensa Oficial* e *Inspetor Geral dos Bancos*. Além disso, também ao lado de Lauro Sodré, participou da refundação do *Instituto Histórico e Geográfico do Pará* e da *Academia Paraense de Letras*. Locais estes nos quais chegaria a dirigir nos próximos anos.

Mesmo diante do retorno de Lauro Sodré ao Rio de Janeiro, para novo mandato de senador, Luiz Barreiros manteve seu espaço na cena política paraense ocupando mandatos e cargos públicos por toda a década de 1920. Ainda assim, a relação de amizade e apadrinhamento com Lauro Sodré continuou. Em alguns casos, em papéis com timbra do Senado Federal.

Em missiva datada de 10 de abril de 1921, Lauro Sodré já havia concluído o seu mandato de governador e retornado ao Rio de Janeiro. Mas, segue lhe fazendo recomendações. Neste caso, Sodré orientava que a presidência da *Liga do Ensino* fosse dada a Souza Castro, então governador do estado. Não obstante, Sodré afirma que muito desejaria ter Barreiros novamente ao seu lado, “como em outros tempos”, ponderando, no entanto, ainda estar tomando pé das coisas da capital e nada poder assegurar naquele momento. O que indicava pedido de colocação no Rio de Janeiro da parte de Barreiros⁴², reforçando a ideia da relação de amizade e apadrinhamento.

Em 1922, Lauro Sodré falou das dificuldades de conseguir a colocação desejada por Barreiros no Rio de Janeiro.

(...) O seu caso (...) ainda não sei como se resolverá. Só me parece agora possível um cargo de fiscalização bancaria, que não é mal, havendo duvidas acerca da possibilidade de se fazerem agora essas nomeações por causa do veto ao orçamento da despesa.

(...) Lidaremos no empenho de o colocar em um dos lugares de ficais que serão aí criados⁴³.

Em 1923, Sodré escreve a respeito da possibilidade de tratamento de saúde da esposa de Barreiros, Semiramis, no Rio de Janeiro, e do desejo de receber mais vezes em sua casa a

⁴² CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 10 de abril de 1921. Coleção Particular de Lauro Sodré.

⁴³ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1922. Coleção Particular de Lauro Sodré.

filha do amigo, Myrthes, que aparentemente estava por lá⁴⁴. Em outra ocasião, Sodré solicita do amigo o envio de tudo o conseguisse reunir acerca da história do Pará, fazendo menção especificamente a trabalhos de Arthur Vianna, Manoel Barata, Theodoro Braga e Raimundo Ciriaco Alves da Cunha e ressaltando já possuir “os motins políticos do Raiol”⁴⁵. Obras que, ainda hoje, são consultadas e estudadas em diversos campos acadêmicos. Solicitou ainda informações sobre a *Liga do Ensino*, posto que desejava apresentar no Senado emenda com recursos para auxiliá-la⁴⁶.

Outra associação que os unia era o Grêmio Paraense⁴⁷. Em carta de 19 de setembro de 1923, Sodré falou da situação da associação criada há 25 anos e a comparou com outras do gênero. Instalada em sala alugada, Sodré dizia que não poderia se manter sem auxílio do governo do estado. Ao que teria solicitado apoio a Cypriano Santos e pedia o reforço de Barreiros. A situação do centro paraense era, segundo Sodré, muito diferente de outros centros. Alguns, como o de São Paulo, estavam instalados em prédios próprios⁴⁸. Nas cartas, Lauro Sodré indica o papel relevante que Luiz Barreiros havia cumprido nesta agremiação e, pela lembrança de tal passado, pede-lhe pequenos favores, como o de falar a terceiros ou mandar retratos de personalidades ou autoridades paraenses⁴⁹.

Barreiros era, em muitos casos, o representante de Sodré no Pará. Por mais de uma vez, o senador paraense escreveu a ele agradecendo a defesa que fazia de seu nome no congresso estadual ou na imprensa. Em contrapartida, Sodré buscava abrir portas e beneficiar o amigo de algum modo. Em carta datada de 10 de dezembro de 1924, o senador paraense revela conversa com o deputado federal Nicanor Nascimento (RJ) sobre sua proposta de assegurar verba para pagamento de fiscais de bancos, ao qual Sodré alegara ter interesse de garantir para “atender a um amigo do Pará” que era o próprio Barreiros. Caso não fosse possível, o senador paraense indicava que o novo governador do Pará, Dionísio Bentes, poderia assegurar-lhe cargo de confiança⁵⁰.

⁴⁴ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 1923. Coleção Particular de Lauro Sodré.

⁴⁵ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 09 de fevereiro de 1923. Coleção Particular de Lauro Sodré.

⁴⁶ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 30 de abril de 1923. Coleção Particular de Lauro Sodré.

⁴⁷ Sobre o Grêmio Paraense, ver o tópico 3.4 deste trabalho.

⁴⁸ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1923. Coleção Particular de Lauro Sodré.

⁴⁹ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1926. Coleção Particular de Lauro Sodré.

⁵⁰ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1924. Coleção Particular de Lauro Sodré.

Os que falam agora nos sn.s A. Montenegro e no velho Lemos como em modelos a imitar é porque esquecem o que sofreram tantos de nós, você é do número, e não veem ainda hoje as ruínas financeiras, dívidas externas e internas, que são a herança desses longos tempos ominosos. Mas o Dr. Dionísio Bentes sabe bem disto, e conosco encontrou nas últimas lutas travadas por amor da nossa terra. Ele verá os que ao seu lado estiveram na brecha, sabendo que desses esforços resultou a vitória da nossa política sã, de que é ele hoje o representante. Confiemos e esperemos. Acredito que o Dr. Dionísio Bentes saberá distingui-lo como merece⁵¹.

Do Senado Federal, Sodré escreveu ao governador do estado recomendando o nome de Barreiros para a renovação do congresso estadual e articulou em favor do filho de Barreiros, Viriato, colocado no Lloyd Brasileiro⁵².

Era a Luiz Barreiros que Sodré recorria para tarefas como a divulgação no Pará do livro do seu filho, Benjamin, intitulado “Guia do Escoteiro”⁵³; consecução de meios junto às oficinas maçônicas de Belém para Maria das Dores e Silva, viúva de antigo funcionário da Intendência da capital paraense e membro da maçonaria, pudesse embarcar junto de sua filha para o Rio de Janeiro, onde teria vida menos penosa⁵⁴; ou a remessa de jornais paraenses para o Grêmio Paraense no Rio de Janeiro⁵⁵.

Rememorando a ascensão *laurista* ao poder diante das tensões partidárias da gestão de Dionísio Bentes, Sodré afirma que Luiz Barreiros formou com Magno e Silva e Guilherme Mello a “trindade que primeiro abriu brecha no bloco parlamentar para permitir a solução” que os conduziu ao poder estadual⁵⁶.

Em 1928, Sodré foi presenteado com exemplar do livro “Os nossos Oradores”, de Luiz Barreiros, e agradeceu a forma bondosa com que seu nome fora tratado nas páginas.

Também é certo que eu já não tenho o direito de estranhar essas manifestações de estima, que me dá, tantas tem elas sido para contento de minha alma, mesmo nas horas em que, ferido pelos agravos de adversários gratuitos, valem, para cicatrizar essas feridas, os bálsamos vindos dos corações amigos como o seu é e sempre foi⁵⁷.

⁵¹ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 08 de dezembro de 1926. Coleção Particular de Lauro Sodré.

⁵² CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 02 de abril de 1927. Coleção Particular de Lauro Sodré.

⁵³ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1925. Coleção Particular de Lauro Sodré.

⁵⁴ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1926. Coleção Particular de Lauro Sodré.

⁵⁵ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 10 de julho de 1927. Coleção Particular de Lauro Sodré.

⁵⁶ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 15 de abril de 1927. Coleção Particular de Lauro Sodré.

⁵⁷ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 07 de março de 1928. Coleção Particular de Lauro Sodré.

Após a leitura, Sodré apontou a ausência do nome de Serzedello Corrêa que, apesar de já muito enfermo, poderia ainda ser considerado um “orador vibrante”. Além disso, sugeriu ao amigo que preparasse um anuário do Pará, com dados estatísticos acerca da vida social, política, econômica, industrial, comercial e literária. Para o senador, tal publicação fazia falta aos paraenses que moravam fora do estado.

O estado natal, por sinal, era lembrado nas cartas entre um misto de saudade e distanciamento. Em 1926, Sodré chegou a relatar o seu desejo de viver e morrer na sua terra⁵⁸. Dois anos depois, contudo, pontuava que uma viagem ao Pará seria um verdadeiro sacrifício para a sua saúde, além de ação despropositada. Sodré dizia ter embarcado quando a sua ida “parecia a toda gente necessária”, quando o clamor dos amigos o chamava. Contudo, nas atuais circunstâncias, em que governava Dionísio Bentes como chefe supremo, assessorado por membros obscuros da comissão executiva do partido, a viagem não teria razão de ser. Sodré refuta qualquer possibilidade de ir disputar o poder do partido ou do governo, indicando neste último caso que a escolha de Eurico Valle já estava assentada e também não precisaria do seu voto⁵⁹.

O ano de 1928 acabaria, contudo, marcado por acontecimento profundamente triste e pessoal, que, de certa maneira, estabeleceu vínculos de dor a relação de Sodré e Barreiros. No mês de agosto a filha de Barreiros, Myrthes, ingeriu forte dose de sublimado corrosivo supostamente julgando se tratar de laxante. Acabando por falecer em poucas horas. O episódio fez com que Sodré escrevesse delicada carta ao amigo, compartilhando também das suas dores por ter perdido uma filha, Dora, aos 2 anos de idade.

Bem sei que para dores assim não há consolação a dar em palavras amigas, mesmo quando essas traduzem sentimentos como os nossos. E diante de infortúnios assim, que para sempre deixam uma nota de tristeza na nossa vida, onde são tão raros os dias de ventura, não há senão, inconsoláveis, nos resignarmos, uns porque nos curvamos em face dos decretos de uma providência sobre humana e divina tantas vezes implacável e cruel, outros porque sabemos o que somos e o pouco que valem os regidos como somos por leis naturais cegas e impiedosas. Essa querida Myrthes vê-la-ão sempre os que tanto a amavam, entre os irmãos, no seu lugar, como se por um milagre, que são capazes de operar as almas boas e crentes, dos olhos não se sumissem os seus sonhos nem dos ouvidos desaparecessem as suas palavras, tradução fiel de seu coração aberto aos sentimentos que a faziam a criatura, que ela era, carinhosa e prezada.

⁵⁸ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1926. Coleção Particular de Lauro Sodré.

⁵⁹ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1926. Coleção Particular de Lauro Sodré.

Muito sincero foi o nosso sentimento, ao vê-los assim tão profundamente feridos por essa morte, que traiçoeiramente lhes entrou no lar para enlutá-lo e entristecê-lo⁶⁰.

Os laços de amizade entre Sodré e Barreiros perpassam a fronteira política, cultural e afetiva.

Como de praxe, do Rio de Janeiro o senador paraense tentou assegurar para o amigo Luiz Barreiros nova colocação no governo de Eurico Valle. Prometia ainda verificar a situação do projeto que tramitava no Congresso Nacional acerca dos fiscais de banco, por meio do qual Barreiros desejava conseguir transferência para o Rio de Janeiro, o que Sodré dizia ser conveniente pela possibilidade de convivência com o amigo, uma vez que se via convencido de que padeceria em solo carioca, onde já estava o túmulo de sua “adorada Dora”⁶¹.

Em 1930, por ocasião de discurso feito por Barreiros em defesa do nome de Sodré através da *Folha do Norte*, o senador escreveu agradecendo ao amigo “dedicado e tão prezado, a quem de tão longa data me prendem elos de inquebrantável afeto, nascido nos dias em que eu conheci como um jovem e esperançoso acadêmico”⁶². Mais adiante, Sodré fala da recomendação feita a Eurico Valle do nome de Barreiros ao Senado Estadual e do esforço feito para lhe assegurar o cargo de fiscal de banco. Reiterando, no entanto, que seu desejo era o de vê-lo no Rio de Janeiro, “colado a conviver conosco”⁶³.

Entre o Pará, Amazonas e o Rio de Janeiro, Sodré e Barreiros souberam construir e manter um tipo de relação profundamente marcada por questões da política nacional e paraense, mas também por compartilhamentos pessoais de desejos, interesses, dores e lembranças. Sem dúvida, era uma relação de troca. Ambos davam de si e recebiam a contrapartida. Sodré, constantemente preocupado com o seu nome, aparentemente viu em Barreiros um guardião de sua memória. Ao ponto de lhe remeter documentos, recortes de jornais e fotografias, como a que fora registrada quando reatou relações com Paes de Carvalho (*Imagem 24*).

⁶⁰ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1928. Coleção Particular de Lauro Sodré.

⁶¹ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 06 de abril de 1929. Coleção Particular de Lauro Sodré.

⁶² CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 12 de abril de 1930. Coleção Particular de Lauro Sodré.

⁶³ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 01 de junho de 1930. Coleção Particular de Lauro Sodré.

Imagem 24 - Souza Castro, Paes de Carvalho e Lauro Sodré na Av. Rio Branco (RJ)

Fonte: Coleção Particular de Lauro Sodré/CENTUR.

Para além dos “três paraenses”, como anotado no verso da imagem sem data, mas provavelmente de 1921, é possível perceber, através da própria existência da fotografia na coleção documental analisada, certo prazer em compartilhar memórias e fazer do outro para o qual se escreve um guardião das lembranças e referenciais considerados importantes. Esse ato diz respeito a própria existência da *Coleção Particular de Lauro Sodré* do CENTUR, que, volto a dizer, deveria levar o nome de Luiz Barreiros, aparentemente, o verdadeiro guardador das memórias do padrinho político.

Imagem 25 - Fotografia enviada por Lauro Sodré à Luiz Barreiros

Fonte: Coleção Particular de Lauro Sodré/CENTUR.

Durante o longo período de correspondência, em muitos momentos Sodré reclama de extravios de correspondências, lamenta o atraso da entrega ou recebimento de cartas, se vale do telégrafo para mensagens emergenciais, saúda a utilização do correio aéreo no início da década de 1930 e em 1932, no contexto do regime autoritário de Vargas, pede que Barreiros confirme o recebimento da correspondência, apontando para as interferências e mudanças estruturais que afetavam o processo de comunicação entre o Rio de Janeiro e o Pará, entre ele e Barreiros.

Sodré não conseguiu articular a transferência de Luiz Barreiros para o Rio de Janeiro, como por diversas vezes planejou fazer, mas, de longe, viu o amigo se tornar presidente da Academia Paraense de Letras e depois se aproximar do afilhado, o interventor Magalhães Barata, com quem Sodré manteve relação amistosa, mas de desacordo político.

Nos últimos anos da correspondência, a confiança de Sodré em Barreiros era tamanha que autorizou o amigo a ler algumas missivas que por seu intermédio endereçou a terceiros em Belém. Nesse período, Sodré enviou vários recortes de jornais da imprensa carioca a fim de repercutir, analisar e criticar os rumos da política nacional. Em fevereiro de 1933, no entanto, o ex-senador paraense teve de se dirigir em telegrama de condolências a viúva de Barreiros, mostrando-se consternado pela dor da família e perda do “querido amigo” com quem se via ligado por “longos anos de convivência”, “sempre unidos por pensamentos e sentimentos comuns”⁶⁴.

Tais elementos nos ajudam a compreender a origem e os laços de afeto presentes nas cartas. Mas, deixam em aberto outra questão: como o senador Lauro Sodré se apercebia nestes documentos?

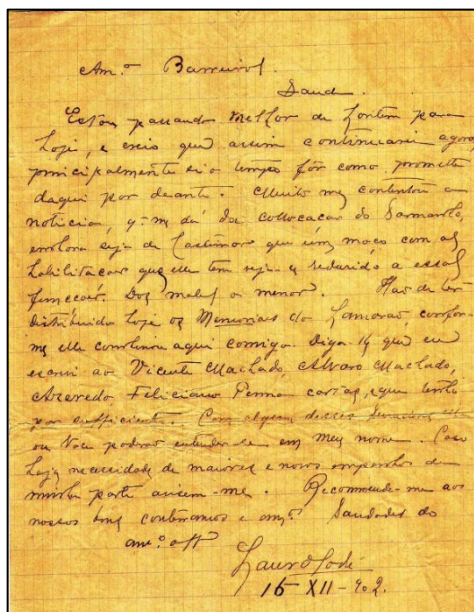
As folhas amareladas, a ortografia de época e as letras cursivas de Lauro Sodré propiciam a sensação de se estar retroagindo no tempo ou, talvez, como diria Georges Duby, de que se está “entrando num local reservado, secreto”⁶⁵. De fato, o universo das cartas e telegramas é fundado em uma dimensão particular, pessoal. O caso de Lauro Sodré e Luiz Barreiros não é diferente. A comunicação epistolar pressupõe o relacionamento entre pessoas específicas, que se procuram na medida em que possuem interesses, gostos, projetos, paixões ou qualquer outra coisa em comum. Decifrar esses elementos, porém, é constatar que a

⁶⁴ CARTA de Lauro Sodré a Viúva e filhos de Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 01 de junho de 1930. Coleção Particular de Lauro Sodré.

⁶⁵ DUBY, Georges. *A história continua*. Rio de Janeiro: Zahar/UFRJ, 1993, p.27.

impressão de proximidade é falsa. Nas missivas existem conteúdos expressos e não expressos, declarados e subentendidos, repetidos e ressignificados.

Imagem 26 - Primeira carta de Lauro Sodré a Luiz Barreiros, 1902



Fonte: Coleção Particular de Lauro Sodré/CENTUR.

Em carta de fevereiro de 1903, Lauro Sodré escreveu a Luiz Barreiros sobre suas impressões e sentimentos acerca da candidatura ao Senado pelo Distrito Federal. Dizia-se “pago em dobro” dos danos morais causados pelos *lemistas* e orgulhava-se do milagre operado em torno do seu nome na medida em que jornais adversários, alguns irreconciliáveis, haviam mostrado concordância ao reconhecer sua eleição. Cita neste caso os periódicos *A Notícia*, *O Paiz*, *Jornal do Commercio*, *Gazeta de notícias* e *Correio da Manhã*.

E em verdade emudeci e quedei-me. Em lugar de pedir votos recolhi-me ao mais absoluto silêncio, nem apareci na rua a ninguém. Não pratiquei ato nenhum de pleiteante. O que aqui se fez foi obra exclusiva de amigos capazes de todas as audácias para fortalecer o meu nome, abrigando-o dos aleives e das injúrias do sr. A. Montenegro e dos seus hebreus⁶⁶.

Apesar disso, Sodré acreditava que algo estava sendo tramado para a apuração. Possuía a convicção de que os “doutos na ciência da fraude” se empenhariam em reconhecer as “eleições fantásticas”. Mas, manifestando ainda alguma expectativa de se eleger pelo Pará,

⁶⁶ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1903. Coleção Particular de Lauro Sodré.

dizia não se preocupar com o resultado das eleições do Distrito Federal. “A junta fará o que entender. Eu não vou discutir. Diplomado farei valer os meus direitos”⁶⁷.

No mês de maio, Sodré voltou a escrever sobre o assunto das eleições. Mas, dessa vez, para lamentar o resultado das eleições no Pará. Sodré lamenta ter assentido que o seu nome fosse lançado para concorrer contra Paes de Carvalho em uma eleição que ele não poderia ganhar.

Por que não releem os meus amigos, aqueles que verdadeiramente o são as minhas cartas? Nelas verão como nenhuma responsabilidade me cabe nesse desastre, que eu não tinha forças de evitar. Como é que me culpam? Como é que sobre a minha conduta vomitam impropérios esses maus amigos, por que não podem ser bons, quando eu cuidei-me bem com a minha consciência, por que eu fui digno, e não expus o meu nome a um cotejo com o ilustre Dr. Paes de Carvalho, em o qual seria eu o vencido e o ludibriado, ele o vitorioso e o aclamado? Aqui, a puridade, por que não dizê-lo? eu não me considerei eleito pela minha terra natal, embora, me achem nela amigos generosos e leais e dedicados. Eu não obtive maioria em nenhuma das seções da capital do Estado. A ninguém culpo, não tenho o direito de culpar ninguém. Mas o certo é que os meus amigos não me puderam eleger. Nem eu expressei nunca que o pudessem fazer. Sei que as eleições de Paes são em grande parte “fantásticas”, mas eu é que não tinha meios nem modos de opor a essas “fantasias” a pequena realidade dos meus votos. Tudo aqui conspirou contra nós e contra mim⁶⁸.

A estrutura da política dos governadores, de certo, não favorecia Lauro Sodré naquele momento. Por outro lado, ele não se sentia culpado pela vitória dos concorrentes e reconhecia que alguns de seus correligionários o davam por eleito quando, na realidade, a situação era outra. Se no Rio de Janeiro, onde conseguira se eleger, o reconhecimento de seu nome era tido por suspeição, julgava que no Pará não poderia ser diferente, uma vez que tudo parecia ser favorável a Paes de Carvalho, tendo o próprio general Francisco Glicério, líder do seu partido, disputado a honra de “dar a mão” ao seu oponente.

Por essas razões, dizia ele não se arrepende do passo que dera ao disputar as eleições pelo Distrito Federal. Esforçava-se em convencer que a consciência, pela qual tanto zelava, estava tranquila. Porém, no fim da carta, o tom muda. “E ainda quando para ser útil aos meus amigos, eu quisesse entrar por essa fresta, faltou-me na hora quem me ajudasse a passar arranhando-me e ferindo-me a consciência”.

Há nessa pequena colocação parte do desejo e da leitura de mundo de Lauro Sodré. Ele, provavelmente, exerceria o mandato de senador pelo Pará sem maiores problemas caso tivesse sido eleito. Mas, na hora de explicar o porquê de isso não ter acontecido, traz à tona o

⁶⁷ Id.

⁶⁸ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 22 de maio de 1903. Coleção Particular de Lauro Sodré.

elemento que para ele teria sido preponderante para sua não eleição do Pará e eleição no Rio de Janeiro: o apoio dos “amigos”. A noção de amizade de Lauro Sodré não estava descolada do político que era. “Amigos” seriam, portanto, todos aqueles que se posicionassem ao seu favor ou defendessem os mesmos princípios e interesses que ele. Em sua fala parecia estar ressentido com algumas pessoas. Dentre eles, o general Francisco Glicério, que teria tido a “franqueza” de lhe dizer que nenhuma garantia poderia lhe dar na luta pelo Senado. Todavia, ressentido também com os amigos, os “maus amigos”, que pareciam culpá-lo por estar agora defendendo outra casa, mas que não cuidaram de elegê-lo no Pará. Faltou apoio, dizia ele. E faltou também quem o convencesse a lutar mesmo que sua consciência pedisse o contrário. Diferentemente do que teria se dado no Rio de Janeiro. Os amigos fluminenses não o teriam faltado, ao contrário, trataram, eles próprios, de garantir a sua eleição.

Lauro Sodré gostava de orgulhar-se dizendo que não subira a cargo político por solicitação sua⁶⁹. De modo que, conquistado o pleito no Rio de Janeiro, Lauro Sodré diz a Luiz Barreiros que ainda tinha esperanças de voltar a ser eleito pelo Pará. Desejava ele corresponder ao esforço e leal dedicação dos amigos paraenses. Parecia aguardar de seus conterrâneos e correligionários, no entanto, atitude semelhante àquela que teria se dado na cena carioca. Plausível imaginar, portanto, o quanto lhe agradava saber das manifestações públicas que sempre se organizavam no Pará nas vezes em que visitava a cidade ou cogitavam seu nome para o próprio senado ou governo.

Sodré compartilhava as suas impressões. “Tenho as maiores incertezas sobre o futuro. Nada vejo que nos permita prever uma mudança de rumo nas cousas públicas. Continuamos a cair. Até onde iremos a descer assim?”⁷⁰.

Nas mesmas linhas que se falava da dor da perda de um irmão, falava-se também de política. Sodré pede que Barreiros fale em seu nome da imprensa de Manaus e membros da classe política no sentido de conseguir emplacar a candidatura de Serzedello Corrêa ao Senado Federal por aquele estado.

Ao Nery igualmente falei na eleição do Serzedello por esse estado para a vaga do Senado Federal, que ele vai deixar. Essa escolha seria do maior acerto. O Amazonas teria no Serzedello o seu melhor candidato. Há nisso um interesse do próprio Estado. E é possível que os situacionistas de lá venham a arrepender-se se errarem na

⁶⁹ SODRÉ, Emmanuel. Op. Cit. 1970, p.114.

⁷⁰ Id.

escolha, cegos às lições do passado que lhes tem válido a posição já criada no Senado onde eles não têm voz nem voto⁷¹.

Aparentemente, Luiz Barreiros não levava em conta o fato de que os cargos que ocupara em Manaus, por exemplo, eram de natureza política e, portanto, fruto de articulações que demandavam proximidade com os círculos de poder.

A coleção de cartas e telegramas aqui analisada apresenta concentração de dados se torna mais intensa na década de 1920. Considerando as lacunas documentais existentes nos Anais do Senado Federal, analisar esta documentação pode ser outra forma de acessar alguns dos compromissos e impressões do senador Sodré.

Após retornar ao Rio de Janeiro em 1921, Lauro Sodré escreveu lamentando a situação econômica a que se encontrava o estado, “ainda sob o peso da tremenda crise”. Dizia que a ideia de auxílio federal, ainda que lhe parecesse oportuna, dificilmente encontraria acolhida no Congresso, empenhado que estava em reduzir despesas por causa do déficit do Orçamento. Por outro lado, Sodré dizia ter esperança na encampação da Estrada de Ferro de Bragança. Medida que poderia dar algum alívio para as contas públicas do estado⁷².

As dificuldades sinalizadas por Sodré nesta missiva comunicam diretamente com suas tentativas de, no “afogadilho”, conseguir recursos ao estado por meio de emendas aos orçamentos públicos. Mais adiante, Sodré afirma a Barreiros que os seus esforços para a encampação da estrada de ferro eram provenientes de compromisso seu assumido junto à Souza Castro, para livrá-lo da “tarefa penosa” de pagar a amortização e os juros do empréstimo contraído junto à União. Tais “favores”, segundo ele, o prenderiam ao presidente Epitácio Pessoa, fazendo que tivesse que silenciar sobre outros assuntos, “não podendo esquecer o que lhe devemos”⁷³.

A partir de 1922, Sodré começa a indicar desconforto em relação aos negócios políticos do Pará. Em carta datada de 18 de fevereiro, ele fala sobre a sua “desvalia” na política paraense, afirmando não ter assumido o papel que lhe quiseram dar, no caso,

⁷¹ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 22 de julho de 1904. Coleção Particular de Lauro Sodré.

⁷² CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1921. Coleção Particular de Lauro Sodré.

⁷³ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1922. Coleção Particular de Lauro Sodré.

possivelmente o de chefe do diretório do PRF. Continuava sendo, segundo ele, o que sempre fora: alguém que agia por conta própria e a mando de sua consciência⁷⁴.

Sodré reconhecia estar em desacordo com antigos aliados e correligionários do PRF sobre temas da política nacional e estadual. Pensava a divergência política no campo da humanidade. Mas, após ter sido o “instrumento de transformação” que entregou o estado aos “nossos amigos”, isto é, ao grupo apregoado como *laurista*, duas alas distintas haveriam se formado: os que não se recordavam mais do pouco que fizera pelo estado colocando o seu nome “como senha de combate para todas as lutas aí feridas”, negando-lhe participação política; e, do outro, os amigos leais, como Cypriano Santos, que ainda zelavam pelo seu nome e procuravam agir sob sua orientação⁷⁵.

No plano nacional, Sodré criticava a “atmosfera pesada” de um sítio duradouro. Era, segundo ele, um vício original do governo republicano para o qual o sugeria a anistia. O processo “monstro” contava com mais de 796 réus, mais de 300 advogados e mais de 400 testemunhas.

Sodré fala dos descaminhos da política nacional, comentando a intervenção feita pelo presidente da República, Arthur Bernardes, no Rio de Janeiro, e dos acordos feitos com Assis Brasil e Borges de Medeiros no Rio Grande do Sul. Dizia que nada era possível prever, posto que já se falava em prorrogação do estado de sítio que deveria findar no final daquele mês. Prorrogação esta que de fato aconteceu, até 31 de dezembro. O abuso com este dispositivo lhe parecia extremado⁷⁶.

Nada aos meus olhos pode justificar uma tal providência, em toda excepcional e extraordinária, em prazo certo, por dias, enquanto se defende e resguarda a República. Aos que querem a Pátria em moldes democráticos não pode deixar de doer esses processos que desnaturam o regimento político, que adotamos⁷⁷.

Diante do quadro e para preservar as boas relações dos *lauristas* paraenses com o governo, Sodré dizia estar sacrificando a sua consciência mantendo silêncio que aos seus

⁷⁴ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1922. Coleção Particular de Lauro Sodré.

⁷⁵ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 1923. Coleção Particular de Lauro Sodré.

⁷⁶ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 13 de abril de 1923. Coleção Particular de Lauro Sodré.

⁷⁷ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 30 de abril de 1923. Coleção Particular de Lauro Sodré.

próprios olhos parecia criminoso⁷⁸. Além do estado de sítio, lhe incomodava sobremaneira a chamada lei de imprensa. O governo a queria, segundo Sodré, “não como uma lei de liberdade da imprensa, mas como lei de compressão e aviltamento”⁷⁹. Lamentava, neste sentido, que Arthur Bernardes, a quem dizia querer muito bem, seguisse por caminhos tão tortuosos.

Os pontos de divergência da administração de Arthur Bernardes reforçavam a desunião no seio do PRF do Pará. O apoio decidido e completo prestado pelos *lauristas* ao presidente da República os afastava de Lauro Sodré, que no Senado acabou por manifestar sua crítica, ainda que moderada. Referindo-se ao apagamento que tentavam fazer de seu nome, Sodré dizia que era como se estivessem tentando reviver os tempos criminosos de Augusto Montenegro. Esperava que os “laços de afeto” que o prendiam aos “amigos do Pará” não fossem desfeitos⁸⁰.

Lauro Sodré parecia bastante atento a circulação que o seu nome tinha, não apenas no Pará. Nas cartas enviadas a Barreiros, por mais de uma vez, indicou a repercussão de suas falas no Senado nos jornais cariocas ou de outras capitais. Como aconteceu quando emitiu voto contrário a lei da imprensa e indicou a Barreiros que seu discurso havia sido publicado no *Jornal Pequeno*, de Recife, e recebido comentários no *Diário Popular* de São Paulo⁸¹.

Ainda no bojo das tensões vivenciadas no seio do PRF, Lauro Sodré recebe a notícia da morte de Cypriano Santos, o principal articulador político no Pará.

Tanta gente a sentir. Tanta gente merecidamente o pranteou. Ninguém recebeu com essa morte mais fecundo golpe do que eu, que nele perdi o amigo, ligado a mim por laços de afeição, que entrelaçaram as nossas famílias e o correligionário, cuja firmeza e lealdade fica como um exemplo raro⁸².

Na memória de Sodré, ficava a imagem de alguém que não lhe causara dissabores e não lhe dirigira queixas. Esperava que seu exemplo de atos generosos e tolerantes pudesse ser seguido por quem se encontrava na política paraense. Neste sentido, afirmava confiar que Souza Castro seria o continuador da obra de Cypriano Santos⁸³.

⁷⁸ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 14 de julho de 1923. Coleção Particular de Lauro Sodré.

⁷⁹ Id.

⁸⁰ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1923. Coleção Particular de Lauro Sodré.

⁸¹ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 04 de novembro de 1923. Coleção Particular de Lauro Sodré.

⁸² CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1923. Coleção Particular de Lauro Sodré.

⁸³ Id.

Em nome do Grêmio Paraense, do qual era presidente, Lauro Sodré propôs o erguimento de monumento à memória de Cypriano Santos, a quem dizia ter a mesma afeição a que ele lhe devotava. Era o amigo em quem “confiava cegamente” e cuja lealdade sempre acreditara. Enquanto estivesse vivo, Sodré dizia saber que os laços que lhe associavam ao PRF não seriam desfeitos, ainda que o partido, afastado de suas orientações políticas, estivesse sob a direção traçada por Arthur Bernardes.

Essa morte, ao que parece, afrouxou as ligações, que tantos anos de vida comum faziam acreditar inquebrantáveis. Dir-se-ia que também eu, em espírito, me parti com o grande morto. Sinto bem em derredor de meu nome essa conspiração do silêncio, esse propósito de apagamento. Bem o compreendi, quando entreguei à comissão executiva do partido a minha renúncia de presidente dela. Que é o que eu presido? Que função exerço? Que autoridade tenho? Por completo arredado de tudo quanto resolve e delibera o P.R.F., dir-se-ia que a minha missão necessária está finda. A minha tarefa foi entregar aos chamados lauristas, aos que assim em outros tempos se apelidavam, o Estado. Fi-lo. Ao governo chegamos, tendo eu dado todo o contingente do meu esforço, especialmente nas presidências Hermes da Fonseca e Wenceslau Braz. Foi graças ao apoio franco e decidido que me foi dado, que pudemos ver posta em baixo a tremenda oligarquia Lemos, com o eficaz auxílio do João Coelho. Os que agora dirigem a política, sob as inspirações do Dr. A. Bernardes, parecem desmemoriados. Tudo vejo e tudo sinto. Tanto vi e tanto senti que me pareceu um dever arredar o meu nome como o de quem podia comprometer os interesses do nosso estado e as aspirações dos candidatos a cargos políticos⁸⁴.

Em suas palavras é possível perceber a tensão existente no seio do PRF e um Lauro Sodré deslocado entre os próprios *lauristas*. Consciente de seu papel na queda dos Lemos e na escalada *laurista* ao poder, se via agora sem o seu principal articulador. Embora confiasse em Souza Castro, a morte de Cypriano Santos inaugurava um novo momento para Sodré na política paraense. Um momento em que se via “arredado” das decisões do partido e vítima de “esquecimentos” e “silêncios” por parte daqueles que antes lhe dedicavam apoio. A política nacional, em seu arranjo em torno da governabilidade do presidente da República, o separava do seio do grupo dos *lauristas*. Mas, por este grupo, Sodré ainda definia o modo de atuação no Senado Federal. Recusava participar das alianças, todavia não ignora a dinâmica do sistema republicano brasileiro.

Sua função agora, dizia um descontente Lauro Sodré, era ser “um ornato emurchecido da Comissão” do partido, “uma figura apagada no seio dela”, “um órgão sem função” do qual Arthur Bernardes nada poderia reear, posto não ter voz nas deliberações do partido. O novo lugar ainda parecia estar sendo assimilado. Se de um lado, Sodré afirmava aceitar a situação

⁸⁴ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1924. Coleção Particular de Lauro Sodré.

“como um decreto de reforma compulsória”, cabível a quem atingira “a idade de incapacidade para funções penosas”. Por outro, mostrava-se ainda inconformado com o esquecimento.

Nada direi e nada farei. Que hei de dizer? Que hei de fazer? Como tenho um nome a zelar, saberei fazê-lo se um dia for posto em outra situação. Confio que a tais extremos não serei levado pelos que não podem esquecer meus serviços, o que fiz por amor de nossa terra e por bem dos nossos amigos, com quem entrei em todas as lutas, das quais fui durante anos na tribuna parlamentar e na imprensa do Rio de Janeiro a única voz que clamou incessante, em protestos veementes contra os crimes, que nos ensovalharam e deprimiram. Como esquecer tudo isso?⁸⁵

A missiva é concluída com interrogações a respeito do futuro do PRF. Sem Cypriano Santos, Sodré reafirma a confiança em Souza Castro, mas se diz também sabedor da sanha para colocá-lo “no rol dos esquecidos”. A condenação, segundo o senador paraense, vinha dos que reconheciam nele o instrumento necessário das operações políticas que levaram os *lauristas* ao poder, isto é, a via insurrecional, e também daqueles que não toleravam o fato dele ter se oposto aos procedimentos do presidente da República⁸⁶.

A passagem do governo Souza Castro para o de Dionísio Bentes parece não ter criado profundas alterações. Sodré escreve a Barreiros desejando que a nova administração proporcionasse bons tempos aos paraenses. Não disputava predomínio, posto não ter ambições de mando. Ao seu modo de perceber, já havia cumprido o seu dever. Sendo, portanto, o momento daqueles que haviam subido ao poder “solidários conosco nas lutas que travamos”. Daí a sua esperança em Dionísio Bentes. Segundo Sodré, ele conhecia a noite tenebrosa de onde os *lauristas* haviam saído.

Ele é um paraense, que ama a terra e que só a quererá engrandecer moral e materialmente. Eu fico onde estou. Não criarei embaraços aos que governam e mandam, só desejando que sejam felizes os que tanto sofreram por amor da nossa causa. Você é desse número. Não deve se sacrificar por amor do meu nome⁸⁷.

De acordo com Lauro Sodré, o seu nome funcionava apenas como elemento de distinção ao PRF do Pará. Cada vez mais resoluto na condição a que fora alçado entre os *lauristas*, o senador segue reivindicando para si a atuação independente e autônoma, mas sem o ímpeto revolucionário. A essa altura, o senador paraense era alguém próximo dos 70 anos de idade e que após mandatos ininterruptos não apresentava mais a mesma urgência e

⁸⁵ Id.

⁸⁶ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1924. Coleção Particular de Lauro Sodré.

⁸⁷ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1926. Coleção Particular de Lauro Sodré.

necessidade de criticar e confrontar o regime republicano. Queria ser lembrado e aclamado pelos seus antigos correligionários, mas algo escapara aos seus cálculos políticos: o de que o sistema oligárquico produzira tanto os *lemistas* como os *lauristas*, ou seja, o alinhamento à política do presidente da República era necessário para a continuidade no poder. Na medida em que rejeitava o acordo, Sodré ficava como estivera em muitos momentos da sua trajetória política: isolado.

O senador paraense torcia pela reconciliação entre Souza Castro e Dionísio Bentes, mas sustentava a crítica ao procedimento adotado pelo antigo e o então atual governador do Pará de serem subservientes ao presidente da República. Sodré dizia ter seguido outros caminhos ao governar, fazendo referência à resistência oficial ao “golpe de 3 de novembro” operado por Deodoro da Fonseca e quando decidiu não apoiar a candidatura de Epitácio Pessoa, fazendo com que o Pará ficasse isolado na sustentação da candidatura Rui Barbosa. De modo que, lhe parecia extremamente equivocado que o governador do estado fosse também o presidente da comissão executiva do PRF. “O contrário disso fez eu, deixando essas funções logo que assumi as de governo”. A ação de governo, em sua percepção, tinha de se separar da ação de partido e o partido não poderia ser submisso a todos os caprichos do presidente da República⁸⁸.

Em carta de 05 de junho de 1926, Sodré escreve a Barreiros para falar sobre o congresso do partido programado para ocorrer em 22 do mesmo mês e que escolheria a próxima comissão executiva do PRF. Na missiva, Sodré afirma já ter se dirigido a “quatro correligionários da velha guarda” falando acerca da posição singular a qual se encontrava dentro do partido desde 1923 e da renúncia espontânea que fazia de ocupar cargos, tendo em vista que a assembleia não poderia deixar de homologar a investidura de Dionísio Bentes como chefe supremo do PRF.

Vai o Dr. Dionysio Bentes guiando o partido, e eu espero que ele saberá mantê-lo unido e forte, mantendo as suas gloriosas tradições. Toda gente sabe que eu sempre fui uma espécie de chefe honorário do nosso partido. Quem efetivamente o dirigia era o nosso saudoso Cypriano Santos, o meu grande e querido amigo, que sempre quis que o meu nome figurasse nessa posição saliente, como o primeiro, contentando-se ele de ser o segundo⁸⁹.

⁸⁸ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1926. Coleção Particular de Lauro Sodré.

⁸⁹ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 05 de junho de 1926. Coleção Particular de Lauro Sodré.

Renunciando a possibilidade de abrir disputa com o governador do estado pelo controle do partido *laurista* e recorrendo à memória de um generoso Cypriano Santos, Sodré reconhece que, efetivamente, nunca fora o chefe efetivo do partido. Distante da capital por muitos anos, Sodré precisou de apoio para se manter no jogo político paraense. Defendia o partido, mas não queria se submeter a ele para agir politicamente. Neste sentido, solicitava do amigo Barreiros que tornasse público na reunião do partido “como e porque” deixara a direção do PRF para não expor os amigos paraenses aos ódios e vinditas de Arthur Bernardes⁹⁰.

Após esse pedido e durante a comitiva, Sodré acabou sendo nomeado oficialmente presidente honorário do Partido Republicano Federal no Pará. Escreveu a Barreiros mostrando maior contentamento com os “amigos paraenses”. Muito embora, ainda se apercebesse sem condições de influir de modo efetivo. Ainda assim, regozijava-se com o fato de Arthur Bernardes não ter conseguido separá-los. Do quadriênio presidencial ficava, segundo Lauro Sodré, apenas a lembrança dolorida do sítio e o triste legado da revisão constitucional. Esperava que com Washington Luiz a República voltasse a ser o regime de ordem e paz e de garantia de liberdades e direitos⁹¹.

Se a mudança presidencial abriu caminho para antigas reivindicações de Sodré, como anistia e liberdade de imprensa, no Pará, no entanto, a preocupação com o governo Dionísio Bentes aumentava. Embora, a princípio, Sodré ponderasse que o governador não tinha culpa dos processos adotados pelos que rastejavam aos seus pés, “repetindo as cenas tão nossas conhecidas, que fizeram do velho Lemos o estadista maior”, expressava o seu desconforto com as homenagens ainda prestadas por ele ao “faraó de Viçosa”, como chamava Arthur Bernardes, em estradas de rodagem, praças e grupos escolares. Com as mudanças políticas promovidas por Washington Luiz, Bentes teria oportunidade de reconhecer que ele acertara nas críticas ao ex-presidente⁹².

Com boa comunicação com o novo presidente da República, Sodré tentou por meio de Washington Luiz restabelecer os laços desfeitos entre Souza Castro e Dionísio Bentes. “Com risco de incorrer na condenação de amigos, continuo a pregar as mesmas doutrinas, e a

⁹⁰ Id.

⁹¹ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 06 de julho de 1926. Coleção Particular de Lauro Sodré.

⁹² CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 02 de abril de 1927. Coleção Particular de Lauro Sodré.

ensinar que a tolerância é nos homens públicos a primeira das virtudes”, dizia ele a Barreiros⁹³.

Por outro lado, ainda em 1927, Sodré criticou a reforma da constituição paraense e a insistência no dispositivo de livre nomeação e demissão dos intendentes municipais, “rebaixados ao papel de contínuos de qualquer repartição”. Outra violação constitucional, segundo Sodré, seria a autorização concedida ao governador de remover juízes que, no seu entendimento, não servissem adequadamente nas comarcas. Tal ato seria contrário a independência do poder judiciário. Causava-lhe espanto que o Congresso Nacional fosse conivente com tais situações. De modo que, até onde podia perceber, a correção só poderia partir do STF⁹⁴.

Já em 1928, Sodré escreve a Barreiros lamentando profundamente a conduta de Dionísio Bentes e afirmando que a imprensa de todo país, com exceção do laudatório *O Paiz*, apregoava que sua administração apenas poderia ser comparada em violência à de Augusto Montenegro. “Um sopro de loucura” e uma “volta a um passado remoto”. Era como Sodré definia as intervenções policiais a mando de Dionísio Bentes no Pará. Associava a conduta do governado ao do ex-presidente, Arthur Bernardes⁹⁵.

A partir daí Lauro Sodré admite a Barreiros em vários momentos que o governante paraense andava mal orientado, ora insistindo na comparação com Montenegro, ora encontrando no seu modo de fazer política traços do velho Lemos, mas nunca em si mesmo. Aparente cobrado por Barreiros a se pronunciar a respeito da crise política instalada no Pará, Sodré respondeu que não o faria, por não ter mais representatividade na comissão executiva do partido.

Que valor poderia ter o meu nome em tal caso? Sou hoje apenas um obscuro membro da com.ão [sic] executiva, conservado benevolamente nesse cargo, por deliberação dos que deram ao governador do estado a função de presidente, hoje chamado de Chefe supremo. Não me insurjo, nem me queixo. Não sou ambicioso de mando. E nesses acontecimentos de agora, quando autoridades policiais sem escrúpulo praticaram tantas violências, ajo, como brasileiro e como paraense, sem fazê-lo como pretenso chefe político⁹⁶.

⁹³ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 02 de outubro de 1927. Coleção Particular de Lauro Sodré.

⁹⁴ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1927. Coleção Particular de Lauro Sodré.

⁹⁵ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1928. Coleção Particular de Lauro Sodré.

⁹⁶ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 30 de abril de 1928. Coleção Particular de Lauro Sodré (Grifo de Lauro Sodré).

A condição de presidente honorário do PRF não foi esquecida por Sodré. Em um cenário de crise, diante do apelo de correligionários como Luiz Barreiros, ele se recusava a agir como o chefe que um dia teria sido e resguardava-se ao direito de observar e não concordar, mas sem alarde, sem cobranças, evitando assim a cisão do partido já cogitada por membros como Souza Castro, o desafeto de Dionísio Bentes, e o médico Camilo Salgado⁹⁷.

A chegada de Eurico Valle ao governo aparentemente acalmou os ânimos entre os membros do PRF. Nas cartas a Barreiros, Sodré lamenta a situação econômica do estado, que limitava a capacidade de atuação do governador. Visto como membro fiel às tradições do partido e à memória de Cypriano Santos.

A correspondência de Sodré com Barreiros se torna significativamente mais intensa em 1930. Logo em janeiro, o senador paraense comentando sobre as lutas travadas entre os candidatos de São Paulo e Minas Gerais. Observando a cena, Sodré afirma ter acertado na orientação dada aos amigos paraenses no sentido de que propusessem um grande acordo político capaz de evitar o enfrentamento provocado pelos que apregoavam vencer pelas urnas ou pelas armas. “Só cegos e surdos não saberão compreender que vem próximos agitações e tumultos, que eu anunciei seriam mais graves que os de 1922 e 1924”, dizia Sodré. Chamando atenção para a marcha dos “agitadores”, isto é, dos tenentistas, para a Amazônia, a fim de arrastar a região norte em tal corrente. O velho republicano não acreditava que conseguiriam muito do ponto de vista eleitoral. Mas, provavelmente não se conformariam com a “verdade eleitoral”. Na caravana, destacava Sodré, ia o antigo aliado correligionário *laurista*, o professor Bruno Lobo⁹⁸.

Em março, Sodré escreve em tom mais esperançoso, indicando que talvez sua previsão de agito estivesse equivocada. Ao amigo confidente, revela que daria o seu voto de reconhecimento ao candidato mais votado e que ficara sendo o do próprio PRF, Júlio Prestes⁹⁹.

A impressão de Sodré muda novamente em setembro, diante dos acontecimentos da Paraíba. Sodré fala de rumores de agitação e ameaças emitidas do Rio Grande do Sul, mas

⁹⁷ Id.

⁹⁸ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1930. Coleção Particular de Lauro Sodré.

⁹⁹ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 29 de março de 1930. Coleção Particular de Lauro Sodré.

ressalta a “boa vontade” de Borges de Medeiros e Getúlio Vargas de conterem os ímpetus revolucionários. Dizendo, por fim, que não restava outra coisa a fazer, senão esperar¹⁰⁰.

Mais uma vez, a postura de Lauro Sodré mostra alinhamento ao governo situacionista e certa passividade em relação aos jogos políticos, bem diferente de outros momentos em que ele próprio resolveu por meio da atuação parlamentar ou da ação insurrecional tentar modificar situações da política republicana nacional ou estadual.

Na última carta escrita em 1930, mais precisamente em 26 de dezembro, chama atenção a diferença no padrão da missiva. Aparentemente elaborada com alguma pressa, com letras espremidas no final, como se tivesse sido feito certo esforço para o assunto caber no papel que, simbolicamente, não tinha mais a marca do Senado Federal. Estava instalado o Governo Provisório de Getúlio Vargas.

Sodré envia retalhos de jornais a fim de mostrar a Barreiros como a imprensa carioca estava tratando os atos de Vargas. Não emite muitas opiniões a respeito. Particularmente, afirma apenas que ele e os seus estavam bem. Afastado do poder, dizia-se satisfeito com sua condição de general aposentado, podendo finalmente viver no recanto sereno e feliz do seu lar, “sem saudades das agitações da vida em que se debate a República Nova”¹⁰¹. É provável que visse o movimento político com naturalidade, dada a sua concepção de revolução. Com o tempo, no entanto, Sodré mudaria a atitude passiva.

Logo no início de 1931, diante do envio dos exemplares da *Folha do Norte* e do *Estado do Pará*, enviados por Barreiros, Sodré escreve lamentando o episódio da prisão de Eurico Valle, manifestando desejo de falar com o afilhado a respeito desses atos. Sodré pondera ainda que aos poucos a imprensa carioca ia fazendo a crítica ao Governo Provisório, fundamentalmente aos ataques operados pelos interventores aos magistrados.

Neste mesmo ano, Luiz Barreiros se tornou presidente da Academia Paraense de Letras, mas seguiu interessado em conseguir transferência para o Rio de Janeiro. Lauro Sodré lhe escreveu neste sentido no dia 22 de junho, garantindo empenho, porém ressaltando não poder fazer muito, tendo vindo da “República Velha” e sendo “agora mal visto pelos que andaram a apoiar todos os erros antigos”¹⁰².

¹⁰⁰ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 04 de setembro de 1930. Coleção Particular de Lauro Sodré.

¹⁰¹ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1930. Coleção Particular de Lauro Sodré.

¹⁰² CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 22 de junho de 1931. Coleção Particular de Lauro Sodré.

Sodré se via mais uma vez em situação de isolamento. Entre os antigos adversários e os que haviam se colocado no poder. “Aí estão a festejar o 5 de julho os mesmos que deram combate e perseguiram os revolucionários de 22 e 24, quando eu já me batia pela anistia completa e ampla e contra a lei de imprensa”¹⁰³, pontuava ele. Seguia sem querer fazer alianças e, por ora, não discutia questões partidárias. Escrevia sob a lente de um observador, quase em ostracismo.

Em outubro de 1931, prestes a completar 73 anos, Sodré escreveu mais uma vez sobre o quadro político estadual e nacional. Falou primeiro sobre o apagamento de seu nome no Pará, atribuindo tal campanha a Arthur Bernardes, acusado de ser o principal responsável por sua destituição do cargo que exercia desde 1897 à frente do PRF. “Isso foi a paga da minha conduta por ter combatido na imprensa e na tribuna do Senado esse triste quadriênio do estadista mineiro”. Daí teria ocorrido a imposição de que os governadores em exercício fossem também os chefes dos partidos. O que havia sofrido, segundo ele, era retaliação por ter defendido a anistia aos revolucionários de 22 e 24, quando os que agora tomavam parte na “República Nova” contra eles dirigiam palavras de censura no Congresso, defendendo os governos instituídos. No fim da missiva, Sodré reivindica ainda uma atitude contrária à indicação de Júlio Prestes, alegando ter feito outra orientação aos “amigos do Pará”¹⁰⁴.

Nas próprias cartas consta uma orientação para uma sugestão de conciliação, a partir de um grande acordo entre as correntes que disputavam o pleito presidencial, mas Sodré não teve forças para fazer valer sua opinião nem mesmo entre os seus antigos correligionários. De modo que, prevaleceu a orientação do partido apoiando o candidato do presidente da República, no caso, Júlio Prestes.

Alinhado aos posicionamentos de Lauro Sodré na nova situação política, caberia a Luiz Barreiros abrir uma série de conferências realizadas em Belém contra os retrocessos da chamada “nova República”. Sodré enaltece a iniciativa e o modelo de República delineado no Governo Provisório de 1890. Assim, no confronto com a “revolução de 1889”, “só pode perder a revolução de 1930”¹⁰⁵, a qual Sodré logo passou a chamar de ditadura¹⁰⁶.

¹⁰³ Id.

¹⁰⁴ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 02 de outubro de 1931. Coleção Particular de Lauro Sodré.

¹⁰⁵ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 01 de novembro de 1931. Coleção Particular de Lauro Sodré.

¹⁰⁶ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1931. Coleção Particular de Lauro Sodré.

Se, de início, embora não tenha se associado, Sodré mostrou alguma tolerância à chegada de Vargas ao poder, logo se convenceu de que o regime republicano entrava em novo período e não exatamente aos moldes do que lhe parecia mais acertado. Assim, em janeiro de 1932, Sodré mencionou a Barreiros plano traçado junto a Souza Castro para fazer reviver o PRF, então “adormecido sob os golpes e violências inauditas da revolução”. Prometia a publicação de manifesto assim que fosse convocada a constituinte. Na reestruturação, Sodré seria o presidente do Diretório e Souza Castro o vice, como o era antes da interferência de Arthur Bernardes¹⁰⁷.

Mais adiante, Sodré desiste do manifesto e envia a Barreiros a sua carta política para ser publicada na imprensa paraense. Afirma ter preferido esse documento, pois o outro demandaria assinatura e análise dos correligionários e, naquele momento, não sabia o que esperar.

Se os revolucionários, que se constituíram em partido liberal, já crismado, ao que li, de 3 de outubro, tiverem opiniões e propósitos que se casem com o nosso programa, q. eu de novamente expus, é possível que nos encontremos. Entre eles estão Abel Chermont, e Condurú, que sempre foram nossos, e o A. Cacella e p.e Leandro, com quem não tínhamos incompatibilidades, vendo eu no Cacella um herdeiro e continuador dos sentimentos do pai. Aí está o que há e o que devemos fazer. Tudo de acordo¹⁰⁸.

Sodré propõe uma espécie de grande acordo para colocar os *lauristas* novamente no jogo político. Esse acordo dizia respeito a quem estava no poder naquele momento e a quem já o ocupara anteriormente, mesmo que em linhas adversárias, como o padre Leandro.

Nas cartas, Sodré fala de sua atuação à frente do *Clube 24 de fevereiro*¹⁰⁹ em prol da reconstitucionalização do país e das reuniões realizadas no Rio de Janeiro com Lira Castro, Eurico Valle, Dionísio Bentes e Prado Lopes a fim de restabelecer o PRF no Pará. As tratativas deram certo e resultaram na retomada dos trabalhos da comissão executiva do antigo partido *laurista*. Sodré, do Rio de Janeiro, buscou recobrar o papel de instruir os demais. À Barreiros, por exemplo, dizia que o partido não deveria ter por propósito hostilizar o governo. Mas, antes, trabalhar para retomar o posto perdido. Assim, ponderava que mesmo “os que

¹⁰⁷ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1932. Coleção Particular de Lauro Sodré.

¹⁰⁸ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 09 de fevereiro de 1932. Coleção Particular de Lauro Sodré.

¹⁰⁹ Mais informações sobre a associação, ver capítulo 4, tópico 4.

estão ao serviço do Joaquim, auxiliando-o como governo, poderão ficar nas fileiras, nas quais sempre militaram, e onde serão recebidos como dantes¹¹⁰.

Magalhães Barata, ou o “Joaquim”, como chamava Lauro Sodré, estivera na casa do ex-senador paraense, no Rio de Janeiro, em pelo menos duas ocasiões em 1932 e Sodré contou a Barreiros ter tratado com ele da situação política do Pará, recomendando-lhe a “política larga e de tolerância”, capaz de aproveitar o talento de todos, “sem indagar as caras políticas nem as origens”. Observava com contentamento que ao lado do interventor estivessem já muitos amigos seus e até alguns membros da comissão executiva do PRF. Por isso, dizia Sodré, para deixar a porta aberta aos seus amigos, evitava usar palavras agressivas ou fazer críticas veementes contra o governo do estado. Mas, ressaltava que o compromisso do partido era com a Frente Única do Rio Grande do Sul, em prol da “campanha patriótica do país ao regime da lei”. De modo que, a aproximação com o governo de “Joaquim” deveria servir apenas enquanto forma de restabelecer “o verdadeiro regime democrático”¹¹¹.

Por mais de uma vez, Sodré expressou solidariedade aos políticos do Rio Grande do Sul que defendiam o retorno do país ao regime constitucional. Constam também algumas referências à Revolução Constitucionalista de São Paulo, mas, aparentemente, a via insurrecional já não lhe empolgava como antes. Nas cartas escritas a Luiz Barreiros, onde repousava a desconfiança em virtude da censura, Sodré falou de esforços realizados por ele e outros em prol da assinatura de armistício capaz de assegurar os “vencidos” e de seu artigo “Oração pela paz”, que teria sido a primeira reivindicação de anistia a ser publicada na imprensa. Porém, particularmente, não via outro caminho que não o da paz para modificar o sistema. Bem diferente do Lauro Sodré 30 anos mais jovem, que pegou em armas para depor o presidente da República.

A princípio, as referências à Getúlio Vargas não eram das mais pesadas. Apontava-lhe erros de gestão e considerava o regime vigente de cunho ditatorial, mas colocava a situação mais na conta dos “revolucionários apaixonados” que lhe haviam prestado apoio. Com o tempo, no entanto, Sodré passou a reclamar de artigos seus escritos para a imprensa que acabavam mutilados pela censura, da política de ódio e violações constitucionais e das deportações dos que passavam a conta de inimigos políticos. Entre eles, seus amigos Sótero

¹¹⁰ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 15 de março de 1932. Coleção Particular de Lauro Sodré.

¹¹¹ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 07 de junho de 1932. Coleção Particular de Lauro Sodré.

de Menezes e Bruno Lobo. Lamentava que na mesma linha fosse o seu afilhado, o interventor do Pará, que também se pôs a deportar os adversários.

Em janeiro de 1933, Sodré saudou com reservas o anunciado retorno do Brasil ao regime constitucional, comentando as candidaturas de Vargas e Barata à Presidência da República e ao Governo do Pará, respectivamente. Segundo ele, abundavam ainda os movimentos de ódio e a ambição desmedida no campo político da “República novíssima”¹¹².

Que faremos nós, os republicanos paraenses, os que continuam a obra que data de 1886? Que farei eu, que sei medir as minhas responsabilidades e avaliar o peso que me onera? Não sei bem, perdido nessa desordem, sem direito, nem justiça. Não quero figurar como chefe de uma oposição sem rumos certos e seguros. Darei apenas o quinhão do meu esforço para a obra do levantamento moral da nossa terra. Que pensa fazer o atual interventor? Que querem os revolucionários, que não se cansam de contar essa história dos seus 8 anos de lutas? Mas quando findará esse período revolucionário? Quando começará o regime da ordem, sem o que não pode haver progresso? Como se vai agora, aí estão as provas, nesses mais de cem deportados por supostos crimes, vítimas de ódios e de vinganças. Do Pará veio o Chermont de Miranda, a quem o nosso Grêmio Paraense fez visitar, lembrando os seus serviços¹¹³.

Ganha espaço na série documental um Lauro Sodré convicto do valor da obra da “República Velha” e sem saber ao certo o seu lugar na “Nova República”. Considera novamente o lugar de oposição frente aos abusos dos que se autoproclamavam revolucionários, mas desconfiava da sua própria força e da força de seu bloco para enfrentar a peleja. Cogitava a possibilidade de manter-se afastado das lutas políticas e buscar contribuir com o Pará por outros caminhos que não os oficiais. Novamente o Grêmio Paraense despontava como opção neste sentido. A posição partidária, dizia, dependeria ainda da ação do afilhado interventor. De certo, Sodré concordava apenas com Sertório de Castro, a “revolução” desfizera em alguns dias uma construção de 40 anos.

3.2 – A produção intelectual de Lauro Sodré

Apesar das tensões e dos percalços na carreira política, Lauro Sodré construiu para si uma reputação bem consolidada acerca de sua cultura e habilidade discursiva. Visto por muitos cronistas de sua época como um dos principais nomes da República, o político militar

¹¹² CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 02 de janeiro de 1933. Coleção Particular de Lauro Sodré.

¹¹³ Id.

chamava atenção pelo que fazia e dizia. Neste tópico, pretendo considerar com mais vagar o seu perfil intelectual, destacando os trabalhos que fez publicar e as possíveis interseções entre o seu ideário filosófico e o campo político.

Como já indicado anteriormente, Alan Watrin Coelho escreveu importante trabalho sobre os fundamentos e pressupostos do pensamento intelectual de Lauro Sodré. Analisando as diversas referências literárias e filosóficas que Lauro Sodré costumava fazer em suas obras, Coelho apontou o modo particular pelo qual Sodré se vinculou às correntes de pensamento positivista, evolucionista e cientificistas do final do século XIX. E, de modo geral, indicou que o pensamento do político paraense poderia ser analisado a partir de um duplo enfoque. Em primeiro lugar, pela filosofia positiva, como síntese da maturidade intelectual da humanidade, e, em segundo, pela ideia republicana, posta como progresso moral do Brasil¹¹⁴.

Parto de suas considerações e contribuições para percorrer as produções intelectuais de Lauro Sodré, tentando focar menos nos pressupostos teóricos e mais no contexto de produção das obras. Pois, como sinalizou Thiago Montilha, o entusiasmo inicial dos homens de letras e ciência – incluindo aí os “jovens científicos” do meio militar –, com o regime republicano guardava pretensões de ingresso nos quadros oficiais da República, o que aconteceu para Lauro Sodré mais em função do espaço ocupado pelos militares na política do que exatamente pela condição intelectual. E, mesmo que parte significativa da intelectualidade tenha acabado de fora dos planos políticos oligárquicos, permaneceu a ideia de que a República havia sido um catalisador de modernização para a sociedade brasileira¹¹⁵.

Dessa forma, ainda que a intelectualidade de Lauro Sodré tenha lhe servido como forma de projeção e distinção social, não se deve perder de vista que este não era o seu principal ofício. Quero com isso dizer que é impossível dissociar o seu fazer intelectual do político, principalmente após o início da campanha republicana.

Não à toa, os escritos de Lauro Sodré continham interpretações de mundo e projeções de si, num intenso processo de elaboração do social e autorrepresentação que servia tanto para os fins intelectuais quanto políticos. Dessa forma, ao analisar governos e destacar suas ações de estadista, versar sobre filosofia e falar de seus princípios morais, tecer observações sobre o campo do direito e defender reformas sociais, Lauro Sodré demarcava posição crítica ao

¹¹⁴ COELHO, Alan Watrin. Op. Cit., 2006, p.49.

¹¹⁵ MONTILHA, Thiago. “Os profissionais da política republicana segundo Olavo Bilac (1897-1908). In: ENGEL, Magali; SOUZA, Flavia. GUERELLUS, Natália. *Os intelectuais e a imprensa*. Rio de Janeiro: Mauad X/Faperj, 2015, p.132.

mesmo tempo em que vendia a si próprio como intelectual. Isso era importante não apenas como forma de distinção, mas de posicionamento no campo político estadual e nacional.

3.2.1 - As principais obras e a autorrepresentação de Sodré

Lauro Sodré publicou pelo menos 8 trabalhos em formato livro. Quase todos eles provenientes de artigos originalmente lançados em jornais e revistas de grande circulação em Belém e Rio de Janeiro. A outra porção de textos publicados teve origem nos discursos que ele realizava nos espaços de sociabilidade que frequentava.

O primeiro destes trabalhos foi *A Ideia Republicana*, de 1890, lançado a partir de uma coletânea de artigos veiculados originalmente no jornal *Diário de Notícias*, de Belém, no ano de 1888. Segundo a nota de lançamento da época, o livro publicado no Rio de Janeiro teve boa recepção na imprensa carioca e chamava atenção para o talento do ainda jovem militar paraense¹¹⁶. Mais tarde este trabalho passou a constituir o primeiro capítulo do livro mais conhecido de Sodré, *Crenças e Opiniões*, de 1896¹¹⁷, através do qual o analisou.

A Ideia Republicana apresenta um Lauro Sodré prestes a tomar parte nos negócios de Estado. Marcadamente apologética, a obra traz ainda o tom polemista de Sodré, apresentando-o em rota de colisão com Tito Franco de Almeida, nome forte do Partido Liberal e crítico do manifesto do Clube Republicano do Pará. A coletânea de textos é oriunda das réplicas e tréplicas que ambos trocaram na imprensa paraense em 1888. Apesar de reconhecer no oponente o homem notável que era, Sodré o acusa de estar alheio ao mais moderno movimento filosófico e social.

Nós, os republicanos paraenses, pregamos o advento da reorganização da pátria pela política científica, com a substituição da vontade absoluta do rei pelo poder impessoal da lei, porque a observação criteriosa no campo da história está mostrando que, desmanchado espontaneamente o regime teológico-militar que, durante os tempos medievos, trouxe a humanidade acorrentada ao dogma da origem divina da autoridade, há de necessariamente vingar o regime francamente democrata da igualdade perante a lei, da igualdade na formação da lei pela adoção do sufrágio, e da igualdade na execução da lei, pela temporalidade e elegibilidade do mandato soberano¹¹⁸.

Ao mesmo tempo em que enaltece a filosofia positiva, Lauro Sodré defende o manifesto republicano paraense e o meio militar. Mais que isso, em tom profético, ele pondera

¹¹⁶ A REPÚBLICA. Belém, 26 de julho de 1890, p.1.

¹¹⁷ SODRÉ, Lauro. *Crenças e opiniões*. Op. Cit., 1896.

¹¹⁸ SODRÉ, Lauro. Op. Cit., 1896, p.15.

sobre as mudanças que seriam feitas pelo “novo regime”. Fala de sufrágio universal, da extinção de câmaras vitalícias nomeadas pelo imperador, de federalismo e da responsabilidade real e efetiva que recairia ao Poder Executivo. A República, para ele, traria a instrução popular gratuita e profissional, o equilíbrio das despesas públicas e a sintonia com o restante da América. Em suas palavras, “o reinado pleno da paz e da indústria no nosso país”¹¹⁹.

O entusiasmo pela causa republicana é referendado a todo instante pelas referências a Auguste Comte, Émile Littré, Hebert Spencer, Stuart Mil e muitos outros filósofos, antigos e modernos. A premissa básica de Sodré era a de que a República seria o resultado da lei da evolu o e, portanto, um fenômeno natural produzido por fatos sociológicos.

Sobre este aspecto Alan Coelho observou que Lauro Sodré considerava a ciência como o grande fruto do progresso humano e, conseqüentemente, a base pela qual a sociedade deveria ser organizada. Nas palavras do autor:

Ao pautar sua atua o política pela defesa destes ideais, considerava ele que, sem a ciência ou sem o método experimental não haveria qualquer possibilidade para se conhecer o mundo real. Sem a relatividade científica, indiferente às causas primeiras e últimas dos fenômenos naturais, imperariam verdades eternas e absolutas, o que caracterizaria o reinado da teologia e da metafísica, que os positivistas rejeitavam como sendo estados não-epistemológicos do progresso da Humanidade¹²⁰.

Este também   o fio condutor de sua segunda obra, *Crenças e Opiniões*, que, como o então governador do Pará observou na introdu o, bem poderia se chamar “Fragmentos”, haja vista se tratar de uma cole o de textos produzidos entre o fim do Império e os primeiros tempos do regime republicano. Juntando textos antigos, alguns ainda de sua mocidade, e outros daquele momento, em que já exercia a fun o de governador do Pará, Sodré esperava ter dado formas   confissão de sua fé política e filos fica¹²¹.

De certa maneira, foi o que aconteceu. José Eustachio de Azevedo, autor de *Literatura Paraense* e da crônica que abriu este trabalho, definiu a publica o como a cole o de artigos e polêmicas travadas por Lauro Sodré na imprensa de Belém e que manifestavam suas crenças científico-filos ficas¹²².

O livro *Crenças e Opiniões* se tornou não apenas a obra mais famosa como também a que mais parece favorecer a imagem de Sodré como entusiasta do positivismo e da causa

¹¹⁹ Id. Ibid, 1896, p.30.

¹²⁰ COELHO, Alan Watrin. Op. Cit. 2006, p.65.

¹²¹ SODRÉ, Lauro. Op. Cit., 1896, p.I (prefácio).

¹²² AZEVEDO, J. Eustachio de. Op Cit.,, 1990, p.51.

republicana. Tanto que, no centenário de sua publicação, o livro foi lançado novamente pelo Senado Federal na *Coleção Memória Brasileira*¹²³.

Nesta edição, Geraldo Coelho foi convidado a fazer a introdução da obra e fez, talvez, a melhor análise do livro até aqui. De modo geral, este historiador procurou apontar o contexto em que o texto de Sodr e havia sido produzido dando destaque para as questões da ortodoxia positivista e as heterodoxias de Sodr e, a vincula o com as pautas cientificistas e militaristas do período, os limites de seu conceito de democracia e progresso. Coelho d a conta de demonstrar que mesmo sustentando um discurso que se pretendia liberal e progressista, parte do pensamento de Sodr e estava assentado em bases extremamente conservadoras, principalmente aquelas mais relacionadas a soberania popular¹²⁴.

Os capítulos da obra não seguem necessariamente uma perspectiva cronológica. Assim, temos: I – *A ideia republicana*, de 1888; II – *A filosofia positiva*, de 1881; *A política republicana*, uma cole o de excertos de mensagens de governo de Lauro Sodr e publicadas entre 1892 e 1896; IV – *O exército brasileiro e a democracia*, que reúne textos escritos entre 1888 e 1890 e, finalmente, a parte V, intitulada *Novíssima Verba*, que, ao lado do Prefácio e das “Notas Finais”, compõe o conteúdo essencialmente original do livro.

Se o primeiro capítulo do livro passa pelo positivismo apenas para validar a causa republicana, o segundo   totalmente dedicado ao credo filosófico de Lauro Sodr e, sendo, portanto, o mais dogmático.

Nascido nas páginas de *A Província do Pará*, em 1881, “A filosofia Positiva” conta com o subtítulo “Pol mica Jornalística” e apresenta um jovem Lauro Sodr e, então com 23 anos, ainda estudante da Escola Militar do Rio de Janeiro, se indispondo com a maior autoridade clerical da província e uma das maiores lideranças ultramontanas do país, o bispo Dom Macedo Costa, já com os seus 51 anos de idade.

Nos primeiros artigos da série, Sodr e coloca em xeque a validade das críticas direcionadas ao positivismo ao observar que parte fundamental dos analistas não haviam aprofundado seus estudos na matéria. Para ele, era necessário “percorrer todos os degraus da escala da ciência antes de poder falar em nome da ciência positiva”¹²⁵.

¹²³ SODR E, Lauro. *Crenças e Opiniões*. Brasília, Senado Federal, 1997.

¹²⁴ COELHO, Geraldo. “Introdu o”. In: SODR E, Lauro. *Crenças e Opiniões*. Brasília, Senado Federal, 1997.

¹²⁵ SODR E, Lauro. Op. Cit., 1896, p.40.

A partir daí, ele contrapõe o pensamento positivo ao religioso. Em um contexto ainda próximo ao da chamada Questão Religiosa¹²⁶, que levou Dom Macedo Costa para a prisão, Sodré suscitava mais uma tensão na arena jornalística que parecia contrapor o modelo de sociedade estabelecido e marcadamente católico e uma dada visão de mundo anticlerical e cientificista. Havia sido assim no choque com a maçonaria e voltava a ser com a tônica positivista de Sodré. Porém, neste último caso, de forma muito mais radical e inflexível.

Tanto que no Prefácio do livro, escrito em 1896, o próprio Lauro Sodré adota postura mais comedida em relação aos assuntos religiosos. Dizendo ter sido “um franco atirador” na luta contra os representantes da “velha doutrina teológica” e defensores da imposição de uma religião desacreditada pela ciência, admitindo ter atacado a Igreja Católica, por vezes, de forma violenta. As enérgicas e persistentes investidas teriam sido em favor da liberdade de consciência, conquistada, segundo ele, com o advento da República. Feita a separação da Igreja do Estado, ele dizia que não havia mais motivo para pelepas. Ressaltando que sua ação como homem de governo consistia em praticar “o respeito cego a todas as crenças e religiões, postas no mesmo pé de igualdade diante da lei da República”, conforme recomendava o princípio da tolerância imputado ao positivismo¹²⁷, mas também relacionado à maçonaria, a quem no mesmo texto chamou de “hidra do racionalismo”.

Com isso, Sodré deixou claro que não queria mais ser considerado um inimigo implacável da Igreja Católica. Até porque, admitia ele, esta havia sido a religião dos seus primeiros dias de vida, fora a religião de seus pais e era ainda a religião “ardente” de sua família¹²⁸. Demonstrarei em outro tópico deste trabalho, no entanto, que sua colocação na maçonaria produziu novos embates e disputas com setores religiosos católicos.

Como indicado anteriormente, o capítulo 3 do livro *Crenças e Opiniões*, intitulado “A política republicana brasileira”, é na realidade uma coleção de excertos das mensagens de governo dirigidas por Lauro Sodré ao Congresso Legislativo paraense entre 1892 e 1896. Marcam, portanto, a transição de Lauro Sodré de polemista e entusiasta da causa republicana à homem de Estado. Não convém aqui reproduzir os excertos. Mas, vale sublinhar a formato

¹²⁶ A Questão Religiosa foi o mais sério conflito que envolveu o Estado, a igreja e a maçonaria no século XIX e que culminou na prisão dos bispos D. Vital e D. Macedo Costa em 1874. As raízes do conflito estavam relacionadas à tradição *regalista* da Constituição imperial, as constantes invasões do poder temporal no poder espiritual e vice-versa e ao florescimento do movimento ultramontano no Brasil. C.f.: BARROS, Roque Spencer Maciel de. “Vida religiosa”. IN: HOLLANDA, Sérgio Buarque de (org.). História geral da civilização brasileira. 2º ed. Tomo II. Vol. 4º. São Paulo: Difel, 1974; NEVES, Fernando Arthur Freitas. *Solidariedade e conflito: estado liberal e nação católica no Pará sob o pastorado de Dom Macedo Costa (1862-1889)*. Tese (Doutorado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2009.

¹²⁷ SODRÉ, Lauro. Op. Cit., 1896, p.14.

¹²⁸ Id. Ibid., 1896, p.14.

diferenciado das mensagens de governo de Sodré. Textos que seriam meros atos administrativos ganharam com ele uma versão mais reflexiva e recheada de referências bibliográficas.

Em suas ponderações ele utiliza expressões caras ao positivismo como “leis naturais que regem o mundo moral”, exemplos históricos como o da independência dos Estados Unidos e cita frases de estadistas e personagens históricos como George Washington, Thomas Jefferson e Patrick Henri.

Outra marca importante do estilo de escrita de Sodré é a constante condução da narrativa em primeira pessoa. Não importava se estivesse se dirigindo à imprensa, ao Congresso Legislativo paraense, ao Senado Federal, a um amigo como Luiz Barreiros, ou redigindo um livro, Sodré escrevia na perspectiva pessoal e, por isso, não raro, virava personagem de suas próprias reflexões. Ainda mais em casos como estes, em que tinha o compromisso de rememorar períodos de sua própria administração.

Neste sentido, apenas para exemplificar, na última mensagem de governo citada na obra, datada de 1º de fevereiro de 1896, o governador afirmou ter colocado o Pará no caminho da paz e da ordem, fortalecendo e consolidando as instituições republicanas no estado. De modo que o estado figurava agora “na linha dos mais ricos e prósperos estados da União brasileira” graças a prática exata e fiel dos princípios republicanos e federativos¹²⁹. Esse seria o primeiro e mais importante dever dos governos republicanos: “ensinar ao povo, pela lição da prática e do exemplo, que nas repúblicas a Constituição e as leis são freios para todas as demasias, e constituem a única força invencível, o único poder verdadeiramente soberano”¹³⁰.

A fé de Lauro Sodré nas leis o faz, inclusive, rechaçar as primeiras proposições de reforma constitucional que começavam a surgir naquele momento, sob o argumento de que a reforma poderia engendrar o hábito danoso de alteração na lei fundamental e criar prejuízos à estabilidade do sistema¹³¹. Postura esta que aos poucos ele iria abandonar ao longo da carreira senatorial.

De qualquer modo, temos no capítulo “A Política Republicana” e na coleção de excertos ali reproduzidos o seguinte enredo: crítica à Deodoro da Fonseca, elogio à figura de Floriano Peixoto, combate à centralização política, defesa do federalismo e do regime republicano, condenação pública da Revolta da Armada, valorização do patriotismo e do

¹²⁹ Id. *ibid.*, 1896, p.243.

¹³⁰ Id. *Ibid.*, 1896, p.245.

¹³¹ Id. *Ibid.*, 1896, p.245.

civismo, sustentação da presença militar na política, enaltecimento da Constituição e das leis republicanas.

Estes tópicos discursivos acompanharam Lauro Sodré por muitos anos ao longo de sua vida pública. Alguns foram sendo ajustados e ou alterados ao sabor das circunstâncias, mas a base se manteve. A maneira como Sodré enxergava a política nacional e seu lugar dentro dela tem a ver exatamente com estes pontos.

As narrativas postas em *Crenças e Opiniões* visam apresentar o Exército como instituição essencial das mudanças sociais e políticas no Brasil. Considerando o contexto de lançamento da obra, de enfraquecimento político dos militares a nível nacional, é possível compreender o esforço de Sodré para vincular o setor militar à campanha abolicionista e a tentativa de convencer que os militares não agiram sozinhos no movimento republicano. Ele se apresenta como representante legítimo da classe militar e a defende de todo tipo de ataque, sobretudo, dos que não concordavam com a presença militar na política. A estes, Sodré oferece sua visão de soldado-cidadão, sujeitos dispostos a morrer pela pátria e seguir à risca as orientações constitucionais.

Contudo, apesar de *Crenças e Opiniões* sintetizar muito bem o pensamento filosófico e político de Lauro Sodré e de lhe render algum prestígio ao longo do tempo, a obra também teve um efeito contrário observado por Octávio Meira. De acordo com o autor de *A Primeira República no Pará*, Lauro Sodré tentou explicar a filosofia evolucionista para uma “plateia de todo ignorante, salvo um e outro mais esclarecido”. Com isso, se por um lado os conhecimentos matemáticos, a cultura invulgar e a profundidade dos pensamentos filosóficos proporcionaram a ele segurança e vantagens para participar de discussões públicas, por outro, impunha certa dificuldade aos leitores. Os artigos reunidos no livro exigiam igualmente habilidades culturais “que o grande público, senão toda a população desconhecia”. De maneira que, tal situação teria transformado Sodré em um ídolo: “todos o acreditavam um sábio e não o compreendiam. Esse julgamento fez dele o que na verdade ele era: um apóstolo, cujos passos não podiam ser seguidos”¹³².

Esse distanciamento entre o intelectual que Lauro Sodré soube ser e os seguidores políticos que ele reuniu ao longo da vida pública talvez nunca tenha sido desfeito. Afinal, para ser *laurista* não era uma exigência a sustentação do credo positivista, apesar desta conduta parecer a mais lógica. Além disso, em muitos momentos, Lauro Sodré se manteve isolado no campo político paraense e ou fluminense ao reivindicar para si o direito do livre pensamento,

¹³² MEIRA, Octávio. Op. Cit, 1981, p.75.

como se os seus critérios filosóficos não combinassem com a política que ele era obrigado a fazer por ocupar postos de poder. Ainda assim, é correto afirmar que a postura intelectual de Lauro Sodré lhe beneficiou mais que atrapalhou.

Ao fim de *Crenças e Opiniões* Lauro Sodré anunciou o lançamento de outro livro, *Palavras e Atos*¹³³. A nova publicação, lançada também em 1896, é semelhante à anterior, em forma e conteúdo. Impresso na tipografia do Diário Oficial, a publicação segue a mesma padronização gráfica e a mesma proposta de reunir textos elaborados por Sodré para a imprensa ou discursos ocasionais. Apesar disso, querendo expressar um juízo crítico de época, o suspeito Eustachio de Azevedo observou na obra mais uma vez a distinção de Lauro Sodré como escritor e ressaltou o seu espírito esclarecido¹³⁴.

Palavras e Atos apresenta 4 capítulos, organizados de acordo com a temática e não com a data de publicação. No primeiro, intitulado “O estado do Pará – sua situação econômico-financeira, seu progresso sob o regime republicano federativo”, Lauro Sodré apresenta trechos selecionados de suas mensagens de governo dirigidas ao poder legislativo estadual entre 1892 e 1896. O ponto em comum dos recortes repousa na ênfase no tema da agricultura no Pará.

Lauro Sodré defende a tese de que o advento republicano, chamado por ele de “gloriosa revolução”, abriu ao Pará uma era de prosperidade. A partir disso, o político paraense constrói um balanço da arrecadação estadual ao longo do século XIX, enfatizando o sucesso e o risco de dependência da economia gomífera. Em sua percepção, era urgente potencializar os investimentos no setor agrícola e, conseqüentemente, na política de colonização. Para tanto, recomendava a criação de escolas agrícolas e estações agrônômicas, voltadas ao ensino prático, “fugindo da formação de doutores agrônomos, que na vida pública fazem do pergaminho título para entrar no grande exército do funcionalismo, fugindo ao campo da atividade industrial”¹³⁵.

O capítulo seguinte de *Palavras e atos*, intitulado “Varia”, reúne, como sugere o título, textos com temáticas diversificadas publicados por Sodré na imprensa antes do advento republicano e, portanto, antes de sua experiência como estadista se efetivar. Ao que parece, é uma saudação ao seu passado de polemista e crítico voraz da sociedade monárquica.

De início é possível ver Lauro Sodré buscando rivalizar mais uma vez com Dom Macedo Costa ao analisar e criticar, em 1886, pelas páginas de *A República*, a obra do prelado

¹³³ SODRÉ, Lauro. *Palavras e atos*. Belém, Typ. Do Diário Oficial, 1896.

¹³⁴ AZEVEDO, J. Eustachio de. Op. Cit., 1990, p.51.

¹³⁵ SODRÉ, Lauro. Op. Cit., 1896, p.9.

paraense *A Questão Religiosa perante a Santa Sé*, de 1883. Condenando a contínua virulência do discurso do religioso, Sodré parece querer expor as “amarguras” do bispo, as divisões do catolicismo e as condutas questionáveis da hierarquia eclesiástica, ao mesmo tempo em que ataca o enlace constitucional entre Igreja e Estado e os privilégios concedidos ao catolicismo¹³⁶.

Essa discussão, de alguma maneira, retorna nas outras séries do capítulo. “E pur si muove”, reúne artigos de 1882, publicados na *Revista do Clube Acadêmico da Escola Militar*, trata das explicações diferenciadas da teologia cristã e da filosofia positiva acerca da questão da origem da humanidade; “Um tremor de terra”, “O Christophoro” e “Carta ao Imperador”, veiculados originalmente em 1885 nas páginas do jornal *A Província do Pará*, apresentam, respectivamente, a contraposição da interpretação científica frente a religiosa acerca de ligeiro abalo sísmico sentido nos arredores da capital paraense, crítica ao projeto de navio-igreja comandado por Dom Macedo Costa e observações sobre o fetichismo das sociedades teológicas e metafísicas.

Todos estes textos têm em comum a tentativa de caracterizar o catolicismo como símbolo do atraso, empecilho ao pensamento científico preconizado pela filosofia positiva e, conseqüentemente, um obstáculo a marcha da humanidade. A ousada missiva endereçada ao imperador chega a lembrar o monarca de suas responsabilidades “pelo rumo que levam os públicos negócios do país” e lhe comunicar a superação do direito divino legitimado pela igreja¹³⁷.

Em “gênese positiva” e “O positivismo e a economia política”, os dois últimos capítulos de *Palavras e atos*, Lauro Sodré apresenta textos originais sobre o seu pensamento filosófico. No primeiro caso ele retoma a discussão sobre a origem da humanidade e se aprofunda na discussão das hipóteses positivas e não positivas, tratando da questão do método de observação e verificação científica e das teorias de Pierre Laplace. No segundo ele tenta resistir às críticas dos positivistas ortodoxos e demonstrar o caráter científico da economia política e o seu lugar dentro do corpo dos estudos sociais.

Não vem ao caso aqui se alongar nestas discussões, importa ressaltar que as referências de predileção de Lauro Sodré estão todas lá: Comte, Laffitte, Littré, Stuart Mill, Descartes, Spencer, etc. E, sobretudo, que estes textos cumprem um papel dentro do quadro mais amplo, isto é, reforçam o perfil independente de Sodré dentro do campo intelectual

¹³⁶ Id. Ibid. 1896, p.84-85.

¹³⁷ SODRÉ, Lauro. Op. Cit., 1896, p.151-152.

positivista e, principalmente, sugerem a relevância da doutrina *comteana* para o avanço da civilização.

Crenças e Opiniões e Palavras e Atos pretendem ser, portanto, a compilação das produções intelectuais de Lauro Sodré entre as décadas de 1880 e 1890. Período em que se deu seu ingresso na carreira militar, a conversão ao positivismo, a militância em favor da República e a ascensão aos cargos públicos eletivos. Nestes dois livros, de modo não linear e não cronológico, o então governador paraense passeia pelas recordações de sua juventude e de sua própria administração, assumindo tons, ora brandos, ora contundentes, em defesa do pensamento científico e positivista. Nem sempre muito claro quanto a proposta de encadeamento dos textos, Sodré arrola escritos produzidos em momentos distintos de sua trajetória a fim de esboçar suas opiniões acerca de temas como abolição, movimento republicano, participação militar na política, religião teológica e religião da humanidade, positivismo ortodoxo e positivismo independente. Publicando em tipografias de Belém e Rio de Janeiro, ele consolida o seu estilo de escrita pessoal e requintado, capaz de condensar a fineza e a firmeza da crítica.

A seleção de textos dá conta de demonstrar o perfil altamente intelectualizado de Lauro Sodré, os temas e autores de sua predileção e a convicção que possuía em relação ao seu credo filosófico. Apesar de não se considerar ortodoxo, a forma entusiasmada e inflamada com que defendia o positivismo e a causa republicana fizeram com que ele fosse visto publicamente como uma espécie de apóstolo, sempre pronto a espalhar a “boa nova” da filosofia positiva.

Em 1902, foi publicado na *Revista do Clube de Engenharia*, do Rio de Janeiro, novo artigo de autoria de Lauro Sodré. Apesar de não ser muito conhecido pelos estudiosos do político paraense, “As indústrias extrativas – a função do governo” talvez seja um dos seus melhores textos.

Elaborado em um contexto no qual Sodré já figurava como senador da República e, portanto, encontrava condições de ampliar a reverberação de suas ideias e de articular melhor suas proposições acerca da realidade paraense e nacional, as quase 100 páginas do artigo propõe interessante debate acerca dos principais entraves e potencialidades da indústria extrativa, tema este já esboçado por ele em *Crenças e Opiniões*.

Apesar de se valer abertamente da experiência de estadista, Lauro Sodré escreve como acadêmico e profissional. Elaborado originalmente para o Congresso de Engenharia de 1900 e

num contexto de comemoração do 4º centenário do descobrimento, o artigo se dirige a um público de iguais¹³⁸. Por isso, Sodré se preocupa primeiramente em aproximar o campo das engenharias do universo científico – “as engenharias têm seus fundamentos solidamente assentados sobre as ciências”, dizia ele – para, em seguida, vinculá-lo ao problema que queria tratar. “Os destinos da profissão do engenheiro ligam-se de perto ao da grande massa dos operários, de cuja atividade inteligente dependem todos os progressos modernos da civilização”¹³⁹.

Assim, em nome da ciência e conciliando a posição política com a formação em engenharia, é que Lauro Sodré constrói a sua narrativa. Se nos trabalhos anteriores o caráter de coletânea, disperso e fragmentado, depunha, em certo sentido, contra o conjunto da obra, dessa vez não é o caso. O texto é fluído, bem estruturado, apresenta uma tese central, é coeso e objetivo. Além disso, nele, não é reservado papel privilegiado para a filosofia positivista. É bem verdade que os autores de predileção de Sodré são todos referenciados, mas não se trata de um texto apologético. A preocupação básica de Sodré está muito bem posta: pensar o papel do Estado frente às indústrias extrativas.

Considerando o cenário de crise financeira enfrentado por alguns estados da federação e o perfil essencialmente agrícola do país, Lauro Sodré inicia suas colocações defendendo a ideia de que a regeneração econômica possibilitaria a regeneração política. E, para tanto, seria necessário aproveitar os recursos naturais do território e os procedimentos modernos oferecidos pela ciência. Deste ponto de vista surge a primeira problemática levantada pelo trabalho: a quem competiria a condução do processo? Ao Estado ou aos individuais?

Antes de responder à questão, Sodré cita trecho de mensagem de governo que encaminhou ao congresso legislativo paraense, em 1895, já indicando por onde ele gostaria de se colocar no debate. Na citação, Sodré fala de dois extremos a serem evitados. De um lado, a teoria do niilismo governamental, que apregoaria o governo como mal necessário e lançava sobre a iniciativa individual a solução de todos os problemas; de outro, a doutrina do Estado-tutor, que desprezaria a ação individual e o associativismo, transformando o Estado no principal agente social e o único responsável pelas providências materiais. Assim, a via que

¹³⁸ Em relação ao 4º centenário do descobrimento, Sodré faz referência ao projeto de lei que havia apresentado no Senado Federal a fim de que fosse organizada uma exposição nacional alusiva a data que, para ele, tinha ainda mais importância naquela circunstância devido ao rompimento definitivo com a tradição monárquica e portuguesa no Brasil. O que, em sua perspectiva positivista, indicaria a passagem para um estado mais avançado de civilização.

¹³⁹ SODRÉ, Lauro. “As indústrias extrativas – a função do governo”. In: *Revista do Clube de Engenharia*, IV Série, N.6. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902, p.160.

Sodré parecia desejar encontrar para o problema da harmonização entre capital e trabalho estava fora do modelo de liberalismo clássico e de socialismo revolucionário. Porém, pressupunha em muito a ação governamental, “principalmente nos países novos sem educação feita, e sem hábitos de vida industrial”¹⁴⁰.

Para defender seu posicionamento, Lauro Sodré fez questão de construir uma interlocução entre autores clássicos e modernos da Economia Política. Docente da área na Escola Militar, afastado das funções por conta do mandato senatorial, ele expõe sem dificuldades os pressupostos de escolas econômicas como a *manchesteriana* e de autores como Adam Smith, David Ricardo, Stuart Mill, Paul Cauwés, Joseph Garnier, Alfred Jourdan, Gustave de Molinari e Jean Baptiste Say. Encaixando, por fim, os ensinamentos de Comte a respeito das leis positivas, dinâmicas econômicas e funções de governo.

O que a filosofia científica e relativa moderna ensina pelos seus órgãos mais autorizados, é o oposto do espírito da economia política comum, isto é, o dever que cabe à sociedade, representada pelo seu governo, tomado na mais alta concepção da palavra, de intervir legitimamente e necessariamente nas questões de impostos, de salários, de permutas e de empréstimos¹⁴¹.

Com base nisso, ele afirma que a teoria econômica clássica, simbolizada na célebre sentença do *laissez-faire*, seria uma generalização prematura e precipitada, produzida sem observação e respaldo da ciência. Representando assim apenas o ideal de uma época, um aforismo experimental, metafísico, pretensamente transformado em princípio absoluto, eterno e imutável, no espaço e no tempo¹⁴². Levado a cabo, tal princípio transformaria a ação do Estado em inação. Sendo que, a intervenção do governo no campo econômico, ponderava Sodré, haveria sempre de acontecer pela necessidade de correção e ajuste das leis e dos fenômenos sociais.

Os que, como Leon Say, condenam e dão combate à iniciativa e à intervenção do Estado, fazem-no em nome da liberdade, denunciando a ação do governo como nociva aos direitos do indivíduo e contrária aos interesses dos cidadãos. Os que reclamam, e pedem a intervenção do governo não veem na ação dos poderes públicos senão a garantia necessária dos fracos contra os fortes, e o estímulo indispensável para o desenvolvimento e bem estar social. Entre a liberdade e o Estado não há antinomia. O Estado é uma forma necessária da sociedade organizada¹⁴³.

¹⁴⁰ Id. Ibid., 1902, p.165.

¹⁴¹ Id. Ibid., Lauro. Op. Cit., 1902, p.173.

¹⁴² SODRÉ, Lauro. Op. Cit., 1902, p.176.

¹⁴³ Id. Ibid. p.179-180.

Neste ponto, Lauro Sodré adota um discurso aparentemente mais sensível à chamada questão social que, no início do trabalho, ele julgou como um problema futuro para o Brasil. O político paraense estimava que o aumento da população e o desenvolvimento da indústria fariam surgir as mesmas convulsões sociais que naquele instante agitavam os países europeus¹⁴⁴.

Por este prisma, analisando o desenvolvimento comercial e industrial do velho continente, Lauro Sodré se deteve no caso da Alemanha. O país, de unificação recente, teria conseguido alavancar suas receitas e produções em curto espaço de tempo graças à socialização dos avanços científicos e às intervenções feitas pelos poderes públicos. Neste processo, Sodré destaca o acolhimento das ideias socialistas que houve entre os alemães.

O socialismo penetrou nas classes superiores; tomou assento nas academias, subiu às cátedras universitárias e foram sábios eminentes que deram os *mots d'ordre*, repetidos em seguida pelas associações operárias; foram espíritos conservadores que atacaram o mamonismo e que falaram mais alto contra os abusos do capitalismo¹⁴⁵.

Apoiado nas observações de Émile de Laveleye, autor de *Le Socialisme contemporain*, e no *Nouveau Dictionnaire d'Economie Politique*, Sodré explica que a força do socialismo entre os alemães se dava por fatores culturais e que havia uma preferência pelo chamado socialismo de Estado que, diferentemente do socialismo absoluto dos tipos coletivista, possibilista ou comunista, combinava ideias próprias de justiça social com as bases institucionais já estabelecidas. Não se tratando, portanto, de mudanças na composição das classes sociais, mas de proteção aos mais fracos, provimento de leis mais justas e correção na condução dos negócios de Estado.

De acordo com Lauro Sodré, todas as novas tendências de transformação ou renovação da Economia Política estavam de alguma maneira ligadas à experiência alemã que, por sua vez, legitimava o direito de intervenção do Estado nas relações entre capital e trabalho. A partir disso, ele volta a pensar o caso brasileiro e passa a defender que a União e os governos estaduais adotem medidas para desenvolver as indústrias agrícolas, fabris, extrativistas e de transportes. Dizia que o governo precisava ser uma força motora, um aparelho coordenador, para prosperidade das indústrias, artes e ciências¹⁴⁶.

¹⁴⁴ Id. Ibid. p., p.163.

¹⁴⁵ Id. Ibid. p., p.182.

¹⁴⁶ Id. Ibid. p.186.

Defendido o modelo de Estado intervencionista, Sodré passa a se dedicar mais diretamente à situação das indústrias extrativas.

Em país como é o nosso, onde há vastas regiões inexploradas, onde são ferazes as terras, riquíssimo o subsolo, maravilhosas as florestas virgens, surpreendente a fauna, extraordinariamente férteis os rios, as indústrias extrativas hão de ser por largo espaço ainda campo fecundo para o trabalho do homem¹⁴⁷.

Lauro Sodré se vale de relatos produzidos por viajantes, naturalistas e intelectuais como Alexander Humboldt, Alexandre Ferreira, Louiz Agassiz, William Chandless, Alfred Wallace, Henry Bates, Fontaine Maury, Ferreira Pena e Barão de Santanna Nery para enfatizar a riqueza natural do Brasil e, em especial, da Amazônia, e também para cobrar investimentos no estudo científico sistemático dos recursos naturais. Como exemplo do que poderia ser feito, ele conta da reorganização que operou no Museu Paraense, tornado em seu governo “um viveiro de cientistas com a missão de estudar especialmente a etnografia, a zoologia, a botânica, a geologia, a mineralogia e a meteorologia do Pará”¹⁴⁸.

Em seguida, Sodré passa a fazer uma exposição dos produtos da indústria extrativa brasileira que poderiam ser beneficiados com o auxílio do Estado. Mas, ainda que comente sobre o cacau, a madeira, as fibras, óleos vegetais, raízes, cascas medicinais e até a caça e a pesca, seu maior foco é mesmo a borracha.

Sodré demonstra o crescimento vertiginoso que o produto teve no Pará, contrastando as cifras obtidas com a exportação da borracha no exercício de 1839-1840, que ficaram na casa dos 258:727\$574, com os valores arrecadados em 1899, um total de 151.772:012\$286, segundo os números oficiais¹⁴⁹. Para o ex-governador paraense, não havia dúvida, o desenvolvimento era assombroso e parecia justificar a dependência dos maiores estados da região norte, Pará e Amazonas, em relação ao comércio da goma elástica.

Contudo, apesar dos inegáveis melhoramentos propiciados pela economia da borracha, existiam problemas que careciam de atenção dos poderes públicos. É sobre eles que Lauro Sodré deseja falar, afinal.

Em primeiro lugar, a preponderância e preferência pela exploração dos seringais afetou o funcionamento de outras atividades econômicas na região na medida em que

¹⁴⁷ Id. Ibid. p., p.202.

¹⁴⁸ Id. Ibid. p. p.206.

¹⁴⁹ Id. Ibid. p., p.208.

deslocou a força de trabalho, segundo Sodré, já escassa nos estados da Amazônia, para a atividade considerada mais lucrativa no momento.

Em tempos não remotos lá iam em prosperidade os trabalhos de açúcar e até período recente constituía esse produto objeto de exportação. O café era por toda parte cultivado, ainda que nunca o foi em grande escala. O algodão e o arroz, este pilado ou com casca, figuravam também nas listas dos gêneros exportados pelo Pará. Vão agora todas essas coisas desaparecendo. O aproveitamento da cana, onde ainda continua a ser ela plantada, não vai além da fabricação da cachaça, e esta mesma em quantidade insuficiente para o consumo¹⁵⁰.

Tal situação provocava críticas à indústria da borracha, considerada por estudiosos como Ferreira Pena a indústria da desolação, marcada pela exploração do seringueiro, devastação da floresta e impacto devastador sobre outras culturas do interior do estado. Tudo parecia melhorar e se sofisticar nos grandes centros urbanos, mas os interiores continuavam a padecer de estrutura e atenção dos poderes públicos. Esta percepção levou Lauro Sodré a reivindicar mais de uma vez perante a Assembleia Legislativa do Pará por investimentos no setor agrícola, conforme demonstram suas mensagens de governo de 1892 e 1895, mais uma vez retomadas no artigo.

A intervenção do estado é em tal caso absolutamente necessária. O futuro, a garantia e o desenvolvimento da indústria extrativa na parte, que especialmente se refere à exploração da borracha, exigem a adoção de medidas, que sirvam de sanar os males produzidos e impedir que maiores danos venham a ser feitos em anos próximos¹⁵¹.

A primeira coisa a ser feita, segundo Sodré, seria a criação de uma lei de terras, “para que a alienação do rico patrimônio de cada estado não se faça à aventura sem regra, sem medida, sem moralidade e sem justiça”. Como exemplo, ele cita o decreto que fez publicar pelo governo do Pará ainda em 1891 com o objetivo de regular a alienação de terras devolutas e estabelecer regras para as concessões do governo. Com isso, alegava ser mais interessante para a região dificultar a constituição das grandes propriedades e facilitar a democratização do solo, retalhando a terra em pequenas posses e entregando-a a quem efetivamente iria ocupá-la para desenvolver a indústria agrícola, criadora ou extrativa.

Outras duas medidas consideradas importantes para incentivar a indústria da borracha seria a diminuição dos impostos para exportação do produto e a transformação do regime de exploração da *hevea brasileira* em cultura. No primeiro caso, Sodré alertava para o fato do

¹⁵⁰ Id. Ibid. p. p.208.

¹⁵¹ Id. Ibid. p., p.215.

fisco estar reduzindo o valor econômico da borracha na medida em que encarecia o produto aos fabricantes. No segundo, insistia que os maiores problemas do trabalho na indústria extrativa repousavam sobre as condições sociais. O uso desenfreado da técnica do arrocho e a velocidade com que se levantavam os acampamentos faziam com os seringueiros fossem forçados a se movimentar incessantemente. De modo que, parecia indispensável ao ex-governador paraense encontrar meios para fixar o trabalhado ao solo e livrá-lo “da exploração de bandos ávidos de lucro, sem outra preocupação”¹⁵².

Mais uma vez próximo da questão social, Sodré chamava atenção para o fato de que com as dificuldades de comunicação e transporte existentes por terra e água na região amazônica, a sorte dos seringueiros passava a ser incerta e perigosa. Sem auxílios e socorros e longe dos centros urbanos, não haveria como impedir que “a moléstia e a morte” fossem para muitos o pagamento encontrado pelos que percorriam os rincões da Amazônia “cheios de esperanças em busca de lucros”¹⁵³.

Para superar o problema, Sodré propunha a criação de um amplo programa de imigração para região, capaz de fixar os sujeitos à terra e enfrentar o que chamava de “campanha de descrédito movida dentro e fora do país” contra os estados da Amazônia em virtude de seu clima característico, considerado por muitos como impedimento para a fixação de nacionais e estrangeiros nas terras do norte e no centro da República. A fim de demonstrar a viabilidade de sua proposição, Sodré faz referência aos núcleos agrícolas que estabeleceu ao longo de sua administração a frente do governo paraense¹⁵⁴.

Além destas 4 medidas já citadas – promulgação de lei de terras pelos estados a fim de regular a alienação ou concessão de terras públicas; diminuição dos impostos cobrados na exportação da borracha; leis para estimularem a transformação da simples colheita em cultura extrativa, principalmente no caso da borracha; criação de medidas para incentivar a fixação na terra e a imigração – Sodré recomendava ainda os seguintes procedimentos aos poderes públicos: 1) combate à devastação das terras públicas e fiscalização da situação pelas autoridades; 2) desenvolvimento das vias férreas e de navegação para facilitar a comunicação e o aproveitamento dos produtos inexplorados; 3) criação de um sistema racional de proteção das indústrias manufatureiras que trabalhassem com as matérias primas da indústria extrativista; 4) auxílio às indústrias extrativas em forma de prêmios, diminuição e isenção de impostos de saída; 5) leis protetoras para os operários da indústria extrativa, que estavam

¹⁵² Id. Ibid. p., p.222.

¹⁵³ Id. Ibid. p.222.

¹⁵⁴ Id. Ibid. p. p.223.

entregues, segundo ele, ao domínio e a prepotência dos “empreiteiros ambiciosos e desumanos”; 6) propaganda em benefício do aproveitamento dos produtos provenientes do solo, dentro e fora do país, como mate, fibras têxteis, raízes, óleos medicinais e madeiras; 7) leis reguladoras para a indústria de pesca; 8) leis venatórias de estados ou municípios¹⁵⁵.

Lauro Sodré conclui o artigo reiterando que a União e os governos estaduais precisavam intervir na indústria extrativa. Tal ação seria uma política de defesa em favor da própria República. É evidente que, na medida em que o próprio autor cita suas experiências na administração pública, poderia ser julgado a respeito do que fez ou deixou de fazer enquanto dirigente político. Mas, ainda que tal reflexão seja acertada, me parece bastante conveniente para os propósitos deste texto chamar atenção para as percepções econômicas e políticas nas quais Sodré se baseava. De certa maneira, ele conseguiu antever e observar problemas que, de fato, assolavam ou assolaram as sociedades brasileira e amazônica. Chama bastante atenção a decidida defesa da participação estatal na organização da vida coletiva, o interesse pela questão social e a simpatia pelo socialismo de Estado. Elementos que destoam em muito do perfil militarista a que nos acostumamos a ver no autor. A criticidade mostrada por Lauro Sodré em “As indústrias extrativas – a função do governo” faz deste texto uma peça rara para compreender as nuances do pensamento político do senador paraense.

Em 1903, Lauro Sodré fez publicar outro trabalho inédito: *À memória de Rangel Pestana*. Elaborado para ser enunciado como discurso na sessão cívica que rendeu homenagens ao republicano paulista, morto naquele mesmo ano, o texto ganhou primeiramente as páginas da imprensa e depois foi reunido no formato livro. Mais do que um elogio fúnebre, este trabalho pode ser lido também como a reafirmação das concepções políticas de Lauro Sodré que, naquele instante, começavam a ganhar contornos de maior insatisfação em relação aos caminhos da política nacional¹⁵⁶.

Prestes a se envolver na revolta militar de 1904, Lauro Sodré constrói neste discurso uma narrativa mesclando a saudade do morto e a nostalgia do movimento republicano de 89. Como de praxe, ele inicia o texto com as costumeiras demonstrações de modéstia a que recorria quando falava em público. Em seguida se propõe a fazer o engrandecimento de São Paulo, da República e do morto. A homenagem póstuma lhe parecia um verdadeiro culto cívico, bem aos moldes do que ele pensava ser a religião da humanidade proposta por Augusto Comte. E, nesta perspectiva, Sodré lamentou a partida daqueles que para ele teriam

¹⁵⁵ Id. Ibid. p.238-240.

¹⁵⁶ SODRÉ, Lauro. *À memória de Rangel Pestana*. A festa cívica na capital de São Paulo. Discurso do Dr. Lauro Sodré. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, p.19.

sido os grandes lidadores republicanos: Deodoro da Fonseca, Benjamin Constant, Saldanha Marinho, Aristides Lobo, Silva Jardim, Floriano Peixoto e, por fim, Rangel Pestana.

Um dos primeiros autores lidos por Lauro Sodré na época em que começou a se interessar pela causa republicana, Rangel Pestana é lembrado por ele como eminente propagandista e doutrinador, a encarnação das melhores virtudes intelectuais, patrióticas e republicanas. O senador Sodré, inclusive, relaciona Rangel Pestana com o *florianismo*, definido por ele como “um certo feitio de política, uma certa forma de crença, um certo conjunto de princípios, uma certa combinação de dogmas e de doutrinas, que se encarnaram em um nome, que figuram como uma espécie de religião democrática”¹⁵⁷.

É a partir daí que o epitáfio ganha contornos de posicionamento político. Assim como o morto, Sodré dizia saber que a República de então apresentava uma série de erros e falhas e, por isso, recomendava a lembrança do que havia sido o despontar do regime no Brasil, segundo ele, uma “ideia salvadora”, uma proposta de “redenção”. Neste ponto, o político paraense volta a combater o que chamava de “crítica fácil, insensata e comum de todos os dias”, que insistia em ver na República uma conspiração de casernas. “Não, meus caros concidadãos. A República foi a realização de um sonho que datava de mais de um século”. Encadeando acontecimentos como a Inconfidência Mineira, a Revolução Pernambucana e a Confederação do Equador, Sodré repete mais uma vez a ideia de que os militares haviam apenas interpretado os ideais coletivos e populares.

Essa confissão de desgosto em relação aos rumos da política nacional e a tentativa de celebrar o passado não muito distante do regime republicano, com direito a defesa do protagonismo militar, parecem se relacionar diretamente com os sentimentos que pouco tempo depois animaram Lauro Sodré a liderar o levante militar de 14 de novembro de 1904, pensado por ele exatamente como um movimento salvacionista.

Apresentando ao público a sua crítica social, o senador paraense retoma a tese exposta no artigo *A indústria extrativa* ao afirmar ser necessário abandonar as teorias que propagavam o niilismo governamental e, com isso, a não interferência do Estado nos assuntos sociais. Ao contrário disto, dizia Sodré, era preciso que os governos quisessem governar e impulsionar o progresso.

É necessário que os governos busquem e rebusquem medidas salvadoras, de que são capazes as leis e os atos decretoriais, emanados das autoridades superiores do nosso país, levando remédio a esses males [...] que toca a todos. Nem entre nós

¹⁵⁷ Id. Ibid. p.20.

poderíamos dizer consonante à fórmula socialista, que os ricos são cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres.

Agora andam na nossa terra os ricos empobrecidos e miseráveis os pobres [...].

Nesta quadra angustiosa, é mister pensar e crer numa República capaz de corresponder à confiança de todos. Nós devemos lidar por fazer uma República verdadeiramente social, estendendo a mão aos que padecem, levando a consolação a todos os lares¹⁵⁸.

A República social de que falava Sodré era inspirada, como demonstrado em *A indústria extrativa*, no próprio positivismo e no socialismo de Estado alemão. Com isso, a mesma proteção que ele dizia querer para a indústria, a queria também para as artes e para a instrução pública, esta última, segundo ele, já ameaçada de ser convertida em “indústria privada”. Descrente que os males republicanos pudessem ser corrigidos por medidas ordinárias e leis comuns, Sodré defendeu a revisão do pacto constitucional. Para ele, somente este ato poderia conservar os princípios basilares do regime e por fim aos abusos de poder, à violência e a “politicagem” que havia aparelhado até mesmo o sistema judiciário na maioria dos estados nacionais, a começar pelo Pará, dizia ele.

Então, voltando ao exemplo de Rangel Pestana, tido como homem de princípios elevados, Sodré afirma que assim como o morto não queria a República que estava posta, a República dos grandes crimes, dos grandes ódios, das violências, das perseguições, dos vexames, das crueldades. Queria a República que pudesse ser verdadeiramente a pátria de todos, uma República com lugar para os sectários de todas as doutrinas, com liberdade de consciência e liberdade de imprensa. Por fim, unindo a homenagem e a pregação, Sodré afirma que a República que queria era a República de Rangel Pestana.

Entre o culto a “revolução de 89” e a bandeira da revisão constitucional, passando ainda pela defesa da intervenção do Estado nas questões sociais, Lauro Sodré optou por conduzir ele próprio a intervenção nos rumos republicanos. Apoiado pela juventude militar se convenceu de que o passado poderia ser repetido, que o Exército cumpriria outra vez mais a pretensa função patriótica de depor uma autoridade legalmente constituída e que ele poderia fazer a vez de evangelizador das consciências. O plano, como se sabe, não deu certo. Lauro Sodré acabou preso e foi parcialmente desacreditado no cenário político.

Após a anistia, Sodré lançou o opúsculo *A evolução política do Brasil*¹⁵⁹. O livro de 1906 pode ser lido como uma peça do processo de reabilitação do político paraense perante a opinião pública da época. Nele, o senador do Distrito Federal nada diz sobre a obrigatoriedade

¹⁵⁸ Id. Ibid. p.31.

¹⁵⁹ SODRÉ, Lauro. *A evolução política do Brasil*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1906.

da vacina ou sobre a malograda tentativa de insurreição que conduziu. Também não há mais ênfase na chamada questão social e tão pouco na reforma constitucional. O crivo pelo qual o autor analisa o cenário político brasileiro e lança a sua crítica volta a ser quase que exclusivamente o positivista. Assim, o termo “evolução” presente no título da obra pouco tem a ver com os momentos históricos do Brasil, dizendo mais respeito aos caminhos que a sociedade brasileira precisava ainda percorrer para alcançar o estágio positivo preconizado por Augusto Comte.

É exatamente com o “eminente filósofo francês” que Lauro Sodré inicia *A evolução política do Brasil*. Enaltecendo a sociologia positiva, o político paraense comemora a possibilidade apresentada por Comte de se apreender os fenômenos sociais e suas leis naturais a partir de procedimentos científicos. Chegando a relacionar os procedimentos equivocados do mundo político com o desconhecimento do método sociológico, o que para ele demonstrava a “errada preparação científica” que acompanhava os homens políticos¹⁶⁰.

E, sem ciência, não era possível governar adequadamente, pensava Sodré. Em sua percepção o pensamento científico já havia se difundido ao redor do mundo, multiplicando progressos e criando recursos para o desenvolvimento material, intelectual e moral. De modo que lhe parecia estranho haver no Brasil qualquer tipo de resistência ao saber positivo, tido por ele como sinônimo de ciência.

É nesta posição de guardião do método *comteano* que Lauro Sodré passa a analisar a história recente do país. Segundo ele, os erros cometidos no campo político estariam relacionados com a lei dos três estados da filosofia positiva. Em síntese, a ideia era que a derrubada do pensamento teológico teria abalado às instituições políticas e deixado a sociedade à mercê de forças divergentes e opostas, o que fizera brotar anarquia intelectual e as desordens políticas, morais e sociais.

A julgar pelo cenário europeu, Sodré dizia que este não era um problema vivenciado apenas no Brasil. O velho continente, que ao adentrar o século XX parecia ter iniciado uma nova fase de civilização e progresso, dava sinais de regressão na medida em que alimentava o espírito beligerante e a prática imperialista, que, segundo Sodré, seria “a regência absoluta da força, proclamado em lugar da ação pacífica e progressiva do direito e da justiça”¹⁶¹.

Assim, considerando essa dinâmica de avanços e recuos, progressos e retrocessos, Sodré se põe a analisar o estabelecimento do regime republicano no Brasil. Ele parte da

¹⁶⁰ Id. Ibid. p.4.

¹⁶¹ Id. Ibid. p.6-7.

premissa já defendida em outros trabalhos segundo a qual a “revolução” responsável pela transformação política do país haveria sido “um fato natural e previsto, ocorrido à sazão própria, determinado por longos, poderosos e fatais antecedentes históricos”. Dentre eles, Sodré cita de modo mais específico a Guerra do Paraguai, a campanha abolicionista e o movimento republicano iniciado em 1870. Ao mesmo tempo, defende a tese de que a monarquia terminara porque não conseguira criar raízes sólidas na sociedade brasileira, lhe parecendo, portanto, um elemento estranho e destoante da realidade local, como se a República fosse numa perspectiva atemporal o maior dos sonhos coletivos¹⁶².

De tal forma que a volta do sistema monárquico, para Lauro Sodré, representaria um recuo irracional, uma volta ao passado extremamente desrespeitosa às seculares aspirações do povo brasileiro.

A República continuava sendo o objeto de sua fé política, muito embora admitisse que o novo regime estivesse cheio de erros e imperfeições. A explicação para tal cenário passava essencialmente pela ideia de que a República havia sido entregue “a mãos de falsos e incompetentes executores”, como os adesistas de última hora, adversários históricos da causa republicana e que, após o 15 de novembro, aderiram ao novo regime apenas por cálculo político¹⁶³.

Faltavam bons exemplos republicanos, queixava-se Sodré, lamentando uma vez mais a partida de Benjamin Constant ainda nos primeiros anos de novo regime. O povo brasileiro estava carente de formação republicana, indicava o senador. O país passara da Monarquia para a República, da centralização política para a descentralização, do regime parlamentar para a forma presidencial, do Estado com religião oficial para a sociedade secularizada, mas ainda não compreendia bem todas essas práticas. Embora o conjunto de mudanças fosse positivo, ele implicava em embaraços e dificuldades para o regime republicano. De modo que, para Sodré, o Brasil ainda vivia o seu período revolucionário e precisava passar pelos momentos de instabilidade, como numa “fase de ajustamento da consciência nacional aos novos moldes”¹⁶⁴.

Neste processo, lhe parecia imprescindível o empenho e a ação dos políticos, a quem competiria a tarefa de “emendar e refazer a obra encetada”¹⁶⁵. Essa ideia de ajuste e renovação não deve passar despercebida. Mesmo sem falar abertamente sobre a revisão

¹⁶² Id. Ibid. p.9.

¹⁶³ Id. Ibid. p.11.

¹⁶⁴ Id. Ibid. p. p.13.

¹⁶⁵ Id. Ibid. p.13.

constitucional, o senador Sodré defendeu a necessidade de reformar a República e de expandir o ensino público como forma de melhoramento social, posto que o tempo desgastara o entusiasmo com o regime republicano.

A imagem, que seduzia e encantava os idealistas de uma República feita só de virtudes, de direito e de justiça, deparou-se-lhes metamorfoseada nessa realidade em que tantas vezes os vícios, as iniquidades, as violências, os arbítrios, os abusos e os crimes geram desalentos, desfazem esperanças, desarreigam a fê de muitos e levam tantos erradamente a por os olhos no passado já remoto, como quem vê nele idades mais felizes, dias de vida mais bem vivida, como quem acredita que nos organismos sociais domina o princípio da evolução reversível como regra¹⁶⁶.

Impossível saber se neste ponto o senador Lauro Sodré se colocava como parte do problema, não apenas por ter também se valido de expedientes ilegais e violentos, mas por fazer parte da classe política que ele cobrava e questionava. É provável que não. Todavia, fato é que se pensava como parte da solução, haja vista que continuava se colocando na posição de quem podia apontar erros e recomendar ações.

Tanto é que no final do livro Sodré procura se dirigir mais diretamente aos mais jovens, fazendo uma espécie de exortação positivista e assumindo o papel de formador de consciências.

A juventude, dizia ele, encontraria melhores condições de praticar as virtudes republicanas, posto que seria formada em um contexto plenamente novo, sem as marcas do passado monárquico e, conseqüentemente, sem os vícios e defeitos dos que ocupavam os postos de poder naquele instante.

Aos jovens, Sodré conta o que era o Brasil: uma democracia genuína, “onde figuram iguais e irmãos, gentes de todas as cores, homens de todas as raças, indivíduos de todas as condições e origens”; um povo em que o amor da família e o culto da mulher emanariam a força da moralidade; uma nação em que o sentimento de amor seria capaz de operar milagres¹⁶⁷.

O senador estava convencido de que a essência democrática do povo brasileiro ajudaria no processo de evolução moral pela qual a sociedade precisava passar. À República estaria destinada a missão de colocar o Brasil em lugar de destaque entre os países americanos e ocidentalizados. Sendo que aos mais jovens recairia a missão de conduzir a pátria no rumo a este engrandecimento moral e republicano. Daí, o encorajamento e a exortação final:

¹⁶⁶ Id. Ibid. p.15.

¹⁶⁷ Id. Ibid. p.17.

E hão de ser mais ditosos do que nós, se a ordem moral, baseada sobre o direito e a justiça, pelo reinado da liberdade em todos os domínios da atividade, servir de sólidos alicerces, em que repouse estável a ordem material que se há de desdobrar num fecundo e indefinido progresso.

É necessário ensinar aos moços que, muito embora tenhamos de seguir a lição dos povos mais avançados, recebendo os raios da luz, que os esclareceu e guiou a eles, não temos de que sentir-nos humildes e vexados.

O nosso passado e o nosso presente dão para que, em face de todas as nações, possamos sentir-nos orgulhados, porque somos americanos e ainda mais orgulhosos e felizes porque somos brasileiros¹⁶⁸.

Neste trecho, talvez mais do que em qualquer outro, o discurso patriótico de Lauro Sodré se aproxima de uma dimensão nacionalista e ufanista, assentada na proposição de um país grande e orgulhoso de si próprio. Talvez pelo interesse direto de comunicar com a juventude ou, quem sabe, pela própria necessidade que o senador tinha de reabilitar a sua imagem pública. Em ambos os casos o discurso moderado em relação aos procedimentos de mudança política e social, mas inflamado no quesito patriótico e cientificista, parecia servir bem. Era como se Lauro Sodré renunciasse a ideia de que ele próprio pudesse ser protagonista da mudança republicana que queria ver e apostasse na condição de evangelizador dos futuros agentes desta virtual mudança.

Após *A evolução política do Brasil*, Lauro Sodré ficou alguns anos sem publicar. Até que, em 1913, lançou *Pelo Norte, pela República*, outro livreto derivado de discurso enunciado pelo senador, naquela conjuntura novamente eleito para representar seu estado natal na Câmara Alta, na sessão de posse da primeira diretoria da *Federação dos Centros dos Estados do Norte*, associação esta que ajudara a fundar e dirigir em auxílio aos estados da referida região.

A cerimônia aconteceu no dia 24 de fevereiro, em alusão a data de promulgação da constituição republicana em 1891, o que, de certa maneira, já indicava qual seria a principal reivindicação da associação. Lauro Sodré iniciou seu discurso com as tradicionais e retóricas demonstrações de modéstia e falando do contentamento que sentia ao ver estabelecido aquele centro, que era uma aspiração desejada por ele a largo espaço de tempo. Sobretudo, por favorecer a “comunhão de interesses de toda ordem” e fortalecer desígnios. A solidariedade humana, dizia Sodré, unia diferentes gerações e era capaz de produzir inúmeros sucessos na medida em que reunia homens dispostos a cooperar entre si por causas elevadas¹⁶⁹.

¹⁶⁸ Id. Ibid, pp.18-19.

¹⁶⁹ SODRÉ, Lauro. *Pelo Norte, pela República*. Rio de Janeiro: Typ. e Pap. Hildebrandt – Rodrigo Silva, 1913, p.4.

O elogio do espírito associativo feito por Sodré em relação a Federação do Norte pode ser aqui estendido aos demais espaços de sociabilidade que o senador paraense se viu envolvido. Tratava-se, quase sempre, de redutos intelectualizados e ou políticos que lhe atribuíam prestígio, espaços de comunicação e possibilidade de ampliação de vínculos sociais.

O *Centro do Norte*, como foi chamado por Sodré em muitas passagens de sua alocução, estaria assentado em princípios de patriotismo e civismo. Por isso, aos que duvidavam dos propósitos da agremiação o senador paraense dizia: “viemos para unir, não para separar”. Neste sentido, ponderava que na oficina de trabalho do centro ninguém encontraria senão instrumentos de engrandecimento do país¹⁷⁰.

Patriotismo e civismo eram conceitos recorrentes nas obras e colocações de Lauro Sodré. Bastante caros ao ideário formativo do meio militar, eles também estavam associados ao positivismo, que postulava que a sociabilidade deveria se estender da família à pátria e desta à humanidade, sem que uma forma de união destruísse a outra¹⁷¹. Assim, Sodré é levado uma vez mais a afirmar que apenas desejava ver a prosperidade material e política do Brasil. Apesar de recorrentes, os ideais de patriotismo e civismo pareciam bastante vagos. Cabiam quando o senador paraense pensava o passado, citava seus autores favoritos, enunciava alguma “lei da história”, manifestava concordância ou elogiava personagens políticos. Mas, também quando criticava o governo, quando assumia posturas mais radicais ou defendia a presença militar no meio político. Tudo o que fazia ou estimava era explicado pelo viés patriótico e cívico. Da mesma forma que o contrário. Os adversários eram quase sempre apresentados como aqueles que seriam desprovidos de tão nobres sentimentos e valores.

De qualquer modo, a inauguração da Federação do Norte foi pensada e explicada a partir de noções de direito e justiça. Citando trecho de *À memória de Rangel Pestana*, Sodré defendeu que a Constituição brasileira deveria ser efetivamente seguida e respeitada em todo o Brasil, da mesma forma que a União precisava ser justa ao cuidar de todos os estados da federação. Ressaltou que na época do Império as províncias mais próximas geograficamente da corte acabaram sendo mais beneficiadas. “Sobre os estados do Norte mal chegaram os zelos e os carinhos. Viviam sempre desajudados de amparo e proteção benfazeja”. Com a chegada da República, a situação melhorara na visão de Sodré, “graças aos recursos que em suas mãos deixou a largueza da federação”. Além disso, segundo o senador, ninguém poderia negar a distribuição igualitária de auxílios feitos pela União e de “notar a diferença com que

¹⁷⁰ Id. Ibid. p.7.

¹⁷¹ Id. Ibid. p.9.

os homens de Estado que têm governado a República têm sempre mais benévolos os olhos postos sobre outros membros da Federação”¹⁷².

Neste ponto, a variação do discurso de Lauro Sodré se torna bastante significativa. A criticidade contumaz dá lugar à um olhar mais compassivo em relação aos rumos políticos do Brasil. Se em trabalhos anteriores ele denunciou o afastamento do projeto republicano original e a realidade marcada por excessos e males, cobrando inclusive intervenções mais acertadas dos poderes públicos, aqui ele se mostra disposto a reconhecer os avanços, as melhorias, os sucessos daqueles que comandavam o regime. A mudança de postura de Lauro Sodré pode ser facilmente explicada pelo contexto de criação da Federação do Norte ou mesmo de *Pelo Norte, pela República*. Entre 1910 e 1914, o país voltou a ser presidido por um militar. O marechal Hermes da Fonseca detinha as simpatias de Lauro Sodré e representava para ele a esperança de reencontro entre o passado e o presente do ainda breve regime republicano. Por isso, até mesmo no Senado Federal, Sodré adotou neste período postura mais comedida e extremamente receptiva em relação à figura do presidente da República, ainda que não tenha oficialmente ingressado no partido político dele.

Manda a verdade e a justiça que mencionemos como digna de aplausos a ação benéfica que está agora exercendo o governo federal no extremo norte da República, dando-lhe os seus auxílios, empenhado em concorrer para que seja remediada a tremenda crise que assoberba os dois Estados do Pará e do Amazonas¹⁷³.

Contudo, embora Sodré se mostrasse receptivo ao governo federal, o Centro do Norte lhe parecia oportuno por dois motivos. Primeiro, para fazer propaganda do que eram e do que valiam os estados “das bandas do Equador”, estimando para isso campanhas por todos os meios e modos, na imprensa, nos espaços de conferência, nos museus e demais salas de exposição, a fim de divulgar os produtos da região norte. Em segundo lugar, para reclamar no plano político o direito que aqueles estados tinham de “de viver à sombra das leis protetoras da República” e de ver os seus cidadãos sendo tratados como iguais e irmãos¹⁷⁴.

Em certo sentido, as duas motivações apontadas por Lauro Sodré e, fundamentalmente, a segunda, indicam que a realidade republicana não havia mudado tanto em relação ao período monárquico. O sistema político fundado em noções de centro e periferia continuava se materializando e afetando principalmente os estados do Norte. Daí a

¹⁷² Id. Ibid. p.9.

¹⁷³ Id. Ibid. p.13.

¹⁷⁴ Id. Ibid. p.13.

natureza da mais contundente reivindicação de Lauro Sodré. “Que, perante as leis e na execução delas, não haja acepções geográficas”¹⁷⁵.

Assim, mesmo demonstrando boa vontade e até complacência em relação ao chefe do poder executivo federal e cuidando para não lhe fazer frente, Lauro Sodré buscou sustentar certo posicionamento crítico em relação aos negócios da política nacional. “A nossa palavra e a nossa ação põem os nossos nomes no rol extenso dos queixosos, para os quais a República ainda não é a realização das suas concepções, das suas esperanças e dos seus desejos”¹⁷⁶. Dizia isso reclamando o direito democrático de protestar, ainda que estivesse bem distante do criticismo contumaz de outros tempos.

Lauro Sodré apenas elevou o tom ao falar da “panaceia da restauração monárquica”. Neste caso, evocando Latino Coelho para defender a tese de que a monarquia era contrária a natureza dos países americanos, o político paraense atestou que a República haveria de ser o regime político definitivo do país. E, para resguardá-la, “animados pelo fogo do mais santo patriotismo”, estariam prontos o Exército e a Marinha¹⁷⁷.

A *Federação dos Centros dos Estados do Norte* estaria pronta a contribuir com a propagação da fé republicana. Se seus representantes apontavam erros, seria na esperança de que a crítica “inspirada pelos sentimentos de amor e justiça” fosse proveitosa aos que tinham condições de corrigir os abusos e desacertos do regime. Lauro Sodré mais uma vez não se incluí na observação, mas faz questão de apontar um dos erros a serem combatidos: a tolerância para com aqueles que se diziam capazes de servir a todos os regimes políticos sem fazer questão de forma de governo, “fazendo sob a República um governo que é uma espécie de império sem o imperador”. A República, dizia Sodré, tinha de ser governada por republicanos¹⁷⁸.

E, talvez para referendar esta tese, Lauro Sodré lançou em 1915 outro pequeno livro chamado *Benjamin Constant – fundador da República brasileira*. O trabalho, escrito ainda em 1903, busca, como sugere o título, rememorar passagens da inauguração do regime republicano no Brasil, reservando a Benjamin Constant o protagonismo e a clarividência do processo.

Não faltavam razões a Lauro Sodré para a proposição desta narrativa. Benjamin Constant, mais do que qualquer outra figura da República, inclusive Floriano Peixoto, reunia

¹⁷⁵ Id. Ibid. p.13.

¹⁷⁶ Id. Ibid. p.14.

¹⁷⁷ Id. Ibid. p.16.

¹⁷⁸ Id. Ibid. p.17.

os elementos identitários que o próprio Sodré se empenharia em sustentar ao longo da vida pública: a vinculação ao Exército, a intelectualidade, o credo positivista heterodoxo, a devoção a República e a colocação no campo político. Além de tudo isso, havia a questão do vínculo pessoal que uniu Benjamin Constant e Lauro Sodré por quase 15 anos, desde a entrada do jovem paraense na Escola Militar até o fim da vida do renomado professor nos primeiros anos do regime republicano. Não à toa, Lauro Sodré inicia o livro com uma citação em epígrafe de Augusto Comte na qual se sugere que cada vez mais os vivos eram governados pelos mortos¹⁷⁹. Se o filósofo francês era o seu referencial no campo intelectual, Benjamin Constant seguia como seu guia político-militar.

Ainda assim, a aceitação e o prestígio das duas maiores referências da vida de Lauro Sodré não cresceram ao passar do tempo. Ao contrário, pareciam entrar em desuso. Tanto que o político paraense se vê novamente na obrigação de explicar a contribuição de Augusto Comte para o pensamento científico e, conseqüentemente, para a humanidade ao estabelecer as bases da sociologia positiva. Da mesma forma, precisou refutar outra vez mais os que sustentavam a tese de que a República havia sido feita de uma insurreição de casernas. Para ele, somente os ignorantes, e, no caso, ignorantes em relação a obra de Comte, e as consciências cegas pela paixão partidária seriam capazes de insistir em tal proposição¹⁸⁰.

No decorrer da publicação, Lauro Sodré repete ainda a argumentação usada em outros trabalhos de que a República seria um ideal histórico do povo brasileiro e que o Exército teria tido papel decisivo na abolição e na mudança de regime político. Como variante, no entanto, ele adota a estratégia de incluir a si próprio como personagem da narrativa.

Pela minha parte, tive olhos sãos para ver límpida e inteira a verdade, quando, com certeza científica, previ a missão, que, na hora solene e tremenda da grande luta, havia de caber ao Exército brasileiro, denunciado como um ajuntamento de patriotas e que, vezes diversas, tinha já figurado como centro de resistência às tentativas criminosas dos poderes públicos, lidando afanosos por aniquilar as liberdades do povo¹⁸¹.

Era como se Sodré tentasse referendar o seu relato evocando para si não apenas o papel de testemunha, mas de mente privilegiada capaz de prever os rumos políticos do Brasil. Para comprovar o que diz, ele cita trecho de um artigo seu escrito em 1888 e posteriormente reunido em *Crenças e Opiniões* onde dizia que a classe militar não concorreria em defender o

¹⁷⁹ SODRÉ, Lauro. *Benjamin Constant: fundador da República brasileira*. Rio de Janeiro. Typ. Hildebrandt, 1915.

¹⁸⁰ Id. Ibid. p.5.

¹⁸¹ Id. Ibid. p.6.

imperador no dia em que pátria cansasse de sofrer nas mãos da Monarquia e resolvesse colocar fim aos laços que a mantinham. Mesmo sem indícios, para ele foi o que aconteceu em 1889.

Antes, porém, em meio ao apregoador caos do sistema monárquico, é que Benjamin Constant começara a se consolidar aos olhos de Lauro Sodré como o principal nome da luta republicana.

Era nesse meio anárquico e profundamente revolucionário que surgira a figura de Benjamin Constant, querida e adorável para todos nós, que fôramos seus discípulos, e para quem ele ficará sendo o maior dos mestres, tendo nos nossos corações os sacrários, em que o seu nome ficou como o de um redentor e de um salvador messias, que, aos nossos olhos, ia, dia a dia, tomando essas dimensões morais, que acabaram fazendo dele o maior dos vultos pátrios, para quem, nesta data imorredoura da nossa história, as nossas almas dirigem as suas fervorosas orações, indo os moços crentes entoar à beira do seu túmulo, como diante de um altar cívico, os seus hinos patrióticos¹⁸².

Lauro Sodré lembra que a Constituição de 1891 sagrou a Benjamin Constant o título de “fundador da República”. A partir do que, a reverência ao mestre foi transformada em lembrança imaculada e, posteriormente, em culto cívico. Ao prestar suas homenagens públicas dentro e fora do Senado Federal, Sodré talvez tenha sido um dos que mais empenhados em entronizar o nome de Benjamin Constant. Em várias passagens do livro, o “maior dos vultos pátrios” ganha contornos extremamente idealizados, sendo representado como uma ideia que se fizera homem, uma encarnação de princípios, um instrumento de ação social. Em síntese, como o próprio senador sugere, o escolhido para guiar o povo brasileiro pelo caminho da redenção política e social.

Para Sodré, Benjamin Constant dirigira a luta republicana na medida em que se mostrou capaz de cuidar tanto da demolição do velho organismo imperial quanto da organização do novo sistema. Essa dupla incumbência o elevava, na visão de Sodré, ao mesmo patamar dos melhores estadistas do mundo ocidental.

Raro, como nele, no mesmo tipo humano, andam conjugadas, em tão alto grau, as qualidades do espírito, do coração e do caráter: era o maior dos mestres, era o melhor dos amigos, era o mais apto dos chefes; tinha o seu espírito iluminado pelas claridades do mais profundo saber; tinha o coração sempre cheio dos mais nobres sentimentos, que põem em relevo os homens de mérito excepcional, grande o apego, incomparável a veneração, sem limites a bondade; e era dotado de energias extraordinárias, capaz de fecundas iniciativas, sabendo querer, sem ímpetos

¹⁸² SODRÉ, Lauro. *Benjamin Constant: fundador da República brasileira*. Rio de Janeiro. Typ. Hildebrandt, 1915, p.7.

imprudentes e sem hesitações tímidas, com firmeza e perseverança, essencial garantia de sucesso¹⁸³.

Lauro Sodré não busca construir um perfil biográfico de Benjamin Constant, tão pouco enumerar seus principais feitos enquanto doutrinador ou estadista. Trata-se, quando muito, de uma tentativa de enaltecimento da imagem de alguém que se considerava grandioso. Ao insistir em dizer o quanto Benjamin Constant valia, mais pelos adjetivos do que pelas ações, Lauro Sodré constrói uma narrativa marcadamente subjetiva, pessoal e parcial. Sem dúvida que vale como depoimento, mas passa longe do caráter científico a todo instante destacado pelo autor. É o relato do discípulo encantado descrevendo seu mestre sublime.

Entre tantos elogios, é possível depreender com certo esforço algumas passagens da vida de Benjamin Constant. Sodré o descreve como doutrinador na fase da Escola Militar, como “conspirador” cercado dos “mais ardentes revolucionários” nos momentos que antecederam ao golpe de 15 de novembro e, por fim, comenta sua atuação política no Governo Provisório.

É sabido que Benjamin Constant foi mesmo um dos líderes intelectuais do levante de 15 de novembro e que participou ativamente das reuniões do Clube Militar que tiveram por escopo a elaboração do plano para a derrubada da Monarquia. Os “ardentes revolucionários” citados por Lauro Sodré seriam, muito provavelmente, os jovens militares formados por Constant nas fileiras da Escola Militar, de onde o próprio Sodré era oriundo. Com a República, Benjamin Constant foi alçado ao posto de líder político e ajudou a pavimentar a reorganização da sociedade brasileira sem Deus nem rei.

Ao se reportar aos últimos momentos da vida de Benjamin Constant, que acabaram coincidindo com os primeiros da República, Lauro Sodré enumerou as conquistas republicanas, descentralização, federalismo, liberdade de consciências, mas defendeu também a necessidade de reforma constitucional como forma de aperfeiçoamento do sistema republicano. Além disso, sugeriu também que a experiência política de Benjamin Constant acabou ocasionando amarguras ao seu diletto mestre.

Tendo de lidar com as intrigas, maquinações e ambições do cenário político, o fundador da República deu sinais de cansaço e sofrimento. Nas palavras do senador paraense, ele “tinha a mais profunda e instintiva repugnância pelas misérias e pelas tortuosidades da politicagem, em que se comprazem e saciam e fartam os medíocres”. Além disso, sem dar muitos detalhes, Sodré, que na época fora secretário especial de Benjamin Constant nas pastas

¹⁸³ Id. Ibid. p..10.

do Ministério da Guerra e depois no Ministério da Instrução Pública, afirmou que “abriram-se dissídios” entre o seu mestre e o chefe do Governo Provisório, Deodoro da Fonseca¹⁸⁴.

Ainda assim, Constant continuou orientando a vida de Lauro Sodré. As últimas sentenças lançadas no livro dão bem a tônica desta devoção. Nas palavras do senador paraense, Benjamin Constant queria servir à sua pátria, destacava-se pela inteligência, caráter e “coração boníssimo”. “Pode ser que, alguma vez, o ódio tivesse entrado no seu grande coração aberto; mas não ficou nele”. Profundamente liberal e tolerante, respeitava as opiniões contrárias as suas. “Nunca o vi inflamado em iras, nunca o encontrei aconselhando vinganças”, ponderava Sodré¹⁸⁵.

De acordo com Lauro Sodré, Benjamin Constant não incentivava a luta pelo poder. Relutou aceitar todas as funções de governo que lhe apontaram e somente o fez por cumprimento de dever cívico. Exatamente a linha de raciocínio, ainda que muitas vezes retórica, que Lauro Sodré dizia seguir. O mestre, assim como discípulo, se consagrou como um positivista heterodoxo e, por mais de uma vez, recebeu críticas por conta de suas ideias de não positivistas e de positivistas ortodoxos. Teve ações políticas bastante questionadas, como a reforma educacional e o melhoramento do Exército. Porém, mesmo com toda a crítica, muitas vezes injusta na opinião de Sodré, Benjamin Constant continuava sendo uma das maiores individualidades da história nacional, o fundador da República e, por isso, digno de ser celebrado e reverenciado como uma sagrada memória dentro daquilo que ele concebia como religião da Humanidade.

Com Benjamin Constant eu aprendi a não ter a presunção do saber, que transvia e desnorteia, dando à alma esses tons de vaidosa jactância e de pretenciosa superioridade, com que tantos, orgulhados, perdem esse sentimento de veneração, que enchia o meu coração, quando eu o adorava, enquanto ele vivia a sua vida objetiva, temporária e material, tendo-o como o maior dos meus amigos, e que perdura em minha alma ainda agora e nela há de ficar para sempre, feito o culto que consagro à sua memória¹⁸⁶.

Em que pese toda esta devoção, é importante sublinhar que ao rememorar o passado, Lauro Sodré pensava também em seu próprio tempo. Ao indicar, por exemplo, que Benjamin Constant estava rodeado dos mais “graduados chefes da democracia liberal” e dos “prestimosos chefes do partido republicano revolucionário” ou que o seu grande mérito

¹⁸⁴ Id. Ibid. p.13.

¹⁸⁵ Id. Ibid. p.17.

¹⁸⁶ Id. Ibid. p.16.

repousava no fato de não ter saído “do grupo dos políticos incompetentes”¹⁸⁷, o senador paraense sinalizava para um ideal político que desejava ver estabelecido e consolidado em torno dos mais puros republicanos.

A reivindicação de Sodré jamais seria atendida e, no correr do tempo, passou a alimentar nele sentimentos ambíguos de expectativa e frustração. Costumeiramente ligado a lembrança do golpe de 15 de novembro de 89, o senador se tornou o porta voz de um passado nostálgico e inventado, onde tudo era melhor, mais patriótico e correto. Não há dúvida de que ele visse a si próprio como representante desta tradição. Em sua prática política, Sodré transitou entre momentos de ponderação, protestos, ímpetos revolucionários, tendências reformistas e a mais completa condescendência. Foram muitos anos atuando como senador da República e, de fato, seria pouco provável que sua trajetória não apresentasse tais oscilações. De qualquer modo, a República dos seus sonhos foi ficando cada vez mais distante e, embora colocado no campo político, Sodré diminuiu consideravelmente o ânimo oposicionista que por tanto tempo o caracterizou.

Este processo afetou também a sua produção intelectual. Após o lançamento de *Benjamin Constant – fundador da República Brasileira*, Lauro Sodré permaneceu longos anos sem publicar artigos, discursos ou livros. Retomou o processo de produção textual em 1939, com duas publicações: o artigo *Floriano Peixoto* e o livro *A proclamação da República*, escritos que podem ser considerados complementares em virtude das narrativas que entregam.

No ligeiro artigo dedicado ao “marechal de ferro”, publicado na *Revista do IHGP*, Lauro Sodré conta de modo sucinto como se dera o processo de aproximação entre ele e Floriano Peixoto. Partindo das reuniões celebradas no Clube Militar antes de 15 de novembro de 1889, ponto este retomado no livro dedicado à instauração do regime republicano, Sodré credita à Floriano Peixoto a sua presença no Rio de Janeiro nos instantes que antecederam à investida contra o regime imperial.

A ordem telegráfica do ministro da Guerra ao general comandante das Armas no Pará o levava a desembarcar no Rio de Janeiro, com destino ainda incerto, mas fatalmente para ser castigado pelas ações políticas que empreendera junto aos seus conterrâneos. Medida esta que Sodré considerava merecida a quem, como ele, “vivera sempre em agitação e tumulto”, tendo “como 2º tenente do 4º Batalhão de Artilharia, figurado entre os fundadores do partido republicano paraense” e sido incumbido de redigir os dois manifestos divulgados pela agremiação. Além disso, Sodré afirma ter sido visto em muitas ocasiões ocupando a “tribuna

¹⁸⁷ Id. Ibid. p.11.

popular” em nome dos militares para render homenagens a figuras como Sena Madureira ou em nome dos republicanos, como se dera na celebração organizada pela Confederação Artística do Pará, em 12 de junho de 1888¹⁸⁸.

E não tardou a punição das minhas audácias e desses feitos. Vim ter ao Rio, com destino incerto, tudo a depender do ato do ajudante general, que era então Floriano Peixoto, que no volumoso papel de queixas contra mim enviado de Belém, opinou pela minha ficada no Rio para ser observada a minha conduta. E assim fiquei. Dataram desses dias as minhas relações com Floriano Peixoto, que espontaneamente agiu a meu respeito, tendo em apreço os atos da minha condenada conduta, esquivando-me eu de ir, de acordo com o conselho do nosso dedicado chefe Aristides Lobo, buscar a carta, que me recomendaria a Floriano Peixoto, que era, no dizer daquele chefe republicano, quem salvara os nossos amigos¹⁸⁹.

Interessante perceber como Lauro Sodré se pronuncia, em parte, admitindo a culpa pelo modo de proceder e, em parte, orgulhando-se dela, como se a questionável conduta militar se justificasse pelos fins do projeto republicano. Nesta perspectiva, ao aparentemente favorecer a proximidade de Sodré com os personagens centrais da trama que resultou na deposição do imperador, Floriano Peixoto é lembrado como aliado em potencial, ainda que provavelmente tivesse tomado uma decisão administrativa corriqueira. A referência a Aristides Lobo como interlocutor político, por outro lado, assinala bem o arranjo civil-militar que se configurou para o 15 de novembro.

Neste sentido, o general paraense deu destaque para a reunião realizada no Clube Militar na noite de 09 de novembro, na mesma ocasião em que se realizava o famoso baile da ilha fiscal, o último festejo do período imperial, celebrado em homenagem à Armada chilena. Do encontro, presidido por Benjamin Constant e que reuniu civis e militares, Sodré lembrou de nomes como Tasso Fragosso, Ximeno Villeroy, Thomaz Cavalcanti, Gomes de Castro, José Bevilaqua e da expectativa que animava os presentes em ver proclamado o “regime da liberal democracia no Brasil”¹⁹⁰.

Lauro Sodré presta então homenagens aos nomes de Deodoro da Fonseca, Benjamin Constant e Floriano Peixoto, atribuindo a eles a implantação do novo regime. Ainda assim, ele se esforça por aproximar os dois últimos personagens, como se quisesse tanto enaltecê-los mais quanto colocá-los em sintonia de movimentos. Sodré conta, por exemplo, que por mais de uma vez fora testemunha das confabulações entre Constant e Peixoto após a reunião de 09

¹⁸⁸ SODRÉ, Lauro. “Floriano Peixoto”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*. Vol. XII, Período 1939-1951. Belém: [s.n.], 1951, p.6.

¹⁸⁹ Id. Ibid. pp.6-7.

¹⁹⁰ Id. Ibid. p.5.

de novembro no Clube Militar e que, feita a República, este substituirá aquele no Ministério da Guerra, como se tivessem sido passos coordenados e naturais.

Após o “golpe de Estado de Deodoro da Fonseca”, como Sodré nominalmente chamou à tentativa de centralização política do chefe militar e republicano em 1891, Floriano Peixoto teria assumido à Presidência da República e conseguido levantar seu nome “à maiores alturas a que, nem antes nem depois dele, ninguém ascendera, consagrado pela pátria como o seu salvador, pondo-a, como soube pô-la, a seguro de seus implacáveis inimigos, vencidos para sempre”¹⁹¹.

Ao se posicionar enquanto governador do Pará de forma contrária ao ato do marechal Deodoro Fonseca, Lauro Sodré reforçou ainda mais os vínculos de solidariedade com Floriano Peixoto, de quem por vezes recebeu, “por atos e palavras, provas de apreço e estima cativante”. O paraense dizia muito dever ao chefe político e militar e, sem poder retribuir, fazia questão de lhe prestar honras em todas as ocasiões, como culto religioso da fé cívica que professava¹⁹².

Na mesma perspectiva de recordação da instalação do novo regime e de culto aos heróis militares, Lauro Sodré lançou *A Proclamação da República*, um livro escrito sobre encomenda do 3º Congresso de História Nacional, sob patrocínio do Ministério da Educação e Saúde. Sendo, portanto, uma publicação comemorativa aos 50 anos de republicanismo no Brasil.

O livro, apesar de original, repete todos os principais argumentos lançados por Lauro Sodré em seus trabalhos anteriores no que tange aos manifestos republicanos, o papel dos militares, o protagonismo de Benjamin Constant, Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, a influência do positivismo e as inovações trazidas pelo novo regime. Neste sentido, não há novidades. Porém, como o Brasil vivia os tempos da ditadura varguista do Estado Novo e o octogenário Sodré figurava como o último dos constituintes de 1891 ainda vivo, o enredo da “gloriosa” revolução de 89 parecia ter o seu lugar.

A Proclamação da República começa com uma referência ao escritor português Latino Coelho e a sua proposição de que o germen do republicanismo já estaria presente no Brasil quando da emancipação política de 1822. José Bonifácio, pelo perfil esclarecido e científico, exemplificaria bem o crescimento de uma pretensa consciência nacional que, segundo o autor, se desenvolvia em contraposição ao sistema monárquico. Lauro Sodré vai além e defende a

¹⁹¹ Id. Ibid. p.7.

¹⁹² Id. Ibid. p..9.

sua tese de que desde os primórdios do século XVIII se iniciara o processo que culminou em 1889¹⁹³, o mesmo argumento que ele costumava utilizar para refutar a acusação de que o novo regime político brasileiro se originara de uma insurreição militar.

De acordo com seu credo filosófico, Lauro Sodré pensava ser possível prever os acontecimentos sociais a partir da observação das supostas leis naturais dos processos históricos. Assim, em sua reflexão, ancorada em teóricos como Littlé, Condorcet e Kant, existiriam lições a serem apreendidas na análise histórica. E, no caso brasileiro, lhe parecia bastante crível propor que a ideia republicana tivesse se constituído “em tempos vários e em pontos diversos e distantes da pátria”¹⁹⁴. Não importava, como dito anteriormente, a ausência de elementos materiais para sustentar a hipótese. Ela estava completamente alinhada com a doutrina positivista.

Contudo, se em trabalhos anteriores, como *Crenças e Opiniões*, Lauro Sodré se referiu apenas vagamente aos elementos predecessores do republicanismo no Brasil ou que tenha atrelado este processo aos episódios da Inconfidência Mineira, da Revolução Pernambucana e da Confederação do Equador, como o fez em *À memória de Rangel Pestana*, desta vez o autor sugeriu que o primeiro grito republicano no Brasil foi dado em Olinda, em 1710, com Bernardo Vieira de Melo durante a Revolta dos Mascates¹⁹⁵. Ainda que se tratasse de um projeto político totalmente excludente e deixasse de fora os negros escravizados, Sodré preferia ver ali o simbolismo, “a semente da liberdade”, o “primeiro e largo passo” para o estabelecimento da República, como se a interpretação fosse mais real que o sofrimento dos sujeitos históricos e a história não passasse de uma sucessão de fatos e acontecimentos sujeitos a interpretação casual do intelectual que as observava de longe.

Ao insistir em uma relação direta entre 1710 e 1889, Lauro Sodré recorre ao ideal do patriotismo para esboçar uma vinculação entre personagens e conjunturas tão díspares entre si. No mesmo balaio, ele insere ainda a revolta de Felipe dos Santos, os inconfidentes mineiros e os revoltos pernambucanos de 1817, como precursores do “cortejo cívico” que na manhã de 15 de novembro teria tomado as ruas da capital federal “entre aplausos delirantes e festivas palmas” à aclamação da República¹⁹⁶. Uma imagem bem distinta daquelas apresentadas pelos cronistas da época, que sugeriram a forma da República de improviso.

A República não fora instalada antes de 1889, na opinião de Sodré, porque faltava

¹⁹³ SODRÉ, Lauro. *A proclamação da República*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1939, p.7.

¹⁹⁴ Id. Ibid. p.9.

¹⁹⁵ Id. Ibid. p.10.

¹⁹⁶ Id. Ibid. p.14.

ainda o despertar e a participação decidida da classe militar. O que, segundo ele, só teria se tornado possível após a participação do Exército e da Marinha nas guerras internacionais que o Brasil se envolveu ao longo do século XIX, quando então a moralidade e o civismo das classes armadas teriam se desenvolvido ao ponto de encamparem a luta contra a escravidão e em favor da República¹⁹⁷.

A homogeneização dos posicionamentos militares é outro problema nas observações de Lauro Sodré. A ideia de classe evocada pelo político paraense esconde a pluralidade de posicionamentos e posturas dos militares frente ao abolicionismo, a crítica ao regime monárquico e a defesa da ideia republicana, como se realmente todos os oficiais e praças de Exército e Marinha tivessem defendido as mesmas posições e, mais do que isso, assumido a dianteira de tais movimentos.

A partir desta visão uniforme e, em certo sentido, atemporal, Lauro Sodré sugere que o estudo do passado e o conhecimento das lutas nacionais produziram em sua geração o desejo de continuidade da obra iniciada por “tantos compatriotas” de tempos idos, fazendo surgir o manifesto republicano de 1870. A despeito do documento, Sodré cita uma de suas alocuções no Senado Federal em comemoração aos 55 anos da publicação atribuída a Quintino Bocaiúva. No discurso, o senador paraense afirmava que o manifesto tivera o mérito de analisar com franqueza o regime imperial e de desfraldar a bandeira da democracia e da República pelo país. E que, além disso, a sua lembrança lhe parecia oportuna porque existiriam traços comuns entre os defeitos do regime passado e do atual, expressos por meio de vícios, abusos e falhas¹⁹⁸.

É possível que esta última colocação não estivesse relacionada apenas ao ano de 1925, quando Lauro Sodré a pronunciara originalmente. Levando em conta que na correspondência com Luiz Barreiros, Sodré declarara-se um homem da “república Velha”, admirador convicto da “revolução de 89” e não da “revolução de 30” e se posicionara publicamente com o *Clube 24 de Fevereiro* em favor da reconstitucionalização do país, é plausível pensar que ao selecionar a citação para o livro ele tivesse o duplo objetivo de reforçar o mito de origem da República e, ao mesmo tempo, estabelecer uma crítica velada à ditadura varguista. Não há como precisar ao certo. Mas, fato é que o longo discurso transcrito na íntegra pelo ex-senador paraense fala muito mais de seu descontentamento com os rumos da República do que exatamente do manifesto de 1870.

¹⁹⁷ Id. Ibid. p.16.

¹⁹⁸ Id. Ibid. p.19.

Ao retomar a palavra, Sodré faz menção aos dois manifestos divulgados pelos republicanos do Pará, respectivamente em 1886 e 1888. Reivindicando a autoria dos documentos, Lauro Sodré transcreve algumas partes dos textos em que, dentre outras coisas, se falava de patriotismo, luta contra o absolutismo, liberdade, fracasso da teologia, democracia e revolução. Temas realmente caros a Lauro Sodré. Curiosamente, o primeiro manifesto traz consigo uma referência a Pierre Laffitte que claramente justifica a adoção de procedimentos excepcionais no campo político. Segundo a observação acolhida e referendada por Sodré, ao abusar, oprimir e tornar-se obstáculo para o desenvolvimento nacional, os regimes políticos ficariam legitimamente suscetíveis a oposições, insurreições e golpes de estado¹⁹⁹.

O 15 de novembro de 1889 é marcado por esta visão de mundo simpática a intervenções ilegítimas nos poderes constitucionais. Assim, os álibis da opressão, da superstição, da centralização, da corrupção, eram apenas álibis, servindo para legitimar a tomada de poder. Daí a importância que o positivismo teve no início da República. Ancorado no discurso cientificista e progressista, ajudava a retratar o sistema monárquico como atrasado, antiquado e, portanto, digno de ser superado.

Dessa forma, com o Império enfraquecido após o fim da escravidão, os militares arquitetaram o golpe em favor da mudança de regime, algo nunca admitido por Lauro Sodré. Embora a negativa do golpe de estado também seja uma característica de quem o pratica, assim também como a referência a ele como ato revolucionário e não como golpe. Roteiro este repetido inúmeras vezes pelo político paraense, para quem o 15 de novembro simbolizava um clamor popular capitaneado pelas classes militares.

Tema recorrente tanto em sua ação política como nas suas produções intelectuais, a relação entre “O Exército e a República” é uma das seções de *A Proclamação da República*. Nela, Sodré nega que a influência militar pudesse ser considerada o pecado original do regime republicano e defende que tal juízo fora produzido pelos partidários da realeza vencida e, principalmente, com Joaquim Nabuco. À crítica ressurgida na imprensa dos anos 30, Lauro Sodré oferecia o “depoimento de sua consciência”. Onde se apontava o uso da força militar como expediente político, Sodré enxergava conduta patriótica e democrática²⁰⁰.

O recrudescimento das suspeições relacionadas à presença e participação dos militares no mundo político estava associado à realidade do Estado Novo. Mas, sobre isso Lauro Sodré

¹⁹⁹ Id. Ibid. p.19.

²⁰⁰ Id. Ibid. p.37-38.

nada diz. Ao menos, não abertamente. Prefere proteger a memória do período em que ele próprio atuava como agente político e estadista. Na qualidade de militar, propagandista republicano, deputado constituinte, ex-senador, ex-governador e, conseqüentemente, testemunha ocular dos fatos, Sodré oferece o seu depoimento que era um misto de experiência material e de leitura da realidade social.

Para ele, as desconfianças em relação ao Exército eram completamente infundadas. E, pensando fazer juízo plenamente científico e isento, Sodré ataca os observadores “apaixonados” e se põe a defender a instituição que o formara, alegando que a ela coube o papel histórico de apoiar e reforçar as aspirações nacionais. Citando trechos dos seus artigos escritos em 1890 e publicados na imprensa em resposta a Nabuco, Sodré se esforça por convencer que a República fora um evento popular²⁰¹. Embora, para tanto, precisasse repetir toda aquela interpretação histórica, essencialmente frágil, porque atemporal, de que o republicanismo era um desejo nacional ao qual os militares apenas deram apoio. Militares estes sempre retratados como agentes de uma classe homogeneizada, de pretensos valores morais elevados e genuinamente patriótica.

O Exército, na visão de Sodré, era um ajuntamento de consciências livres em revolta, uma verdadeira “força de resistência às criminosas tentativas do poder, na faina de aniquilar as liberdades públicas”. A postura combativa e interessada nos jogos de poder se devia, segundo ele, à formação recebida nas escolas militares.

Onde eram ensinados e bebidos os mais salutareos princípios filosóficos e as mais adiantadas teorias em todos os ramos do saber positivo; que contava em seu seio verdadeiros e numerosos evangelizadores, que punham a sua palavra e a sua pena ao serviço da causa da democracia, aguardando a hora de defende-la com as espadas²⁰².

É como se Lauro Sodré reservasse às forças armadas e aos militares o direito de ensejar intervenções políticas e golpes de estado por conta da formação diferenciada e supostamente elevada que recebiam. Não havendo para ele qualquer incompatibilidade entre o uso da força e a garantia dos direitos democráticos. Assim, diante da má gestão das coisas públicas, da corrupção, da exploração, do enriquecimento ilícito, da centralização política, de atentados contra as leis, o Exército, e apenas ele, enquanto classe, “alentado pelo patriotismo,

²⁰¹ Id. Ibid. p.39.

²⁰² Id. Ibid. p.40.

audaz pela consciência, da sua força”, teria “ousadia de enfrentar com os governos corruptos e corruptores, impondo-lhes o respeito à lei”²⁰³.

Deste ponto de vista, Lauro Sodré lança a ideia de que as forças armadas estariam a serviço da liberdade e contra as tendências ditatoriais. E, falando abertamente sobre o risco de ditaduras militares, o velho republicano paraense lembra que esse temor vinha desde os tempos da propaganda republicana. Dizia-se contrário a participação preponderante de militares nos negócios políticos e alegava sempre ter lutado contra tal retrocesso. A ditadura, na opinião do ex-senador positivista, não se coadunava com o período histórico vivido e nem com a índole, o temperamento e os hábitos do povo brasileiro²⁰⁴.

O famoso episódio em que Sodré, enquanto governador do Pará, se recusou a apoiar a tentativa de golpe e centralização política do presidente militar Deodoro da Fonseca, em 1891, parece fortalecer a versão de que ele seria contrário à ditadura. Por outro lado, sua participação no levante militar de 1904 e a forma como assumiu o poder estadual paraense em 1917, reforçam a simpatia que nutria pelas intervenções e movimentos excepcionais de militares contra os poderes estabelecidos.

Havia mesmo uma dubiedade em Lauro Sodré a respeito do papel social das forças armadas e, sobretudo, do Exército. Enquanto positivista, ele sustentava que o regime teológico-militar estava fadado ao desaparecimento na medida em que seria superado pelo estado científico-industrial. De maneira que, as sociedades policiadas perderiam seu lugar de funcionamento e abririam espaço para a diplomacia, para a resolução dos problemas no campo das leis. Mas, enquanto isso não acontecia, lhe parecia acertado que o Exército continuasse operando para a “defesa e honra da pátria”. Assim, se por um lado afirmava que a missão do Exército não seria o de governar nem de dirigir a nação, por outro, dava como certo que a instituição continuaria influenciando nos destinos do Brasil, “com lealdade, com firmeza, com patriotismo e com fé, para manter a obra de 15 de novembro, que tão poderosamente ajudou a criar”²⁰⁵.

Como é possível perceber, as palavras de Lauro Sodré continham percepções do passado, presente e futuro. Em todas estas dimensões temporais é reservado posição de destaque, prestígio e importância aos militares. Principalmente ao Exército, visto por ele como uma força social, elemento de ordem, mas também fator de progresso. De tal forma que,

²⁰³ Id. Ibid. p.42.

²⁰⁴ Id. Ibid. p.43.

²⁰⁵ Id. Ibid. p.43-44.

considerando as eventuais crises políticas e os “inimigos naturais e descobertos” do regime, o velho republicano reserva ao Exército a ação para a salvação da República²⁰⁶.

A parte final de *A Proclamação da República*, talvez a mais original do trabalho, é dedicada aos instantes que antecederam e sucederam ao golpe militar de 89. Lauro Sodré utiliza mais alguns textos de época de sua autoria e presta homenagens a nomes considerados importantes para a campanha republicana, como Silva Jardim, Sena Madureira, Quintino Bocaiúva, Benjamin Constant e Deodoro da Fonseca. Estes dois últimos, por sinal, considerados por ele como os paradigmas da revolução.

Lauro Sodré procura relatar então como se dera a articulação para a tomada de poder. Ele cita a reunião realizada no Clube Militar no dia 09 de novembro como o momento em “começaram as úteis e felizes combinações, que levaram a meta por todos os conspiradores colimada”. De posse da ata do encontro, Sodré ressalta que a sessão fora presidida por Benjamin Constant em virtude dos impedimentos de saúde de Deodoro da Fonseca. Na ocasião, o seu grande mestre falara da intenção do governo de reduzir o papel dos militares na sociedade e em seguida colocara a vida em prol da pátria, animando a todos os presentes²⁰⁷. O velho republicano paraense enaltece a figura de Benjamin Constant e aproveita para citar trechos do opúsculo que lhe dedicara em 1915.

Entre o dia 09 e a manhã de 15 de novembro, Sodré conta que se seguiram “dias e noites de ação incessante e fecunda”, em que se deram os ajustes “para a salvação da Pátria”. Benjamin Constant novamente cumprira papel fundamental de escuta e orientação. “Eram conferências seguindo a conferências, em que se encontravam, militares e civis, muitas delas realizadas na própria residência de Deodoro já enfermo”²⁰⁸. Algumas das quais Sodré teria tido oportunidade de participar, “sempre a seguir, como a sombra ao corpo, o mais sábio dos meus mestres e o mais querido dos meus amigos”²⁰⁹.

A despeito da parada militar a que se converteu o ato simbólico da tomada de poder em 15 de novembro, Sodré afirmou o seguinte:

Esse excepcional e muito expressivo passeio militar valeu pela mais eloquente e significativa mostra dos sentimentos da população aglomerada nas janelas, e portas, saudando com entusiasmo os triunfadores desse dia que nunca seria deslembrado pelos que tiveram a fortuna de ser testemunha desses atos, que valeram pela consagração da ideia, por amor da qual haviam se levantado essas tropas. O povo,

²⁰⁶ Id. Ibid. p..44.

²⁰⁷ Id. Ibid. p.65.

²⁰⁸ Id. Ibid. p.67.

²⁰⁹ Id. Ibid. p.68.

em massa, aclamava a República. Era como um decreto do poder soberano. Sentia-se para logo que o trono da família imperial não tinha mais nem cúpula nem alicerces²¹⁰.

Ou seja, apesar de atestar que a Proclamação da República havia sido tramada a portas fechadas por militares e alguns poucos civis, Sodré seguia tentando, 40 anos depois, convencer do apoio popular ao golpe de estado perpetrado com a sua colaboração. No entanto, o povo do qual fala não tem rosto, identidade e movimento. Em posição passiva, apenas assiste ao “passeio militar”, estando, portanto, deslocado do centro de ação, como se a ele competisse apenas o papel de coadjuvante. Além do que, a imagem de uma aclamação popular efusiva, como dito anteriormente, encontra pouco respaldo nos cronistas de época e na literatura especializada.

A insistência de Sodré nesta argumentação, seja no campo da interpretação história que ele produziu a respeito dos ideais republicanos no Brasil ou da tentativa de se colocar como testemunha ocular dos acontecimentos relatados, demonstra o quanto era importante para ele, mas também para os que comungavam da mesma visão de mundo, persuadir que a intervenção militar de 1889 havia sido uma revolução e, mais do que isso, uma revolução de caráter popular.

Após apresentar a transcrição dos primeiros atos oficiais do Governo Provisório, *A Proclamação da República* termina com homenagens aos propagandistas republicanos e àquela que seria a “imortal trindade” do novo regime – ou a imortal trindade de Lauro Sodré. Benjamin Constant, o formador dos apóstolos; Deodoro da Fonseca, o braço forte pelo qual a empreitada republicana encontrou êxito; e Floriano Peixoto, o “destemeroso soldado” a serviço da pátria²¹¹.

Desse modo, com seu último livro Lauro Sodré conseguiu manter-se fiel aos seus princípios e a uma dada memória da instalação do regime republicano. Apesar de inédito, *A Proclamação da República* repete conceitos e formas já utilizados pelo autor em publicações anteriores, como a escrita em primeira pessoa, a interpretação de fatos históricos à luz do positivismo, o entusiasmo com a causa republicana, a defesa do modelo de soldado-cidadão, o aproveitamento de textos de autoria própria já publicados, a citação recorrente dos autores de predileção, a negação do golpe militar de 89, a dubiedade em relação ao papel das forças armadas, o culto cívico, etc. Assim, ao mesmo tempo em que se pretende ser um depoimento

²¹⁰ Id. Ibid. p.70.

²¹¹ Id. Ibid. p.79-80.

autorizado de acontecimentos passados, o livro do ilustre octogenário paraense pode ser lido também como exercício de elaboração da realidade. Sendo, portanto, passível de críticas e correções.

Em síntese, *Crenças e Opiniões* (1896) e *Palavras e Atos* (1896) podem ser classificados como coletâneas, haja vista que foram organizados para reunir artigos escritos pelo autor em momentos diversificados de sua trajetória acadêmica e política. A maioria dos trabalhos de Lauro Sodré, no entanto, seguiu o formato opuscular, se originando geralmente de pequenos artigos ou discursos realizados pelo político paraense. Nesta categoria estão *A ideia republicana* (1891), *À memória de Rangel Pestana* (1903), *A evolução política do Brasil* (1906), *Pelo Norte, Pela República* (1913) e *Benjamin Constant – fundador da República brasileira* (1915). O último livro, *A Proclamação da República* (1939), foi o único escrito sob encomenda de terceiros. Ele mescla parágrafos originais com citações alongadas de trabalhos anteriores. Além destes títulos, ao menos um artigo merece destaque pela originalidade e por não ter sido compilado em nenhum livro: *As indústrias extrativas – a função do governo* (1902), um dos textos menos conhecidos de Lauro Sodré.

De maneira geral, os temas abordados por Lauro Sodré eram recorrentes e as discussões complementares, gerando a sensação de uma escrita com pauta muito bem definida, apesar de repetitiva. Esta impressão ganha força diante do costume do velho republicano de citar os seus próprios trabalhos e de utilizar costumeiramente os mesmos autores. De modo que, certos trechos e argumentações acabaram aparecendo em mais de um trabalho. Levando em conta a sua escrita meio acadêmica, meio política e bastante apologética, a repetição parece fazer sentido enquanto estratégia de convencimento. Mas, apesar de toda a inquestionável erudição do autor, quando analisada em conjunto, sua obra acaba por não oferecer ao leitor uma proposta de diversificação de assuntos ou de estilos literários. Há continuamente um caráter panfletário em Lauro Sodré, como se ele escrevesse para ser lido como apóstolo das ideias republicanas no Brasil. No caso, de uma República datada historicamente e, para o seu desagrado, logo superada.

3.2.2 - O testamento filosófico de Lauro Sodré

Além destes trabalhos, de acordo com Benjamin e Emmanuel Sodré, o velho republicano paraense teria redigido ainda uma espécie de testamento filosófico ao chegar aos

80 anos de idade²¹². O documento, encontrado apenas nos arquivos familiares, é, na realidade, uma carta datada de 13 de julho de 1938 e endereçada a Optato Carajurú, pernambucano radicado no Rio de Janeiro, juiz da Segunda Preterea Cível do Distrito Federal e um dos autores do *Livro maçônico do centenário*, de 1922.

O teor da missiva não deixa dúvida de que a comunicação passava exatamente pelos laços da sociabilidade maçônica. Em tom amistoso, Lauro Sodré se reporta a um diálogo ocorrido entre Carajurú e seu filho Emmanuel, também membro da maçonaria, no qual o republicano histórico teria sido acusado de trair os princípios católicos ao longo da vida pública. Para dirimir a questão, Sodré escreve e envia um exemplar do livro *Crenças e Opiniões*, recomendando, principalmente, a leitura do capítulo “Novíssima Verba”, onde ele teria demonstrado de modo claro e decisivo o que pensava em matéria de filosofia e ciência²¹³.

A tais páginas, chamadas agora de “Última Verba”, é que Lauro Sodré se reportava como o seu *testamento filosófico*. “Essas ligeiras linhas foram a clara exposição da minha fé científica e filosófica. Nelas para todo o sempre fiquei. Nessas linhas está aberta a minha alma”, dizia o octogenário paraense.

Em seguida, ele explica que a confusão e a crítica infundada que lhe dirigiam estavam relacionadas ao fato de ter sido “educado pelas lições da religião católica” e ter professado essa fé durante a infância e parte da adolescência. Do que seriam provas os primeiros artigos publicados na imprensa paraense na folha dos alunos do Liceu Paraense e no jornal *A Regeneração*, cujo dono era o conselheiro Samuel Wallace Mac-Dowell, a quem Sodré chama de “meu grande amigo, meu primo-irmão, meu mestre”. Produzindo um relato autobiográfico, Sodré conta que assentara praça com destino à Escola Militar em 1876 e começara o curso superior em 1878, quando tivera então as primeiras aulas de “cálculo diferencial” com o seu “glorioso mestre e maior amigo”, Benjamin Constant. Datava daí a sua emancipação das ideias teológicas e dos hábitos religiosos cultivados por anos a fio, como o de ir à missa a cada domingo na Igreja das Mercês, em Belém. Nos 10 anos que se seguiram, Lauro Sodré se lançou a um período classificado por ele mesmo como de “lutas científicas, filosóficas e políticas”.

Os anos de 1878 a 1888, que Sodré desejava apresentar a Optato Carajurú através do livro *Crenças e Opiniões*, foram, em suas palavras, de “grande, operosa e fecunda atividade”.

²¹² SODRÉ, Benjamin. Op. Cit., 1956, p.10; e SODRÉ, Emmanuel. Op. Cit., 1970, p.22-23.

²¹³ CARTA de Lauro Sodré a Optato Carajurú. Rio de Janeiro, 13 de julho de 1938. *Coleção Particular de Sônia Viveiros de Castro Etrusco*.

Ele escrevera dois manifestos políticos para o Clube Republicano Paraense, se envolveu em polêmica jornalística com o conselheiro Tito Franco de Almeida, fora iniciado na maçonaria na *Loja Harmonia* em agosto de 1888 e, no mesmo ano, embora não mais católico, contraíra o matrimônio na igreja matriz de Óbidos, posto não haver ainda casamento civil e ser esta a religião de sua esposa.

Do enlace matrimonial em diante, Lauro Sodré afirmou ter procurado se afastar das polêmicas religiosas, embora guardasse as suas convicções intactas e reafirmasse sempre que necessário e com maior segurança as suas opiniões e crenças positivistas. Assim, causava-lhe espanto quando queriam lhe atribuir uma fé que não mais possuía. Neste sentido, ele recordava de uma festa realizada no Grande Oriente do Brasil, na época em que era ainda grão-mestre, e se viu surpreendido pelo maçom que leu na tribuna uma poesia sua, publicada em jornal de Belém e “toda ela inspirada pelos sentimentos de católico”, ignorando-se o fato dela ser de 1875 e, portanto, anterior à sua conversão filosófica.

Dessa forma, Sodré alegava conservar a mesma crença e defender as mesmas doutrinas esboçadas por ele em sua juventude e, mais precisamente, na época em que cursava o 2º ano da Escola Militar e colaborava com a revista *Phenix Literária*. Reivindicando para si a mesma postura de coerência que costumava clamar na arena política, Sodré encerra a carta do seguinte modo: “Sou hoje o que sempre fui e espero ser amanhã, ficando, como já confessei, preso ao meu “testamento filosófico””²¹⁴.

Considerando os elementos característicos de sua produção intelectual, não chega a ser necessariamente excêntrica a proposição testamentária de Lauro Sodré. Embora “Novíssima Verba” seja um texto também datado historicamente, assim como o era a poesia mencionada por ele no encontro da maçonaria, e, portanto, estivesse sujeito a mudanças, a realidade é que em se tratando da doutrina positivista Lauro Sodré soube manter seu pensamento heterodoxo ao longo dos anos. As poucas variações que apresentou disseram mais respeito a diminuição do ímpeto apologético com que costumava se apresentar em público e ou nos textos do que exatamente pela alteração de seu sistema de crenças.

De qualquer forma, é a carta endereçada a Optato Carajurú que concede à “Novíssima Verba” o apelo testamentário. Com ela, o texto de 1896 ganha novo sentido entre as admissões, correções e reafirmações de um homem em sua tenra idade olhando para o passado e elegendo nele aquilo que considerava o mais importante. A entrada na Escola

²¹⁴ CARTA de Lauro Sodré a Optato Carajurú. Rio de Janeiro, 13 de julho de 1938. *Coleção Particular de Sônia Viveiros de Castro Etrusco*.

Militar, a adoção do positivismo e o encontro com Benjamin Constant figuram como o divisor de águas da vida de Lauro Sodré. Seu olhar retrospectivo endereçado ao companheiro de segredos maçônicos assinala bem a representatividade de tais eventos.

Outra peça documental preservada entre os descendentes de Lauro Sodré e que parece atestar a manutenção e importância da orientação positivista para ele, numa perspectiva mais íntima e informal, é um pequeno caderno de anotações utilizado pelo velho republicano para registrar pensamentos e excertos literários²¹⁵.

O documento trazia na capa a foto da esposa de Lauro, Theodora Sodré, com um dos netos do casal, sugerindo, apesar da ausência de datas, que o republicano histórico já contava com idade mais avançada. Abaixo a anotação escrita de próprio punho pelo autor: “Lilinho e vovó”. Na contracapa, a primeira referência a Augusto Comte, posta em idioma francês, o qual Lauro Sodré costumava usar em seus trabalhos políticos e intelectuais. O trecho, extraído de uma carta remetida pelo filósofo francês a Benedetto Profumo, em 1856, falava a despeito de uma prática conciliadora por propósito e inflexível por princípio, a qual Lauro Sodré procurava ao mesmo tempo destacar e se orientar.

São muitas as citações de Augusto Comte e as reproduções em francês. Em geral, elas tratam das tensões entre positivismo e catolicismo, de formas idealizadas de governo, de moralidade pública, livre pensamento e abstrações sobre humanidade e fraternidade universal. Temas estes que não destoam do repertório discursivo e pragmático apresentado por Lauro Sodré ao longo de sua vida pública, seja como estadista ou intelectual. De modo que, embora rejeitasse o dogmatismo do pensamento teológico e o excesso de zelo dos sectários da religião da humanidade no Brasil, o positivismo acabou se constituindo para ele numa doutrina capaz de orientar todo o organismo social. Era basicamente dela que Lauro Sodré extraía suas concepções de mundo, a valorização do patriotismo e do civismo, o entusiasmo para com a ciência e o império das leis, a defesa dos investimentos na instrução e na cultura, o apego às normas e condutas morais e tantas outras coisas que tentou transpor, nem sempre com sucesso, para o campo político.

Contudo, apesar do apego ao positivismo, o seu caderno de anotações também guardava referências aos sermões do padre Antonio Vieira, a trechos bíblicos, a Antonio Baena e seu *Compêndio das Eras*, ao poeta Luís de Camões, a Aristóteles, Santo Agostinho,

²¹⁵ O documento preservado é, na realidade, a transcrição datilografada do caderno de anotações atribuído a Lauro Sodré. É provável que a cópia tenha sido realizada em forma de prevenção e preservação da peça original. A transcrição não apresenta informações sobre datas, nem das anotações de Lauro Sodré, nem de quem as traduziu. *Coleção Particular Carmita*.

Sêneca, Jean d’Alembert, Montaigne, Victor Hugo, Spinoza, Jules Michelet, Clotilde Devaux, Madame de Staël e tantos outros. Assim, parece certa a análise de Octávio Meira sobre as predileções intelectuais de Lauro Sodré. Segundo este autor, Lauro Sodré era leitor assíduo dos mais variados filósofos, antigos e modernos, apesar de ser antes de tudo um *comtista*²¹⁶.

É provável que essas notas estivessem separadas para auxiliar Lauro Sodré em futuras produções textuais. Mas, ainda que seja impossível saber ao certo sobre a sua utilização, é importante sublinhar que as anotações assinalam a existência de um hábito de leitura diversificado que, em alguns casos, incluía o consumo de material contrário à própria matriz filosófica do político paraense, como é o caso das literaturas mais próximas ao campo religioso. Sendo este o traço de um comportamento intelectual mais amplo, apesar da inflexibilidade positivista.

3.2.3 - A biblioteca particular de Lauro Sodré

As referências bibliográficas utilizadas por Lauro Sodré em seus artigos, livros, discursos e anotações fazem pensar acerca de seus hábitos de leitura e, conseqüentemente, na biblioteca que constituiu ao longo da vida. E, novamente, os documentos familiares oferecem pistas relevantes neste sentido.

Segundo consta, após o falecimento de Lauro Sodré, em 16 de junho de 1944, o interventor federal no estado do Pará, o coronel do Exército Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, afilhado de batismo de Lauro Sodré, iniciou tratativas com a família do ilustre morto a fim de que fossem transferidos para o seu estado natal alguns dos objetos que haviam lhe pertencido em vida. Foi quando se constituiu uma comissão responsável por catalogar e remeter ao Pará a *Biblioteca e o Arquivo Pessoal de Lauro Sodré*.

A comissão, formada por Theodoro de Almeida Sodré, filho mais novo de Lauro, José da Rocha Ribas, futuro deputado federal, e Ernesto Cruz, renomado intelectual e estudioso da história do Pará, emitiu parecer, em 27 de outubro de 1944, acerca do trabalho realizado na capital da República.

Foram classificadas 1.666 obras com 2.089 volumes, de assuntos generalizados e de filosofia, história, geografia, literatura, sociologia, ciências, filologia e religião. Inúmeros desses livros conservam apontamentos traçados pelo dr. Lauro Sodré, o que os tornam mais preciosos. Outros foram oferecidos pelos próprios autores, sendo que estes têm anotação especial nas respectivas fichas.

²¹⁶ MEIRA, Octávio. Op. Cit., 1981, p.75.

O arquivo é composto de cartas preciosas, históricos documentos, que retratam diferentes épocas do ciclo republicano, de acentuado valor para a recomposição de fatos e episódios, constituindo valioso cabedal para os estudiosos. Essas cartas datam dos fins do século passado e dos princípios do atual, e são firmadas por Prudente de Moraes, Nina Ribeiro, Augusto Montenegro, Manoel Vitorino, Antônio Azeredo, Toledo Piza, Francisco Glicério, Rangel Pestana, Pedro de Toledo, Campos Sales, Barão de Lucena, Manoel Barata, Henri Coudreau, Jaime Pombo Bricio, Conde de Afonso Celso etc²¹⁷.

Segundo o documento, o trabalho de classificação teria sido tão rigoroso que Ernesto Cruz fora destacado para realizar curso na Biblioteca Nacional a fim de aprender técnicas de catalogação para auxiliar o governo do estado do Pará na organização e disponibilização do acervo ao grande público. Neste sentido, a comissão destacava que embora tivesse classificado e etiquetado as obras, bem como preenchido fichas informativas relativas a cada peça documental, a catalogação final só poderia ocorrer em Belém e demandaria ainda a aquisição de estantes e prateleiras capazes de abrigar adequadamente a coleção. Entre as preciosidades do acervo, os membros da comissão destacaram ainda os textos escritos por Lauro Sodré sobre a Questão do Amapá (provavelmente, desconhecidos), os recortes de jornais de época (possivelmente, sobre o político paraense) e o livro de atas do Clube Republicano.

Por esse meio, parece ser seguro acreditar que a *Biblioteca e o Arquivo Pessoal de Lauro Sodré* foram mesmo enviados ao Pará ainda em 1944. Todavia, entre a remessa do material e a disponibilização do acervo ao grande público os eventos políticos alteraram a velocidade com que o trabalho estava sendo realizado. Um ano depois da comissão encerrar suas atividades, Magalhães Barata, o principal entusiasta do nome de Lauro Sodré, foi afastado da interventoria federal no Pará e a constituição do espaço de leitura atrasou.

A mensagem do governador Luiz Geolás de Moura Carvalho à Assembleia Legislativa do Pará, em 1948, confirma a aquisição da *Biblioteca de Lauro Sodré* por parte de Magalhães Barata e informa que somente no ano anterior, isto é, em 1947, ela havia sido incorporada às coleções da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, que naquele período ainda funcionavam como uma mesma instituição²¹⁸.

Em outra mensagem de governo, o major Moura Carvalho relatou que a *Biblioteca de Lauro Sodré* foi inicialmente disposta no Instituto Histórico e Geográfico do Pará,

²¹⁷ RELATÓRIO da comissão encarregada de catalogar e enviar a Biblioteca e o Arquivo pessoal de Lauro Sodré ao Pará. Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1944. *Coleção Particular de Heloisa Keller*.

²¹⁸ PARÁ, Assembleia Legislativa. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa no dia 15 de agosto de 1948, em sessão de instalação, pelo Governador Major Luiz Geolás de Moura Carvalho*. Belém: [s.n.], 1948, p.108.

reivindicando para si o desejo de tornar mais acessível ao público “os livros onde o eminente conterrâneo Dr. Lauro Sodré cultivou seu espírito de sábio e de patriota”, o que supostamente teria motivado à transferência do material para a administração estadual²¹⁹. Não é possível saber ao certo a razão pela qual o acervo de Lauro Sodré foi colocado no IHGP. Talvez a situação tenha tido a ver com saída de Magalhães Barata do poder ou com a influência de Ernesto Cruz, sócio e futuro presidente do IHGP, ou mesmo com a relação que Lauro Sodré teve em vida com aquela instituição, da qual fora sócio fundador e presidente honorário. Em todo caso, o fato representava uma mudança significativa no acordo celebrado pela comissão de 1944 e os familiares. O documento firmado naquela ocasião não deixa dúvidas: o conjunto documental fora remetido ao Pará para ficar aos cuidados do governo estadual.

Outro ponto que chama atenção na exposição feita por Moura Carvalho é em relação ao quantitativo de obras do acervo de Sodré. Enquanto o documento da comissão de 1944 falava em 1.666 títulos, o major Moura Carvalho falou em 1.687 obras. Uma variação pequena se comparada a que se produziu ao longo dos anos seguintes. De volta ao governo do estado em 1957, Magalhães Barata falou em 1.663 obras e 2.100 volumes²²⁰. Já Ernesto Cruz, o intelectual responsável pelo trabalho técnico de classificação do acervo em 1944, lançou livro em 1971 na qualidade de ex-diretor da Biblioteca e Arquivo Público do Pará no qual afirmou que a coleção pessoal do velho republicano paraense era constituída de “aproximadamente 1.490 títulos”²²¹.

Para agravar ainda mais a situação, a *Biblioteca de Lauro Sodré* acabou sendo totalmente desconfigurada ao longo do tempo. O acervo, que era pessoal, acabou sendo espalhado, sem muito critério e controle, dentro dos próprios setores da biblioteca pública que, pelo quantitativo de títulos, já não consegue identificar a procedência de todas as obras que armazena. Sobretudo, daquelas recebidas antes da era dos computadores.

Neste sentido, as fichas catalográficas da época são os únicos vestígios que ajudam a contar o que fora a *Biblioteca de Lauro Sodré*. Através deste material produzido manualmente, consegui identificar o total de 1.500 títulos como pertencentes ao acervo do velho republicano. Um número que apesar de corroborar a informação prestada por Ernesto

²¹⁹ PARÁ, Assembleia Legislativa. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa no dia 15 de abril de 1950, em sessão de instalação, pelo governador Major Luiz Geolás de Moura Carvalho*. Belém: [s.n], 1951.

²²⁰ PARÁ, Assembleia Legislativa. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em sua reunião Ordinária de 1957 pelo General Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, Governador do Estado*. Belém: Imprensa Oficial, 1957, p.101.

²²¹ CRUZ, Ernesto. *A história da Biblioteca e Arquivo Públicos do Pará*. Belém: Conselho Estadual de Cultural, 1971, p.17.

Cruz em 1971, não explica a diferença significativa em relação aos quantitativos divulgados nos primeiros documentos produzidos sobre o acervo. Considerando que as primeiras catalogações tenham incorrido em erro, estaríamos falando de um equívoco envolvendo a classificação indevida de mais de 1600 obras, o que parece pouco razoável. Assim, me parece mais plausível pensar que parte do material tenha se perdido ou sido extraviado na própria remessa do Rio de Janeiro ao Pará ou na transposição do acervo do IHGP à Biblioteca Pública ou ainda dentro do próprio espaço de leitura estadual.

Imagem 27 - Lauro Sodré no seu gabinete de trabalho²²²



FONTE: *REVISTA DA ÉPOCA*. Nº 6, Ed. Especial. Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1905, p.9.

Na *Imagem 27*, publicada na edição especial da *Revista da Época* sobre o político paraense, é possível ter uma dimensão de como se configurava o espaço de trabalho e leitura particular de Lauro Sodré. Em primeiro plano, quase ao centro, é possível vê-lo posando com o “olhar perdido”, circundado por estantes de livros e escrivaninhas. À sua esquerda, ao fundo, o retrato de Benjamin Constant; à sua direita, logo após um busto que parece ser de si próprio, a figura de Floriano Peixoto, as principais referências que Sodré seguia na vida pública. Há também a presença de uma alegoria feminina na parede, logo abaixo ao quadro de

²²² Cf.: SODRÉ, Benjamin. Op. Cit. 1956, p.14.

Benjamin Constant, que, possivelmente, representaria a República. E, ainda sobre o quadro de Benjamin Constant, vale destacar que, segundo o relato de Benjamin Sodré, o retrato fora oferecimento do próprio ex-professor da Escola Militar e contava com o seu autógrafo. Após a morte de Lauro Sodré, ele foi doado junto com a sua biblioteca ao Governo do Estado do Pará. Infelizmente, porém, sua localização também é atualmente desconhecida.

Contudo, se o tratamento dispensado à *Biblioteca de Lauro Sodré* está sujeito a críticas, o *Arquivo Pessoal* do político paraense acabou tendo um destino ainda mais lamentável. A série de correspondências do velho republicano não é referenciada nos documentos oficiais de governo e tão pouco na produção intelectual de Ernesto Cruz. Também não constitui acervo identificado no IHGP ou na Biblioteca Pública Arthur Vianna, como hoje é chamada a Biblioteca Pública do Pará. Neste último caso, vale ressaltar que a *Coleção Particular de Lauro Sodré*, disponibilizada no setor de Obras Raras da instituição, é formada a partir de um conjunto documental com procedência não identificada oficialmente, mas que provavelmente pertencia a Luiz Barreiros, o principal destinatário das cartas de Lauro Sodré salvaguardadas na coleção. O que torna este material consideravelmente distinto daquele descrito pela comissão de 1944, que falava das missivas recebidas por Sodré de figuras como Prudente de Moraes, Augusto Montenegro, Francisco Glicério, Rangel Pestana, Campos Sales, Manoel Barata, Henri Coudreau, entre outros. Cartas estas que não estão presentes no acervo da Biblioteca Pública Arthur Vianna e nem nos demais consultados para elaboração deste trabalho. E, infelizmente, podem ter se perdido em definitivo.

Por outro lado, a partir da recomposição das obras que compunham o acervo de Lauro Sodré, realizada por meio das fichas catalográficas da Biblioteca Pública Arthur Vianna, se tornou possível analisar o perfil de leitor e de intelectual do ex-governador do Pará.

Em primeiro lugar, chama atenção a quantidade de obras na língua francesa. Cerca de 79% dos livros da *Biblioteca de Lauro Sodré* estavam em francês. Ou seja, 1.182 títulos que, somados com as 218 obras em português, perfaziam o total de 94% do acervo. O volume de produções no idioma francês era, portanto, superior aos títulos em português, ainda que somados os livros publicados no Brasil e em Portugal.

É possível que parte do acervo original da biblioteca pessoal do velho republicano tenha sido dividida entre os filhos de Lauro, principalmente entre Emmanuel e Benjamin, os mais próximos do pai em termos de formação, política e sociabilidade. Assim, a coleção enviada ao Pará não representaria o total de títulos reunidos em vida por Sodré, o que ajudaria a explicar o baixo quantitativo de livros em português.

Talvez seja exagero sugerir que Lauro Sodré pudesse ler basicamente em francês no seu dia a dia, haja vista o esforço que demonstrava fazer, enquanto intelectual e político, para acompanhar a cultura literária do Pará e do Brasil. Porém, fato é que havia uma predileção pela cultura francesa.

Do ponto de vista social, Lauro Sodré mostrava-se ligado à toda uma geração de intelectuais que se voltava, como pontuou Nicolau Sevcenko, para “o fluxo cultural europeu como a verdadeira, única e definitiva tábua de salvação”, a fim de superar um passado considerado obscuro e de “abrir um mundo novo, liberal, democrático, progressista, abundante e de perspectivas ilimitadas, como ele se prometia”²²³.

Esses dados permitem pensar Lauro Sodré enquanto leitor e consumidor da cultura francesa e, ao mesmo tempo, compreender por que em seus discursos e textos escritos eram tão frequentes as citações de autores franceses. E, mais que isso, denotam as suas referências no processo de compreensão e significação da realidade. Em menor número, constam ainda títulos em inglês, espanhol e italiano, o que reforça a vinculação de Sodré à geração intelectual de seu tempo e a atitude cosmopolita que ela costumava sustentar.

Emmanuel Sodré teceu alguns comentários sobre a relação de Lauro Sodré com a leitura. Apesar de não falar em quantidade de títulos ou o que fora feito com o acervo do político paraense após a sua morte, o filho do velho republicano fornece informações importantes sobre a constituição do acervo e as preferências literárias do pai.

De acordo com Emmanuel, parte significativa dos livros reunidos por Lauro Sodré tiveram origem ou motivação nas atividades de professor e de parlamentar que ele exercera. Mas, considerando que a experiência professoral de Lauro Sodré foi bastante reduzida, quase nula, por conta dos sucessivos afastamentos da Escola Militar para o exercício dos mandatos políticos, é de se presumir que a posição de estadista tenha direcionado o seu interesse de leitura. Daí o destaque dado por Emmanuel aos títulos de Direito Constitucional, Economia Política e Finanças²²⁴.

Em termos de preferências literárias, Emmanuel Sodré garantiu que depois de Augusto Comte, o filósofo que mais empolgara ao pai teria sido René Descartes. Estudioso da história, Lauro Sodré possuía “especial atrativo” em relação à Revolução Francesa e se impressionava principalmente com Danton, Diderot e Condorcet – os dois primeiros utilizados por ele como pseudônimos na imprensa paraense na época da propaganda

²²³ SEVCENKO, Nicolau. Op. Cit., 2003, p.96.

²²⁴ SODRÉ, Emmanuel. Op. Cit. 1970, p.20-21.

republicana. Admirava o trabalho de Latino Coelho e Victor Hugo, da mesma forma que gostava da poesia de Gonçalves Dias, Castro Alves e Fagundes Varela. Por fim, Emmanuel Sodré alega que seriam necessárias muitas páginas para falar a respeito da biblioteca do pai e informa que as obras tratavam em geral de “filosofia, matemática, sociologia, história natural, política, economia, finanças, literatura nacional e estrangeira, artes etc”²²⁵.

Analisando os títulos oriundos das fichas catalográficas da Biblioteca Pública Arthur Vianna é possível chegar à semelhante impressão. Entre os autores com o maior volume de obras arroladas, sem muita surpresa, figura o nome de Augusto Comte, com 27 títulos. Depois dele, o de Jules Michelet com 21 títulos, o que reitera à sua vinculação com a cultura francesa e sugere uma inclinação para o estudo das “humanidades”.

Além dos nomes citados por Emmanuel Sodré, pode-se apreender que Ernest Renan, Theophilo Braga, Herbert Spencer, John Stuart Mill, Hippolyte Taine e Émile Littré também tinham bons espaços nas prateleiras de livros de Lauro Sodré.

Da mesma forma, chama atenção a presença de autores que, aparentemente, não condiziam muito com o perfil positivista tão apregoado pelo político paraense. São os casos de Friedrich Engels, Karl Marx e Friedrich Nietzsche. Pode ser que essas leituras não fossem consumidas necessariamente no sentido de concordância, mas elas reforçam aquele caráter mais amplo da formação intelectual de Lauro Sodré, que envolvia o conhecimento e a crítica embasada das concepções e formulações teóricas que ele próprio não abraçava.

Sem dúvida que a sua base de sustentação intelectual era o positivismo e as chamadas “doutrinas científicas” do final do século XIX, como tem sido ressaltado pelos estudiosos e historiadores, mas é importante perceber que não se resumia a isso. Os hábitos de leitura de Sodré incluíam autores muito diferenciados entre si não apenas quanto aos temas e abordagens, mas também quanto a temporalidade de cada um. Na lista de livros que lhe pertenceram é possível encontrar desde Aristóteles e Santo Agostinho à Thomas Carlyle e Arthur Schopenhauer. Assim, seu perfil intelectual se construiu tanto pelo modo convicto como costumava defender suas concepções filosóficas positivistas, como pela erudição que procurou adquirir ao longo da vida.

²²⁵ Id. Ibid. p.22-26.

3.3 – Lauro Sodré e o Pará no periodismo carioca

Nesta seção busco analisar como as revistas ilustradas do Rio de Janeiro retratam Lauro Sodré no período em que ele exerceu os mandatos no legislativo federal. Tais publicações se mostram interessantes não apenas pelos textos que fizeram imprimir, mas fundamentalmente pelas charges, caricaturas e fotografias de que se valeram para satirizar, elogiar ou criticar a política nacional e seus personagens²²⁶.

Desta forma, a proposta me parece válida não apenas pela possibilidade de se conhecer algumas das representações artísticas elaboradas sobre Lauro Sodré, mas também como forma de observação do modo pelo qual o senador militar era compreendido, explicado e incorporado à sociedade em que estava inserido.

Para elaborar esta reflexão, recorri às três maiores revistas ilustradas que circularam no Rio de Janeiro do início do século XX: *O Malho* (1902-1954), *Fon-Fon!* (1907-1945) e *Careta* (1908-1960). Das três publicações, *O Malho* foi a que apresentou mais material textual e iconográfico relacionado à Lauro Sodré. Na revista *Fon-Fon!* me deparei com registros mais pontuais e próximos das outras duas revistas, por isso não aparecerá tanto aqui, embora também tenha sido considerada. As publicações de a *Careta* são peculiares tanto pelos recursos gráficos quanto pelos conteúdos escritos.

A princípio, é importante esclarecer que as revistas ilustradas despontaram no Brasil ainda no período imperial. Ao lado dos jornais, as revistas franquearam a colocação de literatos e caricaturistas nos domínios da imprensa no Brasil. Mais que isso. Ana Luiza Martins afirma que a leitura ligeira e amena proporcionada pelo gênero periódico revista, acrescido do recurso da ilustração, incentivaram o consumo literário entre uma população sem tradição de leitura, uma vez que as imagens facilitavam a assimilação das mensagens compartilhadas²²⁷.

O italiano Angelo Agostini, a partir da década de 1860, se transformou no principal nome da caricatura praticada no Brasil. Aliás, como indicou Isabel Lustosa, até o final do século XIX a caricatura brasileira foi praticamente produzida por estrangeiros. Além de Agostini, destacaram-se o também italiano Luigi Borgomainerio e os portugueses Rafael

²²⁶ Como recorte, preferi tratar aqui exclusivamente das charges e caricaturas, deixando as fotografias impressas nas revistas para serem consideradas na última seção do trabalho, por entender que elas estão associadas a outro processo de construção de imagem.

²²⁷ MARTINS, Ana Luiza. “Imprensa em tempos de Império”. In MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto: 2008, p.63.

Bordalo Pinheiro e Julião Machado. Ainda assim, foi Agostini com a sua *Revista Ilustrada* quem primeiramente constituiu um estilo, se não nacional, mas característico de humor brasileiro²²⁸.

Com a estreia de Raul Pederneiras, Calixto Cordeiro e J. Carlos, já no período republicano, foi que se inaugurou, de fato, um tipo de caricatura genuinamente brasileira. Com a chegada do novo regime e das novas demandas e realidades sociais, a imprensa se diversificou. Nesse período de transformações, pondera Maria de Lourdes Eleutério, a imprensa conheceu diversos processos de inovação tecnológica que permitiram tanto o melhoramento das charges e caricaturas, como a utilização das fotografias em larga escala. Houve aumento nas tiragens, melhor qualidade na impressão, redução do custo do impresso e o ensaio de um consumo massificado de periódicos²²⁹.

Nesse novo cenário, os caricaturistas foram se tornando cada vez mais relevantes para as revistas lançadas ao longo da Primeira República. No caso das três revistas consultadas para esta seção, *O Malho* (a mais antiga), a *Careta* (a mais popular) e a *Fon-Fon!* (a mais elitizada), é importante ter em mente que elas entretinham com informações leves e apuro gráfico. Neste sentido, como assinalou Maria Eleutério, os ilustradores se mostravam fundamentais e necessários diante “de uma população com alto índice de analfabetismo, para a qual imagens comunicavam mais que texto”²³⁰.

Apesar de não ter o objetivo aqui de analisar individualmente a obra e as características de produção de cada artista ou revista, convém fazer algumas observações apoiadas em trabalhos de referência.

O estudo de Laura Moutinho Nery destacou a importância das caricaturas de Raul Pederneiras, Calixto e J. Carlos para os projetos editoriais e gráficos dos periódicos com os quais colaboravam. No caso de Raul Pederneiras, a autora demonstrou que ele retratava principalmente os aspectos da vida urbana e por isso era considerado um cronista da cidade, ao lado de escritores, jornalistas e autores teatrais.

Por esta via, pode-se dizer que a caricatura da era republicana diferiu de sua antecessora ao perder em virulência e ganhar em elegância e na leveza do traço, inspirada no estilo dos desenhistas franceses do final do século XIX. “Contudo, jamais deixou de ser um gênero associado à denúncia, à crítica perspicaz, ao comentário social e político afiado”

²²⁸ LUSTOSA, Isabel. “Humor e política na Primeira República”. In: Revista USP, São Paulo, N.3, 1989, p.53.

²²⁹ ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. “Imprensa a serviço do progresso”. In MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto: 2008, p.83.

²³⁰ Id. Ibid. p.76.

²³¹. Assim, não seria possível desvincular a linguagem visual utilizada pelos artistas das transformações técnicas, sociais e culturais.

O registro de tipos, vestes, gestos, comportamentos e, em alguns casos, de ruas e outros logradouros públicos, abastece esse leitor, alfabetizado ou não, com um repertório que, embora imaginado pelo artista, desfrutava de autoridade equivalente à de um documento. O leitor via não somente a realidade, mas uma interpretação desta que estava vinculada solidariamente à visão que ele mesmo possuía dos eventos e personagens cotidianos²³².

De maneira que, o elemento visual adquire um considerável peso informativo nas revistas *O Malho*, *Fon-Fon!* e *Careta*. E, apesar das revistas ilustradas manterem uma estreita aproximação com remodelamento urbano e a circulação de capital no Rio de Janeiro, elas não se resumiam ao elogio do progresso. Havia nelas elementos de crítica e ironia das políticas republicanas, sobretudo no caso das charges. Na realidade, mais do que isso. De acordo com Guilherme Mendes Tenório, as charges do período republicano não seriam apenas instrumentos para conferir sentido à realidade política daquele momento, mas uma forma de intervir no estado das coisas, dando legitimidade a determinadas ações e não a outras²³³.

Além disso, é importante ter em mente que as charges e caricaturas podem causar riso, por possuírem uma carga de humor, mas também podem causar estranhamento, na medida em que podem despertar uma visão do político ou da situação retratada que até então se desconhecia²³⁴.

Entre as várias charges e caricaturas de Lauro Sodré publicadas nas revistas ilustradas cariocas, procurei selecionar aquelas mais expressivas em relação ao contexto histórico vivido no momento. Não ignoro que cada artista ou revista pudesse ter suas preferências políticas e concepções de mundo, mas, por ora, repito, importou-me mais identificar os lugares destinados ou ocupados por Lauro Sodré nas páginas ilustradas da sociedade carioca.

Algumas imagens se mostraram mais recorrentes que outras, chegando mesmo a se repetirem nas publicações aqui consideradas. Essa repetição é entendida como mecanismo vital para se ensejar uma determinada imagem de algo ou alguém. Ela será pontuada ao longo dessas linhas, mas sem necessariamente haver a proposta de reproduzir todo o material visual.

²³¹ NERY, Laura Moutinho. *Cenas da vida carioca: Raul Pereneiras e a belle époque do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2000, p.79.

²³² Id. Ibid. p.100.

²³³ TENÓRIO, Guilherme Mendes. *Zé Povo cidadão: humor e política nas páginas de O Malho*. Dissertação (Mestrado em História Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009, p.25.

²³⁴ GAWRYSZEWSKI, Alberto. "Conceito de caricatura: não tem graça nenhuma". *Domínios da Imagem*, Londrina, Ano I, N.2, 2008, p.16.

Como disse anteriormente, *O Malho* foi quem destinou mais espaço para Lauro Sodré. Importa saber, neste caso, que a revista era considerada uma das mais politizadas do seu gênero e por muito tempo reuniu os melhores caricaturistas daquela geração²³⁵. O humor praticado pela revista tinha relação com a desilusão republicana do início do século XX²³⁶.

Nela, Lauro Sodré não era destacado apenas no traço, mas nos textos, principalmente publicados em seções como o “Carrilhão do Senado”, que tinham por objetivo ponderar, satirizar e criticar certos acontecimentos da vida parlamentar brasileira. O que é importante de ser destacado, pois mesmo com todo o desenvolvimento técnico e o prestígio dos caricaturistas, durante a Primeira República o texto continuou sendo utilizado como elemento de referência da charge, isto é, como parte de sua linguagem. Ele aparecia, em geral, em forma de título e legenda. “Esse texto, contudo, sofre uma mudança em sua estrutura interna, tornando-se curto e “rápido”, na medida certa para acompanhar o desfecho de piadas que se resolvem num só quadro”²³⁷.

A primeira menção ao nome de Lauro Sodré na revista *O Malho* foi feita, em forma de texto, na edição de 18 de outubro de 1902, quando se falou da possível substituição de Lauro Muller por Lauro Sodré na comissão de finanças do Senado Federal. O primeiro, “um tipo acabado de esfria em política, com a sua calma, a sua inalterabilidade [...] com toda a sua ação sedativa para as angústias do tesouro e para os ardores partidários”. O segundo, de “ação estimulante”, servia “para coroar os heróis mais ardorosos e condimentar as feijoadas mais irritantes”. De modo que, previa-se que o Senado acabasse sendo aquecido das “geadas governistas de Santa Catarina com a canícula oposicionista do Pará”²³⁸.

Os traços caricatos são evidentes, embora se trate de uma mensagem textual, o que reforça a tônica de humor da publicação semanal. Há, neste momento, uma postura muito elogiosa em relação a Lauro Sodré, que se reforça na medida em que outros comentários sobre a política nacional e, em especial, sobre a política paraense, indicavam que ele perderia a vaga no Senado por conta da dominação “lemista” no Pará.

Neste sentido, tratando da candidatura de Lauro Sodré para o Senado pelo Distrito Federal, *O Malho* publicou uma matéria assinada por Amalio onde se dizia não haver mais tempos “para que os seus admiradores se preparem para fazer frente às combinações eleitorais já por aí pacientemente armadas”. Ainda assim, se previa uma votação brilhante para Lauro

²³⁵ TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré. “O traço como texto: a história da charge no Rio de Janeiro de 1860 a 1930”. *Cadernos Avulsos*, nº38. FCRB, 2001, p.34.

²³⁶ TENÓRIO, Guilherme Mendes. Op. Cit. 2009, p.35.

²³⁷ TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré. Op. Cit. 2001, p.38.

²³⁸ O MALHO. Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1902, p.10.

Sodré, que ecoaria como “verdadeiro protesto nacional contra a condenação ao ostracismo com que o bobo do Sr. Montenegro acredita poder esmagar o homem de maior prestígio que a República possui hoje”²³⁹.

O resultado do pleito e do reconhecimento de Lauro Sodré como senador pelo Distrito Federal foi representado por Calixto (*Imagem 28*) como um triunfo do povo contra a fraude, ao menos no pleito senatorial. Uma vitória com ares de surpresa diante da descrença existente em relação aos processos eleitorais de então.

Imagem 28 - “Lauro Sodré no Senado”, capa de *O Malho*²⁴⁰.



Fonte: O MALHO. Rio de Janeiro, 27 de junho de 1903, capa.

Embora a charge de Calixto expresse uma aceitação tranquila de Lauro Sodré no campo político carioca e *O Malho* continuasse apresentando Sodré como um político que aquecia o debate parlamentar, alguém disposto a “chamar as hostes a peleja, como se dissesse: ou vai ou racha!”²⁴¹, ainda assim é preciso destacar que o desenho se funda exatamente na disputa entre Sodré e Lopes Trovão acerca da apuração e validação da eleição. Barata Ribeiro,

²³⁹ O MALHO. Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1903, p.4.

²⁴⁰ Na legenda é possível ler as seguintes falas: Lauro Sodré: “Até que afinal...”; J. Murinho: “Vamos ser reconhecidos”; Coro: “Nunca percas a esperança, quando houver temporal, que há de vir a bonança, suceder-lhe afinal!”.

²⁴¹ Id. Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1903, p.10.

também senador pelo Distrito Federal, era o principal defensor de Trovão, o que denota alguma resistência ao nome de Lauro Sodré.

A cordialidade da revista *O Malho* para com o senador militar começa a mudar em outubro de 1904. Na edição do dia 22, a “Crônica do Malho” falou a respeito de uma “procissão” popular, de “triques patrioqueiros”, que pretendia retirar Rodrigues Alves do Catete e nele colocar Lauro Sodré²⁴².

Começava a se espalhar o rumor de que o político paraense havia se tornado uma ameaça ao Estado. Na semana dos conflitos, a revista afirmou que Lauro Sodré estava sendo desprestigiado por toda a imprensa. Por conseguinte, o texto de Ruy Vaz é longo, mas elucidativo.

O ilustre homem político, que é senador e alta patente do exército, não se contentou, como o Sr. Barbosa Lima, de se opor no Congresso, com todas as forças da sua inteligência e da sua energia, à passagem da lei da vacina obrigatória. Sancionada, não resta aos impugnadores da lei senão tentar invalidá-la recorrendo ao poder judiciário. Nesta situação o Sr. Lauro Sodré esqueceu que era membro do Congresso e que era oficial do exército e foi presidir uma reunião em que se decidiu impedir a execução da lei à bala! Ele chegou mesmo a aconselhar ao povo o emprego desse recurso contra os exatores da lei. A imprensa caiu-lhe em cima e deu-lhe de rijo e, vamos e venhamos, deu-lhe com razão. Não é a um senador da República e a um oficial do exército que pode nunca caber o papel de incitador de rebeliões. Os radicais que apelam para a revolução não se recrutam nessas classes: essas são por natureza, por índole, por função, as classes essencialmente conservadoras. Se o Sr. Lauro Sodré se despisse dessas insígnias que são as do regime dominante e viesse, simples cidadão, para o seio do povo protestar não com retórica, mas com armas na mão, contra o que lhe parecesse uma violação dos direitos populares, bem! Nada havia que dizer: era um convencido, que arriscava alguma coisa na dança. Mas ficar dentro da sua curul de senador e de sua farda oficial, duas vezes dentro do orçamento, e vir aconselhar ao povo que se vá deixar matar na rua para ele poder entrar no Catete como presidente, como ditador, como imperador, como for possível, é duro de roer. Também, verdade seja dita, a consequência única dessa droga toda são essas pancadinhas da imprensa. O povo, que o ouviu, aplaudiu-o com delírio. Então o negócio do à bala! caiu no goto. Mas, depois, de todo o sarilho de palmas e bravos, cada qual foi para casa cear com a mulher e os filhos. Eu, por mim, estou ansioso que esse negócio se decida. Há quatro ou cinco anos que não ouço senão que a revolução está na rua e que o Dr. Lauro Sodré é que vai para o Catete. Estou doido que ponham o homem lá de uma vez, para a gente ter sossego. Agora, muito me hei de rir, se treze meses depois, o sr. Gomes de Castro, por exemplo, também com gana de ir para o Catete, começa por aí a declamar:

- Qual! Este não é o Lauro de meus sonhos!²⁴³

A partir destas reflexões, é possível aventar algumas questões. Primeiro, havia certa unanimidade nos órgãos de imprensa, inclusive entre aqueles que diariamente publicavam notas elogiosas à figura de Lauro Sodré, de que o senador havia passado dos limites ao incitar

²⁴² O MALHO. Rio de Janeiro, 22 de outubro de 1904, p.4.

²⁴³ O MALHO. Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1904, p.4.

a população ao enfrentamento com o governo. Em segundo lugar, havia igualmente o entendimento de que o limite da atuação política de Lauro Sodré girava em torno do seu pertencimento ao Exército e ao Senado, o que fazia dele, em tese, um agente das classes conservadoras. De acordo com esta percepção, a conduta do político paraense teria se tornado incompatível com o que se esperava dele. O papel de “revolucionário” só caberia, portanto, a quem não ocupasse posições no governo ou no Estado. Percepção esta, por si própria, extremamente conservadora. Em terceiro lugar, apesar da atitude reprovada, Lauro Sodré continuava sendo observado como um nome forte para a presidência da República.

Poucos dias depois da insurreição militar, o mesmo Ruy Vaz foi novamente a público para esclarecer que *O Malho* havia se colocado ao lado do povo ao repelir o projeto de vacinação obrigatória. Porém, nem por isso a publicação periódica pretendia apoiar a desestabilidade social e política. De modo que, mantinha posição contrária à revolução, qualquer tipo que fosse ela e, em especial, aquela “que o Dr. Lauro Sodré preparou tão desastrada, quanto injustamente”.

Segundo o cronista, Lauro Sodré teria tentado se aproveitar do estado de ânimos da população para dar um golpe e tomar o poder. Para tanto, na condição de tenente-coronel enganara os alunos da Escola Militar declarando que todo o Exército estava com ele e só faltava a escola. Depois, quando deveria arcar com suas responsabilidades de líder e se dispor a morrer pela causa, acabara fugindo vergonhosa e miseravelmente do fronte de batalha. Ruy Vaz termina seu texto pedindo para que a justiça fosse implacável com os promotores do evento que julgava injustificável, em especial com o ambicioso Lauro Sodré que sacrificara inúmeras carreiras militares em prol de seus propósitos políticos²⁴⁴.

Da argumentação de Ruy Vaz, reside um ponto interessante: ao mesmo tempo em que Lauro Sodré era pensado como um representante político dos grupos mais conservadores e tradicionais, era também chamado de golpista e revolucionário, como se houvesse um desajuste em sua conduta, primeiro, pela aproximação dos segmentos populares e, fundamentalmente, pela sublevação da Escola Militar.

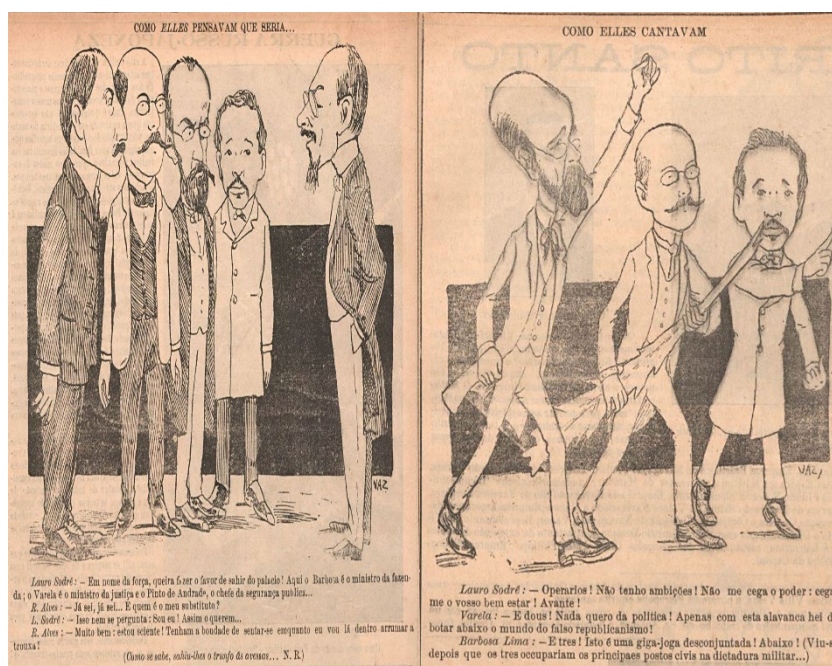
Desta forma, a imagem de Lauro Sodré perante a imprensa carioca ilustrada ou não começou a se alterar a partir daí. Em 26 de novembro de 1904, a revista *O Malho* acusou o senador paraense de ter sido o chefe da revolta e lamentou o fato de Sodré ser “um homem que todo mundo pensava que tinha muito juízo, que contava tantos amigos, mas que tanto

²⁴⁴ O MALHO. Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1904, p.4.

exploraram com o seu nome que afinal esqueceu a sua posição, o seu passado, o seu nome, os seus amigos, a sua família e até a República”²⁴⁵.

As charges assinadas por Ruy Vaz (*Imagem 29*) que sucederam aos episódios da Revolta da Vacina trazem Lauro Sodré sempre em posição destacada e desejoso de assumir a presidência da República e implementar uma ditadura. De maneira que, a imagem patriótica antes referendada pelas páginas de *O Malho* modifica-se sensivelmente e passa a ser vista sob suspeição. O patriotismo de Lauro Sodré se converte em mero discurso, sua abnegação e desinteresse apenas peças discursivas para alimentar o seu sonho de poder.

Imagem 29 - “Como eles pensavam que seria...”/“Como eles cantavam”²⁴⁶



Fonte: O MALHO. 26/11/1904, p.10 e 19.

Os mortos, feridos e degredados por conta dos embates militares e civis passaram a ser referenciados como vítimas de seu plano para chegar à presidência da República. Mas, a rigor,

²⁴⁵ O MALHO. Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1904, p.6.

²⁴⁶ Em “Como eles pensavam que seria” é possível verificar a seguinte legenda: “Lauro Sodré: Em nome da força, queira fazer o favor de sair do palácio! Aqui o Barbosa é o ministro da fazenda, o Varela é o ministro da justiça e o Pinto de Andrade, o chefe da segurança pública... / R. Alves: Já sei, já sei... E quem é o meu substituto? / L. Sodré: Isso nem se pergunta! Sou eu! Assim o querem... R. Alves: Muito bem; estou ciente! Tenham a bondade de sentar-se enquanto eu vou lá dentro arrumar a trouxa!”. Em “Como eles cantavam”, tem-se o seguinte: “Lauro Sodré: Operários! Não tenho ambições! Não me cega o poder; cega-me o vosso bem estar! Avante! / Varela: E dois! Nada quero da política! Apenas com esta alavanca hei de botar abaixo o mundo do falso republicanismo! / Barbosa Lima: E três! Isto é uma giga-joga desconjuntada! Abaixo! (Viu-se depois que os três ocupariam os principais postos civis da ditadura civil-militar)”.

tratava-se de um modo de perceber aqueles acontecimentos, uma representação. E, talvez, aqui caiba lembrar a famosa colocação de Roger Chartier, segundo a qual as percepções do social não podem de modo algum serem tomadas como neutras, posto que elas tendem a impor uma autoridade à custa de outras, a impor um projeto reformador ou justificá-lo. De modo que, as representações do social estariam “sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação”²⁴⁷.

Imagem 30 - Lauro Sodré, preso, retratado a bordo do encouraçado Deodoro



Fonte: O MALHO. 17/12/1904, p.7.

Como diz Luiz Guilherme Sodré Teixeira, a charge constrói uma identidade para o sujeito real aprofundando uma diferença entre ele e a construção de seu duplo imaginário. A charge “especializa seu traço buscando a verdade e o sentido das ações do sujeito real através de um personagem diferente dele, mas que com ele se identifica”²⁴⁸. Na *Imagem 30*, os redatores de *O Malho* venderam a representação literalmente como a fotografia do preso Lauro Sodré, retratado em tons sombrios, encostado na amurada, com um livro em mãos e semblante fechado. A legenda dizia ainda que de vez em quando ele interrompia a leitura, lançava os olhos demoradamente para a cidade e engolfava-se novamente na distração. Cabia

²⁴⁷ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. 2ª Ed. Lisboa: Difel, 1988, p.17.

²⁴⁸ TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré. *Op. Cit.* 2001, p.13.

para despertar sentimentos antagônicos no público, mas sempre se mantendo o ar condenatório, como também se pode verificar na poesia de Luiz Américo intitulada “Lauro Sodré” e publicada no final de 1904.

E assim de queda em queda, dia a dia,
 Vai o povo assistindo, apavorado,
 Como rui e desaba a penedia
 Onde o mar recuava avassalado!
 Como oscila e desaba um monumento
 Em cujo topo eu via desfaldado,
 Como o sol a fugir no firmamento,
 O verde pavilhão sempre estrelado.
 Confrange o coração, é doloroso
 Ver-se assim um Titã, sempre glorioso,
 Humilhado, vencido, prisioneiro!
 Como assim de repente se desfaz
 O gladio vingador o mais audaz,
 O vulto legendário do guerreiro!²⁴⁹

Em 1905, na primeira vez em que se apresentou ao Conselho de Guerra nomeado pelo Supremo Tribunal Militar para julgar os envolvidos na insurreição, Lauro Sodré foi surpreendido por uma homenagem prestada pelos demais indiciados presentes na sessão. Se posicionando em fileiras, os ex-alunos afastados da Escola Militar receberam o senador atirando-lhe flores²⁵⁰.

Logo depois, o Conselho de Guerra se declarou incompetente para o julgamento e obrigou o STM a formar um segundo conselho, atrasando assim o processo que se queria rápido e exemplar. Estes fatos repercutiram na imprensa em favor de Lauro Sodré, sugerindo que continuava prestigiado pelos alunos afastados da Escola Militar. Isso ajudou a dissipar parte da atmosfera hostil que ficara sobre ele desde a insurreição.

O Malho retratou o episódio (*Imagem 31*) das flores e, brincando com a ideia de que Conselho trocara de lugar com os acusados, apontava uma vitória simbólica do senador militar em relação ao governo federal.

Diante dos impasses com relação ao julgamento de Lauro Sodré, a percepção do chargista sugere que, mesmo preso, Lauro Sodré parecia manter boas articulações com o mundo político. Ao passo que, Rodrigues Alves não conseguia encontrar a forma correta e precisa para punir Sodré e os demais envolvidos nos acontecimentos de 14 de novembro de 1904. Desta forma, pressionado pela questão das imunidades parlamentares e pelas vozes que

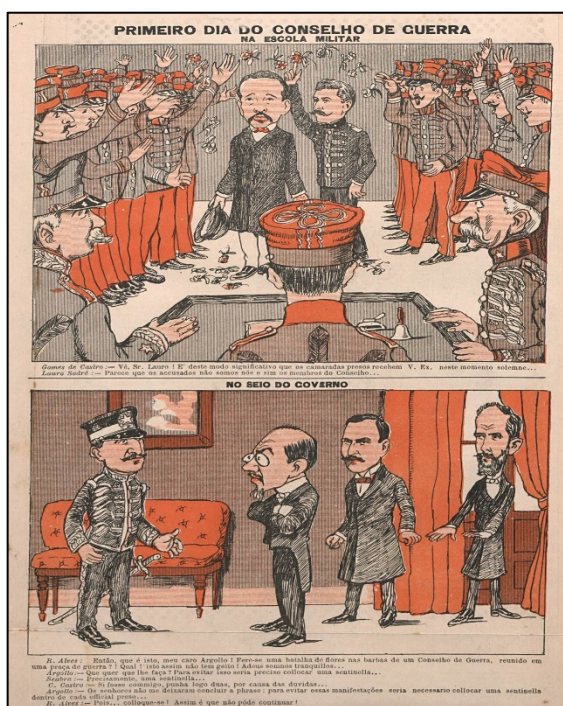
²⁴⁹ O MALHO. Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1904, p.18.

²⁵⁰ SODRÉ, Emmanuel. Op. Cit. 1970, p.92-93.

voltavam a clamar em favor de Sodré, o governo foi cada vez mais pressionado a aprovar a lei da anistia.

Antes do episódio no Conselho de Guerra, outro fato reforçou a ideia de que o prestígio de Lauro Sodré ou se mantinha intacto ou estava sendo recobrado com alguma intensidade. Em março de 1905, mesmo preso e sendo processado por conspiração, ele foi reeleito para a Comissão de Instrução Pública no Senado Federal. Diante do que, o articulista de *O Malho* afirmou que a situação só poderia indicar duas coisas: ou que Lauro Sodré era vítima de um erro judiciário ou que a política era uma coisa que ninguém entendia²⁵¹.

Imagem 31 - “Primeiro dia do Conselho de Guerra”, charge da revista *O Malho*²⁵².



Fonte: O MALHO. 08/04/1905, p.26.

²⁵¹ O MALHO. Rio de Janeiro, 20 de maio de 1905, p.21.

²⁵² Na primeira charge, consta a legenda: “Gomes de Castro: Vê, Sr. Lauro! É deste modo significativo que os camaradas presos recebem V. Ex. neste momento solene... / Lauro Sodré: Parece que os acusados não somos nós e sim os membros do Conselho...”. Na segunda charge, a legenda é: “R. Alves: Então, que é isto meu caro Argollo! Fere-se uma batalha de flores nas barbas de um Conselho de Guerra, reunido em uma praça de guerra? Qual! Isto assim não tem jeito! Adeus somos tranquilos... / Argollo: Que quer que lhe faça? Para evitar isso seria preciso colocar uma sentinela... / Seabra: Precisamente, uma sentinela... / C. Castro: Se fosse comigo, punha logo duas, por causa das dúvidas... / Argollo: Os senhores não me deixaram concluir a frase: para evitar essas manifestações seria necessário colocar uma sentinela dentro de cada oficial prisioneiro... / R. Alves: Pois... Coloque-se! Assim é que não pode continuar!”.

Reforçando a segunda possibilidade, a soltura de Lauro Sodré ganhou contornos de apoteose. A charge de R. Lobão (*Imagem 32*), publicada na capa da revista *O Malho*, sugere tanto em seu conteúdo visual quanto no escrito uma reaproximação de Sodré em relação aos segmentos populares, representada nas vozes populares que lhe saúdam e no diálogo com o personagem “Zé-Povo”.

Na imagem, lança-se a expectativa, referendada pelas figuras de Rui Barbosa, Moreira da Silva e Barata Ribeiro, para que Lauro Sodré retome a sua sintonia com o povo, entendida mais uma vez dentro do perfil socialmente aceito nos segmentos conservadores do proceder de um senador e militar, ou seja, de alguém que deveria prezar pela ordem e não a subverter.

Imagem 32 - “O grande anistiado”, revista *O Malho*²⁵³.



Fonte: O MALHO. Rio de Janeiro, 09 de setembro de 1905, capa.

Apesar de ter realmente moderado o tom, Lauro Sodré continuou como o perfil oposicionista de antes e passou a levantar com mais afinco a bandeira da revisão constitucional (*Imagem 33*) como uma forma de correção dos vícios da República. Parecia

²⁵³ Na legenda: “Vozes populares: Viva o Dr. Lauro Sodré! Viva! / Zé Povo: Bons ventos o tragam à terra firme! A República só precisa de ordem e tranquilidade. O senhor doutor é militar e senador, ninguém mais competente para trabalhar por aquilo de que a nação mais carece. Cá estou eu para ajuda-lo nessa missão de paz. Mãos à obra! / Lauro Sodré: “Fortalecido por ti, só de ti necessito, porque de ti é que vivem as democracias”. / Rui Barbosa, Moreira da Silva e Barata Ribeiro: Bela resposta! Queira Deus que ela encerre o período das bernardas”.

assim que Lauro Sodré estava voltando a ser o mesmo de antes da insurreição, atuando ao lado do “Zé Povo” e pelejando em favor da República.

Anistiado, Lauro Sodré voltou a atuar como senador pelo Distrito Federal e, muito provavelmente, essa atuação contribuiu para que o seu nome se projetasse novamente com algum destaque no cenário federal. É preciso recordar, neste caso, que no campo político existem relações objetivas e de conflito, que se processam a partir das posições ocupadas pelos agentes e pelo capital que cada um deles detém. Em geral, quanto maior o capital simbólico, mais significativo é o posicionamento²⁵⁴. Levando em conta os elementos sinalizados até aqui, é de se pensar que Lauro Sodré gozasse de uma colocação privilegiada no seio da sociedade carioca. Somente isso explicaria seus movimentos, inclusive, os insurrecionais.

Imagem 33 - Capa da revista *O Malho* tratando da revisão constitucional²⁵⁵



Fonte: O MALHO, 18/11/1905, capa

²⁵⁴ BOURDIEU, Pierre. Op. Cit. 2002, p.66.

²⁵⁵ Na legenda, consta: “República: Mas Sr. Lauro!... atenda... veja que ainda é cedo para essas reformas... Se já dizem que tenho pouco juízo, depois são capazes de me chamarem maluca! Aos 16 anos, é duro! / Lauro Sodré: Não quero saber disso! Quero revisão! Quero o bote abaixo nesta rua, para alarga-la, para fazer a Grande Avenida dos meus sonhos... / Moreira da Silva: É eu estou prontinho da silva, para ser o Paulo Frontin dessa Gram-Via, caramba! / Zé Povo: Isso! Isso! Botem lenha na fogueira... tenham rompantes espanhóis, que eu é que fico a dançar de castanholas na mão e com a sela na barriga!”.

Neste sentido, a observação da *Imagem 34* se faz necessária. Uma das ideias contidas nessa peça de 1905 é a de que, em 16 anos, a República teria dado origem à três “monstregos”: o déficit, as oligarquias estaduais e os pronunciamentos das sumidades republicanas. Na qualidade de senador, mas não apenas por isso, já que nem todo senador necessariamente se pronunciava na tribuna com a frequência devida para ser lembrado pelos seus discursos e retórica, Lauro Sodré, o segundo da esquerda para a direita, ocupava o posto de uma liderança política que procurava denunciar os desvios da obra republicana, notabilizando-se como ponto de crítica ao governo federal.

Imagem 34 - “A República e a medicina legal – os pareceres das sumidades”²⁵⁶.



Fonte: O MALHO, 18/11/1905, p.27.

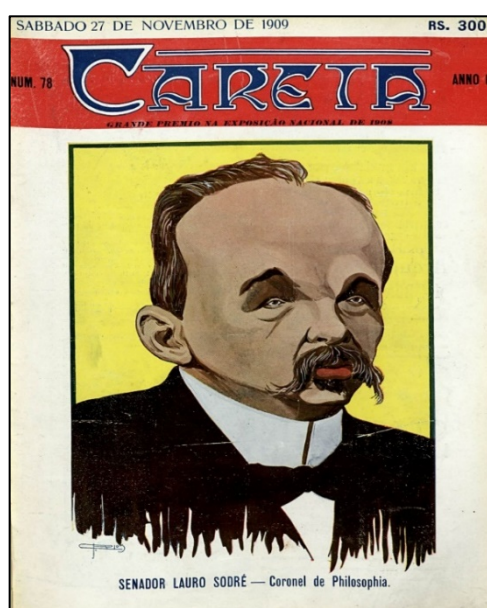
²⁵⁶ Na legenda, consta: “Alcindo Guanabara: Aqui está o que se conseguiu extrair da República ao fim de dezesseis anos! — Barata Ribeiro: Bem faço eu que não abandonei a menina dos meus olhos: as minhas ilusões republicanas de quando era menino... — Fernando Mendes: Enquanto a Guarda Nacional não for minha, ei de continuar na oposição, cada vez mais marcial. — Ouro Preto: Queixem-se do levante de quartéis e tomem injeções de soro monarquista... — Andrade Figueira: Ai, chefe! Mas eu não sou homem para essas branduras, se pudesse, arrancava-lhe as entranhas, como arranquei esta fressura ali no açougue da esquina! — Teixeira Mendes e Miguel de Lemos: Ditadura, arrocho e pequenas pátrias, e tudo se concerta, para bem da humanidade. — Laet: Safa!.. E chama-se a isto conselho do positivismo, da tal gente, que quer Ordem e Progresso... só na bandeira! Antes a minha ferramenta a serrar, a esgaravatar, a furar e a cortar todos os dias pela imprensa... Gomes de Castro: Façam como eu: falo, falo, falo, meto as botas em tudo, mas não faço nada, que é para não errar... — Feliciano Penna: Deixem a doente com o mano Afonso! Eu me encarrego de meter a tesoura da língua de prata em tudo quanto for roubalheira! — Varella: E o senhor, que diz a esta mixórdia, Sr. Celso? — Afonso Celso: Eu? É fácil compreende-lo: vou nas suas águas! — Lauro Sodré: Qual! Sem espada e sem revisão, isto não vai lá das pernas! — Candido de Oliveira: Não há nada como um dia depois do outro... Quem havia de dizer que o Lauro Sodré e outros republicanos da gema, seriam os nossos melhores porta-vozes?!... Zé do Povo (a parte): Afinal, a cousa é esta: ao fim de 16 anos a República deu à luz três monstregos... o Déficit... as Oligarquias estaduais... os Pronunciamentos... O melhor é deixarem-se de conselhos e mandarem os monstregos para o Instituto da Infância Desvalida, incluindo a própria República-mãe”.

A participação na insurreição de 1904 arranhou a complacência com que, em geral, era tratado na imprensa carioca. Mas, na medida em que soube se vincular a proposta de reforma constitucional, foi lentamente contornando as críticas que lhe eram feitas. Em um campo político marcado por pronunciamentos, em geral, esvaziados de sentido prático, Sodré apostava no modelo republicano apresentado à sociedade em 1889 e tentava validar suas proposições, em geral, referenciando a própria experiência à frente do Governo do Pará.

Não à toa, a referida charge vincula Lauro Sodré à “espada”, isto é, ao grupo de senadores militares, constantemente acusado de idealizar uma República deixada para trás ainda nos primeiros anos de novo governo. “Espada” e “revisão” seriam as palavras de ordem de Lauro Sodré, palavras através das quais ele teria sido preso em 1904 e continuava a se movimentar após a anistia, conseguindo projetar-se entre outros protagonistas do mundo político brasileiro.

Comparado à um morteiro, cujo estampido da explosão poderia assustar, mas que no final deixava apenas um resíduo fumegante e inofensivo²⁵⁷, Lauro Sodré não apenas se consolidou entre os principais nomes da política nacional, mas rapidamente perdeu o status de ameaça ao Estado, embora continuasse sendo reconhecidamente da “oposição”.

Imagem 35 - “Senador Lauro Sodré, coronel de filosofia”, capa da revista Careta.



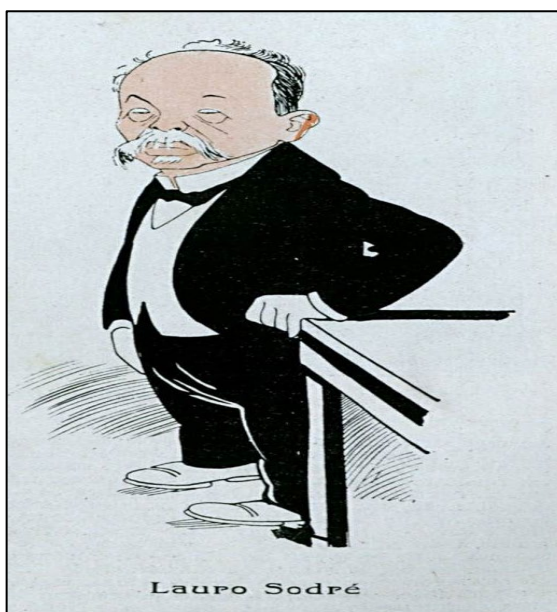
Fonte: A CARETA. Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1909, capa.

²⁵⁷ O MALHO. Rio de Janeiro, 29 de julho de 1907, p.30.

Para os redatores da *Careta*, ele era o “Coronel de filosofia” (*Imagem 35*), um dos militares que tomou parte da propaganda republicana e que mais tarde, no novo regime, ascendeu politicamente e não retornou para as fileiras militares, recebendo acumuladamente os vencimentos e vantagens tanto de uma quanto de outra carreira, o que, em geral, vinha acompanhado de inúmeras críticas. Mas, no caso, do “Coronel de filosofia”, parte das críticas eram atenuadas pelo próprio perfil agradável do senador militar.

No entender do redator da revista, o “valente coronel de filosofia” teria nascido para a política ao lado de Benjamin Constant, sob a auréola de “discípulo querido”. Seus traços mais atenuantes seriam a rija honestidade e a excessiva moderação, por isso ele se tornara “um dos cidadãos mais pacientemente acariciados pelas volúveis massas populares”. Para o povo paraense, era o “ídolo intangível” e o “candidato vitalício à presidência do cálido estado”. Os seus tenazes adversários e os seus ardentes amigos concordavam quando falavam de suas “excepcionais virtudes de caráter, a vastidão do saber, a profundidade do talento, a clara superioridade do pensar, a nobre pureza das intenções, a magnífica tolerância e os provados méritos de administrador”. De maneira que, a bondade ingênua e vasta era a principal adversária de Lauro Sodré²⁵⁸.

Imagem 36 - Lauro Sodré – coronel de filosofia 2



Fonte: CARETA. Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1912, p.11.

²⁵⁸ CARETA. Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1912, p.11.

Como se pode perceber, os adjetivos atribuídos à Lauro Sodré pela revista *Careta* eram todos elogiosos. Até mesmo os apregoados defeitos de Sodré eram pensados como uma extensão das suas virtudes. Da mesma forma, as caricaturas do “Coronel de filosofia”, plenamente alinhado nas vestimentas, grisalho, olhos quase fechados, inspiravam simpatia (*Imagem 36*).

Mas, se por mais um instante, tomarmos a advertência do “Zé Povo” (*Imagem 32*) quando da anistia de Lauro Sodré, isto é, a ideia de que a República só precisava de “ordem e tranquilidade” e que, na qualidade de militar e senador, Sodré seria extremamente habilitado para conceder o que a nação mais carecia, devendo para tanto deixar de lado as “bernardas”, então, todo esse tratamento elogioso só quererá dizer uma coisa: de algum modo Lauro Sodré se alinhava ao modelo político considerado como aceitável e deixou de incomodar.

O apelido de “filósofo”, neste sentido, para além da erudição que de fato ninguém lhe negava ter, também se articulava com os discursos políticos esvaziados da charge anterior. De outro modo, significa dizer, por um lado, que o governo aprendeu a lidar com o tipo de oposição feita por Lauro Sodré e, de outro, que apesar do potencial inventivo e gerador do seu *habitus* político, ele partilhava de um conjunto de características que davam sentido ao seu grupo social, isto é, Lauro Sodré, mesmo com suas particularidades, era parte do jogo político e por isso tinha de fazer movimentos muito semelhantes aos dos políticos com os quais rivalizava ou então encontrar estratégias para obter os mesmos resultados.

Na medida em que atuava pelo Distrito Federal e ao mesmo tempo mantinha a condição de chefe honorário do PRF no Pará, Lauro Sodré acabou entrecruzando os dois cenários políticos. De tal forma que as notícias da capital paraense acabavam sendo relacionadas a ele no Rio de Janeiro e ganhando significativo espaço na imprensa carioca. Até mesmo depois que voltou à representação federal pelo Pará o costume não se dissipou, como é possível perceber na cobertura feita pelas revistas ilustradas dos acontecimentos paraenses entre 1911 e 1917.

Considerando a incessante querela entre *lauristas* e *lemistas*, é possível afirmar que no segmento das revistas ilustradas do Rio de Janeiro predominou uma leitura enormemente favorável ao grupo vinculado à Lauro Sodré. Tanto que o também senador federal Arthur Lemos, sobrinho do velho intendente de Belém, chegou a acusar a revista *Careta* de promover o elogio “sob todas as formas” de Lauro Sodré²⁵⁹.

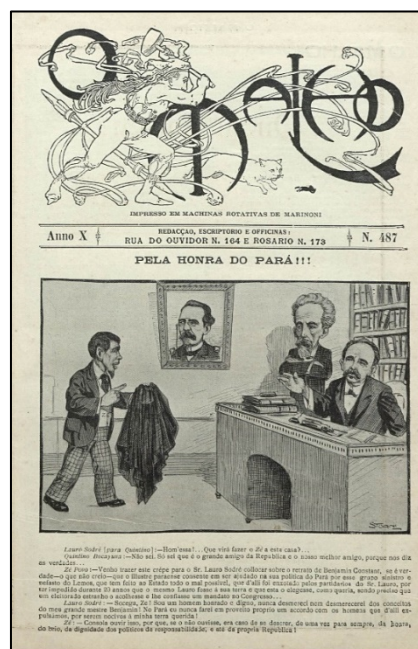
²⁵⁹ CARETA. Rio de Janeiro, 20 de maio de 1911, p.10.

Mas, na realidade, fosse na *Careta* ou n’*O Malho*, o “Zé Povo” costumava expressar opiniões extremamente críticas à figura de Lemos (*Imagem 37*) e projetar Lauro Sodré como figura de apelo popular, vítima do domínio oligárquico que imperava no estado. Exatamente por isso, Lauro Sodré foi bastante criticado quando cogitou fazer uma aliança com o que restara do segmento *lemista* (*Imagem 38*).

Imagem 37 - “Coisas do Pará”²⁶⁰



Imagem 38 - “Pela honra do Pará”²⁶¹



Fonte: O MALHO. Rio de Janeiro, 11 de março de 1911, p.45 e 04 de janeiro de 1912, capa.

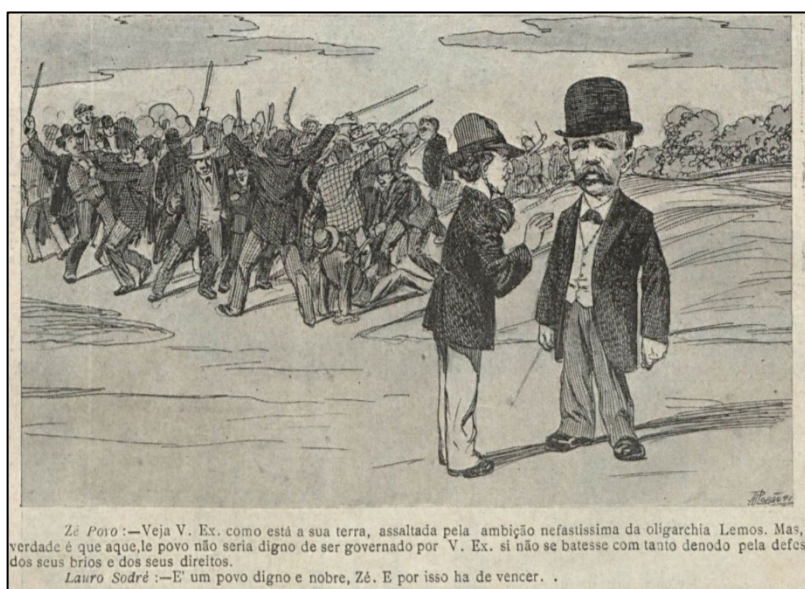
²⁶⁰ Na legenda, consta: “Zé Povo: “Oh! Doutor! Folgo muito de o encontrar... Como vai o Pará, a sua terra, aquela satrapia do Lemos? / Lauro Sodré: Aquilo por lá fia mais fino, agora... Há duas correntes na política: uma do Antônio Lemos com o sobrinho Arthur, outra do governador com o Serpa, o Lyra Castro... etc, etc... De maneira que a oligarquia Lemos... vai lhe fugindo o terreno debaixo dos pés. / Zé Povo: Ainda bem, seu doutor, ainda bem! O Lemos só tem feito é abocanhar tudo e dar monopólios aos amigos e parentes, como fez com o lixo... É coronel da guarda nacional, provedor da Santa Casa, intendente da capital, senador estadual... o diabo! Qualquer pessoa não pode falar com ele: precisa pedir audiência por escrito e esperar dia e hora marcados... Enfim, é o tutu, da terra! / Lauro Sodré: Lá isso é! Mas um dia, em vez de ser papão, há de ser... papado!”

²⁶¹ Na legenda, consta: “Lauro Sodré (para Quintino): Hom'essa!... Que virá fazer o Zé a esta casa? / Quintino Bocaiuva: Não sei. Só sei que é o grande amigo da República e o nosso melhor amigo, porque nos diz as verdades... / Zé Povo: Venho trazer este crepe para o Sr. Lauro Sodré colocar sobre o retrato de Benjamin Constant, se é verdade — o que não creio — que o ilustre paraense consente em ser ajudado na sua política do Pará por esse grupo sinistro e nefasto do Lemos, que tem feito ao Estado todo o mal possível, que dali foi enxotado pelos partidários do Sr. Lauro, por ter impedido durante 20 anos que o mesmo Lauro fosse à sua terra e que esta o elegeisse, como queria, sendo preciso que um eleitorado estranho o acolhesse e lhe confiasse um mandato no Congresso... / Lauro Sodré: Sossega, Zé! Sou um homem honrado e digno, nunca desmereci nem desmerecerei dos conceitos do meu grande mestre Benjamin! No Pará eu nunca farei em proveito próprio um acordo com os homens que dali expulsamos, por serem nocivos à minha terra querida! Zé: Consola ouvir isso, porque, se o não ouvisse, era caso de se descrer, de uma vez para sempre, da honra, do brio, da dignidade dos políticos de responsabilidade, e até da própria República!”

Interessante perceber como as revistas ilustradas do Rio de Janeiro acabaram reforçando o ideal de pureza que existia em torno de Lauro Sodré. Mesmo tendo se notabilizado pelos discursos radicais e pela participação na insurreição militar de 1904, o senador militar era constantemente representado nestes segmentos da imprensa como o guardião dos princípios republicanos, figura de carisma popular e um exemplo de virtuosismo a ser seguido pelos demais representantes da elite política nacional.

De maneira geral, as representações ilustradas da época sugeriam que as agitações ocorridas no Pará em 1912 reclamariam a presença de Lauro Sodré. Nos traços de R. Lobão (*Imagem 39*) e Alfredo Storni (*Imagem 40*), Lauro Sodré é representado como a esperança do povo paraense. Sendo primeiramente chamado a observar o sofrimento de sua gente e depois convidado a intervir, a libertar o povo da oligarquia *lemista*.

Imagem 39 - “A tragédia paraense”, charge da revista O Malho²⁶²



Fonte: O MALHO. Rio de Janeiro, 01 de junho de 1912, p.11.

Interessante ressaltar no caso de Storni que o título “O Pará redimido” foi originalmente impresso com o subtítulo “O senador Lauro Sodré parte para o Pará, a pleitear a eleição de governador contra a oligarquia Lemos (dos jornais)”. Querendo dizer que o artista

²⁶² Na legenda, consta: “Zé Povo: Veja V Exc. Como está a sua terra, assaltada pela ambição nefastíssima da oligarquia Lemos. Mas, a verdade é que aquele povo não seria digno de ser governado por V. Ex. se não se batesse como tanto denodo pela defesa dos seus brios e dos seus direitos. / Lauro Sodré: É um povo digno e nobre, Zé. E por isso há de vencer”.

havia se baseado nas notícias de jornais para produzir a sua representação ilustrada e política da situação paraense. Não é possível saber quais jornais Storni teria utilizado como base, mas pela ilustração veiculada n’*O Malho* pode-se perceber claramente a proposição de que Sodré era o salvador, o “David” da população paraense, uma narrativa próxima daquela franqueada pela *Folha do Norte*.

Imagem 40 - “O Pará redimido”, charge da revista *O Malho*²⁶³



Fonte: O MALHO. Rio de Janeiro, 03 de agosto de 1912, p.12.

Na perspectiva da revista, pouco importava se o atentado contra Sodré tivesse sido simulado ou não, tão pouco se ele teria colaborado ou não na incitação do povo contra Lemos. Entendia-se que a luta era em favor da liberdade do povo, por isso todas as armas se tornavam aceitáveis. Um discurso muito diferente daquele sustentado pela publicação frente aos acontecimentos de 1904, quando as agitações corriam no Rio de Janeiro e o senador dizia também lutar em nome do povo para derrubar o governo constituído.

Tendo boas relações com o presidente Hermes da Fonseca e contando com a simpatia de parte significativa da opinião pública carioca, que referendava o momento favorável a Sodré, havia uma expectativa de o senador militar iria voltar ao posto de governador do

²⁶³ Na legenda, consta: “Lauro Sodré: Já que é preciso, vou atacar a fera de frente. Zé povo Paraense: Faz muito bem. É uma fera terrível, mas há de ter me V. Ex. o seu David. É preciso que o Pará fique afinal livre da oligarquia maldita, que tanto o tem aviltado!”.

estado do Pará. Curiosamente, a não concretização deste ensejo mudou novamente o status de Lauro Sodré perante as revistas ilustradas do Rio de Janeiro.

Na revista *Careta*, a chegada de Enéas Martins ao governo do Pará foi entendida como a “derrota de uma revolução silenciosa”. Em editorial, afirmava-se que de todos os “lauristas”, Lauro Sodré teria sido o único que não experimentara pessoalmente o peso da tirania do “lemismo”. Enquanto os seus correligionários sofriam todo tipo de perseguição durante os “longos dias de lemismo”, Sodré, pelos seus “altos méritos políticos”, vivia no Distrito Federal e representava “num brilhante silêncio” os eleitores cariocas no Senado. Por ele, o povo paraense teria feito “uma verdadeira revolução”, que acabara na nomeação de Enéas Martins²⁶⁴.

Em outro artigo, a crítica da *Careta* se tornou ainda mais incisiva. Repercutindo o boato de que “numerosos oficiais do Exército” pretendiam “salvar a nação desmantelada, por meio da elevação legal do eminente coronel Lauro Sodré ao posto mais alto da magistratura nacional”, o articulista da revista afirmava que o senador paraense possuía inúmeros predicados que fariam de qualquer outro indivíduo um excelente chefe da República de Platão, mas que, no caso de Lauro Sodré, fizeram dele apenas um chefe de família inatacável. Por isso, não deveria ser tirado de seu posto.

Manietado por todas as vacilações no momento decisivo da ação, abatido e desnortado à hora amarga dos revezes, sentimental quando deve ser impassível, filósofo e teorista no instante das urgentes resoluções práticas, destituído de energia em todas as circunstâncias, o insigne coronel-senador seria, no paço presidencial do Catete um melancólico príncipe regente governado por ministros audazes ou conselheiros astutos, e faria um governo menos violento porém tão anarquizado como o que está fazendo o seu redoirado irmão de armas (Hermes da Fonseca). O incorruptível Dr. Lauro Sodré é uma glória sem nódoa e para não ser profanada deve ser mantida no venerável tabernáculo do lar como o augusto medalhão de um antepassado glorioso²⁶⁵.

É evidente que essas colocações se relacionavam com a questão da sucessão presidencial. Porém, também se articulavam com as declarações públicas de Lauro Sodré de que não teria interesse naquele momento de ocupar o posto de governador do Pará. Assim, a simples cogitação de seu nome para a chefia do poder executivo federal despertou uma avalanche de críticas.

Seu nome passou a ser visto com desconfiança por ser considerado inofensivo e incolor, uma espécie de bandeira hasteada em todas as direções da incoerente política

²⁶⁴ CARETA. Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1913, p.14.

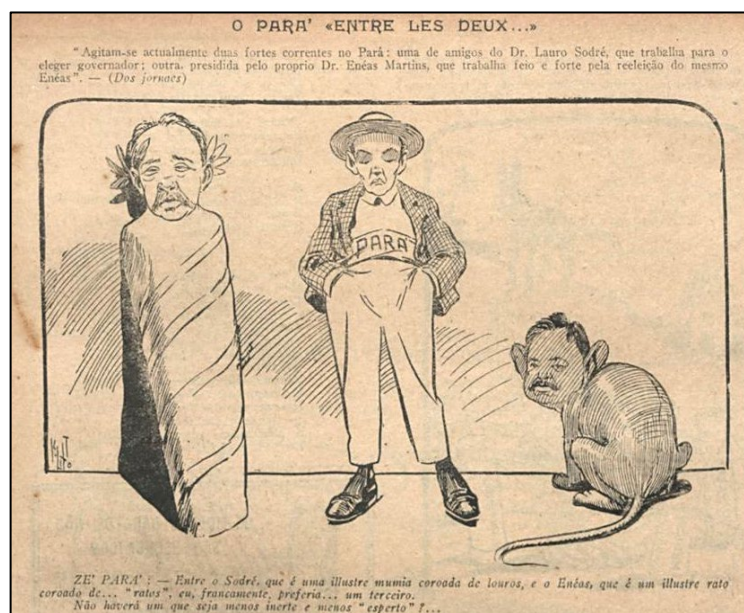
²⁶⁵ CARETA. Rio de Janeiro, 12 de abril de 1913, p.12.

nacional, mas sem expressão²⁶⁶. Ora tratado como homem “doce e boníssimo”, ora ironizado como “revolucionário pacifista” ou “senador fardado de coronel”, Lauro Sodré passou a ocupar um contraditório lugar de inexpressividade e, ao mesmo tempo, de liderança na política nacional.

Quando a relação de Lauro Sodré com Enéas Martins começou a estremecer e o senador paraense iniciou nova peregrinação rumo às terras paraenses, a crítica carioca passou a ironizá-lo, dizendo que o interesse pelo Pará viera tarde demais. Através do traço irreverente de Calixto, *O Malho* de fevereiro de 1916 representou Lauro Sodré como uma “múmia coroad de louros” (*Imagem 41*) que já não animava o “Zé Pará”, variação do “Zé Povo” e personagem exclusivo da cena paraense.

A *Careta* de março de 1916, por sua vez, dizia que os principais feitos da carreira napoleônica de Lauro Sodré haviam sido o abandono dos incautos que lhe quiseram colocar na cadeira presidencial em 1904 e o abandono dos paraenses que arriscaram as vidas para colocá-lo no governo do estado em 1912²⁶⁷.

Imagem 41 - “O Pará “entre les deux””, charge da revista *O Malho*²⁶⁸



Fonte: O MALHO. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1916, p.41.

²⁶⁶ CARETA. Rio de Janeiro, 24 de maio de 1913, p.18.

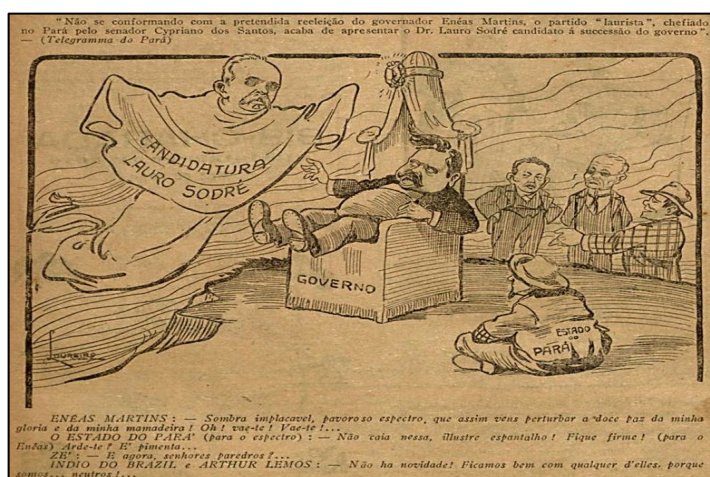
²⁶⁷ CARETA. Rio de Janeiro, 04 de março de 1916, p.18.

²⁶⁸ Subtítulo: “Agitam-se atualmente duas fortes correntes no Pará: uma de amigos do Dr. Lauro Sodré, que trabalha para o eleger governador; outra, presidida peço próprio Dr. Enéas Martins, que trabalha feio e forte pela reeleição do mesmo Enéas – (Dos jornais)”. Legenda: “Zé Pará: Entre o Sodré, que é uma illustre múmia coroad de louros, e o Enéas que é um illustre rato coroad de... “ratos”, eu, francamente, preferiria... um terceiro. Não haverá um que seja menos inerte e menos “esperto”?”.

A decepção expressa pelos formadores de opinião das revistas ilustradas girava em torno da aparente dificuldade do senador militar em entender quando deveria agir. O novo julgamento público sugeria que ele não deveria ter agido em 1904, mas tendo ido às ruas, deveria ter permanecido até o fim ao lado dos jovens oficiais. Em 1912, em Belém, ao contrário, era para ter agido e tomado o poder. Uma sentença contraditória, posto que Sodré ficava em posição de erro tanto ao sair da via institucional quanto ao não fazer. Além do mais, sinaliza para a receptividade e apoio de segmentos civis para intervenções inconstitucionais nos jogos políticos.

Ainda no contexto da disputa governamental de 1916, outra charge, essa assinada por Loureiro, foi veiculada em *O Malho* (Imagem 42). Nela é possível visualizar Lauro Sodré retratado como um espantalho, capaz de atormentar o pujante governador Enéas Martins, causar alguma expectativa no estado, mas ainda sem animar o “Zé”, dessa vez, muito mais próximo das antigas lideranças *lemistas* de Arthur Lemos e Índio do Brasil.

Imagem 42 - “No Pará: candidatura espantalho”, charge de O Malho²⁶⁹



Fonte: O Malho. Rio de Janeiro, 01 de abril de 1916, p.35.

²⁶⁹ Subtítulo: “Não se conformando com a pretendida reeleição do governador Enéas Martins, o partido “laurista”, chefiado no Pará pelo senador Cypriano dos Santos, acaba de apresentar o Dr. Lauro Sodré candidato à sucessão do governo (Telegrama do Pará)”. Legenda: “Enéas Martins: Sombra implacável, pavoroso espectro, que assim vens perturbar a doce paz da minha glória e da minha mamadeira! Oh! Vai-te! Vai-te!... / O Estado do Pará (para o espectro): Não caia nessa, illustre espantalho! Fique firme! (Para o Enéas) Arde-te! É pimenta! / Zé: E agora, senhores paredros? Índio do Brasil e Arthur Lemos: Não há novidade! Ficamos bem com qualquer deles, porque somos... neutros!”.

Em sua crítica agora quase implacável, a *Careta*, mesmo pontuando a ambição de Enéas Martins, responsabilizava diretamente Lauro Sodré pelas perturbações políticas que naquelas circunstâncias tumultuavam o ambiente da sociedade paraense.

Se o ídolo redourado do povo paraense tivesse querido ser o abnegado patriota que a miopia teimosa dos seus nobres compatriotas insiste em divisar na sua pacata individualidade de filósofo romântico, não teria preferido o bem remunerado ócio da poltrona senatorial à trabalhosa curul de governador²⁷⁰.

O juízo a respeito do senador militar, contudo, parece não ter chegado a Belém ou mais diretamente ao grupo *laurista* que depôs o governador Enéas Martins. O fato abriu discussão na capital da República acerca da natureza dos acontecimentos no estado nortista. Teria sido um ato legítimo ou novamente o político paraense havia se proposto a liderar uma ação golpista?

A discussão foi ampla, envolveu os órgãos de imprensa do Pará e do próprio Rio de Janeiro. Neste sentido, no segmento das revistas ilustradas, do qual me ocupo aqui, os posicionamentos não tardaram a prestar reconhecimento à Lauro Sodré. A crônica editorial de *O Malho* de janeiro de 1917 destacou que seria hipocrisia lamentar e condenar o que considerava ser um ato de reação contra um governo irremediavelmente impopular, que desejava se manter no poder através de um “testa de ferro”. Por conseguinte, ressaltava que as cartas e telegramas enviados do Pará ao presidente da República indicavam que a maioria aplaudira o “movimento revolucionário” e “libertador da capital” do Pará²⁷¹.

Por grandes que fossem as antipatias inspiradas pelo general Lauro Sodré, dizia-se na *Careta*, ele havia sido reconhecido pelo Congresso Paraense. Além disso, a população do estado desejava ardentemente o seu governo. De modo que, seria um delito se o governo federal atentasse contra a “livre realização da soberana vontade dos eleitores paraenses”²⁷².

Aparentemente, a ação enérgica, o pulso firme, o abandono das ideias filosóficas, bem como da passividade, da meiguice, da comodidade, da omissão, que a imprensa carioca parecia reclamar em relação a Lauro Sodré, ocorreu quando de seu retorno ao governo paraense em 1917. Não importando que os códigos políticos conservadores tivessem sido transgredidos ou que o militar e senador paraense tivesse se envolvido em um cenário de desordem. Contraditoriamente, parecia ser isso que esperavam alguns dos redatores e

²⁷⁰ CARETA. Rio de Janeiro, 09 de setembro de 1916, p.7.

²⁷¹ O MALHO. Rio de Janeiro, 06 de janeiro de 1917, p.8.

²⁷² CARETA. Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1917, p.7.

chargistas da imprensa ilustrada carioca. De modo que, rapidamente Lauro Sodré foi novamente alçado ao posto de herói (*Imagem 43*) e de redentor dos paraenses (*Imagem 44*).

Imagem 43 - “O herói do Pará”



Imagem 44 - “Varredela e desinfecção no Pará”²⁷³



Fonte: O MALHO. Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1917, p.6 e 24 de fevereiro de 1917, p.43.

A segunda experiência de Lauro Sodré a frente do governo do Pará foi conturbada do início ao fim. Depois de chegar ao poder de maneira controversa, Sodré teve de enfrentar a estrutura deficitária que assolava a economia do estado. Não faltaram críticas ao seu desempenho. Muitos diziam que só cuidava de “politicagem”, enquanto a miséria e a fome se alastravam pelos diversos cantos da capital e do interior. Na imprensa ilustrada, as contradições continuavam. Embora o respeito predominasse, vez por outra surgia uma troça, como quando se afirmou que ele era político como todos os outros e “vacinado” desde 1904.

A partir de 1921 ele retornou ao Senado Federal e sua imagem foi perdendo a conotação heroica ou revolucionária de outros tempos. Também não foi mais tomado em sentido de inexpressividade. Ao contrário, com sua trajetória, retórica e elementos distintivos, ele se consolidou como uma das figuras mais caricatas da República.

²⁷³ Subtítulo: “Notícias do Pará dizem que o novo governador tem-se visto bambo para pôr ordem no desmantelo em que encontrou o Estado, devido à fatídica administração do Dr. Enéas Martins (Dos jornais do Norte)”. Legenda: “Lauro Sodré: Nossa Senhora de Nazaré! Santa Barbara! São Jerônimo! Que tremendo lixo! Afilhadismo e incompetência por toda parte... esbanjamentos... descrédito... jogatina por todos os cantos! Tem cavara de burro, o rato do Enéas! / Zé Paraense: E você, não desinfeta a zona? Cá está a droga necessária... / Lauro Sodré: Sim, mas só depois de varrer tudo muito bem varrido. / Zé: Foi pena não se ter metido o cabo da vassoura no autor da sujeira”.

Tanto que, ao lado de Júlio Prestes, Arnolphe Azevedo, João Lyra, Vianna, Irineu Machado e Paulo Frontin, foi jocosamente considerado em 1927 pela revista *O Malho* uma das “sete maravilhas” da política carioca, sendo equiparado, por conta de sua aparência física – sobretudo, pela baixa estatura e os olhos ligeiramente puxados – à “Vista Chinesa”, ponto turístico da cidade do Rio de Janeiro (*Imagem 45*).

O detalhe fica por conta do fato de Lauro Sodré estar em pleno exercício de mandato eletivo pelo Pará. Ou seja, para os profissionais da ilustração e para as publicações onde eles se colocavam, não havia necessariamente uma separação entre a condição de representante paraense e o lugar ocupado por Sodré no Rio de Janeiro. As duas coisas se misturavam a partir da própria natureza da condição senatorial que implica em uma situação de trânsito entre dois lugares distintos. Dessa forma, àquela altura, passado tanto tempo, após tantas idas e vindas, tantos discursos e ações levadas a cabo entre Belém e Rio de Janeiro, Lauro Sodré parecia ter sido incorporado ao patrimônio político dos cariocas da mesma forma como havia sido ao dos paraenses.

Imagem 45 - As sete maravilhas da política no Rio de Janeiro²⁷⁴



Fonte: O MALHO. Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 1927, p.42-43.

²⁷⁴ Legenda: “O nosso mundo político tem, como o Rio de Janeiro, as suas sete maravilhas [...] Lauro Sodré, mercê da chinoiserie dos seus princípios republicanos e da sua aparência de filho de Manchúria, não pode ser senão a Vista Chinesa”. Os outros nomes que completam a lista são Júlio Prestes (o “Dedo de Deus”), Arnolphe Azevedo (“Bico de Papagaio”), João Lyra (o “Pão de Açúcar”), Vianna (o “Morro do Castelo”), Irineu Machado (o “Morro da Favela”) e Paulo de Frontin (o “Corcovado”).

No dizer de “Cadete”, cronista de *O Malho*, Lauro Sodré era um dos poucos republicanos históricos que não tinha razão de se queixar contra a República que ajudou a crescer e naquele momento depauperava, com os proventos e honrarias que lhe eram imputadas como militar e político. “Com aquele palminho de físico”, dizia o cronista, Lauro Sodré conseguira chegar ao posto de general no Exército e no Senado sempre se mantivera “na ponta”, com seus discursos trêmulos e chorosos, cheios de máximas de Benjamin Constant e Augusto Comte. Embora há muitos anos tivesse mergulhado na tranquilidade dos salões do Monroe e encontrado uma maneira de se equilibrar “entre o incondicionalismo teimoso, incolor de uma parte do Congresso e o oposicionismo ferrenho, sistemático, vermelho de outra”. Tanto que ainda estava lá, “gozando da amizade e do acatamento de uns e outros”. Segundo “Cadete”, Lauro Sodré não era onda, nem rochedo. Mas, também não era marisco. Calmo, ponderado e sereno, era áspero e humilde exatamente quando tinha que ser²⁷⁵.

Seja pelo traço ou pelo texto, Lauro Sodré se tornou um dos personagens frequentes das revistas *O Malho* e *Careta*. Publicações que ao longo do tempo veicularam imagens muito distintas e contraditória do senador militar que, sem dúvida, ajudaram a difundir e popularizar conceitos e impressões sobre o do político paraense radicado no Rio de Janeiro. Pelas páginas dessas revistas Sodré transitou da oposição à situação, da heroificação à descrença, do prestígio à prisão, da popularidade ao elitismo, da ação à omissão, do papel revolucionário ao de golpista. Embora, de modo geral, tenha prevalecido uma visão elogiosa da figura do “coronel de filosofia”.

Lauro Sodré por mais de uma vez precisou reconstruir sua imagem perante a imprensa do Rio de Janeiro que, embora guardasse suas reservas ao político paraense, não o desmerecia por completo. Em um segmento com grande potencial para satirizar e construir reputações negativas, como é o caso das revistas ilustradas, com suas charges e caricaturas políticas, este ponto parece não ser insignificante.

3.4 – Clube Militar, Maçonaria e Grêmio Paraense: os espaços de sociabilidade de um senador da República

Lauro Sodré fez parte de uma geração de intelectuais e políticos que cultivou o hábito da associação. Desde a época de formação na Escola Militar, o paraense participou de

²⁷⁵ O MALHO. Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1927, p.22.

sociedades literárias e acadêmicas que tinham por escopo a reunião de indivíduos afinados nos mesmos princípios e objetivos. Seja para fins de propaganda política, ilustração ou interesses de classe, a participação sistemática em alguns espaços de sociabilidade pode ser pensada de forma complementar ao campo político, pois implica na obtenção de um tipo de capital cultural que não ficava restrito às agremiações. Neste tópico, destaco a relação que Lauro Sodré estabeleceu com três associações que me parecem vitais para sua projeção política no cenário nacional e estadual.

3.4.1 - O republicano histórico no Clube Militar

Fundado em 1887, o Clube Militar do Rio de Janeiro nasceu com a proposta de estreitar os laços entre os oficiais das forças armadas, defender os interesses da classe, incentivar manifestações cívicas e patrióticas e ensejar a participação dos militares nos debates nacionais. Sua primeira diretoria foi composta por Deodoro da Fonseca, na presidência; José Simeão de Oliveira, como primeiro secretário; Marciano Magalhães, segundo secretário; Benjamin Constant, tesoureiro e José Marques Guimarães, Eduardo Wandenkolk e Antonio Sena Madureira na comissão de imprensa. Logo que foi estabelecido o clube atraiu a desconfiança do governo imperial que tentou desarticulá-lo promovendo a criação do Círculo de Oficiais do Exército, o que não funcionou. Vindo o Clube Militar a se tornar um espaço decisivo para a confabulação do 15 de novembro²⁷⁶.

Em outro momento deste texto, já indiquei que à exemplo dos militares do Rio de Janeiro, Lauro Sodré foi responsável pela fundação de um Clube Militar em Belém em julho de 1889, exatamente quando acabou sendo transferido para a corte, como retaliação ou pelo envolvimento com a causa republicana ou pela própria criação da associação civil de cunho militar. No Rio de Janeiro, contudo, ele se juntou a Benjamin Constant e aos demais articuladores do 15 de novembro, tomando parte das reuniões celebradas no Clube Militar.

Em 1898, ainda como representante do Pará, Lauro Sodré apresentou requerimento no Senado Federal cobrando explicações do poder executivo para o fechamento do Clube Militar, o que para ele era uma violação de direito constitucional. Em sua argumentação, o senador paraense fez menção ao discurso que pronunciou em 01 de março de 1889, na homenagem póstuma prestada por militares de Belém ao tenente coronel Sena Madureira. Nas duas

²⁷⁶ ABREU, Alzira Alves (Org.). Op. Cit, 2015, p.1818.

ocasiões Lauro Sodré defendeu a tese de que a disciplina militar não implicava em sujeição, obediência absoluta ou inobservância da consciência. De modo que, aos militares também seria lícito o livre pensar e o agir de acordo com os preceitos constitucionais. Preceitos estes que não haviam sido respeitados no fechamento do Clube Militar, uma ação classificada por ele como meramente política e que fazia lembrar a censura imperial²⁷⁷.

Em ríspido aparte, o almirante Eduardo Wandenkolk afirmou que Lauro Sodré deveria ter usado a mesma linguagem em 1893, quando os generais, cadetes e alferes haviam sido mandados à Tabatinga e Cucuí, no contexto da Revolta da Armada. Além disso, atestou que ele próprio já havia conspirado contra o governo dentro do Clube Militar, não sendo falsas, portanto, as alegações que se faziam naquele instante.

A fala do almirante, indicando as tensões e divisões que existiam entre os militares, foi indiretamente enfrentada por Lauro Sodré sob a alegação que o Clube Militar seria um “ajuntamento de patriotas”, que se alguma vez havia se colocado no campo político, “não esquecendo os seus deveres de cidadãos, foi para se colocar ao lado da República, dos seus poderes, para prestigiá-los com apoio moral, hipotecando-lhes o seu apoio material como força poderosa que é”²⁷⁸.

O discurso do senador paraense insiste numa dimensão ilustrada e elevada em torno da qual estariam os membros da agremiação militar, livre de suspeitar porque pertencentes à classe social mais patriótica de todas. Ao conceito de classe de Lauro Sodré poderiam ser postas as seguintes questões: se todos os militares são patriotas em si, haja vista o fato de pertencerem à mesma classe, qual seria então a necessidade de se criar uma sociedade para reunir militares fora do quartel? Os militares do Clube Militar seriam mais patriotas do que aqueles que estavam apenas na caserna? E, por fim, seria legítimo ao fragmento do corpo militar que constituía o Clube Militar falar enquanto classe?

As questões, evidentemente, são muito mais para as reflexões contemporâneas do que para Lauro Sodré. Para o político paraense, os militares, sobretudo os oficiais que professavam as mesmas crenças positivistas que ele, lançados à arena política ou perfilados em clubes militares, constituíam grupo moralmente elevado e patrioticamente inspirado a discutir os assuntos da política nacional. Ao ponto de afirmar que no Clube Militar “pode se ter conspirado, mas sempre gloriosamente em defesa da República e da liberdade”²⁷⁹.

²⁷⁷ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1898, L.1, p.75.

²⁷⁸ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro 1898, L.1, p.78.

²⁷⁹ ANAIS DO SENADO FEDERAL. Rio de Janeiro, 1898, L.1, p.78.

Mesmo sob os protestos de Sodré, o Clube Militar permaneceu fechado até 1901. Após sua reabertura, o paraense foi eleito vice-presidente da instituição. Nesse momento, a agremiação funcionou para o político paraense como uma extensão do Senado Federal, onde podia reverberar junto de seus pares os temas do cenário político nacional e, ao mesmo tempo, fortalecer sua condição de representante militar no legislativo.

Foi assim, por exemplo, em maio de 1902, quando o senador realizou conferência no Clube Militar sobre a Questão do Acre. Tema este que já vinha acompanhando e debatendo no Congresso Nacional, mas que julgou pertinente tratar com a classe militar por envolver a soberania nacional.

Guardando o lugar de oposição ao governo, Lauro Sodré não perdeu a oportunidade de criticar a gestão de Campos Salles, afirmando que o governo havia se divorciado da opinião pública e aumentado a carga de impostos, prejudicando a população mais pobre e o setor industrial. Além disso, o chefe do executivo federal teria ainda maltratado as forças armadas, deixando as corporações em ruínas e, conseqüentemente, enfraquecido a nação, quase incapaz de se proteger²⁸⁰.

A partir deste ponto de vista, o senador militar afirmou que o Acre precisava ser pensado como “um pedaço do território nacional”, uma parte da “pátria comum”, tão importante quanto todas as outras. Assim, a questão do Acre não deveria ser tratada como uma questão amazonense e sim como uma pauta nacional. Dizia isso por acreditar que o governo Campos Salles havia gerenciado muito mal o assunto e aberto precedentes para que o território passasse às mãos estrangeiras.

Em sua longa explanação, Lauro Sodré defendeu que a questão do Acre era um tema técnico, que precisava ser observado em sua dimensão histórica, geográfica e jurídica. Dessa forma, ele se reportou aos tratados celebrados desde o período colonial, aos trabalhos das comissões que demarcaram as linhas e paralelos entre o rio Madeira e o Javari, citou as produções de Candido Mendes, Ayres de Casal, Francis de Castelneau e Barão de Tefé, discordou da tese de que o Brasil havia levado vantagem no Tratado de Ayacucho, celebrado em 1867, e invocou o princípio do *utis possidetis* contra os paralelos que se queriam “roubar” para o lado boliviano.

O Acre, que desafia a avidez e interesse das nações que vivem da conquista e da guerra, e das companhias industriais, é uma criação de patrícios nossos, de brasileiros, únicos que a fertilizaram, estendendo os seus domínios até onde as

²⁸⁰ CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 03 de maio de 1902, p.2.

tradições lhe diziam ser de fato território nacional. [...] Se, em uma aspiração legítima, incorporamos aquela terra ao território brasileiro, como havemos de deixar desarticular o Acre do organismo nacional?²⁸¹

Lauro Sodré dizia-se especialmente preocupado com as concessões realizadas pelo governo e pela diplomacia nacional a partir do protocolo de 10 de maio de 1895. Na sua visão, nada justificava a disposição de se entregar qualquer parte que fosse do território do Acre, pois a ocupação portuguesa na região era historicamente reconhecida e não teria havido interrupção de posse, como também não havia mudado o entendimento sobre a posição geográfica das nascentes do Javari. De tal forma que, adotando discurso francamente patriótico, Lauro Sodré dizia ter o dever como “brasileiro e soldado” de mostrar a verdade aos seus camaradas. E a verdade, segundo ele, era que o governo brasileiro persistia no erro em relação ao Acre. Assim, concluiu seu discurso lembrando a figura de Floriano Peixoto e conclamando à sua classe que uma vez mais empunhasse a espada do “inolvidável patriota que elevou a nação brasileira” a fim salvar a República.

Mostrando-se atento ao debate político nacional, Lauro Sodré conseguiu mesclar nesta conferência o preparo intelectual para tratar de um assunto realmente relevante para o momento com a perspicácia para envolver os militares em torno de questões que tradicionalmente os mobilizava, a saber: o suposto descaso do governo federal para com as forças armadas, o compromisso de defesa da soberania nacional e o verniz patriótico. É evidente que Lauro Sodré não estava ali efetivamente para resolver a Questão do Acre. O assento que tinha no Senado Federal já lhe dava condições de se colocar em tal debate. Tratava-se muito mais do jogo de cena, tanto político como da sociabilidade, uma forma de ser visto e validado dentro espaço onde estava colocado.

Um ano depois o entusiasta de Lauro Sodré e proprietário do *Correio da Manhã*, Edmundo Bittencourt, recomendou a sua candidatura ao Senado Federal pelo Rio de Janeiro ressaltando a influência que o político paraense tivera na resolução da Questão do Acre. Nas palavras do articulista, se o Brasil não havia perdido aquele próspero território nortista, “se o sr. Barão do Rio Branco ainda chegou a tempo de salvar a nossa honra, devemos única e exclusivamente a um ato de abnegado patriotismo do dr. Lauro Sodré”. Referindo-se especificamente à conferência de 1902, Bittencourt asseverava que a manifestação de Lauro

²⁸¹ CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 03 de maio de 1902, p.2.

Sodré e da classe militar teriam feito o presidente da República recuar do seu intuito de entregar aos bolivianos a porção de terra compreendida ao sul da linha Cunha Gomes²⁸².

Exagero ou não, Lauro Sodré conseguiu conquistar a simpatia de significativa parcela de militares e civis no Rio de Janeiro, ao que muito se deve o apoio decidido de Edmundo Bittencourt. De maneira que foi, de fato, eleito senador pelo Distrito Federal. No mesmo ano, após a morte do general Arthur Oscar, ele assumiu a presidência interina do Clube Militar e foi cotado para a função efetiva, declinando da ideia por entender que cabia a um general o comando da instituição. Com a eleição do general Leite de Castro, Lauro Sodré continuou como vice-presidente²⁸³.

Por outro lado, o improvável sucesso eleitoral no campo político carioca, o vínculo com o Clube Militar, a repercussão de discursos tidos por radicais, a fama de florianista, o envolvimento com a campanha pela revisão constitucional e a postura oposicionista que fazia questão de sustentar, fizeram com que Lauro Sodré atraísse a atenção e a suspeição do governo Rodrigues Alves.

Em 05 de novembro de 1903, portanto quase 1 ano antes da insurreição militar que Lauro Sodré lideraria, o jornal *Correio da Manhã* denunciou que o senador e vice-presidente do Clube Militar estava sendo vigiado pela polícia. O que, de acordo com a folha, representava uma clara afirmação de desconfiança no Exército e na agremiação militar que Lauro Sodré dirigia. Segundo a nota, o Clube Militar estava mobilizado para fazer cessar a espionagem contra “um dos [seus] mais prestigiados membros”²⁸⁴.

As suspeitas talvez não fossem tanto contra o Exército, mas contra Lauro Sodré e sua capacidade de arregimentar militares fora dos quartéis e, especialmente, no Clube Militar. Tanto que no dia 14 de novembro ele realizou conferência na associação para fazer saber a todos que não estava conspirando contra o governo. O discurso, repercutido na imprensa no dia seguinte, era uma resposta direta ao governo.

O Clube Militar, dizia o senador Sodré, era uma agremiação de consciências sãs, um conjunto de almas capazes dos atos mais audaciosos em defesa da República. Mesmo assim, falava ele tentando ser ouvido para além dos muros da agremiação, “sob aquele teto nunca se trama contra a instituição vigente”. De modo que, erguia o seu protesto contra “os que

²⁸² CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1903, p.1.

²⁸³ CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 01 de julho de 1903, p.1.

²⁸⁴ CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 05 de novembro de 1903, p.1. Grifo nosso.

assoalham que haja alguém naquele agrupamento de patriotas sobre cuja consciência possa ser atirada, na hora presente, essa suspeita que ali se trama contra a República”²⁸⁵.

Todavia, considerando os erros da República e a crise econômica pela qual o país passava, o senador militar se remeteu ao Exército, indagando: “Esta é porventura a tua República, de igualdade, liberdade e fraternidade?”. Depois, dirigindo-se ao busto de Benjamin Constant da sala de reuniões do Clube Militar, perguntou: “Esta é a República que tu sonhaste?”. E, se reportando à espionagem que sofrera, complementou:

Acaso pode ser esta a tua República que põe sobre mim a nota de suspeição, mandando seguir-me, mandando espionar-me. Não! Tu não pregaste a República da espionagem! Que se põe a farejar o domicílio dos republicanos pagando aos espíes com um dinheiro que bem poderia servir para aliviar a situação aflituosa dos operários! República que manda espionar os nossos grandes generais! Não! [...] Digo-o daqui, em alto e bom som, não falo em cochicho, mas abertamente como um direito sagrado que não é só meu, é de todos vós, que havemos de fazer a República, neste país, uma realidade! Não desanimemos, tenhamos fé, à geração nova, que sois vós, está destinado o glorioso papel de completar a obra genial de Benjamin!²⁸⁶

Aquela não era a República que Benjamin Constant sonhara, dizia Lauro Sodré, como se pronunciasse uma senha capaz de reativar debates e lutas adormecidas no cenário nacional. O tom áspero de sua explanação ao mesmo tempo em que negava conspirações, deixava em evidência os desacordos de Lauro Sodré em relação ao governo e a postura exortativa que mantinha para com as forças armadas e, em especial, para com a juventude militar.

Assim, retomando o lema e os ideais da Revolução Francesa, numa clara alusão ao próprio passado de propagandista republicano, quando assinava folhetos usando pseudônimos como Danton, Diderot e Condorcet, o senador paraense encerrava sua fala incitando: “À luta pela República!”. “À luta pela salvação dos nossos brios, da nossa honra e da nossa dignidade”. “À luta pela regeneração da nossa pátria, pois a história é tremenda para os povos que perderam a fé nos seus ideais”²⁸⁷.

O discurso de Lauro Sodré certamente não serviu para dissipar as desconfianças do governo. Podendo, inclusive, tê-las feito aumentar. Porém, ajudou a consolidar a sua posição de destaque no seio da comunidade militar. Sobretudo, daquela fração mais próxima ao Exército e interessada nos assuntos políticos. Sendo assim, é importante perceber ao mesmo tempo em que o Clube Militar parecia encontrar no senador paraense um autêntico

²⁸⁵ CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1903, p.1.

²⁸⁶ CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1903, p.1.

²⁸⁷ CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1903, p.1.

representante político, sempre atento aos interesses da categoria, por meio da agremiação Lauro Sodré conseguia manter-se mais diretamente vinculado ao mundo militar, ainda que estivesse longe dos quartéis como político. Era como se membro e instituição se precisassem e pertencessem mutuamente.

A primeira vez que essa aparente relação harmônica foi testada foi em novembro de 1904. Lauro Sodré chegara àquela ocasião extremamente prestigiado no cenário político e militar, reputado como um dos grandes nomes da República. Porém, resolveu reeditar o golpe republicano de 1889. Tendo, inclusive, utilizado o Clube Militar como espaço de planejamento da insurreição, da mesma forma como se dera no passado.

Não por acaso, o Clube Militar voltou ao noticiário nacional como espaço de conspiração política. O levante liderado pelo seu vice-presidente havia sido originalmente planejado para a manhã de 15 de novembro, em meio a parada militar. Contava-se com a solidariedade da classe armada para que o triunfo se desse sem “disparo de um tiro”. Mas, como as manifestações populares contra a vacina obrigatória se intensificaram nos dias precedentes, o governo suspendeu a parada e o plano acabou comprometido. Sabendo disso, Lauro Sodré convocou reunião secreta no Clube Militar onde se decidiu a precipitação do movimento para o dia 14.

Após ser preso, Lauro Sodré foi interrogado pela polícia e se recusou a dar detalhes e a fornecer os nomes de quem havia participado com ele da reunião do Clube Militar, limitando-se a negar que o grupo tivesse intenção de subverter o país para instalar regime ditatorial. Mesmo com a avalanche de críticas que a opinião pública lhe dirigia, Lauro Sodré conseguiu manter prestígio entre setores militares. Sendo, inclusive, festejado em meio ao Conselho de Guerra que respondia.

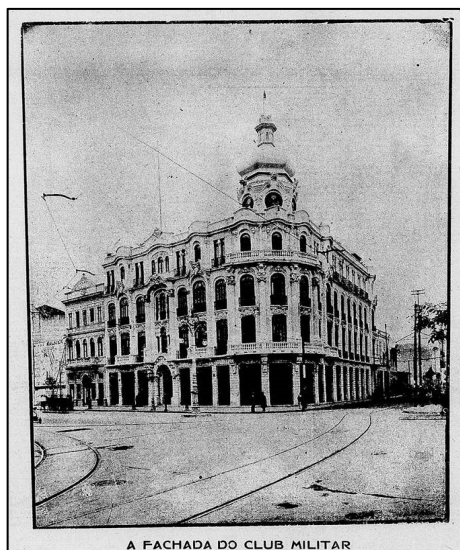
Após a anistia, o tenente coronel reassumiu o lugar de vice-presidente do Clube Militar e comandou a sessão em se comunicou a renúncia do marechal Leite de Castro da presidência, o mesmo que tentara interromper a reunião secreta dos chefes do movimento de 1904²⁸⁸. Sodré exerceu a função até 1908, quando renunciou ao cargo e iniciou um gradual processo de afastamento da instituição.

Em 1910, chegou ainda a participar na qualidade de orador oficial da sessão solene de inauguração do novo prédio do Clube Militar, situado na avenida central, hoje Rio Branco (*Imagem 46*). A ocasião contou com a presença do Presidente da República, ministros de estado, senadores, deputados, autoridades civis e militares e com um Lauro Sodré fardado de

²⁸⁸ O PAIZ. Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1905, p.01.

coronel, algo bastante atípico em sua trajetória política, mesmo se tratando de eventos militares²⁸⁹.

Imagem 46 - Inauguração do novo prédio do Clube Militar, 1910



Fonte: O PAIZ. Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1910, p.3.

Em seu discurso, o senador afirmou que a origem do clube se confundia com a própria existência das instituições republicanas e, a partir disso, se lançou a fazer breve histórico da agremiação. Partindo da questão militar, da campanha abolicionista e do movimento republicano, Sodré justificou a criação do Clube Militar pelos elevados interesses dos oficiais do Exército e da Marinha e defendeu a tese de que aos militares teria cabido a condução da revolução pela qual o país tivera que passar²⁹⁰.

A agremiação, pensada como força aceleradora do progresso social e político da nação, teria se tornado o lugar para onde se dirigiam os jovens oficiais oriundos da Escola Militar. “E lá se iam caminho das casernas, por todos os recantos do Brasil, pregando a nova fé científica, a moderna filosofia”, aprendida do “grande mestre”, Benjamin Constant, “uma das pedras angulares do alicerce de granito sobre o qual repousa este edifício”. De modo que, o Clube Militar teria se tornado para os republicanos “o reduto central da resistência aos planos da coroa”, sendo, portanto, o lugar onde “se tramavam os patrióticos conluios”²⁹¹.

²⁸⁹ O PAIZ. Rio de Janeiro, 15 de julho de 1910, p.3.

²⁹⁰ CLUB MILITAR. *Discurso do coronel Dr. Lauro Sodré na sessão solene aos 14 de julho de 1910*. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1910, pp.6-7.

²⁹¹ Id. Ibid. pp.8-9.

Diante do 15 de novembro o clube poderia ter considerado sua obra concluída. Porém, os laços com os homens e coisas da revolução teriam feito a agremiação continuar e se constituir, na visão de Sodré, no “tabernáculo da democracia no Brasil”, onde todas as crises tinham repercussão e de onde saíam ecos de aplauso ou de recomendação aos governos republicanos²⁹². Tal proposição, se duvidosa do ponto de vista histórico, haja vista as inúmeras tensões que marcaram a história do Clube Militar, encontrava apelo e acolhida entre os membros da festiva agremiação.

Ao longo da argumentação, Lauro Sodré se reportou em tom de crítica ao momento em que o Clube Militar foi fechado entre 1897 e 1901, mas nada disse sobre a sua conduta enquanto vice-presidente da sociedade e líder da insurreição de 1904. Limitou-se a defender a dissolução das diferenças entre civis e militares, alegando que o Exército precisava ser “uma escola de homens e de cidadãos ao mesmo tempo que uma escola de soldados”. Não sendo “nem detrator nem apologista” da guerra, tinha por certo, como bom positivista, que o direito ganhava o duelo contra a força, mas, ainda assim, sustentava que as nações não podiam viver desaparelhadas, sem proteção, motivo pelo qual se apresentava como entusiasta do Exército e da Armada, assim como o era também o Clube Militar, o braço aliado das forças armadas do país²⁹³.

Apesar do entusiasmo característico para com os assuntos da caserna, as palavras de Sodré demonstravam certo desconforto em relação às mudanças na formação militar. Ele afirmou, por exemplo, não ver como a filosofia positivista, “agora tão malsinada”, havia contribuído “para que entre nós fossem geridos com desacerto os negócios militares”. E, atento às “novas correntes de aspirações”, chegou a ponderar que o não alinhamento à sua geração parecia resultar em desconfiança para com as forças armadas nacionais na medida em que as referências passavam a ser todas estrangeiras, ignorando-se os méritos nacionais e que todos os exércitos possuíam os seus defeitos.

Mesmo no terreno restrito dos assuntos puramente militares, dizia Lauro Sodré, era essencial que dominasse o elemento nacional, haja vista o caráter patriótico da existência das forças de terra e mar. De acordo com os preceitos constitucionais, recordados por ele, o caráter permanente das instituições militares se justificava pela necessidade de defender a pátria, tanto externamente, garantindo-se a sua soberania, e internamente, assegurando a manutenção das leis. De modo que, para o senador militar, as forças armadas precisavam

²⁹² Id. Ibid. pp.9-10.

²⁹³ Id. Ibid. pp.11-15.

guardar este caráter patriótico, “sem quebrar a linha de nossas tradições, sem desligar o presente do passado”²⁹⁴.

Ora, eu não sei onde, melhor do que em nossa Pátria, e na sua história, encontrar um exército que, em todos os tempos, tenha sido, não um cego instrumento nas mãos da opressão e da tirania, mas um poderoso aliado dos que combateram em defesa da consciência humana.

Fiquemos fiéis a essas tradições, que são para o Clube Militar a máxima glória²⁹⁵.

Lauro Sodré dizia querer um exército aliado e vetor da democracia, onde a disciplina fosse traço de formação de caráter, não de despotismo, onde o soldado pudesse educar suas vontades, mas também pensar livremente. Não à toa, alegava manter-se fiel aos ensinamentos de Benjamin Constant, para quem a instrução científica, moral e cívica era ainda mais necessária do que a instrução militar, uma vez que influenciava mais diretamente os destinos sociais e políticos da nação²⁹⁶.

Aqueles tempos, contudo, eram de mudança no Exército e na formação militar. O esforço pela profissionalização das tropas e a adoção de preceitos técnicos, extraídos em grande parte do cenário europeu, mudaram a dinâmica da vida na caserna e chegaram também aos quadros do Clube Militar. Mais adiante com os Jovens Turcos e a Missão Francesa o fosso se intensificaria ainda mais²⁹⁷. Com a rejeição da ideia de participação ativa dos militares na política, a representatividade de figuras como Lauro Sodré e Thomas Cavalcanti se tornou menos intensa.

A conferência de 1910 no novo prédio do Clube Militar marca, portanto, o fim de um período em que o senador militar esteve diretamente associado à agremiação e soube dela extrair prestígio para a sua carreira militar e, sobretudo, para a sua atividade política. A partir dali, no entanto, passou a simbolizar exatamente aquilo que as novas gerações de militares desejavam evitar.

Daí, em 1922, no episódio das supostas cartas de Arthur Bernardes insultando as forças armadas, que mais tarde seriam comprovadas falsas, vamos encontrar Lauro Sodré se levantando contra as deliberações do Clube Militar e de seu presidente Hermes da Fonseca²⁹⁸. Ao apoiar a candidatura de Bernardes, Sodré acusava o clube de agir politicamente e ignorava os sentimentos de classe que ele tanto invocou no passado. Algo quase impensável quando

²⁹⁴ Id. Ibid. p.16.

²⁹⁵ Id. Ibid. p.17.

²⁹⁶ Id. Ibid. 12.

²⁹⁷ CARVALHO, José Murilo. *Forças armadas e política no Brasil*. 2º Ed. Rio de Janeiro: 2006, pp.27-28.

²⁹⁸ O PAIZ. Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1922, p.2.

considerado os seus entusiásticos discursos em favor do Clube Militar, mas plenamente justificável do ponto de vista político. Enquanto exerceu influência direta na sociabilidade do Clube Militar, Lauro Sodré o defendeu e recomendou o quanto pode. Perdendo esse lugar, soube manter-se fiel a si mesmo e aos seus interesses circunstanciais.

Salutar, neste sentido, a carta aberta que Gonçalves Junior lhe dirigiu pelas páginas do *Correio da Manhã*, jornal que já não apresentava mais o mesmo ímpeto para defender o senador paraense. Na missiva, o autor lembrava que por muito menos do que ia fazendo o governo de Epitácio Pessoa, Sodré havia se revoltado contra Rodrigues Alves e a política dos governadores. E indagava:

Será porque naquela ocasião v.ex era apenas opositorista e hoje é dono de uma situação estadual?

Qual a diferença entre a oligarquia opressora de Antonio Lemos, que v. ex. combateu, incendiado de patriotismo republicano, e o governo Souza Castro, criação de v. ex. e que no Pará executa os movimentos politiquieiros da política bernardista?

Será acaso esta a república de que nos falava, em que um candidato à suprema magistratura do país insulta e humilha a classe de que v. ex. faz parte, sem um protesto nem a menor revolta dos seus brios militares?²⁹⁹

Ao duvidar da autenticidade das cartas atribuídas a Arthur Bernardes, o general Lauro Sodré era acusado de negar o próprio passado e de colocar em dúvida a legitimidade do Clube Militar em nome das vantagens e negociações políticas. Para o autor da carta aberta, tal conduta causava espanto a todos que conheciam a trajetória do paraense. “Nós que fomos discípulos de Lauro Sodré, que pregou a doutrina da democracia, não nos podemos conformar com Lauro Sodré que suporta esta política que aí está, e que é um atentado à dignidade de nossas forças armadas e do povo brasileiro”³⁰⁰.

De fato, após o grupo *laurista* chegar ao poder no Pará, Sodré adotou postura mais conciliadora na política federal e investiu menos na imagem de senador militar, parecendo já mais alinhado ao *modus operandi* do regime republicano. Manteve a reverência pelo Clube militar, mas, sobretudo em sua fase inicial. Em contrapartida, a agremiação lhe reputava a distinção de quem muito contribuía com a classe militar em geral e com a sustentação do clube em específico.

Quando de sua morte, em 1944, o Clube Militar suspendeu seus trabalhos e fez hastear em sua sede a bandeira em funeral. O general Meira de Vasconcelos, que presidia a agremiação naquela época, mandou lançar em ata voto de profundo pesar pelo falecimento do

²⁹⁹ CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 09 de junho de 1922, p.2.

³⁰⁰ CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 09 de junho de 1922, p.2.

“grande batalhador na instalação daquela entidade de classe na Avenida Rio Branco”. Uma comissão de diretores acompanhou o funeral³⁰¹.

3.4.2 - Lauro Sodré e a Maçonaria

Em uma série de artigos redigidos originalmente para o jornal *A República*, em 1886, Lauro Sodré analisou a obra *A Questão Religiosa perante a Santa Sé*, do bispo paraense Dom Macedo Costa. Naquela ocasião, alegou poder comentar o trabalho da autoridade religiosa com a imparcialidade de quem nunca havia trajado o balandrau e as opas dos católicos e tão pouco o avental dos filhos da viúva³⁰². Sentindo-se vinculado apenas ao Exército, ao positivismo e à causa republicana, Lauro Sodré, no alto dos seus 28 anos, complementou: “Se não ando ao cheiro do incenso nas sacristias, também não frequento os templos dos pedreiros livres. Não ligo importância às bulas nem às excomunhões pontificas, mas também não me rejo pelas pranchas do Grão-Mestre”³⁰³.

Após uma década e meia, o político e militar paraense continuava avesso ao catolicismo. Porém, ele não apenas passou a usar o avental e frequentar as oficinas maçônicas como se tornou o próprio chefe da maçonaria brasileira (1904-1916). De modo que, convém analisar aqui o percurso de Lauro Sodré dentro da instituição maçônica e os possíveis sentidos em torno desse pertencimento.

Em carta de 1938, na qual narrava passagens de sua vida ao amigo de fraternidade Optato Carajurú, Lauro Sodré contou ter sido iniciado na maçonaria em Belém, no dia 01 de agosto de 1888, na *Loja Harmonia*³⁰⁴, uma das mais tradicionais da cidade, pela qual passara o famoso padre Eutychio Pereira da Rocha, religioso e político liberal que teve os hábitos sacerdotais suspensos pelo bispo do Pará, quando da eclosão da Questão Religiosa, e mesmo assim ousou permanecer ativo na sociabilidade maçônica.

Em trabalho anterior pude me deter um pouco no caso do destacado padre e, além disso, tratar do estabelecimento da maçonaria no Pará e do processo de constituição de uma imprensa dita maçônica em Belém. Retomarei aqui alguns aspectos deste estudo para inicialmente pensar o lugar de Lauro Sodré neste contexto de efervescência dos assuntos maçônicos no Pará e no Brasil do século XIX.

³⁰¹ JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 17 de junho de 1944, p.1.

³⁰² Sinônimo de maçom, tal qual pedreiro-livre.

³⁰³ SODRÉ, Lauro. *Palavras e Actos*. Op. Cit., 1896, p.96.

³⁰⁴ CARTA de Lauro Sodré a Optato Carajurú. Rio de Janeiro, 13 de julho de 1938. *Coleção Particular de Sônia Viveiros de Castro Etrusco*.

Importante destacar que a primeira oficina maçônica fundada no Pará data de 1831. A *Loja Tolerância* ficou famosa, no entanto, por ter sido inteiramente destruída durante a eclosão da Cabanagem³⁰⁵, em 1835, em razão da associação que se fazia na época entre os maçons e os círculos estrangeiros que historicamente oprimiam a população local.

Somente no final da década de 1850 os trabalhos maçônicos voltariam a ser regularizados na província nortista, com o estabelecimento de duas oficinas em Belém, no ano de 1857. Respectivamente, *Firmeza e Humanidade n°1* e *Harmonia n°8*, que mais tarde viria a ser a loja de iniciação de Lauro Sodré. Em seguida surgiram ainda as seguintes lojas: *Harmonia e Fraternidade n°9* (Belém, 1858), *Cosmopolita* (Belém, 1864), *Renascença* (Belém, 1872), *Aurora* (Belém, 1873), *União e Fidelidade* (Santarém, 1873), *Acácia* (Óbidos, 1877), *Força e União n°3* (Óbidos, 1898) e *Antonio Baena* (Belém, 1899)³⁰⁶.

Esse reflorescimento da atividade maçônica no Pará durante a segunda metade do século XIX coincidiu, de um lado, com um momento econômico bastante favorável para a província em razão dos negócios da borracha e, de outro, com a eclosão da chamada Questão Religiosa, que indispsôs a ala mais conservadora da igreja católica com a maçonaria e o imperador Dom Pedro II.

Deste modo, é possível afirmar que a circulação de capital estimulou a criação de novos espaços de sociabilidade para os setores mais abastados e cultos da província, enquanto o conflito com a igreja favoreceu o aparecimento de jornais interessados na defesa e na propaganda da maçonaria.

No primeiro caso, é importante destacar que os maçons possuíam um perfil socioeconômico específico, isto é, que nem todos podiam fazer parte da sociedade. Além do caráter iniciático da ordem, que criava a dimensão de seletividade em uma perspectiva mais subjetiva e abstrata a respeito dos candidatos à maçons, existiam também marcadores de gênero, já que os rituais da maçonaria eram tradicionalmente exclusivos aos homens, e de ordem financeira, tendo em vista os valores necessários para participação nos compromissos

³⁰⁵ Movimento social de caráter revolucionário e multifacetado que ocorreu no Pará, entre 1835 e 1840, contra os poderes locais estabelecidos. A Cabanagem está inserida no contexto das revoltas do Período Regencial e nele se destaca como uma das poucas que agrupou pessoas de diferentes classes sociais e resultou, ainda que brevemente, na conquista do poder. Estima-se que mais de 30 mil pessoas tenham morrido ao longo dos conflitos entre cabanos e forças legalistas. C.f.: RICCI, Magda. “O fim do Grão-Pará e o nascimento do Brasil: movimentos sociais, levantes e deserções no alvorecer do novo império (1808-1840). In: DEL PRIORE, Mary; GOMES, Flávio (Orgs.). *Os senhores dos rios: Amazônia, margens e histórias*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003; RICCI, Magda. “Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840”. *Tempo*, 2007, vol.11, no.22, p.6. Disponível em: http://www.pdfdownload.org/pdf2html/view_online.php?url=http%3A%2F%2Fwww.scielo.br%2Fpdf%2Ftem%2Fv11n22%2Fv11n22a02.pdf Acesso: 07 de julho de 2017.

³⁰⁶ SANTOS, Alan C. S. Op. Cit., 2015, p.33-109.

institucionais, que tornaram a maçonaria excludente para a maior parte da população brasileira do século XIX e, ao menos, de parte do XX. No caso da maçonaria paraense esses marcadores pareciam acompanhar as características sociais da província e as novas dinâmicas impostas pela economia gomífera.

Em quadro amostral, construído a partir da identificação e coleta de dados de 905 sujeitos históricos que estiveram ligados ao oriente maçônico do Pará entre 1872 e 1892, foi possível encontrar informação sobre a ocupação de 656 de maçons. Apesar dos limites dessa sistematização, os dados ajudam a ter alguma ideia de como eram compostos os quadros maçônicos no Pará.

Dos indivíduos arrolados, 341 atuavam como comerciantes ou negociantes, o que aponta para uma prevalência do setor mercantil na maçonaria paraense, exatamente o grupo mais diretamente afetado e animado pelo bom momento econômico da província. O núcleo duro da instituição era, ao que tudo indica, formado por empregados públicos (80), militares (46), profissionais liberais (44), fazendeiros (40), proprietários (28) e artífices (31), sendo, portanto, uma instituição muito mais ligada aos ofícios urbanos que rurais. Além disso, as lojas maçônicas paraenses guardavam espaço ainda para clérigos (8) e profissionais com ofícios diversificados (38), como guarda-livros e tabeliões³⁰⁷.

Em 1888, portanto, Lauro Sodré se encaixava perfeitamente no perfil e nas exigências da sociabilidade maçônica por ser homem, ter 30 anos de idade, emprego fixo, fazer parte de um dos segmentos sociais de maior representatividade na instituição, o dos militares, ser sabidamente intelectualizado e contar com colocações na arena jornalística e política.

Por outro lado, considerando as polêmicas jornalísticas que ele sustentou com a folha religiosa *A Boa Nova* desde 1881 e a relativa proximidade que havia entre as suas querelas e os temas da Questão Religiosa, da década anterior, a sua entrada na instituição pode ser considerada de alguma forma tardia.

Apesar de compartilhar da crítica ao pensamento teológico e de possuir uma formação cultural ilustrada, Lauro Sodré não esteve envolvido com a maçonaria até pouco antes do início do regime republicano. Com isso, como ele mesmo ressaltou ao analisar o livro do bispo do Pará, não tomou lado nas discussões da Questão Religiosa e, conseqüentemente, nenhuma participação teve nas ações empreendidas pelos maçons na imprensa paraense, o que acaba sendo importante de se sublinhar, pois os maçons redatores passaram a formar o seletivo grupo que dirigia as oficinas do ponto de vista administrativo.

³⁰⁷ SANTOS, Alan C. S. Op. Cit. 2015, p.33-109.

Durante o conflito com a Igreja Católica três folhas declaradamente maçônicas circularam na capital paraense: *O Pelicano* (1872-1875), *A Flammigera* (1873) e *O Filho da Viúva* (1873). Destes empreendimentos, o mais importante foi mesmo o primeiro, tanto pela duração quanto por ter circulado como órgão oficial da maçonaria. O segundo, aparentemente, foi o de menor circulação, contando apenas com uma edição. O terceiro foi o único a circular sem qualquer identificação nominal, o que fazia sentido dentro do caráter sigiloso da instituição e do ineditismo que ainda havia em relação aos jornais maçônicos.

Dos 11 maçons redatores ligados ao *Pelicano*, 7 pertenciam a *Loja Harmonia*, o que sugere que essa oficina pode ter sido a principal responsável pelo empreendimento jornalístico da maçonaria no Pará. Além disso, a oficina abrigava alguns personagens que estavam ou acabariam associados ao nome de Lauro Sodré. Como, por exemplo, Samuel Wallace Mac-Dowell, o primo-irmão de Sodré, que depois de colaborar ativamente com a redação de *O Pelicano*, acabou dele se afastando por entrar em divergências com Dr. Assis e o Partido Liberal. Sabidamente católico, o advogado se aproximou da figura do bispo do Pará e rompeu com a maçonaria, sinalizando para a fluidez que havia em torno do pertencimento à instituição. De modo que, em 1888, quando da iniciação do 1º tenente, ele já não fazia parte do quadro regular da *Loja Harmonia*.

Outro nome ligado à oficina Harmonia que merece ser destacado é o de Antônio José de Lemos. Neste caso, por ser tão conhecida a história das disputas entre *lauristas* e *lemistas*, chega a causar estranheza a ideia de que Antonio Lemos e Lauro Sodré se tornaram irmãos de ordem na mesma oficina. Entretanto, apesar dos dois terem realmente se tornado ferrenhos adversários políticos a partir de 1897, mantiveram relação amistosa nos momentos que antecederam o estabelecimento da República. Tanto que após o 15 de novembro Lemos e seu grupo político migraram do Partido Liberal para o recém-formado Partido Republicano do Pará, onde estava Lauro Sodré e os demais republicanos históricos³⁰⁸. De modo que, quando Lauro Sodré se tornou membro da *Loja Harmonia* os elementos políticos que tornariam a relação com Antonio Lemos irreconciliável ainda não estavam postos.

Embora efêmera, a imprensa maçônica fez surgir uma preocupação duradoura na maçonaria de comunicar com o público profano, isto é, com a sociedade em geral. De modo que, após o fim da querela com a igreja, as oficinas continuaram ativas no meio jornalístico se valendo da compra de espaços de publicação em outros periódicos e da ação independente de seus mais destacados membros.

³⁰⁸ FARIAS, William Gaia. Op. Cit., 2016, p.28.

No ano de iniciação de Lauro Sodré outros nomes conhecidos da campanha republicana já pertenciam aos quadros maçônicos, como João Marques de Carvalho, José Paes de Carvalho e Justo Chermont, os três da *Loja Firmeza e Humanidade*. Ainda assim, pouco se sabe sobre as motivações que levaram Sodré à sociabilidade maçônica.

Em 1915, o maçom paraense Archimimo Lima publicou artigo no *Boletim do Grande Oriente do Brasil* em que falava da participação de Lauro Sodré no I Congresso Maçônico Nacional, realizado em 1904. Naquela ocasião, segundo Lima, o político e militar paraense teria relatado que desde a juventude ouvira falar das ações beneficentes realizadas pela maçonaria e que, deste então, passara a nutrir simpatias e admiração pela ordem. Mais tarde, já na vida adulta e em meio aos movimentos sociais que agitavam a sociedade brasileira, Sodré tomara conhecimento de uma prancha da maçonaria paulista concitando todos os maçons do país a resistirem contra o possível advento do 3º reinado e, animado pelo gesto, decidido a integrar também à sociedade maçônica, pensando-a como força social e orgânica capaz de influir nos destinos do mundo³⁰⁹.

Considerando o fato de que o artigo de Lima se originou de um discurso que o autor realizou para homenagear Lauro Sodré, que acabava de desembarcar no Pará naquele mesmo ano, a narrativa parece realmente ser digna de confiança. Desta forma, é possível aventar que a principal motivação de Sodré para ingressar na maçonaria teria sido política, haja vista a possibilidade de fortalecimento da campanha republicana.

O artigo de Lima, entretanto, nada nada diz sobre a atuação maçônica de Sodré entre o ano de sua iniciação e o da eleição para o grão-mestrado. E, de fato, são pouquíssimas as informações existentes sobre este período tanto nos jornais paraenses como nos boletins nacionais da instituição.

Em geral, essas informações são breves e pontuais, dando conta basicamente de que Lauro Sodré havia sido eleito governador do Pará (1891)³¹⁰; recebido o título de membro honorário da ordem (1895)³¹¹; se tornado membro da Loja Cosmopolita (1895)³¹²; chegado ao

³⁰⁹ LIMA, Archimimo. “Função político-social da maçonaria e o dr. Lauro Sodré”. *Boletim do Grande Oriente do Brasil*: jornal oficial da maçonaria brasileira. Abril, nº 04, ano 40. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1915, p.269-285.

³¹⁰ BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL. Rio de Janeiro, outubro, nº 04, 1891, p.122.

³¹¹ BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Setembro, nº 07, ano 20. Rio de Janeiro: Typ. Alexandre Ribeiro & C., 1895, p.280.

³¹² BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Setembro, nº 09 e 10, ano 20. Rio de Janeiro: Typ. Alexandre Ribeiro & C., 1895, p.372.

grau 33 da ritualística maçônica (1902)³¹³ e sido eleito para o Supremo Conselho do Brasil (1903)³¹⁴.

Não existem indicativos de que Sodré tenha se envolvido mais diretamente com a administração de oficinas, participado de festas maçônicas, discursado em sessões magnas ou elaborado textos a despeito do pertencimento à sociabilidade maçônica. Tal padrão de funcionamento diferia em muito do perfil entusiástico demonstrado por ele em outros espaços de sociabilidade pelos quais já havia passado e colaborado mais ativamente, como na *Sociedade Phenix Litterária*, no *Clube Republicano do Pará* e no próprio *Clube Militar*. A ausência de informações sobre ações mais destacadas faz pensar que a vinculação de Lauro Sodré com a maçonaria tenha sido, a priori, tímida, hesitante e de pouca efetividade.

O que ajudaria a explicar, inclusive, a relutância dele em aceitar o cargo de grão-mestre. Ao tomar conhecimento do resultado da eleição, o político paraense enviou carta aberta ao Grande Oriente do Brasil posicionando-se em favor da reeleição de Quintino Bocaiúva. Agradecido pela lembrança de seu nome, Sodré dizia que existia no seio da maçonaria brasileira “gente de mais serviços e de mais méritos que” ele, motivo pelo qual declinava do cargo e apelava ao supremo conselho da ordem para o atendimento de sua solicitação³¹⁵.

De fato, parecia haver uma aparente contradição em torno da vinculação de Sodré à maçonaria. Afinal, a instituição se alimentava de elementos ritualísticos e simbólicos para marcar determinados aspectos de sua sociabilidade e o político paraense tantas vezes já havia combatido em nome da ciência, da razão e, sobretudo, do positivismo toda e qualquer manifestação não apenas teológica, mas supersticiosa e ficcional, como explicado por ele neste trecho de *Crenças e Opiniões*:

Qual é o problema da filosofia, esse fundo comum que existe no seio de todos os sistemas filosóficos? Uma explicação do universo.

E de que modo há o espírito humano dado solução a essa questão eternamente formulada diante de si?

De dois modos gerais: ou seguindo exclusivamente a vida do subjetivismo, ou guiando-se pelos dados do objetivismo.

No primeiro caso temos a filosofia teológica e a filosofia metafísica; no segundo caso temos a filosofia positiva.

³¹³ BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Novembro, n° 09, ano 27. Rio de Janeiro: Typ. Alexandre Ribeiro & C., 1902, p.692.

³¹⁴ BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Março, n° 01, ano 28. Rio de Janeiro: Typ. J. Schmidt, 1903, p.24.

³¹⁵ FOLHA DO NORTE. Belém, 26 de janeiro de 1904, p.2.

Aquelas partindo das vistas do espírito imaginavam sistemas gerais, que, satisfazendo a ávida curiosidade humana, tentavam uma solução de todas as questões, e uma explicação de tudo.

Ou concebiam a existência de um ser supremo, uma entidade absoluta, que fabricou o universo ao modo de qualquer operário: ou procuravam explicar o universo, concebendo-o, produzindo-se, ou criando-se a si mesmo.

Qualquer solução neste sentido é uma hipótese anticientífica, que escapa ao critério verificador da experiência.

E o que veio fazer a filosofia positiva? Tentar ainda uma explicação do universo.

Como? Decifrando-o em sua origem e finalidade, procurando conhecer as cousas em sua essência? Não: conhecendo o que ele é pelo estudo das leis, que regem os fenômenos, que caem sob o domínio da observação³¹⁶.

Apesar de cultuar o conhecimento e a razão, a maçonaria estava longe de ser uma sociedade dedicada à observação dos fenômenos naturais, como preceituava Sodré, e guardava também elementos do subjetivismo e do essencialismo que ele combatia. Os rituais mais antigos e praticados da instituição pretendiam, por exemplo, reunir os maçons justamente em torno da ideia de um ser supremo, o “grande arquiteto do universo”.

Esses rituais, como explicou José Castellani, se constituíam a partir de interpretações diversificadas de fatos históricos, de referências esotéricas, situações geográficas, influências religiosas e elementos político-sociais³¹⁷. Sendo, portanto, um traço fundamental e distintivo do *habitus* institucional maçônico.

Deste ponto de vista, torna-se difícil compreender como Lauro Sodré conseguiu conciliar a sua visão de mundo e o arcabouço simbólico e ritualístico da maçonaria.

Emmanuel Sodré procurou justificar a participação de Lauro Sodré na maçonaria alegando que o pai “tinha bem acentuado o seu espírito associativo” e, por isso, havia naturalmente se interessado pela “multimilenar instituição” que tantas vezes havia influído nos destinos do Brasil³¹⁸.

Desta forma, mais uma vez o marcador político-social é invocado para justificar o ingresso de Lauro Sodré na maçonaria. Ainda assim, Emmanuel Sodré negou que existisse qualquer contradição em ser positivista e maçom ao mesmo tempo, garantindo que o pai se sentira sempre à vontade no ambiente maçônico, pensado por ele como lugar de fraternidade e beneficência³¹⁹.

A eleição de Lauro Sodré para o grão-mestrado maçônico pareceu acompanhar o momento de grande visibilidade nacional alcançada pelo político paraense. O que também se

³¹⁶ SODRÉ, Lauro. *Crenças e opiniões*. Op. Cit., 1896, p.105.

³¹⁷ CASTELLANI, José. Op. cit., 1997, p.84-85.

³¹⁸ SODRÉ, Emmanuel. Op. Cit., 1970, p.107.

³¹⁹ SODRÉ, Emmanuel. Op. Cit. 1970, p.108.

expressava pelas eleições vencidas para o Senado Federal como candidato do Rio de Janeiro e para a vice-presidência do Clube Militar, bem como pelo prestígio gozado junto à imprensa e juventude militar.

A eleição para o Supremo Conselho do Brasil, em janeiro de 1903, parece marcar o instante em que Lauro Sodré se tornou mais ativo na maçonaria. Em maio do mesmo ano o Grande Oriente do Brasil celebrou sessão comemorativa em alusão aos arbitramentos internacionais regulamentados em Haia, no ano anterior. Na ocasião, Lauro Sodré cumpriu o papel de orador oficial. O discurso, publicado no *Boletim do Grande Oriente do Brasil*, é o primeiro material encontrado em que o político paraense aparece falando sobre os assuntos maçônicos.

Ao iniciar o discurso, Lauro Sodré se dirigiu inicialmente ao grão-mestre da ordem, Quintino Bocaiúva, aos irmãos de sociabilidade e às “excelentíssimas compatrióticas”, indicando que aquela sessão era aberta aos familiares dos maçons. Em sua introdução, ele se referiu à maçonaria como o templo “consagrado à religião do amor e da fraternidade universal”, lugar ideal para se comemorar a paz entre os povos, ainda mais com a presença da “mulher brasileira” que, com “a doçura do olhar e pureza dos afetos”, emprestava o seu testemunho de solidariedade moral a tal obra³²⁰.

De imediato, os elementos retóricos adotados por Lauro Sodré indicam que ele estava transpondo para a sociabilidade maçônica alguns dos preceitos da filosofia positivista. Suspeita esta que se confirma no correr da exposição claramente assentada nos termos da ideia de fraternidade, religião da humanidade e culto da figura feminina enunciados por Augusto Comte.

Chamado a falar sobre tema de relevância militar, Lauro Sodré se sentiu à vontade para analisar o cenário internacional, alertar sobre os perigos da *paz armada* e recordar outras tentativas de pacificação internacional que haviam se mostrado infrutíferas. Em seguida, elogiou os esforços realizados em Haia desde 1898 e ponderou que a mediação e o arbitramento eram formas legítimas de prevenção aos conflitos armados entre as nações.

O que mais chama atenção no discurso do senador militar é mesmo a fundamentação científicista e positivista que ele tentava dar aos seus argumentos. As corriqueiras referências filosóficas e literárias foram postas a partir de Voltaire, Pascal, Leibnitz, Kant, Condorcet, Bacon, Hume, Vitor Hugo e Comte. Até o padre Antonio Vieira foi citado. E como

³²⁰ BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Março, nº 03, ano 28. Rio de Janeiro: Typ. J. Schmidt, 1903, p.189.

evangelizador, Sodré se dirigiu ao seu público para celebrar Haia e sua suposta significação: o “direito no lugar da força, o amor no lugar do ódio”. A partir daí, ele enuncia a lei científica de Comte: “o homem vem do passado e da guerra e vai para o futuro e para a paz”³²¹.

Lauro Sodré assegurou aos presentes que a paz entre as nações não era uma simples utopia ou fantasia, mas sim uma previsão consistente das “almas clarividentes” atentas aos ensinamentos da sociologia positiva. Tratava-se, ensinou o orador, da lei básica da dinâmica social, segundo a qual o espírito humano evoluía naturalmente da teologia para a ciência, do fictício ao relativo, tendo como intermediário o metafísico e o abstrato. Era como se Lauro Sodré estivesse anunciando as boas novas na maçonaria, pregando numa posição de superioridade, prevendo a chegada de um tempo em que todos estariam no mesmo lugar que ele, o lugar da racionalidade objetiva e positiva.

A partir desta percepção, ele ponderou ainda que a guerra havia sido necessária para o desenvolvimento das civilizações, o único meio para organização dos povos na fase inicial de sua existência. Mas, aquele momento já seria outro, marcado pela transição da via militar para a industrial. Assim, em sua previsão, o direito haveria certamente de ganhar terreno enquanto a proporção da força recuaria. A criação de uma justiça superior internacional seria, portanto, o melhor indicativo de que as previsões da sociologia positiva estavam certas³²². A missão da maçonaria neste novo cenário seria a de continuar acreditando no futuro e de seguir trabalhando em prol da humanidade, colaborando com a obra de pacificação dos povos.

No fim do discurso, voltando-se novamente às mulheres, desta vez como a providência moral do gênero humano, a fonte criadora das mais nobres ações do homem, os anjos tutelares de todos os lares, o sacrário onde se guardava a hóstia sagrada do amor, entre outras sentenças alegóricas, caricatas e patriarcais ao estilo do culto *comteano*, Lauro Sodré pediu delas o apoio à comunhão universal. Pois, ao seu modo positivista de ver, no amor pela pátria, comum a todos os povos, deveria caber o amor pela família e pela humanidade³²³.

Lauro Sodré foi empossado pela primeira vez no cargo de grão-mestre em 21 de junho de 1904 e reeleito sucessivamente em 1907, 1910, 1913 e 1916. Este último mandato, porém, não concluiu por ter retornado ao governo do Pará em 1917. Tradicionalmente, as eleições maçônicas ocorriam no primeiro dia útil de fevereiro e a posse em meados de junho, antes da

³²¹ BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Março, nº 03, ano 28. Rio de Janeiro: Typ. J. Schmidt, 1903, p.194.

³²² BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Março, nº 03, ano 28. Rio de Janeiro: Typ. J. Schmidt, 1903, p.198.

³²³ BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Março, nº 03, ano 28. Rio de Janeiro: Typ. J. Schmidt, 1903, p.201.

reunião da assembleia geral que se organizava sempre no dia 24 daquele mês para deliberação do orçamento anual da instituição.

Como principal potência maçônica do país, o Grande Oriente do Brasil apresentava uma estrutura administrativa semelhante aos dos poderes públicos da República. Tinha poder executivo, legislativo e judiciário, constituídos a partir de sufrágio do povo maçônico. Deste modo, o grão-mestre grande comendador da ordem ocupava o lugar de chefe do poder executivo, com mandato de três anos e assento cativo em todos os conselhos da instituição. Era auxiliado pelo grão-mestre adjunto e considerada a mais elevada autoridade da maçonaria brasileira.

A fim de analisar a atuação de Lauro Sodré como chefe da maçonaria, passarei a utilizar a partir daqui informações extraídas substancialmente do *Boletim do Grande Oriente do Brasil*. Neste sentido, é importante destacar que o jornal oficial da maçonaria também teve a sua origem atrelada às circunstâncias da Questão Religiosa.

A publicação foi lançada em dezembro de 1871 com o intuito de aprimorar e facilitar a comunicação da maçonaria brasileira, tornando possível a circulação de informações entre a potência reguladora, situada no Rio de Janeiro, e as diversas lojas espalhadas pelo país. A ferramenta, extremamente necessária para o contexto de disputa com a igreja, foi copiada por outras obediências maçônicas que surgiram com o passar dos anos e se consolidou como a mais importante publicação do universo maçônico do final do século XIX e início do XX³²⁴.

O boletim saía mensalmente. Apesar de ser uma publicação colaborativa, o serviço de redação era encargo da secretaria do Grande Oriente do Brasil. Tinha cerca de 100 páginas por edição, podendo variar para mais ou para menos. Até 1920 sua tiragem ocorreu em tipografias particulares, quando surgiu então a Escola Profissional Maçônica José Bonifácio, no Rio de Janeiro, que possuía serviço de oficina gráfica e assumiu a reprodução do boletim. As assinaturas eram feitas anualmente sob valores que variaram ao longo do tempo de 2\$000 a 10\$000 réis, mas ainda assim ficavam abaixo dos preços praticados pelos jornais de grande circulação. Em 1904, por exemplo, a *Folha do Norte* cobrava 30\$000 na assinatura anual e o *Correio da Manhã* 35\$000. A proposta do GOB visava favorecer a aquisição da publicação por parte da comunidade maçônica.

O jornal oficial da maçonaria, como se autointitulava, era voltado aos iniciados na ordem, isto é, ao público maçônico. Tratava dos atos administrativos e das situações mais relevantes da sociabilidade maçônica. Sendo um periódico de baixo custo, tinha aspecto

³²⁴ SANTOS, Alan C. S. Op. Cit., 2015, p.36.

gráfico simples, veiculando basicamente textos e tabelas. As fotografias começaram a ser utilizadas tímida e espaçadamente ao longo da primeira década do século XX, em compensação, as charges, caricaturas e litogravuras nunca foram recursos visuais usualmente explorados pela publicação, o que emprestava ao boletim aspecto austero e cerimonioso.

Dado o sigilo que até hoje circunda a ordem maçônica, o *Boletim do GOB* se tornou uma das documentações mais utilizadas pelos pesquisadores profanos interessados na maçonaria, posto se encontrar em domínio público e ser salvaguardo por instituições como a Biblioteca Nacional.

A administração de Lauro Sodré passava por elementos práticos, discursivos e simbólicos que se apresentam em grande medida no *Boletim do GOB* e, mais especificamente, nas seções que publicavam os seus decretos, relatórios de gestão, informes circulares, discursos e artigos. No jornal da maçonaria também é possível observar o que outros maçons falavam a respeito do chefe da maçonaria, seja através das atas e resoluções da assembleia geral ou dos telegramas e artigos enviados pelas oficinas de todo o país ao Grande Oriente do Brasil.

Embora a coleção de boletins do GOB disponibilizada pela Biblioteca Nacional seja bastante completa, o ano de 1904, exatamente o da investidura de Sodré como grão-mestre, apresenta significativas lacunas ocasionadas pela deterioração dos exemplares originais. Desta forma, tendo em vista que apenas os meses de janeiro e fevereiro foram franqueados para a pesquisa, não é possível saber muito sobre os primeiros atos administrativos de Lauro Sodré. Mas, considerando o fato de que ele assumiu no mês de junho e foi preso em novembro por participar da insurreição da Escola Militar, essa lacuna deixa de ser tão significativa. Além disso, a discussão sobre o encarceramento do grão-mestre se estendeu para 1905 e deixou Lauro Sodré em suspensão.

A comunidade maçônica precisou discutir qual seria a conduta da instituição perante a prisão de sua maior autoridade administrativa. Naturalmente, os posicionamentos eram divergentes. Para alguns, Sodré havia se incompatibilizado com o cargo e deveria ser imediatamente destituído da função, sob pena de prejuízo à imagem da maçonaria. Outros defendiam que ele continuava sendo o grão-mestre da ordem independente dos acontecimentos e, como tal, precisava ser assistido.

Por esta via, em março de 1905, a assembleia geral da instituição se reuniu, em sessão presidida pelo senador Francisco Glycério, e aprovou a contratação de advogado “na pessoa

de Ruy Barbosa ou qualquer outro, a fim de defender o Sob.: Dr.: Mestre.: Gr.: Com.: Da Ord.: Dr. Lauro Sodré nos tribunais a que for submetido”³²⁵. Mas, o debate não se encerrou.

Em abril, em outra reunião presidida por Glycério na qualidade de grão-mestre interino, uma vez que o grão-mestre adjunto, o deputado federal Sá Peixoto, havia declarado suspensão para conduzir os trabalhos, os membros da assembleia geral leram e deliberaram sobre as moções e representações recebidas de todas as oficinas da federação. As conclusões foram as seguintes:

1ª - As leis e tradições da Ord.: não consideram delito maçônico o chamado crime político;

2ª - As leis e tradições da Ord.: impõe à Maç.: brasileira o dever de prestigiando com a sua confiança o Sob.: Gr.: Mestr.: Prestar todo o auxílio à sua defesa, devendo envidar todos os esforços para que cesse o constrangimento em que ele se acha;

3ª - Que sejam respondidas as representações das OOff.: da Federação sobre o assunto, declarando-lhes que em sess.: de 20 de março do corrente ano, a Sob.: Ass.: Ger.: determinou a assistência inteira ao Sob.: Gr.: Mestr.:, assistência prestada até então por deliberação do Poder Executivo, conforme as declarações feitas na mesma ocasião, em seu nome e no do Gr.: Mestr.: Adj.: em exercício, pelo Sob.: Gr.: Mestr.: Interino.

4ª - Que se faça sentir às oficinas que usaram de frases menos respeitadas com relação aos PPod.: Constituídos o quanto há de irregularidade nesse procedimento;

5ª - Que se promova a responsabilidade daquelas que se deixaram arrastar até a prática de atos e comentários condenáveis³²⁶.

Ou seja, ao mesmo tempo em que os poderes maçônicos centrais demonstravam interesse e disposição em socorrer Lauro Sodré, tal procedimento tornava-se alvo de censuras e questionamentos de oficinas de todo o país, ocasionando tensões no campo maçônico e a suspensão dos direitos de alguns membros da irmandade pela forma como se dirigiam ao grão-mestre aprisionado e às autoridades maçônicas que pretendiam sair em seu auxílio.

Em contrapartida, Sá Peixoto, o grão-mestre adjunto, precisou se justificar das acusações que vinha sofrendo por não presidir as sessões e supostamente não colaborar com Lauro Sodré. Em sessão de junho de 1905 ele relatou que, ao contrário do que pensavam alguns irmãos, as primeiras impressões que correram na instituição após os fatos de 14 de novembro de 1904 foram, em geral, desfavoráveis a Lauro Sodré. Muitos maçons enviaram comunicações julgando-o incompatibilizado para o grão-mestrado. Neste sentido, relatou que as suas primeiras providências foram no intuito de impedir que o tema passasse a ser tratado

³²⁵ BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Março, nº 01, ano 30. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1905, p.6.

³²⁶ BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Abril, nº 02, ano 30. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1905, p.55-56.

nas oficinas, posto o risco de a maçonaria enveredar pelos caminhos da política partidária. Além disso, tentou coibir atos de grave indisciplina, desrespeito e desacato à autoridade do grão-mestre. Negou que tivesse o interesse de ficar com o cargo de Lauro Sodré e afirmou que se o chefe da maçonaria renunciasse naquele instante, ele também deixaria o lugar de grão-mestre adjunto. Por outro lado, lamentou o prejuízo à imagem da instituição e disse não compreender exatamente qual deveria ser ação da maçonaria no processo movido contra Lauro Sodré, posto ser aquele caso sem precedentes na história da ordem. Solicitando dos irmãos apenas que, ao invés de “palavras vazias de sentido e utilidade”, enviassem ideias práticas para a administração³²⁷.

Quem enviou documento, no entanto, foi o próprio Lauro Sodré. Em sessão realizada no mês de julho foi dado publicidade à prancha redigida pelo grão-mestre ainda encarcerado. Na missiva datada do dia 04 e endereçada a Sá Peixoto, Sodré mostrava-se agradecido pelas manifestações de apreço que havia recebido da maçonaria brasileira ao longo do tempo em que se achava preso. Porém, escrevia naquele instante por tomar conhecimento das resoluções tomadas pela assembleia geral da ordem e pelos esforços empreendidos por seu grão-mestre adjunto no sentido de fazer cumprir as deliberações maçônicas.

Sejam quais forem os fins deste processo iniquo, em cujas malhas fui colhido pelo poder humano, tantas vezes, como agora, odiento e injusto, uma só afirmação posso fazer aos queridos Iir.: que em tão grande copia me tem vindo trazer pessoalmente ou me tem enviado pela imprensa, por pranchas oficiais ou cartas particulares a solene declaração de que aos seus olhos eu não estou inquinado de nódoas morais nem sou réu de crimes, que me desdorem; é que em verdade eu continuo digno de merecer a estima de todos eles, sempre fiel ao meu passado, com a minha alma de brasileiro sempre limpa, com a minha consciência de homem público sempre pura e sã.

[...] Peço-vos que sejais o intérprete dos meus pensamentos, expressos nestas linhas, que tereis a gentileza de ler perante a Assembleia Geral, assegurando a todos os nossos bons Iir.: [...] que eu sou um homem de bem, que eu não concorri para deslustrar a Maçonaria brasileira, a cujo seio em boa hora me chequei, que eu continuo credor da estima, com que me honram os meus concidadãos e que me tem válido as posições que eu tenho ocupado no governo da República³²⁸.

Das palavras do grão-mestre, duas coisas importantes a destacar. Primeiro, ele se julgava injustiçado pelos altos poderes da República, estando convencido de não ter cometido crime algum, tendia a justificar a sua conduta pela via do patriotismo. Em segundo lugar, Sodré sabia que a sua opinião não era exatamente a opinião da comunidade maçônica ou da

³²⁷ BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Junho, nº 04, ano 30. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1905, p.204-206.

³²⁸ BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Julho, nº 05, ano 30. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1905, p.287.

opinião pública, daí a tentativa de convencer que era “um homem de bem”, o que, na realidade, era um esforço de reabilitação perante os irmãos de fraternidade.

Curiosamente, este documento escrito para ser lido exclusivamente em sessão maçônica, tendo, portanto, natureza privada, vem a ser um dos poucos registros em que é possível encontrar Lauro Sodré tecendo algum comentário sobre a sua participação na insurreição de 1904 e nos desdobramentos que dela se deram. Publicamente, depois da anistia, ele evitou o quanto pode entrar no mérito desses eventos.

Em setembro de 1905 Lauro Sodré reassumiu o cargo de grão-mestre. E, de imediato, agitou o meio maçônico ao convocar uma assembleia constituinte para reformar o regulamento da instituição. Além disso, concedeu o título de grão-mestre honorário da ordem à Sá Peixoto. Se a reforma constitucional parecia encontrar paralelo com as bandeiras levantadas por Sodré no mundo político profano, a homenagem prestada ao grão-mestre adjunto não deixa dúvidas da natureza pessoal que lhe dera origem.

Lauro Sodré abriu os trabalhos da assembleia constituinte maçônica, em 03 de maio de 1906, elogiando os fins humanitários e beneficentes da instituição, alegando que a maçonaria existia para “semear o bem”. Por outro lado, declarou que a maior missão da instituição naqueles tempos seria política e social. O que, segundo ele, não seria uma novidade para a irmandade, posto que a história da maçonaria estaria marcada por lutas em favor da liberdade, do direito e da justiça. Dessa forma, ele chamava os irmãos à tarefa de reforma das leis orgânicas da instituição a fim de que a comunidade maçônica pudesse colaborar da melhor maneira possível com o regime político do país constituindo-se numa grande força social³²⁹.

Nas palavras do grão-mestre, era necessário agir para que a maçonaria não acabasse reduzida “a um ajuntamento de boas almas, cheias de desejos de fazer maiores bens, mas incapazes de pôr em prática tais promessas de tornar realidades úteis essas intenções e esses desejos”. Pragmático, Lauro Sodré dizia que uma sociedade promotora da cultura da razão, como a maçonaria, precisava ter centro de estudo destinado a esclarecer e guiar a mocidade em lições “que lhe deem todo o saber positivo num sistemático e metódico programa, que sirva de modelo na nossa terra”. Além disso, avaliava ele, faltava a “propaganda e evangelização” do credo liberal da instituição na imprensa, ao que recomendava a criação de uma revista para andar em sintonia com o ensino e promover a causa do livre pensamento³³⁰.

³²⁹ BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Maio, nº 03, ano 31. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1906, p.79-80.

³³⁰ BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Maio, nº 03, ano 31. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1906, p.81-82.

Fundindo a filosofia positiva à sociabilidade maçônica, Sodré orientava que se deixassem de lado as causas primárias e finais, próprias da teologia e da metafísica, garantindo que cada maçom poderia guardar a sua fé, desde que o fizesse “no recesso sagrado da sua consciência íntima”. No espaço público o dever de todos seria o de pugnar para que o Estado fosse organizado sem rei e sem Deus e a maçonaria pudesse se tornar um organismo social capaz de promover o bem geral³³¹.

A nova constituição maçônica foi oficialmente reconhecida em 24 de fevereiro de 1907, numa clara referência à carta constitucional brasileira, também promulgada na mesma data em 1891. Ela teve o mérito de agrupar melhor os temas maçônicos, reduzindo o número de artigos em relação à constituição anterior, de salientar princípios e normas seculares aos maçons e de ampliar a autonomia das oficinas estaduais, reforçando o federalismo maçônico tutelado ao Grande Oriente do Brasil.

Dois meses depois Lauro Sodré foi reeleito para continuar o grão-mestrado. Na função de adjunto assumiu João Frederico de Almeida. Entre os feitos das novas dignidades merecem ser mencionados o tratado de aliança e amizade celebrado com a maçonaria portuguesa, a regularização das atividades maçônicas no território do Acre e, principalmente, a realização do II Congresso Maçônico Nacional.

Neste último caso, o evento convocado pelo grão-mestre em dezembro de 1908 pretendia reunir representantes de todos os estados em torno de teses sugeridas pela comissão organizadora do congresso. Através delas é possível observar a orientação que Lauro Sodré tentou imprimir na maçonaria. As teses, agrupadas em três grandes áreas, litúrgicas, sociais e políticas, deveriam ser previamente analisadas em forma de parecer pelas oficinas maçônicas do Brasil. No ato de instalação do congresso caberia a comissão organizadora aclamar as melhores análises de cada segmento para orientação do debate³³².

Entre as teses litúrgicas chamava atenção a orientação positivista e pouco ritualística das proposições. Dessa forma, partindo do princípio de que a civilização humana havia alcançado a fase científico industrial, uma das teses afirmava que era dever da maçonaria empregar todos os meios de propaganda e ensino para combater os erros teológicos e metafísicos, promovendo para este fim cursos, conferências públicas e a criação de um órgão de imprensa.

³³¹ BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Maio, nº 03, ano 31. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1906, p.82-83.

³³² BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Dezembro, nº 10, ano 33. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1908, p.386-388.

Outros pontos tratavam da filantropia maçônica e dos dilemas em torno da descentralização da ordem. Sobre a parte filosófica e cerimonial da maçonaria, em si, apenas o indicativo de que os ritos maçônicos poderiam ser unificados no futuro e a proposição de que o momento histórico exigia a simplificação dos rituais, a fim de que a tolerância pudesse ser alargada e a maçonaria pudesse abrigar deístas e ateus, religiosos e livres pensadores.

Tais proposições pareciam combinar diretamente com o perfil de Lauro Sodré, ao que tudo indica, pouco afeito aos conteúdos ritualísticos e ao deísmo maçônico. Ainda assim, vale sublinhar que apesar de ter sido iniciado na *Loja Harmonia*, uma oficina que seguia o rito moderno, com abertura ao ateísmo, na década de 1890 ele passou à *Loja Cosmopolita*, praticante do rito Escocês Antigo e Aceito, de cunho deísta³³³. Nesta oficina ele ascendeu ao último grau filosófico do rito, o 33, e, de alguma maneira se viu confrontado com juramentos relacionados à figura do G.A.D.U., que, na perspectiva de Sodré, seria um ente metafísico. Não há como saber como esta conciliação se tornou possível. Mas, fato é que na posição de grão-mestre Lauro Sodré tinha mais condições de propor uma maçonaria menos abstrata e mais atuante na esfera social e política.

Neste sentido, as teses sociais e políticas do evento maçônico também estavam vinculadas à leitura de mundo do grão-mestre. Na área social, por exemplo, as formulações apresentadas sugeriam que a maçonaria enquanto instituição reconhecia que a riqueza era social em sua origem e deveria também o sê-lo em seu destino. De modo que, as relações entre capital e trabalho deveriam ser reguladas pelo governo republicano a fim de que se garantisse a produção e distribuição dos capitalistas e comerciantes, bem como os salários adequados e o bem-estar dos operários. Uma proposição que Lauro Sodré já havia defendido em *As indústrias extrativas – a função do governo*, de 1902³³⁴.

Na mesma esteira, havia espaço para proposições consideradas inovadoras e outras mais tradicionais. No primeiro caso, destacava-se a defesa da diminuição das horas diárias de trabalho em todas as indústrias, a proteção dos menores de idade pelos poderes públicos a fim de que não fossem entregues ao trabalho precocemente, a criação de legislação para proteger os operários nos casos de acidente de trabalho, doença e na velhice e a criação de uma espécie de justiça do trabalho, chamada de jurisdição, para tratar dos conflitos entre operários e patrões. No segundo caso, salta aos olhos o entendimento de que a função social da mulher

³³³ SANTOS, Alan C. S. Op. Cit. 2015, p.100.

³³⁴ SODRÉ, Lauro. “As indústrias extrativas – a função do governo”. Op. Cit., 1902.

seria incompatível com o exercício profissional e com a sua “sagrada missão no lar”. O que também era uma leitura positivista defendida por Lauro Sodré dentro e fora da maçonaria³³⁵.

Na parte política do evento estava concentrado o maior número de teses, 10 no total, contra 8 sociais e 6 litúrgicas. Assim como acontecia nos enunciados sociais, as teses políticas não se restringiam a pensar o funcionamento do mundo maçônico, estando mais diretamente relacionadas à sociedade profana, isto é, ao tecido social do qual a maçonaria era uma parte que se pretendia mais afastada. Debruçada a pensar situações ideais para a vida em sociedade, as teses políticas cobravam dos maçons o comprometimento com a República, conforme pregava o grão-mestre. Entre os vários enunciados que defendiam a consolidação de pontos específicos da Constituição de 1891, é possível observar uma preocupação constante acerca da difusão e adoção dos hábitos seculares em torno do casamento civil, do ensino não confessionário e do impedimento dos poderes públicos de subvencionarem cultos e igrejas.

Além do que, chama atenção também a percepção de que a maçonaria estava ou deveria estar em condições de influir nos poderes da República. A primeira tese, por exemplo, defendia que a maçonaria tinha o dever “pela propaganda oral e escrita e pela ação perseverante de todos os seus membros, como partes dos poderes públicos ou com influencia junto destes” de contribuir para a pacificação dos povos e a prevenção das guerras. Neste caso, a causa humanitária atrelada ao aumento das tensões vivenciadas no continente europeu dizem menos do que a ideia de uma maçonaria atrelada às instituições públicas. Ponto este referendado em outra tese, segundo a qual se a maçonaria deveria fazer a larga política de princípios para que os seus membros tivessem “palavra e voto nas assembleias legislativas ou nos conselhos municipais da República”³³⁶.

Guardada as devidas proporções, o que se queria politicamente para a maçonaria na gestão de Lauro Sodré lembra em muito a proposição orgânica enunciada por Antonio Gramsci no início do século XX³³⁷. A diferença seria apenas quanto aos agentes a penetrar

³³⁵ Sobre o assunto, assim se exprimiu Emmanuel Sodré: “Procurando alterar o art. 70 do Projeto do Governo Provisório, para que se desse o direito de voto às mulheres, surgiu a emenda firmada por Lopes Trovão, Leopoldo de Bulhões e Casimiro Júnior. Lauro Sodré foi dos que a combateram, e fê-lo, naturalmente, por sua orientação positivista, a lembrar-se da lição de Comte: “Toda mulher deve ser cuidadosamente preservada do trabalho exterior e encerrada no santuário doméstico”. Segundo este autor, somente na segunda década do século XX, diante das lutas políticas do Pará e do apoio recebido pela Liga Feminina Lauro Sodré, é que o senador militar mudara de pensamento e se declarara favorável à participação das mulheres na vida política, sob a alegação de que a situação da mulher na vida social já se modificara por completo. C.f.: SODRÉ, Emmanuel. Op. Cit., 1970, p.51-52.

³³⁶ BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Dezembro, nº 10, ano 33. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1908, p.389.

³³⁷ Antonio Gramsci estabelece uma distinção entre os chamados intelectuais tradicionais e os intelectuais orgânicos, que seriam aqueles mais conscientes de sua função não apenas econômica, mas social e política. Esse

nos aparelhos estatais. Se o filósofo italiano pensava fundamentalmente o lugar da classe operária na sociedade industrial, a gestão de Lauro Sodré parecia interessada em fazer a maçonaria forte e bem representada nos jogos de poder através da colocação social de seus membros.

E se por um instante associarmos as teses sociais e políticas, dada a correspondência direta que elas tinham, será possível perceber que o Congresso Maçônico de 1909 estava muito mais interessado em pensar a atuação da maçonaria no mundo profano do que as questões institucionais da própria instituição.

Partindo do princípio de que as teses propostas estavam diretamente alinhadas à maçonaria pensada por Lauro Sodré, a forma organizativa do evento favorecia o destaque dos trabalhos comprometidos com a mesma visão de maçonaria oferecida pelo GOB e, conseqüentemente, o silenciamento dos maçons críticos a tal direcionamento.

O II Congresso Maçônico Nacional foi realizado no Rio de Janeiro entre os dias 14 e 24 de julho de 1909. Neste período, como previsto, o salão de honra do Grande Oriente do Brasil, na rua do Lavradio, recebeu três representantes de cada oriente estadual. Do Pará foram enviados Justiniano de Serpa, Fernando Delcroix e Leon Merteus. Como mandava o protocolo, Lauro Sodré abriu os trabalhos do evento. A primeira discussão dos maçons foi quanto à publicidade que se daria ao congresso. Alguns irmãos queriam divulgação total dos trabalhos, outros preferiam o resguardo. Decidindo-se, por fim, que seriam fornecidas apenas notas informativas à imprensa.

Após a sessão de abertura começaram a ser lidos os pareceres selecionados sobre as teses litúrgicas, sociais e políticas. Os maçons estavam ali congregados para ouvir os pareceres, debater sobre eles e votar sobre a aprovação, ajuste e reprovação das teses enunciadas pela comissão organizadora do evento.

As teses menos controversas foram as litúrgicas e sociais, aprovadas quase sem emendas. Em contrapartida, as mais debatidas e alteradas foram as políticas, com registro de rejeição de apenas uma tese, que criticava o privilégio dado na República aos diplomados e titulados por institutos de ensino e defendia o livre exercício profissional, e o acréscimo de outras 3, voltadas à crítica da persistência de hábitos religiosos nas repartições públicas, o que ampliou o número de teses políticas para o total de 12.

tipo de intelectual seria comprometido com a expansão de sua classe e a luta pelo monopólio das superestruturas. C.f.: Gramsci, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

De modo geral, ainda que com ajustes pontuais, as teses apresentadas pela comissão organizadora do evento foram mantidas. Mesmo com o registro em ata dos votos contrários de alguns participantes, o II Congresso Maçônico serviu para legitimar a proposta de maçonaria de quem a administrava, uma maçonaria de cunho cientificista ou positivista, politizada, preocupada com as questões sociais de sua época e a extensão das práticas filantrópicas tanto quanto interessadas no ensino e na imprensa como veículos de propaganda da instituição.

No relatório apresentado à assembleia geral da ordem, em julho de 1909, pouco antes do Congresso Maçônico se realizar, o grão-mestre fez nova exposição de seu pensamento acerca do papel da maçonaria na sociedade:

É impossível que em derredor de nós, no meio social e político, em que vivemos, tantos problemas de ordem científica, em todos os terrenos de atividade humana sejam formulados e discutidos, e que nós, em face dessas questões, de cuja solução depende o progresso e o crescimento da nossa pátria e de todas as pátrias, fiquemos indiferentes e silenciosos, sem traçar os rumos certos, que nos conduzam como força social, que somos.

Convém que dentro dos nossos templos, abertos à luz da razão e aos ensinamentos da ciência e da filosofia, que nada mais é do que a ciência generalizada, tenham todos a consciência do que nós queremos e devemos fazer, para cumprirmos fielmente os deveres, que nos incumbem agora, como no passado, quando a Maç.: traçava aos povos a orientação segura, que eles deviam seguir.

E isso ecoará lá fora como uma afirmação de que o tempo não inutilizou os meios e os processos de ação que a nossa ordem põe em proveito para o bem da humanidade, embora no século novo, em que vivemos, um espírito moderno sacuda e transforme o nosso organismo³³⁸.

O posicionamento em favor de uma maçonaria mais politizada e atenta às questões de sua época parece confirmar a percepção de que Lauro Sodré, assim como tantos outros maçons, orgulhava-se de um passado glorioso da instituição e faz lembrar a observação de Gilberto Freyre, para quem o político paraense quisera fazer da maçonaria na República uma força tão ativa quanto havia sido no movimento da independência e no movimento abolicionista, mas sem sucesso³³⁹.

Ainda que a ideia de sucesso possa ser relativizada e que a historiografia venha demonstrando as fragilidades da narrativa da “idade de ouro” da maçonaria no Brasil, é preciso concordar com Freyre no que diz respeito a intenção de Sodré de fazer uma maçonaria ativa, vibrante e capaz de influir nos jogos de poder.

Não obstante, também é necessário observar que a perspectiva maçônica de Lauro Sodré não agradava a todos ou, no mínimo, que esbarrava nas questões políticas que dividiam

³³⁸ BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Julho, nº 05, ano 34. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1909, p.156.

³³⁹ FREYRE, Gilberto. Op. Cit., 2013, p.111.

os maçons fora da instituição. No Pará, por exemplo, o momento de consolidação do senador militar na direção da maçonaria brasileira coincidiu com o do afastamento de seu principal adversário político do âmbito da instituição.

Sobre isso escreveu a *Folha do Norte*, em 1908, acusando Antonio Lemos, intendente de Belém, de ter traído a maçonaria por se achar sem prestígio junto aos maçons do Rio de Janeiro para suas maquinações políticas, motivo pelo qual haveria voltado ao catolicismo³⁴⁰.

De modo que, o discurso maçônico proposto por Lauro Sodré tendia a funcionar somente para aqueles que o consideravam acertado ou resolviam se submeter a sua proposta de sociabilidade. Aos que duvidavam da posição do chefe maçônico ou do chefe político colocado na maçonaria restava o caminho da crítica, do adormecimento, como diziam os maçons dos membros inativos, ou o próprio afastamento, como parece ter sido o caso de Antonio Lemos.

Antes de voltar à dimensão política e social proposta por Lauro Sodré à maçonaria, quero destacar alguns outros aspectos das mensagens que ele encaminhou anualmente em forma de relatório de gestão à assembleia geral da ordem. Em primeiro lugar, seja em decorrência das ponderações alongadas ou pela inegável qualidade de escrita, elas lembram bastante as mensagens que ele costumava encaminhar à Assembleia Legislativa do Pará quando exerceu o mandato de governador. Sendo muito provável que a inspiração para o formato da redação tenha vindo de tal experiência. O que emprestava um ar sofisticado e profissional à administração maçônica.

Esses relatórios indicam a existência de outros eixos importantes da administração de Lauro Sodré. Dos quais, quero aqui destacar 4: a preocupação com as divisões internas da maçonaria brasileira, a relação com as potências maçônicas estrangeiras, a filantropia maçônica e o aparelhamento cultural.

A questão do federalismo maçônico era tema sensível no Grande Oriente do Brasil desde a chegada do regime republicano, quando algumas lojas passaram a questionar a autoridade da obediência central e dela se apartar de modo não amigável, dando origem aos orientes estaduais de São Paulo (1893), Rio grande do Sul (1893) e Rio de Janeiro (1894)³⁴¹.

Neste novo cenário, o GOB continuou sendo a principal potência maçônica, dado o reconhecimento das potências maçônicas internacionais. Mas, com o passar do tempo, conforme explicou Eliane Collussi, precisou lidar com a reclamação de distanciamento em

³⁴⁰ FOLHA DO NORTE. Belém, 02 de setembro de 1908, p.1-2.

³⁴¹ BARATA, Alexandre M. *Luzes e sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870 –1910)*. Campinas: Unicamp/Centro de Memória Unicamp, 1999. p.132.

relação às maçonarias estaduais. A princípio, não reagiu bem e tentou frear o movimento de federalização divulgando que as lojas haviam se tornado irregulares. Depois tentou dissuadir pontualmente oficinas dissidentes e, finalmente, reformulou os estatutos a fim de conceder prerrogativas autonomistas às oficinas estaduais³⁴².

A despeito das tensões internas da maçonaria, Lauro Sodré relatou em diversas mensagens os esforços empreendidos por sua administração para não tencionar mais e, na medida do possível, fortalecer os laços de coesão da irmandade. Neste sentido, em 1910, ele destacou algumas conquistas importantes, como a manutenção de vínculos com os grandes orientes do Amazonas e de São Paulo, o retorno de algumas oficinas do Rio de Janeiro à jurisdição do GOB e, principalmente, o acordo celebrado com o Grande Oriente dissidente no Rio Grande do Sul para formarem corpo maçônico unificado sob a égide do federalismo³⁴³.

Para o grão-mestre, as conquistas representavam a superação de dissídios e o fortalecimento da fraternidade maçônica. Mas, a realidade é que o cenário continuou instável e novas divisões surgiram ao longo do tempo. De modo que, o próprio Lauro Sodré se viu obrigado a suspender o acordo com os maçons gaúchos em 1915 e comunicar da divisão do Grande Oriente de São Paulo em 1916.

No Pará, as primeiras conversas sobre a criação de um Grande Oriente estadual subordinado ao GOB datam de 1905. Na ocasião, oficinas como a Antônio Baena, de Belém, e a Força e União, de Óbidos, mostravam-se favoráveis à proposta enquanto as lojas Cosmopolita e Renascença refutaram a possibilidade. Sem acordo entre as oficinas, a ideia não prosperou³⁴⁴. Somente em 1927, já em outro contexto de busca por identidades maçônicas, é que seria criada a Grande Loja do Pará em concorrência com as lojas subordinadas ao Grande Oriente do Brasil³⁴⁵. A modernização proposta pela constituição de 1907 não foi capaz de frear tal movimento.

Ainda sobre o tema do fortalecimento da sociabilidade maçônica e, conseqüentemente do GOB, Lauro Sodré buscou conservar e expandir relações com os círculos maçônicos internacionais.

³⁴² COLUSSI, Eliane Lucia. *A maçonaria brasileira no século XIX*. São Paulo: Saraiva, 2002., p.28.

³⁴³ BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Junho, nº 06, ano 35. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1910, p.338.

³⁴⁴ SANTOS, Alan C. S. Op. Cit. 2015, p.252.

³⁴⁵ SOUZA, Patrícia Inês Garcia de. *Buscadores do sagrado: as transformações da Maçonaria em Belém do Pará*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas, SP, 2006, p.46 e 64.

Em 1909, por exemplo, a potência maçônica brasileira mantinha laços oficiais de reciprocidade com obediências de mais de 30 países. Fazia isso mantendo representantes oficiais para tratarem com as potências maçônicas estrangeiras, assinando termos de cooperação e participando de eventos maçônicos internacionais. Lauro Sodré, por exemplo, era o encarregado oficial da comunicação com a Grande Loja de França e em sua gestão fez questão de enviar representantes para congressos maçônicos em Bruxelas, Argentina, Estados Unidos e Portugal³⁴⁶.

Internamente, Lauro Sodré deu apoio a uma solicitação feita em conjunto pelos supremos conselhos das maçonarias do Paraguai e do Uruguai a fim de que a maçonaria brasileira empenhasse esforços para que os paraguaios se vissem livres das dívidas de guerra contraídas com o Brasil em 1870, o que só aconteceria no governo de Getúlio Vargas. Segundo a argumentação exposta no documento e acatada por Sodré, a dívida criava dificuldades e embaraços para o desenvolvimento do país vizinho. Além do que, para Sodré, seria ainda herança do passado monárquico, ao que convinha ser definitivamente superado³⁴⁷.

O mandatário da principal potência maçônica brasileira expediu, em agosto de 1914, um manifesto em nome da maçonaria brasileira dirigido à todas as potências maçônicas internacionais condenando a luta armada que rebentara na Europa. O texto, redigido em português e francês, falava acerca das raízes maçônicas de solidariedade e fraternidade e indicava o avanço da civilização com o desenvolvimento do direito, da justiça e da diplomacia, terminando por incitar os maçons à obra de pacificação das animosidades no velho continente³⁴⁸. Além disso, documentos lançados pela secretaria da instituição no *Boletim do GOB* dão conta ainda de repasses financeiros feitos por Lauro Sodré em nome da maçonaria brasileira à Grande Loja de França para o socorro das vítimas da guerra³⁴⁹.

Essa aproximação da maçonaria brasileira aos outros círculos maçônicos mundiais facilitava o processo de modernização da instituição a partir da assimilação do que se praticava fora do território nacional e, ao mesmo tempo, legitimava a posição do Grande Oriente do Brasil como potência hegemônica dentro de um campo cada vez mais tensionado e concorrido.

³⁴⁶ BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Junho, nº 06, ano 34. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1909, p.152-153.

³⁴⁷ BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Junho, nº 06, ano 38. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1913, p.335.

³⁴⁸ BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Agosto, nº 08, ano 39. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1914, p.630-639.

³⁴⁹ BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Fevereiro, nº 02, ano 40. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1915, p.129.

Tendo Lauro Sodré conduzido este processo, ele também ganhava visibilidade e a oportunidade de aproximação de figuras como Sebastião de Magalhães Lima, um dos agentes do movimento republicano português e grão-mestre da maçonaria daquele país. O *Boletim do GOB* guarda inúmeras saudações lisonjeiras ao maçom português e a *Coleção de Cartas de Lauro Sodré*, da Biblioteca Arthur Viana, abriga uma missiva de Lima agradecendo ao “digno amigo” Sodré o contato anteriormente realizado, sugerindo a possibilidade de comunicação pessoal entre os dois³⁵⁰.

Em relação a filantropia maçônica, é importante destacar inicialmente que a prática beneficente dos maçons estava relacionada ao pensamento ilustrado oriundo da Europa do século XVIII. Segundo esta perspectiva, incorporada na maçonaria brasileira ao longo do século XIX, as práticas filantrópicas deveriam ser calcadas em atitudes e sentimentos humanitários que demonstrassem a disposição natural dos homens amarem-se fraternalmente³⁵¹.

A filantropia maçônica continha em si duas matizes: a interna, geralmente pensada a partir da noção de ajuda-mútua, e a externa, que se aproximava da noção da caridade cristã e pressupunha ajuda desinteressada aos necessitados. Lauro Sodré dizia não se conformar com uma maçonaria que fosse apenas filantrópica, mas não deixou de zelar pela tradição da instituição.

No relatório de 1909, ele ponderou que qualquer que fosse a ação social ou política da maçonaria, a filantropia deveria representar “uma larga porção dos seus nobres encargos”³⁵². Neste sentido, apesar de ter mobilizado a instituição para campanhas relacionadas ao público profano, mediando a prática da filantropia externa, como fizera em 1915 diante da seca que atingiu a região nordeste do país, Lauro Sodré parece ter se empenhado mais em favor da filantropia prática a nível institucional.

Por meio de decreto, em 1912, Lauro Sodré regulamentou a prática beneficente na maçonaria e ajustou as finanças da instituição negando por algum período a concessão de novos auxílios aos maçons reclamantes até quitação da dívida ativa da ordem. Além disso, tentou dar ensejo a projetos como o do Asilo Henrique Valadares, voltado para o acolhimento de “maçons inválidos, viúvas e órfãos de Ir:.”, do Hospital e do Montepio Maçônico, defendidos sempre como indispensáveis para a instituição. Os dois primeiros contavam com

³⁵⁰ CARTA de Magalhães Lima a Lauro Sodré. Lisboa, 28 de março de 1919. *Lauro Sodré - Coleção de Cartas*. Biblioteca Pública Arthur Vianna/Fundação Cultural Tancredo Neves, Seção Obras Raras.

³⁵¹ FALCON, Francisco José Calazans. *Iluminismo*. São Paulo: Editora Ática, 1986, p.65-76.

³⁵² BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Julho, nº 05, ano 34. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1909, p.161-162.

associações promotoras instaladas desde 1904 e 1906, respectivamente, e o terceiro entrou em fase de planejamento em 1910³⁵³.

Todos esses projetos, apesar de aprovados em assembleia, careciam de maiores recursos e anualmente Sodré tentava convencer os irmãos a subsidiarem de forma mais significativa as iniciativas que se seriam benéficas para a sociedade em geral. Ele também defendeu a necessidade de se organizar um serviço especial de assistência judiciária, médica e farmacêutica aos maçons. Embora, nenhuma destas iniciativas tenha se efetivado até o fim da gestão de Sodré, não deixa de ser interessante pensar suas proposições para a sociabilidade maçônica. Elas reforçam a modernização e estruturação de serviços que Sodré se dispôs a coordenar, o que se expressou também pela reformulação da Biblioteca e da criação do Anuário Maçônico.

Entretanto, nenhuma ação foi tão defendida por Lauro Sodré quanto a colocação da maçonaria no campo do ensino. Ele sempre fazia questão de saudar as iniciativas independentes das lojas maçônicas que mantinham escolas pelo país, ponderando que: “no dia em que ela [a maçonaria] descerrar as suas portas pondo junto de cada templo uma escola, terá conquistado por completo os aplausos e as bençãos do povo, cuja causa defende e serve”³⁵⁴.

Em especial, Lauro Sodré sonhava com um estabelecimento de ensino a ser criado no Rio de Janeiro sob os cuidados diretos do Grande Oriente do Brasil. Desde a reforma constitucional de 1907 ele defendeu anualmente esta proposição em seus relatórios dirigidos à assembleia maçônica.

De forma geral, este estabelecimento deveria oferecer formação primária, secundária e superior e ser capaz de livrar o ensino público das amarras religiosas. Por isso, ele defendia que o pretense ateneu maçônico fosse leigo, popular e gratuito, apto a levar instrução científica e literária a todos em geral.

O grão-mestre queria uma instituição de ensino modelar, pronta a fazer frente a todos os outros estabelecimentos congêneres. Por isso, em seu relatório de 1910, ele defendeu o “aparelhamento” cultural como forma de derrotar os representantes da teologia e da metafísica que, assim como no século XIX, seguiam difamando a maçonaria.

³⁵³ BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Junho, nº 06, ano 35. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1910, p.341-42.

³⁵⁴ BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Julho, nº 05, ano 34. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1909, p.161-162 [grifo nosso].

Para entrar nesse terreno de benéficas lutas, servindo e defendendo a causa da razão humana, nesse duelo em que se empenham contra a nova religião e a nova fé, os deuses extintos, como se nesta hora estivesse sendo repetida a história antiga dos combates entre o paganismo decadente e o cristianismo nascente, para entrar nesse terreno é mister que nos aparelhemos com os instrumentos necessários e indispensáveis para vencer: a escola, a tribuna e a imprensa³⁵⁵.

Nesta perspectiva, a maçonaria deveria ocupar os espaços antes dominados pelas instituições religiosas e controlar os mecanismos de produção e reprodução cultural, começando pela escola, mas não se limitando a ela. Não à toa, Sodré recomendava que os maçons se apropriassem das teses do Congresso Maçônico, onde seria possível encontrar a síntese das aspirações e princípios que valiam de programa à maçonaria no Brasil.

Apesar de afirmar que somente o ensino poderia concorrer para que os ideais maçônicos criassem raízes na consciência humana³⁵⁶, a proposição escolar de Sodré não deixa de guardar relações com o positivismo e a ideia da religião positiva, centrada na razão e no civismo. Daí a importância da escola, como elemento formador e, neste caso, reproduzidor de visões hegemônicas de sociedade.

Desejamos uma casa de educação cívica e de ensino, onde a moral, exclusivamente leiga, seja o complemento necessário de curso de ciências, cujas lições deem aos alunos noção certa sobre o mundo e o homem, orientando-lhes o espírito dos novos rumos abertos à razão pelos seguidores dos métodos de Bacon, Galileu e Descartes³⁵⁷.

Em 1911, o projeto de ensino de Lauro Sodré foi aprovado na assembleia geral e passou a receber recursos oficiais para o seu estabelecimento. Algumas lojas maçônicas do Rio de Janeiro, animadas com a proposta, também passaram a contribuir diretamente para o empreendimento. Mas, ainda assim, os recursos não eram e acabaram jamais sendo suficientes.

Com a dificuldade de organização do estabelecimento de ensino ideal, em dezembro de 1915, Lauro Sodré assinou um importante documento relacionado ao assunto. O decreto número 513 estabelecia em seu primeiro artigo que o ensino primário da língua nacional era obrigatório a todos os filhos de maçons entre os 7 e 12 anos de idade, como uma forma de

³⁵⁵ BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Junho, nº 06, ano 35. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1910, p.336.

³⁵⁶ BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Junho, nº 06, ano 40. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1915, p.447.

³⁵⁷ BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Junho, nº 06, ano 37. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1912, p.424.

assegurar a boa formação dos futuros membros da instituição. Porém, o mais importante foi dado na redação do segundo artigo.

Em todos os Oor.: onde não houver escolas gratuita mantida pelo governo do país, ou por associação leiga de qualquer natureza, as lloj.: e os maçons, aí residentes, são obrigados a suprir essa falta, e a essa missão de preferência dedicar todos os sacrifícios de que forem suscetíveis, coletiva e pessoalmente³⁵⁸.

O decreto definia ainda que as escolas fundadas pelos maçons teriam caráter público e contariam com subsídios do Grande Oriente do Brasil. Aos infratores da lei, por conseguinte, seriam vedadas as concessões de quaisquer tipos de favores, distinções ou aumento de salários.

A obrigatoriedade do ensino aos maçons perpassava a preocupação com o analfabetismo, tipo por fator de atraso, mas, fundamentalmente, a disputa com os grupos religiosos católicos que, nas palavras de Sodré, “pela escola é que continuam a dominar a sociedade, no uso de um quase privilégio em que de fato estão, graças à proteção que lhe dão as leis libérrimas da República e aos recursos monetários de que dispõem”³⁵⁹. O que indica que o estabelecimento do regime republicano não foi capaz de completar instantaneamente o projeto de secularização da sociedade e tão pouco acabar com os embates entre os grupos sociais que desde o Império disputavam posições de mando e influência.

Embora tenha realmente sido um entusiasta da ação política e social da maçonaria, os relatórios de Lauro Sodré atestam que a sua administração não se resumiu a isso. Acumulando já quase 2 décadas de vida pública ao se tornar grão-mestre, ele soube emprestar ao mundo maçônico a sua experiência e habilidade política a fim de tratar das questões estruturais da ordem e apontar caminhos de fortalecimento.

Mas, entre as muitas ações administrativas, o *Boletim do Grande Oriente do Brasil* também traz a marca da erudição de Lauro Sodré. A partir de março de 1910, a publicação passou a contar com a “Seção Geral”, uma parte do boletim voltado para a publicação de textos colaborativos agrupados em torno de 3 eixos temáticos: “Ciências e letras”, “Doutrina maçônica” e “Varia”, onde se pretendia colocar os assuntos mais diversificados.

Em geral, o próprio Lauro Sodré abria a seção com os seus textos filosóficos e positivistas. Considerando apenas o ano de 1910, é possível observar que o grão-mestre tinha

³⁵⁸ BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Dezembro, nº 12, ano 40. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1915, p.1010-1011.

³⁵⁹ BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Junho, nº 06, ano 41. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1916, p.438.

preferência pelo eixo “Ciências e letras”, onde fez publicar todos os seus artigos. O primeiro deles, intitulado “Evolução Cósmica”, era o resumo do estudo realizado por ele no livro *Palavras e Actos* (1896) sob o título de “A gênese positiva”. O segundo, “E pur si muove”, também publicado em *Palavras e Actos*, havia sido originalmente lançado na *Revista do Club Acadêmico* quando Sodré ainda era estudante da Escola Militar. O terceiro, “Um tremor de terra”, escrito em 1885 quando ele já servia como 1º tenente no Pará, foi igualmente publicado em *Palavras e Actos*. O quarto, “A evolução política do Brasil”, foi lançado como opúsculo independente em 1906. O quinto, intitulado “A sociologia e a economia política”, correspondia a um tópico do capítulo “O positivismo e a economia política” do livro *Palavras e Actos*. O sexto, “O Christophoro”, fruto da querela jornalística que Sodré sustentou com o bispo do Pará em 1885, também foi republicado no livro de 1896. O sétimo, o nono e o décimo textos, respectivamente intitulados “Uma lição de economia política”, “Uma lição de economia política - II” e “Uma lição de economia política - III” foram extraídos do capítulo “O positivismo e a economia política” do livro *Palavras e Actos*. O oitavo, “Da Monarquia para a República”, Lauro Sodré havia escrito no ano em curso para o jornal *A Folha do Dia*.

Não convém aqui analisar todas estas publicações³⁶⁰, apenas realçar o caráter apologético que todas elas tinham, sem exceção. E não era apologia da doutrina maçônica, posto que o grão-mestre não escreveu nenhum artigo para a seção homônima, era apologia pura e declarada do positivismo e da visão de mundo cientificista que Lauro Sodré sustentava.

A reprodução seriada dos artigos reunidos na obra de 1896 sugere que o grão-mestre havia encontrado na “Seção Geral” um novo espaço para comunicar aos maçons e, neste caso, convencê-los da doutrina filosófica que seguia, ou seja, evangelizá-los, ainda que não falasse de maçonaria.

Nos anos que se seguiram Lauro Sodré manteve a estratégia de divulgação das suas ideias e publicações, utilizando outros artigos de *Palavras e Actos* e do livro *Crenças e Opiniões*. Parecia convencido de poder fazer da maçonaria não apenas uma força político-social, mas a realização da sociedade evoluída, fraterna e cívica conforme preconizado por Augusto Comte.

Um dos poucos textos inéditos que Lauro Sodré fez publicar no *Boletim do GOB*, saiu em abril de 1911. Centrado nos conflitos inerentes às relações entre operários e patrões, o ligeiro artigo “O grande problema” tentava apresentar solução para uma das questões mais

³⁶⁰ Para isto ver o tópico 3.2.

relevantes da sociedade brasileira, então marcada pelo processo de industrialização e urbanização de suas maiores cidades e pela progressiva organização da classe trabalhadora.

O texto parte da premissa de Anatole France, famoso escritor francês, inicialmente simpatizante do pensamento liberal e depois socialista e, posteriormente, membro do Partido Comunista, para quem seria necessário promover uma íntima aliança entre filósofos e proletários, entre o grande pensamento e a grande força.

Retomando posicionamentos anteriormente esboçados em publicações lançadas na imprensa carioca e no Senado Federal, sobretudo na época em que antecedeu a insurreição de 1904, Lauro Sodré afirmou que no enunciado de Anatole estava contida a solução do problema da incorporação do operariado na sociedade moderna.

Segundo ele, embora fossem legítimas as aspirações e lutas dos trabalhadores em torno da igualdade de direitos, repartição equitativa de impostos e proteção do Estado frente aos capitalistas, o tema não se esgotava apenas nas ações governamentais e na elaboração de leis, chamando atenção para a importância da instrução neste processo.

Iluminai os espíritos, abrindo as consciências das classes que governam e das governadas à compreensão cabal dos deveres cívicos, que incumbem a todos; e daí sairá a pacificação dessa luta das classes sociais, a harmonia entre o capital e o trabalho, o sentimento de confraternidade que há de ligar o rico ao pobre, o patricio ao plebeu, o patrão ao operário³⁶¹.

Para o grão-mestre e senador militar, era pelo ensino cívico e científico que deveria se dar a disciplinarização dos grupos sociais. Ele não negava a luta histórica travada entre “o que tem tudo diante do que não possui nada, o que frui e goza em face do que trabalha e pena, o que vive farto ao pé do que tem fome” e tão pouco a responsabilidade do Estado e dos estudiosos em relação ao bem-estar das classes proletárias. Chegando mesmo a dizer que a República deveria ser eminentemente social, posto ter destituído uma família privilegiada em nome do “bem geral de todos, para felicidade do povo”. Porém, negava que a questão pudesse se resolver da forma sugestionada pelos “discípulos do notável cientista e reformador Karl Marx”.

A tensão entre proletários e capitalistas era, segundo ele, antes de tudo uma questão moral. E, neste ponto, Lauro Sodré se distanciava completamente de qualquer proposta de revolução social. A união que ele pregava entre proletários e filósofos preservava a noção de

³⁶¹ BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Abril, n° 04, ano 36. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1911, p.195.

que aos trabalhadores era vetado o caminho da intelectualidade e da própria colocação no campo político. Desta forma, ele defendia que o Estado deveria oferecer o ensino geral das ciências e das leis naturais aos trabalhadores, mas sem querer transformá-los em “uma corporação de acadêmicos ou de sábios”.

Nesta perspectiva, a sociedade imaginada por Sodré continuava tendo “os grandes” que deveriam se sentir “humildes na sua grandeza” e os “humildes” que, pela via do ensino, teriam condições de se ver “grandes na sua humildade”³⁶². Ou seja, sua proposta não apresentava necessariamente uma mudança na estrutura da sociedade, apenas na forma como os indivíduos se portavam em relação ao bem comum.

Encontrando um valor absoluto na difusão do conhecimento, Lauro Sodré defendia que a moralidade do saber teria o poder de fazer desaparecer o antagonismo das classes sociais. Construindo assim uma visão extremamente utópica de sociedade fundamentada no dever cívico e no comportamento altruísta, o que pode ser considerado como um traço de sua formação militar e positivista e do próprio pertencimento à sociabilidade maçônica.

Seja pelas ações administrativas ou pelo perfil intelectual, Lauro Sodré conseguiu se firmar como grão-mestre e entusiasmar o meio maçônico. Tomando como base a reflexão de Alexandre Mansur Barata, para quem a instituição maçônica exercia uma função pedagógica na formação ideológica dos seus membros e investiu mais significativamente nas primeiras décadas do século XX em formas de influir na estruturação da sociedade a fim de barrar o conservadorismo católico³⁶³, torna-se possível afirmar que Lauro Sodré foi um dos principais condutores deste processo. Não à toa, em fevereiro de 1910 ele foi reeleito junto com João Frederico de Almeida para continuar à frente do Grande Oriente do Brasil e, conseqüentemente, do processo de reafirmação da capacidade maçônica de influir nos jogos sociais e políticos da sociedade brasileira (*Imagem 47*).

A revista *Careta* publicou um aspecto da cerimônia de posse realizada em 22 de junho de 1910 na sede do Grande Oriente do Brasil, rua do Lavradio. Na fotografia quase não é possível ver Lauro Sodré. Ele está ao fundo da imagem, encoberto por um candelabro, ocupando posição centralizada no altar, na direção do símbolo do “olho que tudo vê”, sendo ladeado à direita por Alcebíades Peçanha, irmão e representante do presidente da República, Nilo Peçanha, e à esquerda pelo grão-mestre adjunto João Frederico de Almeida e pelo orador oficial Arlindo Fragoso, que discursava.

³⁶² *BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL*: jornal oficial da maçonaria brasileira. Abril, nº 04, ano 36. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1911, p.197.

³⁶³ BARATA, Alexandre Mansur. Op. Cit., 1999, p.133.

A solenidade foi prestigiada por grande número de homens e mulheres colocados em um salão oval, com algumas colunas, quadros e ornamentações maçônicas. Também é possível observar algumas crianças sentadas no altar de frente para os demais presentes.

Imagem 47 - Registro da posse de Lauro Sodré como grão-mestre em 1910



Fonte: CARETA. Rio de Janeiro, 02 de julho de 1910, p.26.

Na ocasião, Lauro Sodré, que tinha gosto pelos pronunciamentos cerimoniosos, se dirigiu à assembleia geral da ordem nos seguintes termos:

Podem outros trazer para este cargo maior soma de serviços, dar-lhes mais brilhos, pô-lo em mais ruidosa evidência. Foi assim no passado da nossa Ordem. Isso há de suceder no futuro dela. Uma coisa porém é certa: ninguém trará na alma, mais entranhada do que eu trago no fundo da minha alma, a fé nos destinos da Maçonaria, para servi-la com amor mais alto de que o amor com que eu a sirvo, na esperança de que se lhe vão de ano para ano dilatando os raios do largo círculo da sua ação política, social e humana³⁶⁴.

Entre juramentos e declarações de vínculos que se pretendiam inquebrantáveis, Sodré voltou à dimensão político-social da maçonaria que ele defendia e propunha. Assegurando que no terreno da larga política de princípios estava o lugar em que todos os maçons podiam concordar, independentemente de partidos, credos religiosos e crenças íntimas, ele afirmou:

³⁶⁴ BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Junho, n° 06, ano 35. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1910, p.332.

Sempre assim entenderam os que dentro dos nossos templos tramaram as conspirações patrióticas de que saiu a independência política da nossa pátria pela gloriosa revolução de 7 de setembro de 1822, de que saiu a redenção dos escravos pela comoção nacional terminada com a lei incomparável de 13 de maio de 1888, de que resultou a assombrosa e incruenta revolução de 15 de novembro de 1889. Sendo como somos um ajuntamento de consciências livres, ligados para o bem da pátria, não teríamos continuado a honrosa tradição da nossa Ordem se dos magnos problemas políticos vivêssemos desinteressados, alheios ao que em derredor de nós sucede, indiferentes aos debates e às causas, de cuja solução depende essencialmente a garantia das liberdades e dos direitos de todos, a mais sábia decretação das leis, a mais segura e sã distribuição da justiça. Disso dependem os nossos destinos³⁶⁵.

A percepção histórica de Lauro Sodré sobre a maçonaria se aproxima daquela que ele sustentava em relação aos militares. Segundo o seu ponto de vista, ambos os grupos teriam tido passados gloriosos e participações decisivas nos grandes eventos nacionais, além de contarem com espaços de “conspirações patrióticas”. De modo que, cabia aos maçons, como ele também dizia que cabia aos militares, enquanto representantes históricos destes segmentos, dar continuidade à tradição elevada das referidas instituições.

Um passado inventado que não leva em conta as tensões institucionais, as divisões entre os seus agentes e, sobretudo, os posicionamentos conservadores e reacionários que existiam no interior de ambos os grupos, criando uma versão a-histórica e ficcional de cooperação patriótica e de sentimento de classe que tudo seria capaz de viabilizar. A história gloriosa de maçons e militares não se sustenta do ponto de vista histórico e documental. Apesar disso, serve até hoje como forma de enaltecimento da instituição e formação do *habitus* de seus agentes.

Lauro Sodré incitava os maçons ao mundo político, ao aparelhamento cultural, à colocação nos espaços de poder, porém, quando precisava analisar a sua conduta, tangenciava, dizendo que nunca havia contribuído no exercício de seu cargo para arrastar os maçons ao terreno das lutas partidárias.

De fato, jamais orientou, por exemplo, para que os maçons seguissem os rumos do Partido Republicano Federal, ao qual estava vinculado. Por outro lado, político que era, sabia bem que a colocação em algumas tribunas, o assento na assembleia legislativa, o voto nas câmaras municipais, que ele recomendava aos maçons, só eram possíveis pela via partidária.

Havendo, portanto, um paradoxo na política de princípios de Lauro Sodré. Pois, ao mesmo tempo em que ela apontava para um caminho fora da política institucional, mais

³⁶⁵ BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Junho, n° 06, ano 35. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1910, p.341-42.

ligado às ações individuais, às condutas morais ilibadas, ela também esperava realizar intentos que só eram possíveis pela via política partidária.

Dessa forma, a política de princípios que ele orientava parecia ser uma forma velada e não declarada de fazer política. Estava diretamente ligada à capacidade de influir no jogo social, mas esbarrava no traço característico da sociabilidade maçônica que era o de não tratar de política e de religião. Sendo este um dos componentes centrais da fraternidade e da tolerância maçônica, havia de ser respeitado e, em certo sentido, distorcido. Daí, a noção inventada da política de princípio, através da qual podia se falar tanto da conduta elevada dos maçons quanto de suas ações para transformarem a sociedade, em muitos momentos, pela via política partidária ou institucional.

Ponto de vista este facilmente verificável a partir de duas figuras tomadas como exemplos da prática dessa política elevada que o grão-mestre recomendava. O primeiro, Nilo Peçanha, com quem Lauro Sodré afirmou ter se encontrado mais de uma vez para “aplaudir atos de governo inspirados pelo espírito maçônico em lutas, que agitaram a opinião pública e que tiveram eco em nossos templos”, fazendo referência a ação do governo federal para impedir a vinda de ordens religiosas expulsas de França e Portugal. No segundo, Hermes da Fonseca, recém-empossado na Presidência da República e “saído do seio da maçonaria, com a alma educada nos seus princípios”, a quem Sodré destinava suas esperanças³⁶⁶.

Duas personalidades maçônicas ocupando altos cargos públicos. Nesse caso, talvez, fosse válido esperar que alguma ação baseada em princípio maçônico pudesse resultar em adoção de medidas de interesse da ordem. Entretanto, não sendo este o caso, e ignorando-se, por ora, o fato de que as condutas políticas dos maçons nem sempre atendiam as proposições institucionais da maçonaria, é de se esperar que um maçom, com menos capital cultural e político, colocado em posição social inferior aos dos maçons do exemplo, tivesse mais dificuldades para se movimentar por princípios maçônicos e junto movimentar a sociedade.

Em todo caso, além de informar as ações administrativas e as recomendações político-sociais da potência central, o *Boletim do GOB* cumpria outra importante função, a saber, a de dar visibilidade às ações levadas a cabo pelas oficinas maçônicas ao redor do país. Compartilhar a adesão das lojas às proposições da potência maçônica reguladora era quase tão importante quanto orientar o povo maçônico, sendo também uma forma de convencimento.

³⁶⁶ BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Junho, n° 06, ano 36. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1911, p.397.

Neste sentido, em agosto de 1910 o jornal oficial da maçonaria fez publicar duas notícias relativas à maçonaria paraense extraídas do periódico *Folha do Norte*.

A primeira delas informava que a *Loja Harmonia e Fraternidade* havia realizado uma conferência pública em seu salão principal no dia 15 de agosto de 1910. A data, alusiva à adesão do estado à independência do Brasil, em 1823, foi escolhida como a primeira de outras duas conferências programadas para os dias 07 de setembro e 15 de novembro. Segundo a nota, cerca de 500 pessoas haviam prestigiado a conferência de Batista Moreira, sobre o tema “A confraternização universal”. Os convidados foram ainda presenteados com impressões da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, decretada pela assembleia nacional francesa em 1789 e base das constituições modernas³⁶⁷.

Neste caso, nada parece desproposital. A realização de conferência pública correspondia a uma das teses litúrgicas do Congresso Maçônico de 1909. A opção pela realização dos eventos em datas cívicas abria espaço para que se pensasse o passado sobre o viés patriótico, tão recomendado pela perspectiva positivista do grão-mestre, sendo, portanto, uma forma de envolver os presentes. A ideia de confraternização universal encontrava apelo tanto no ideário maçônico, como no positivismo e na política. Daí, a referência à Revolução Francesa, inspiradora do próprio movimento republicano no Brasil.

A segunda notícia, assinada por Jacques Rolla, falava acerca de uma agitação que começara nos templos maçônicos e transpusera os limites das oficinas para chegar ao público paraense em geral. Uma agitação considerada “digna de aplausos e incitamentos”, posto ter surgido “quando parecia que a grandiosa instituição dormia já à sombra de suas tradições honrosas”. O autor conta então que a maçonaria paraense havia sofrido com a perda de líderes destacados, como padre Eutychio, Antonio Baena e George Sumner, e com “dissenções perturbadoras”, ocasionadas pelo “mal entendido prejudicial entre algumas lojas”. Porém, animados novamente pelas ações da *Loja Aurora*, empenhada na construção do seu novo templo, da *Loja Cosmopolita*, criadora do Colégio Maçônico e de uma agremiação dramática de propaganda maçônica, e da *Loja Harmonia e Fraternidade*, promotora de conferências públicas, a maçonaria paraense parecia finalmente abandonar a letargia e, “num movimento coletivo”, trabalhar tanto quanto no passado em prol dos propósitos da instituição³⁶⁸.

³⁶⁷ BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Agosto, nº 08, ano 35. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1910, p.597.

³⁶⁸ ROLLA, Jacques. “Movimento Maçônico”. *Folha do Norte*. Belém, agosto de 1910. Apud: *Boletim do Grande Oriente do Brasil*: jornal oficial da maçonaria brasileira. Agosto, nº 08, ano 35. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1910, p.598-599.

Jacques Rolla era o pseudônimo utilizado na imprensa paraense pelo literato José Eustachio de Azevedo, admirador de Lauro Sodré e assim como ele também membro da maçonaria. Por isso sua nota a despeito do movimento maçônico é um misto de crônica e de celebração. Sinalizando para um passado não muito distante em que a maçonaria parecia menos vibrante e mergulhadas em tensões internas, ele parecia novamente animado com a “agitação” que se processava no interior das oficinas. Uma movimentação que estava diretamente relacionada ao cumprimento das orientações da potência central e as diversas estratégias utilizadas para se aproximar do público profano. O que, neste caso, começava pela própria abertura dos templos maçônicos para visitação de não-iniciados, passando pelas ações de ensino e divulgação científica amplamente recomendados pela potência central, chegando até a via teatral.

A maçonaria paraense parecia estar em efervescência. Segundo o relatório administrativo referente ao ano de 1910, o número de lojas maçônicas no Brasil chegara a 450, com cerca de 50.000 maçons em atividade. Sendo que, das 59 oficinas que haviam mandado os relatórios de atividades anuais que Lauro Sodré começara a cobrar, era possível saber que pelo menos 480 pessoas haviam sido iniciadas na ordem somente no ano de 1910. E, destas 59 lojas, a que maior número de aprendizes fizera fora a *Cosmopolita*, de Belém, com 68 iniciações³⁶⁹.

Jacques Rolla parecia não exagerar quando ressaltava a agitação maçônica na capital paraense. Em 1911, diante do enfraquecimento político de Antonio Lemos, Lauro Sodré retornou ao Pará após longo tempo de ausência, sendo bastante festejado pelas lojas maçônicas de Belém. E, talvez pelo efeito de sua presença ou pela insistência do GOB em recomendar a prática de uma maçonaria ativa do ponto de vista político-social ou ainda pela combinação de ambos os elementos, no final daquele ano a *Loja Aurora* iniciou uma série de *meetings* em favor da candidatura de Lauro Sodré ao Senado Federal pelo Pará.

No último deles, celebrado em 28 de janeiro de 1912, na Praça Justo Chermont, os membros da oficina maçônica teriam conseguido reunir cerca de 2.000 pessoas e arrancar vivas à maçonaria brasileira, às lojas maçônicas paraenses, à Lauro Sodré e ao povo paraense³⁷⁰. Mas, ao contrário do que se esperava, o resultado imediato da ação da *Loja Aurora* acabou sendo o tensionamento do campo maçônico no Pará.

³⁶⁹ BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Junho, nº 06, ano 36. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1911, p.412.

³⁷⁰ A FOLHA DO NORTE. Belém, 29 de janeiro de 1912, p.1.

Comunicações telegráficas reproduzidas no *Boletim do GOB* dão conta que 5 das 7 lojas da capital paraense haviam recusado participação nos comícios da *Loja Aurora*, sob o argumento de que não desejavam envolver-se com questões políticas. A imprensa do Rio de Janeiro, por outro lado, noticiou que, em suposta retaliação, o delegado interino do grão-mestre no Pará, Cesino Santos, havia suspenso o venerável da *Loja Firmeza e Humanidade*, Elias Augusto Tavares Vianna. Notícia esta desmentida pela secretaria do Grande Oriente do Brasil, segundo a qual as ocorrências contra o venerável da oficina paraense antecediam a campanha em favor do grão-mestre. Além disso, ao saber do movimento nas lojas maçônicas em favor da sua candidatura, Lauro Sodré havia expedido o seguinte telegrama-circular para os veneráveis do Oriente de Belém:

São conhecidas as minhas opiniões contrárias à intervenção da maçonaria nas lutas partidárias.

Não desejo que o meu nome sirva para dividir irmãos. Embora muito me honrem e dignifique os votos dos prezados irmãos, que são meus amigos, aconselho respeito e tolerância para com opiniões adversárias. Gratíssimo peço aos irmãos que se abstenham de tratar da minha candidatura em Loja³⁷¹.

A posição dúbia de Lauro Sodré acabava favorecendo o tensionamento. Entre o discurso sobre ações políticas levadas à cabo sem o envolvimento com questões partidárias e a possibilidade efetiva de se movimentar dessa maneira, ainda mais em se tratando de um contexto de campanha eleitoral, havia uma vasta dimensão de possibilidades interpretativas, que ele deixava a cargo dos “irmãos” de sociabilidade. Limitando-se simplesmente a repetir a regra conhecida e ignorada por todos, de que não era acertado fazer política dentro das oficinas maçônicas.

Talvez, por isso, a *Loja Aurora* tenha saído às ruas e construído o seu movimento pretensamente apartidário, uma ação baseada em princípios, exatamente como recomendava a potência maçônica central. Tinham em mente um fim elevado, a regeneração da República, de modo que tudo parecia se justificar. Porém, faz bastante sentido que outras oficinas tenham enxergado neste movimento uma verdadeira declaração política. Pois, embora não estivesse vinculada diretamente à um partido específico, no fim das contas, a iniciativa acabava somando forças e servindo aos interesses de apenas um grupo, o grupo declaradamente partidário de Lauro Sodré e do PRF.

³⁷¹ BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Dezembro, n° 12, ano 36. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1911, p.940-941.

Assim, mais do que simplesmente confirmar as orientações do Grande Oriente do Brasil ou reanimar as lojas maçônicas locais, a busca por uma maçonaria mais preocupada com as questões políticas e sociais tendia a favorecer politicamente a figura do grão-mestre. Sobretudo, no Pará, onde estava a sua maior base eleitoral.

A realidade era que nem todos os maçons paraenses eram entusiastas de Lauro Sodré. A própria circular enviada aos veneráveis de Belém indicava isso, ao fazer sutil distinção entre os irmãos e os que além de irmãos seriam também amigos do grão-mestre. De maneira que, as divisões e tensões próprias do campo político tendiam a se manifestar no interior das oficinas e causar divisões no campo maçônico, à imagem e semelhança do que acontecia no mundo profano.

Uma vez eleito para o Senado Federal, Lauro Sodré recebeu telegramas de felicitações de várias partes do país. Dentre eles, um assinado por Marcos Hesketh, Sizenando Diniz de Lima e Geraldo Ferreira Bentes, os organizadores dos *meetings* da *Loja Aurora*. Na mensagem encaminhada ao GOB, os maçons paraenses regozijavam-se com a conquista da causa pela qual haviam batalhado e pediam ao senador e grão mestre que estendesse as felicitações aos demais deputados “irmãos em crença e ideias políticas”³⁷².

A complexa relação da maçonaria e, em especial, da maçonaria paraense com a política estava longe do fim. Em agosto de 1912, Lauro Sodré voltou a Belém diante da possibilidade de se fazer novamente governador do Pará, o que não se confirmaria dado os encaminhamentos da política nacional. Porém, o quadro de tensão que existia na capital paraense em torno da figura do velho intendente Antonio Lemos acabou colocando o chefe da maçonaria brasileira na situação de vítima de um atentado. O fato teve grande repercussão na imprensa do país e na assembleia geral maçônica de 2 de setembro.

O extrato de ata da sessão indica que a situação foi monitorada pela secretaria do GOB através de comunicação telegráfica com o próprio grão-mestre e com o delegado da instituição no estado. Após os júbilos pela sobrevivência de Sodré, as autoridades maçônicas discutiram sobre a atitude devida perante nefasto acontecimento. Mário Behring, um dos mais exaltados, afirmou ser aquele fato o reflexo dos processos políticos implantados no país, onde tudo seria “perfidia, corrupção e lama” e “almas puras” como a do grão-mestre “faziam mal aos dominadores da hora presente”. Desta forma, em sua opinião, não bastaria um simples voto de pesar em ata, mas sim “um protesto enérgico”, capaz de dar medida da ação que a

³⁷² BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Abril, nº 04, ano 37. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1912, p.244.

maçonaria haveria de efetuar contra os responsáveis pelo ato. Alguns sugeriam que esse protesto fosse lançado na imprensa profana. O secretário geral do GOB, Thomaz Cavalcanti, lembrou que o grão-mestre interino, Guimarães Natal, já havia conferenciado com o irmão Hermes da Fonseca, presidente da República, a fim de manifestar as preocupações da maçonaria com o cenário político no Pará, ouvindo daquela autoridade o compromisso de intervir na situação paraense para garantir a ordem, o direito e a justiça, ao que se julgava suficiente³⁷³.

No fim, a moção de Behring foi aprovada. E mais uma vez, ainda que não propositalmente, os maçons se pegaram em discussões políticas em torno da figura de Lauro Sodré. Logo surgiram suspeitas a respeito da natureza do atentado praticado contra o grão-mestre. A principal delas dava conta que a ação fora, na realidade, premeditada por membros do partido de Sodré a fim de atribuírem culpa aos adversários *lemistas*, já bastante fragilizados politicamente. Verdade ou mentira, o ocorrido acabou fazendo Lauro Sodré parecer ainda mais sublime aos olhos de quem já lhe destinava simpatias na política e na maçonaria.

Por esta via, o *Boletim do GOB* reproduziu artigo do jornal *Ramo de Acácia*, de Curitiba, onde se procurava destacar as raras virtudes do grão-mestre que podendo se atirar ao campo da vingança preferira agir para salvar o adversário e, desta forma, “pelo exemplo, ensinar aos maçons como se honram os princípios maçônicos”³⁷⁴.

Nos deslocamentos ao Pará em 1911, 1912 e 1915 Lauro Sodré foi efusivamente festejado pelas comunidades maçônicas das cidades e estados por onde se detinha ao longo da viagem. Eventos que repercutiam na imprensa em geral e acabavam sendo transcritos para o *Boletim do GOB*, como prova do prestígio da maior autoridade maçônica no país.

Na mensagem destinada à assembleia geral de 1912, Lauro Sodré se referiu em agradecimento às recepções que lhe foram preparadas no Espírito Santo, Bahia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Pará, dizendo compreender tais manifestações como indicativo da prosperidade da ordem e do bom ânimo dos maçons em pugnarem pelos princípios da instituição³⁷⁵.

³⁷³ BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Setembro, nº 09, ano 37. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1912, p.686.

³⁷⁴ BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Setembro, nº 11, ano 37. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1912, p.711.

³⁷⁵ BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Agosto, nº 08, ano 37. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1912, p.420-421

Até mesmo o Grande Oriente do Uruguai telegrafou à secretaria do GOB para sublinhar as demonstrações de alto apreço e estima encontradas pelo chefe da maçonaria brasileira “por todos os portos em que passou” ao longo de sua última viagem ao Pará, atribuindo o feito às virtudes morais, intelectuais e políticas do grão-mestre do Brasil³⁷⁶.

Diante deste cenário extremamente receptível, que contava ainda com as homenagens feitas pelas lojas maçônicas do Rio de Janeiro³⁷⁷, em fevereiro de 1913, Lauro Sodré foi reeleito para continuar à frente da maçonaria brasileira. O senador militar recebeu 2.741 votos contra 71 dos outros 10 nomes elegíveis. O segundo colocado, o general Francisco Glycerio, recebeu apenas 26 votos. Além do baixo número de votantes, uma vez que a constituição maçônica preconizava o sufrágio universal a todos os maçons da federação, chama atenção a discrepância dos votos e a evidente preferência pelo nome de Lauro Sodré. Joaquim Xavier Guimarães Natal também foi conduzido ao cargo de grão-mestre adjunto com o mesmo percentual de votos³⁷⁸.

Desta forma, é possível perceber que mesmo tendo chegado ao posto de maior autoridade do mundo maçônico sem ter necessariamente uma trajetória pregressa acentuada na instituição e ter sido preso no primeiro ano de grão-mestrado, Lauro Sodré conseguiu reunir em torno de si o capital simbólico e os apoiadores necessários para se firmar rapidamente como uma notável e quase inquestionável autoridade maçônica. Neste processo, o prestígio político e intelectual do senador militar parecia se confundir com o sucesso maçônico e vice-versa.

A arte de fazer política na maçonaria consistia em fazê-la de modo não declarado ou sob a alegação de fins elevados, esperando-se consenso ou apoio da maioria dos membros da ordem. Prova disso foram os artigos publicados na “Seção geral” do boletim do GOB, entre junho de 1913 e janeiro de 1914, onde se defendia o nome de Lauro Sodré para a Presidência da República.

A proposta, lançada por um grupo de maçons paulistas ligados aos jornais *A cidade de São Paulo* e *A Maçonaria*, explorava a dificuldade dos partidos hegemônicos em acordarem o

³⁷⁶ BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Março, n° 03, ano 38. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1913, p.166-167.

³⁷⁷ HOMENAGEM da Grand.: Bem.: Loj.: Cap.: União e Tranquilidade ao Grão Mestre Grand.: Comendador da Maçonaria Brasileira Coronel Dr. Lauro Sodré. Rio de Janeiro, Grand.: Oriente e Sup.: Cons.: do Brasil, 1911.

³⁷⁸ BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Maio, n° 05, ano 38. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1913, p.253.

nome do sucessor de Hermes da Fonseca e a falta de participação popular nas eleições, encontrando apoio e espaço na publicação do GOB.

Inicialmente, a candidatura de Sodré foi pensada de forma independente ao jogo político institucional, como se realmente pudesse competir contra os candidatos governistas e com os vícios do sistema eleitoral brasileiro. Sendo a popularidade do grão-mestre a principal aposta dos articulistas maçons.

Em face do perigo, diante das mais escuras perspectivas, as vistas do povo têm se voltado para um vulto consagrado da nossa terra e um dos seus mais legítimos patrimônios, único capaz de erguer os créditos da nossa nacionalidade e de tornar verdadeiras as fórmulas do nosso regime governamental.

Esse homem, não é preciso adivinhá-lo: é Lauro Sodré, nome puro e incorruptível, cuja vida pública é um eloquente ensino de civismo.

No momento atual a candidatura do nosso Sob.: Ir.: consubstancia as aspirações de todos os bons patriotas.

Para nós essa candidatura não representa somente uma aspiração da Maçon.: - da qual ele é o glorioso Gr.: Mest.: - mas sim do povo brasileiro em peso, sem distinção de fê política e de crenças religiosas.

Se nos tornamos paladinos da candidatura do dr. Lauro Sodré, foi porque nele vimos a robusta compleição de um estadista superior, de um espírito democrata, de um coração grande, de uma mentalidade fecunda³⁷⁹.

Nesta perspectiva, as apregoadas virtudes do grão-mestre da maçonaria o tornavam uma espécie de salvador da pátria, o único capaz de redimir o seu povo. Apesar de alguns artigos falarem em crescimento de adesões à campanha, logo veio o reconhecimento da realidade: “toda candidatura que não é oficial, que não surja das camarilhas da politicagem, é por natureza inviável”. Com isso, a campanha em favor de Lauro Sodré ganhou dimensão mais simbólica, passando a servir como protesto, “demonstração de força e uma homenagem fervorosa às virtudes e aos méritos grandíssimos do benemérito brasileiro”³⁸⁰.

Importante perceber que novamente não era Lauro Sodré quem se apresentava ao povo maçônico como presidenciável, “estadista superior”, símbolo de civismo e patriotismo. Eram terceiros, irmãos, talvez amigos. O chefe da maçonaria em mais de uma ocasião de sua vida pública declarara que tinha por índole não pedir votos para si. Por outro lado, aceitava de bom grado que outros o fizessem e no final lhe oferecessem postos de poder, como se estivesse sempre numa posição mais elevada em relação aos que batalhavam pelo seu nome. Esta

³⁷⁹ BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Junho, nº 06, ano 38. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1913, p.410.

³⁸⁰ BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Agosto, nº 08, ano 38. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1913, p.552.

acabou sendo uma marca distintiva da sua conduta e do modo de funcionamento dos grupos que gravitavam ao seu redor.

Desse modo, ainda que a campanha em favor de Lauro Sodré não tivesse condições de competir com as candidaturas oficiais, é importante observar o espaço que estava sendo dado aos apoiadores do grão-mestre no *Boletim do GOB*. Ele não era fruto da casualidade ou tão pouco elemento natural. Ao contrário, fazia parte da lógica de poder e dominação que permeava as relações institucionais maçônicas.

Por este prisma, o *Boletim do GOB* deve ser pensado como instrumento de comunicação e propaganda, em primeira instância, de quem constituía o poder maçônico. Pois, como qualquer veículo de imprensa, o jornal oficial da maçonaria passava por processos editoriais que avaliavam pautas, textos, formatos de impressão e definiam os conteúdos que seriam ou não publicados, de acordo com a intencionalidade de quem produzia o material. E quem produzia o boletim era a gestão do grão-mestre. Não que Lauro Sodré conduzisse todo o processo, mas certamente não lhe era alheio e, ainda que fosse, o editorial tendia a lhe favorecer enquanto seguisse prestigiado no posto de chefe da maçonaria.

Isso quer dizer que mesmo ignorando a regra de não envolvimento da maçonaria com questões políticas, o GOB decidiu ajudar na difusão dos artigos da maçonaria paulista em prol da candidatura de Sodré. Este fato podia não ser relevante em relação à campanha presidencial, mas ajudava a solidificar o lugar de distinção de Lauro Sodré dentro e fora da sociabilidade maçônica.

Em março de 1914 Lauro Sodré convocou o III Congresso Maçônico Nacional para ser realizado entre os dias 7 e 20 de setembro daquele ano. Porém, o evento acabou sendo postergado para diferentes datas de 1915 e sendo suspenso em 1916. Mais tarde Lauro Sodré explicaria que os adiamentos do evento estiverem relacionados à seca do nordeste e a crise financeira que abatia o Brasil, de modo geral, o que dificultaria o deslocamento dos representantes das oficinas para participação no congresso. Apesar das dificuldades de viabilização, não deixa de ser proveitoso observar o programa do evento.

A nova edição programada para o Congresso Maçônico deixava de contar com teses litúrgicas, sociais e políticas recomendadas pelo GOB e se estruturava em torno de 3 seções de estudos: filosofia-científica, político-social e maçônica. Cada seção possuía um vasto programa de eixos norteadores para serem analisados pelas oficinas maçônicas brasileiras. Dessa forma, os representantes das lojas passavam a ter mais liberdade para escolher os temas e apresentá-los da forma que achassem mais convenientes. Mas, ainda que o debate tenha se

democratizado mais, a relação dos programas de estudo com a perspectiva intelectual do grão-mestre continuava sendo notória.

A primeira seção, por exemplo, pretendia estudar os filósofos modernos Bacon, Galileu e Descartes, o positivismo e o evolucionismo a partir de Augusto Comte, Herbert Spencer e Charles Darwin e as concepções teológicas segundo a sociologia positiva. Autores e temas que costumavam permear sistematicamente as produções literárias e os discursos políticos de Lauro Sodré.

A segunda seção, que passou a abrigar as teses políticas e sociais, seguia o mesmo caminho, porém com roteiro típico de curso superior. Seu programa mesclava temas clássicos do pensamento liberal e tradicionalmente discutidos no meio maçônico, como separação da igreja e do estado, casamento civil, ensino público, ação do Estado, ensino religioso e ensino laico, com assuntos próprios das ciências políticas, como o estudo da constituição do Brasil, as vantagens e desvantagens da forma organizativa republicana, as aspirações revisionistas, o presidencialismo e o parlamentarismo, República federativa ou unitária e tópicos de organização judiciária e direito processual. Por fim, procurava ainda fazer com que os maçons enxergassem e discutissem as questões sociais, dando visibilidade para temas como prostituição, alcoolismo e criminalidade juvenil, além de marcar espaço para debates sobre legislação industrial, reivindicações operárias e intervenção do Estado na relação capital e trabalho.

Na medida em que se conhece o pensamento filosófico e político de Lauro Sodré, bem como algumas de suas produções literárias e discursivas não fica difícil perceber a afinidade que o grão-mestre possuía em relação aos assuntos delineados na primeira e segunda seções do III Congresso Maçônico. O mesmo, porém, não poderia ser dito em relação a terceira seção, voltada para os assuntos de doutrina e liturgia da ordem.

Diferentemente do que se deu no evento anterior, desta vez a comissão organizadora incluiu alguns tópicos voltados para o estudo dos diferentes ritos maçônicos. Mas, ainda assim, a seção maçônica seguiu apresentando preocupação mais pragmática do que simbólica. Seu programa de estudo passava pela história da maçonaria, o papel da instituição no passado, presente e futuro, exame da situação atual da maçonaria brasileira e de sua ação político-social, assistência, beneficência e ensino, casamento maçônico, a questão da adoção entre os maçons e o papel da mulher na obra humanitária da ordem maçônica³⁸¹.

³⁸¹ BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Março, nº 03, ano 39. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1914, p.108-109.

Ao se referir ao evento, em junho de 1914, Lauro Sodré declarou ter as maiores expectativas acerca dos debates e desdobramentos que se dariam a partir do Congresso Maçônico, posto que estava assentado nos domínios da ciência e da filosofia. Dessa forma, o evento não apenas ajudaria na resolução dos problemas da ordem como a aproximaria das suas raízes, uma vez que a maçonaria seria “por essência uma agremiação de indagadores, de estudiosos”³⁸².

O III Congresso Maçônico Nacional serviria para renovar e aprofundar o conjunto de princípios e práticas que Lauro Sodré queria que fosse o programa da maçonaria brasileira. Na medida em que sua realização se mostrara inviável, a versão anterior do evento continuou sendo a popularização mais sistemática do tipo de maçonaria que Sodré queria ver praticada e serviu de base, por exemplo, para eventos maçônicos estaduais, como o Congresso Maçônico de Paranaguá, celebrado entre 13 e 18 de maio de 1914, no Paraná, com a participação do grão-mestre do GOB. O congresso paranaense seguia a mesma estrutura de teses litúrgicas, sociais e políticas do evento nacional de 1909, reforçando a subordinação e a reprodução das diretrizes da potência maçônica central.

Lauro Sodré foi muito festejado por sua passagem pelo Paraná, colecionando homenagens em várias cidades por onde se detinha, tanto de oficinas maçônicas quanto de autoridades públicas, posto que nele o chefe da maçonaria se confundia ao senador da República.

Em 1915, Lauro Sodré viajou ao Pará, com direito a novos festejos nos embarques, paradas e desembarques, de ida e vinda. Nesse momento, foi publicado no *Boletim do GOB*, na seção doutrinária, o discurso com que Archimimo Lima, maçom da Loja Cosmopolita e secretário do delegado do grão-mestre no Pará, saudou o chefe da maçonaria em uma das cerimônias realizadas na capital paraense.

O artigo, intitulado “Função político-social da maçonaria e o dr. Lauro Sodré”, faz uma longa exposição sobre da história da maçonaria no mundo e no Brasil, destacando os seus supostos feitos em prol da humanidade, para finalmente chegar na figura do grão-mestre e nas contribuições que dera à ordem, destacando-se, como sugere o título, a orientação a respeito do proceder em relação as questões políticas e sociais³⁸³.

³⁸² BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Junho, nº 06, ano 39. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1914, p.332.

³⁸³ LIMA, Archimimo. “Função político-social da maçonaria e o dr. Lauro Sodré”. *Boletim do Grande Oriente do Brasil*: jornal oficial da maçonaria brasileira. Abril, nº 04, ano 40. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1915, p.269-285.

Vale ressaltar que Archimimo Lima também foi um dos primeiros maçons e intelectuais a se dedicar a construir uma narrativa histórica da maçonaria no Pará. Ainda em 1915, ele publicou outro trabalho no *Boletim no GOB* intitulado “A maçonaria no Pará – esboço histórico”. Diretamente influenciado pelas propostas da potência maçônica central, a primeira frase do trabalho assumiu o compromisso de demonstrar que: “A maçonaria muito tem concorrido para as renovações político-sociais do povo do Pará”. A partir desta premissa, Lima perpassou pelo período da Independência, da Questão Religiosa, do abolicionismo e do movimento republicano, tentando demonstrar o movimento maçônico no estado, seus principais personagens e as supostas contribuições da irmandade para as transformações sociais que se deram ao longo do século XIX e início do XX no estado. Embora o tom do trabalho seja ufanista e apologético, para um trabalho que se pretendia esboço, ele soube realmente indicar caminhos interessantes de pesquisa³⁸⁴.

Em fevereiro de 1916 ocorreram as eleições maçônicas para a escolha dos representantes do poder executivo do Grande Oriente do Brasil para o triênio 1916-1919. Lauro Sodré foi novamente reeleito com ampla maioria de votos. Para grão-mestre adjunto foi escolhido o almirante Veríssimo José da Costa. A vitória contundente no pleito maçônico, no entanto, escondia algumas tensões próprias dos processos eleitorais. No Pará, por exemplo, alguns maçons se rebelaram contra a potência central.

O caso aconteceu na *Loja Firmeza e Humanidade*. No dia 2 de fevereiro, dia seguinte ao pleito eleitoral, os membros dessa oficina realizaram assembleia e decidiram desligar-se do Grande Oriente do Brasil em razão de se verem desprestigiados juntos ao poder central, acusado de apoiar as vinganças pessoais do delegado do grão-mestre no estado em detrimento da doutrina maçônica³⁸⁵.

A própria oficina informou a decisão ao GOB e aos jornais do Pará e Rio de Janeiro. Nos dias que se seguiram, o jornal *Estado do Pará* noticiou que a *Firmeza e Humanidade* havia ainda em ato de desagravo decidido: 1º) eliminar do seu quadro de membros os maçons Lauro Sodré e Napoleão Simões de Oliveira, este último o delegado do grão-mestre; 2º) retirar do seu salão nobre o retrato do chefe da potência maçônica não mais reconhecida; 3º) mudar o nome do seu salão anteriormente denominado de “Lauro Sodré” para 2 de fevereiro, a data de desligamento da potência central³⁸⁶.

³⁸⁴ LIMA, Archimimo. “A maçonaria no Pará - esboço histórico”. In: *Boletim do Grande Oriente do Brasil: jornal oficial da maçonaria brasileira*. Abril, nº 04, ano 40. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1915, p.869-879.

³⁸⁵ ESTADO DO PARÁ. Belém, 04 de fevereiro de 1916, p.5.

³⁸⁶ ESTADO DO PARÁ. Belém, 11 de fevereiro de 1916, p.2.

As notícias que chegaram ao GOB, no entanto, davam conta que o quadro do chefe da maçonaria brasileira teria sido alvo de insultos e injúrias. Desta forma, a potência maçônica reagiu divulgando nota à imprensa onde afirmava que a loja rebelde não exprimia os sentimentos da maçonaria paraense e tão pouco de todos os membros da oficina³⁸⁷. Internamente, Lauro Sodré suspendeu os direitos maçônicos de toda a administração da *Firmeza e Humanidade*, bem como dos maçons que a eles se mostrassem solidários, sob alegação de estarem infringindo as leis e regulamentos da ordem³⁸⁸.

Imagem 48 - Retrato de Lauro Sodré na Loja Firmeza e Humanidade³⁸⁹



FONTE: ESTADO DO PARÁ. Belém, 18 de fevereiro de 1916, p.1.

O *Boletim do GOB* estampou os telegramas enviados pelos veneráveis das demais lojas maçônicas de Belém, todos em solidariedade e apoio ao grão-mestre³⁹⁰. Enquanto isso, Bernardo Fiuza de Mello, o venerável da *Firmeza e Humanidade* recorreu ao *Estado do Pará*

³⁸⁷ ESTADO DO PARÁ. Belém, 17 de fevereiro de 1916, p.3.

³⁸⁸ BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Fevereiro, nº 02, ano 41. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1916, p.101.

³⁸⁹ Na imagem é possível ver o retrato de Lauro Sodré que figurava no salão da Loja Firmeza e Humanidade. O grão-mestre aparece devidamente paramentado ostentando terno escuro, camisa branca, faixa e insígnias da ordem. Abaixo do quadro, um triângulo, metade preto, metade branco, com o dizer "Sai Lauro 10/04/12", e a seguir a legenda "senador Lauro Sodré, Grão-Mestre da Maçonaria Brasileira".

³⁹⁰ BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Fevereiro, nº 02, ano 41. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1916, p.126-127.

para desmentir o boato das ofensas ao retrato de Lauro Sodré e expor ainda mais o caso à imprensa³⁹¹.

Segundo ele, a discórdia girava em torno da iniciação de Octaviano Suzart na *Firmeza e Humanidade*, ainda em outubro de 1915. Suzart era desafeto de Napoleão Oliveira que, usando de seus poderes de delegado do grão-mestre, tentara impedir a conclusão da cerimônia de iniciação do candidato à maçom. Com a recusa de Fiuza de Mello de lhe passar o comando da sessão, o delegado se retirou do templo comunicando que a oficina estava suspensa.

A partir daí, a disputa passou a envolver a legislação maçônica. O lado do venerável alegava que o delegado não tinha competência para suspender a oficina e tão pouco para impedir a iniciação de quem quer que fosse. A parte do delegado insistia que a iniciação havia sido fraudulenta. O GOB foi acionado e em seus primeiros posicionamentos tendeu a apoiar o delegado, mas tinha interesse em uma decisão conciliatória e postergou o caso.

O venerável Fiuza de Mello alegou ter enviado à secretaria do GOB todos os documentos necessários para provar o que dizia, chegando mesmo a sinalizar que a demora na resolução do problema poderia implicar em um processo de afastamento da oficina em relação ao poder central. Em resposta, contudo, recebera apenas “um silêncio injustificável em tal emergência”. De modo que, segundo ele, o conflito não se instalara como pretexto para malucar o nome de Lauro Sodré, como diziam alguns, mas para defender a dignidade da própria oficina³⁹².

A situação só foi resolvida de modo definitivo no mês de abril quando o Grande Oriente do Brasil anulou a suspensão da diretoria da *Firmeza e Humanidade* depois que ela cancelou a iniciação de Octaviano Suzart e declarou publicamente obediência ao grão-mestre e a todas as autoridades maçônicas constituídas no país.

O consenso em torno da figura de Lauro Sodré na maçonaria se dava a partir de um instável jogo de forças atravessado por elementos de ordem simbólica, política, cultural, material e pessoal. A existência de interesses divergentes, contrários e concorrentes entre os maçons tendia a tensionar o campo maçônico e acentuar suas fragilidades. Sendo uma irmandade altamente hierarquizada, em situações de conflito a decisão ficava com quem tinha mais poder.

Aos potencialmente afetados e contrariados restava o direito de recorrer a outras instâncias, como fizera a *Firmeza e Humanidade* ao apelar ao Supremo Conselho da ordem; a

³⁹¹ ESTADO DO PARÁ. Belém, 15 de fevereiro de 1916, p.3.

³⁹² ESTADO DO PARÁ. Belém, 19 de fevereiro de 1916, p.2.

possibilidade de ruptura, medida anunciada pela oficina paraense, mas não mantida; ou ainda a aceitação das determinações impostas, que acabou sendo o último passo dado pela loja maçônica mais antiga da capital paraense.

Aos detentores do poder maçônico, por seu turno, restava o cuidado de convencer a comunidade maçônica da legalidade dos procedimentos adotados, do esforço pela manutenção das regras e do apoio recebido de outros agentes estratégicos da sociabilidade maçônica.

Convém ressaltar que o jornal oficial da maçonaria brasileira, outra vez mais, funcionou nesta ocasião como órgão de defesa da potência central, dando espaço de publicação apenas aos maçons que concordavam com os procedimentos adotados pela gestão de Lauro Sodré, legando aos seus críticos a invisibilidade ou o desafio de terem que encontrar outros espaços de comunicação, em geral, de menor alcance em relação à quem dispunha de estrutura redatorial, material e logística já consolidada.

Neste mesmo ano, isto é, em 1916, Lauro Sodré se dirigiu novamente ao Pará a fim de participar e concorrer para o governo nas eleições estaduais. Pela contagem simples dos votos, o vitorioso foi Silva Rosado. Mas, os correligionários de Sodré não se conformaram. E, desde o primeiro instante, o GOB mostrou-se favorável a Lauro Sodré, ajudando a divulgar a falsa narrativa de que ele havia vencido a eleição e se achava ameaçado pelos políticos dominantes.

O Conselho Geral da Ordem expediu comunicado aos veneráveis do Pará afirmando que, embora não pudesse tomar partido nas questões de luta política pessoal, não podia se mostrar indiferente às violações de direitos e preceitos basilares da República. Tendo “razões de convicção” da vitória de Sodré ao governo do Pará, as autoridades maçônicas deram total apoio para que os irmãos do Pará impedissem “a vitória da fraude”, amparando o grão-mestre na continuação de seu “apostolado pela pátria e pela República”³⁹³.

A realidade acabou não sendo muito diferente de tal recomendação. Conforme assinalado por Ricardo Borges, a maçonaria paraense, ou parte dela pelo menos, se associou ao jornal *Folha do Norte* e a setores do comércio e da Brigada Militar na movimentação que resultou na colocação de Lauro Sodré a frente do governo do Pará, ainda que de modo bastante controverso³⁹⁴.

Após realizar *meetings* e divulgar notas de apoio na imprensa ao então chefe da maçonaria, as oficinas de Belém renderam sucessivas homenagens ao novo governador do estado. Na *Loja Firmeza e Humanidade*, onde meses antes Sodré tinha tido sua autoridade

³⁹³ *BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL*: jornal oficial da maçonaria brasileira. Dezembro, nº 12, ano 41. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1916, p.1150-1151.

³⁹⁴ BORGES, Ricardo. Op. Cit., 1983, p.319.

maçônica questionada, ele discursou acerca do papel da maçonaria na sociedade, talvez em agradecimento pelo apoio de parte da comunidade maçônica paraense na conquista do executivo estadual.

Em sua acepção, a maçonaria era “alguma coisa mais do que uma instituição de caridade”. Assemelhava-se a uma religião, cujo dogma era o da moral elevada, do cumprimento dos deveres perante a humanidade e a pátria. Por isso, dizia ele, a instituição maçônica deveria ser um fator de progresso e aperfeiçoamento para o povo, devendo estar sempre de “janelas abertas” para a sociedade e jamais indiferente aos assuntos que interessavam à humanidade em geral³⁹⁵.

Uma vez reconhecido pelo Congresso Legislativo do Pará, Lauro Sodré renunciou, em março de 1917, ao cargo de grão-mestre, interrompendo assim aquele que seria o seu quinto mandato à frente da principal potência maçônica nacional.

O Conselho geral da ordem chegou a tentar demovê-lo da ideia, sugerindo que continuasse como grão-mestre licenciado no período de governo no Pará, ao que Sodré ponderou não ser possível, uma vez que o regimento maçônico obrigava o domicílio no Distrito Federal para o exercício do grão-mestrado. Para a sua vaga seria eleito Nilo Peçanha, então governador do Rio de Janeiro.

Pelos “especiais, extraordinários e relevantes” serviços prestados à instituição ao longo de 12 anos de função, Lauro Sodré recebeu ainda em abril de 1917 o título de grande benemérito e de grão-mestre honorário da ordem³⁹⁶.

No artigo com que abriu o *Boletim do GOB*, em maio de 1917, Mário Behring, que naquela administração ocupava o posto de orador oficial da instituição, se dedicou a analisar a trajetória de Lauro Sodré à frente da maçonaria. O primeiro ponto destacado por ele disse respeito ao contexto no qual Lauro Sodré havia assumido a direção da instituição. Segundo Behring, o político paraense havia encontrado uma “maçonaria falida”, acostumada a fazer “maçons a granel, só com o fim de abarrotar os quadros”, o que resultava em filiações que não se sustentavam ao longo do tempo. As deserções e reduções de quadro eram reforçadas pelas dificuldades financeiras pelas quais passava a maçonaria brasileira. A lembrança dos tempos de prosperidade dera lugar a uma realidade de empréstimos, abatimentos e desânimos generalizados.

³⁹⁵ NEVEZ, Agnello. Op. Cit. 1918, p.232.

³⁹⁶ BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Abril, nº 04, ano 42. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1917, p.296.

Neste sentido, Behring acreditava que a gestão de Lauro Sodré tivesse sido de restauração para a maçonaria. Enaltecendo as qualidades do ex-chefe, o autor do artigo asseverava que Sodré havia sempre entregue aquilo que prometera e sabido dizer “a verdade nua e crua” aos seus irmãos. Sua maior herança seria justamente a reconstrução financeira da ordem, agora livre dos endividamentos que a prendiam. Muito embora também julgassem igualmente dignas de louvores o aperfeiçoamento da administração e, sobretudo, a reforma constitucional que havia diretamente operado “das aprimoradas faculdades de sua inteligência de escol”.

Os feitos de Sodré, dizia Behring, eram elogiados até por potências maçônicas estrangeiras dado o tino administrativo e a capacidade de conciliar ritos e princípios que o chefe da maçonaria demonstrava. De forma que, a maçonaria só tinha ganhado ao prestar solidariedade a Lauro Sodré em 1904, rejeitando a sugestão de algumas oficinas de substituí-lo por outro irmão quando se achava preso. “Que o desejaríamos grão-mestre *ad vitam*, demonstram-no as suas reeleições de 1907, 1910, 1913 e 1916”, registrava o autor³⁹⁷.

Após deixar o comando do GOB, Lauro Sodré seguiu prestigiado no meio maçônico, recebendo regularmente honras e distinções da potência central e das oficinas nacionais. Principalmente em Belém, onde agora se encontrava. Ainda assim, ele não voltou a ocupar cargos administrativos ou frequentar regularmente oficinas maçônicas, muito embora a distinção de grão-mestre honorário o tenha feito presidir as sessões das quais tomou parte.

Na função de governador Lauro Sodré continuou aproximando a maçonaria do campo político. Muitos dos seus apoiadores, como Dionísio Bentes, Deodoro de Mendonça e Luiz Barreiros, estavam a ele ligados por vínculos políticos e maçônicos. Ao ponto de ser difícil distinguir onde começava um e terminava outro. Sendo mais provável que se confundissem e misturassem, resultando em práticas híbridas de representação.

Um exemplo prático da mistura de elementos políticos e maçônicos se deu, por exemplo, com o restabelecimento do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, em 1917. A ação, que contou com o apoio direto do governador do estado e de vários intelectuais que gravitavam ao seu entorno, deu ensejo para o compartilhamento de experiências maçônicas. Não por acaso, em abril de 1918, Archimimo Lima proferiu a conferência “A influência da maçonaria na história do Pará” saudando inicialmente o presidente da sessão, o governador Lauro Sodré. Da mesma forma que Eustachio de Azevedo o faria ao falar dos vultos

³⁹⁷ BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Maio, n° 05, ano 42. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1917, p.387-391.

históricos da literatura paraense e da relação de muitos deles com a maçonaria em outra sessão do IHGP acompanhada pelo governador³⁹⁸.

Seja pela via partidária ou pela sustentação de princípios, os domínios da política praticada por Lauro Sodré incluem as relações que se estabeleciam nos salões reservados aos iniciados da ordem maçônica.

Nicola Aslan, intelectual maçom, lançou em 1973 o livro *Pequenas biografias de grandes maçons brasileiros*. Nele, o autor listou um grupo seletivo de 60 maçons que teriam se destacado pelos serviços prestados à maçonaria e ao Brasil. Dentre os personagens reverenciados, está o nome e o perfil biográfico de Lauro Sodré³⁹⁹. O que assinala que, de algum modo, a instituição conservou a memória de um dos seus mais destacados grão-mestres⁴⁰⁰, que ousou tornar a sociabilidade mais parecida consigo próprio.

Lauro Sodré deixou o grão-mestrado do GOB sem conseguir efetivar o seu principal intento, o de estabelecer uma grande instituição de ensino maçônico. Contudo, na sociabilidade maçônica encontrou outro espaço, assim como o Senado Federal, para exercitar e viver de sua intelectualidade, retórica e habilidade administrativa. Foi inegavelmente bem-sucedido, apesar de pouco influir na ritualística da ordem.

Experimentado na vida pública, soube administrar a maçonaria sem comprometer finanças e imprimir nos trabalhos maçônicos a sua própria feição, positivista, anticlerical e cientificista. Animou a sociabilidade com a perspectiva de uma maçonaria forte e ativa do ponto de vista político-social. Não à toa, ainda em 1905, quando se achava preso pelos episódios da insurreição do ano anterior, Sá Peixoto afirmou que muitos maçons haviam retornado ao convívio da fraternidade por causa dele. Jamais foi unanimidade, porém sempre muito festejado pelos que além de irmãos declaravam-se amigos do grão-mestre.

3.4.3 - O Pará no Rio de Janeiro: a fundação do Grêmio Paraense

A colocação no Senado Federal, em 1897, deu a Lauro Sodré a condição oficial de representante do Pará no Rio de Janeiro. Condição esta que ele procurou reafirmar não apenas

³⁹⁸ BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL: jornal oficial da maçonaria brasileira. Maio, nº 05, ano 43. Rio de Janeiro: Typ. Hildebrandt, 1918, p.409-430.

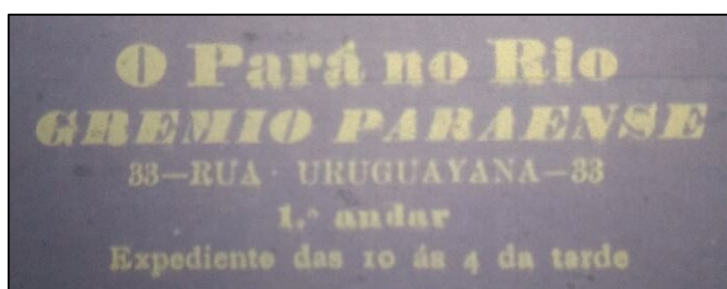
³⁹⁹ ASLAN, Nicola. *Pequenas biografias de grandes maçons brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora Maçônica, 1973, p.393-397.

⁴⁰⁰ Sobre a conservação da memória de Lauro Sodré no meio maçônico, convém destacar que o Centro Cultural Maçônico do Supremo Conselho do Brasil, localizado no Rio de Janeiro, Campo de São Cristóvão, guarda o quepe utilizado por Lauro Sodré na noite da insurreição da Escola Militar, em 14 de novembro de 1904, sendo possível visualizar a marca da bala que atingiu a parte superior da cabeça do oficial do Exército e grão-mestre da maçonaria.

no parlamento, mas na própria relação com a cidade e as pessoas. Desse modo, costurando acordos e compromissos no terreno das sociabilidades, Sodré encontrou meios de se movimentar politicamente tanto no campo paraense quanto no carioca.

Pouco antes de assumir o mandato senatorial, Lauro Sodré criou aquele que talvez seja o menos conhecido dos seus empreendimentos político-sociais e, ao mesmo tempo, o mais longo: o *Grêmio Paraense*. Uma associação estabelecida no dia 15 de agosto de 1897 que pretendia em termos oficiais reunir os paraenses radicados no Rio de Janeiro em favor da propaganda ativa dos recursos naturais, econômicos e culturais do estado⁴⁰¹.

Imagem 49 - Anúncio do *Grêmio Paraense* em Belém, 1903



Fonte: FOLHA DO NORTE. Belém, 08 de junho de 1903, p.2.

Esta associação, pouco considerada até aqui no meio historiográfico, parece ter cumprido papel estratégico em termos de recrutamento e aglutinação do grupo político que esteve associado à figura de Lauro Sodré, os chamados *lauristas*. Do *Grêmio Paraense* tomaram parte individualidades da própria geração de Lauro Sodré e tradicionalmente identificadas aos seus ideais, como o militar Serzedello Corrêa, o médico Firmo Braga e o advogado Justo Chermont⁴⁰². Mas, também figuras mais jovens, que na época de fundação do *Grêmio Paraense* se encontravam em formação superior nas faculdades de Medicina, Direito e Engenharia do Rio de Janeiro, como Souza Castro, Dionísio Bentes, Eurico Valle, Bruno Lobo e Luiz Barreiros. Muitos dos quais passaram a exercer cargos públicos no Pará a partir de 1911, quando se deu a queda da oligarquia Lemos e a guinada *laurista* nos postos de poder, ou se mostraram apoiadores incondicionais de Sodré no Rio de Janeiro.

⁴⁰¹ O PAIZ. Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1897, p.2.

⁴⁰² Justo Chermont participou da associação em 1897 antes de romper com Lauro Sodré por ocasião da cisão do Partido Republicano do Pará. Contudo, após restabelecer laços de amizade com Sodré por ocasião da segunda passagem deste pelo governo estadual, voltou a figurar como membro do Grêmio Paraense.

Para tecer estes comentários sobre as atividades do *Grêmio Paraense* filtrei informações dos jornais de época e dos arquivos de familiares de Lauro Sodré, considerei perfis biográficos em obras de referência, identifiquei uma publicação periódica da associação e me vali de algumas informações contidas nas cartas que Lauro Sodré enviou a Luiz Barreiros. O resultado, ainda que não dê conta de explicar tudo, talvez ajude a dar visibilidade e significado a uma sociedade aparentemente esquecida no tempo.

O ato de fundação do *Grêmio Paraense* ocorreu em um salão alugado na rua do Catete e foi amplamente divulgado pela imprensa carioca. O orador oficial da ocasião, Serzedello Corrêa, discursou acerca das riquezas naturais e das conquistas industriais adquiridas pelo estado do Pará. Em seguida descortinou o programa de ações da agremiação: promover a publicação de livros e outros trabalhos sobre a história, geografia, etnografia, estatística, comércio e indústria do estado do Pará; realizar conferências e exposições na capital da República ou em outros pontos do Brasil e do estrangeiro; fundar uma biblioteca e um arquivo, onde se poderia encontrar livros, documentos e mapas que facilitassem o estudo dos recursos naturais e sociais paraenses; e, por fim, auxiliar e socorrer os seus associados, moral ou materialmente⁴⁰³.

Um programa bastante vasto e ousado, como é possível perceber. A fala de Serzedello Corrêa também indica que o *Grêmio Paraense* não desejava apenas fazer propaganda do estado nortista, mas estabelecer um espaço de sociabilidade através do qual se pudesse formar vínculos de solidariedade e de compromisso com causas consideradas comuns.

Neste sentido, a escolha do dia 15 de agosto para instalação da agremiação não deve passar despercebida, posto que fazia referência à uma data histórica para os paraenses e, ao mesmo tempo, ao modo de pensar de Lauro Sodré, um entusiasta da pátria, do civismo, dos vultos históricos, das ciências e de tudo aquilo que se aproximasse da ideia de religião da humanidade segundo os preceitos positivistas.

Não obstante, em uma dimensão ainda mais simbólica, esse apelo cívico se conectava ainda com o elemento identitário expresso na própria ideia da associação, criada para aqueles que estavam provisoriamente ou moravam na capital da República, mas não eram de lá. Assim, da evocação de uma identidade “paraense” surgia a perspectiva do dever de congregar para bem representar o solo distante.

Em outras palavras, ao propor o espaço de convivência e sociabilidade, Lauro Sodré suscitava uma percepção de estranhamento em relação ao Rio de Janeiro e, ao mesmo tempo,

⁴⁰³ O PAIZ. Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1897, p.2.

alargava e compartilhava a ideia de representatividade que o prendia ao Pará por conta do mandato senatorial.

Em setembro de 1897, o *Grêmio Paraense* já contava com quase 100 sócios, dentre eles, o governador do estado do Pará, José Paes de Carvalho, que recebeu o título de sócio honorário, e o barão de Sant'Anna Nery, sócio correspondente da agremiação em Paris⁴⁰⁴.

Inicialmente, a largueza da proposta permitiu a associação indiscriminada de membros. Porém, naquele exato momento, fora dos limites da agremiação, estava em curso o processo de cisão do Partido Republicano, o que por muitos anos polarizou o debate político no Pará e acabaria por produzir os seus efeitos também sobre o *Grêmio Paraense*, tornado um reduto certo dos seguidores de Lauro Sodré.

Desta forma, considerando a *Imagem 49*, seria possível dizer que o “Pará no Rio”, evocado pelo *Grêmio Paraense*, se tornou um Pará *laurista* e restrito aos círculos mais elitizados, sobretudo do ponto de vista intelectual, da parcela de paraenses colocados na sociedade carioca.

Essa dimensão excludente aparece em uma das matérias que narrou a fundação da sociedade. Na melhor intenção de dignificar o evento, o jornalista de *O Paiz* indicou que ali estava a “elite dos paraenses” instalados no Rio de Janeiro, dando destaque a presença de senhoras distintas, oficiais do Exército, representantes da imprensa, deputados, senadores e muitos estudantes⁴⁰⁵.

A referência aos estudantes é, como indiquei na abertura deste tópico, essencial para pensar a questão do recrutamento e da formação do grupo *laurista* no Rio de Janeiro. Embora não estivesse em sua terra natal, Lauro Sodré também não estava em território estranho ao fundar o *Grêmio Paraense*. A sua colocação como estudante e, posteriormente, como professor da Escola Militar já lhe oferecia segurança em relação à vida na capital federal. Porém, em 1897, Lauro Sodré retornou ao Rio de Janeiro extremamente prestigiado pelo governo que fez à frente do Pará.

Além disso, o ardor positivista, a erudição, os discursos científicistas lhe emprestavam um aspecto de convicção e intelectualidade que acabou por atrair a atenção e a admiração da juventude militar e de parcela da sociedade civil do Rio de Janeiro, onde naquele momento estavam inúmeros estudantes paraenses. Desta forma, considerando agora apenas a polarização política paraense, se o velho Lemos encarnava a figura do hábil interventor da

⁴⁰⁴ O PAIZ. Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1897, p.2.

⁴⁰⁵ Id.

urbe, como demonstrou Nazaré Sarges⁴⁰⁶, a política de Sodré parecia estar mais preocupada com o domínio das consciências, na medida em que relacionava o progresso humano à difusão de conhecimento. Nesta perspectiva, a retórica de Sodré tendia a ter mais apelo e aceitação no meio acadêmico, o que ajuda a explicar a boa aceitação do *Grêmio Paraense* entre este segmento social.

Não significa dizer que o grupo *laurista* fosse mais intelectualizado que o *lemista*, posto que os vários interesses e estratégias adotadas pelos indivíduos na composição de seus grupos políticos faziam com que o fator instrução, apesar de importante, fosse um elemento de orientação e não de definição de condutas políticas. Feita a ressalva, contudo, é possível dizer que o capital cultural de Lauro Sodré e a dimensão simbólica do *Grêmio Paraense* serviam como elementos agregadores de uma sociabilidade que se pretendia sim culta e capaz de orientar práticas sociais.

A presença significativa de estudantes no *Grêmio Paraense* acabava implicando também em uma alta rotatividade de membros ativos na associação, pois os concluintes acabavam retornando ao Pará ou se dirigindo para outros lugares do país. Como aconteceu, por exemplo, com Antonio Ferreira Celso e Augusto Agostinho Pinheiro que ao concluírem o curso de Engenharia Civil na Escola Politécnica, em 1899, se despediram dos companheiros de associação e regressaram ao Pará, passando ambos ao quadro de sócios correspondentes⁴⁰⁷.

Igual sorte teria Luiz Barreiros, um dos membros mais ativos do grêmio e secretário da associação entre 1899 e 1903. Após concluir o bacharelado na Faculdade de Direito, em 1903, ele retornou ao Pará e logo em seguida se estabeleceu em Manaus, onde foi nomeado procurador fiscal da Fazenda Nacional⁴⁰⁸. Lá, por mais de uma vez, ele fez questão de defender na imprensa a linha de pensamento de Lauro Sodré e de se apresentar como *laurista* convicto⁴⁰⁹. De maneira que, a interrupção da sociabilidade no *Grêmio Paraense* não implicava necessariamente no afastamento da linha política seguida por Lauro Sodré.

A força do *laurismo* passava em muito pelo compartilhamento da visão crítica a quem estava no poder estadual e federal e pela manutenção de vínculos que se pretendiam elevados em termos de conhecimento, prática social e fraternidade. É evidente que esses vínculos poderiam ser constituídos de modo muito diversificado. Mas, no Rio de Janeiro, o *Grêmio Paraense* acabou sendo o centro difusor do alinhamento *laurista*.

⁴⁰⁶ SARGES, Maria de Nazaré. *Memórias do velho intendente*. Op. Cit., 2002, p.230.

⁴⁰⁷ O PAIZ. Rio de Janeiro, 17 de março de 1899, p.2.

⁴⁰⁸ MEIRA, Clóvis; ILDONE, José; CASTRO, Acyr. Op. Cit., 1990, p.47.

⁴⁰⁹ CORREIO DO NORTE. Manaus, 06 de julho de 1911, p.1.

A primeira diretoria do *Grêmio Paraense* foi formada por Lauro Sodré (presidente), Justo Chermont (vice-presidente), Cícero Penna (secretário) e Ferreira Cantão (tesoureiro)⁴¹⁰. O primeiro militar, o segundo advogado e os dois últimos médicos. Dos 4, apenas Cícero Penna não possuía colocação na política federal. Assim como Lauro, Justo Chermont tinha assento no Senado Federal e Ferreira Cantão na Câmara dos Deputados. As diretorias eram eleitas anualmente, sempre no dia 15 de agosto, quando se comemorava a data da adesão do Pará à Independência e a fundação do grêmio.

A agremiação funcionou inicialmente todas as terças, quintas e sábados, das 12h às 14h, em edifício situado na travessa São Francisco de Paula. Expediente este que ao passar do tempo seria constantemente reajustado, conforme a conjuntura política e a possibilidade dos sócios dirigentes. A associação jamais teve sede própria, mudando com frequência de endereços. Considerando os seus primeiros 40 anos de existência foram identificados 11 logradouros distintos em que a instituição esteve instalada⁴¹¹. O local onde, aparentemente, mais se demorou foi na rua do Rosário, tendo ficado ali por pelo menos 9 anos. A rotatividade estava diretamente vinculada às limitações financeiras da agremiação.

A partir do *Quadro de Diretores do Grêmio Paraense de 1897 a 1939*⁴¹², se tornou possível saber que de 1897 a 1901 a estrutura administrativa da associação foi praticamente mantida, com a inclusão apenas do cargo de 2º secretário. Em 1902 foram incorporadas à diretoria as funções de 2º vice-presidente, orador e bibliotecário. Essa estrutura administrativa seria mantida até o início da década de 30, quando a sociedade foi reestruturada e passou a contar com os diretores de seções (recreativa, comercial, beneficente, propaganda pela imprensa, social, médica, judiciária, odontológica e literária). Tais mudanças apontam para o esforço realizado pelos grupos dirigentes no sentido de adequar a agremiação e mantê-la relevante frente às novas demandas sociais.

Com exceção do período em que exerceu pela segunda vez o mandato de Governador do Estado do Pará (1917-1921), Lauro Sodré foi sempre o presidente efetivo do *Grêmio Paraense* durante a Primeira República. Em algumas situações, inclusive, foi saudado como

⁴¹⁰ O PAIZ. Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1897, p.2.

⁴¹¹ Os endereços são: travessa São Francisco de Paula (de 1897 a 1900), N.1; rua do Ouvidor, N.78 (De 1901 a 1902); rua Uruguaiana, N.33 (1903 a 1907); Largo da Carioca (1907 a 1911); rua Gonçalves Dias, N.73 (1911-?); rua do Rosário, N.168 (1915? a 1924); avenida Rio Branco, N.145 (1925 a 1927); rua do Ouvidor, N? (1927 a 1929); rua 7 de Setembro, N.101 (1934 a 1935), rua Álvaro Alvim, N.33 (1937-?). As informações foram recolhidas principalmente no *Almanak Laemmert*. Rio de Janeiro, 1891-1940.

⁴¹² O referido quadro, disposto do Anexo I deste trabalho, não é uma produção do *Grêmio Paraense*, mas sim um instrumento de análise elaborado no correr da pesquisa para melhor compreensão do funcionamento da agremiação. Os dados que ele apresenta foram reunidos a partir do cruzamento de informações de jornais e dicionários histórico-biográficos.

“presidente perpétuo” da associação. Durante seu afastamento do Rio de Janeiro, Carlos Seidl e Firmo Braga, sucessivamente, ocuparam o posto presidencial.

A *Imagem 50*, posta em circulação na revista *Careta*, em 1913, oferece indícios de como as cerimônias do *Grêmio Paraense* costumavam acontecer. Em geral, havia uma mesa diretora dos trabalhos, onde Lauro Sodré aparecia em posição destacada, a leitura de discursos e uma plateia maciçamente formada por civis. O tom era de formalidade. Nessa fotografia, em específico, é possível verificar certa distinção de espaços. Os homens aparecem na parte superior da imagem, as mulheres mais velhas ocupam a parte central do salão e as mais jovens, vestidas de branco, parecem concentradas no lado inferior da imagem, que corresponderia ao lado esquerdo do salão. Não há informações sobre o lugar que ocupavam ou as circunstâncias do evento, mas todos estão vestidos elegantemente. E, a julgar pela legenda, a condição política do presidente do *Grêmio Paraense* não passava despercebida.

Imagem 50 - Lauro Sodré discursa no Grêmio Paraense, 1913



Fonte: CARETA. Rio de Janeiro, 15 de março de 1913, p.22.

Em julho de 1902, foi noticiado em *O Paiz* que o *Grêmio Paraense* havia deliberado pela publicação de uma revista anual, cujo primeiro volume seria organizado por Armenio de

Figueredo, Camerino Rocha e Luiz Barreiros⁴¹³. Um exemplar desta publicação se encontra disponível na Seção de Obras Raras, da Biblioteca Pública Arthur Vianna e se mostra um material valioso para a compreensão do que era e do que pretendia ser o *Grêmio Paraense*.

A *Revista do Grêmio Paraense*, como foi batizada, saiu em 15 de agosto de 1902, impressa por meio d'A Tribuna, uma tipografia instalada no número 132 da rua do Ouvidor e, naquele momento, vizinha do *Grêmio Paraense*, que estava no número 78 do mesmo logradouro. A revista tinha cerca de 100 páginas e dois pontos de venda oficiais, um na capital federal, na sede da agremiação, outro em Belém, na livraria Bittencourt, localizada na rua 15 de novembro, número 15. O exemplar avulso era vendido por 5\$000 réis e a assinatura reduzia esse valor para 3\$000⁴¹⁴.

Apesar de ter sido lançada com a proposta de se tornar uma publicação trimestral ou mensal, não existem indícios de que tenham sido publicados outros volumes da revista.

O sumário da publicação apresenta a seguinte estrutura e autoria: I – Quadro da diretoria; II – Quadro dos diretores de dia; III – A Revista, nota dos redatores; IV – Histórico do Grêmio, Luiz Barreiros; V – Estado do Pará, subdividido em outros 5 tópicos e textos, sendo eles a) Instrução Pública, Lauro Sodré; b) Indústria, José Agostinho; c) Imprensa, Luiz Barreiros; d) Literatura, Camerino Rocha; e) Navegação, Joaquim Sarmanho; VI – Amazônia, Parsondas de Carvalho; VII – João de Deus do Rego, Camerino Rocha; VIII – Divisão Política do Pará; IX – Estatutos do Grêmio e Quadro de Sócios; X – Experiência do Grêmio e expediente da revista.

No momento de lançamento da revista, a diretoria era formada por Lauro Sodré (presidente), Armenio de Figueredo (1º vice-presidente), Carlos Seidl (2º vice-presidente), Luiz Barreiros (1º secretário), Antero do Amaral (2º secretário), José Agostinho dos Reis (orador), Antonio Pinto de Almeida (tesoureiro) e Aldobrando de Miranda (bibliotecário)⁴¹⁵.

Associando os tópicos II e X do sumário, isto é, o quadro de diretores de dia e as informações sobre o expediente na agremiação, é possível entender melhor como funcionava o Grêmio Paraense no dia a dia. Basicamente, existia escala de trabalho e horário de expediente reduzido para assegurar que o grêmio funcionasse todos os dias úteis da semana e, ao mesmo tempo, não prejudicasse os afazeres institucionais ou acadêmicos de seus sócios.

Dessa forma, é possível saber que os serviços de secretaria e biblioteca funcionavam de segunda a sexta-feira, sempre das 12 às 15 horas da tarde. Em cada dia, havia um diretor

⁴¹³ O PAIZ. Rio de Janeiro, 05 de julho de 1902, p.2.

⁴¹⁴ REVISTA DO GRÊMIO PARAENSE. Ano I. N.º1. Rio de Janeiro: Typ. A Tribuna, 1902.

⁴¹⁵ Id. ibid. p.2.

responsável pelos trabalhos. Na segunda, Jayme Aben-Athar, depois, respectivamente, Bruno Alvares da Silva Lobo, Oscar da Costa, Antonio Monteiro Nunes, Manoel Augusto Fernandes Penna e, no sábado, Theotônio de Brito Araújo. Não fica claro de quanto em quanto tempo a escala era alterada. Mas, era função do diretor de dia dar informações e esclarecimentos “a respeito de tudo o que se referir ao estado do Pará: residências de paraenses, leitura de jornais, consultas de mapas, carta geográficas, e qualquer outras informações que digam respeito aquele estado”⁴¹⁶.

Para este fim, o *Grêmio Paraense* esperava contar com a colaboração das autoridades estaduais e municipais do Pará e Amazonas, bem como das empresas, jornais, professores e escritores no sentido de ser agraciado com exemplares de todas e quaisquer publicações que pudessem dar conta do movimento administrativo, comercial, industrial, político e literário da região amazônica.

Da mesma maneira, os redatores da revista, Armenio de Figueredo, Camerino Rocha e Luiz Barreiros, solicitaram o concurso de todas as “forças vivas da intelectualidade paraense” para a fazer da revista uma publicação interessante e forte “em prol da cara terra paraense”⁴¹⁷.

Embora o periodismo da agremiação não tenha, aparentemente, encontrado condições de se desenvolver, a edição da *Revista do Grêmio Paraense* atesta o esforço realizado pelo grupo de Lauro Sodré no sentido de se aproximar e de tentar direcionar as ações dos intelectuais paraenses espalhados pelo país.

O artigo “Histórico do Grêmio” de Luiz Barreiros pode ser lido conjunto com os estatutos da agremiação, pois se revelam complementares. Em seu texto, o então 1º secretário do *Grêmio Paraense* evoca a filosofia positivista para defender a difusão do movimento associativo e para refutar a crítica acerca dos supostos interesses políticos da agremiação liderada por Lauro Sodré. Segundo ele, o grêmio era o “representante direto dos legítimos interesses paraenses” na capital da República e estaria longe de ser uma agremiação política⁴¹⁸.

No primeiro caso, a ideia de representação é posta como crítica aos privilégios concedidos pelo sistema político nacional a determinados estados da federação. No segundo, de forma muito semelhante ao que acontecia na maçonaria, o *Grêmio Paraense* pretendia ser

⁴¹⁶ Id. *ibid.*, p.101.

⁴¹⁷ Id. *ibid.*, p.102.

⁴¹⁸ BARREIROS, Luiz. “Histórico do Grêmio”. IN: REVISTA DO GRÊMIO PARAENSE. Ano I. Nº1. Rio de Janeiro: Typ. A Tribuna, 1902, p.8.

oficialmente um abrigo a todos os paraenses, independente de política, religião, profissão e nível de instrução.

Os estatutos do *Grêmio Paraense* previam que a associação seria composta por paraenses natos e outros cidadãos que por vínculos de ordem moral quisessem cooperar para o engrandecimento do estado do Pará. A finalidade da associação era mesmo aquela enunciada por Serzedello Corrêa na cerimônia de fundação do grêmio. De um lado, a intenção de cuidar da propaganda e dos interesses do estado, de outro, a abertura para prática do mutualismo entre os associados.

Os sócios eram classificados em 5 categorias: os fundadores, seriam todos aqueles com participação na instalação do grêmio; os efetivos, eram os residentes na capital da República; os correspondentes, seriam os sócios com domicílio fora do Rio de Janeiro; os honorários, os membros mais destacados nacionalmente por serviços ao país, ao estado ou à humanidade; os beneméritos, seriam os associados com serviços e dedicação elevada ao *Grêmio Paraense*.

Sócios honorários e beneméritos não pagavam taxas de mensalidade. O sócio fundador, na realidade, era efetivo ou correspondente, apenas com a distinção de ter participado da agremiação desde suas origens. Sócios efetivos tinham que pagar uma joia de \$10.000 réis no mês de sua admissão e mais mensalidade *ad libitum*, isto é, livre no seu máximo, porém limitada ao mínimo de \$3.000 réis. Os estudantes dessa categoria pagavam menos, \$5.000 de joia e \$1.000 de mensalidade. Os sócios correspondentes tinham que pagar, de uma só vez, a importância de \$50.000 réis. Para os sócios com mais de 6 meses de inadimplência era previsto o desligamento automático.

O *Grêmio Paraense* tinha sessões ordinárias, realizadas mensalmente para tratar dos assuntos administrativos, extraordinárias, convocadas pelo presidente para fins específicos, e sessões solenes, “para comemorar datas celebres nacionais ou estaduais, ou para honrar vultos eminentes”. Neste último caso, pelo menos duas datas deveriam ser oficial e anualmente celebradas: 15 de agosto e 16 de novembro, em referência às adesões do Pará à Independência e à República, respectivamente.

Ainda de acordo com o regimento, a diretoria do *Grêmio Paraense* deveria ser escolhida anualmente a partir do quadro de sócios efetivos e através de voto secreto em assembleia geral. A reeleição era livre e ilimitada, sendo vedada a possibilidade de se ocupar mais de um posto na mesma administração. Inicialmente, eram 4 os cargos administrativos. Em 1902 já haviam chegado ao total de 8: presidente, 1º e 2º Vice-presidentes, 1º e 2º secretários, tesoureiro, orador e bibliotecário, cada qual com suas atribuições definidas no

documento. Entre os direitos e deveres dos sócios repousava o compromisso de participação nas assembleias e de contribuição para o desenvolvimento do *Grêmio Paraense* e do Pará⁴¹⁹.

Barreiros conta que o projeto idealizado por Lauro Sodré teria encontrado o decidido apoio do médico Cícero Penna, o grande organizador do *Grêmio Paraense*. Lançada através da imprensa, a associação se estruturou a partir de duas reuniões preparatórias realizadas nos dias 6 e 7 de agosto no palacete onde funcionava o Cassino Brasileiro, no Largo do Machado. Da primeira sessão teriam participado 17 paraenses e na segunda esse número chegou a 67. De forma que, no dia 15 de agosto, já com os seus estatutos elaborados e aprovados, deu-se a instalação oficial, com direito a execução do “Hino Grêmio Paraense” composto e doado gratuitamente pelo maestro Antonio Carlos dos Reis Rayol⁴²⁰.

Dentre os nomes citados na sessão de inauguração do *Grêmio*, excetuando-se os sócios já mencionados e as individualidades que ficaram alinhadas ao PRF de Lauro Sodré, como Manoel de Mello Cardoso Barata, Arthur do Ó de Almeida, Theotonio de Brito e tantos outros, vale ressaltar a presença de Pedro Chermont, Augusto Montenegro e Arthur Índio do Brazil, perfilados no PRP de Lemos, porém inicialmente simpáticos à proposta do *Grêmio Paraense*.

A partir disso, Luiz Barreiros apresenta uma síntese das 22 sessões ordinárias ocorridas ao longo dos 5 anos de funcionamento do *Grêmio Paraense*. De modo geral, neste relato é possível identificar um culto inveterado à pessoa de Lauro Sodré, a composição das mesas diretoras, a preocupação constante dos sócios em viabilizar sede própria para a agremiação, as práticas cívicas, as homenagens prestadas a intelectuais e artistas paraenses radicados ou em passagem pelo Rio de Janeiro e as dificuldades financeiras pelas quais passara o *Grêmio Paraense*⁴²¹.

Em relação a Lauro Sodré, as observações e destaques de Luiz Barreiros indicam que o *Grêmio Paraense* tinha por compromisso anual se dirigir a casa do senador para render homenagens e participar das celebrações de seu aniversário, em 17 de outubro. Da mesma forma, a agremiação também se tornou uma das associações que mais concorreram para transformar os embarques e desembarques de Sodré em eventos destacados no cotidiano carioca como forma de consagração pública da figura do senador paraense.

⁴¹⁹ REVISTA DO GREMIO PARAENSE. Ano I. Nº1. Rio de Janeiro: Typ. A Tribuna, 1902, p.86-92.

⁴²⁰ BARREIROS, Luiz. “Histórico do Grêmio”. IN: REVISTA DO GREMIO PARAENSE. Ano I. Nº1. Rio de Janeiro: Typ. A Tribuna, 1902, p.10.

⁴²¹ Id. *ibid.* p.14-37.

Em uma dessas ocasiões, quando Sodré retornava do Pará em 1899, Luiz Barreiros tratou em sessão ordinária dos preparativos para recepção e propôs que no mesmo dia se fizesse a inauguração do retrato de Lauro Sodré na sede do *Grêmio Paraense*. Aprovada em sessão, a ideia deu ensejo a uma cerimônia que contou com a participação dos senadores Manoel Barata e Bezerril Fontenelle e dos deputados Serzedello Corrêa, Leovigildo Filgueiras, Martins Junior, Francisco Glycério, Theotonio de Brito, Enéas Martins, Carlos Marcelino e Amorim Figueira na sede do *Grêmio*⁴²².

A partir deste momento, com o acirramento das tensões políticas entre *lauristas* e *lemistas* em torno do pleito governamental no Pará, o *Grêmio Paraense* assumiu cada vez mais uma postura favorável e extremamente vinculada à imagem do senador militar.

Na edição da *Revista do Grêmio Paraense*, Lauro Sodré colaborou na seção “Estado do Pará”, voltada a informar o grau de desenvolvimento do estado em relação à educação, indústria, imprensa, literatura e navegação, tomados por setores estratégicos para a formulação de impressões positivadas a respeito da região. Em geral, os 5 artigos que compõem esta seção são elogiosos e comprometidos com a propaganda do Pará.

A síntese do texto de Lauro Sodré ele mesmo fez:

Além do Liceu Paes de Carvalho, instituto de ensino secundário equiparado ao Ginásio Nacional, da Escola Normal, do Instituto Carlos Gomes, do Instituto Gentil Bittencourt, do Instituto Lauro Sodré, do Liceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant, conta mais o Estado do Pará um instituto cívico-jurídico mantido pela Intendência Municipal e uma escola prática do Comércio⁴²³.

Sendo o propósito apresentar o cenário educacional do Pará em 1902, esse é o melhor trecho do artigo de 14 páginas produzido pelo presidente do *Grêmio Paraense*. Porém, para além da mera apresentação dos estabelecimentos de ensino, há em “Instrução Pública”, uma espécie de autoelogio. Isso porque Lauro Sodré se põe a desferir críticas a tudo aquilo que estava situado entre o momento anterior e o posterior do seu período governamental no Pará.

De um lado, ele pontua que o período imperial fora marcado pela negligência em relação ao ensino público, de outro, acusa os seus sucessores no governo de quebrarem a linha de progresso que ele, ampliando o processo de reformas iniciado por Justo Chermont, havia operado na administração estadual.

⁴²² O PAIZ. Rio de Janeiro, 11/06/99 p.1.

⁴²³ SODRÉ, Lauro. “A instrução pública”. IN: REVISTA DO GREMIO PARAENSE. Ano I. N°1. Rio de Janeiro: Typ. A Tribuna, 1902, p.49-50.

Classificando como “raiva de demolição” e “furor iconoclasta” as tentativas de descaracterização dos seus atos e demonstrando insatisfação principalmente com a extinção dos institutos de ensino secundário estabelecidos em Santarém, Cametá, Alenquer, Bragança, Óbidos e Vigia, Sodré ponderou:

Desse mal padece em alta escala o Estado do Pará. Precisamos pôr em termo a esses processos de governo. Essa tola vaidade de ligar o nome a novas reformas feitas sem estudo e precipitadamente, porque o tempo de um período governamental não dá para acabar bem as obras mal encetadas, é o mais lamentável e triste símbolo da época de anarquia mental e moral em que estamos vivendo.

A função dos governos, sob a República, não pode e não deve ser essa obra de perpétua demolição, que nada poupa, e que dá primeira à última hora cifra se em reformas e mais reformas, de todos os serviços e de todas as repartições, quebrados constantemente e sempre os laços da tradição, que formam a melhor garantia de estabilidade para as nações e para os povos⁴²⁴.

Embora guarde certa deferência a Paes de Carvalho, o antigo companheiro de Clube Republicano, Sodré não deixa de apontar os desacordos que tinha em relação a sua administração. Apesar de não citar o nome, na medida em que estendia sua crítica a todos que estavam no poder, queria atingir também o governador em exercício, Augusto Montenegro. Por esta via, para além do debate escolar em si, o contexto de polarização política emprestava à crítica de Lauro Sodré um sentido de competição, onde todos se diziam inspirados por métodos científicos e motivações patrióticas e, naturalmente, chegavam a entendimentos distintos sobre como gerir a instrução pública.

De tal forma que o espaço que deveria ser para pensar o momento educacional no Pará, virou lugar para rememorar ações de governo autorreferenciais. Sodré declarou ter sido sempre um entusiasta do ensino secundário e principalmente do profissional. De modo que, enquanto governador, procurara investir na ampliação do Liceu Paraense, na interiorização do ensino secundário e na criação de uma escola agrícola e de estações agronômicas, além de apoiar a fundação do Liceu Benjamin Constant e modernizar o Museu Goeldi e a Biblioteca Pública. Tudo isso, segundo ele, para colocar o Pará no caminho do saber científico, alavancar a produção industrial e incorporar o proletariado à sociabilidade moderna.

Tratava-se não apenas de convencer que ele havia acertado no passado, mas de demonstrar que continuava sendo o mais preparado e qualificado para guiar o seu povo quando o tema era instrução pública. Chegando a invocar a figura de Benjamin Constant para uma vez mais legitimar a sua própria posição.

⁴²⁴ Id. Ibid. p.41.

Os demais artigos da seção são menos pretensiosos e mantêm o propósito de apresentar ligeiros prospectos dos setores indicados nos títulos. Merecendo destaque o artigo de Luiz Barreiros que, além de falar dos principais jornais da capital, teceu profícuos comentários sobre a imprensa do interior do estado, sobretudo de Cametá, Mocajuba, Baião, Santarém, Alenquer, Breves, Óbidos, Abaeté e Bragança. Ele também não deixou de prestar culto a Lauro Sodré, declarando no final do artigo que existiam mais jornais quando o presidente do *Grêmio* era o governador, deduzindo daí que aqueles tempos teriam sido mais pujantes do ponto de vista financeiro, cívico e patriótico⁴²⁵.

Fechando a *Revista do Grêmio Paraense*, Parjondas de Miranda, em “Amazônia”, descreveu as características principais da região e lançou a crítica de que na capital da República o Brasil seria apenas Minas Gerais e São Paulo, cobrando mais conhecimento e empenho em prol da unidade nacional. Camerino Rocha, por sua vez, prestou homenagens ao poeta João de Deus do Rego, recentemente falecido em Belém. Por fim, em “Divisão política do Pará”, os redatores apresentaram informações sobre os municípios, comarcas, cidades, vilas e povoados do estado.

De maneira geral, a revista cumpre o que promete. Apresenta o *Grêmio Paraense*, informa sobre a estrutura do estado, levanta a bandeira do Pará no Rio de Janeiro e convoca outros intelectuais para a empreitada. Por outro lado, tenta, mas não consegue esconder a parcialidade, gravita em torno da filosofia e visão de mundo de Lauro Sodré, não utiliza recursos visuais, não apresenta seções mais interativas para virtuais leitores e patrocinadores e, neste sentido, parece não acompanhar o conjunto de transformações que se davam na imprensa de modo geral naquele momento. É do início ao fim uma revista com programa, orientação e limites muito bem definidos.

Considerando que a *Revista do Grêmio Paraense* cobre apenas o período de 1897 a 1902, procurei observar as notícias que circularam sobre a agremiação nos jornais *O Paiz*, *Jornal do Comércio* e *Correio da Manhã* no período de 1897 e 1930 – no caso deste último, de 1901 em diante – e sistematizei as informações no *Tabela 20* a fim de facilitar a visualização de algumas das principais ações levadas a cabo pela agremiação *laurista* no Rio de Janeiro.

⁴²⁵ BARREIROS, Luiz. “A imprensa”. IN: REVISTA DO GREMIO PARAENSE. Ano I. Nº1. Rio de Janeiro: Typ. A Tribuna, 1902, p.14-37.

Tabela 20 - Principais ações do Grêmio Paraense (1897-1930)⁴²⁶

ANO	AÇÕES
1898	Comemoração da adesão do Pará à independência*
1898	Comemoração da adesão do Pará à República*
1899	Homenagens a jovens artistas paraenses
1899	Recepção de Lauro Sodré e inauguração de seu retrato na sede do Grêmio Paraense
1899	Comemoração do 8º aniversário da Constituição do Pará
1900	Congratulações ao governo pela vitória na questão do Amapá
1901	Comemoração do aniversário de Lauro Sodré*
1902	Publicação da Revista do Grêmio Paraense
1903	Comissão para acompanhar o reconhecimento de Lauro Sodré como senador do Distrito Federal
1903	Comemoração pelo reconhecimento de Lauro Sodré como senador do Distrito Federal
1905	Comemoração da adesão do Pará à Independência e da fundação do Grêmio Paraense no encouraçado Floriano
1906	Inauguração do retrato de Inglês de Souza na sede do Grêmio Paraense
1912	Comemoração pelo reconhecimento de Lauro Sodré como senador pelo Pará
1912	Moção de apoio à candidatura de Enéas Martins ao governo do Pará
1915	Comemoração do tricentenário da fundação de Belém
1926	Comemoração do 1º ano de governo de Dionísio Bentes
1926	Recepção da <i>Liga Paraense de Football</i> no Rio de Janeiro
1926	Campanha de socorro às populações vitimadas pelas cheias do rio Tocantins

Fonte: O autor.

⁴²⁶ As ações identificadas com asterisco ocorriam anualmente.

Dentre este conjunto de ações que, obviamente, representa apenas um retrato amostral e não dá conta de apresentar todas as atividades realizadas pelo *Grêmio Paraense* em mais de 30 anos de funcionamento, quero destacar aqui 4 ações: as homenagens realizadas a 2 jovens artistas paraenses em 1899, o acompanhamento da eleição de 1903, a celebração de 15 de agosto de 1905 e a comemoração do tricentenário da fundação de Belém.

A sociabilidade do *Grêmio Paraense* envolvia práticas de acolhimento e celebração de figuras paraenses consideradas proeminentes na sociedade fosse no campo político, intelectual ou artístico. Desta forma, em janeiro de 1899, uma comissão do *Grêmio* foi formada para cumprimentar a paraense Julieta de França por ter concluído com distinção o curso de pintura na Escola Nacional de Belas Artes. A comissão formada por 6 representantes foi recebida pela artista na residência do comendador Antonio Catramby, que cedeu o salão nobre de seu palacete exclusivamente para aquela finalidade. Às 14 horas da tarde, Luiz Barreiros, orador oficial da ocasião, discursou sobre a importância da arte moderna e do trabalho em conjunto das novas e velhas gerações em prol da arte. Em seguida, em nome do *Grêmio Paraense* entregou um buquê de flores naturais a Julieta, certificando-a de que em breve seria “uma das importantes glórias do estado do norte”⁴²⁷.

Julieta de França seria mesmo uma artista pioneira e de projeção internacional, embora não tenha alcançado a carreira gloriosa de que falou o orador do *Grêmio*, muito em função da luta que travou contra a dominação masculina em seu campo de produção⁴²⁸.

A homenagem prestada pelo *Grêmio Paraense* em um momento anterior aos enfrentamentos que a artista teve de lidar no início do século XX aponta para um jogo de cena em que era necessário espaço adequado, hora marcada, orador oficial, oferendas e cobertura da imprensa. A aproximação de gerações de que falava Barreiros era frágil, porque meramente simbólica, mas cumpria um papel social de conceder visibilidade e, ao mesmo tempo, receber.

⁴²⁷ O PAIZ. Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1899, p.2.

⁴²⁸ De acordo com Ana Simioni, Julieta de França foi a primeira artista do sexo feminino da Escola Nacional de Belas Artes a cursar aulas de modelo vivo e, em 1900, foi premiada com a maior distinção oferecida pela instituição, uma bolsa de viagem ao exterior. Depois de 5 anos, Julieta retornou ao Brasil e concorreu a prêmio nacional para escolha de momento comemorativo da República. Sujeita ao julgamento de seus antigos mestres da Escola Nacional de Belas Artes, acabou sendo desqualificada do concurso. Porém, submeteu a sua obra a julgamento de artistas internacionais com os quais havia convivido, dentre eles, Auguste Rodin, e após receber pareceres que atestavam a qualidade de sua produção, ousou questionar o julgamento da banca brasileira e exigir retratação. A partir disso, teve a sua carreira deliberadamente prejudicada e obscurecida. SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. “Souvenir de ma carrière artistique. Uma autobiografia de Julieta de França, escultora acadêmica brasileira”. In: *Anais do Museu Paulista*. Série V, V.15, n.1, jan.-jun. São Paulo, 2007, p.249-278. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/anaismp/v15n1/a07v15n1.pdf>. Acesso em: 29/10/2020.

Logo em seguida, no mês de março, o jovem Corbiniano Villaça, estudante de canto no Conservatório de Paris, foi recebido em sessão ordinária do *Grêmio Paraense* portando bilhete de recomendação de Lauro Sodré, que se achava envolto às questões políticas no Pará. Os sócios da agremiação comunicaram a Villaça que prestariam todos os auxílios possíveis em sua passagem pelo Rio de Janeiro, a começar pela realização de um concerto no Conservatório de Música já agendado para o dia 26 de março⁴²⁹.

Levando em conta que as batalhas simbólicas travadas em torno do regime republicano não cessaram no 15 de novembro de 1889 e que a arte era parte integrante da política, na medida em que favorecia a produção de hegemonias⁴³⁰, é importante observar estas ações do *Grêmio Paraense* não apenas como forma de tributo e honra aos artistas, mas, fundamentalmente, como tentativa de se beneficiar conjuntamente do que era considerado prestigioso e belo.

A convergência entre sociabilidade e política estava arraigada no *Grêmio Paraense*. Ainda assim, em alguns momentos ela se torna mais evidente. Como em março de 1903, quando a diretoria do *Grêmio* resolveu montar comissão especial para acompanhar os trabalhos do Senado Federal acerca do reconhecimento do candidato eleito para a vaga do Distrito Federal naquela casa. Temendo que Lauro Sodré pudesse ser prejudicado, essa comissão convidou Herculano Marcos Inglês de Souza para acompanhar o processo como advogado oficial do presidente do *Grêmio*⁴³¹.

Inglês de Souza, que era sócio efetivo da *Grêmio*, aceitou prontamente o trabalho e não apenas representou Sodré perante a Comissão de Constituição e Poderes da Câmara Alta, como também o defendeu em vários artigos publicados na imprensa neste período.

Em 1904, após Lauro Sodré ser preso por causa da insurreição de 14 de novembro, o advogado e literato assumiu novamente a função de advogado do senador militar, tornando-se responsável junto de Heitor Peixoto pela condução do caso perante a justiça militar (*Imagem 51*). O processo, desta vez, era mais complexo e hostil que o anterior, pois não havia entendimento pacificado sobre o fórum que o senador militar deveria ser julgado e tão pouco sobre a legitimidade de sua prisão, já que gozava de imunidade parlamentar. Inglês de Souza impetrou vários pedidos de *habeas corpus* em favor de Sodré, nenhum deles foi aceito. Sodré permaneceu encarcerado até a anistia de setembro de 1905.

⁴²⁹ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 15 de março de 1899, p.3.

⁴³⁰ FARIAS, William Gaia. Op. Cit., 2016, p.73.

⁴³¹ CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 11 de março de 1903, p.1.

Imagem 51 - Lauro Sodré e Inglês de Souza após sessão do Conselho Militar, 1905



Fonte: O MALHO. Rio de Janeiro, 15 de abril de 1905, p.7.

A prisão de Sodré arrastou o *Grêmio Paraense* para o centro das discussões políticas e policiais. Alguns dos depoimentos colhidos de testemunhas e suspeitos davam conta que Lauro Sodré havia utilizado tanto o Clube Militar como o *Grêmio Paraense* como espaço de conspiração. Arthur Lemos, sobrinho do velho intendente de Belém e deputado federal na ocasião, embora não fizesse parte da agremiação foi um dos que sustentou essa versão dos fatos, relatando em depoimento oficial dado à polícia ter tomado conhecimento disso por terceiros⁴³².

Mas, ainda que tenha ficado em suspeição perante a opinião pública, a agremiação *laurista* seguiu fiel ao seu presidente. E, de modo inusitado, se dirigiu em 1905 ao encouraçado *Floriano*, onde Sodré estava preso, a fim de celebrar a data de 15 de agosto. À Lauro Sodré foi oferecido um ramalhete de flores naturais com fitas nas cores da bandeira do Pará. Estiveram presentes na homenagem Theodora Sodré, esposa de Lauro, alguns filhos do casal, Eduardo Pena, João do Rego, Bruno Lobo, Inglês de Souza Filho, dentre outros⁴³³.

Um ano depois, quando Sodré já estava em liberdade, o *Grêmio Paraense* se reuniu novamente para a tradicional comemoração cívica, mas também para homenagear Inglês de Souza. O defensor de Sodré recebeu uma medalha pelos notáveis serviços de advocacia que

⁴³² O PAIZ. Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1904, p.1.

⁴³³ CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1905, p.1.

havia prestado e teve o seu retrato inaugurado na sala de conferências da agremiação, passando então a categoria de sócio benemérito⁴³⁴.

Tal distinção, segundo o regulamento, prevista aos que se destacavam pelos serviços prestados ao *Grêmio Paraense*, representa bem a operação simbólica realizada pela agremiação do Rio de Janeiro. Primeiro, no sentido de costurar laços entre indivíduos, em formar um grupo seletivo, identificado ao Pará, mas não apenas, capaz de viabilizar ações das mais variadas possíveis na esfera social. A defesa jurídica de Lauro Sodré poderia ser obtida de qualquer maneira pelo simples contrato profissional. No entanto, ao ser tratada inicialmente pelo *Grêmio Paraense* e conduzida por um dos seus membros, acaba revestida de outro sentido, plenamente simbólico, que faz aflorar os vínculos com a própria associação e o seu líder. Daí, uma coisa se mistura na outra, amizade e profissão, sociabilidade e política, *Grêmio Paraense* e Lauro Sodré. De forma que, o trabalho de Inglês de Souza é certificado como serviço prestado ao *Grêmio Paraense*, quando efetivamente pouco tinha a ver com ele.

Outra celebração organizada pelo *Grêmio Paraense* com bastante repercussão na imprensa da capital federal foi a comemoração do *Tricentenário da fundação de Belém*, ocorrida no salão nobre do edifício do *Jornal do Comércio*, no dia 24 de junho de 1915.

A princípio, esta data pode causar alguma estranheza, já que a fundação de Belém ocorreu em 12 de janeiro de 1616. Acontece que, por muito tempo, essa efeméride da história do Pará esteve envolta a incertezas e especulações. Faltava ou desconheciam-se documentos que pudessem atestar o momento preciso da chegada de Francisco Caldeira Castelo Branco ao ponto onde se iniciou a cidade às margens da baía do Guajará.

Neste sentido, em 1904, Manoel Barata escreveu interessante trabalho sobre a fundação de Belém onde pontuava que, até aquele momento, apenas era possível refutar a tese de que a fundação tivesse ocorrido em 3 dezembro de 1615 e afirmar com precisão que o capitão-mor havia partido do Forte de São Luís rumo ao rio Pará em 25 de dezembro de 1615⁴³⁵.

Com o tempo, o apontamento documental preciso feito por Capistrano de Abreu na introdução da obra “História do Brasil”, de frei Vicente Salvador, seria validado na década de

⁴³⁴ CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1906, p.3.

⁴³⁵ BARATA, Manoel. *Formação histórica do Pará*. Belém: UFPA, 1973, p.205.

1920 por intelectuais paraenses como Theodoro Braga e Henrique Santa Rosa, sendo então vencida a questão⁴³⁶.

De maneira que, na ausência de uma data precisa para celebrar os 300 anos de Belém, a comemoração do *Grêmio Paraense* privilegiou o ponto mais consensual da época, isto é, o dia em que a expedição militar portuguesa partiu de São Luís do Maranhão. Não muito diferente do ocorreu em Belém, onde as comemorações dirigidas por Ignácio Moura e Ophir Loyola se misturaram às tradicionais celebrações de fim de ano, sendo marcadas por procissão e missa campal na virada da noite de 24 para 25 de dezembro e queima de fogos na virada de 31 de dezembro para 01 de janeiro⁴³⁷.

No Rio de Janeiro, Lauro Sodré, Serzedello Corrêa, Carlos Seidl, Justo Chermont, Firmo Braga, Bruno Lobo e Manoel Lobato formavam a comissão encarregada de organizar a celebração do centro paraense. Pensado dentro da perspectiva cívica e patriótica que orientava a agremiação, o programa da festa contava com uma parte musical e outra literária. Na primeira, estavam previstas as execuções dos hinos do Pará e do Brasil e várias apresentações musicais de artistas paraenses, dentre os quais Clemente Ferreira e Lydia Salgado. Na segunda, recitais de poesia com Flexa Ribeiro e Hermeto Lima, além de uma palestra dirigida por José Veríssimo, o orador oficial da sessão⁴³⁸.

A sessão iniciada às 16 horas contou com a presença do ministro da Agricultura, José Bezerra, e de representantes da Presidência da República, dos ministérios do Interior, Marinha, Guerra, Fazenda, Viação e da Prefeitura do Distrito Federal. Após a execução de parte do programa literário-musical, foi dada a palavra a José Veríssimo. O intelectual paraense, nesse período já apartado da Academia Brasileira de Letras que ajudara a fundar no final do século XIX, alegou estar ali para fazer a “apologia do bairrismo”, isto é, declarar o amor ao torrão pequeno, ao lugar onde se nasce e através do qual se aprenderia a amar a pátria. Apesar de ser nascido em Óbidos, Veríssimo dizia que a festa do dia era de todos os paraenses e brasileiros.

Em seguida, o palestrante discorreu sobre a expedição militar de Castelo Branco e a fundação de Belém, apontou o que a data poderia significar para o Brasil e terminou analisando o momento vivido pelo país. Nesse último instante, o tom pessimista de sua fala acabou contrastando com as palavras de incentivo que ele terminou por lançar às gerações

⁴³⁶ CRUZ, Ernesto. “A data certa da fundação de Belém”. In: Id. *Procissão dos séculos*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1952, pp.88-93; MEIRA FILHO, Augusto. *Evolução histórica de Belém do Grão-Pará*. Fundação e história. Volume 1. Belém: [s/n], 1976, 45-52.

⁴³⁷ ESTADO DO PARÁ. Belém, 22 de dezembro de 1915, p.1.

⁴³⁸ JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1915, p.4.

futuras do Pará e do Brasil antes de entregar a tribuna. A celebração seguiu com poesia, valsa e bolero até às 18 horas, quando a comissão deu por encerrada a festividade⁴³⁹.

José Veríssimo e Lauro Sodré guardavam similaridades. Tinham quase a mesma idade – nesse momento, 58 e 57, respectivamente – e haviam sido formados na geração de 1870. Ambos com trajetórias entre o Pará e o Rio de Janeiro, um na Escola Politécnica, o outro na Escola Militar. Apesar do primeiro ser essencialmente um homem das letras, de tendência liberal e avesso ao meio político, enquanto o segundo, republicano visceral, demonstrava paixão pela ciência de governar, os dois manifestavam pensamentos convergentes para o evolucionismo e o positivismo, com rompantes francamente patrióticos e moralistas.

Felipe Moraes, inclusive, apontou a possibilidade de Veríssimo e Sodré serem pensados como os expoentes intelectuais do grupo paraense da geração de 1870. Segundo ele, formado por liberais e republicanos, esse grupo se notabilizou em duas frentes: a primeira, mais ligada a Veríssimo, propôs reformas sociais por meio da imigração de estrangeiros e a colonização pela agricultura a fim de civilizar as populações indígenas e mestiças da Amazônia. A segunda, mais próxima de Sodré, se empenhou por viabilizar reformas políticas para superar a escravidão e a Monarquia⁴⁴⁰.

Tal proposição me parece realmente acertada. Os governos de Lauro Sodré, inclusive, foram orientados pela perspectiva social salientada por Moraes. Ainda assim, é importante sublinhar que a ideia de grupo, neste caso, não diz respeito a um coletivo congregado em torno de programa comum. Trata-se de uma colaboração no aspecto geral, sendo, portanto, disforme e indireta. Veríssimo e Sodré, apesar de todas as similaridades, não estiveram juntos em muitas ocasiões. Por esta via, a celebração no *Grêmio Paraense* se torna ainda mais significativa, posto que, como diz Moraes, reuniu os expoentes da intelectualidade paraense da geração de 1870, ainda que tardiamente e pouco antes do falecimento do mais velho deles.

Ao aceitar o convite do *Grêmio Paraense*, o taciturno José Veríssimo emprestou ao grupo de Lauro Sodré a cultura invulgar e o saber especializado que o distinguiram no campo da crítica literária brasileira. O seu discurso, apesar de não esconder desencantos para com o regime republicano, corroborou a perspectiva cívica do centro paraense, legitimando assim o seu ato e existência.

⁴³⁹ A ÉPOCA. Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1915, p.131.

⁴⁴⁰ MORAES, F. T. *José Veríssimo* (1857-1916), intelectual amazônico: Geração 1870 e a educação no Grão-Pará (1877-1891). 2018. 415f. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018, p.52.

Curiosamente, horas antes da celebração do *Grêmio Paraense* ocorrer, os deputados e senadores da bancada do Pará se reuniram em um restaurante para celebrar em conjunto e de maneira bem mais informal a passagem do tricentenário da fundação de Belém. Sendo uma sexta-feira, véspera de Natal, o encontro parecia propício. Lauro Sodré foi o único a não participar do evento, alegando ter outros compromissos no horário e estar envolvido com os preparativos da comemoração do *Grêmio Paraense*⁴⁴¹. A justificativa parece plausível, mas importa ressaltar dois aspectos desta circunstância fortuita.

Em primeiro lugar, a mudança de comportamento da bancada paraense, agora menos atravessada pelas tensões partidárias, haja vista o domínio *laurista* em escala estadual e federal. Ainda que se tratasse de atividade externa ao Congresso Nacional, recuando alguns anos no tempo o registro dessa cena seria inimaginável. Não significa que as tensões e discordâncias tenham se dissipado. Mas, aparentemente, mudaram de forma e de lugar.

O segundo aspecto diz respeito ao fato de que o *Grêmio Paraense* acabou neste momento cumprindo um papel protocolar que, talvez, coubesse mesmo aos deputados e senadores do Pará. Ao se associar mais diretamente às celebrações que ocorriam em Belém, o centro paraense mantinha então a proposta de ser a representação do Pará no Rio de Janeiro e, a julgar pelas autoridades presentes ou representadas, de alguma maneira conseguiu ser reconhecida como tal.

Desta forma, se a recusa de Lauro Sodré em reunir com os demais membros de sua classe política não chega a significar concorrência ou disputa, aponta para uma estratégia de representação que não se limitava ao Senado Federal e que tinha preferência pelo formal, pela tribuna, pelos lugares onde se podia discursar, ensinar. Via de regra, os espaços de sociabilidade que ele frequentava apresentavam esta mesma característica.

Outra efeméride foi celebrada pelo *Grêmio Paraense* em 1923, a da adesão do Pará à Independência do Brasil. Na edição de 25 de agosto, a revista *O Malho* deu espaço para a cerimônia que havia sido realizada pelo centro paraense sobre os mesmos designios do evento de 1916. Na *Imagem 52*, é possível observar diferentes aspectos da festa.

No primeiro deles, posto na parte superior da imagem, consta a mesa diretora da sessão. A revista deu destaque para a direção de Lauro Sodré e a presença do ministro da Agricultura, Miguel Calmon, mas também é possível identificar o general Serzedello Corrêa, o primeiro no lado esquerdo da fotografia. Chama atenção ainda a presença de um militar fardado na mesa e a colocação ao fundo de duas grandes bandeiras nacionais entre o brasão

⁴⁴¹A ÉPOCA. Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1915, p.24.

do Estado do Pará. Na segunda perspectiva, uma plateia bastante significativa formada por muitas mulheres e homens, todos alinhados em seus trajes sociais. O terceiro panorama, no lado direito da imagem, mostra um entusiasmado Eurico Valle desobrigando-se da função de orador oficial.

Imagem 52 - Grêmio Paraense e o centenário da adesão do Pará à Independência



Fonte: O MALHO. Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1923, p.25.

Contudo, há um ponto nesta imagem que me chama atenção para além da celebração cívica em si e das pessoas que lhe prestigiaram. A legenda inserida pela revista informou que o festejo paraense se realizou no Centro Paulista. Este ponto me faz pensar sobre duas possibilidades: ou a sede do *Grêmio Paraense* não tinha estrutura para comportar o número de convidados na ocasião ou, em um caso mais grave, estaria sem sede. Ambas as possibilidades remetem a discussão para a questão da logística necessária para manter a agremiação em funcionamento.

Em relação a este assunto quero voltar a um ponto do esboço histórico de Luiz Barreiros sobre os primeiros anos de atividade do *Grêmio Paraense* para pensar acerca dos elementos materiais que atravessavam a existência da associação.

No artigo de 1902, Barreiros se queixou da exiguidade das contribuições dos sócios e da promessa não cumprida do governo do Pará de subsidiar as ações do grupo de Sodré.

Segundo ele, essa realidade teria imposto ao *Grêmio Paraense* o paradoxo de funcionar sem ter sede própria entre janeiro de 1900 e agosto de 1901.

Sem recursos para custeio de aluguel, o material de mobília, biblioteca e secretaria da agremiação precisou ser dividido entre os sócios. Como era o 2º secretário, Luiz Barreiros guardou consigo o arquivo do grêmio e acabou vendo a sua casa se tornar lugar assíduo de pequeno número de sócios, que se autodenominavam o *Consulado Paraense*. Barreiros não cita nomes, mas diz que a partir deles o *Grêmio* conseguiu continuar participando de compromissos sociais mesmo com a sociabilidade interna prejudicada até o momento em que as arrecadações aumentaram novamente⁴⁴².

Desta forma, o depoimento de Luiz Barreiros faz pensar sobre os desafios financeiros encontrados por uma associação tão marcada pela alta rotatividade de sócios efetivos como o era o *Grêmio Paraense*. O desejo de contar com subsídios do governo em 1902 parecia bloqueado diante das tensões que indispunham *lauristas* e *lemistas*. Era de se esperar, contudo, que após a conquista da máquina estadual por parte do PRF o jogo se invertesse e comesçassem tempos de bonança para a agremiação. Demonstrarei que não foi bem assim que aconteceu.

Considerando o período de 1897 a 1930, a década de 1920 parece ter sido a mais difícil para o *Grêmio Paraense*. Especialmente nos períodos de 1922-1923 e 1928-1930, para os quais há pouquíssima ou nenhuma informação. O que não significa que a associação tenha deixado de existir, pois há diversos registros das atividades que Lauro Sodré promoveu à frente da instituição na década de 1930. Além disso, 3 filhos de Sodré, Emmanuel, Benjamin e Theodoro, mas principalmente o primeiro, tomaram parte da associação. O que ajudaria a explicar a sua continuidade após a morte de Lauro, em 1944. Até onde consegui apurar, o *Grêmio Paraense* existiu até 1958.

Para tentar compreender o que se passou na década de 1920, procurei acessar a correspondência de Lauro Sodré e Luiz Barreiros a fim de verificar a existência de referências ao *Grêmio Paraense*. Não são muitas, mas elas existem.

Em carta de 1923, o presidente do *Grêmio* escreveu a Luiz Barreiros falando das dificuldades financeiras pelas quais a agremiação estava passando, ao ponto de se tornar o mais atrasado de todos os centros estaduais. O senador militar comparou a situação do *Grêmio Paraense* principalmente com a do Centro Paulista. Enquanto o reduto paraense no Rio de

⁴⁴² BARREIROS, Luiz. "Histórico do Grêmio". IN: REVISTA DO GREMIO PARAENSE. Ano I. Nº1. Rio de Janeiro: Typ. A Tribuna, 1902, p.27.

Janeiro havia acabado de ser reinstalado em uma pequena sala comercial cujo aluguel custava \$400.000, a associação paulista estava posta em prédio amplo, comprado pelo próprio governo de São Paulo, em um valor estimado de \$400.000.000. Diante do que, em tom de desabafo, Sodré pontuou: “O nosso Grêmio já com 25 anos de vida, não pode continuar como está”⁴⁴³.

Sabendo que a agremiação não teria recursos para pagar as despesas de aluguel, o presidente do *Grêmio Paraense* pediu a Luiz Barreiros que conversasse com Cypriano Santos, então vice-governador e presidente do Senado Estadual, a fim de reforçar o pedido que ele mesmo já havia feito em prol de subsídios do governo para auxiliar o funcionamento da agremiação⁴⁴⁴.

A ligeira comparação que Lauro Sodré faz entre o *Grêmio Paraense* e os demais centros estaduais faz pensar sobre a profusão destes espaços de sociabilidade na capital da República. Em 1915, Sodré já havia tomado parte da *Federação do Norte*, uma associação que reuniu provisoriamente os centros estaduais do norte e nordeste do país em prol do combate às intensas secas daquele ano. Além do *Grêmio Paraense*, participaram dos esforços conjuntos o *Centro Alagoano*, o *Centro Cearense*, o *Centro Pernambucano*, dentre outros. Essa experiência, por si só, já aponta a diversidade de agremiações regionalistas colocadas no campo associativo do Rio de Janeiro.

A *Tabela 21* apresenta uma relação de agremiações existentes no Rio de Janeiro em um momento mais aproximado ao que Lauro Sodré conversava com Luiz Barreiros. Elaborado com base no *Almanak Laemmert*, um dos mais antigos do gênero naquele momento, ele não se propõe mostrar a origem de cada associação, mas apenas facilitar a visualização dos centros estaduais que Lauro Sodré tinha em mente na comunicação.

Tabela 21 - O associativismo regionalista na capital da República (1925)

ASSOCIAÇÃO	DIRETORIA
Centro Alagoano	Presidente: Raymundo Pontes de Miranda Secretário: Arthur Innocencio Machado
Centro Baiano	Presidente: Moniz Sodré (senador)

⁴⁴³ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1923. Coleção Particular de Lauro Sodré.

⁴⁴⁴ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1923. Coleção Particular de Lauro Sodré.

	1º vice-presidente: Eduardo Espínola
Centro Carioca	-
Centro Catarinense	Presidente: Theophilo Nolasco de Almeida Vice-presidente: Manoel do Rego Barros
Centro Espírito Santense	-
Centro Maranhense	-
Centro Mato-grossense	-
Centro Mineiro	Presidente: Lindolpho Assis 1º secretário: Francisco Borja de Almeida Gomes
Centro Paranaense	-
Centro Paulista	Presidente: Alfredo Ellis (senador) Vice-presidente: Philadelpho de Castro
Centro Pernambucano	Presidente: Conde Pereira Carneiro Vice-presidente: Solidonio Leite (deputado)
Centro Sergipano	-
Grêmio Paraense	Presidente: Lauro Sodré Vice-presidente: Carlos Seidl

FONTE: ALMANAK LAEMMERT. 1º Volume. Rio de Janeiro: [s/n] 1925, pp.430-439.

O quadro é capaz de demonstrar que a maioria dos estados brasileiros contavam com agremiações congêneres ao *Grêmio Paraense*, isto é, que se pretendiam espaços legítimos de representação dos interesses estaduais na capital federal. Uma representação pensada para além do Congresso Nacional, mesmo que algumas destas associações fossem lideradas por deputados e senadores em exercício, como está indicado.

Outro ponto interessante de se observar da missiva de Lauro Sodré é que, embora o governador do Pará em 1923 fosse Souza Castro, era em Cypriano Santos que ele depositava a sua confiança para viabilizar a subvenção ao *Grêmio Paraense*, imputando ao amigo de longa data o papel de principal articulador político no Pará.

Pouco tempo depois dessa missiva, no entanto, mais especificamente em 6 de novembro, Cypriano Santos, o mais abnegado e devoto defensor de Lauro Sodré na imprensa

paraense, chefe político destacado do PRF, morreu abruptamente, deixando vaga a liderança que exercia na política estadual em nome do senador radicado no Rio de Janeiro⁴⁴⁵.

Sem Cypriano Santos, Lauro Sodré começaria a se sentir deslocado entre os próprios *lauristas* e não encontraria tão rapidamente resolução para a questão da subvenção do *Grêmio*. Não apenas pela ausência de articulação, mas porque o estado passava por uma grave crise financeira, como Sodré mesmo pudera perceber entre 1917 e 1921.

Ainda assim, em 1925, com a chegada de Dionísio Bentes ao executivo estadual, Lauro Sodré voltou ao tema dos subsídios com Luiz Barreiros. Detendo-se nas leis orçamentárias paraenses de 1924 e 1925, o senador militar reclamou de não ter encontrado nenhum dispositivo de subvenção ao centro paraense. A impressão é que Sodré esperava algo diferente, como se realmente já existisse algum encaminhamento no sentido da liberação da verba. Como estava distante, pediu ao amigo de Belém para verificar mais de perto o caso, pois a situação financeira do *Grêmio* apenas se agravava.

Nas condições atuais de vida aqui é impossível manter a sede do Grêmio sem auxílio do Estado. São Paulo mantém o Centro Paulista em um suntuoso prédio de sua propriedade, e ainda subvenciona-o largamente. Mato Grosso tem o seu Centro m.to [sic] bem instalado, pagando pelo prédio, muito bem mobiliado 2.200 000! Outros centros gozam de auxílios. A nossa modesta sede, na Avenida Central, custa-nos 250 000! As contribuições dos sócios não dão para tal despesa, que deve crescer para termos mais decente sede, que não nos pode custar menos de 500 000! Temos de colocar em nossa sala os retratos dos Drs. Cypriano Santos e Dionísio Bentes. Fica v.cê [sic], que com o nosso Grêmio tem tantos elos, incumbido de obter dois retratos em fundo grande, fotografias ampliadas desses dois conterrâneos e de nos enviar. Se puderem vir já emoldurados em madeiras da terra e obras de arte do Instituto melhor será⁴⁴⁶.

Insistindo na comparação com os outros centros estaduais, Sodré deixa transparecer a impressão de que a associação paraense estava ficando para trás em termos de desenvolvimento. A seu ver, somente a subvenção do Governo do Pará poderia resolver a situação, pois a arrecadação entre os sócios não era suficiente para quitar as despesas e, muito menos, garantir as condições estruturais que ele julgava adequadas para o centro. Embora publicamente ainda fosse chefe honorário do PRF, na prática, dependia que o governo de Dionísio Bentes se mostrasse mais generoso para com ele e o *Grêmio*. O que, de fato, acabou acontecendo ao longo daquele ano.

⁴⁴⁵ BORGES, Ricardo. Op. Cit., 1986, p.213-216.

⁴⁴⁶ CARTA de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. Rio de Janeiro, 27 de julho de 1925. Coleção Particular de Lauro Sodré.

Dessa maneira, em 1926, o *Grêmio Paraense* resolveu celebrar o primeiro aniversário da administração de Dionísio Bentes e homenagear o governador do Pará com o tradicional ato de distinção de colocação de retrato na sede da agremiação.

A *Imagem 53*, publicada na revista *O Malho*, apresenta alguns ângulos da cerimônia. Na parte mais destacada, figura o engenheiro e político Aarão Reis fazendo o discurso oficial, tendo ao seu lado direito o general Serzedello Corrêa. No segundo aspecto, os leitores são apresentados à um panorama do salão, com direito à visualização do quadro de Dionísio Bentes e do público presente, não muito elevado, predominantemente masculino e envelhecido. A última perspectiva assinala os membros da mesa formada, da direita para esquerda, por Eurico Valle, o vice-presidente da agremiação, Lauro Sodré, o “presidente perpétuo”, Dionísio Bentes, o homenageado, Aarão Reis, integrante do conselho diretor do centro paraense e, novamente no canto esquerdo, Serzedello Corrêa, também conselheiro diretor. Há ainda duas pessoas ao fundo que não consegui identificar com precisão. Presumo, no entanto, que o mais velho, em pé, seja George Summer, na época, 1º secretário do *Grêmio*.

Imagem 53 - Comemoração do governo de Dionísio Bentes no Grêmio Paraense



Fonte: O MALHO. Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 1926, p.32.

Se compararmos as imagens 52 e 53, será possível concordar com Lauro Sodré a despeito da discrepância estrutural existente entre os centros de paulistas e paraenses. A sede do *Grêmio Paraense* perdia em espaço e, conseqüentemente, na capacidade de abrigar

pessoas. Também parecia ser mais simples do ponto de vista ornamental, não apresentando grandes investimentos decorativos e mobiliários.

Em meio ao cenário de dificuldades, é interessante perceber o lugar que Luiz Barreiros ocupava diretamente de Belém para Lauro Sodré e o *Grêmio Paraense*. O então orador oficial e membro da comissão de redação do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, continuava colaborando com a agremiação do Rio de Janeiro, se tornando o responsável não só pelo envio dos quadros de Dionísio Bentes e Cypriano Santos, mas pelo atendimento de toda sorte de solicitações do senador militar. O que passava tanto pelo encaminhamento de situações políticas na capital paraense quanto pela remessa sistemática de jornais, revistas, livros, fotografias e documentos oficiais do estado para a capital da República, conforme os pedidos e confirmações de recebimento encontrados nas cartas de Sodré. Além disso, cumpriu ainda o papel de confidente, tomando parte das dificuldades da agremiação que ajudara a criar em 1897 e de inúmeras questões da vida pessoal do seu principal mentor. De modo que, depois de Cypriano Santos, talvez Barreiros tenha sido a pessoa com quem o prestigiado chefe republicano mais pudera contar no Pará. Ao ponto de Mecnas da Rocha afirmar que entre eles havia uma “longa correspondência assídua” e “o culto de uma amizade inalterável e perfeita”⁴⁴⁷.

Essa correspondência indica que a partir de 1928 as subvenções estaduais, embora aprovadas em orçamento, chegaram apenas parcialmente aos cofres da agremiação, que teve de ser ainda mais reduzida. Em seguida, com a deposição de Eurico Valle em outubro de 1930 e o início das intervenções federais no estado, o *Grêmio Paraense* perdeu a relação direta que mantinha com o poder executivo e legislativo paraense. Mas, a julgar pelas dificuldades de obtenção de recursos junto aos governadores *lauristas*, o cenário aparentemente não mudaria tanto do ponto de vista financeiro.

Para continuar de pé, o *Grêmio* precisou sofrer reformulações. Tentando se adequar aos novos tempos e atrair novos sócios, a agremiação diminuiu o ímpeto cívico, intelectual e político para investir mais diretamente no bem-estar dos associados. Entre 1933 e 1935, por exemplo, foram criadas as seções recreativa, comercial, beneficente e de propaganda e imprensa e as diretorias médica, judiciária, odontológica e literária. Lauro Sodré continuou como presidente durante este período, mas os nomes dos demais diretores mudou

⁴⁴⁷ ROCHA, Mecnas. Op. Cit., 1948, p.45.

completamente. Como também mudou o perfil das imagens associadas à agremiação na imprensa ilustrada carioca (*Imagem 54*).

Imagem 54 - Baile do Grêmio Paraense no Clube de Regatas Botafogo, 1935



Fonte: *FON-FON!* Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1935, p.27.

O registro acima é simbólico de muitas formas. Primeiro, por Lauro Sodré não aparecer. Segundo, por ter ocorrido na sede do Botafogo, clube que a família Sodré era vinculada desde a sua fundação por conta das trajetórias futebolísticas de Lauro (o filho primogênito), Emmanuel e Benjamin, que, por sinal, chegou a presidir o clube em 1940⁴⁴⁸. Terceiro, por se tratar de uma atividade dançante, sem compromissos intelectuais ou patrióticos anunciados, uma festa encerrada ao entorno de si mesma. Quarto, pelo contraste evidente que a imagem carrega consigo em relação às celebrações solenes a que o *Grêmio* se dedicou a realizar até 1930.

As comemorações da adesão do Pará à Independência e à República continuaram acontecendo. Mas, cada vez mais, Lauro Sodré, já no alto dos seus quase 80 poucos anos, se via cercado por pessoas mais novas, sem vínculos diretos com o Pará e que já não tinham ou poderiam ter os mesmos interesses e preocupações que ele. E, muito provavelmente, já não lhe dirigiam a mesma devoção.

A consequência da modernização do centro paraense no Rio de Janeiro foi a perda de sua identidade original. Mas, a julgar pelo depoimento de Marciolino Cunha sobre os últimos instantes de vida de Lauro Sodré, o *Grêmio Paraense*, com todas as suas dificuldades e

⁴⁴⁸ SODRÉ, Dora. Op. Cit. p.99.

mudanças, se constituiu em uma das realizações que Lauro Sodré, o ex-governador e senador militar, mais se orgulhava e tinha apego.

Na véspera do seu falecimento, proibidas as visitas e perdidas as esperanças médicas, Lauro Sodré permanecia em madorna, quando, de repente, abrindo os olhos no profundo silêncio de sua alcova e com voz quase apagada, pegou nas mãos de seu filho Theodoro, e exclamou mansamente: “estou pensando no Grêmio Paraense, nos meus amigos do Grêmio Paraense”. Dorinho, acreditando ser-lhe agradável, disse-lhe que naquele momento o Secretário do Grêmio estava na sala de visitas. Quis ver-me. Foi uma cena triste e dolorosa para sua esposa e filha. Aquele que foi o fundador do Grêmio Paraense e presidente benemérito por longos anos, parecia ter saído de um sonho. Apertou-me o braço e puxando a minha cabeça, surpreendentemente, beijou-me a face, dizendo entre lágrimas comovidas: “Marcionilo, és o Grêmio Paraense. Eu beijo o Grêmio Paraense”. E calou-se [...] ⁴⁴⁹.

3.5 – “Um homem de Plutarco” ou a idealização de Lauro Sodré

Em 27 de setembro de 1908, no Teatro São Pedro, em Porto Alegre, foi realizada uma sessão solene dedicada ao aniversário e às virtudes cívicas de Lauro Sodré. O evento, organizado por alunos militares, contou com a oração de Arthur Pinto da Rocha, figura destacada entre os intelectuais do Rio Grande do Sul. Batizado de “Um homem de Plutarco”, o discurso reúne elementos poéticos e narrativos cheios de referências científicas e literárias para prestar honras à Lauro Sodré. Recebeu esse nome porque Pinto da Rocha afirmou que Lauro Sodré seria certamente um dos homens pelos quais o filósofo grego Plutarco se interessaria em biografar caso não estivessem separados por muitos séculos. Em 1915, o discurso foi lançado em formato livro e saiu com a seguinte observação em folha de rosto: “mandado publicar pelos admiradores do Dr. Lauro Sodré, alunos da Escola de Aplicação e de Guerra” ⁴⁵⁰.

Dois atos distintos, deslocados do eixo Belém-Rio de Janeiro, e uma mesma finalidade: homenagear aquele que seria o ídolo da mocidade militar, mas também de muitos velhos, como dissera o próprio Pinto da Rocha ⁴⁵¹. Mas, qual seria a motivação para o evento e a sua reafirmação? De que forma Lauro Sodré conseguia fazer com que as pessoas se mobilizassem em entorno de seu nome? Seriam apenas os militares os responsáveis por essa

⁴⁴⁹ CUNHA, Marcionilo. “Lauro Sodré: sua vida e sua morte”. In: *Revista Nossa Senhora de Nazaré*. Rio de Janeiro, [s/n], 1955, p.11.

⁴⁵⁰ ROCHA, Arthur Pinto da. *Um homem de Plutarco*. Porto Alegre: Oficinas Graphicas da Livraria Americana, 1915.

⁴⁵¹ Id, *Ibid.*, p.18.

devoção? O presente tópico pretende pensar exatamente sobre estes elementos, tentando demonstrar como a imagem pública de Lauro Sodré foi construída e difundida ao longo da Primeira República.

Acredito que este seja o ponto mais difícil de ser explicado da trajetória de Lauro Sodré, pois o cultivo intelectual, o vínculo militar, a colocação política, os laços de sociabilidade, a lealdade de determinados órgãos de imprensa, a paixão partidária dos seus correligionários, tudo isso, de alguma maneira, se misturava e dava ensejo a movimentos descoordenados, no sentido de não terem um único centro de profusão, mas convergentes, por resultarem em prestígio ao próprio Sodré. De modo que, não há como apontar uma única resposta e tão pouco como explicar a questão em torno de um só elemento.

Sendo assim, para não voltar tanto aos pontos já explorados neste trabalho, proponho considerar mais diretamente aqui algumas das principais celebrações que se organizaram para Lauro Sodré em Belém e no Rio de Janeiro. Penso que estes efêmeros instantes, aparentemente destituídos de sentido mais profundo, representem exatamente o momento de encontro dos vários elementos que compunham a representatividade política de Lauro Sodré.

Recortar o raio das celebrações para o eixo Belém-Rio de Janeiro significa, logicamente, deixar de fora comemorações como aquela realizada em Porto Alegre, 1908. Porém, a decisão me parece acertada, pois o senador paraense foi realmente muito celebrado ainda em vida⁴⁵².

Existem muitos registros de homenagens feitas a Lauro Sodré por militares, estudantes, políticos, lojas maçônicas, associações cívicas e operárias e até clubes femininos. As celebrações se davam em escala nacional, embora Sodré não fosse um homem muito viajado. Ao longo desse estudo identifiquei deslocamentos apenas para o interior do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Pará. Não há indícios de que tenham se dirigido para fora do Brasil. Porém, nos lugares por onde passou foi recebido com honrarias e distinções. E, nos deslocamentos mais longos, onde precisava fazer paradas, Sodré costumava ser recebido por políticos e ou maçons – neste último caso, principalmente depois de ter assumido o grão-mestrado do GOB. Como acontecia, por exemplo, quando ele se dirigia da capital da República à Belém, onde era recepcionado no Ceará, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Maranhão, dentre outros estados do Nordeste. Às vezes na ida e na volta. De modo que seria muito difícil averiguar todos esses caminhos e festejos.

⁴⁵² SODRÉ, Benjamin. Op. Cit., 1956, p.27.

Eles guardam o mesmo ímpeto do evento que sagrou Lauro Sodré como “um homem de Plutarco” e, de certo modo, indicam o alcance que o político paraense conseguiu obter ao longo de sua trajetória de homem público. No entanto, Belém e Rio de Janeiro foram os seus principais espaços de atuação, por isso acabam sendo mais relevantes para esta análise.

Começo destacando dois eventos, um acontecido em Belém, outro no Rio de Janeiro, que tiveram a mesma proposta de homenagear Lauro Sodré e dão margem para que se considere a sua performance política.

Em 1898, o jornal *Folha do Norte* anunciou no início de outubro que Lauro Sodré havia partido do Rio de Janeiro em direção ao Pará. Esta seria a primeira vez que ele retornaria ao estado desde que assumira uma vaga no Senado Federal no ano anterior. A comissão responsável por organizar a recepção de Sodré possuía nomes como Bento Miranda, coronel Sotero de Menezes, Henrique Santa Rosa, Maestro Gama Malcher, Francisco Xavier Veiga Cabral, Firmo Braga, Cícero Penna, Manoel de Moraes Bittencourt, Silva Rosado, Cypriano Santos, dentre outros representantes do *laurismo*⁴⁵³.

Para garantir a excelência na recepção foi realizada subscrição popular para obtenção de recursos e confecção de cartão de ouro e brilhantes com o qual se desejava presentear o visitante.

O programa da festa contava com “retumbantes salvas em todas as praças” para indicar ainda na alvorada a chegada do pacote que trazia Lauro Sodré. Em seguida, uma flotilha se dirigiria até a embarcação e a comissão de recepção acompanharia a passagem do senador para o navio pelo qual desembarcaria no trapiche da *Amazon Company*. O desembarque, previsto para as 09h da manhã, seria acompanhado de girândolas de foguetes.

No *Boulevard* da República teria início a procissão até a residência de Lauro Sodré. O cortejo, programado para ser feito a pé, passaria pela travessa Frutuoso Guimarães, rua 15 de Novembro, Ver-o-Peso, travessa Marquês de Pombal, largo do Palácio, avenida 16 de novembro em frente à *Folha do Norte*, rua 13 de maio, travessa 7 de setembro, rua senador Manoel Barata, largo de Santana e Rua Paes de Carvalho, até a residência dos Ó de Almeida, onde Sodré ficaria.

À noite estavam previstos festejos populares na Praça da República, com destaque ao concerto popular regido pelo maestro Gama Malcher no Pavilhão Euterpe e a queima de fogos na praça⁴⁵⁴.

⁴⁵³ FOLHA DO NORTE. Belém, 14 de outubro de 1898, p.2.

⁴⁵⁴ FOLHA DO NORTE. Belém, 25 de outubro de 1898, pp.1-2.

Os festejos acabaram se associando a passagem do aniversário do senador Sodré, em 17 de outubro, data sempre lembrada pela *Folha do Norte* através de editoriais elogiosos que cumpriam o papel pedagógico de imputá-lo como personalidade notável.

[...] encarnação límpida e serena dos mais belos e dos mais alevantadas ideais da democracia.

Nome feito no estudo acurado e nas exemplares práticas cívicas, desde os albores primeiros da juventude, caráter que se acentua por uma superioridade invejável; talento engrandecido nos mananciais da ciência, [...] é incontestavelmente uma das mais simpáticas figuras desta República.

[...]

Salve 17 de outubro, festiva e rejubilante data para quantos te estremeçam! Foi à luz desse dia que vieste ao mundo, talvez já predestinado a seres o que hoje és: - o paraense mais idolatradamente querido e respeitado em sua terra natal, em todo o país e no estrangeiro, pela pureza de suas crenças, acrisolada abnegação patriótica e reconhecido tino, saber e critério administrativos⁴⁵⁵.

Nessa atmosfera de idolatria foi que Lauro Sodré chegou a Belém no dia 24 de outubro. O relato produzido pela *Folha do Norte* dá conta de um evento de intensa vibração popular e poucas vezes visto no Pará. Segundo a matéria, grande número de pessoas aguardavam o desembarque de Sodré desde às 06 horas da manhã. As senhoras que acompanhavam a flotilha jogaram flores sobre a cabeça do senador inúmeras vezes até chegar ao trapiche.

Ao pisar em solo paraense, Sodré foi entusiasticamente aclamado por populares e recebido pela comissão organizadora da festa ao som do hino nacional. Educandas do *Orfelinato Paraense* lhe ofereceram *bouquet* de flores e poesia. Devido ao grande número de pessoas, Lauro Sodré teria tido dificuldade de chegar até o *Boulevard* da República. Durante o préstito foram distribuídas 10.000 fitas com cores do Brasil e do Pará nas quais se via o retrato de Lauro Sodré. Além disso, foram registrados os discursos de Diogo Hollanda, Adolpho Gonçalves, professora Maria Valmont e Mecenas da Rocha, já referenciado neste trabalho como autor de perfil biográfico de Lauro Sodré.

A procissão, com a afluência estimada de 8.000 pessoas, seguiu pela Avenida 16 de novembro e estacionou em frente ao prédio da *Folha do Norte*, onde foram distribuídas 200 espórtulas e falaram Eládio Lima e Enéas Martins em saudação a Lauro Sodré. Na casa da família Ó de Almeida, foi a vez do senador discursar em tom de agradecimento. Durante todo o dia Sodré recebeu visitas de autoridades e amigos⁴⁵⁶.

⁴⁵⁵ FOLHA DO NORTE. Belém, 17 de outubro de 1898, p.1.

⁴⁵⁶ FOLHA DO NORTE. Belém, 26 de outubro de 1898, p.2.

Daí é possível apreender a tentativa de se inaugurar uma espécie de culto cívico em torno da chegada e do nome de Lauro Sodré, constantemente referenciado como “grande” por seu caráter e experiência de homem público.

Importa perceber que, embora contasse com significativa adesão popular, a organização da festa foi toda de políticos, militares e jornalistas afeitos aos laços partidários do PRF. Não sendo, portanto, um evento necessariamente espontâneo e do “povo do Pará” como em alguns momentos indicou a *Folha do Norte*. A própria existência de uma comissão organizadora e de um programa de festa, sinaliza para o fato de que tudo fora pensado previamente, inclusive, os modos pelos quais seria possível atrair mais curiosos e não necessariamente adeptos do *laurismo* para a festa. A distribuição de esmolas à porta da redação da *Folha do Norte* talvez seja o maior exemplo disto. Porém, todo o restante da programação pretendia homenagear o senador militar e atrair pessoas para a celebração cívica. Por isso, o número de presentes se tornava alvo de discussão e questionamentos na cobertura dos demais jornais. No campo político, o número de populares e o modo como se portavam em eventos tais era importante apenas para uma coisa: a reivindicação de prestígio⁴⁵⁷.

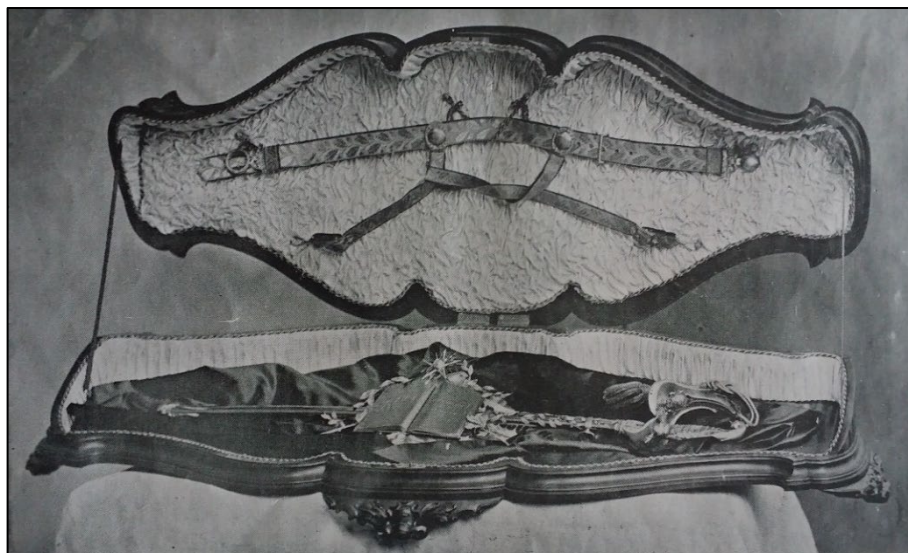
Tendo em vista a cisão do Partido Republicano no Pará, cuidar para receber e apresentar Lauro Sodré como cidadão de grande prestígio, parecia ser uma estratégia para enfrentar o situacionismo político do PRP. Não à toa, a imagem de Lauro Sodré é veiculada entre o verde e o amarelo da bandeira nacional e o vermelho e branco da bandeira paraense. Recebido ao som do hino nacional, Lauro Sodré é oferecido pelos republicanos federais ao mesmo tempo como esperança e símbolo do regime republicano.

O segundo evento que quero referenciar está situado no contexto da anistia que Lauro Sodré recebeu em 1905 e se relaciona com as diversas homenagens que o senador do Distrito Federal recebeu na imprensa e das mais diversas associações.

A mais emblemática delas aconteceu no *Teatro Lírico*, em 09 de novembro de 1905, quando Lauro Sodré foi saudado por apoiadores e presenteado com uma espada de ouro e pedras preciosas mandada fazer através de subscrição popular (*Imagem 55*). Entre os integrantes da comissão organizadora da homenagem estavam o deputado Thomaz Cavalcanti e Mário Bhering, dois nomes que se ligavam à Lauro Sodré pelos vínculos da sociabilidade maçônica e pela administração do Grande Oriente do Brasil.

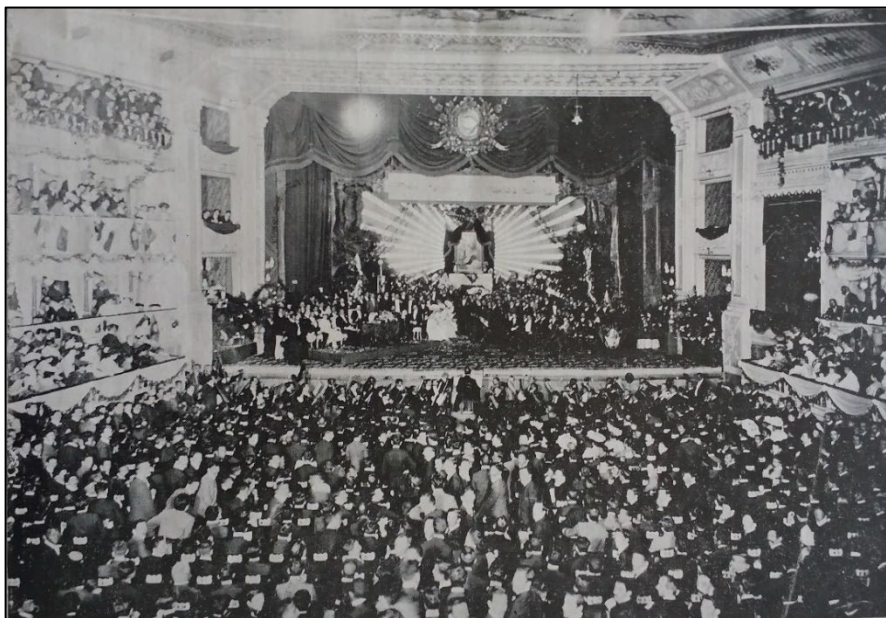
⁴⁵⁷ Nos festejos organizados em 1900 para a recepção de Lauro Sodré, a *Folha do Norte* estimou em 30.000 o número de presentes, comparando o evento à um “segundo círio”. Enquanto isso, para a A Província do Pará, o número não passara de 2.000. A diferença alarmante, como já mencionado, fazia parte da concorrência jornalística e política. Entre as associações que se fizeram representar, consta grande número de lojas maçônicas. Ver: FOLHA DO NORTE. Belém, 07 de novembro de 1900, p.1-2.

Imagem 55 - Aspecto da espada de ouro dedicada a Lauro Sodré, 1905



Fonte: *Revista da Época*. Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1905, p.5.

Imagem 56 - Aspecto do Teatro Lírico em cerimônia dedicada a Lauro Sodré, 1905



Fonte: *Revista da Época*. Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1905, p.3.

Os relatos e retratos de época indicam que o teatro estava lotado e decorado especialmente para a ocasião (*Imagem 56*). Ao som de *O Guarani*, de Carlos Gomes, Lauro Sodré foi recebido entusiasticamente pelos presentes. Em seu discurso, o senador anistiado declarou que sua prisão se dera em função de ter se revoltado contra a prática criminosa “de pôr em farrapos a Constituição” através do projeto da vacinação obrigatória. Não falou sobre

o plano de deposição do Governo Federal, mas reafirmou suas convicções filosóficas e políticas. Além disso, se voltou ao passado para criticar os adesistas republicanos que, segundo ele, representavam a causa da decadência moral da República. Por fim, após defender novamente a legitimidade da via revolucionária para os cenários opressivos, ele levantou a bandeira da revisão constitucional e destacou a necessidade de criação de um novo partido político, uma agremiação que pudesse colocar fim à política de interesses de ocasião⁴⁵⁸.

Os jornais mais críticos a Lauro Sodré não deixaram passar despercebido o elevado valor financeiro empregado na festa e o aparente acinte de se presentear com uma espada quem tentara com o mesmo instrumento derrubar o poder constituído. Em *O Paiz*, o discurso de Sodré foi chamado de incongruente, hermético e ridículo por pretender justificar e ainda enaltecer a sublevação de 1904. O comentário crítico tanto negou o pretensão direito de Lauro Sodré desembainhar espadas sempre que não se contentasse com a realidade política quanto afirmou que ele deveria se contentar de ser chamado de chefe político de um estado e continuar citando o seu Pierre Lafitte para se mostrar filósofo e o seu Anatole France para se mostrar literato para as cadeiras vazias do Senado⁴⁵⁹.

Por outro lado, ainda em novembro, a *Revista da Época*, dirigida por Carlos Vianna, lançou uma edição especial inteiramente dedicada a Lauro Sodré. A publicação enalteceu a celebração do Teatro Lírico e apresentou perfil biográfico do senador militar valorizando a sua trajetória de soldado, publicista, estadista, educador e chefe de família. O volume de 15 páginas, rico em imagens, seguia o caminho oposto de *O Paiz*. Já em suas primeiras páginas declarava que a data de 15 de novembro de 1904 havia sido escolhida pelos inimigos de Lauro Sodré, “o impoluto republicano”, como o início de uma campanha de difamação interessada em macular o conceito público do “abnegado patriota”. O texto chama a insurreição militar de “movimento glorioso” e Sodré de “o maior dos brasileiros”⁴⁶⁰.

Neste caso, mais do que as visões críticas e radicalmente opostas ao enaltecimento de Lauro Sodré, me interessa ressaltar aqui o acordo entre as celebrações realizadas em Belém e Rio de Janeiro. Tanto em 1898 quanto em 1905 é possível observar a realização de atos festivos que pretendiam não apenas homenagear Lauro Sodré, mas distingui-lo como o maior dos paraenses e ou o maior dos brasileiros.

⁴⁵⁸ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1905, p.2.

⁴⁵⁹ O PAIZ. Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1905, p.1.

⁴⁶⁰ REVISTA DA ÉPOCA. Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1905, p.2.

Imagem 57 - Centro Humanitário Lauro Sodré, RJ, 1906



Fonte: Acervo: L. Malafaia/Biblioteca Nacional.

Não à toa, assim como aconteceu no Pará, muitas associações civis do Rio de Janeiro tomaram Sodré como patrono. Para estes grupos ele passou a ser a melhor representação de civismo e patriotismo (*Imagem 57*). Não importando que tivesse sido preso e acusado de querer estabelecer uma ditadura militar no Brasil. A revolta de Sodré e o próprio encarceramento passaram a ser entendidos como atos patrióticos.

A questão que precisa ser compreendida é qual o ponto de encontro entre os movimentos celebrados em Belém e Rio de Janeiro. Ou, de outra maneira, como se viabilizava o culto de Lauro Sodré.

Nesse ponto preciso lembrar com perdão da repetição, se houver, as considerações de três autores que procuraram observar essa dimensão de devoção que havia entorno do senador paraense.

O primeiro deles foi Octávio Meira, autor de *A Primeira República no Pará*, segundo o qual durante toda a vida Lauro Sodré havia representado o papel de apóstolo, “que nada queria para si, mas para as ideias que lançava sobre as massas”. Essa postura e a sua cultura erudita o teriam transformado em um ídolo tão sábio quanto difícil de compreender⁴⁶¹.

Ricardo Borges, por sua vez, procurou chamar atenção para o fato de que a idolatria à Lauro Sodré se restringia apenas a uma parcela da população mais afeiçãoada ao político. Para

⁴⁶¹ MEIRA, Octávio. Op. Cit., 1981, p.75.

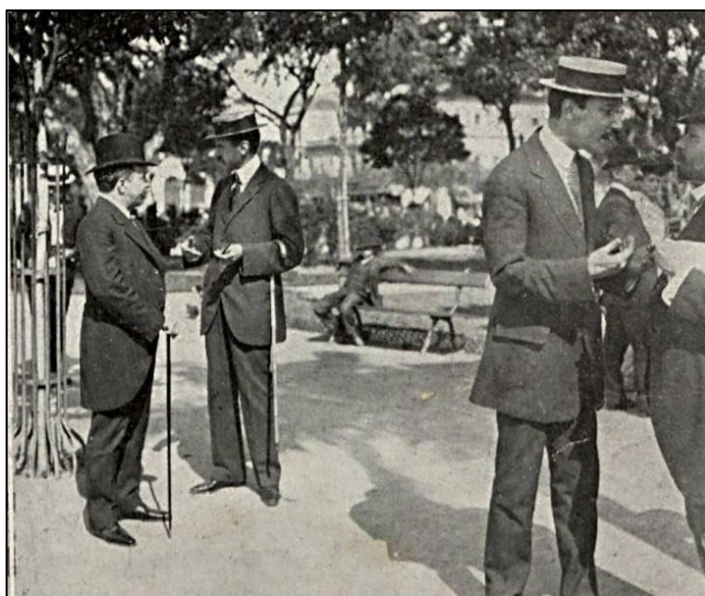
estes, Sodré não teria qualquer responsabilidade sobre os excessos de gastos públicos, empastelamento de jornais ou quaisquer outros pontos questionáveis de suas administrações, sendo sempre reputado como o mais digno dos governantes, o que se expressava pelos dizeres de época “puro como Lauro” e “ímpoluto como Lauro”⁴⁶².

Borges também é o primeiro autor a chamar atenção para o papel decisivo que o jornal *Folha do Norte* teve na manutenção da força do senador militar no Pará, destacando os combates travados por Cypriano Santos e Paulo Maranhão contra a oligarquia *lemista* ao longo dos muitos anos em que Lauro Sodré ficou ausente do Pará⁴⁶³.

Essa tese também é sustentada por Carlos Rocque, para quem Lauro Sodré escapou do ostracismo completo no Pará apenas por causa da *Folha do Norte* e do radicalismo de um pequeno grupo de correligionários⁴⁶⁴.

Desta forma, teríamos 3 elementos importantes para pensar a devoção em torno do senador militar: a erudição de Lauro Sodré, a defesa e propaganda que dele fazia a *Folha do Norte* e a ação dos chamados *lauristas*. Convém observar, no entanto, que estes autores pensavam a questão apenas em termos estaduais, querendo explicar a colocação e a representatividade de Lauro Sodré no Pará.

Imagem 58 - Lauro Sodré e Edmundo Bittencourt, 1909



Fonte: FON-FON! Rio de Janeiro, 17 de julho de 1909, p.8.

⁴⁶² BORGES, Ricardo. Op Cit., 1983, P.90-91.

⁴⁶³ Id. Ibid. p.121.

⁴⁶⁴ ROCQUE, Carlos. “Lauro Sodré, o estadista”. Op. Cit., 1984, p.42 e 48.

Para uma visão mais ampla e que também englobe a cena da capital da República, seria importante colocar o jornal carioca *Correio da Manhã* ao lado da *Folha do Norte* e Edmundo Bittencourt (*Imagem 58*) junto de Cypriano Santos como os principais entusiastas e apoiadores de Sodré na imprensa. Afinal, a folha carioca não apenas bancou a candidatura de Sodré à senatoria pelo Distrito Federal em 1903, como evitou condenar de forma contundente a sua participação na insurreição militar de 1904 e prestou apoio aos movimentos que tentaram lançar a candidatura do paraense para a Presidência da República em 1906 e 1914.

Da mesma forma seria possível relacionar a ação apaixonada dos *lauristas* com os jovens e velhos militares, conforme salientou Pinto da Rocha, que se identificavam com o perfil político de Lauro Sodré e por ele se sentiam representados no Senado Federal. Também deve entrar neste grupo de apoiadores a parcela de membros da maçonaria que, mesmo não querendo fazer política, muitas vezes saíram de suas oficinas tanto em Belém como no Rio de Janeiro para prestar apoio ao seu grão-mestre em questões completamente políticas e externas à instituição. Sem falar nos membros do *Grêmio Paraense* que acompanhavam todos os passos de Lauro Sodré no Rio de Janeiro e lhe rendiam honras públicas sempre que tinham oportunidade.

Desse ponto de vista, é possível perceber que mesmo distante do Pará, Lauro Sodré contou com uma ampla rede de apoiadores que, não raro, destinava a ele uma devoção muito parecida com aquela que ele encontrava em solo paraense. Até mesmo a ideia de pureza atribuída ao senador não era uma exclusividade da cena estadual. Satirizando o cenário político nacional, em 1907, a revista *Fon-Fon* (*Imagem 59*) divertiu o seu público ao afirmar que a seção de química do Laboratório Municipal de Análises iria, a pedido dos jornais de oposição, investigar a reputação de algumas personalidades políticas a partir da quantidade de “ácido sulfuroso”. As estimativas iniciais apontavam para os seguintes dados:

Imagem 59 - Sátira da Revista *Fon-Fon!* - 1907

MARCAS	Quantidade analysada	Acido sulphuroso
Pinheiro Machado.....	2 gottas	2, k. 725
General Glycerio.....	1 gotta	5, k. 937
Miguel Calmon.....	1 garrafa	0, grs. 18
Lauro Sodré.....	1 tonel	Impolluta!

Fonte: FON-FON. Rio de Janeiro, 25 de maio de 1907, p.12.

A relação entre a apregoada pureza de Lauro Sodré e os jornais oposicionistas tanto indica o segmento onde o senador paraense costumava ser reverenciado quanto a aproximação entre as realidades de Rio de Janeiro e Belém, onde circulavam as folhas de Edmundo Bittencourt e Cypriano Santos.

No caso específico do Pará é importante perceber ainda que embora o afastamento de Lauro Sodré entre 1900 e 1911 pareça, de fato, um abandono aos correligionários, como sugerem Borges e Rocque, ele favoreceu o processo de mitificação da imagem de do senador militar. Retirado do cotidiano paraense e ao mesmo tempo nele presente pela ação da *Folha do Norte* e dos correligionários do PRF que o prestigiavam como chefe, Lauro Sodré tornou-se para os seus admiradores uma espécie de herói ausente que todos desejavam reencontrar.

Contudo, não desprezando os apoiadores diversos que Lauro Sodré tinha na imprensa e fora dela, é preciso considerar também os seus próprios investimentos para ser reconhecido da maneira que era. Consigo observar dois tipos de performances muito bem definidos em sua prática social: o autoelogio e a composição estética.

O primeiro deles passa diretamente pela questão da erudição e pela intelectualidade que o distinguia. E, mais ainda, pela forma com que exercitava esse capital cultural. Diversos autores e textos de época o descrevem como introvertido e reservado. O que, juntamente com a sua insistente pregação positivista, deve ter servido para reforçar a feição de apóstolo que ele assumiu. Fato é que não falava em qualquer lugar ou circunstância. Tinha preferência por tudo o que era formal, protocolar e cerimonioso. Nestes espaços ele se autoafirmava e mantinha a simpatia de seus seguidores principalmente através do discurso falado e do escrito. Talvez, mais o primeiro que o segundo. Mas, em ambos os casos, suas falas eram autorreferenciais.

Lauro Sodré não apenas tinha por hábito citar os seus próprios artigos e livros como fazia questão de relatar as suas experiências pregressas e salientar seus principais feitos de estudante, republicano histórico e homem de governo. Isso imprimia em suas colocações orais e escritas não apenas um tom pessoal, mas de autoelogio. Fosse em um documento do Senado Federal, do Governo do Pará ou do Grande Oriente do Brasil, Lauro Sodré se colocava no discurso e colocava também a miríade de autores que referenciavam o seu pensamento intelectual.

Positivista que era, acreditava que alguns indivíduos cumpriam o importante papel de guiar o povo no processo evolutivo pelo qual tinham que eventualmente passar, como teriam feito Augusto Comte e Benjamin Constant e como ele próprio desejava fazer. Daí o empenho para convencer que estava à altura do papel.

Desta forma, considerando o amplo contexto de analfabetismo que acompanhava o Brasil naquele período, a observação de Octávio Meira quanto a dificuldade de compreensão das elucubrações filosóficas de Lauro Sodré parece correta. Porém, é preciso distinguir o texto escrito do falado. Em geral, os artigos e livros de Lauro Sodré, bem como os seus pronunciamentos e documentos de governo são significativamente mais complexos e difíceis de ler. Mas, eles não eram destinados ao grande público e sim a outros políticos, intelectuais, jornalistas e estudantes. Os discursos pronunciados em cerimônias, sessões cívicas ou eventos políticos, por sua vez, apesar de levarem a marca cientificista e positivista que acompanhava o senador militar, eram estruturados de forma mais simples, de modo a soarem inteligíveis para os mais diversos sujeitos que o acompanhavam. Como aconteceu, por exemplo, na cerimônia realizada em memória de Floriano Peixoto, em 1902, quando Sodré fez famoso discurso:

A República não pode ser isso que aí está, uma casa de negócios em que há tarifas para as consciências. Pairam no ar grandes ameaças. É necessário que a verdade seja dita. A República, devido aos governos que temos tido, tem se revelado incapaz de corresponder aos nossos ideais, tem de tal modo mentido às nossas esperanças, que há quem olhe para o passado e levante a ideia infeliz da restauração monárquica. [...] Tenhamos fé, porém, que havemos de caminhar e vencer, enquanto em nós perdurar o espírito de Benjamin Constant. Nós lutaremos por esta fé e havemos de vencer [...] Cidadãos brasileiros, ponhamo-nos de pé, em defesa da Pátria; republicanos, em luta pela vitória da República⁴⁶⁵.

Discursos como este, que apelavam mais para o sentimento patriótico e para a insatisfação frente às ações dos governos republicanos, tendiam a ser compreendidos sem muita dificuldade pelos ouvintes. Além do que projetavam Sodré como líder ou representante de uma causa que a muitos parecia digna. Edmundo Bittencourt, por exemplo, reagiu a este pronunciamento dizendo que não fosse o torpor da mocidade, a República não estaria entregue nas mãos de exploradores quando no Brasil existiam republicanos de clássica pureza, dentre os quais Lauro Sodré⁴⁶⁶.

Quero com isso dizer que existiam estratégias de moderação e adequação do discurso que tornavam a comunicação de Sodré, com os mais variados públicos, não apenas possível, mas eficaz em termos de mobilização. Embora os seus textos mais conhecidos, como *Crenças e Opiniões* ou *Palavras e Actos*, apresentem um teor fortemente acadêmico e de apologia do positivismo, é preciso ter claro que Lauro Sodré era um político e não apenas um intelectual. A comunicação era um traço essencial do seu ofício. Neste sentido, as marcações

⁴⁶⁵ O PAIZ. Rio de Janeiro, 30 de junho de 1902, p.2.

⁴⁶⁶ CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 11 de julho de 1902, p.1.

autorreferenciais de suas falas ajudavam a reforçar e difundir a ideia de que ele era, em primeiro lugar, um bom político e, em segundo, um político distinto, interessado em princípios e causas elevadas.

O segundo tipo de performance de que Lauro Sodré se valia para favorecer a sua imagem de homem público está relacionado à compreensão e manipulação dos elementos estéticos que compunham a prática política na capital da República nas primeiras décadas do século XX.

Retomo aqui o debate sobre a circulação das revistas ilustradas da capital da República. Sobretudo, no que diz respeito ao uso das fotografias. De modo semelhante ao que acontecia com as charges e caricaturas, elas também ajudavam no processo de comunicação com o público não letrado. Além disso, paulatinamente ajudavam a propalar as modificações urbanas e as impressões de progresso características da época⁴⁶⁷.

Penso, no entanto, que o impacto do registro fotográfico seja distinto ao dos desenhos artísticos e humorísticos, pois, diferente daqueles que se propõe ao riso e à aproximação livre de pessoas e situações, a fotografia se projeta como representação verdadeira da realidade, exigindo, aparentemente, menos interpretações.

Peter Burke chamou atenção para algumas das particularidades que compõem o domínio visual. Em primeiro lugar, ele reiterou que as imagens tornam possível o conhecimento de experiências e saberes não verbais das culturas do passado. Por outro lado, afirmou também que os historiadores não deveriam se limitar a usar as imagens como testemunho do passado em sentido estrito. Posto que, as imagens são uma forma de documento histórico que refletem um testemunho ocular. Um testemunho silencioso e de difícil tradução⁴⁶⁸.

Independentemente de sua qualidade estética, qualquer imagem pode servir como testemunho histórico. Mas, não se pode acreditar que artistas e repórteres teriam um “olhar inocente”, no sentido de uma atitude totalmente objetiva e livre de expectativas e prejuízos de todo tipo. Cada registro visual expressa um ponto de vista⁴⁶⁹.

Neste sentido, é preciso estar atentos às possibilidades de propaganda e de lançamento de visões estereotipadas do outro nas imagens e, de quebra, não ignorar a importância das convenções técnicas ou plásticas na elaboração dos registros visuais.

⁴⁶⁷ ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Op. Cit. 2008, p.76.

⁴⁶⁸ BURKE, Peter. *Visto y no visto: el uso de la imagen como documento histórico*. Barcelona: Crítica, 2005, p.19.

⁴⁶⁹ Id. Ibid. p.24.

A tentação de se tomar uma imagem por expressão da realidade é especialmente sedutora no caso das fotografias, afirma Burke. As fotografias passaram a ser usadas como testemunho de autenticidade ou, no dizer de Roland Barthes, de “efeito de realidade”. Neste sentido, a fotografia, quando comparada à narração, tende a ser considerada objetiva enquanto a segunda ganha status de subjetiva. Burke fala de casos, por exemplo, de fotografias feitas para fins publicitários, com o objetivo de despertar a simpatia do público. Fora que, o uso de determinadas técnicas, como as fotos em preto e branco ou de colocação sépia, podem transmitir intencionalmente determinadas sensações. Diante disso ele afirma que a fotografia também transmite uma mensagem e que os fotógrafos selecionam os aspectos do mundo real que vão retratar. Por essa via, não se dúvida que as fotografias sejam valiosas como testemunho da cultura material do passado. Mas, é preciso que se entenda que a câmera está sempre sujeita à uma pessoa e que os fotógrafos se distinguem entre si em termos de interesse e opinião. De modo que, a crítica das fontes continua sendo fundamental⁴⁷⁰.

Analisando as fotografias publicadas originalmente na *Careta*, Cláudio de Sá Machado Júnior apontou questões semelhantes. Segundo este pesquisador, as revistas ilustradas, de modo geral, “definiram um novo padrão de visualidade das práticas sociais e da cultura urbana no cotidiano do Rio de Janeiro”. Dessa maneira, para se compreender os códigos culturais impressos nas fotografias, seria preciso considerar estas mesmas fotografias como índices das novas práticas sociais das elites e das camadas médias urbanas que tentavam se apresentar como a população propriamente dita da capital do país. Tais práticas servem para “pensar as formas de representação destes grupos através da mediação dos fotógrafos e revistas ilustradas como instâncias produtoras de significados sociais”, haja vista o interesse consciente ou não de se comunicar valores e fazer reivindicações sociais⁴⁷¹.

As fotografias, em certo sentido, podem expressar elementos desse pertencimento grupal. “Nas fotografias imprimem-se indícios de costumes, de formas de comportamento e de traços culturais em geral, que determinaram as maneiras pelas quais determinados grupos sociais buscaram representar visualmente pessoas e ambientes diversos”⁴⁷².

Roupas, cenários, posturas, tudo ajuda a pensar acerca dos padrões sociais com os quais determinadas pessoas ou grupos poderiam estar vinculados. Por esta via, para pensar o posicionamento de Lauro Sodré neste mundo estético é preciso ter claro, como assinalou

⁴⁷⁰ Id. Ibid. p.27, 28 e 30.

⁴⁷¹ MACHADO JÚNIOR, Cláudio de Sá. Fotografias e códigos culturais: representações da sociabilidade carioca pelas imagens da revista *Careta* (1919-1922). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006, p.28.

⁴⁷² MACHADO JÚNIOR, Cláudio de Sá. *Op. Cit.*, 2006, p.12.

Machado Júnior, que as elites políticas e intelectuais do Rio de Janeiro pretendiam oferecer uma imagem de cidade moderna e uma credibilidade necessária para atrair investimentos. “Dessa forma, procurou-se anular qualquer manifestação de cunho popular que ameaçasse corromper a imagem civilizada do Brasil que se desejava projetar no exterior”⁴⁷³.

O ato fotográfico tornou-se um componente da dinâmica social, “visto que todos aqueles que desejaram dar-se a ver e mobilizaram-se para deixar-se registrar pela máquina fotográfica, visaram, posteriormente, a promoção de suas imagens vinculadas à circulação dos produtos da imprensa de revistas”⁴⁷⁴.

Imagem 60 - “O Sr. Tenente Coronel Lauro Sodré, senador pelo Distrito Federal”



Fonte: FON-FON! Rio de Janeiro, 06 de julho de 1907, p.21.

Como se pode verificar nas *Imagens 60* e *61*, Lauro Sodré não escapou da moda fotográfica. Nos dois retratos, divulgados em épocas distintas na revista *Fon-Fon!* e n’*O Malho* respectivamente, a composição é basicamente a mesma: Sodré, o senador militar, usa trajes civis e sociais, com destaque para a sobrecasaca, a cartola e a bengala. É “flagrado”, ora sozinho, ora acompanhado de parte da família, andando pelas ruas do Rio de Janeiro e sendo casualmente apanhado pelas lentes dos fotógrafos. O tom do traje de Lauro Sodré detona certa seriedade e a caracterização da esposa e do filho, no último caso, reforçam a percepção da

⁴⁷³ Id. Ibid. p.32-33.

⁴⁷⁴ Id. Ibid. p.48.

elegância como traço familiar. Tudo parece estar no seu lugar, inclusive o bigode de Lauro Sodré.

Matéria da mesma revista *Fon-Fon!* chamava atenção neste período para a “americanização” dos gestuais políticos no Brasil e, neste sentido, da adoção do uso do bigode. Na primeira década do século XX, a barba estava em extinção, apenas os mais velhos a utilizavam. Imberbes, no Senado, dizia a revista, não havia nenhum. Apenas Sá Peixoto fizera tentativa de retirar o bigode, mas teria sofrido os protestos da casa política e declinaro do visual. Dessa forma, com o simples bigode, Lauro Sodré se colocava naquele momento no grupo dos senadores mais novos e que se pretendiam modernos⁴⁷⁵.

De maneira que, as referidas imagens são veiculadas como testemunhos fidedignos do passado. Mas, escondem lógicas sociais e o esforço pela manutenção de padrões estéticos que, em certo sentido, retiram o elemento instantâneo dos registros mais casuais que se publicavam nas revistas ilustradas. Afinal, tudo aquilo que se captava era fruto de uma escolha anterior. Neste sentido, as fotografias cumpriam o papel de informar sobre a realidade, mas, ao mesmo tempo, a deformavam pelo recorte, por serem registros parciais e não conseguirem captar tudo.

Imagem 61: “Aspectos cariocas” – Lauro Sodré e família



O senador Dr. Lauro Sodré, sua esposa e um filho, passeiando na Avenida Central

Fonte: O MALHO. Rio de Janeiro, 19 de março de 1910, p.12.

⁴⁷⁵ FON-FON! Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1907, p.19.

As imagens têm por objetivo comunicar, mas são irremediavelmente mudas. E mesmo quando vêm acompanhadas de legendas, como no caso da *Imagem 61*, elas dizem mais sobre o olhar de quem as fotografou ou legendou do que exatamente sobre a realidade.

Além destes, outros inúmeros materiais visuais sobre Lauro Sodré, talvez ainda mais sofisticados ou plásticos, podem ser extraídos das revistas ilustradas. Porém, penso não ser necessário mais que isso para apontar o desejo que o senador tinha de ser retratado de uma dada maneira por estas publicações. E, na medida em que se preparava para isso, manifestava a intenção de manipular as variáveis ao seu favor. Comunicar de uma forma não verbal era parte do jogo político e Lauro Sodré cuidava para ser percebido com altivez.

Nesse ponto, retomo a análise de Peter Burke. Segundo ele, não se deve considerar o retrato como uma representação exata, modelar. Primeiro porque o retrato é um gênero pictórico elaborado a partir de convenções que se alteram lentamente ao longo do tempo. As poses, os gestos, os objetos e todos os acessórios utilizados para compor a cena seguem um esquema mais ou menos pré-concebido e muitas vezes estão carregados de significado simbólico. Segundo porque as convenções fazem com que os sujeitos sejam apresentados de determinada forma, geralmente, uma forma favorável. Assim, o retrato não seria um espelho da realidade, mas uma forma simbólica de apreendê-la⁴⁷⁶.

No caso de Lauro Sodré, por exemplo, não devem passar despercebidos os lugares sociais que ele ocupava. Como militar, político, intelectual e morador da capital da República, ele estava situado em uma esfera social onde a ideia de progresso colocava-se de modo impositivo. E, como indicou Nicolau Sevcenko, a ideia obsessiva de progresso que caracterizou os primeiros tempos republicanos era, na realidade, uma versão prática do conceito de civilização⁴⁷⁷.

Nesse sentido, parece ser plausível propor que Lauro Sodré buscava controlar a representação de si veiculada nos impressos ilustrados, fosse pela escolha das vestimentas e acessórios, pela mediação feita com os fotógrafos ou, simplesmente, pelo deixar-se fotografar em determinados lugares e circunstâncias.

Era preciso mostrar-se ao público pronto e “civilizado”. Mas, nada era natural, nem mesmo o lugar do “clique casual” ou a posição tomada pelo fotógrafo no instante da captura da imagem. Fazia sentido, por exemplo, tomar Lauro Sodré em ângulo aberto na Avenida Central (*Imagem 61*), atraindo olhares de curiosos e andando altivamente no mais moderno

⁴⁷⁶ BURKE, Peter. Op. Cit. 2005, p.31.

⁴⁷⁷ SEVCENKO, Nicolau. Op. Cit. 2003, p.41.

reduto carioca. Porém, não sendo este o caso, talvez se tornasse mais interessante diminuir o ângulo e tomar Lauro Sodré praticamente imóvel, quase posando (*Imagem 60*). Nesse último caso, Lauro Sodré é o único ponto que se quer registrar. Não importa o lugar, tão pouco os transeuntes. O registro fotográfico está contido nele.

Analisando a construção da imagem pública de Antônio Lemos, Maria de Nazaré Sarges observou que para que para transmitir a ideia de devoção ao trabalho que interessava ao velho intendente era necessário primeiramente cuidar para que as representações sociais não destoassem do que se queria mostrar. Em outras palavras, os retratos deveriam servir para reforçar a “civilidade”, o estilo e a elegância e, neste sentido, transformava-se em instrumento de visibilidade de traços de distinção e liderança⁴⁷⁸.

No caso de Lauro Sodré, o caráter distinto e o papel de liderança eram reforçados em outros dois tipos de fotografias: os registros de discursos e dos embarques e desembarques do político paraense entre Belém e Rio de Janeiro.

No primeiro caso, procurava-se destacar o brilhantismo de orador de Lauro Sodré e o papel de protagonista que tinha em inúmeras cerimônias e espaços de sociabilidade. O que servia para apresentá-lo como sujeito ativo da cena republicana e, ao mesmo tempo, para marcar os seus elementos de elevação em relação aos demais personagens do campo político.

Imagem 62 - Lauro Sodré discursa em homenagem ao general Mena Barreto



Fonte: O MALHO. Rio de Janeiro, 03 de maio de 1911, p.15.

⁴⁷⁸ SARGES, Maria de Nazaré. Op. Cit. 2002, p.28.

Na *Imagem 62* é possível vê-lo entre civis e militares – ele, então coronel do Exército, vestido socialmente – discursando em homenagem ao general Mena Barreto em sessão da União Cívica Brasileira.

No segundo caso, a proposta das imagens já parte desse pressuposto de distinção e tenta convencer que Lauro Sodré era extremamente adorado por seu grupo de apoiadores e pelas camadas populares. A concorrência dos embarques e desembarques do senador militar serviria assim para demonstrar o tamanho de seu prestígio.

Na fotografia veiculada em *O Malho* de 19 de agosto de 1911 (*Imagem 63*) é possível observar Lauro Sodré em meio a civis e militares, homens em geral, jovens e velhos, alguns cercando o político paraense nas escadarias do Cais Pharoux, outros olhando de cima da mureta e esgueirados em postes, todos interessados em acompanhar o embarque do senador ao Pará. A foto não permite ver a extensão de pessoas presentes. Mas, na revista *Fon-Fon!*, na mesma data há uma imagem que capta a perspectiva contrária das pessoas presentes, indicando uma vasta quantidade de pessoas. Ambos os registros transmitem a ideia de que Sodré partia do Rio de Janeiro em meio às ovações de seus “amigos e admiradores” e, na legenda de *O Malho*, anunciava-se que o mesmo deveria acontecer em Belém. O que aponta tanto para a circularidade das notícias quanto para a correspondência dos movimentos de recepção ao senador.

Imagem 63 - Lauro Sodré embarcando para o estado do Pará, 1911



Fonte: O MALHO. Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1911, p.12.

A revista *Fon-Fon!* caminhava no mesmo sentido de deslumbramento diante das imagens estampadas em suas páginas assinalando os festejos oferecidos a Lauro Sodré em Belém. A multidão de pessoas nas ruas, algumas nas sacadas e ainda outras nos beirais dos casarões antigos da cidade causavam a mais profunda impressão (*Imagem 64*). E, para tentar explicar o que acontecia no estado nortista, surgiu a seção “O Pará em Foco”, esmerando-se em fortalecer a imagem popular de Lauro Sodré ao falar das “reminiscências” que sugeriam que aquela era uma tradição praticada, pelo menos, desde 1898⁴⁷⁹.

Imagem 64 - Recepção de Lauro Sodré em Belém, 1911



Fonte: *Fon-Fon!* Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1911, p.33.

A ênfase na quantidade de pessoas reunidas em torno de Lauro Sodré e o reforço textual de que se tratava de um quadro de verdadeira popularidade, vendia a impressão ao público leitor ou observador de que nenhum outro entendimento seria possível diante daquele registro visual.

Contudo, levando em conta o clássico estudo de Peter Burke sobre a fabricação da imagem pública do Rei Luís XIV⁴⁸⁰, seria possível afirmar que estes registros não estavam isentos de intencionalidade e que se originavam a partir da compreensão da lógica de

⁴⁷⁹ FON-FON! Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1911, p.38 e 14 de setembro de 1912, p.55.

⁴⁸⁰ De modo geral, em seu estudo Peter Burke fala da possibilidade de se pensar a construção da imagem pública de Luís XIV como mito, pelos conteúdos simbólicos que carregava, como teatralização, dado os rituais que circundavam o rei-sol, como drama humano, pela “projeção do eu” na vida cotidiana, e como representação, que diz respeito ao processo de emissão e recepção de imagens. C.f.: BURKE, Peter. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. 2º Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

comunicação existente no período e do desejo de marcar o modo pelo qual Lauro Sodré seria visto socialmente. Guardada as devidas proporções da época e do caso do “Rei sol”, a experiência histórica em torno do senador militar também pode ser pensada como a de “fabricação de um grande homem”, talvez nem tanto pela sofisticação e solidez do sistema de representação, mas fundamentalmente pelo civismo advindo dos pressupostos positivistas e pela movimentação de correligionários, artistas e intelectuais em reputarem Lauro Sodré como heroico e admirável. Imagem esta que ele próprio se esforçava por encarnar e difundir. Se Luís XIV era comparado a deuses e seres mitológicos, Sodré era elevado ao panteão dos grandes homens da humanidade, um verdadeiro e legítimo representante dos homens de Plutarco. Logicamente que o culto funcionava melhor entre os devotos. Mas, de modo geral, estas representações circulavam no imaginário coletivo da época com grande ajuda da imprensa ilustrada.

A impressão de grandiosidade de Lauro Sodré seria ainda mais reforçada pelos novos deslocamentos do senador militar em direção ao Pará em 1912 (*Imagem 65*) e 1916 (*Imagem 66*), quando o fim violento da querela histórica de *lauristas* e *lemistas* e as questões em torno da sucessão governamental agitaram principalmente a cidade de Belém.

Imagem 65 - Recepção de Lauro Sodré 1912



Fonte: Careta. Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1912, p.33.

Em 1915, o capitão do Exército Arthur Américo Cantalice, recém-saído do Pará, concedeu entrevista acerca dos negócios políticos da terra nortista ao *Jornal do Comércio*.

Perguntado pelo entrevistador se Lauro Sodré ainda contava com prestígio no Pará, respondeu da seguinte forma:

Se é certo que o Dr. Sodré tem prestígio no Pará? A sua pergunta é uma profanação. O que há no Pará, em relação ao Dr. Lauro Sodré, é mais que estima pública, é uma fervorosa idolatria. Quando ele ali chega, cinquenta mil pessoas vão ao cais recebê-lo. Há dois únicos acontecimentos que tiram de casa, assim em bloco, a população paraense: o círio de Nazaré e a chegada de Lauro Sodré. É inacreditável o sentimento de admiração do povo paraense pelo Sr. Sodré. É preciso ir ao Pará para senti-lo bem. Eu mesmo só o acreditei depois que pude constatá-lo pessoalmente. Não há homem público em Estado nenhum com a popularidade do senador paraense no seu⁴⁸¹.

O militar dizia não ter interesse nos negócios políticos paraenses, mas desejar, enquanto brasileiro, ver o estado governado por “um homem limpo”, honesto e bem-intencionado. Sua fala, além de reiterar a imagem de ídolo de Sodré entre os paraenses e patriotas, dos quais ele seria um, estabelece uma relação direta entre a procissão do Círio de Nazaré, festa religiosa católica que anualmente reúne milhares de pessoas nas ruas de Belém no segundo domingo outubro, e as chegadas de Lauro Sodré que, em tese, seria capaz de causar a mesma movimentação na cidade.

Imagem 66 - Solenidade de recepção a Lauro Sodré, 1916



Fonte: Coleção Joaquim Ferreira dos Santos Lavinthal/Biblioteca Nacional.

⁴⁸¹ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro. 14 de novembro de 1915, p.14.

Em 1916, Lauro Sodré desembarcou na capital paraense no dia 16 de outubro, uma semana depois do círio e um dia antes do seu aniversário. Nada era casual. Não se podia competir com a tradição religiosa, mas era possível se beneficiar do ânimo festivo da cidade e do próprio natalício do senador. Tudo cooperava para o propósito da festa.

Em um dos registros de época (*Imagem 66*), é possível visualizar o arco triunfal de madeira mandado erguer pelos comerciantes da capital⁴⁸². Instalado na rua Conselheiro João Alfredo, ele foi devidamente decorado para ocasião. No topo aparece o brasão da República e logo abaixo, em cada lateral, bandeiras do Partido Republicano Federal.

No centro do arco repousava a imagem de Lauro Sodré circundada pelas bandeiras do Brasil e do Pará e uma faixa de saudação dos seus correligionários da capital. No andar superior, alguns homens observando o movimento do entorno e, no inferior, muitas mulheres vestidas de branco, provavelmente destacadas para o cerimonial. Nas ruas uma quantidade muito grande de pessoas reunidas em uma eventual segunda-feira. Dado o contexto, é provável que esta tenha sido a maior de todas as celebrações feitas em desembarques de Lauro Sodré em Belém.

Considerando a circulação dessas imagens na capital da República, não fica difícil compreender a razão pela qual Lauro Sodré aparece nas charges e caricaturas das revistas ilustradas cariocas entre 1911 e 1912 como o herói e salvador do povo paraense⁴⁸³.

Contudo, não se deve esquecer, a fotografia é uma arte figurativa, menos realista do que parece. Mais que refletir a realidade social, ela a distorce, a partir das técnicas, intenções e interesses de quem as produz e divulga⁴⁸⁴.

Inegável que os embarques e desembarques de Lauro Sodré tenham sido concorridos e festejados, sobretudo em Belém. Mas nem todos acreditavam nessas fotografias como uma simples expressão da popularidade política do senador paraense e, pelo menos por um mandato, do Distrito Federal.

Na própria revista *O Malho* existem proposições que caminham em sentido contrário ao da idolatria à Lauro Sodré. Em 1916, por exemplo, a coluna “Na Bigorna” repercutiu com grande ironia a notícia de que Lauro Sodré teria sido alvo da maior manifestação já vista em Belém, com cerca de 30 mil pessoas. Para o autor da matéria, não identificado, eram os

⁴⁸² O ESTADO DO PARÁ. Belém, 24 de outubro de 1916, p.5.

⁴⁸³ Ver tópico 3.3

⁴⁸⁴ BURKE, Peter. Op. Cit. 2005, p.37.

mesmos 30 mil manifestantes alugados pelo general Thaumaturgo em Manaus. Ou seja, tudo não passava de um artifício para impressionar, como faziam tantos outros políticos⁴⁸⁵.

Negar a grande quantidade de pessoas nas celebrações a Lauro Sodré em Belém talvez seja exagero. Mas, pensar as lógicas políticas por trás das batalhas numéricas é importante. Neste sentido, Costa Rego, cronista da *Ilustração Brasileira*, escreveu um interessante artigo em 1914 sobre a dinâmica política brasileira. No trabalho, intitulado “Os partidos regionais ou pessoais”, o autor afirma que não havia ambiente no Brasil para a frutificação dos partidos nacionais ou federais, apenas para os partidos regionais. Isso porque os partidos regionais se formavam sempre em torno de pessoas, nunca de ideias. Em via de regra, uma liderança política se destacava, adquiria amigos e “esses amigos o acompanham em todos os transe da vida política e arrastam, por sua vez, outros amigos”, formando uma espécie de solidariedade amigável e uma associação que levava o nome do seu chefe e assumia caráter personalista.

Daí os “lemistas” e o “lauristas” no Pará; os accyolistas (de Thomaz Accioly) no Ceará; os rosistas (de Rosa e Silva) em Pernambuco; os maltistas (de Euclides Malta) em Alagoas; os severinistas (de Severino Vieira), os viannistas (de Luiz Vianna), os seabristas (de Seabra) e os marcellistas (de José Marcellino) na Bahia; como também existia o nilismo (de Nilo Peçanha) e o botelhismo (de Oliveira Botelho) no Rio de Janeiro; o silvianismo (de Silviano Brandão), o sallismo (de Francisco Salles) e o bernardismo (de Bernardo Monteiro) em Minas Gerais e, finalmente, o borgismo (de Borges de Medeiros) no Rio Grande do Sul. De acordo com Costa Rego, até na política federal o fenômeno poderia ser visualizado através da atuação de Pinheiro Machado.

O fenômeno explica-se. O chefe político que dá prestígio do seu nome para a constituição de um partido luta com uma arma decisiva: a da sua sedução pessoal, do seu modo de servir, do seu trato na sociedade, do jeito com que nas questões mais delicadas, procura transigir, para ter a oportunidade de, lisonjeando opiniões alheias, cultivando a vaidade de outrem, assegurar as suas dedicações mais firmes e irredutíveis.

Os chefes desses partidos, que já não ousaríamos chamar regionais, mas simplesmente pessoais, não devem ser nunca homens de ideias, mas homens de sociedade, com o hábito diplomático de atrair pelos seus sorrisos, sem hostilizar por meio das suas opiniões. A sorte do partido depende, nestas circunstâncias, de uma série de pequeninas coisas, que fazem a grandeza e a potência do chefe político, a saber: a visita à cabeceira de um enfermo, o telegrama de felicitações nos dias de festa íntima, a despedida a bordo ou na estação da estrada de ferro, o aperto de mão afetuoso, a saudação na rua, o convite para o almoço no restaurante, o charuto caro que se oferece, o lugar à direita no automóvel, o elogio discretamente feito a um terceiro, quando se tem a certeza de que esse terceiro o transmitirá ao homenageado, a referência no artigo de jornal ou no discurso, o ar prestativo, acolhedor, enfim, com que o chefe político se apresente sempre diante dos seus correligionários.

⁴⁸⁵ O MALHO. Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1916, p.24.

Nestas condições, o verdadeiro chefe, para bem chefiar, deve fingir-se escravo da vontade dos seus amigos, e a sorte do partido não depende, como se vê, senão de um contínuo esforço de lisonja, do cultivo incessante da vaidade humana⁴⁸⁶.

Deixando de lado, por ora, o debate central da argumentação de Costa Rego, sobre a tensão existente na relação dos partidos nacionais com os partidos regionais, torna-se possível pensar os festejos organizados em torno das partidas e chegadas de Lauro Sodré como parte dos “pequeninos nadas” do qual falou o cronista.

Ações, em geral, praticadas por correligionários que acabavam por lançar ou potencializar o elemento distintivo dos pretensos chefes políticos. No caso de Lauro Sodré, por exemplo, não deve passar despercebido que suas visitas ao Pará eram antecedidas pela escolha de uma comissão entre os membros do seu partido que ficava encarregada de organizar e preparar os festejos da recepção e que a ela se associavam alguns segmentos sociais e órgãos de imprensa. De maneira que, havia uma evidente dimensão política e partidária nos embarques e desembarques de Lauro Sodré. É muito provável que nem todos os presentes nessas reuniões fossem correligionários de Sodré. Mas, agregar e aumentar o número dos espectadores fazia parte do jogo, assim como registrar sob determinados ângulos aqueles eventos fugazes e, de algum modo, eternizá-los nas páginas dos principais periódicos do Pará e do Brasil.

A argumentação de Costa Rego se mostra interessante também por relativizar o protagonismo dos “grandes homens” da Primeira República. Nestes termos, a originalidade de um Antônio Lemos ou de um Lauro Sodré não estaria necessariamente contida em suas qualidades pessoais, mas no modo como conseguiam atrair e liderar considerável número de correligionários, por vezes, tendo que se sujeitar e administrar caprichos e vaidades alheias. De modo que, não seria exagero afirmar que as publicações dos registros fotográficos das chegadas e partidas de Lauro Sodré cumpriam um duplo propósito: primeiro, de solidificar a imagem pública de Lauro Sodré enquanto político adorado pelas massas populares; segundo, de criar ou reforçar vínculos políticos e sociais que eram importantes não apenas para o senador militar, mas para todos aqueles que se beneficiavam ou podiam se beneficiar do seu prestígio e poder. Embora o primeiro sentido pareça mais saliente nas fotos, o segundo era essencial para que o culto cívico direcionado a Sodré pudesse ocorrer, não apenas em Belém, mas a nível nacional.

⁴⁸⁶ A ILLUSTRAÇÃO BRAZILEIRA. Rio de Janeiro, 01 de agosto de 1914, p.280.

A política republicana estava atrelada às práticas clientelistas e, para viabilização de interesses pessoais ou partidários, é que se buscava mobilizar as massas, ainda pensadas como elemento acessório, sem rosto nem identidade. Neste sentido, não se deve perder de vistas os interesses por trás da personalidade de Sodré. Nem todos os seus seguidores acreditavam em sua pregação positivista, nem todos estavam interessados na presença militar na política e nem todos eram realmente comprometidos com as suas bandeiras de civismo e instrução. Mas, muitos se interessavam pelo poder. Por isso, quando o *laurismo* passou a dominar o estado as tensões internas do grupo aumentaram.

Por fim, vale ressaltar que os embarques e desembarques de Lauro Sodré também viraram algo de outro tipo de registro ainda mais pioneiro que a fotografia: o cinematográfico.

O historiador Pere Petit relata que Ramón de Baños, pioneiro do cinema mudo espanhol, viveu em Belém entre 1911 e 1913 e, neste período, produziu cerca de 30 filmes documentários, a maior parte deles destinados a *The Pará Films*, a primeira produtora de filmes e documentários da cidade, dirigida por Joaquim Llopis. A primeira sessão cinematográfica exibida pela dupla em Belém teria ocorrido no Teatro Odeon, em 10 de novembro de 1911, e contado com a película “O embarque do eminente Dr. Lauro Sodré”, um registro do retorno do senador paraense ao Rio de Janeiro naquele mesmo ano⁴⁸⁷.

Além da produção de setembro de 1911, Baños documentou também a “Chegada a Belém do Dr. Lauro Sodré” de 1912 e dirigiu os documentários “Os sucessos de Maio” e “Os sucessos do 29 de agosto”, revoltas populares que acabaram provocando o incêndio do jornal *A Província do Pará* e o exílio de Antônio Lemos. Por esta via, trabalhando com a documentação do *Arquivo Ramón de Baños* da Filmoteca de Catalunha (Barcelona), Pere Petit transcreve o trecho de uma interessante carta enviada por Baños em 24 de agosto de 1912 aquela que seria a sua futura esposa, Rosa Argentó (Rosita). Nela, é possível minimamente identificar como o produtor pensava a realização de mais uma obra relacionada à figura de Lauro Sodré que estava prestes a executar, haja vista que a carta fora redigida aparentemente na véspera da filmagem.

No excerto, Ramón de Baños começa dizendo que o dia seguinte seria um grande dia para ele, o dia da chegada do “Dr. Lauro Sodré”. Ele conta que estava oficialmente encarregado pela “Comissão Política” de fazer um filme na ocasião. Seu serviço começaria às seis da manhã e não teria hora para terminar. Tinha um automóvel a sua disposição e uma

⁴⁸⁷ PETIT, Peri. “Ramon de Baños, um pioneiro do cinema catalão em Belém do Pará nos tempos da borracha (1911-1913)”. In: *O olho da história*, n.15, Salvador (BA), 2010, p.4.

bandeira com o dizer “Serviço Cinematográfico” para ter acesso a todos os lugares dos quais achasse pertinente filmar. Baños relata que havia uma grande expectativa dos empresários de cinema de Belém pela película. Tanto que teria sido pressionado em algumas ocasiões. Por fim, termina dizendo que enviaria uma cópia do filme para o Rio de Janeiro e que a companheira não poderia imaginar como o povo idolatrava o “bom senhor” Lauro Sodré. E resume: “é uma loucura”, associando-o a figura do Cristo⁴⁸⁸.

Das colocações de Ramón Baños é possível fazer algumas observações. Primeiro, havia uma expectativa pela chegada de Lauro Sodré. Uma expectativa que poderia ser vivida por Baños de modo diferente daquela nutrida pelos correligionários de Sodré. Afinal, ele era o responsável oficial pelo registro oficial do evento e, nesta condição, tinha que se preocupar com questões de ordem técnica que, sem exagero, não diriam respeito a mais ninguém. Segundo, havia também toda uma organização e um evidente direcionamento político que pensava tanto o desembarque de Lauro Sodré quanto o produto da filmagem de Ramón de Baños através de uma lógica própria. Nada muito estranho ao campo político republicano, habituado a se apropriar de manifestações artísticas e transformá-las em instrumento de produção de hegemonia⁴⁸⁹. Terceiro, além da dimensão artística e política, havia ainda a conotação popular. Embora tivesse sido contratado para realizar um trabalho profissional, Baños não ignorava o sentido que o evento teria para parte da população paraense. Não é possível saber se ele tinha a exata clareza de que a sua obra poderia referendar estas percepções. Ainda assim, é inegável que existissem interesses contrários, complementares e contraditórios atuando nos bastidores da produção de Baños.

Sem desconsiderar as possíveis simpatias políticas de Ramón de Baños ou mesmo de Joaquim Llopis para com Lauro Sodré, Pere Petit acredita que o principal interesse de se vincular as atividades da *Pará Films* ao grupo “laurista” tenha sido econômico. Em um momento de queda da popularidade de Lemos e elevação da influência de Sodré, a aproximação poderia ter sido uma tentativa de se ampliar os negócios comerciais em torno do universo cinematográfico⁴⁹⁰. De uma forma ou de outra, a câmera do documentarista não se distinguiria da do fotógrafo. Ambas estariam contaminadas pela forma de olhar, pelos interesses e motivações de quem as manuseava. Uma pena é que a sua obra ou “distorção” tenha se perdido. Do contrário, teríamos mais elementos para descortinar as tramas passadas.

⁴⁸⁸ Id. Ibid. p.9.

⁴⁸⁹ FARIAS, William Gaia. Op. Cit. 2016, p.52.

⁴⁹⁰ PETIT, Peri. Op. Cit. p.11.

Pois bem, importa agora amarrar os nós. No que diz respeito às motivações que levavam as pessoas a seguir, se aglomerar e idolatrar Lauro Sodré é praticamente impossível saber ao certo, uma vez que a questão adentra o terreno do subjetivo. O que seria possível afirmar basicamente é isto: a motivação tendia a ser pessoal. Alguns deveriam se identificar com o intelectual positivista e seus propósitos de instrução e ciência. Outros haveriam de se reconhecer na fala patriótica, moralista e cívica. Muitos militares o apoiavam pelas próprias questões da caserna. Alguns tinham interesses políticos e pessoais. Muitos maçons compraram o discurso de uma maçonaria forte do ponto de vista político-social e resolveram sair das oficinas, assim como alguns compraram o discurso insurrecional e subversivo. Certos apoiadores pertenciam ou haviam pertencido ao Grêmio Paraense. E havia ainda espaço para os amigos legais e os simples curiosos. Enfim, as motivações poderiam ser as variadas possíveis porque Lauro Sodré tinha muitas facetas e todas elas atravessavam as suas vivências de sociabilidade e política.

No entanto, para ser validado como chefe político ou mesmo como ídolo, Lauro Sodré precisou sistematicamente cuidar de sua imagem pública ou, de outro modo, fazer com que lhe enxergassem como liderança segura e capaz. Fez isso principalmente pelo discurso – falado e escrito – e pela adoção de padrões estéticos que ora serviam para reforçar os seus conteúdos verbais, ora para demonstrar domínio sobre mecanismos de representação social. Além disso, buscou estrategicamente ocupar espaços para além do meio político institucional e partidário. Colaborou na imprensa, participou de associações e clubes, escreveu livros e artigos, discursou em inúmeras solenidades e cerimônias. Dessa forma, conseguiu se projetar e notabilizar no Pará, na capital da República e em muitos outros lugares do Brasil.

A partir disso, foi possível encontrar uma ampla rede de apoiadores constituída de militares e civis que, por motivos diversos, como salientado anteriormente, consagraram ao político paraense homenagens, esforços, entusiasmos, radicalismos e devoção, fazendo surgir uma espécie de culto cívico e político que acompanhou Lauro Sodré por muitos anos de sua vida pública. Ele, que acreditava e pregava o culto aos heróis pátrios, teve a sorte de experimentar isso em vida pelas mãos dos que o elegeram não apenas um senador militar, mas um herói particular.

CONCLUSÃO - O LUGAR DE LAURO SODRÉ NA MEMÓRIA E NA HISTÓRIA

Ao analisar a trajetória de Lauro Sodré foi possível perceber que boa parte dos estudos historiográficos dedicados ao período republicano quando precisam fazer referências ao senador militar se apoiam ainda em trabalhos publicados por estudiosos e intelectuais que mantiveram algum nível de proximidade com o próprio Sodré ou que o abordaram mais livremente em pequenos textos biográficos. Elemento este que, se não invalida a contribuição destas importantes obras referenciais, implica no reconhecimento de suas limitações.

Dessa maneira, pela repetição das informações oferecidas pelos trabalhos memorialistas e enciclopédicos, tornou-se quase consensual pensar Lauro Sodré em função da propaganda republicana, do positivismo, do primeiro Governo no Pará, da disputa com Antônio Lemos e da Revolta da Vacina. O que acabou por gerar a falsa impressão de que não havia mais nada a se dizer sobre ele. Por isso, não raro, Lauro Sodré costuma aparecer como elemento secundário nos trabalhos acadêmicos que tratam da Primeira República, como uma peça que ajuda a explicar a razão de ser da sociedade do final do século XIX e início do XX e não mais que isso.

Ao longo deste trabalho procurei adotar outra perspectiva. Pensando Lauro Sodré como sujeito histórico ausente, apesar de todo o seu “renome” historiográfico, quis tratá-lo como um “ilustre desconhecido”, alguém de quem se ouve falar de modo distante e não se tem a confirmação exata da veracidade ou consistências das informações. Neste sentido, na medida em que duvidava da imagem cristalizada e decidia saber mais sobre esta figura do passado, percebi que pouco se sabia sobre a sua atuação senatorial. E resolvi fazer disso uma possibilidade de pesquisa e reflexão.

Obviamente, após os 3 capítulos que compuseram esta tese, terá sido possível perceber que a história da atuação senatorial de Lauro Sodré tem muitos fios para serem puxados. De modo simultâneo, ela diz respeito ao processo que o habilitou a pleitear o lugar de senador, ao campo político paraense, à vivência no Palácio Conde dos Arcos, ao funcionamento do legislativo republicano, aos temas de predileção do senador, à colocação de Sodré no campo político carioca, à constituição de bases políticas e eleitorais, aos espaços de sociabilidade que o político paraense frequentava e tantas outras questões.

A narrativa aqui apresentada, fruto de um longo e as vezes penoso processo de pesquisa, tenta dar conta deste enredo. Talvez pudesse explorar melhor certas temáticas ou utilizar outras ferramentas analíticas. Mas, quero crer, e os eventuais leitores poderão avaliar, que ela consegue dar sentido a um amplo conjunto documental que se encontrava disperso e,

consequentemente, propor uma interpretação acerca dos elementos individuais, plurais, contraditórios e relacionais que perpassaram a experiência política daquele que fora chamado em seu próprio tempo de senador militar.

Considerando a sociedade, o presidente da República, as tensões eleitorais, o Estado, as polarizações políticas, os embates entre conservadores e progressistas que temos neste momento no Brasil, a experiência histórica em torno da figura de Lauro Sodré me parece bastante relevante para pensar o modelo de República que temos e, sobretudo, o lugar dos militares na política.

Neste sentido deixo aqui registrada uma confissão: não foi fácil escrever este trabalho. Não só pelas intempéries pessoais que atravessam todas as produções acadêmicas ou não. Mas, fundamentalmente por aquilo que poderia ser chamado de “roda da história”.

Vou explicar melhor o que quero dizer com isto. Basicamente, quando comecei a pesquisar e escrever esta tese o “mundo” chamado Brasil era um. Problemático e desigual, sem dúvida. Mas, aparentemente, sem relações mais diretas com o período da Primeira República. As coisas se alteraram de tal forma que hoje em dia nos pegamos discutindo se é lícito ou não ao Governo Federal obrigar as pessoas a se vacinarem diante de um cenário pandêmico, o que talvez nos torne mais sensíveis e capazes de entender o que se passou no Rio de Janeiro em novembro de 1904.

Essa mudança na dinâmica social e o gritante imbricamento entre presente e passado acabou por afetar também a minha relação com Lauro Sodré. Sim, você não leu errado, a minha relação com Lauro Sodré. Depois de reunir tantos documentos, alguns bastante pessoais, e de passar horas, dias, anos, pensando acerca deste sujeito histórico, fui tomado por uma sensação de proximidade em relação à sua existência. E aqui me defendo lembrando o relato de Robert Darnton que, ao passar 36 anos pesquisando sobre Jacques-Pierre Brissot e lendo cartas de época, se pegou declarando Brissot culpado de espionagem e Marat inocente de roubo, julgando indivíduos que ele não havia conhecido e que não poderiam jamais se defender, posto já terem morrido há bastante tempo¹.

De alguma maneira, talvez, isso se torne inevitável no processo de constituição dos estudos sobre trajetórias individuais ou mesmo aos trabalhos historiográficos. Como é impossível saber de antemão onde a pesquisa vai desaguar, os pesquisadores acabam alimentando expectativas e colecionando frustrações em relação aos seus objetos e sujeitos históricos.

¹ DARNTON, Robert. Op. Cit, 2005, p.184.

De tal forma que, assim como Darnton, em muitos momentos me peguei nutrindo pensamentos contraditórios em relação ao senador militar. E, em muitos momentos, a antipatia preponderou, como se Lauro Sodré tivesse alguma coisa a ver com a minha vida e eu com a dele. É conversa para a terapia, eu sei, mas o fato é que, por vezes, isto afetou o ânimo para a escrita do trabalho. Daí, posteriormente, vinha o processo de reflexão e entendimento de que a raiva era mais pelo meu entorno político do que exatamente pelas ações de Sodré, ainda que o seu contexto histórico continue sendo capaz de se conectar ao meu.

Em todo caso, não houve aqui uma preocupação em engrandecer ou desmerecer a figura do “ilustre desconhecido”, como se o trabalho precisasse emitir alguma sentença ao final. Meu esforço girou em torno de apreendê-lo dentro dos campos sociais pelos quais transitava e a partir das relações de força e poder com as quais esteve vinculado. Não se tratou de lhe negar ou facultar o papel de protagonista da história, haja vista ser esta uma questão extemporânea, mas, sobretudo, de entender como ele se movimentava nos espaços de poder, com quem se relacionava e de que forma isso repercutia socialmente. A partir do que se tornou possível chegar a alguns entendimentos.

A historiografia acadêmica apenas muito recente e timidamente tem manifestado alguma pretensão de repensar a figura e o lugar de Lauro Sodré na história. Neste sentido merecem destaque os trabalhos de Alan Coelho e Américo Freire, dois autores com os quais procurei dialogar para construir meus próprios entendimentos sobre as concepções intelectuais e políticas do senador militar.

O mote central da discussão aqui apresentada é a de que a partir da contraditória identidade política de senador militar, Lauro Sodré conseguiu reunir uma fiel base política civil-militar que lhe garantiu trânsito entre o executivo paraense e o legislativo federal e vice-versa, bem como entre o campo político paraense e o carioca. A partir disso, ele teria encontrado condições não apenas de propor direções e questionar o regime republicano como também de se valer das brechas do rígido sistema oligárquico existente naquele período.

Os dados sistematizados no trabalho apontaram para um indivíduo que apostou desde muito cedo no *fazer-se* intelectual como forma de existência, projeção social e colocação na vida pública. Da mesma forma, parece ser inegável o entendimento de que a formação militar, o credo positivista e o envolvimento com a campanha republicana deram a ele os elementos gerais daquela que seria a sua identidade política.

A partir disso, até onde consegui perceber, o Senado Federal foi o mais importante espaço institucional em que Lauro Sodré atuou. Não apenas pela dimensão de poder que encerrava, mas por facultar ao político paraense o exercício intelectual, a defesa dos interesses

militares, a reverberação da filosofia positivista, a preservação da memória do golpe republicano de 1889 (que ele chamava de revolução) e a própria prerrogativa do discurso, atividade esta que, aparentemente, seduzia Lauro Sodré desde a juventude.

Desta forma, com os devidos critérios que qualquer conjunto documental exige e indo além do que está proposto neste trabalho, acredito que os discursos do político paraense possam ser acessados como crônicas do período republicano, isto é, uma forma de acessar as questões daquela sociedade. Por esta via, poderemos concordar ou não com suas proposições, mas será preciso reconhecer que Lauro Sodré foi um importante observador e interlocutor da realidade brasileira. Não fosse assim, não teria conseguido reunir em torno de si e com tanto fervor pessoas dos mais diferentes estipes.

Das 4 vezes em que exerceu o mandato senatorial, Lauro Sodré demonstrou uma ampla capacidade de se ligar e pautar os assuntos do momento. Mas, de modo geral, as suas maiores preocupações sempre estiveram ligadas aos temas militares, instrutivos e à política paraense. Costumava pensar a sua colocação senatorial em um sentido hierárquico: União, Estado e Exército. Entretanto, não raro, todos esses elementos se misturavam em seus pronunciamentos e práticas.

Sua trajetória parlamentar pode ser dividida em duas fases: A primeira, de 1897 a 1911, inclui os dois primeiros mandatos pelo Pará e Rio de Janeiro, respectivamente. Foi a fase mais combativa e radical de Lauro Sodré no exercício senatorial. Neste período foi constantemente chamado de *jacobino* e de *florianista*, manifestando fortes tendências golpistas. Datam daí os seus discursos mais virulentos, o envolvimento com a insurreição de 14 de novembro de 1904 e a sua consequente prisão e anistia.

A segunda, de 1912 a 1930, abrange os dois últimos mandatos do senador, quando ele se aproximou do centro de poder federal e conseguiu conquistar o poder estadual no Pará, indo do Senado ao governo do Pará e deste novamente ao Senado. É um período mais moderado, mas fundamentalmente marcado pelo golpe de estado de 1916, que o fez assumir novamente o executivo paraense. A partir daí, com o *laurismo* no poder, Sodré abandona os rompantes revolucionários até que, curiosamente, o golpe de Getúlio Vargas o alija do cenário político institucional.

Apesar da peja de senador militar, Sodré ficou pouquíssimo tempo no cotidiano da caserna. Foram 13 anos considerando o período de formação na Escola Militar e apenas 6 de atuação enquanto oficial da ativa. Depois disso licenciou-se para os mandatos políticos, onde forjou a sua identidade e imagem pública, até que foi reformado como general, em 1913. Em

contrapartida, excetuando-se o período governamental no Pará (1917-1921), ficou praticamente 30 anos em exercício senatorial.

Ao longo desse período participou de inúmeras discussões significativas como os debates sobre a Questão do Acre e do Amapá, reforma eleitoral, revisão constitucional, estado de sítio, imunidade parlamentar, orçamento da União, festas cívicas, as secas da região nordeste, Primeira Guerra Mundial, anistia e tantos outros assuntos caros ao seu contexto histórico. Enquanto senador, Sodré fazia o seu papel de debater, propor projetos, apresentar emendas e atuar em comissões internas da casa. Merecendo destaque, neste último caso, sua atuação sistemática na Comissão de Marinha e Guerra, onde tinha oportunidade de influir mais diretamente nos temas ligados à caserna.

De início, o republicano histórico paraense se portou como oposição na Câmara Alta. Depois, quando da chegada de Hermes da Fonseca ao poder e, sobretudo, com a hegemonia *laurista* no Pará, Sodré experimentou o situacionismo. Esse deslocamento de espectro político o fez adotar postura mais comedida e pragmática. Em outras palavras, o senador militar tornou-se menos interessado em mudar o sistema e mais comprometido com a perpetuação da estrutura de poder em sua terra natal. Sendo esta, aparentemente, a feição mais oligárquica que se pode atribuir.

Apelidado de “coronel de filosofia” por uma das revistas de humor e ilustração do Rio de Janeiro, Lauro Sodré soube se apresentar aos seus pares e ao público em geral de modos muito distintos. Mas, em geral, ninguém lhe negava o perfil intelectual e a habilidade de orador.

Considerado por muitos cronistas de sua época como um dos principais nomes da política republicana, Lauro Sodré parecia bastante preocupado em sustentar certo ar de superioridade e ou distanciamento. Através de discursos, celebrações cívicas, representações artísticas, fotografias, livros, recepções e da própria função mediadora da imprensa junto a sociedade, o senador militar e seus apoiadores pavimentaram um lugar político marcado por ideias científicistas, evolucionistas, moralistas e salvacionistas. Desta forma, surgiu a imagem do político puro, evangelizador e “salvador da pátria” que acompanhou Lauro Sodré por boa parte de sua trajetória pública.

Em torno desta estética inventada foi que o senador militar buscou influir no jogo político republicano institucional – através do legislativo federal e do executivo paraense – e não institucional – por meio de insurreições, do qual o exemplo mais exitoso acabou sendo a conquista do Governo do Pará, em 1916.

Ou seja, o mesmo político que protestara contra o fechamento do Congresso por Deodoro da Fonseca, em 1891, foi também simpático a uma ideia de revolução em que se tolerava o uso da força, da violência e de poderes excepcionais para readequar o regime republicano e o sistema democrático aos moldes do que ele considerava como o mais acertado.

Figura controversa, este político soube se colocar entre o Pará e o Rio de Janeiro. Atuou nos dois campos de poder e nos dois obteve conquistas e tropeços. Batalhou contra *lemistas* e *pinheiristas* e com eles também tentou acordos. Cultuado como ídolo por parte significativa de seus conterrâneos, nunca chegou ao Governo do Pará diretamente sufragado por eles.

Político dos mais eruditos e prestigiados, era também ambicioso e envaidecido, como registrou Silva Rosado. Na retórica um desinteressado, na prática calculista como todos os políticos em algum sentido precisam ser. Inimigo da obrigatoriedade da vacina e das fraudes eleitorais muito embora tenha se vacinado e tido vitórias eleitorais bastante questionadas. Puro para uns, dissimulado para outros.

Ao mesmo tempo em que ajudava a manter mais ou menos coeso um bloco oligárquico estadual, o senador militar procurava encarnar o estereótipo do político honesto, patriota, defensor da moral e do civismo. Apesar da modéstia caricata dos discursos oficiais, julgava-se pronto para todos os cargos públicos que os “amigos” lhe indicavam, inclusive o da Presidência da República, posto ao qual foi um eterno candidato. Concorreu à revelia uma vez, tentou tomar o poder em outra e viu o seu nome ser cogitado para a função em diversas ocasiões.

De tão ambíguo e inalcançável, acabou isolado em diversos momentos de sua trajetória de homem público. Não apenas pelos jogos advindos da política dos governadores, mas pela própria individualidade que fazia questão de imprimir em suas colocações e posicionamentos no parlamento, em livros, artigos, na imprensa e nos espaços de sociabilidade que frequentava. Foi assim ao término do primeiro mandato senatorial, quando representou o Rio de Janeiro e até mesmo depois que o PRF se tornou hegemônico no Pará.

Corroboro a hipótese de que, embora notável, singular e agregador, Lauro Sodré acabou sendo mais um chefe honorário do que efetivo entre os *lauristas*. Afinal, por muitos anos Cypriano Santos, o legítimo chefe do PRF no Pará, desobrigou Sodré de funções mais pragmáticas junto aos seus correligionários e após o falecimento do amigo e chefe da *Folha do Norte*, o senador militar encontrou dificuldades de influir mais diretamente na política

paraense via Rio de Janeiro. Com isso, sua função foi se tornando mais simbólica do que nunca, como atestam as inúmeras missivas enviadas por ele a Luiz Barreiros.

Desta forma, mais do que um representante do Pará ou do Rio de Janeiro no Senado Federal, fico a pensar que Lauro Sodré tenha sido um representante de si e de sua apregoada liberdade de consciência. Ao defender de modo contínuo os ditames da filosofia positiva e se colocar como um político de vanguarda, Sodré acabou não se dando conta ou não querendo perceber a superação de seu ideário filosófico no campo político federal.

Crete em um tipo idealizado de democracia, conduzido por elites ilustradas, o republicano paraense era simpático às intervenções militares no jogo político e pensava a si próprio como um espírito elevado capaz de conduzir seu povo rumo ao progresso material, científico e cultural, ainda que para isso fosse necessário recorrer a expedientes excepcionais. Tanto que em sua produção intelectual ele procurou justificar em diversas ocasiões a aceitação de tais desvios constitucionais, basicamente, a partir da memória de 1889 e de um questionável senso de patriotismo.

Os muitos anos de representação política pelo Pará levaram Lauro Sodré a se tornar um morador do Rio de Janeiro. Em seu espaço urbano oficial, o senador militar estabeleceu vínculos de sociabilidade que acabaram por se constituir em bases de apoio para ações levadas a cabo tanto na política federal como na estadual. Assim foi na maçonaria e no Clube Militar, agremiações em que Sodré foi bastante ativo enquanto ocupou cargos de direção. Ao deixar os postos de comando as participações se tornaram menos intensas, como se a ele coubesse apenas o papel de líder.

De todas as sociedades que participou, no entanto, o *Grêmio Paraense* parece ter sido a mais importante em termos políticos. Através desta associação, Sodré conseguiu recrutar e manter parte significativa de seus apoiadores tanto do Rio de Janeiro quanto do Pará. Se, de um lado, essa forma de costurar laços evidenciava seu gosto narcísico pela própria imagem, já que ele se constituiu no “presidente perpétuo” da associação, assinala também a capacidade que tinha de seduzir outros em torno de si. Neste último caso, o melhor exemplo parece ter sido o de Luiz Barreiros, ao lado de quem Sodré atuou no Grêmio Paraense, na maçonaria e no Governo do Pará, e sobre quem exerceu influência presencialmente e a longa distância, por meio de correspondência pessoal, aqui interpretada como modalidade de escrita de si.

Como bom positivista, ainda que heterodoxo, Sodré foi um entusiasta do desenvolvimento científico e educacional. Essa, sem dúvida, parece ter sido a sua maior marca tanto nas passagens pelo Executivo paraense e Legislativo federal quanto na administração do Grande Oriente do Brasil. Assim, em que pese sua acidentada trajetória

política, não é exagero afirmar que Lauro Sodré soube manter o compromisso com a difusão das “luzes” do conhecimento.

Por fim, reitero que não tive a pretensão de dar conta de toda a vida de Lauro Sodré. Mesmo com um recorte cronológico mais alongado, de 1897 a 1930, a intenção foi privilegiar a dimensão política. E quando saí deste terreno, para pensar a sociabilidade do senador militar, continuei procurando os elementos constitutivos de seu poder simbólico. Assim, existem muitos outros nós e particularidades a despeito da sua trajetória de homem público que simplesmente não pude captar ou registrar aqui.

Lauro Sodré, que morreu no Rio de Janeiro em 16 de junho de 1944, morre para mim neste parágrafo. É o processo natural. Não falamos dos elementos ausentes se não para enterrá-los novamente, como ensinou Michel de Certeau². Contudo este trabalho ficará como o túmulo escriturário que dedico não a ele, Lauro Sodré, mas aos que por algum motivo precisarem se voltar à história do senador militar paraense da Primeira República.

² CERTEAU, Michel. *Op. Cit.* p.107.

REFERÊNCIAS

1 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves (Org.). *Dicionário histórico-bibliográfico da Primeira República: 1889-1930*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

ASLAN, Nicola. *Pequenas biografias de grandes maçons brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora Maçônica, 1973.

AZEVEDO, Eustachio. *Livro de nugas: Letras e farras*. Belém: [s/n], 1924.

_____. *Literatura paraense*. 3ed. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

AZEVEDO, Célia Marinha de. *Maçonaria, anti-racismo e cidadania: uma história de luta e debates transnacionais*. São Paulo: Annablume, 2010.

BARATA, Manoel. *A antiga produção e exportação do Pará – estudo histórico-econômico*. Belém: Typ. da Livraria Gillet, 1915.

_____. *Formação histórica do Pará*. Belém: UFPA, 1973.

BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870 –1910)*. Campinas: Unicamp/Centro de Memória Unicamp, 1999.

BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio: imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. “Vida religiosa”. IN: HOLLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira*. 2º ed. Tomo II. Vol. 4º. São Paulo: Difel, 1974.

BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis (Org). *Intelectuais: sociedade e política, Brasil – França*. São Paulo, SP: Cortez, 2003.

BENCHIMOL, Jaime. “Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 6º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BELLIDO, Remijio de. *Catálogo dos jornais paraenses (1822-1908)*. Pará: Imprensa Oficial, 1908, p.53; PARÁ, Biblioteca Pública do. *Jornais paraoaras: catálogo*. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo, 1985.

BEZERRA NETO, José Maia. “As luzes da instrução: O Asylo de Santo Antônio em Belém do Pará (1870/1912)”. In: AZEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth (Org.). *A escrita da história paraense*. Belém: NAEA/UFPA, 1998.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 11° Ed. Brasília: UNB, 1998.

BORGES, Ricardo. *Vultos notáveis do Pará*. 2° Ed. Belém: CEJUP, 1986.

_____. *O Pará Republicano: 1824-1929*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1983.

BORGES, Vavy Pacheco. “Grandezas e misérias da biografia”. In: PINSKY, Carla B. (org.) *Fontes históricas*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

BORGES, Vera L. B. *A batalha eleitoral de 1910: imprensa e cultura política na primeira República*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011, p.104.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

_____. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *O poder simbólico*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* 2ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

_____. *História e teoria social*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

_____. *Visto y no visto: el uso de la imagen como documento histórico*. Barcelona: Crítica, 2005.

_____. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. 2° Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

CALMON, Pedro. *História social do Brasil, volume 3: a época republicana*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem/teatro de sombras: a elite política imperial*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de (Org), et al. *República no Catete*. Rio de Janeiro, RJ: Museu da República, 2001.

CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Edição digital. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2013.

_____. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. 2ª ed., Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2004.

_____. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

CASTRO, Celso; LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. *O diário de Bernadina: da Monarquia à República pela filha de Benjamin Constant*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Ed., 2009.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República*. 9ª ed., São Paulo, SP: Editora UNESP, 2010.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982

CHAGAS, Mário. *República em documento: Série documentos museológicos nº2 – Compromisso Constitucional*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2018.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. 2ª Ed. Lisboa: Difel, 1988.

_____. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

COELHO, Geraldo Mártires. *O brilho da supernova: a morte bela de Carlos Gomes*. Rio de Janeiro: Agir, 1995.

_____. *No coração do povo: o monumento à República em Belém 1891-1897*. Belém: Paka-Tatu, 2002.

_____. “Introdução”. In: SODRÉ, Lauro. *Crenças e opiniões*. 2ª Ed. Brasília: Senado Federal, 1997.

COIMBRA, Creso. *A Revolução de 30 no Pará – Análise, crítica e interpretação histórica*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1981.

COLUSSI, Eliane Lucia. *A maçonaria brasileira no século XIX*. São Paulo: Saraiva, 2002.

COSTA, Emília Viotti da. *O Supremo Tribunal Federal e a construção da cidadania*. 2º Ed. São Paulo: UNESP, 2006.

CRUZ, Ernesto. *Temas da História do Pará*. Belém: SPVEA, 1960

_____. *A história da Biblioteca e Arquivo Públicos do Pará*. Belém: Conselho Estadual de Cultural, 1971.

DARNTON, Robert. “Os esqueletos no armário; como os historiadores brincam de ser Deus”. In: *Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para ao século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DE LUCA, Tania Regina. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

DUTRA, Eliana de Freitas (Org.). *O Brasil em dois tempos: história, pensamento social e tempo presente*. 1ª ed., Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2013.

ELEUTÉRIO, Maria de L. “Imprensa a serviço do progresso”. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

FARIAS, William Gaia. *A construção da República no Pará (1886-1897)*. Belém: Editora Açai, 2016.

FALCON, Francisco José Calazans. *Illuminismo*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

FERREIRA, Marieta de M. *A República na velha província: oligarquias e crise no estado do Rio de Janeiro (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Fundo Ed., 1989.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. “A crise dos anos 1920 e a revolução de 1930”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no College de France pronunciado em 2 de dezembro de 1970*. 18ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FREIRE, Américo. *Uma capital para a República: poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada para o século XX*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2015.

FREIRE, Américo (Org.). *Paulo de Frontin: discursos parlamentares*. Rio de Janeiro, RJ: Alerj, 2003.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. “O nome e o como – Troca desigual e mercado historiográfico”. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Brasil/Portugal: Bertrand/DIFEL, 1991.

GOMES, Angela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____. (Org.). *Em Família: a correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freyre*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2005.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org). *O Brasil Imperial, volume III*. 2ª ed., Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2014.

HARTOG, François. *Evidência da história: o que os historiadores veem*. 1ª ed., Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2013.

HEINZ, Flávio Madureira. (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. (Orgs). *A invenção das tradições*. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KOSSOY, Boris. *História e fotografia*. 2º Ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guillermo. *Gilberto Freire: uma biografia cultural: a formação de um intelectual brasileiro*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização brasileira, 2007.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5ª Ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2003.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet*. 2º Ed. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

LEMOS, Renato. *Benjamin Constant: vida e história*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

LEMOS, Renato (Org). *Bem traçadas linhas: A história do Brasil em cartas pessoais*. Rio de Janeiro, RJ: Bom texto, 2004.

LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. 3º Ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2015.

LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

LEVILAIN, Philippe. “Os protagonistas: da biografia”. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2º Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

LORIGA, Sabine. “A tarefa do historiador”. In: GOMES, Angela de Castro; SCHMIDT, Benito Bisso (Org.). *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

_____. *O pequeno x: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

LYNCH, Christian Edward Cyril. *Da monarquia à oligarquia: história institucional e pensamento político brasileiro (1822-1930)*. São Paulo: Alameda, 2014.

LUSTOSA, Isabel. “O texto e o traço: a imagem de nossos primeiros presidentes através do humor e da caricatura”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 6º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MARTINS, Ana Luiza. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MAIA, Andréa C. N.; RIBEIRO, Pedro K. “Imagem e política na Primeira República”. In: VISCARDI, Cláudia M. R.; ALENCAR, José A. de (Orgs.). *A República revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

MEIRA, Clóvis. *O silêncio do tempo*. Belém/Brasília: CEGRAF, 1988.

MEIRA, Octávio. *A Primeira República no Pará: desde o crepúsculo da Monarquia até o golpe de Estado de 1891*. Belém: Falangola, 1981.

MEIRA, Clóvis; ILDONE, José; CASTRO, Acyr. *Introdução à literatura no Pará*. V.II. Belém: CEJUP, 1990.

MONTILHA, Thiago. “Os profissionais da política republicana segundo Olavo Bilac (1897-1908)”. In: ENGEL, Magali; SOUZA, Flavia. GUERELLUS, Natália. *Os intelectuais e a imprensa*. Rio de Janeiro: Mauad X/Faperj, 2015.

MOREL, Marco.; SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *O poder da maçonaria: a história de uma sociedade secreta no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

NORA, Pierre. “Entre memória e história a problemática dos lugares”. In: *Projeto História*, nº10, 1993.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil Oitocentista*. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2011.

PARÁ, Biblioteca Pública. *Jornais Paraoaras*. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo, 1985.

PEREIRA, Leonardo A. de Miranda. *As barricadas da saúde: vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

PINTO, Louis. *Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

PINTO, Surama Conde Sá. *Só para iniciados... o jogo político na antiga capital federal*. Rio de Janeiro: Mauad X/Faperj, 2011.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República: jacobinismo: ideologia e ação (1893-1897)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

RÉMOND, René. “Introdução” e “Por uma história do tempo presente”. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2º Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RESENDE, Maria E. L. de. “O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 6º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

RICCI, Magda. “O fim do Grão-Pará e o nascimento do Brasil: movimentos sociais, levantes e deserções no alvorecer do novo império (1808-1840)”. In: DEL PRIORE, Mary; GOMES, Flávio (Orgs.). *Os senhores dos rios: Amazônia, margens e histórias*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

RICOUER, Paul. “Memória, história, esquecimento”. *Conferência Internacional Haunting Memories? History in Europe after Authoritarianism*, proferida em 8 de março de 2003, em Budapeste, Hungria. Traduzido do inglês no âmbito da Unidade de Investigação “Linguagem, Interpretação e Filosofia” da Universidade de Coimbra.

ROCQUE, Carlos. *Antônio Lemos e sua época: História Política do Pará*. 2º ed. Belém: CEJUP, 1996.

_____. *A formação revolucionária do Tenente Barata*. Belém: Fundação Romulo Maiorana, 1983.

_____. “Lauro Sodré, o estadista”. In: *Diário Oficial do Estado do Pará*. Coleção grandes personagens da história do Pará. Ano I, Nº 03. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1984.

_____. *Grande enciclopédia da Amazônia*. V. III. Belém: Amazônia editoria LTDA [s/n].

_____. *Magalhães Barata – o homem, a lenda, o político*. V.1. Belém: SECULT, 1999.

SANTOS, Alan C. S. *Discursos, personagens e tramas: a imprensa maçônica no Pará do século XIX*. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

SARGES, Maria de Nazaré. *Memórias do velho intendente: Antônio Lemos (1969-1973)*. Belém: Paka-tatu, 2002.

_____. *Belém: Riquezas produzindo a belle-époque (1870-1912)*. 2ª ed. Belém: Paka-Tatu, 2002.

SCHMIDT, Benito Bisso. “História e biografia”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

SODRÉ, Benjamin. *Lauro Sodré: vida, caráter e sentimento a serviço de um povo*. Rio de Janeiro: [s/n], 1956.

_____. (Org.). *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e a criação cultural na Primeira República*. 2º Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

SODRÉ, Dora. *A educação pelo exemplo: momentos da vida de Benjamin Sodré*. Rio de Janeiro: EDC, 1989.

SODRÉ, Emmanuel. *Lauro Sodré na história da República*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1970.

VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. Brasília: UNB, 1980.

VISCARDI, Cláudia. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. 2º Edição. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

2 – TESES E DISSERTAÇÕES

AMARAL, Alexandre Souza. “Intervalo, Rio de Janeiro e Belém: Lauro Sodré e a Revolta da Vacina”. In: *Vamos à vacina? Doenças, saúde e práticas médico-sanitárias em Belém (1904-1911)*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará, 2006

COELHO, Alan Watrin. A ciência do governar: positivismo, evolucionismo e natureza em Lauro Sodré. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará, 2006;

COLUSSI, Eliane. *Plantando ramos de acácia: a maçonaria gaúcha na segunda metade do século XIX*. Tese (Doutorado em História do Brasil) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1998.

COIMBRA, Adriana. A cidade como narrativa: Francisco Bolonha e o papel da arquitetura e da engenharia no processo de modernização da cidade de Belém – 1897-1938. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2014;

CUNHA, Marly Solange Carvalho da. “Matutos” ou “astutos”? Oligarquia e coronelismo no Pará republicano (1897-1909). Dissertação (História Social da Amazônia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade federal do Pará, 2008;

FERREIRA, Tiago B. *A interiorização da República: o jogo político no Salgado Paraense durante a Primeira República (1889-1903)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará. Belém, 2015;

FRANÇA, Maria do P. S. G. S. A. *Raízes históricas do ensino secundário público na província do Grão-Pará: O Liceu Paraense (1840-1889)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1997.

NERY, Vitor Sousa Cunha. *Instrução pública primária na província do Pará na segunda metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade do Estado do Pará, Belém, 2013.

MACHADO JÚNIOR, Cláudio de Sá. *Fotografias e códigos culturais: representações da sociabilidade carioca pelas imagens da revista Careta (1919-1922)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.

MORAES, Felipe Tavares de. *A educação no primeiro governo de Lauro Sodré (1886-1897): os sentidos de uma concepção político-educacional republicana*. Dissertação (Mestrado em Educação). Instituto de Ciências da Educação. Universidade Federal do Pará, 2011.

MORAES, F. T. *José Veríssimo (1857-1916), intelectual amazônico: Geração 1870 e a educação no Grão-Pará (1877-1891)*. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

MARTINS, Karla Denise. *Cristóvão e a Romanização do Inferno Verde: as propostas de D. Macedo Costa para a civilização da Amazônia (1860-1890)*. Tese (Doutorado em História). Campinas: UNICAMP, 2005.

MONTEIRO, Elson Luiz Rocha. *A maçonaria e a campanha abolicionista no Pará: 1870-1888*. Dissertação (mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

NERY, Laura Moutinho. *Cenas da vida carioca: Raul Perdeneiras e a belle époque do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2000.

NEVES, Fernando Arthur Freitas. *Solidariedade e conflito: estado liberal e nação católica no Pará sob o pastorado de Dom Macedo Costa (1862-1889)*. Tese (Doutorado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2009.

QUEIROZ, Eneida Quadros. *Justiça sanitária: cidadãos e judiciário nas reformas urbana e sanitária, Rio de Janeiro (1904-1914)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2008.

TAVARES, Marcelo dos Reis. *Entre a cruz e o esquadro: o debate entre a Igreja Católica e a Maçonaria na imprensa francana. (1882-1901)*. Dissertação (Mestrado em História social). Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Universidade Estadual Paulista. Franca/SP, 2006.

TENÓRIO, Guilherme Mendes. *Zé Povo cidadão: humor e política nas páginas de O Malho*. Dissertação (Mestrado em História Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

SOUZA, Patrícia Inês Garcia de. *Buscadores do sagrado: as transformações da Maçonaria em Belém do Pará*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas, SP, 2006.

3 – ARTIGOS & LINKS

AVELAR, Alexandre de Sá. “A biografia como escrita da história: possibilidades, limites e tensões”. *Dimensões*, vol. 24, pp.157-172, 2010.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Rio de Janeiro, 1891. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm. Acesso em 10/05/2016.

BRASIL. Decreto-lei nº 5.529, 17 de janeiro de 1874. Regulamento para as escolas do Exército. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5529-17-janeiro-1874-550076-publicacaooriginal-65706-pe.html#:~:text=Approva%20o%20Regulamento%20para%20as%20Escolas%20do%20Exercito.&text=1%C2%BA%20A%20instruc%C3%A7%C3%A3o%20militar%20theorica,preparatoria%20e%20na%20escola%20militar>. Acesso em: 26/05/2019.

CARONE, EDGAR. “Oligarquias: definição e bibliografias”. In: *Revista de Administração de Empresas*. V.12, 1. Rio de Janeiro, 1972.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura. “Biografia, identidade e narrativa: elementos para uma análise hermenêutica”. *Horizontes Antropológicos*, Ano 9, nº19, pp.81-92, Porto Alegre, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. “Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual”. In: *Dados*. V.40, n.2, Rio de Janeiro, 1997.

CASTRO, Raimundo Nonato de. “Uma revista ilustrada: a semana e o olhar sobre a Amazônia (1917-1923)”. In: *Brocar*. N.42, pp.209-233, 2018.

CRUZ, Ernesto. “A casa onde nasceu Lauro Sodré”. In: *A Província do Pará*. Belém, 02 de novembro de 1958.

FIGUEIREDO, Aldrin M. “Páginas antigas: uma introdução à leitura dos jornais paraenses, 1822-1922”. In: VIEIRA Jr. Antônio O. et ali. *Margens: revista multidisciplinar do núcleo de pesquisa – CUBT/UFPA*. Belém: Paka-Tatu, 2005, pp.245-266.

FREIRE, Américo. “Campos Sales e a República Carioca”. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, vol.2, nº 1, 1996, pp.9-20.

FREIRE, Américo; SARMENTO, Carlos Eduardo. “Três faces da cidade: um estudo sobre a institucionalização e a dinâmica do campo político carioca (1889-1969)”. *Revista de História*, Vol.13, Nº 24, pp.295-322, 1999.

FREIRE, Américo. “Entre a insurreição e a institucionalização: Lauro Sodré e a República Carioca”. *Texto CPDOC*. Nº 26, pp.39-82. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FREIRE, Américo. “Três personagens e a história da Primeira República”. In: VISCARDI, Cláudia M. R.; ALENCAR, José A. de (Orgs.). *A República revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

GAWRYSZEWSKI, Alberto. “Conceito de caricatura: não tem graça nenhuma”. *Domínios da Imagem*, Londrina, Ano I, N.2, pp.7-26, 2008.

KARAWEJCZYK, Mônica. “O voto feminino no Congresso Constituinte de 1891: primeiros trâmites legais”. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo, 2011, p.9. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300645749_ARQUIVO_ovotofemininon_aconstituente.pdf. Acesso em 20 de dezembro de 2018.

MASSARANI, Luisa; SEIXAS, Netília S. d. A.; CARVALHO, Vanessa. “A ciência nas páginas da Folha do Norte: um olhar ao longo de oito décadas”. In: *Revista Brasileira de História da Ciência*. V.6, N.2, pp.283-300. Rio de Janeiro, 2013.

PETIT, Peri. “Ramon de Baños, um pioneiro do cinema catalão em Belém do Pará nos tempos da borracha (1911-1913)”. In: *O olho da história*, n.15, Salvador (BA), 2010.

PRIORE, Mary Del. “Biografia: quando o indivíduo encontra a história”. *Topoi*, v. 10, n. 19, pp.7-16, jul-dez. 2009.

RICCI, Magda. “Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840”. *Tempo*, 2007, vol.11, no.22, p.6. Disponível em: http://www.pdfdownload.org/pdf2html/view_online.php?url=http%3A%2F%2Fwww.scielo.br%2Fpdf%2Ftem%2Fv11n22%2Fv11n22a02.pdf Acesso: 07 de julho de 2017.

ROSANVALLON, Pierre. “Por uma história conceitual do político”. *Revista Brasileira de História*. Vol. 15, Nº 30, pp.9-22, São Paulo, 1995.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. “Souvenir de ma carrière artistique. Uma autobiografia de Julieta de França, escultora acadêmica brasileira”. In: *Anais do Museu Paulista*. Série V, V.15, n.1, jan.-jun. São Paulo, 2007, p.249-278. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/anaismp/v15n1/a07v15n1.pdf>. Acesso em: 29/10/2020.

TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré. “O traço como texto: a história da charge no Rio de Janeiro de 1860 a 1930”. *Cadernos Avulsos*, nº38. FCRB, 2001.

4 – FONTES DOCUMENTAIS

4.1 – PRODUÇÕES DE LAURO SODRÉ

CARTAS de Lauro Sodré a Luiz Barreiros. [1903-1933]. Coleção Particular de Lauro Sodré. (Acervo Biblioteca Pública Arthur Vianna).

CLUB MILITAR. *Discurso do coronel Dr. Lauro Sodré na sessão solene aos 14 de julho de 1910*. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1910. (Acervo Fundação Casa de Rui Barbosa).

SODRÉ, Lauro. “O século XIX”. In. *Revista da Sociedade Phenix Literária*. Ano I, N. 6. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, junho de 1878. (Acervo Hemeroteca Digital).

SODRÉ, Lauro. *Crenças e opiniões*. Belém, Typ. Do Diário Oficial, 1896. (Acervo Senado Federal e coleção do autor).

SODRÉ, Lauro. *Palavras e atos*. Belém, Typ. Do Diário Oficial, 1896. (Acervo Senado Federal).

SODRÉ, Lauro. “As indústrias extrativas – a função do governo”. In: *Revista do Clube de Engenharia*, IV Série, N.6. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902. (Acervo Biblioteca Nacional)

SODRÉ, Lauro. *À memória de Rangel Pestana*. A festa cívica na capital de São Paulo. Discurso do Dr. Lauro Sodré. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, p.1903. (Acervo Biblioteca Pública Arthur Vianna).

SODRÉ, Lauro. *A evolução política do Brasil*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1906. (Acervo Biblioteca Nacional).

SODRÉ, Lauro. *Pelo Norte, pela República*. Rio de Janeiro: Typ. e Pap. Hildebrandt – Rodrigo Silva, 1913. (Acervo familiar)

SODRÉ, Lauro. *Benjamin Constant: fundador da República brasileira*. Rio de Janeiro. Typ. Hildebrandt, 1915. (Acervo familiar e Biblioteca Nacional)

SODRÉ, Lauro. *A proclamação da República*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1939. (Coleção do autor)

SODRÉ, Lauro. “Floriano Peixoto”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*. Vol. XII, Período 1939-1951. Belém: [s.n.], 1951. (Acervo IHGP).

4.2 – OBRAS RARAS – BIBLIOTECA PÚBLICA ARTHUR VIANNA

A DEFESA NACIONAL: Revista de Assuntos Militares. Rio de Janeiro, sem data.

ANAIS DO EXÉRCITO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, sem data.

ANDRADE, Valente de. *Evolução política: a queda das oligarquias*. Belém: [s/n], 1913.

BARREIROS, Luiz. *Dissertação literária*. Manaus: Imprensa Oficial, 1905.

_____. *Os nossos oradores*. Belém: [s.n.], 1928.

BRAGA, Theodoro. *Apostillas de História do Pará*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1915.

_____. *Guia do Estado do Pará*. Belém: Typographia do Instituto Lauro Sodré, 1916.

_____. *História do Pará: resumo didactico*. São Paulo: Editora-Proprietária Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1931.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Industria e Commercio. *Anuário Estatístico do Brazil: território e população*. Ano I, Volume I (1908-1912). Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1916.

HOMENAGEM DA GRAND:.. BEM:.. LOJ:.. CAP:.. UNIÃO E TRANQUILIDADE AO GRÃO MESTRE GRAND:.. COMENDADOR DA MAÇONARIA BRASILEIRA CORONEL DR. LAURO SODRÉ. Rio de Janeiro: Grand:.. Oriente e Sup:.. Cons:.. do Brasil, 1911.

HURLEY, Henrique Jorge. *Noções de história do Brasil e do Pará*. Belém: Oficinas Graphicas do Instituto Lauro Sodré, 1938.

LEMOS, Arthur. *Questões sociais, direito e economia: trabalhos parlamentares no Senado Federal*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1918.

LOBATO FILHO, General. *A última noite da Escola Militar da Praia Vermelha: contribuição para a história*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1992.

MANIFESTO DE ANTONIO JOSÉ DE LEMOS AO PARTIDO REPUBLICANO PARAENSE. Belém: Typografia de Alfredo Augusto Silva, 1900.

MENDONÇA, Albuquerque. *Administração do Dr. Lauro Sodré*. Pará: Typ. do Diário Oficial, 1897.

NEVES, Agnello. *Lauro Sodré ou a evolução política do Pará: 1912-1917*. Pará: Typ. Do Instituto Lauro Sodré, 1918.

PARÁ, *Coleção de leis do Estado do ano 1919*. Belém: Imprensa Oficial, 1922, p.3.

RELATÓRIO APRESENTADO PELO POD:.. IR:.. DR. JOÃO LUIZ COELHO – Vener:.. da Loj:.. Aurora:.. em Sess:.. de 29 de abril de 1918. Belém: Pap. Americana, 1919.

REVISTA DO CLUB MILITAR. Ano 1, N. 4, Rio de Janeiro, Junho de 1927.

REVISTA DO GREMIO PARAENSE. Ano I. N°1. Rio de Janeiro: Typ. A Tribuna, 1902.

REVISTA MILITAR: *órgão do Club Militar do Pará*. N° 1, 2 e 3. Belém: [s.n.], 1909.

ROCHA, Arthur Pinto da. *Um homem de Plutarco*. Porto Alegre: Oficinas Graphics da Livraria Americana, 1915.

ROCHA, Mecenas. *Entre os vivos e os mortos*. Belém: [S.n.], 1948.

TRAÇOS *biográficos do Dr. Lauro Sodré*. Belém: Typ. Delta, 1917.

VIANNA, Arthur. *Pontos de história do Brazil e do Pará*. Belém: Editores/Pinto Barbosa & C^a, 1900.

VIANNA, Arthur. *Pontos de história do Pará*. Belém: Empreza Graphica Amazonia, 1919.

4.3 – PERIÓDICOS

A) SENADO FEDERAL

- Anais do Senado Federal (1897-1927)

B) SETOR DE MICROFILMES DA BIBLIOTECA PÚBLICA ARTHUR VIANNA

- Folha do Norte (1897-1915)
- A Província do Pará (1897-1910)

C) SETOR DE OBRAS RARAS DA BIBLIOTECA PÚBLICA ARTHUR VIANNA

- A Semana (1919-1930)

D) BIBLIOTECA NACIONAL

- Boletim do Grande Oriente do Brasil (1904-1930)

E) HEMEROTECA DIGITAL - PRINCIPAIS

- Jornal do Commercio (1897-1930)
- O Paiz (1897-1930)
- Correio da Manhã (1901-1930)
- O Estado do Pará (1911-1919)
- Careta (1908-1930)
- Fon-Fon! (1908-1930)

F) HEMEROTECA DIGITAL - COMPLEMENTARES

- Almanach administrativo, mercantil, industrial e noticioso da província do Pará. (1869)
- A República. Belém (1890)

- Diário de notícias. Belém (1889)
- Gazeta official. Belém (1860)
- Jornal do Pará. Belém (1876-1880)
- O Liberal do Pará. Belém (1876-1880)
- Diário Carioca. Rio de Janeiro (1934)
- A Ilustração Brasileira. Rio de Janeiro (1914)

E) FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

- O Malho (1902-1930)

F) INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ

- *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará* (1917)

4.4 – ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO

- MINISTÉRIO DA DEFESA. “Pasta funcional de Lauro Sodré”. In: *Arquivo Histórico do Exército*. Pasta II.23.60.
- BRASIL, Exército. *Repartição de ajudante general, coleção das ordens do dia*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger, 1890-1913.

4.5 – ACERVOS DE FAMILIARES

- Carta de Lauro Sodré a Optato Carajuru. Rio de Janeiro, 13 de julho de 1938. *Coleção Particular de Sônia Viveiros de Castro Etrusco*.
- Fotografias.
- *Revista da Época*. Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1905.
- Relatório da comissão encarregada de catalogar e enviar a Biblioteca e o Arquivo pessoal de Lauro Sodré ao Pará (1944).
- CUNHA, Marcionilo. “Lauro Sodré: sua vida e sua morte”. In: *Revista Nossa Senhora de Nazaré*. Rio de Janeiro, [s/n], 1955.
- ROSADO, Antonio Joaquim da Silva. *Palavras necessárias*. Belém: Typ. de Tavares Cardoso & Cia, 1921.

4.6 – CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES

<http://ddsnext.crl.edu/titles?f%5B0%5D=collection%3ABrazilian%20Government%20Documents&f%5B1%5D=grouping%3AProvincial%20Presidential%20Reports>

PARÁ, Governo da Província do. *Relatório que ao exm. Sr. Dr. João Lourenço Paes de Souza, 1º vice-presidente da Província do Grão-Pará, apresentou o exm. Sr. Dr. Carlos Augusto de Carvalho ao passar-lhe a administração*. Pará, Typ. de Francisco da Costa Junior, 1885.

PARÁ, Congresso Legislativo do. *Mensagem dirigida pelo sr. Governador Dr. Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará em sua reunião em 1º de fevereiro de 1896*. Belém: Typ. Diário Oficial, 1896.

PARÁ, Assembleia Legislativa. *Mensagem dirigida em 1 de agosto de 1916 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Enéas Martins Governador do Estado*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1916.

PARÁ, Assembleia Legislativa. *Mensagem lida em 1 de fevereiro de 1917 perante o Congresso Legislativo do Pará pelo Exmo. Sr. Dr. Lauro Sodré por ocasião de sua posse no cargo de Governador do Pará*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1917.

PARÁ, Congresso Legislativo do. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará em sessão solene de abertura da 1ª reunião da sua 10ª legislatura à 7 de setembro de 1918 pelo Dr. Lauro Sodré governador do estado*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1918.

PARÁ, Congresso Legislativo do. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará em sessão solene de abertura da 3ª reunião da sua 10ª legislatura à 7 de setembro de 1920 pelo Dr. Lauro Sodré governador do estado*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1920.

PARÁ, Governo da Província do. *Mensagem com que o Exm. Sr. Conselheiro Francisco José Cardoso Junior, vice-presidente da província do Pará, abriu a 2ª sessão da 25ª legislatura da Assembléa Provincial em 20 de outubro de 1887*. Pará, Typ. do Diário de Notícias, 1887.

PARÁ, Assembleia Legislativa. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa no dia 15 de agosto de 1948, em sessão de instalação, pelo Governador Major Luiz Geolás de Moura Carvalho*. Belém: [s.n], 1948.

PARÁ, Assembleia Legislativa. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa no dia 15 de abril de 1950, em sessão de instalação, pelo governador Major Luiz Geolás de Moura Carvalho*. Belém: [s.n], 1951.

PARÁ, Assembleia Legislativa. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em sua reunião Ordinária de 1957 pelo General Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, Governador do Estado*. Belém: Imprensa Oficial, 1957.

ANEXOS

